

Dezembro de 2012

Revista de Letras

11

Revista de Letras



11

Série II
Dezembro
de 2012

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



Departamento de Letras, Artes e Comunicação
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Apartado 1013
5001-801 Vila Real — Portugal

CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E COMUNICAÇÃO
UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E COMUNICAÇÃO
CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS

Revista de Letras

Série II
N.º 11

Dezembro de 2012
Vila Real

REVISTA DE LETRAS

DIREÇÃO

Carlos Assunção

CONSELHO DE REDAÇÃO

Alexandre Parafita, Álvaro Cairrão, Anabela Oliveira, Armindo Mesquita, Carlos Assunção, Carlos Cardoso, Elisa Torre, Fernando Moreira, Galvão Meirinhos, Gonçalo Fernandes, Henriqueta Gonçalves, Inês Aroso, Isabel Alves, José Belo, José Eduardo Reis, José Esteves Rei, José Machado, Laura Bulger, Luciana Pereira, Maria da Assunção Monteiro, Maria da Felicidade Morais, Maria do Céu Fonseca, Maria Helena Santos, Maria Luísa Soares, Marlene Loureiro, Mónica Augusto, Natália Amarante, Olinda Santana, Orquídea Ribeiro, Rebeca Fernández Rodríguez, Rolf Kemmler, Rui Guimarães, Sónia Coelho, Susana Fontes, Teresa Moura

CONSELHO CIENTÍFICO

Amadeu Torres † (1924-2012), *Universidade Católica Portuguesa e Universidade do Minho*
António Fidalgo, *Universidade da Beira Interior*
Aurora Marco, *Universidad de Santiago de Compostela*
Bernardo Díaz Nosty, *Universidad de Málaga*
Carlos Assunção, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Daniel-Henri Pageaux, *Sorbonne Nouvelle Paris III*
Fátima Sequeira, *Universidade do Minho*
Fernando Moreira, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Gonçalo Fernandes, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Henriqueta Gonçalves, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Jorge Morais Barbosa, *Universidade de Coimbra*
José Cardoso Belo, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
José Esteves Rei, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Maria da Assunção Monteiro, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
María do Carmo Henríquez Salido, *Universidade de Vigo*
Maria do Céu Fonseca, *Universidade de Évora*
Mário Vilela, *Universidade do Porto*
Milton Azevedo, *University of California, Berkeley*
Nair Soares, *Universidade de Coimbra*
Norberto Cunha, *Universidade do Minho*

CAPA

José Barbosa Machado

COMPOSIÇÃO E REVISÃO

Maria da Felicidade Morais

EDITOR

DLAC / CEL

IMPRESSÃO

CreateSpace

REVISTA DE LETRAS

Revista de Letras / ed. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Letras, Artes e Comunicação; Centro de Estudos em Letras; dir. Carlos Assunção; org. Armindo Mesquita, Luísa Soares, José Barbosa Machado, Teresa Moura; Comp. Maria da Felicidade Morais – Série II, n.º 11 (Dezembro de 2012) - Vila Real: UTAD, 2012 - Continuação de: Anais da UTAD.- Contém referências bibliográficas. – Anual.

ISSN: 0874-7962

ISBN: 978-1494303242

I. Assunção, Carlos, dir. / II. Mesquita, Armindo, org. / III. Morais, Maria da Felicidade, org. / IV. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Departamento de Letras. Centro de Estudos em Letras, ed. Lit./

1. Linguística - - [Periódicos] / 2. Literatura Portuguesa - - estudos críticos - - [Periódicos] / 3. Didática - - [Periódicos] / 4. Cultura Portuguesa - - [Periódicos] / Comunicação - - Didática.

CDU: 81 (05) / 821.134.3.09 (05) / 37.02 (05) / 008 (469)(05) / 808.56 (05) / 37.02 (05)

ÍNDICE

LINGUÍSTICA

A imagem e o imaginário da identidade regional num texto inédito do <i>Auto de Santa Catarina</i> <i>António Bárbolo Alves</i>	7-20
Primeiros Ecos de Ferdinand de Saussure na Gramaticografia de Língua Portuguesa <i>Evanildo Bechara</i>	21-27
<i>Un parcours de vie: les mots de Cavaco Silva</i> <i>Ana Clara Birrento, Maria Helena Saianda & Olga Baptista Gonçalves</i>	29-46
O ensino da língua portuguesa nos manuais gramaticais: uma proposta de reformulação <i>Telma Maria Barrias Maio Coutinho</i>	47-65
As edições da Arte da Grammatica Portugueza de Pedro José de Figueiredo <i>Sónia Duarte</i>	67-104
La presencia del marcador conversacional “¿me entiendes?” en los corpus lingüísticos CREA e Mark Davies como indicador de culturas de alejamiento o de acercamiento <i>José Manuel Giménez García</i>	105-118
Argote e o pioneirismo em variação linguística e dialectologia em Portugal, séc. XVIII <i>Rui Dias Guimarães</i>	119-131
Subsídios inéditos para o estudo das primeiras gramáticas portuguesas do século XIX <i>Rolf Kemmler</i>	133-143
Aspetos da Sintaxe do Português Falado no Sul de Moçambique <i>Diocleciano João Raúl Nhatuve & Maria do Céu Fonseca</i>	145-156
Étude de quelques particularités du vocalisme oral du dialecte vulgairement parlé dans la municipalité de Fundão (Castelo Branco) <i>Maria Celeste Nunes & Paulo Osório</i>	157-174

LITERATURA

Poesia e Compromisso em Vladimir Maiakovski – Criação e Construção <i>António José Borges</i>	177-191
A vida sem qualidade: o efeito catártico da Literatura Gótica <i>Maria Antónia Lima</i>	193-199
Representações do direito em Aquilino Ribeiro <i>Carlos Nogueira</i>	201-211
Notas breves para uma reflexão sobre as relações entre literatura e meio ambiente <i>José Eduardo Reis</i>	213-218

Leituras intermitentes e releituras circunstanciais <i>Celina Silva</i>	219-234
Um olhar sobre o humanismo e o telurismo da poetisa angolana Alda Lara <i>Maria Luísa de Castro Soares</i>	235-253
Em busca do sentido do homem e da arte: Pensamento e palavra nas letras europeias <i>Nair Nazaré de Castro Soares</i>	255-282
António Cabral, o suor da tradição: Apontamentos para uma abordagem ao autor transmontano <i>Elisa Gomes da Torre</i>	283-290

CULTURA

Autobiography: A Text of Life in a New Landscape <i>Ana Clara Birrento</i>	293-304
O direito à informação no Estado de direito: aspetos da sua efetivação <i>António Francisco de Sousa</i>	305-326

COMUNICAÇÃO

A importância da inovação na tomada de decisão na microempresa: o caso TOK BOLSAS <i>Gilbert Angerami</i>	329-338
Os blogues corporativos como meio de comunicação organizacional <i>Álvaro Cairrão, Galvão Meirinhos & Joana Costa</i>	339-377
Comunicação não verbal: a influência da indumentária e da gesticulação na credibilidade do comunicador <i>Maria de Fátima Ribeiro & Galvão Meirinhos</i>	379-405

DIDÁTICA DAS LÍNGUAS

Leituras com Arte: da literacia crítica ou da arte de ler o mundo <i>Maria da Graça Sardinha</i>	409-414
Leitura, literacia e escola: construções (im)perfeitas <i>Maria da Graça Sardinha & João Machado</i>	415-427

VÁRIA

Recensão: Alexandre Parafita, <i>Antropologia da Comunicação. Ritos, Mitos, Mitologias</i> . Lisboa, Âncora Editora, 2012. <i>Carlos Nogueira</i>	431-433
--	---------

LINGÜÍSTICA

A imagem e o imaginário da identidade regional num texto inédito do *Auto de Santa Catarina*

*António Bárbo*lves
CEL – UTAD
abarbolo@gmail.com

Résumé

Le *Auto de Santa Catarina* est un texte du XV^{ème} siècle, du poète originaire de l'île de Madère, Baltazar Dias, dont l'originel, en heptasyllabes, s'est perdu. Il s'agit d'un miracle que, selon la tradition médiévale, racontait la vie d'un saint et était représenté dans les places publiques. Toutefois, bien que le texte originel se soit perdu, on connaît plusieurs éditions postérieures, aussi bien que sa reproduction dans la mémoire et dans la tradition orale qui l'ont emmené jusqu'à nos jours.

Dans cet article nous informerons sur un "casco", récemment découvert, de la représentation qui a eu lieu à Brunhosinho, localité du concelho de Mogadouro, le 30 avril 1933. Au-delà des réflexions sur ce qu'on appelle le « théâtre populaire », son implantation et sa vitalité dans la région, nous interrogerons le texte sur ses particularités orthographiques et graphématiques, ainsi que sur le fil de son discours, ses valeurs, celui qui a fait que le texte, peut-être réduit à sa textualité, ait été approprié par le peuple qui l'a copié, l'a mémorisé et l'a représenté.

Resumo

O *Auto de Santa Catarina* é um texto do século XVI, do poeta madeirense Baltazar Dias, cujo original, em redondilha maior, se perdeu. Trata-se de um milagre que, segundo a tradição medieval, contava a vida de um santo e era representado nas praças públicas. Contudo, apesar de o texto original se ter perdido, conhecem-se várias edições posteriores, tendo sido também conservado na memória e tradição oral que o trouxeram até nós.

Neste artigo daremos conta de um "casco", recentemente descoberto, da representação que teve lugar em Brunhozinho, localidade do concelho de Mogadouro, em 30 de abril de 1933. Para além das reflexões sobre o chamado "teatro popular", a sua implantação e vitalidade nesta região, interrogaremos o texto sobre as suas particularidades ortográficas e grafemáticas, mas também sobre o fio do seu discurso, os seus valores, aquilo que fez com que o texto, talvez reduzido à sua textualidade, fosse apropriado pelo povo que o copiou, o memorizou e o representou.

1. A terra e os textos

A Terra de Miranda acolheu, transformou e recriou muitos textos do chamado "teatro de cordel", da "escola de Gil Vicente", assim como de outras fontes e origens. Mas houve também autores locais que escreveram e criaram os seus próprios textos, certamente inspirados pela torrente exterior que aqui ganhou formas próprias e raízes profundas. O processo de transformação foi tão

peculiar e o arreigo dos mirandeses a estas representações tem sido tão forte que poderemos falar com toda a propriedade num Teatro Popular Mirandês (TPM). Por outro lado, a forte tradição popular existente nesta região parece fortalecer a hipótese da existência de um teatro anterior a Gil Vicente.

O texto de que aqui dou conta foi por mim descoberto e recolhido, há pouco tempo, na localidade de Brunhosinho, concelho de Mogadouro. Trata-se de um texto manuscrito num pequeno caderno quadriculado, com cerca de 110 páginas, de 16 por 10 cm, com letra bastante legível e que, segundo informação constante na última página, foi representado “em Brunhosinho no dia 30 de Abril de 1933” composto por Luís Maria Mouro, de Sanhoane”. Na primeira página aparece-nos o título – *Auto de Santa Catarina* – com as personagens que “figuram” no auto. Supomos assim que este manuscrito é da autoria do referido Luís Maria Mouro. Mas, em rigor, trata-se do *Auto de Santa Catarina, obra novamente feita... por Baltazar Dias*, poeta português, do século XVI.

Contudo, as diferenças começam logo aqui. Para além do título que, em Baltazar Dias, é longo e explicativo, resta-nos apenas, o essencial, *Auto de Santa Catarina*, atestando que o nome é suficientemente conhecido e respeitado, não precisando de mais epítetos nem explicações. Para além disso, são acrescentadas duas personagens, o Anunciador e Maurício, filho do Imperador, citado no texto de Baltazar Dias – *mando a meu filho Mauricio / que destrua a christandade* – mas sem qualquer intervenção.

Vejamus uma edição, de 1786, do texto de Baltazar Dias existente na Biblioteca Nacional.



**AUTO
DE
S. TA CATHARINA**

OBRA NOVAMENTE FEITA DA VIDA

da Benaventurada Santa Chatharina Virgem, e Martyr, filha del Rei Costo de Alexandria; em a qual se conta seu martyrio, e glorioso fim... / feita por Balthazar Dias....

LISBOA
na Officina de Francisco Borges de Sousa, 1786. - 31, [1] p. ; 4º (20 cm)

A capa, para além da gravura, que enriquece o conjunto, e da referência aos interlocutores, destaca também o autor com a menção “novamente feita”,

garantia de uma variabilidade na repetição, isto é, do respeito e da prova da verdade.

O início do texto de Luís Mouro é, em quase tudo, fiel à obra de Baltazar Dias. Ainda assim, pelas diferenças lexicais, forçoso é de concluir que esta versão manuscrita não deverá ter sido feita a partir de nenhuma outra impressa, mas sim de uma outra fonte também manuscrita (ou mesmo a partir da memória do próprio regrador).

*Entra Santa Catharina, e sua
Mãe, e diz a Mãe.*

Já sabemos por certeza,
filha minha mui amada,
que fois de mor gentileza,
e mais sábia, e avizada,
que ha em toda a redondeza,
Pois em riqueza, e alteza
muito pouco nos são iguaes:
assim que entre os mortaes
não se acha tanta nobreza,
como vós a alcançais.
Ben sabeis que enojada
foi sempre por vollo pai:

*Entra Santa Catherina e sua Mãe e
des a mãe:*

Já sabemos por certeza
Filha minha **monto** amada
Que sois de **maior** gentileza
A mais sábia e avizada
Que **á emtoda** a redondeza.

Pois em riqueza e alteza
Monto pouco nos são iguais
Asim que entre os **mortais**
Não se acha tanta nobreza
Como vós alcançais.

Bem *sabemos* que **emmojada**
Foi sempre por **vóso pae**

2. Os autores

Quem eram Luís Maria Mouro e Baltazar Dias?

Luís Maria Mouro era natural de Sanhoane, aldeia do concelho de Mogadouro. Segundo as informações que recolhi nesta localidade, fornecidas por Isaías Mariano, 83 anos, que o conheceu, Luís Mouro não vivia da agricultura, fazendo pequenos trabalhos de carpinteiro e de pedreiro, mas dedicando-se sobretudo à taberna que herdou de seu pai. Quem sabe se não foi aqui que encontrou este texto, trazido por algum viajante, algum cego ou cantor, e se o próprio caderno em cujas páginas podemos encontrar também alguns rabiscos de contas, não serviria também para a contabilidade do referido estabelecimento.

Casou em Urrós, concelho de Mogadouro, localidade onde ainda reside uma das suas filhas, Maria Mouro, nascida em 1932. De seu pai guarda a memória de ser um homem “conhecedor de muita coisa”, que “sabia ler e escrever muito bem” e que, segundo ela, “de noite se punha a *comediar*”, recitando e compondo

os seus textos. Morreu novo, vítima de doença, quando ela tinha 15 anos. Ou seja, em 1948.

Afigura-se assim como perfeitamente possível que este manuscrito seja da sua autoria e não de outrem que o tenha copiado ou escrito.

Baltazar Dias nasceu na ilha da Madeira, tendo vindo, ainda jovem, para o continente. Sendo cego, dedicou-se à escrita por vocação e por necessidade. A grande e quase única notícia biobibliográfica conhecida consiste na referência, de 20 de Fevereiro de 1537, dando-nos conta do privilégio concedido por D. João III para só ele poder imprimir e vender as suas obras. Viveu, por isso, num período de transição entre a época medieval e o Renascimento, época de profundas transformações sociais, um tempo em que a palavra oral tinha maior valor do que a imagem e do que a escrita, e em que o ascendente destes autores / narradores lhes conferia “a autoridade de serem as únicas fontes de onde o povo poderia receber informações” (Maior, 1997).

Os textos do “poeta mais amado pelo povo”, deste “sublime ignorante” (Picchio: 1969)¹, não podiam escapar aos tablados mirandeses. Neles desfilaram, com grande sucesso, *A vida de Santa Imperatriz Porcina*, aqui chamada *Santa Amperatriç*, *o Auto de Santo Aleixo*, *A verdadeira tragédia do Marquez de Mântua e do Imperador Carloto Magno* e também *o Auto de Santa Catarina*. Não é o único autor da chamada escola vicentina cujos textos estão presentes (ainda que transformados) no TPM – Afonso Álvares, Padre Francisco Vaz de Guimarães, António Cândido de Souza Vasconcellos, João de Pádua, para além de alguns autores espanhóis, de outros textos anónimos e também de autores locais, são apenas alguns exemplos – mas os autos de Baltazar Dias destacam-se pelas muitas referências e representações. Distinguem-se sobretudo pelo êxito que tiveram junto das gentes desta região, por aquilo que, em outro artigo sobre este autor, eu chamei “a sintaxe da sedução”, isto é, a arte de dispor os elementos (discursivos) de forma a produzir uma retórica do prazer, capaz de agradar, de convencer e de tocar (Alves: 2007).

3. O Auto de Santa Catarina de Luís Mouro

Algumas das particulares do TPM são as metamorfoses operadas sobre os textos, acrescentando-lhe palavras, personagens, criando-os ou recriando-os. A questão autoral deve assim ser vista como o processo de transformação e de apropriação do texto que conduz a um conjunto de alterações, nomeadamente o papel da Profecia, do Tonto ou Gracioso, mas também ao processo de

¹ Contudo, não se pode dizer que ele fosse inculto, como o demonstram a versificação quase sempre correta dos seus textos, abordando grande diversidade de temas. A verdade é que também a chamada “literatura de cordel”, em que se integram as suas produções, tem sido sobejamente desprezada pela crítica literária. Género fronteiriço, expressão do gosto popular, paraliteratura, sub-literatura, são apenas alguns dos epítetos pouco laudatórios que lhe são atribuídos, se bem que este debate tenha igualmente produzido resultados que vão no sentido de reconhecer o valor cultural desta literatura.

encenação, ou seja, do espetáculo e da linguagem semiótica (gestos, marcações, dispositivo cénico, adereços, vestes, entoações, ritmo da elocução, música...). O resultado é uma espécie de texto palimpséstico no qual confluem quer as edições impressas, quer as eventuais cópias manuscritas, quer as memórias dos “regradores” que foram reconstruindo o texto segundo os seus desígnios, mas nos quais se plasmam, igualmente, os desejos coletivos. A vontade e ação individual são, por isso, inseparáveis da determinação histórica e social, uma dialética do reconhecimento que determina a margem de liberdade conferida ao “autor”.

No texto de Luís Mouro, um dos “acrescentos” é a *Profecia*, constituída por 22 quadras iniciais e mais 7 finais que são também da responsabilidade do *Anunciador*². Tal como no texto de Baltazar Dias também estas são, quase sempre, de sete sílabas (redondilha maior), uma das medidas mais usadas na poesia popular portuguesa desde os seus primórdios.

Como é sua função, a Profecia ou Anunciador tem o papel de apresentar a peça que se vai representar, contando resumidamente a sua história, apelando à atenção do público e pedindo antecipadamente desculpa pelos “erros” da representação. A entoação deve ser solene e a personagem aparece normalmente vestida com uma camisa branca, com laço preto, outras vezes com capa de honras e também com um livro debaixo do braço. Apreciemos os seus versos assinalando, em itálico, as formas cuja ortografia, embora incorreta, se afigura de fácil compreensão.

Entre um Anunciador e diz:

Depois de criada a terra
O céu e as *istrelas*
Deu Deus o conhecimento
Que *fosemos sojeitos* a *ellas*.

Desperta mundo e atende
Não fiques adormecido
Já *retombão* os clarins
Contra o inimigo.

Já o *istandarte rial*
Vem *sobri* o cristianismo
A *destruir* a soberba
Do mais profundo abismo.

Pobelicando vem em Cristo
Cheio de graça *emfenita*
Para satisfazer a terra
Que antes *istaba* maldita.

A mais *omilde* donzela
Da *fedelíssima* nação
Quis adorar a Cristo
Para seguir a religião.

Era Catarina *fermoza*
Nascida na Alexandria³
Era filha do Rei casto
Emsinada em grande doutrina.

² Num outro texto recolhido pelo GEFAC (grupo de Etnografia e Folclore da Universidade de Coimbra), em São Martinho de Angueira, nos anos 70, datado de 1929 e assinada pelo senhor Américo dos Santos Ferreira, não encontramos a Profecia mas, em contrapartida, foram acrescentadas duas personagens, dois diabos, bem características do TPM, *Lusbel* e *Satanás*, com a particularidade de um deles aparecer, numa parte, disfarçado de Anjo. Este texto, segundo Valdemar Gonçalves, está baseado numa edição de 1886, editada pela Livraria - Editora Cruz Moutinho, Rua dos Caldeireiros, Porto.

³ “nallichandria”.

Tinha apenas dezoito anos
Esta donzela *minina*
*Ques*⁴ seguir a virgindade
Para a *quetória debina*.

Dezobedeceu a soa mai
Porque tinha razão
A *mai* toda irada
Levou-a⁵ a um ermitão.

Que *negase* a lei de *Christo*
Ali na *soa prezença*
Para que ela *cazase*
Com o filho de Maquecencio.

Mas ela não *consentio*
Desprezou *todo* isto
E pediu ao ermitão
A *emmaigem* de *Jazos Christo*.

Prostrou-se⁶ de *joeilhos*
Libantou as maus ao céu
Despediu-se de *soa mai*
Para a ermida se *recolheo*.

Fes oração a Deus
Pelo ermitão foi batizada
Dali *seguio* a lei de *Christo*
E da Virgem Sagrada.

Coando Maquecencio soube
Todo isto em *berdade*
Mandou seu filho Maurizio
Adestrou a *christandade*.

Catarina chamou a Prefrrio
Anda não tenhas dor
Que eu *bou brebimente*
Falar com o *emperador*.

Disse-lhes⁷ ao *emperador*
Dame a tua *a tenção*
Destroiste a *chrestandade*
Mataste a *montos* sem razão.

O *emperador reivozo*
Entregou-a⁸ com a *tenção*
Como tu *quers* seguir
O *cegu* povo *christão*.

O *emperador emtregoa*
E vendo que a não podia vencer
Mandou-a meter na *prizão*
Treze dias sem comer.

Desselhes o *emperador*
Para que castiguem teu *ero*
Mandou que *fose* açoutada
Com *doas baras* de ferro.

Vendo que a não vencia
Vai-lhe *augumentar* mais dores
Mandoa emterrogar
Por três sábios doutores.

Coando viu que os doutores
De Catarina *tinhão* dó
Mandou fazer uma roda
Para ser feita em pó.

Todos estes *trementos*
Lhe *davão* mais alegria
Mandoa em tão degular
Com a maior tirania.

Emmitai a *Chatarina*
Na constância e na virtude
Para que Deus vos ajude
A *viverdeis* mais *felis*.

E vós, ó *pobo christão*
Que *istibestes* a *iscotar*
Descolpai a minha *empresão*
Que me vou a retirar.

Fendice da *Profesea*.

⁴ Esta forma popular do pretérito perfeito do verbo querer ainda hoje se pode ouvir nesta região.

⁵ “loboá”.

⁶ “Postrouse”.

⁷ “Deselhes”.

⁸ “Emtregoa”.

De igual forma, o texto final relembra a obra a que assistiram, fazendo novo apelo para que o povo imite o exemplo de Santa Catarina.

Des o Anunciador *coando* vão a
enterrar a Santa:

Coando Deus *soparou*
A *jupiter* do cristianismo
Ó *coanta jenti* se *salbou*
Pelo sacramento do batismo.

Vesteis esta *donzella*
Os seus pontos de acabamento
Pois tinha dezoito anos
Coando recebeu tal sacramento.

Deres que se batizou tarde
Mas Deus *a sem* o *pormeteu*
Ainda lhe chega a tempo
Para triunfar no céu.

Com os Anjos celestiais
Que *acompanhão* seu *fenaral*
Mais acompanha *Jazos Christo*
No reino celestial.

Três pessoas que adorou
De todo o seu coração
Padre, filho e *espereto* santo
Leba no seu coração.

Vesteisla a contar *croelmente*
Com a maior *croeldade*
Só pra chigar ao trono
Da Santíssima *trendade*.

Debemos todos imitar
Esta marter que já morreo
Para que *om* dia nos aponte
Assoa direita no céu.

Maurício é outra das personagens acrescentadas neste texto. Cabe-lhe o papel de dar vida e tornar real a ordem do Imperador (*mando a meu filho Mauricio / que destrua a christandade*). Por outro lado, a julgar pelas indicações cénicas, não seria de estranhar que a representação contasse também com um grupo de soldados, modernos, armados com pistolas e fazendo fogo.

MAURÍCIO
Senhor não será *bei* feio
Dar termentos aus que lá istão
Porque numa⁹ *christandade*
Morei montos sem razão.

EMPARADOR
Não quero saber de mais nada
*Poi*¹⁰ as tropas em cordão¹¹
Dalhe trementos croeis
Para vingar meu coração.

Maurício “*poi*” as tropas em sentido e manda marchar ao toque e
“*des*” *Maurício*:

⁹ “noma”.

¹⁰ “Põe”.

¹¹ “cordoa”.

Tenhamos *monto coidado*
Centinelas com primor
 Para dar a *Jopeter*¹²
 Grandes honras de louvor.

Ó *Jopeter* meu senhor
 Quem *dezonra* vosso poder
 Vai a ser todo queimado
 Ninguém lhe poderá¹³ valer.

Darão a descarga. “Aque” torna o Ermitão com Santa Catharina e “dês” o “Irmitão”.

3.1 Os valores

Que valores e razões terão feito com que, na Terra de Miranda, os textos de Baltazar Dias e tantos outros, fossem representados durante tantos séculos, arrastando multidões que assistiam, de pé, diante dos tablados, a estes espetáculos?

Em primeiro lugar é preciso referir que as “comédias” – como localmente se chama a todas estas representações – eram ocasiões de grandes ajuntamentos populares, de festa, talvez de galhofa e de folia, independentemente da peça representada¹⁴. Para além do *Auto da paixão*, representado em 1945, ao qual terão assistido cerca de 20000 pessoas, temos informações e registos fotográficos que nos mostram como estas manifestações eram concorridas. As provas deste carácter festivo, alegre e até provocador, encontram-se em muitas pastorais diocesanas nas quais, desde o século XVII, os bispos de Miranda aludem aos supostos abusos por ocasião destas representações.

...abusos prejudiciais e escandalosos, nos dias da oitava do nascimento do Natal, um modo de festa a que chamam pandorcas, fazendo danças e festejos por mortos, comendo e bebendo, descompondo muitas pessoas, e ainda o canto das missas por lavradores seculares sem clérigos, chegando-se a cantar a Epístola. (*Dom Frei António de Santa Maria, bispo de Miranda, 31 de Janeiro de 168*)

¹² “Júpiter”.

¹³ “pora”.

¹⁴ No final de uma representação de *A criação do mundo*, que teve lugar em Urrós (Mogadouro), em 1924, houve um “barulho” entre alguns dos presentes, nomeadamente os de “Brunhozinho” e “Vila Chã”, tendo sido necessária a intervenção da Guarda Nacional Republicana que, ainda assim, não impediu que alguém ficasse com “sete buracos na cabeça”. Ora, a aldeia de Vila Chã da Braciosa fica no concelho de Miranda do Douro distando, hoje, cerca de vinte quilómetros de Urrós. Mas, nessa época, ambas as aldeias se encontravam apenas unidas pelo caminho medieval conhecido pela estrada de Miranda. Por isso, como se pode confirmar, estas representações arrastavam, de facto, grandes massas humanas, oriundas de toda a região, com as notícias das representações a chegar também bem longe.

... proíbe “que nas igrejas se recitem comédias ou outras representações, ainda que sejam de coisas espirituais”. (*Dom Frei António de Santa Maria, bispo de Miranda, Pastoral de 20 de Fevereiro de 1689*)

Este *Auto de Santa Catarina*, segundo os testemunhos que recolhi em Brunhosinho, foi igualmente um grande acontecimento, com actores locais e também da vizinha Sanhoane (terra do “regrador” e “autor”), tendo sido representado num lago com uma dimensão bastante razoável, capaz de acolher mais de um milhar de pessoas. Terá sido, por isso, uma grande festa, à qual assistiu todo o povo bem como as gentes vindas de localidades vizinhas.

Este carácter festivo, o riso ancestral, primevo e regenerador, constitui, sem dúvida, uma orientação a ter em conta quer para o sucesso desta representação quer para a compreensão das suas raízes históricas.

Mas não creio que esta seja a explicação única e suficiente para o sucesso destas representações e também para que uns textos se tenham mantido e outros não.

O texto do *Auto de Santa Catarina* transporta-nos para um mundo antagónico, violento, onde os primeiros cristãos, poucos e fracos, se debatiam contra o todo-poderoso império romano. É neste pano de fundo que se desenrola a ação. Catarina, possuidora de inúmeros dons tanto físicos como morais, filha de uma ilustre família da nobreza, descendente em linha direta de reis, ousou enfrentar o imperador Maximiano. Venceu os doutores por ele enviados para a tentarem dissuadir da sua fé e a afastarem da religião cristã. Irado, o soberano mandou que a prendessem durante treze dias, sem beber nem comer.

EMPARADOR
Pode ser mor *vitopério*
Que esta com seu *emganos*
Dezonrar todo este *emperio*
Com seus *detos* tão *prefanos*.

Ó meus *deuzes sobranos*
Porque destes tal poder
A esta mágica *molher*

Que nos faça tantos danos
Sem a podermos vencer.

E porque as outras *cendeias*
Possão este exemplo ter
Mandoa no *cárcer* a meter
E que *isteija* treze dias
Sem lhe darem de comer.
(...)

Alimentada por um Anjo, saiu ainda mais bela e formosa sendo depois condenada ao martírio da roda. Mas, mais uma vez, foi salva por um Anjo que destruiu as navalhas. Furioso, o Imperador mandou que fosse degolada. Ao fazê-lo constataram que, em vez de sangue, saía leite.

ALCAIDE
Vede-la, senhor, *aque*
Mais *gozóza* e mais *comtente*
Que *istaba* *coando* a meti
Ora eu digo certamente
Que tem o Diabo em si.

Coando na *carcer* a meti
Estava toda *frida*
Agora a *veijo* guarida
Mais sã que *nomca* a vi
Em dias da minha vida.
(...)

ALCAIDE
 Um *tremento* lhe darei
 Com que ella seja ispantada
 E depois de forçada
 Que se torne a *nósa* lei
 Ou *mora* despedaçada.

 Trago logo sem tardar
Coatro rodas de navalhas
 E nela *seija* lançada
Sinão for feita em migalhas
 Que digam que não sei nada.

(...)

Alcaide ao Emparador, depois de degolar a Santa.

Vossa sanha grande *pezar*
 Pede a Deus que aproveite
 Porque nomca vi lançar
 Em *logar* de sangue leite
 Esto é *coiza* de *ispantar*

A história maravilhosa e fantástica constitui assim a razão (quase) suficiente para atrair as multidões. Mas há nela muitas outras peripécias capazes de seduzir e de confortar o espectador.

A história do auto inicia-se com o casamento, simbólico, entre Catarina e o próprio Cristo. Este deus que vem para junto dos homens, desce e anda no meio deles, esta espécie de heresia mas também de união simbólica entre o céu e a terra, entre o humano e o divino, não agradaria ao povo humilde, sempre desejoso de ver desferrado o seu tradicional desprezo e ansioso por se equiparar ao divino?

A defesa dos mais fracos e frágeis é uma constante na literatura oral e tradicional. Nas fábulas é o animal mais pequeno e mais fraco que vence e domina o animal mais forte. Nos contos maravilhosos é o irmão mais novo, frágil e ingénuo, que derrota os irmãos mais velhos que o querem matar, desprezar ou roubar. E são também estes alguns dos argumentos de Catarina perante o desafio do Imperador para que ela discuta com os seus sábios:

SANTA CATHARINA
 (...)
 Em que pareça *menena*
 Não *jolgues* por *parcer*
 Que às vezes tem *entender*
Pessoa mui pequena
 Mais que a grande pode ter.

E não agradaria também, pelo menos a uma parte do público, o facto de ser uma mulher a vencer o todo-poderoso Imperador?

ALQUAIDE
 Não a devemos de crer
 Pois por deusa não a temos
Nei de *Jopiter* é filha
Coanto mais *vei* sabemos
 Ser *oma* fraca *molher*.
 (...)

JÓNES
Moi grande *ispanto* *avemos*
 Senhor do seu *entender*
 Que nos faz *aque* trazer
 Para que nós *despotemos*
 Com *oma* fraca *molher*.

Tal como nos contos de aventuras, em que a astúcia feminina se sobrepõe à força masculina, também Catarina derrota os três Doutores com os seus argumentos e a sua fé. Na verdade, não podemos esquecer os princípios religiosos que constituem a trave-mestra do ideário de Baltazar Dias. Neste auto eles são muito claros: o batismo como condição e garantia de salvação; a castidade como valor supremo; a trindade divina como dogma indiscutível; a doutrina cristã como verdadeira e inquestionável.

SANTA CATHARINA
Eu não sei porque quereis
Cuvrar minha *vergindade*
Com *istado* de vaidade
Pois que já de mim sabeis
Minha *num* casta vontade.

(...)

Monto me *ispanto* de *te*
Tratares com tal *croeldade*
Os cristãos desta cidade
E *presegueres a sem*
A fé da santa *trendade*.
(...)

SANTA CATHARINA
Ques o Senhor ser *labado*
Por lavar as *nósas* mágoas
E *ques* das águas ser molhado
Para dar *vertode* às águas
De tirar nosso pecado.

E *tambei* foi *batizado*
Por dar começo ao *batismo*
E tu *istás* no abismo
Se não fores perdoado.

O sucesso das obras de Baltazar Dias, a sua arte e engenho para agradar ao povo, é muitas vezes explicado pela linguagem simples, pela fidelidade aos gostos e tradições populares, mas também por se tratar de um autor que não interroga, não duvida, não põe em causa.

Todos estes argumentos me parecem válidos e verdadeiros, mas seria necessário aclarar e definir o que se entende por “gosto popular” e por “linguagem simples”, apurando igualmente quais são os “temas que agradam ao povo”. Seja como for, se estes textos foram acolhidos, cresceram e ganharam raízes na Terra de Miranda, é porque aqui encontraram um terreno fértil, uma tradição profunda e um poderoso caudal que já transportava outras manifestações anteriores quer ao teatro da chamada escola vicentina quer aos textos de cordel que se lhe seguiram. No caso deste drama de fundo histórico, para além dos temas já referidos, é de notar a presença quer da mitologia pagã, com referências a Júpiter, Juno, Plutão, Neptuno, Vulcano, mas também Calíope, a musa da poesia épica, quer do texto bíblico, nomeadamente dos milagres atribuídos a Jesus Cristo no Novo Testamento: o andar sobre as águas, a cura de um cego, a cura de um paralítico e a ressurreição de Lázaro.

E tu que fostes adorado
 Dos Reis *magus* do *hóriente*
 E tu que fostes levado
 Au Egipto¹⁵ e criado
 Da tua madre *ecelente*.

E por salvação da gente
 Te *quezeste* batizar
 E tu que *passasti* o mar
 Com o teu corpo inocente
 Pela água sem te molhar.

Tu, Senhor, que *alomiaste*
 O cego *endemoniado*
 E o paralítico saraste
 E tu *reçucitastes*
 Lázaro sendo finado.

E *quezestes* ser chamado
Encamtador e malvado
 Do maligno povo *Hebreo*
 E tu que *fostes* levado
 Ante Anãs e Caifás
 E falsamente *acozado*
 E com outras *ovras* más
 Fostes *delles* mal tratado.

E de *ispenhos croado*
 Ante Pilatos *tambei*
 E *croelmente* açoutado
 E falsamente *acozado*
 A morte por *noso bei*.

Tu, Senhor que *padecestes*
 No meio de dois *ladrois*
 Morte que não *merceste*
 E por livrar de *paichão*
 O povo que tu *fizesti*.

Por isso, os textos de Baltazar Dias, tal como tantos outros que desfilarão pelos *trabados* da Terra de Miranda não podem ser julgados apenas como “simples”, “populares” ou mesmo “ingénuos”. Seja qual for a natureza das respostas para explicar o seu sucesso, eles só podem ter sobrevivido porque, de alguma forma, refletem no microcosmos regional uma visão particular do mundo na qual se plasmam as relações profundas entre a vida cultural, social e histórica do povo. Ao abrirem-se os panos dos *trabados*, nele desfilam os tipos sociais, os desejos profundos, as ideias morais, as preocupações sociais, os costumes, as tradições que fazem parte da história local mas que mantêm relações com a História Universal. Por isso, estes textos, que viajaram pela tradição, quer nas suas relações dialógicas com tantos outros textos da tradição oral quer rodando de boca em boca e de ouvido em ouvido, são depositários e veiculadores de cultura.

3.2 A ortografia

O interesse do nosso texto não se esgota nem na sua análise temática nem na sua força especular da identidade regional. Ele tem igualmente interesse para a História da Língua, quer como documento histórico, quer como fonte de documentação para ortografias, pronúncias e formas antigas ou desaparecidas. Vejamos algumas dessas particularidades (os números assinalados entre parêntesis correspondem ao número de ocorrências):

- Variação ortográfica: *aus* (14), *coidado* (4), *cegu* (4), *cazar* (4), *caza* (4), *cazamento* (1), ...

¹⁵ “igueto”.

- Transferência para a escrita de flexões verbais da oralidade popular: *seija* (17), *fes* (10), *fás* (9), *veijo* (7), ...
- Transferência para a escrita de sons da oralidade popular: *ispozo* (8), *salbação* (5), ...
- Formas verbais populares: *ques* (13) > quis; *fes* (10) > fiz; *des* (18) > diz; *dessera* (2) > dissera; *tendeis* (2) > tendes; *destróia* (1) > destrua; *darás-lhe* (1) > dar-lhe-ás;
- Troca de [v] por [b] (com fenómenos de ultracorreção): *salbação* (5) > salvação; *librar* (4) > livrar; *libro(s)* (2) > livro; *vatizar* (1) > baptizar ...
- Uso de “m” para representar vogal nasal: *emteiro* (4) > inteiro; *comtado* (2) > contado; *emsinada* (2) > ensinada;
- Representação por -s- da sibilante surda intervocálica, denunciando a provável realização apical surda [ʃ] : *noso* (3) > nosso / nosso (6); *vosso* (2) > vosso / vosso (7);
- Representação do ditongo nasal, decrescente, na palavra *muito*, grafado -on, correspondendo assim à pronúncia local e também a uma das formas antigas desta palavra: *monto* (23) > muito; *montos* (6) > muitos;
- Grafia de “o” em vez de “u”: *croel* > cruel; *mondo* > mundo; *nomca* > nunca; *croeldade* > crueldade; *Jopiter* > Júpiter;
- Representação da pronúncia real com [i] por [e] ou “e” mudo: *esti* (7) > este; *isclarecida* (3) > esclarecida; *istrellas* (1); *istrelas* (1) > estrelas.

Como se pode constatar, estas peculiaridades ortográficas revelam quer o nível de escolaridade do autor do casco, Luís Mouro, quer algumas das peculiaridades regionais de linguagem. Muitos dos fenómenos e “erros” resultam da própria dicção, denunciando, outras vezes, fenómenos ainda vivos, que não devem ser considerados como meros “erros de linguagem”, mas antes como realizações que nos podem dar conta de estádios diferentes de evolução da própria língua.

Mas no que se refere ao texto, na sua componente exclusivamente escrita, também não podemos esquecer que o mesmo nos aparece numa civilização de oralidade, predominantemente analfabeta, em que o “verbo” possui um valor simbólico e mágico, que ganha forma ao ser realizado e tornado vivo, nomeadamente no espetáculo teatral. O texto verbal é inseparável do texto semiótico, em que o dispositivo cénico, os gestos, as marcações, a entoação das frases dos versos, a música que acompanha a representação, constituem um conjunto indissolúvel. Por outro lado, é bom lembrar que muitos textos, embora com o apoio do suporte escrito, foram conservados exclusivamente na oralidade, pois, em muitos casos, só o “regrador” sabia ler e escrever. Os atores decoravam todo o texto, dito em voz alta e solene pelo regrador. A escrita funcionou, assim, um acessório, em que o folheto era simultaneamente a garantia de autenticidade e também um precioso auxiliar na conservação e na transmissão do texto.

4. Conclusões

Até aos anos 50 do século passado, mesmo quando a região era um espaço fechado ao exterior, sem ligações rodoviárias nem ferroviárias, (José Leite de Vasconcelos conta que, nos anos 90 do século XIX, demorou cerca de uma semana a chegar do Porto a Miranda), recebeu, comungou e participou de algumas correntes culturais que a literatura – de cordel ou não – trazia até às diferentes localidades, até à porta de cada um, pela voz dos cegos, através dos folhetos vendidos nas feiras transformadas também em verdadeiros mercados culturais. Contudo, com a construção de novas estradas, com a abertura ao mundo, mas sobretudo com a desertificação do mundo rural, as mudanças sociais, a ação niveladora dos meios de comunicação, estas tradições vêm desaparecendo, sufocadas pelos novos ritmos de vida.

Perderam-se muitos textos, mas estamos em crer que a sua imagem e muitos dos seus valores continuam vivos na memória coletiva. Se eles criaram raízes tão profundas (e alguns deles continuam a representar-se) é porque abraçam as necessidades das sociedades, adaptando-se às suas mutações. Por isso, a sua permanência não se deve apenas ao isolamento ou a fatores históricos. Na sua simplicidade, encerram estratégias discursivas e mensagens profundamente humanas. A abertura para um mundo maravilhoso, mágico e benfazejo é, como vimos, uma razão importante. Por outro lado, eles fornecem sempre algumas respostas quer para as angústias quotidianas quer para as dúvidas mais profundas, humanas, religiosas ou metafísicas. E se muitas respostas nos podem parecer absurdas ou risíveis, o mais importante, para a cultura dita popular, é obter uma solução e não uma verdade.

Referências Bibliográficas

- Alves, António Bárbolo (2007): “Esthétique et affectivité dans le théâtre populaire mirandais”. In: *Studii si cercetari – Seria Limbi si literaturi romanice*. Universitatea din Pitesti, 23-30.
- Caro Baroja, Julio (1990): *Ensayo sobre la Literatura de Cordel*. Madrid: Istmo.
- García de Enterría, Maria Cruz (1973): *Sociedad y Poesia de Cordel en el Barroco*. Madrid: Taurus.
- Mourinho, António Maria (1990): *Terra de Miranda. Coisas e factos da nossa vida e da nossa alma popular*. Miranda do Douro: Câmara Municipal.
- Nogueira, Carlos (2006): *Literatura de Cordel portuguesa: história, teoria e interpretação*. Lisboa: Apenas Livros.
- Picchio, Luciana Stegagno (1969): *História do Teatro Português*. Lisboa: Portugália Editora.
- Pinto, José Borges (2003): “Ensaio sobre teatro popular mirandês”. In: *Teatro Popular Mirandês – Textos de Cariz Profano*. Coimbra: Almedina, 19-86
- Gonçalves, Valdemar (2000): “Teatro popular mirandês. Seguido de um inventário dos *cascos* representados na Terra de Miranda”. In: José Francisco Meirinhos (coord.): *Estudos mirandeses. Balanço e orientações*. Porto: Granito Editores e Livreiros, 151-178.
- Vila Maior, Dionísio (1997): “Baltazar Dias em filigrana dialógica”. In: *Discursos* 14 [II série], Coimbra, Universidade Aberta, Abril, 1997, 53-81.

Primeiros Ecos de Ferdinand de Saussure na Gramaticografia de Língua Portuguesa*

Evanildo Bechara
Academia Brasileira de Letras
e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
ebechara@academia.org.br

Abstract

The present article aims to show that the linguistic and grammatical production Manuel Said Ali dedicated to the Portuguese language might be the first work in the world of grammaticography to benefit of the saussurean dichotomies *langue* and *parole*, of *synchrony* and *diachrony*, amongst other teachings of the Genevan linguist.

Keywords: *Langue, parole, synchrony, diachrony*, descriptive grammar, school grammar, psychology of language, Manuel Said Ali, Ferdinand de Saussure, vowel alternation, metaphony.

Resumo

O presente estudo pretende mostrar que a produção linguística e gramatical do Manuel Said Ali sobre língua portuguesa talvez assinale a primeira obra no mundo da gramaticografia a se beneficiar das dicotomias saussurianas de *langue* e *parole*, de sincronia e diacronia, entre outros ensinamentos do mestre genebrino.

Palavras-chave: *Langue, parole, sincronia, diacronia, gramática descritiva, gramática escolar, psicologia da linguagem, M.Said Ali, Ferdinand de Saussure, alternância vocálica, metafonía*

É hoje indiscutível a presença de ideias de Ferdinand de Saussure no panorama da linguística, e não está longe da verdade a afirmação de Émile Benveniste (1966: 33) de que não há em nossos dias linguista que não lhe deva alguma coisa, nem teoria geral que não mencione o seu nome.

Embora os modelos teóricos de descrição linguística não tenham o compromisso imediato de aplainar dificuldades no ensino da língua materna ou de estrangeiras, vale a pena, neste momento em que se realiza um congresso em cujos temas está a obra do genial genebrino, rastrear a presença dos ensinamentos de Saussure na elaboração de gramáticas escolares. Neste sentido,

* Comunicação apresentada ao IV Congresso Internacional de Língua Galego-Portuguesa: Em homenagem a Ferdinand de Saussure (Vigo, 28 de outubro – 1 de novembro 1993), e aqui reproduzida com pequenas variantes.

conheço dois bons estudiosos que, mesmo antes de serem retomados definitivamente alguns conceitos do *Cours de linguistique générale*, em obras técnicas, orientaram o modelo de sua descrição em livro didático por ensinamentos auridos em Saussure. Cronologicamente, o primeiro deles foi o linguista e filólogo brasileiro Manuel Said Ali (1861-1953); o segundo, o linguista suíço Albert Sechehaye (1870 – 1946). Deste último, lembro o *Abrégé de grammaire française* (1926), em que, ao estabelecer um “Tableau systématique des conjugaisons”, declara, no “Avertissement”, reportando-se à segunda edição do *Cours*, de 1923:

En faisant ce travail nous n'avons voulu tenir compte que des rapports morphologiques actuels et faire, non pas de l'histoire ou de l'étymologie, mais de la grammaire strictement “synchronique” selon le mot et la doctrine de F. de Saussure (Sechehaye 1926: 79)

Said Ali já denuncia o aproveitamento mais cedo e mais profundo da leitura de *Cours*. Publicada a obra de Saussure em 1916, já em 1919, na segunda edição das *Dificuldades da língua portuguesa*, a ela se referia nesses termos:

Levei sempre em conta, nas diversas questões de que me ocupei, o elemento psicológico como fator importantíssimo das alterações de linguagem e, inquirindo a persistência ou instabilidade dos fatos linguísticos, tomei para campo de pesquisas não somente o português do período literário que se estende de João de Barros a Manuel Bernardes, mas ainda o falar hodierno e, por outra parte, o menos estudado falar medieval. Pude assim colher resultados que dão regular ideia da evolução do idioma português desde a sua existência até o presente, de onde se vê a razão de certas dicções duplas, coexistentes ora, e ora sucessivas, fontes muitas vezes de renhidas e fúteis controvérsias. Nesses fatos encontraria F. de Saussure, creio eu, matéria bastante com que reforçar as suas luminosas apreciações sobre linguística sincrônica e linguística diacrônica (Ali 2010: XII).

Das distinções primárias estabelecidas por Saussure (sincronia e diacronia; língua e fala), a primeira parece que foi a inicial nas preocupações do mestre e a que oferecia maior possibilidade de operacionalização imediata em livro destinado a descrever o idioma com objetivos pedagógicos, já que, por meio dela, se fugia à metodologia praticada na época, de considerar a língua cavalgando em dois domínios, o dos estados e o das sucessões. Colocando-se o investigador dentro da perspectiva diacrônica, como bem procedera Saussure, “[...] ce n'est plus la langue qu'il aperçoit, mais une série d'événements qui la modifient” (Saussure 1995: 128).

Parece que o livro da série que mais problemas de caráter metodológico apresentou a Said Ali foi o destinado a estudar historicamente o português. Fazia parte do currículo escolar do secundário, um curso de “Gramática histórica”, e o nosso autor, diante das considerações expostas no *Cours*, teria de seguir rota

diferente, visto que, para Saussure – que tomava o termo gramática numa acepção muito precisa, de descrição de um “estado de língua”, e, portanto, sincronicamente – não havia “gramática histórica”, e sim linguística diacrônica.

Partindo dessa lição, Said Ali deu ao seu livro o nome de *Gramática do português histórico* (e não *Gramática histórica do português*), em que descreve os fatos, levando em conta os diversos estados de língua, desde o início da documentação histórica até os nossos dias. O que pretendeu o autor foi mostrar as mudanças linguísticas ocorridas nas diversas fases por que passou o português. Para tanto, não ficou na divisão clássica proposta por José Leite de Vasconcelos, segundo a qual duas são as fases históricas do português: a *arcaica* (das origens aos princípios do século XVI) e a *moderna* (daí aos nossos dias). Said Ali, para poder com mais exatidão comparar os estados de língua, distinguiu, no português *moderno*, as subfases do *português quinhentista*, *português seiscentista* e *português setecentista*, e acrescentou a fase “*hodierna*”, com as características criadas ou fixadas a partir do século XIX (algumas remontam ao século XVIII). Para o tratamento de um fato linguístico sob o enfoque da sucessão na obra de Said Ali serve de exemplo o comentário relativo ao emprego do artigo definido junto ao pronome possessivo adjunto:

O possessivo adjunto ocorre em português, anteposto a um nome, ora sob a forma simples e originária (*meu, teu, seu*, etc.), ora reforçado com o artigo (o *meu*, o *teu*, o *seu*, etc.). Não podemos precisar a época do aparecimento desta segunda forma. Existia provavelmente muito antes dos primeiros documentos escritos. Certo é que o seu emprego era relativamente restrito e só de Camões para cá se torna, de século para século, cada vez mais notória a frequência de possessivo reforçado. Fernão Lopes poucas vezes se socorria desta forma; em seus escritos ela figura ao lado dos exemplos de possessivo destituído de artigo, em proporção muito pequena: 5%, aproximadamente. Já nos *Lusíadas* sobe a percentagem a 30%, na linguagem de Vieira a mais de 70% e finalmente na de Herculano a mais de 90% (vol. I², págs. 97-98).

A consequência da oposição sincronia x diacronia não ficou restrita à fuga original da denominação “gramática histórica”, mas foi mais adiante. Se a sincronia é a descrição de um sistema linguístico num dado momento ou fora do tempo, e a diacronia o estudo do desenvolvimento desse sistema através do tempo, de geração a geração, está-se fazendo diacronia tanto ao se compararem dois sistemas durante um grande espaço de tempo (por ex., o sistema latino e o sistema português), dentro do modelo canônico das gramáticas históricas, quanto dois sistemas delimitados por um espaço de tempo mais curto (por ex., o português antigo e o português moderno, ou o português moderno e o português hodierno). O estudo de linguística diacrônica é tão válido quando levado a cabo, segundo a primeira hipótese, quanto pela segunda hipótese. Said Ali optou por esta segunda maneira de encarar o estudo diacrônico e, pela primeira vez em língua portuguesa, elaborou uma “gramática histórica” sem partir diretamente do

latim, preocupado que estava com o plano das sucessões dentro do próprio português. Neste ponto ousou não crer certa a opinião de Mattoso Câmara Jr., quando, considerando esta obra de Said Ali dentro da “descrição sincrônica da língua, nos moldes propugnados por Saussure”, assim se expressa:

E em verdade se pode dizer que o seu campo de interesse foi a descrição sincrônica da língua, nos moldes propugnados por Saussure. Assim, a sua *Gramática histórica* (...) não é o que por esse nome entendiam os seus contemporâneos, os mestres neogramáticos alemães, e o que se entende ainda hoje: um estudo da cadeia de mudanças, a partir do latim vulgar, dos sons vocais, das formas gramaticais e das construções sintáticas. É no fundo uma gramática expositiva, complementada por um cotejo com as antigas fases da língua. Aí se acham apresentadas mais minuciosas as ideias gramaticais que nos oferece nessa admirável síntese didática que é a “*Gramática secundária da língua portuguesa*” (Câmara 2004: 187).

Sou de opinião, aliás, em companhia do próprio Said Ali, que seu livro é uma gramática histórica, é um estudo de linguística diacrônica dentro do que entendia Saussure por diacronia, estudo da língua dentro da história, no plano das sucessões. Por outro lado, não vejo na *Gramática secundária* menos minuciosamente tratadas as mesmas ideias gramaticais da *Gramática histórica*; é, sim, uma exposição do estado de língua a que Said Ali chamou *português hodierno*. É verdade que aí cita autores clássicos representativos do estado de língua anterior ao qual chamou *português moderno*; os fatos gramaticais que documentam, porém, são todos vigentes na língua de seus contemporâneos. Aliás, como ensinava Saussure, “o rio da língua flui sem interrupção; que seu curso seja lento ou de torrente, é de importância secundária”¹.

Esta novidade, dentro do maior rigor científico, aparecida ao público especializado e aos alunos em 1921, não foi bem entendida, e serviu, entre outros pontos, de alvo de crítica de um membro da Academia Brasileira de Letras, integrante da comissão que concedeu, naquele ano, ao autor da *Lexeologia do português histórico*, o primeiro prêmio Francisco Alves, instituído para a melhor obra sobre a língua portuguesa. O argumento do crítico a respeito da novidade era esse: uma gramática histórica sem latim!

Apesar do peso da autoridade de que já gozava Said Ali no meio do magistério brasileiro e da concessão do prêmio pela Academia Brasileira de Letras, o autor teve de alterar o título, na segunda edição de sua obra, para *Gramática histórica da língua portuguesa*, a fim de atender às exigências dos programas oficiais de ensino. No Prólogo desta segunda edição, ainda procurava defender o ponto de vista anterior que dava à obra o seu tom de originalidade:

¹ "le fleuve de la langue coule sans interruption; que son cours soit paisible ou torrentueux, c'est une considération secondaire" (Saussure 1995: 193).

Constituíam os dous volumes uma gramática histórica que, sem desprezar a evolução do latim para o português, estudava *particularmente* (o grifo é meu) as alterações do idioma nas diversas fases do português histórico, isto é, no largo período decorrido desde o tempo que se conhece o português como língua formada e usada em documentos (pág. VI do 1º vol., 2ª ed. 1931).

A mudança do título e a ressalva exarada na segunda edição da obra de Said Ali não conseguiram que os contemporâneos a deixassem de ver como uma produção estranha, que fugia aos cânones tradicionais das gramáticas históricas escritas para o português, ou para outras línguas. Como resultado dessa impressão, vale lembrar que o livro, em vida do autor, não passou dessa segunda edição, saída à luz quase dez anos depois da primeira, o que significa, em se tratando de livro didático, um desastre editorial. Só mais tarde, a partir da década de 50, sendo mais conhecidas e discutidas as ideias de Saussure, é que a obra conhece maior número de edições, e é posta em evidência toda a novidade que ela inaugurara na década de 20.

Entre outras presenças de Saussure na obra de Said Ali, lembro aqui a relação íntima entre a psicologia de homem pensante e as alterações por que passa a linguagem. Confronte-se o comentário do mestre suíço:

Au fond, tout est psychologique dans la langue, y compris ses manifestations matérielles et mécaniques, comme les changements de sons (Saussure: 1995: 21)

Com este de Said Ali:

É a psicologia elemento essencial e indispensável à investigação de pontos obscuros. As mesmas leis fonéticas seriam inexistentes sem os processos da memória e da analogia. Até o esquecimento, a memória negativa, é fator, e dos mais importantes, na evolução e progresso de qualquer idioma (vol. I², pág.III).

Embora a natureza prática e pedagógica do livro de Said Ali não enfrentasse a oposição *língua e fala*, não passou despercebida a lição saussuriana de que é na fala

[...] que se trouve le germe de tous les changements: chacun d'eux est lancé d'abord par un certain nombre d'individus avant d'entrer dans l'usage (...) Mais toutes le innovations de la parole n'ont pas le même succès, et tant qu'elles demeurent individuelles, il n'y a pas à en tenir compte, puisque nous étudions la langue; elles ne rentrent dans notre champ d'observation qu'au moment où la collectivité les a accueillies (Saussure 1995: 138).

Eis como Said Ali se expressa a respeito:

Surge a inovação, formulada acaso por um ou poucos indivíduos; se tem a dita de agradar, não tarda a generalizar-se o seu uso no falar do povo. A gente culta e de fina casta repele-a, a princípio, mas com o tempo sucumbe ao contágio. Imita o vulgo, se não escrevendo com meditação, em todo o caso no trato familiar e falando espontaneamente. Decorrem muitos anos, até que por fim a linguagem literária, não vendo razão para enjeitar o que todo o mundo diz, se decide também a aceitar a mudança (vol.I², pág. IV).

Além da *Gramática do português histórico*, Said Ali escreveu, para a série didática, uma *Gramática secundária*, essa recebida com mais entusiasmo pelo círculo dos professores, e que chegou a ter algumas edições em vida do autor.

Como disse Saussure, a gramática “[...] étudie la langue en tant que système de moyens d’expression; qui dit grammatical dit synchronique et significatif” (Saussure 1995: 185). Said Ali conseguiu, talvez pela primeira vez em língua portuguesa, elaborar uma gramática quase exclusivamente dentro de um enfoque sincrônico, e este mérito não passou despercebido a um linguista do nível de Mattoso Câmara Jr. (2004: 187), que acerca desse livro afirmou tratar-se, como já vimos, de uma ‘admirável síntese didática’, ou noutro ensaio sobre João Ribeiro:

É, não obstante, inconcusso que no campo estrito da gramática também fez muito o nosso João Ribeiro, embora sem aquela sistematização nítida e formulação estruturada que fazem da *Gramática secundária*, de Said Ali, o livro até hoje insuperado em seu gênero para a língua portuguesa (Câmara 2004: 175).

Também, relativamente à nomenclatura, se podem rastrear algumas influências, ainda que leves, da leitura de *Cours*; assim é que Said Ali não agasalhou o termo *morfologia*, preferindo trabalhar com a denominação *Lexeologia*. É bem verdade que nessa opção o autor brasileiro passou ao largo das razões apontadas por Saussure para desprezar morfologia, que, para este, “linguisticamente, não tem objeto real e autônomo, não podendo constituir-se numa disciplina distinta da sintaxe”².

Mais profundas devem ter sido as razões colhidas em Saussure (1995: 215-220) sobre o conceito e a aplicação de alternância para que Said Ali pudesse fazer a seguinte opção terminológica:

Em pontos de nomenclatura evitei em geral o recurso de inovações desnecessárias. Preferi a denominação mais vaga de *alternância vocálica* a *metafonia* e a *apofonia* por me parecer que estes termos, segundo os encontros definidos, não exprimem com rigor a natureza da alteração fonética (*Gram. hist.*, I², III-IV)

² "Linguistiquement la morphologie n’a pas d’objet réel et autonome ; elle ne peut constituer une discipline distincte de la syntaxe" (Saussure 1995: 186).

Nas pegadas de Saussure, compreendeu Said Ali que os fenômenos rotulados por *metafonia* e apofonia encobriam oposições de funções gramaticais de pessoa, gênero, número, tempo, etc., e que as alterações fonéticas não eram “[...] ni la cause unique ni la cause principale de l’alternance” (Saussure 1995: 216). Tais alternâncias resultavam antes do que hoje chamamos *morfemas suprasegmentais*.

Pelo que vimos até aqui, podemos concluir que a gramaticografia de língua portuguesa, com o apoio na obra de Said Ali, tenha sido das primeiras, se não a primeira, a beneficiar-se das importantes reflexões teóricas de Ferdinand de Saussure e de suas consequências no estudo e descrição das línguas.

Referências bibliográficas

- Ali, Manuel Said (⁸2010): *Dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Ali, Manuel Said (²1937): *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1937.
- Ali, Manuel Said (⁴s.d.): *Gramática secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo
- Benveniste, Émile (1966): *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Éditions Gallimard.
- Câmara Júnior, Joaquim Mattoso (2004): “Said Ali e a língua portuguesa”, in Câmara Júnior, Joaquim Mattoso: *Dispensos de J. Mattoso Câmara Jr.* Nova edição organizada por Carlos Eduardo Falcão Uchoa, Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
- Saussure, Ferdinand de (1995): *Cours de linguistique générale*, Publié par Charles Bailly et Albert Sechehaye avec la collaboration d’Albert Riedlinger, Édition critique préparée par Tullio de Mauro, Postface de Louis-Jean-Calvet, Paris: Éditions Payot & Rivages (Grande Bibliothèque Payot).
- Sechehaye, Albert (1926): *Abrégé de grammaire française*, Zürich: Sekundarlehrerkonferenz des Kantons Zürich.

Un parcours de vie: les mots de Cavaco Silva

Ana Clara Birrento

Universidade de Évora, CEL-UE
birrento@uevora.pt

Maria Helena Saianda

Universidade de Évora, CEL-UE
mhrs@uevora.pt

Olga Baptista Gonçalves

Universidade de Évora, CEL-UE
obg@uevora.pt

Abstract

The autobiography of Cavaco Silva allows us to revisit the past through the eyes of the Man who re-lives his life, and builds his image of Portugal. The role played by memory is important in the reconstruction of a past different from the one we know, allowing a new past to demystify the image that has been attached to it. Truth is highlighted in the analysis of what Cavaco Silva writes by means of a reflection on a key-indicator: the frequency of words in discourse.

Keywords: autobiography, Portugal, memory, discourse, lexicometric analysis.

Résumé

L'autobiographie de Cavaco Silva nous permet de revisiter le passé à travers le regard de l'homme qui revit sa vie et qui construit ainsi son image du Portugal. La mémoire y joue un rôle fondamental car la reconstruction du passé permet qu'un nouveau passé, différent de celui que nous croyons connaître, démystifie l'image préalable construite pour lui. La vérité ressort de l'analyse de ce qu'il écrit par une réflexion sur l'indicateur-clé qui est la fréquence des mots dans le discours.

Mots clés: autobiographie, Portugal, mémoire, discours, lexicométrie.

Resumo

A autobiografia de Cavaco Silva permite-nos revisitar o passado através do olhar do Homem que revive a sua vida e que constrói a sua imagem de Portugal. O papel da memória é importante na reconstrução de um passado diferente daquele que julgamos conhecer, permitindo que um novo passado desmistifique a imagem que lhe foi atribuída. A verdade ressalta da análise do que escreve através de uma reflexão sobre o indicador-chave: a frequência das palavras no discurso.

Palavras-chave: autobiografia, Portugal, memória, discurso, lexicometria.

A l'époque de la parution de l'*Autobiographie Politique* de Aníbal Cavaco Silva la tradition du récit de vie n'existait presque pas au Portugal, en opposition avec ce qui se passait dans d'autres pays européens et notamment dans les pays anglophones.

Dans la préface, écrite en septembre 2001, l'auteur nous le dit, exprimant d'ailleurs à ce propos un certain regret

Contrariamente ao que acontece noutros países europeus e nos EUA, não há em Portugal uma tradição de aqueles que desempenharam cargos políticos importantes relatarem em livro a sua experiência. [...] Acho que é uma pena que o não façam. Penso que são depoimentos importantes para compreender o tempo em que os seus autores exerceram funções.¹ (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 12)

Effectivement, le savoir acquis pendant la longue période où des transformations importantes avaient eu lieu dans son pays, en Europe et même dans le monde quand il avait eu la responsabilité de conduire le destin du Portugal, ne serait pas partagé s'il n'avait pas révélé ce qu'il avait vécu comme protagoniste ou comme spectateur privilégié – “Olhando tranquilamente para trás [...] verifiquei como tinha sido protagonista e espectador privilegiado de acontecimentos e mudanças da maior relevância no país e no estrangeiro”². (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 11)

Le document positionne l'auteur dans l'espace et dans le temps, auprès et en relation avec des personnes qui ont vécu les mêmes événements dans les mêmes lieux, et contribue à annuler l'image négative de ses dernières années à la tête du gouvernement. Une image selon lui fautive. Une image qu'il n'avait pas envie de laisser à ses concitoyens préférant leur donner une explication (Bruss 1976) qui l'a amené à regarder la *peinture de sa vie* (Blanchard 1982) recombinaison des émotions: celles qu'il avait vraiment vécues et celles que l'autoréflexion du présent de l'écriture lui permettait de voir sous un autre angle, contribuant les deux à rétablir la vérité et à restituer sa crédibilité.

La parole autobiographique

Conscient du pouvoir exercé sur l'opinion publique par ce type d'écrit et conscient encore de détenir, en tant acteur et témoin des événements, un savoir unique, l'auteur reconfigure les événements du passé créant les conditions de possibilité, les nœuds de cohérence et l'insertion dans le réel qui lui permettront de le re-vivre.

¹ A l'envers de ce qui se passe dans d'autres pays européens et aux Etats-Unis, la tradition du récit autobiographique de ceux qui ont joué un rôle important dans la vie politique de leurs pays n'existe pas au Portugal [...] et je le regrette car il s'agit de témoignages importants pour la compréhension de l'époque où ils ont exercé leurs fonctions.

² En regardant tranquillement le passé [...] j'ai vérifié que j'avais été, en même temps, protagoniste et spectateur des plus importants événements et des grands changements au Portugal et à l'étranger.

Ecrire une autobiographie implique, naturellement, un retour en arrière et une prise de conscience de soi-même en tant qu'être en développement. Implique aussi que l'auteur ait une autoconscience capable de se décrire et de se réinventer dans l'exploitation de son passé. Implique encore un choix et une sélection des faits à raconter, permettant de dégager le rôle essentiel de la mémoire. Et implique finalement un certain détachement par rapport à soi, au vécu personnel et à la production du texte. C'est cette préoccupation que l'on trouve dans l'extrait ci-après

Foi grande a minha preocupação de rigor e de objectividade em relação aos factos e relatos de conversa. Quando a documentação a que tive acesso, os meus registos pessoais ou a memória não eram suficientemente claros quanto a este ou aquele ponto, preferi omiti-los.³ (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 12)

Quoiqu'il parle de soi, de son passé, la reconstruction faite met en évidence l'image d'un nouveau passé, identique au premier mais forcément différent, malgré l'effort pour en garder la vraisemblance. L'énonciateur – celui qui écrit sur soi pour autrui – est en effet différent de l'homme en train de vivre. Il s'agit d'un JE qui opère des choix aussi bien dans la panoplie d'événements racontables que dans les moyens linguistiques à utiliser pour la création de son MOI, ce qui atteste que le sujet du présent de l'énonciation a une nette influence sur l'énoncé proprement dit.

Dans la trame créée il est participant de plein droit en y jouant le rôle du narrateur qui réinvente la vie vécue. L'auteur se voit donc comme sujet qui écrit et comme sujet observable et dans ce processus, des mots et des expressions comme «lembro-me / recordo» (je me souviens, je rappelle), «recordação / lembrança» (souvenir), «memória» (mémoire) jouent un rôle important. En examinant le dictionnaire du *corpus* ici en cause – les deux volumes de l'*Autobiographie Politique* de Cavaco Silva – on peut trouver des mots qui permettent de faire revivre le passé : «memória» (mémoire), «lembrar / lembrar-se» (se rappeler, se souvenir), «reviver» (revivre) sont, effectivement, récurrents dans le discours :

“[...] lembro-me de uma menina típica de uma criança de uma família de fracos recursos [...]”⁴ (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 14)
Quando, na tomada de posse como primeiro-ministro, em 6 de Novembro de 1985, passava pela minha cabeça o filme das interrogações sobre como tinha chegado ali, apareceu como imagem mais remota aquele encontro televisivo com Francisco Sá Carneiro.⁵ (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 41-42)

³ La rigueur et l'objectivité ont été mes grandes préoccupations en ce qui concerne la sélection des faits et le rapport de conversations eues à cette époque-là. Quand les documents n'étaient pas suffisamment clairs ou la mémoire n'avait pas retenu tous les détails j'ai préféré ne pas en parler.

⁴ [...] je garde le souvenir d'une enfance typique d'une famille à faibles revenus [...]

⁵ Quand, dans mon investiture comme Premier ministre, le 6 novembre 1985, je repassais le film des interrogations sur mon parcours, l'image la plus lointaine qui m'est venue à l'esprit est cette rencontre télévisée avec Francisco Sá Carneiro.

Recordo que, no teatro, Raisa Gorbachev, vestida de rosa, magra e elegante no seu tailleur sóbrio e corte de cabelo moderno, fazia o contraste total com as imagens das matronas gordas e mal vestidas que estávamos habituados a ver representar a União Soviética.⁶ (Cavaco Silva 2002, Vol. II: 212)

Nos momentos de pausa, dava muitas vezes comigo olhando para trás, para o agitado filme da minha vida, recordando a meninice em Boliqueime,⁷ (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 282)

O passeio pelas ruas estreitíssimas do mercado de Fez é daqueles que guardo vivo na memória.⁸ (Cavaco Silva 2002, Vol. II: 398)

Leur fréquence – 150 occ. – n'est donc pas négligeable.

Le texte exhibe, en effet, la marque de la présence constante du *narrateur*, celui qui *met en scène* (Charaudeau 1992) la vie vécue, fait qui laisse des traces dans le discours en construction et qui est confirmé par le traitement informatique des 182 276 mots qui constituent les deux volumes de son autobiographie. Sa présence, empiriquement aperçue tout au long des deux volumes est presque omniprésente, comme le prouve le dépouillement opéré par le logiciel Hyperbase (Brunet 1994) qui nous montre une fréquence très élevée de pronoms qui attestent la présence de l'énonciateur (ci-dessous)

	eu	1551
	me	1707
Pronoms	mim	298
personnels	comigo	104
	nós	36
	nos	192
	meu	673
	minha	900
	meus	183
Pronoms	minhas	134
possessifs	nosso	75
	nossa	135
	nossos	81
	nossas	56
	Total	6125

Table 1 - Fréquence des pronoms.

ainsi qu'une fréquence considérable de formes verbales de première personne où le pronom ne figure pas car la langue portugaise n'exige pas son emploi systématique précédant le verbe.

⁶ Je rappelle Raisa Gorbachev, au théâtre, en rose, mince et élégante dans son tailleur, cheveux bien coupés, en contraste absolu avec les images des grosses dames russes mal habillées qui représentaient d'habitude l'Union Soviétique.

⁷ Dans les moments de repos, assez souvent «regardant le passé», je repassais le film de ma vie, je rappelais mon enfance à Boliqueime,

⁸ Je garde vif à la mémoire la promenade à travers les rues extrêmement étroites du marché de Fez, non pas seulement à cause de la beauté de l'artisanat, de l'exotisme des odeurs des produits et des habits des commerçants, mais parce que j'ai pu entrer dans une école islamique où les enfants, assis sur le sol, récitaient le Coran monocorde ment.

L'écriture de l'autobiographie

Comme les autres auteurs d'autobiographies, Cavaco Silva commence son récit en utilisant une stratégie qui consiste à induire l'idée que l'acte de raconter commence au début. En vérité il commence à la fin. Il y a donc une relation entre passé, présent et futur dans laquelle la fin est implicite dans le début et le début est un produit du présent (Robbins 1995). Le temps autobiographique va, en fait, dans la direction opposée au temps réel, linéaire, puisque vivre et raconter (dans la mesure où le récit exige une réflexion sur le passé) sont des réalités différentes. C'est ainsi que le début et la fin se relient par le processus d'écriture où ce qui fut jadis présent est offert au lecteur comme une histoire du passé.

Rappelons donc le début de la narration qui commence mettant en scène le protagoniste au moment de son investiture comme Premier ministre. Entouré par les plus hauts dignitaires du pays, Aníbal Cavaco Silva a sûrement du mal à se reconnaître dans la peau de celui qui reçoit, en même temps, l'honneur et la grande responsabilité de diriger le destin du pays pendant les cinq années à venir. C'est qu'à ce moment-là – revisité par la mémoire – il gardait sûrement encore l'image d'une personne qui n'existait plus: l'enfant et l'adolescent qu'il avait été et pour lequel on serait incapable, à l'époque, de prévoir un tel destin.

Présent, passé et futur en confrontation

L'expression du temps est en réalité une des composantes primordiales du récit de vie puisque l'intelligibilité du texte résulte, en grande partie, du fil conducteur créé. C'est lui qui conduit et conditionne la lecture, favorisant la relation locuteur/allocutaire qui en sort renforcée et qui est bien représentée dans la biographie de l'ex-Premier ministre, auteur, narrateur, protagoniste. D'ailleurs présence constante attestée aussi bien par la fréquence de pronoms de première personne que par les nombreuses formes verbales conjuguées à la première personne (le passé simple compte 2200 occurrences environ) – rappelons-le – le discours construit permet d'entrevoir l'écoulement du temps imbriqué avec celui de sa vie:

- les dates abondent tout au long du livre qui commence même par un repère d'ordre temporel suivi d'un repère spatial “Em 6 de Novembro de 1985, ao meio-dia, no Palácio da Ajuda, tomei posse como primeiro-ministro”⁹ (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 13)
- rien n'est dit dans ce livre sans que la date exacte ne soit indiquée, ce qui contribue à induire un jugement favorable chez le lecteur et à créer un effet d'autorité. Ce souci de vérité on le découvre encore dans les documents authentiques transcrits et datés, dans les citations de paroles d'autrui et de soi-même, ainsi que dans les éléments paralinguistiques – datés, eux-aussi – qui accompagnent le texte, ayant tous l'objectif de corroborer le sens

⁹ Le 6 novembre 1985, à midi, dans le Palais de Ajuda je suis devenu Premier ministre.

véhiculé par les mots. La véracité qui en découle contribue, naturellement, à bénéficier l'*ethos* (Amossy 2005) que l'auteur veut projeter auprès de son Auditoire;

– le même souci de vérité est présent dans les nombreuses indications de lieu que l'on trouve au long des pages de son autobiographie.

La situation des évènements dans le temps est normalement accompagnée de leur localisation spatiale ce qui l'amène à faire la représentation de champs sémantiques qui constituent des fois l'ancrage de son parcours, initié à Boliqueime, dans une maison qui n'existe plus, et où il a passé ses premières années. Les marques linguistiques présentes dans le texte nous permettent effectivement de reconstruire le chemin parcouru par cet homme qui fait de nombreuses références aux maisons habitées – Lisboa, York, Lourenço Marques, Campo de Ourique, S. Bento, Montechoro – aux palais et aux résidences officielles et privées visités, du Royaume Uni au Japon, du Maroc aux EUA, de Luanda à Macau.

Cavaco Silva évoque particulièrement le lieu où il a vécu dix ans et nous le fait connaître par une visite guidée pendant laquelle nous découvrons les salles «froides» où il travaillait et où, assez souvent, des réunions avaient lieu. Cette visite nous permet également de passer par d'autres salles qu'il ouvrait parfois aux ministres et aux chefs d'Etat. Mais cette visite nous permet également de connaître un lieu devenu moins froid par les nombreux objets personnels, insignifiants, rapportés de son foyer, et où des rires de jeunes se faisaient entendre.

Ao sair da residência oficial de São Bento, em Outubro de 1995, tinha deixado para trás quase 10 anos de vida familiar naquelas paredes que me tinham a princípio parecido tão hostis. Se por lá andavam fantasmas, como alguns diziam, foram-se embora com as gargalhadas dos meus filhos, e dos amigos que os visitavam¹⁰ (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 132)

Le lieu de réunion pendant les fêtes de famille – un peu bizarre – nous est aussi présenté par un Premier ministre qui, au fond, était – nous paraît-il – un homme simple:

Foi um Natal um bocado caótico porque a cozinha estava na cave, a sala de jantar no rés-do-chão e as prendas no segundo andar, mas feliz porque estávamos todos juntos como de costume.¹¹ (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 132)

¹⁰ Quand j'ai quitté la résidence officielle de S. Bento en octobre 1995 je quittais aussi dix ans de vie familiale vécus entre ces murs qui au début me paraissaient hostiles. Si, selon certains, il y avait des fantômes, ils sont partis. Les rires de mes enfants et de leurs amis les avaient chassés.

¹¹ La Fête de Noël a été un peu chaotique car la cuisine se trouvait dans la cave, la salle-à-manger au rez-de-chaussée et les cadeaux au deuxième étage. Malgré tout cela nous étions heureux car la famille était réunie comme d'habitude.

La maison est, selon Benjamin (1995), notre royaume, notre demeure, lieu de départ et d'arrivée. La stratégie d'autoreprésentation de Cavaco Silva passe ainsi par ce royaume intime qu'il quitte des fois pour devenir un personnage public. Le récit dont il est auteur et protagoniste laisse entrevoir les interconnexions entre ces deux «mondes» – le privé et le public – mettant en scène «Maria», sa femme, son appui, son ancre: “procurei amparo na minha mulher, abraçando-a por mais uma vez”¹² (Cavaco Silva 2002, Vol. II: 170); “Eu, acompanhado da minha mulher, era claramente um homem feliz”¹³ (Cavaco Silva 2002, Vol. II: 197)

L'auteur – Cavaco Silva – un Homme Commun

Quoique notre analyse porte surtout sur Cavaco Silva en tant qu'acteur politique dans un pays – le Portugal – sorti de la révolution du 25 avril et en pleine évolution vers un idéal européen, et quoique notre objectif prioritaire soit une réflexion sur le discours tenu à ce propos, il est impossible de voir cet homme uniquement dans le monde de la politique une fois que ce qu'il est comme Premier ministre nous semble profondément marqué par la vie vécue auparavant.

Effectivement, ce qu'il dévoile de sa vie privée nous paraît constituer un point d'ancrage important pour les fonctions que la vie lui a réservées.

Sa naissance dans une famille modeste, son parcours scolaire, les habitudes acquises pendant l'enfance et surtout la punition infligée par son père à l'époque où il commençait à découvrir le monde, ont été sûrement une contribution importante pour la formation de sa personnalité

Esta reprovação marcou-me profundamente. Tinha acabado de fazer catorze anos e o meu pai resolveu dar-me uma lição que me serviu para toda a vida. Não fez grandes discursos e até se zangou menos do que eu estava à espera. Se não queria estudar, tinha de trabalhar. E assim, durante todo o Verão do ano de mil novecentos e cinquenta e três, fiz trabalho agrícola com o meu avô [...] a cerca de 5 km de distância da minha casa. Ia para lá todos os dias de manhã muito cedo, pedalando numa bicicleta velhíssima. Ainda hoje essa pequena propriedade, a Comenda, tem um significado muito especial para toda a família, incluindo a geração dos meus filhos e sobrinhos. Foi aí que o avô Teodoro deu um castigo exemplar ao filho rebelde Aníbal: pô-lo a trabalhar na agricultura durante todo o Verão, proibindo-o de passar um mês de férias na praia dos Olhos d'Água, como habitualmente, com os amigos e as raparigas que aí se juntavam, muitas vindas do Barreiro ou de Lisboa. Entre elas encontrava-se a Maria¹⁴ (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 14)

¹² J'ai cherché l'appui de ma femme, je l'ai embrassée encore une fois.

¹³ J'étais vraiment un homme heureux, ma femme près de moi.

¹⁴ Cet échec m'a profondément marqué. Je venais d'avoir quatorze ans et mon père m'a donné une leçon que je n'ai plus oubliée. Il n'a pas fait un long discours et ne s'est pas montré trop fâché. Si je ne voulais pas étudier je devrais travailler. Ainsi ai-je travaillé aux champs dans la petite propriété de mon grand-père [...] à 5 km de chez moi [...]. Aujourd'hui encore cette petite propriété

Et une fois qu'on parle de Maria, elle apparaît constamment – 204 occ. – dans cette autobiographie dite politique...

Maria – a mais bonita e inteligente do grupo, [...] –, com quem, dez anos mais tarde, subi os degraus do altar da Igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa.¹⁵ (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 15)

Les dédicaces de ces livres (surtout celle du premier volume) – “À Maria, companhia de uma vida”¹⁶ (Cavaco Silva 2002, Vol. I), “À Maria e aos nossos netos”¹⁷ (Cavaco Silva 2002, Vol. II) – suggèrent le rôle fondamental de cette femme dans la vie d'un homme devenu, presque par hasard, Premier ministre de son pays

[.] tinha ainda dificuldade em convencer-me de que não estava a viver um sonho ou pesadelo e que era eu mesmo que estava ali, ao lado do Presidente da República António Ramalho Eanes, rodeado de ministros e de altas individualidades da vida portuguesa, diante das câmaras de televisão e de um batalhão de jornalistas e fotógrafos¹⁸. (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 13)

Como poderia ter chegado a chefe do governo, eu, cuja vida, até há bem pouco tempo, se tinha desenvolvido por caminhos totalmente alheios à política? Eu, que num quente 15 de Julho, em 1939 tinha nascido em Boliqueime, uma pequena e desconhecida aldeia algarvia,¹⁹ (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 13)

Maria n'est jamais oubliée.

Au long du récit de sa vie, qu'il soit en Chine, au Maroc ou chez eux, l'écriture du livre laisse entrevoir le pont établi entre les deux mondes où il évolue. C'est la fréquence des références à sa femme ainsi que les émotions privées de l'homme publique qui le montrent, rappelant, dans le processus d'écriture, les petits gestes publics qui trahissent la tendresse et l'amour : la main

signifie beaucoup pour la famille, la génération de mes enfants et de mes neveux comprise. Là, le grand-père Teodoro a infligé une punition exemplaire à son fils Aníbal: il l'a fait travailler dans l'agriculture en été, lui défendant de passer un mois de vacances à la plage de Olhos d'Água, comme d'habitude, avec les amis et les filles qui venaient de Barreiro ou Lisbonne. Maria... y allait aussi...

¹⁵ Maria – la plus belle et la plus intelligente du groupe [...] avec laquelle j'ai monté les marches de l'église de São Vicente de Fora, à Lisbonne.

¹⁶ A Maria, la femme de ma vie

¹⁷ A Marie et à nos petits-enfants

¹⁸ J'avais du mal à accepter que ce n'était ni un rêve ni un cauchemar et que j'étais là, moi-même, à côté du Président de la République António Ramalho Eanes, entouré des ministres et de hauts dignitaires de la vie politique portugaise, devant les caméras de la télévision et d'une foule de journalistes et de photographes.

¹⁹ Comment ai-je pu accéder à cette responsabilité de Chef du Gouvernement, moi qui avait parcouru jusqu'à présent des chemins étrangers à la politique ? Moi, né un très chaud 15 juillet à Boliqueime, un village inconnu de l'Algarve,

dans la main, le regard plein de complicité – «Afinal tinha sido sempre o amor o segredo do nosso casamento»²⁰ (Cavaco Silva 2002, Vol. II: 164)

L'homme politique

Malgré la subjectivité – toujours présente dans un écrit de ce type une fois que la mémoire est sélective, *une technologie de pouvoir* selon Foucault (1988) – car le sujet énonciateur présente les événements qu'il croit adéquats au temps et au lieu de son énonciation, les choix effectués par l'auteur nous permettent, effectivement, de reconstituer le passé, et de retrouver, par ce biais, une vérité que le temps avait – selon lui – adultérée.

C'est ainsi que l'analyse du lexique (Lebart et Salem 1994) de l'autobiographie de Cavaco Silva – exploitation lexicométrique mais non pas statistique – nous permet de redécouvrir une époque, en même temps, d'ailleurs, que l'Homme/ Premier ministre. Les grandes lignes de son action, ses choix, ses préoccupations, son dévouement au Portugal sont inscrits dans les mots choisis.

En parcourant le dictionnaire obtenu par le dépouillement effectué – rappelons-le, par le logiciel Hyperbase – et à l'aide tableur Excel, nous vérifions que les hautes fréquences de certains mots laissent entrevoir l'importance accordée par l'auteur à la réalité qu'ils représentent dans le discours.

La sélection faite – Table 2 – présente uniquement des noms, des associations, et des fois les adjectifs appartenant au même champ lexical (cas de «económico» (économique) et «europeu» (européen) car leur fréquence est importante dans la mesure où ils qualifient des organismes ou constituent avec les noms des combinatoires presque lexicalisées. Les mots-outils ainsi que les verbes auxiliaires, certains pronoms et adverbes ont été exclus de cette première liste qui renvoie uniquement aux événements de l'époque.

Rang	LEXIQUE	Freq	Rang	LEXIQUE	Freq	Rang	LEXIQUE	Freq
1	Governo	2322	13	Presidente da República	398	25	Angola	200
2	Portugal	1603	14	PS	352	26	objectivo	200
3	eleições	1043	15	política	337	27	ideia	195
4	Europa e adjs.	963	16	Primeiro-Ministro	323	28	relações	192
5	país	812	17	Lisboa	316	29	político	185
6	PSD	793	18	trabalho	294	30	processo	180
7	Mário Soares	768	19	visita	294	31	UNITA	169
8	economia	727	20	decisão	277	32	oposição	167
9	português	707	21	nacional	275	33	dificuldades	156
10	reunião	706	22	Assembleia da República	268	34	Macau	147
11	ministro	685	23	ação	233	35	futuro	145
12	partido	490	24	desenvolvimento	231			

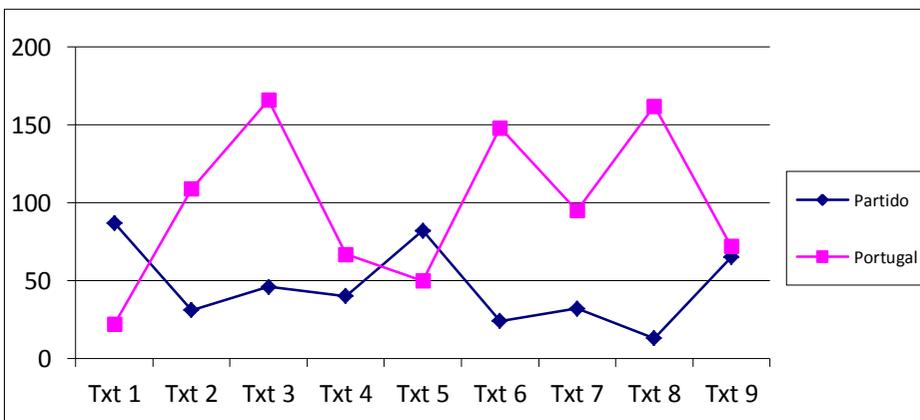
Table 2 – Table de hautes fréquences.

²⁰ L'amour avait toujours été le secret de notre mariage.

La liste présentée, où nous avons réuni les hautes fréquences du discours autobiographique de l'auteur, offre ainsi l'image de ces dix ans: en première position «gouvernement», ce qui fait preuve de sa préoccupation majeure. En effet, Cavaco Silva en était responsable et, par conséquent, toutes les réalités auxquelles il accorde une place importante dans son discours en découlent. Effectivement, ce Premier ministre choisi au début un peu par le hasard du destin, qui lui avait joué un tour car rien dans sa vie antérieure ne faisait prévoir les changements survenus, “Para surpresa geral, incluindo a minha, acabei por ser eu a ganhar o Congresso da Figueira da Foz”²¹ (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 63), a fini par accepter les surprises que la vie lui avait réservées. Devenu leader du Parti Social-Démocrate (6^{ème} position – 1043 occ.) après avoir gagné les «élections» (1043 occurrences, deuxième position dans le rang cité), il a d’abord partagé les responsabilités du gouvernement– «Bloco Central» (18 occ.)²²

[.] um Governo de coligação PS/PSD – o chamado «bloco central». Mota Pinto ocupava os lugares de vice primeiro-ministro e ministro da Defesa, sendo Mário Soares o primeiro-ministro²³. (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 61)

et ensuite formé le «gouvernement du PSD» en vertu de la majorité absolue lui accordée par le peuple portugais lors des élections suivantes. Devenu leader de son parti, et par conséquent Premier ministre (16^{ème} position dans la liste des mots les plus fréquents) du «Portugal», le deuxième mot de la même liste – 1603 occ. – on peut constater que l’évolution de ces deux mots dans le discours²⁴ traduit l’évolution de l’homme politique – *Graphique 1*



Graphique 1 - Evolution de «Portugal» et «Parti».

²¹ A la stupéfaction de tout le monde et à ma grande surprise aussi, j’ai obtenu la victoire à l’occasion du Congrès de Figueira da Foz

²² «Bloco Central» – un gouvernement de cohabitation PS/ PSD.

²³ [.]n gouvernement de cohabitation PS/ PSD – dit «Bloco Central». Mota Pinto était le vice-Premier ministre et Ministre de la Défense, et Mário Soares le Premier ministre.

²⁴ Répartition automatique en textes par le logiciel Hyperbase.

En effet, le parcours discursif de ces mots au long de l'autobiographie nous montre le passage du leader au Premier ministre et, plus tard au Président de la République. Tout d'abord c'est le leader du parti qui apparaît, fait témoigné par la fréquence des mots «eleições, PSD e partido» (élections, PSD et parti), mais très rapidement la préoccupation majeure devient son pays (812 occ.) – le Portugal – ce qui est attesté par la courbe ascendante correspondante au troisième texte. Les quatrième et cinquième textes démontrent de nouveau la préoccupation avec le parti: la ligne monte et devance même celle du Portugal à l'heure des élections législatives (138 occ.). Pourtant, redevenu Premier ministre, c'est son pays qui réapparaît très rapidement. Le mot «partido» (parti), dont la courbe est nettement descendante, rejoint l'autre à la fin symbolisant ce qui s'est passé plus tard dans le parcours de sa vie, quand Cavaco Silva a présenté sa re-candidature à la Présidence de la République, et a déclaré «O meu Partido é Portugal» (Mon parti c'est mon pays). Les courbes correspondantes aux deux mots choisis semblent l'attester plus de dix ans auparavant.

La vie politique

La liste présentée plus haut, ainsi que d'autres mots qui en sont en relation, nous permet de dégager les grandes lignes de la vie politique de la décennie pendant laquelle Cavaco Silva a eu la responsabilité de diriger les destins du pays. En effet, le mot «Portugal» compte à lui seul 907 occ. et «política» (politique) – ambigu en portugais une fois qu'il peut renvoyer à la vie politique ou à la politique du pays – est le dénominateur commun de plusieurs groupes, certains d'entre eux plus fréquents que d'autres:

	Frq		Frq		Frq
comissão política	65	cooperação política	8	política externa	83
cena política	3	PAC	7	política económica	43
crise política	18	política comunitária	32	política de saúde	8

En effet, tous ces emplois ont en commun le sème qu'il véhicule et même les noms de lieux sont liés à des activités qui entraînent cette idée, ce qui est d'ailleurs annoncé dans le titre de l'ouvrage.

«Lisboa» (316 occ.) est le centre de l'activité d'un «gouvernement»

- qui déploie des efforts pour vaincre les crises de l'époque,

	Frq		Frq		Frq
crise	68	crise económica e financeira	1	crise orçamental	2
crise académica	1	crise económica e social	2	crise política	18
crise do Golfo	4	crise económica internacional	4	gabinete de crise	1
crise económica	23	crise internacional	3		

- qui a l'ambition d'aider d'autres peuples à retrouver la paix, question un peu difficile attestée par la fréquence des mots qui s'y rapportent, surtout dans les cas de pays africains de langue portugaise, notamment Angola

	Frq		Frq		Frq
Angola	200	Moçambique	75	Macau	148
Governo de Luanda	15	Maputo	13	Governador de Macau	6
Luanda	50	Presidente Chissano	20	China	119
UNITA+ Savimbi	218			chinês	95
MPLA+ José Eduardo dos Santos	71				

- qui apporte son aide à la résolution de problèmes concernant l'Afrique et Timor

	Frq		Frq		Frq
África	107	África do Sul	56	Timor	94
Afonso Dlakhama	7	Gbadolite	9	Timor Leste	22
Afonso Van Dunen	2	Nelson Mandela	14	Xanana Gusmão	9
Mobutu Sesse Seko	11	Peter Botha	4	Bispo de Timor	2
Bissau	1			Indonésia	70
encontro de Évora	11				

- qui essaie de renforcer les liens avec le Brésil, les Etats Unis et l'Espagne

	Frq		Frq		Frq
Brasil	73	EUA	117	Espanha	109
Luso-brasileiro	3	Ronald Reagan	12	Madrid	29
brasileiro	25	Presidente Bush	25	Conselho de Madrid	2
Brasflia	4	Bill Clinton	7	Felipe González	13
Itamar Franco	2	Casa Branca	16	Interesses comuns	5
Collor de Melo	3	norte americano	9	chefe do Governo espanhol	4

- qui exprime son appui à la création de la Communauté Européenne, enjeu pour l'intégration du Portugal dans ce groupe de pays

	Frq		Frq		Frq
Banco Central Europeu	6	Europa Central	1	Europa Oriental	2
Comissão Europeia	24	Europa Central e Ocidental	1	européu	138
Comunidade europeia	199	Europa Central e Oriental	13	integração europeia	71
Conselho Europeu	150	Europa comunitária	11	mercado europeu	19
construção europeia	27	Europa de Leste	10	Parlamento europeu	45
economia europeia	8	Europa dos cidadãos	1	União Europeia	57
Europa	93	Europa Ocidental	3	União Europeia	57

*Aproveitei para sublinhar a sintonia entre as orientações da política económica portuguesa e as linhas estratégicas preconizadas pela Comissão Europeia para uma actuação global e coordenada da Comunidade.*²⁵ (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 179)

*Era também minha preocupação actuar de modo a que não ficasse a ideia de que Portugal tinha da Comunidade uma visão meramente mercantil e financeira. Daí o apoio que dei à Europa dos cidadãos, ao reforço da cooperação política e ao desenvolvimento das relações com os países da América Latina, do Mediterrâneo e [...]*²⁶ (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 179-180)

*Não deixei também de salientar a importância do Plano Delors para a dinamização e relançamento do projecto da construção da Europa comunitária.*²⁷ (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 199)

*O objectivo era transformar os doze mercados nacionais dos Estados membros num espaço único sem fronteiras. Esta nova etapa de construção europeia era vista como indispensável para promover um crescimento económico mais forte, a inovação científica e tecnológica, o aumento da produtividade e a criação de novos empregos*²⁸ (Cavaco Silva 2002, Vol. II: 44)

- qui passe par une situation difficile car il faut prendre des décisions importantes et entreprendre des réformes indispensables (58 occ.) à l'adhésion (78 occ.) souhaitée

*Tinha sido uma ingenuidade da minha parte pensar que, estando a opinião pública do lado do Governo, os partidos da oposição se sentiriam inibidos na criação de dificuldades à actividade governativa.*²⁹ (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 147)

	Frq		Frq		Frq
crise económica	24	dificuldades	156	problemas	120
situação económica	13	reformas	287	oposição	215

²⁵ J'ai souligné la coïncidence entre les orientations de la politique économique portugaise et les stratégies préconisées par la Commission Européenne en fonction d'une action globale coordonnée par la Communauté.

²⁶ J'avais aussi la préoccupation d'agir de façon à ne pas laisser l'idée que le Portugal n'avait qu'une idée financière de la Communauté. D'où l'appui que j'ai accordé à l'Europe des citoyens, à la coopération politique et au développement des relations avec les pays de l'Amérique Latine, de la Méditerranée et [...]

²⁷ J'ai souligné l'importance du Plan Delors pour la dynamisme et la reprise du projet de la construction de l'Europe communautaire.

²⁸ L'objectif était la transformation des douze Etats membres de façon à constituer un espace sans frontières. On considérait que cette nouvelle étape de la construction européenne était indispensable pour garantir une croissance économique plus forte, l'innovation scientifique et technologique, l'augmentation de la productivité et la création de nouveaux postes de travail.

²⁹ L'opinion publique avec moi, j'étais naïf croyant que les partis de l'opposition se sentiraient coincés et seraient incapables de créer des difficultés à l'action du gouvernement.

- qui doit guider le pays vers la modernisation (106 occ) et le développement (256 occ)

*Tínhamos surpreendido os nossos parceiros e as instituições comunitárias pela competência e seriedade com que nos empenhámos activamente na construção europeia. Através de uma negociação firme e permanente, tínhamos conseguido aproveitar bem as oportunidades de desenvolvimento e modernização abertas pela adesão, e Portugal tinha adquirido uma capacidade acrescida para desempenhar um papel activo nas decisões internacionais.*³⁰ (Cavaco Silva 2002, Vol. II: 360)

Le Portugal et son Premier ministre

Le dictionnaire des concordances des mots qui sont chers à l'auteur, étant donné leur fréquence dans le discours, renforce l'idée introduite à propos de l'analyse antérieure. L'ensemble de ces mots laisse effectivement transparaître les mêmes préoccupations, les préoccupations majeures de son activité politique: le présent et l'avenir de son pays dans le cadre de la Communauté Européenne. C'est ainsi que les mots présentés ci-dessous en vertu de leur importance dans le discours, apparaissent fréquemment associés à d'autres

1. «Portugal»

<i>Rang</i>		<i>Rang</i>	
1	Espanha	6	adesão
2	País	7	China
3	Comunidade Europeia	8	desenvolvimento
4	interesses	9	acordo
5	EUA	10	visita

2. «País»

<i>Rang</i>		<i>Rang</i>	
1	desenvolvimento	6	européu
2	modernização	7	partido
3	Governo	8	portugueses
4	progresso	9	situação económica
5	interesses	10	Comunidade Europeia

3. «Português»

<i>Rang</i>		<i>Rang</i>	
1	governo	6	sector têxtil
2	território	7	EUA
3	embaixador	8	homenagem
4	povo	9	investimento
5	China	10	Macau

³⁰ La compétence et la rectitude dont nous avons fait preuve dans la construction de l'Europe avaient surpris nos partenaires. Nous avons profité des opportunités de développement et de modernisation créées par l'adhésion, et le Portugal avait acquis la capacité accrue de jouer un rôle actif dans les décisions internationales.

4. «Portuguesa»

<i>Rang</i>		<i>Rang</i>	
1	economia	6	modernização
2	sociedade	7	política
3	política externa	8	língua
4	indústria	9	vida política
5	agricultura	10	Macau

5. «Portugueses»

<i>Rang</i>		<i>Rang</i>	
1	interesses	6	cidadãos
2	empresários	7	estrangeiro
3	confiança	8	residentes
4	país	9	Portugal
5	governo	10	atitude

6. «Portuguesas»

<i>Rang</i>		<i>Rang</i>	
1	posições	6	pretensões
2	exportações	7	abertura
3	economia	8	autoridades
4	expectativas	9	comunidades
5	sociedade	10	empresas

Toutefois, dans cette représentation de vie l'Homme apparaît aussi. Si la reconstitution du passé fait revivre la vie politique du pays, elle permet également d'entrevoir des qualités et des défauts, des goûts personnels, des émotions et les moments d'insatisfaction du sujet énonciateur – Cavaco Silva/ Premier ministre. Ces moments – «dificuldades» (dificuldades) (235 occ.), «problemas» (problèmes) (227 occ.) – dont le responsable est la plupart des fois le Président de la République (à l'époque, Mário Soares), sont à l'origine de commentaires mordants dans le discours de l'autobiographie et permettent au lecteur de refaire le cadre institutionnel et personnel de la cohabitation. Mário Soares est en effet, cité 1229 fois, ce qui montre le doigt pointé vers le partenaire de la cohabitation.

*Depois das festas do vigésimo aniversário do 25 de Abril, as relações do Governo e do PSD com o Presidente da República passaram por momentos de grande tensão.*³¹ (Cavaco Silva 2002, Vol. II: 427)

*[.] concluí rapidamente que o Presidente da República não deixaria de aproveitar a situação para criar dificuldades adicionais ao Governo.*³² (Cavaco Silva 2002, Vol. II: 429)

³¹ Après les commémorations du vingtième anniversaire du 25 avril, les relations entre le gouvernement et le PSD avec le Président de la République ont traversé des moments d'une grande tension.

³² [.] j'ai rapidement conclu que le Président de la République profiterait de la situation pour créer des difficultés au gouvernement.

*Ao regressar a Lisboa, no fim do dia, tinha à minha espera uma carta do Presidente da República. Sentado à secretária, li-a e reli-a porque me custava a acreditar no que nela estava escrito. Comunicava-me que tinha decidido não aceitar a proposta de recondução de Mendes Dias, que eu lhe tinha apresentado oito dias antes e que ele recebera pacificamente.*³³
(Cavaco Silva 2002, Vol. II: 431)

*Mário Soares, embora tenha adoptado um tom mais cordial nesta segunda reunião, manifestou uma clara desconfiança em relação ao novo PSD, que acusou de ter virado à direita, e em particular em relação a mim.*³⁴
(Cavaco Silva 2002, Vol. I: 79)

Etant donné que l'écrit perdure dans le temps – objectif de l'auteur, énoncé dans la préface – cette image d'une cohabitation difficile reste. Elle crée chez le lecteur une autre image – celle d'un Homme capable de surmonter les obstacles – rendant ainsi vrai un des traits de caractère que Cavaco Silva attribue à soi-même

*O facto de ter crescido não só na família e na escola, com os jovens da minha idade, mas também no meio de homens no exercício de trabalhos duros deve ter ajudado a criar em mim a convicção de que sem esforço era difícil vencer na vida. Cedo me habituei a procurar resolver os problemas que me apareciam pela frente e a trabalhar com afinco para dar resposta aos desafios e alcançar os objectivos.*³⁵ (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 18)
[.] *depois do congresso, em 22 de Maio de 1985, ao fim da manhã tive um primeiro encontro com Mário Soares, no seu gabinete na residência oficial de São Bento. A reunião durou uma hora e meia e não se pode dizer que tenha sido uma conversa simpática ou que tivesse contribuído para a criação de uma relação de confiança entre nós. Mário Soares atacou o PSD e utilizou um tom de grande firmeza, procurando inibir-me. Para que eu não tivesse dúvidas, rematou: De forma delicada, respondi-lhe com igual firmeza.*³⁶ (Cavaco Silva 2002, Vol. I: 75)

³³ A mon retour à Lisbonne, vers la fin de la journée, une lettre du Président de la République m'attendait. Assis à mon bureau je l'ai lue et relue car je n'y pouvais croire. Il me disait qu'il avait décidé de ne pas accepter la proposition de reconduction de Mendes Dias, que je lui avais présentée quelques jours auparavant, et qu'il avait reçue pacifiquement.

³⁴ Malgré le ton plus cordial de cette seconde réunion, Mário Soares a manifesté une évidente méfiance à l'égard du nouveau PSD, qu'il accusait de pencher vers la droite, et particulièrement à mon égard.

³⁵ Le fait d'avoir grandi non pas seulement dans la famille et dans l'école, avec les jeunes de mon âge, mais aussi parmi des adultes qui travaillaient, doit m'avoir fait reconnaître que sans effort on ne réussit pas dans la vie. Très tôt j'ai dû résoudre mes problèmes et travailler dur pour accepter les défis et atteindre les objectifs.

³⁶ [.] après le congrès, le 22 mai 1985, j'ai eu la première réunion avec Mário Soares dans son bureau à São Bento. On ne peut pas dire que cette réunion, qui a duré une heure et demie, ait été un entretien sympathique ou qu'elle eût contribué à la création d'un rapport de confiance entre nous. Mário Soares a attaqué d'une façon très rude le PSD cherchant à provoquer chez moi une inhibition. Je lui ai répondu d'un ton poli mais ferme.

Conclusion

En se regardant dans le miroir de sa mémoire, Cavaco Silva dévoile des images inconnues et insoupçonnées du politique, stratégie qui lui permet de se rapprocher des portugais – qu’il cite de nombreuses fois dans son retour au passé³⁷ – détruisant ainsi l’*ethos* préalable (AMOSSY 2010) construit pour lui à la fin de son mandat comme Premier ministre. En effet, la création d’un EGO différent révèle des marques de subjectivité surtout quand il convoque d’autres voix dans le discours, nous permettant ainsi de découvrir l’homme qui admire Sá Carneiro, Lucas Pires, Margaret Thatcher, Jacques Delors, Helmut Khöl et Jean-Paul II, mais qui n’apprécie ni Mário Soares ni Zhou Nan³⁸, un négociateur chinois. L’Homme pour lequel sa femme – «a minha mulher», présence constante au long des pages de l’autobiographie – est l’appui essentiel de chaque moment de la vie, compagne et témoin d’émotions qu’on ne le jugerait pas capable de vivre.

Les événements choisis et décrits par cet Homme connu mais aussi insoupçonné, donnent aux lecteurs l’image d’un pays qui cherche à s’intégrer dans la Communauté Européenne, affirmant toutefois son identité dans les relations avec de nouveaux partenaires. Un pays qui n’oublie pourtant pas son passé historique et dont le présent – à l’époque décrite – est traversé par une profonde tension entre l’auteur et le Président de la République.

Bibliographie

- Cavaco Silva, A. (2002): *Autobiografia Política*. Vol. I. Lisboa: Temas e Debates.
 — (2004): *Autobiografia Política II*. Lisboa: Temas e Debates.
 Amossy, R. (2005): *Images de soi dans le discours*, Paris, Delauchaux & Niestlé.
 — (2010): *La présentation de soi. Ethos et identité verbale*. Paris: PUF.
 Bacot, P. (2011): *La construction verbale du politique. Etudes de politologie lexicale*. Paris: L’Harmatand.
 — (2010), "Développement et diversification d'une onomastique politique". In: *Mots. Les langages du politique* 94: 47-56.
 Benveniste, E. (1974): *Problèmes de linguistique Générale I et II*. Paris: Gallimard.
 Motta, A., Salgado, L. (2008): *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto.
 Benjamin D. (ed.) (1995): *The Home, Words, Interpretations, Meanings and Environments*. London: Avebury.
 Blanchard, M. (1982): *The Critique of Autobiography. Comparative Literature*, Vol. 34, No. 2 (Spring, 1982): 97-115, published by: Duke University Press on behalf of the University of Oregon, Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/1770757> (Accessed: 12/10/2009, 11:04.)

³⁷ Fréquence des mots dans son discours.

³⁸ Négociateur chinois à propos de la question de Macau.

- Brunet, E. (2002): *Hyperbase, Logiciel hypertexte pour le traitement documentaire et statistique de corpus textuels, Manuel de Référence.*, version 5.4 pour Windows. Nice.
- Bruss, E. (1976): *Autobiographical Acts. The Changing Situation of a Literary Genre.* Baltimore and London: The John Hopkins University Press-
- Charaudeau, P. (1992): *Grammaire du Sens et de l'Expression.* Paris: Hachette Éducation.
- (2005): *Le discours politique. Les masques du pouvoir.* Paris: Vuibert.
- Eakin, P. (2004): *The Ethics of Life Writing.* New York: Cornell University Press.
- Foucault, M. (1988): "Technologies of the Self", *Technologies of the Self. Seminar with Michel Foucault.*, Luther H., Huck G. and Patrick H. eds.. Massachusetts: The University of Massachusetts Press: 16-49.
- Freeman, M. (1993): *Rewriting the Self: History, Memory, Narrative.* London and New York: Routledge.
- Gilmore, L. (2001): *The Limits of Autobiography, Trauma and Testimony.* Ithaca: Cornell University Press.
- Lebart, L., Salem, A. (1994): *Statistique textuelle.* Paris: Dunod.
- Lejeune, P. (1975): *Le Pacte Autobiographique.* Paris: Editions du Seuil.
- Mezei, K. (2005): "Domestic Space and the Idea of Home in Auto/Biographical Practices". In: *Marlene Kadar et al. Tracing the Autobiographical.* Canada: Wilfrid Laurie University Press: 81-95.
- Olney, J. (1972): *Metaphors of the Self: The Meaning of Autobiography.* Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

O Ensino da Língua Portuguesa nos Manuais Gramaticais: uma Proposta de Reformulação

Telma Maria Barrias Maio Coutinho
CEL-UTAD
telma.coutinho@sapo.pt

Numa época de viragem para o ensino da língua materna, com a implementação concomitante, no ano letivo de 2011/2012, do novo Programa de Português do Ensino Básico, do Dicionário Terminológico, do Acordo Ortográfico, das Metas de Aprendizagem, urge fazer um balanço da situação atual do ensino-aprendizagem do conhecimento gramatical para que se conheçam os problemas sentidos pelos alunos na sua vivência prática, de modo a perspetivar estratégias e posturas mais eficientes.

Para tal, efetuou-se uma análise no terreno, através da aplicação de inquéritos nas escolas de todo o distrito de Vila Real aos alunos do 9.º Ano e dos Cursos de Educação e Formação (CEF), por serem anos terminais do 3.º Ciclo, logo da escolaridade obrigatória¹.

Num primeiro momento, selecionou-se a amostra da população escolar dos 14 concelhos do distrito de Vila Real, abrangendo 786 alunos, num total de 33 estabelecimentos, públicos e privados, sendo elegíveis 32, dado que o Agrupamento de Escolas de Pedras Salgadas apenas lecionava até ao 8.º Ano no ano letivo de 2009/2010.

Foram elaborados inquéritos, sob a forma de um questionário, para abarcar o ponto de vista do aluno e a sua relação com a gramática dentro e fora da sala de aula. Visava-se refletir sobre o ensino-aprendizagem do funcionamento da língua; avaliar a presença/importância do manual gramatical no contexto da sala de aula.

Assim, a elaboração dos formulários almejou uma fácil utilização, rápida compreensão, respostas objetivas e quantificáveis para posterior tratamento estatístico, numa linguagem e conceitos de fácil interpretação.

Procedeu-se ao registo no sistema de monitorização de inquéritos em meio escolar. Para além da vasta área geográfica que o distrito possui, a grande dificuldade sentida no decorrer deste trabalho foi a recolha dos inquéritos e das autorizações – ou porque os alunos não os acabavam numa aula e os perdiam,

¹ A escolaridade obrigatória é entendida de acordo com a formulação legal anterior à Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto, que passou a prever a frequência escolar dos alunos dos 6 aos 18 anos.

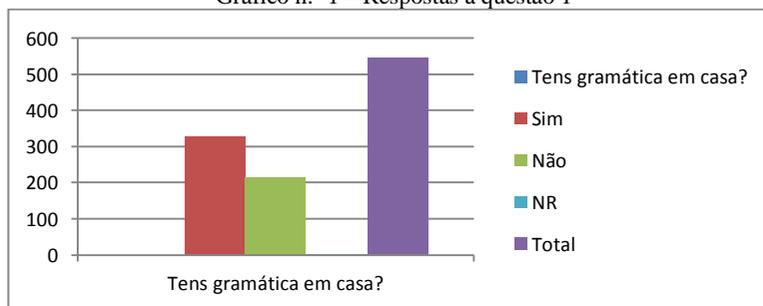
ou os pais não preenchiam as autorizações, ou porque os alunos não as traziam para a escola ou talvez as perdessem, o que exigiu uma atitude de insistência.

Após a concretização da recolha, elaborou-se um mapa de aplicação, que permitiu obter uma visão geral do público-alvo. É de ressaltar que algumas escolas não aplicaram o inquérito ao 9.º Ano, por dificuldades internas de funcionamento ou indeferimento por parte da Direção, (Santa Marta de Penaguião; Valpaços); noutras, os alunos dos CEF não devolveram os inquéritos, (Mesão Frio; Agrupamento de Escolas Diogo Cão; Escola Secundária/3 Camilo Castelo Branco e Escola Secundária/3 Morgado de Mateus). Denota-se desde logo discrepância entre o número de alunos do 9.º Ano (544) e do CEF (242), o que deve ser interpretada atendendo a vários fatores: algumas escolas ainda não enveredaram para estes cursos; as turmas são de menor dimensão; a falta de entrega dos inquéritos preenchidos. As respostas foram introduzidas no programa informático Excel e posteriormente objeto de tratamento. As escolas são apresentadas pela ordem alfabética com que o Ministério da Educação elabora a sua listagem, apenas por uma questão de metodologia.

Apresentação dos Resultados: Inquéritos aos Alunos do 9.º Ano

Da totalidade dos 544 inquéritos do 9.º Ano respondidos, todos foram considerados válidos. A idade média dos alunos ronda os 15 anos. A análise às respostas dadas à primeira questão *Tens uma gramática em tua casa para poderes consultar?* permite verificar que a percentagem geral revela que a maioria possui uma.

Gráfico n.º 1 – Respostas à questão 1



Duas escolas destacam-se pelo facto de todos os alunos inquiridos afirmarem possuir um compêndio gramatical: Agrupamento de Escolas de Vila Pouca de Aguiar e o Colégio da Boavista. 14 escolas de locais diversificados confirmam uma maioria significativa de discentes com uma gramática em casa para seu estudo pessoal, sobretudo nos aglomerados urbanos de maior dimensão – Vila Real e Chaves.

Quadro n.º 1 – Percentagem de respostas afirmativas à questão 1

<i>Designação do estabelecimento de ensino</i>	<i>Percentagem de respostas afirmativas à questão 1.</i>
Escola Secundária/3 S. Pedro – Vila Real	
Agrupamento de Escolas de Montalegre	86%
Escola Secundária Morgado de Mateus – Vila Real	85%
Escola Secundária/3 Dr. Júlio Martins – Chaves	80%
Agrupamento de Escolas de Boticas	78%
Escola Secundária/3 Camilo Castelo Branco – Vila Real	68%
Agrupamento de Escolas de Vidago	
Escola Secundária/3 Dr. António Granjo	
Agrupamento de Escolas da Régua	67%
Agrupamento de Escolas de Cerva	
Escola Secundária/3 Fernão de Magalhães – Chaves	63%
Agrupamento de Escolas de Ribeira de Pena	59%
Agrupamento de Escolas de Mondim de Basto	57%
Agrupamento de Escolas Diogo Cão – Vila Real	55%

A resposta negativa prevaleceu em 11 escolas situadas em localidades mais afastadas dos centros urbanos. Contraditoriamente, escolas nas mesmas localidades apresentam valores antitéticos, como em Chaves e Vila Real, o que pode ser explicado pela rede escolar estabelecida pelo poder local.

Quadro n.º 2 - Percentagem de respostas negativas à questão 1.

<i>Designação do estabelecimento de ensino</i>	<i>Percentagem de respostas afirmativas à questão 1.</i>
Agrupamento de Escolas do Baixo Barroso	84%
Agrupamento de Escolas Nadir Afonso - Chaves	68%
Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Gonçalves Carneiro	64%
Agrupamento de Escolas de Carrzedo de Montenegro	
Colégio Salesiano de Poiaras	63%
Agrupamento de Escolas de Alijó	60%
Agrupamento de Escolas de Sabrosa	58%
Escola Secundária/3 Dr. João de Araújo Correia	56%
Agrupamento de Escolas Monsenhor Jerónimo do Amaral – Vila Real	54%
Agrupamento de Escolas do Pinhão	52%
Agrupamento de Escolas de Murça	

No caso de possuírem uma gramática, quando, na pergunta 1.1, se indaga sobre *Quando e quem te aconselhou a comprá-la?* 12% dos alunos responde no 2.º Ciclo; 10% no 3.º Ciclo e 9% no 1.º Ciclo. Os discentes foram aconselhados a adquirir uma gramática pelos professores – 24%, pelos pais – 20% e por outras pessoas – 6%, (irmãos, primos, tios e avós). Alguns referem que têm um compêndio gramatical do tempo escolar dos progenitores, o que pode levar a um estudo falacioso, sobretudo numa época de adoção de nova terminologia gramatical. Em apenas um caso o compêndio gramatical faz parte do material

exigido pela escola - Colégio da Boavista, onde surge na listagem de manuais escolares a adquirir no início do ano letivo.

Curioso é verificar que, ainda que uma percentagem significativa de alunos tenha gramática em casa – 60% -, não usam este recurso para estudar o funcionamento da língua.

Quadro n.º 3 - Percentagem de alunos com gramática e que estudam pela gramática

<i>Designação do agrupamento</i>	<i>Alunos com gramática</i>	<i>Alunos que estudam pela gramática</i>
Agrupamento de Escolas de Alijó	40%	10%
Agrupamento de Escolas do Pinhão	48%	14%
Agrupamento de Escolas de Boticas	78%	44%
Agrupamento de Escolas de Vidago	67%	0%
Agrupamento de Escolas Gonçalves Carneiro	36%	9%
Agrupamento de Escolas Nadir Afonso	32%	0%
Escola Secundária/3 António Granjo	67%	10%
Escola Secundária/3 Dr. Júlio Martins	80%	25%
Escola Secundária/3 Fernão de Magalhães	63%	31%
Agrupamento de Escolas de Mesão Frio	20%	0%
Agrupamento de Escolas de Mondim de Basto	57%	6%
Agrupamento de Escolas de Montalegre	86%	27%
Agrupamento de Escolas do Baixo Barroso	16%	11%
Agrupamento de Escolas de Murça	48%	14%
Escola Secundária/3 Araújo Correia	44%	6%
Agrupamento de Escolas do Peso da Régua	67%	8%
Agrupamento de Escolas de Cerva	67%	0%
Agrupamento de Escolas de Ribeira de Pena	59%	14%
Agrupamento de Escolas de Sabrosa	42%	0%
Ag. de Escolas de Carrzedo de Montenegro	36%	0%
Ag. De Escolas de Vila Pouca de Aguiar-Sul	100%	11%
Agrupamento de Escolas Diogo Cão	55%	30%
Ag. Escolas Monsenhor Jerónimo do Amaral	46%	38%
Escola Sec/3 Camilo Castelo Branco	68%	10%
Escola Secundária/3 Morgado de Mateus	85%	26%
Escola Secundária/3 S. Pedro	86%	25%
Colégio N S da Boavista	100%	21%
Colégio Salesiano de Poiares	38%	0%

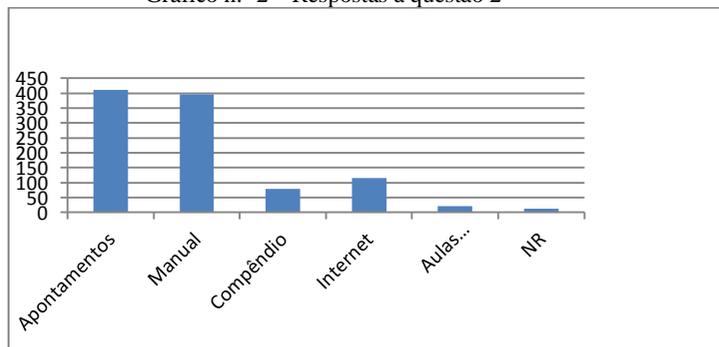
Nas escolas onde a taxa de gramáticas corresponde a 100%, no caso do Agrupamento de Escolas de Vila Pouca de Aguiar-Sul e do Colégio da Boavista, sucede uma discrepância: no primeiro caso, apenas 11% consulta o compêndio e, no segundo, 21%. A menor variação ocorre no Agrupamento de Escolas do Baixo Barroso (5%) em virtude de poucos alunos terem gramática e no Agrupamento de Escolas Monsenhor Jerónimo do Amaral (8%), aqui por de facto utilizarem o compêndio. Nas restantes, a oscilação média ronda os 49%, isto é, apenas cerca de metade dos alunos que detêm gramática a consultam para estudar.

De acordo com as respostas dadas à questão 1.2, *Se a tua resposta foi SIM, onde consultas a tua gramática?* 48% consulta-a apenas em casa; 1% na sala de aula e 11% em ambos os locais. Denota-se o pouco hábito de auxiliar o estudo gramatical mediante a consulta em sala de aula, sob orientação dos professores. Tal é comprovado pelos resultados da pergunta 1.3 – *O teu professor / A tua professora costuma pedir aos alunos para levar as gramáticas para a sala de aula?*: 88% dos docentes não pede aos alunos o compêndio gramatical para a aula, o que não familiariza os alunos com a gramática, mediante uma orientação de trabalho que facilite uma aprendizagem mais autónoma. Assim, quando for consultar, o aluno sente-se confuso perante a informação teórica. Tal mostra a necessidade das gramáticas entrarem na listagem de livros pedidos, com a inclusão nos apoios económicos.

Olhando para o caso do Colégio da Boavista, em Vila Real, onde a gramática faz parte dos livros obrigatórios, 36% adquire o seu compêndio gramatical no 2.º Ciclo, seguindo, em 85%, o aconselhamento dos professores. 45% destes alunos consulta o compêndio em casa enquanto 52% efetua esse estudo em casa e na sala de aula, sendo a única escola, a nível do distrito, que se destaca pela maior utilização da gramática em sala de aula, ainda que seja feita, em 24% dos casos, de longe a longe e, em 18% das vezes, raramente. 50% afirma que o professor pede a gramática em sala de aula e os outros 50% declara que não é pedido, discrepância que pode ser explicada pelo facto de serem professores distintos, com metodologias diferentes. 11% de professores solicita a presença da gramática em sala de aula, 4% de longe a longe; 3% raramente; 2% todas as aulas; 1% uma vez por semana e 0,2% uma vez por mês. Percebe-se a importância dos professores pedirem a presença dos compêndios gramaticais, com alguma frequência, na sala de aula, de modo a facultar as ferramentas de consulta, a garantir uma maior autonomia na aprendizagem.

A segunda questão *Que materiais usas para estudar gramática?* demonstra uma realidade que abarca a grande maioria das escolas: a importância dos apontamentos retirados nas aulas e do manual escolar, como fontes de aprendizagem do conhecimento gramatical no 3.º Ciclo.

Gráfico n.º 2 – Respostas à questão 2



Nalgumas escolas, os alunos preferem estudar maioritariamente pelos apontamentos da aula, como primeira ferramenta de trabalho, logo seguido do manual:

Quadro n.º 4 - Escolas onde os alunos estudam pelos apontamentos

Agrupamento de Escolas de Alijó
Agrupamento de Escolas de Mesão Frio
Agrupamento de Escolas de Montalegre
Agrupamento de Escolas do Peso da Régua
Agrupamento de Escolas de Cerva
Ag. de Escolas de Carrazedo de Montenegro
Agrupamento de Escolas Diogo Cão
Escola Sec/3 Camilo Castelo Branco
Escola Secundária/3 Morgado de Mateus
Escola Secundária/3 S. Pedro
Colégio N S da Boavista

Esta listagem comprova o índice de confiança no conhecimento registado nas aulas, sob orientação dos professores. Todavia, mostra o perigo de um labor falacioso, pois, sem uma informação esquematizada e a supervisão dos registos, há o perigo da cópia de informações erradas, base de estudo para o insucesso. Sabendo que, em boa parte das escolas, há turmas com problemas de atenção/concentração, comportamentos agitados, surge a dúvida sobre a qualidade desses apontamentos. Para um professor com cerca de 150 alunos, em média, é impossível efetuar um controle regular sobre a qualidade dos apontamentos.

A consulta do manual pode ser interpretada como confirmação das explicações anotadas no caderno / procura de informação adicional ou de exercícios, num estudo complementar, pois o número de alunos que consulta o manual aproxima-se significativamente daqueles que estudam pelos apontamentos. Assim sendo, em alguns casos, os discentes recorrem preferencialmente ao manual escolar para estudar gramática, o que relembra a importância dos manuais escolares estarem certificados, com conteúdos corretos e adequados aos programas do 3.º Ciclo:

Quadro n.º 5 - Escolas onde os alunos estudam pelo manual escolar

Agrupamento de Escolas de Boticas
Agrupamento de Escolas Nadir Afonso
Escola Secundária/3 António Granjo
Escola Secundária/3 Fernão de Magalhães
Agrupamento de Escolas de Mondim de Basto
Agrupamento de Escolas do Baixo Barroso
Escola Secundária/3 Dr. Araújo Correia
Ag. Escolas Monsenhor Jerónimo do Amaral
Colégio Salesiano de Poiares

Por outro lado, começa a existir a procura da internet como ferramenta para estudar, destacando-se o Colégio Salesiano de Póiares, onde, num universo de 16 alunos, 8 estudam pela internet. Não obstante, a tendência é ainda pouco significativa, pois, em 32 escolas, apenas 9 estabelecimentos apresentam um número mínimo de consulta da internet para fins de estudo gramatical, isto é 28%. Na amostra de 544 alunos do 9.º Ano, apenas 115 estudam pela internet, isto é, 21%.

Quadro n.º 6 - Escolas onde os alunos estudam pela Internet

Agrupamento de Escolas de Alijó
Escola Secundária/3 António Granjo
Escola Secundária/3 Fernão de Magalhães
Agrupamento de Escolas de Mondim de Basto
Agrupamento de Escolas de Montalegre
Agrupamento de Escolas de Cerva
Agrupamento de Escolas de Ribeira de Pena
Escola Secundária/3 Camilo Castelo Branco
Colégio Salesiano de Póiares

Muito poucos recorrem a aulas interativas pela internet, o que prova tratar-se de um mercado incipiente neste distrito, com pouco relevo. Em 544 alunos do 9.º Ano, 20 aprendem através desta ferramenta, 4%.

Ao observar as respostas à sexta *pergunta Indica as novas tecnologias que utilizas para estudar gramática*, as conclusões comprovam esta tendência incipiente do recurso às TIC.

Quadro n.º 7 – Respostas à questão 6

Recursos TIC usados	CD-ROM educativo	Internet	Programas (Word, Excel)	Nunca usei	NR
%	16%	58%	16%	26%	3%

Efetivamente, a internet, com 58%, tem um papel crescente junto dos alunos e isso inclui também o estudo de itens gramaticais. É necessário repensar o ensino de metodologias de estudo e de pesquisa de informação nesse suporte, sob pena de os alunos se perderem num emaranhado de informações, que poderão apenas confundi-los. Paralelamente, coexistem 26% dos discentes que nunca recorreram a esta ferramenta, o que comprova a heterogeneidade do público escolar e a diversidade de estratégias que cada professor deve utilizar.

16% dos alunos labora com CD-ROM educativo e elabora materiais em programas informáticos como Word, Excel, PowerPoint, entre outros, pelo que o ensino-aprendizagem precisa de se reorientar para esta nova realidade tecnológica. As editoras têm sentido esta mudança, com o manual multimédia, o manual interativo, o Banco de Questões, mas as escolas ainda não estão prontas, na sua generalidade, para acompanhar a evolução dos materiais educativos.

A terceira questão *Como estudas gramática?* pretende verificar a metodologia adotada para estudar o funcionamento da língua. Verifica-se que

não há uma metodologia comum. Dentro do mesmo universo escola/turma, coexistem métodos díspares, o que leva a perguntar se os alunos sabem estudar gramática. A variável mais frequente é a elaboração de resumos da matéria lecionada, seguida pela repetição dos exercícios da aula, a memorização dos conteúdos teóricos, a procura de novos exercícios, provavelmente na internet, dado que os alunos que responderam a este item indicaram também este recurso e, finalmente, a elaboração de esquemas. Os alunos não aderem tanto a esta última metodologia dada a dificuldade sentida em elaborar sínteses, pois requer capacidade de resumo.

Quadro n.º 8 – Metodologias de estudo dos alunos do 9.º Ano

Metodologia	Decoro a matéria	Repito os exercícios da aula	Procuro novos exercícios	Faço resumos	Faço esquemas
%	37%	38%	31%	54%	27%

Perante estes resultados, talvez seja importante reforçar, no 2.º Ciclo, a capacidade de extrair os aspetos principais de textos diversos, de modo a que os alunos cheguem ao 3.º Ciclo capazes de elaborar sínteses e esquemas facilitadores da sua aprendizagem. De facto, aquilo a que os alunos chamam de resumos da matéria pode significar apenas que copiam as definições e exemplos apresentados na aula.

É curioso notar que, no Agrupamento de Escolas do Pinhão e na Escola Secundária/3 Fernão de Magalhães, a maioria dos alunos assevera decorar a matéria gramatical lecionada como metodologia preferida. Por seu lado, no Agrupamento de Escolas de Vila Pouca de Aguiar-Sul, nenhum aluno afirma decorar a matéria, privilegiando um método composto por repetir exercícios da aula e elaborar esquemas.

Numa amostra de 28 escolas, 26 apresentaram respostas a todos os métodos pelo que, numa mesma realidade turma/escola, imperam rumos completamente diversificados. Os alunos sentem-se à deriva ao estudar gramática no que toca à metodologia a utilizar.

A quarta pergunta *Aponta os aspetos mais negativos da(s) gramática(s) que conheces* comprova que a gramática não atrai os alunos do 3.º Ciclo.

Quadro n.º 9 – Aspetos negativos das gramáticas - alunos do 9.º Ano

Aspetos negativos das gramáticas conhecidas	Excessivo número de páginas	Não há ilustrações	Não têm exercícios	Linguagem muito complicada	NR
%	31%	26%	27%	42%	8%

Os alunos apontam a linguagem complicada, o que revela a urgência em organizar gramáticas em função de um único ciclo de ensino para não dificultar a compreensão dos mais jovens com complexificações desajustadas. Consequentemente, os compêndios gramaticais contêm um número excessivo de páginas, o que repele o público-alvo. Ademais, não existem exercícios e não há

ilustrações. A gramática continua de difícil compreensão porque não detém uma linguagem facilmente inteligível, pois a matéria avoluma-se em páginas sucessivas, sem exercícios, sendo preterida no estudo diário. Então, qual a sua utilidade? Uma vez comprada, os jovens sentem dificuldade em manuseá-la. Falta um cariz de aplicação prática, para garantir a motivação dos alunos. Deve privilegiar-se um recurso mais apelativo, com a matéria de um nível de escolaridade, numa consulta mais rápida porque com menos páginas, com um custo menor, sob pena de os alunos estudarem pelos apontamentos, nem sempre fiáveis; pelos manuais escolares, onde nem sempre a seleção gramatical corresponde ao programa e onde pode haver gralhas; pela internet, onde o manancial de informação é vasto e facilmente os alunos se perdem ou desistem ou consultam sítios de países de expressão portuguesa, com aspetos gramaticais díspares.

Esta nova atitude face às gramáticas é urgente porque a maioria reconhece utilidade a este estudo: 91%, contra 8%.

Apresentação dos Resultados: Inquéritos aos Alunos do CEF

Da totalidade dos 242 inquéritos respondidos, todos foram considerados válidos. A idade média dos alunos ronda os 17 anos, logo com casos de retenção no seu percurso escolar.

As respostas dadas à primeira questão *Tens uma gramática em tua casa para poderes consultar?* mostra que a percentagem geral da amostra não possui gramática, contrariamente aos discentes do 9.º Ano. Apenas 6 escolas, de locais diversificados, confirmam uma maioria com uma gramática em casa para seu estudo pessoal, em aglomerados de concentração populacional heterogénea – Peso da Régua; Carrazedo de Montenegro; Vila Pouca de Aguiar; Chaves e Sabrosa.

Quadro n.º 10 – Percentagem de respostas afirmativas à questão 1

<i>Designação do estabelecimento de ensino</i>	<i>Percentagem de respostas afirmativas à questão 1.</i>
Escola Profissional de Desenvolvimento do Rodo	75%
Ag. de Escolas de Carrazedo de Montenegro	67%
Ag. De Escolas de Vila Pouca de Aguiar-Sul	57%
Escola Secundária/3 Dr. Júlio Martins	
Agrupamento de Escolas do Peso da Régua	53%
Agrupamento de Escolas de Sabrosa	

Em 8 escolas, prevalece a resposta negativa, em localidades afastadas de grandes centros urbanos. Este facto é agravado por este percurso formativo não ter manual adotado, pois os alunos estudam por fotocópias fornecidas pelos professores.

Quadro n.º 11 – Percentagem de respostas negativas à questão 1

<i>Designação do estabelecimento de ensino</i>	<i>Percentagem de respostas negativas à questão 1.</i>
Escola Secundária/3 Araújo Correia	88%
Agrupamento de Escolas de Ribeira de Pena	78%
Escola Secundária/3 de Valpaços	74%
Agrupamento de Escolas de Montalegre	71%
Agrupamento de Escolas de Valpaços	70%
Agrupamento de Escolas de Alijó	56%
Agrupamento de Escolas de Boticas	
Agrupamento de Escolas Nadir Afonso	

A totalidade dos alunos de 4 escolas afirma não ter gramática para estudar, em localidades que não apresentam razão válida para explicar tal facto:

Quadro n.º 12 – Escolas com alunos sem gramática em casa

Agrupamento de Escolas de Vidago
Agrupamento de Escolas do Baixo Barroso
Agrupamento de Escolas de Murça
Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião

No caso de possuírem uma gramática, quando, na pergunta 1.1, se solicita informações sobre *Quando e quem te aconselhou a comprá-la?* 5% dos alunos responde no 1.º Ciclo; 6% no 3.º Ciclo; 2 % no 2.º Ciclo, aconselhados pelos professores – 10%, pelos pais – 7% e por outras pessoas – 3%, (irmãos, primos, tios e avó). Alguns não adquiriram compêndio gramatical por já existir um do tempo escolar dos progenitores.

Uma percentagem de alunos tem gramática em casa – 33%, e não a rentabiliza, talvez por não a saber consultar, o que ocorre em 5 estabelecimentos: Escola Secundária/3 Araújo Correia; Agrupamento de Escolas do Peso da Régua; Agrupamento de Escolas de Ribeira de Pena; Agrupamento de Escolas de Sabrosa e Agrupamento de Escolas de Valpaços.

Quadro n.º 13 - Percentagem de alunos com gramática e que estudam pela gramática

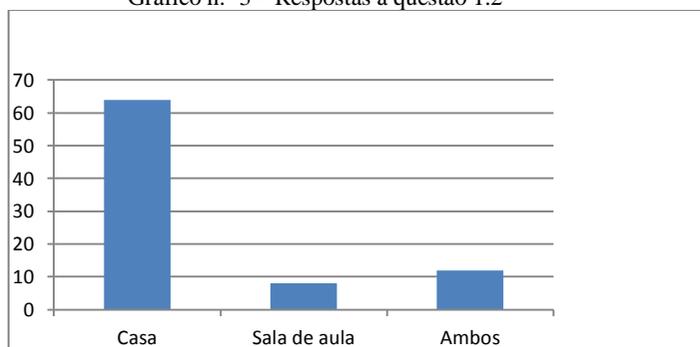
<i>Designação do agrupamento</i>	<i>Alunos com gramática</i>	<i>Alunos que estudam pela gramática</i>
Agrupamento de Escolas de Alijó	30%	4%
Agrupamento de Escolas de Boticas	44%	11%
Agrupamento de Escolas de Vidago	0%	0%
Agrupamento de Escolas Nadir Afonso	44%	11%
Escola Secundária/3 António Granjo	50%	13%
Escola Secundária/3 Dr. Júlio Martins	53%	7%
Agrupamento de Escolas de Montalegre	26%	5%
Agrupamento de Escolas do Baixo Barroso	0%	0%
Agrupamento de Escolas de Murça	0%	0%
Escola Profissional de Desenvolvimento do Rodo	75%	5%
Escola Secundária/3 Araújo Correia	12%	0%
Agrupamento de Escolas do Peso da Régua	53%	0%
Agrupamento de Escolas de Ribeira de Pena	21%	0%

Agrupamento de Escolas de Sabrosa	53%	0%
Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião	0%	0%
Ag. de Escolas de Carrazedo de Montenegro	67%	17%
Agrupamento de Escolas de Valpaços	29%	0%
Escola Secundária/3 de Valpaços	22%	11%
Ag. Escolas de Vila Pouca de Aguiar-Sul	57%	29%

Nos outros casos, a oscilação média ronda os 35%, isto é, menos de metade dos alunos que detêm gramática a consultam para estudar. Aliás, ocorre a maior variação na Escola Profissional de Desenvolvimento do Rodo (70%) e no Agrupamento de Escolas de Carrazedo de Montenegro (50%). O estabelecimento onde surge a maior taxa de estudo com base no compêndio gramatical é o Agrupamento de Escolas de Vila Pouca de Aguiar-Sul, em que 29% consulta e estuda pela gramática.

De acordo com as respostas dadas à questão 1.2, *Se a tua resposta foi SIM, onde consultas a tua gramática?* 26% consulta-a em casa; 3% na sala de aula e 5% em ambos os locais. Confirma-se a pouca ocorrência da consulta de uma gramática em sala de aula, com a orientação dos professores. Aliás, tal é comprovado pelos resultados da pergunta 1.3 – *O teu professor / A tua professora costuma pedir aos alunos para levar as gramáticas para a sala de aula?*

Gráfico n.º 3 – Respostas à questão 1.2



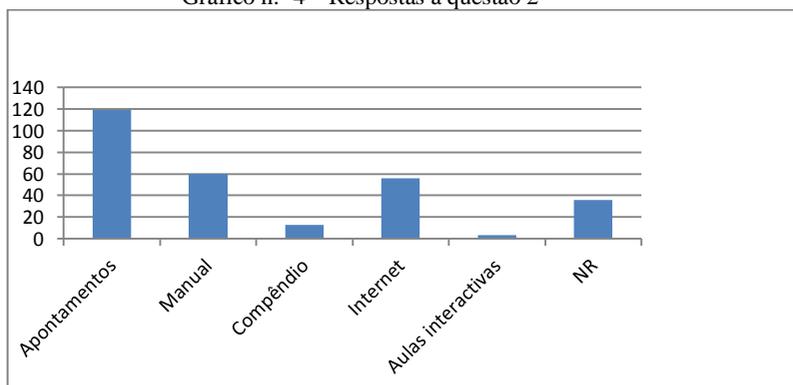
82% dos docentes não pede aos alunos a gramática na aula, o que não familiariza o contacto com este recurso, sob orientação de trabalho, para uma aprendizagem mais autónoma. Se os professores não tiverem adotado um manual, as hipóteses de consulta dos alunos dos CEF ficam bem reduzidas. Tal mostra a necessidade de inclusão dos compêndios gramaticais numa listagem de livros pedidos. Todavia, nesta oferta formativa, os alunos não têm por hábito comprar manuais, já que os professores elaboram grande parte dos materiais de estudo, o que, acrescido às dificuldades económicas e à falta de aspirações sociais, vem dificultar o acesso a estas ferramentas de trabalho.

Seria profícuo que as bibliotecas escolares detivessem gramáticas em número suficiente para os docentes levarem para a aula e orientarem os alunos na consulta de conteúdos. Porém, tal não é o panorama que ocorre em grande parte das escolas, em que poderá existir um exemplar de diferentes edições – o que nem sempre acontece –, mas não em exemplares repetidos para que uma turma, com um número médio de 20 alunos, possa consultar eficazmente a matéria, tendo por base a explicação gramática.

A nível do distrito, 6,6% dos professores nunca pediu a presença da gramática em sala de aula; no caso dos 14% de professores que a solicita, tal ocorre, 7%, uma vez por semana; 5%, todas as aulas; 4%, raramente; 3%, uma vez por mês e, 0,41%, de longe a longe.

A segunda questão *Que materiais usas para estudar gramática?* confirma a realidade mais prática deste ensino dada a importância dos apontamentos retirados nas aulas, como fonte de aprendizagem/consolidação gramatical. O Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião é caso único, pois todos os alunos estudam gramática a partir dos apontamentos.

Gráfico n.º 4 – Respostas à questão 2



Os apontamentos detêm uma larga vantagem junto dos inquiridos, pois é a grande ferramenta de estudo, comprovando a importância, neste ensino, do trabalho efetuado na aula, dos materiais criados pelos professores. Mostra também o perigo de um labor falacioso, pois o aluno copia informações erradas. Sabendo que estas turmas denotam mais problemas comportamentais, é de questionar a qualidade desses apontamentos.

Quadro n.º 14 – Escolas onde os alunos estudam pelos apontamentos

Agrupamento de Escolas de Boticas
 Escola Secundária/3 António Granjo
 Escola Secundária/3 Dr. Júlio Martins
 Escola Profissional de Desenvolvimento do Rodo
 Agrupamento de Escolas do Peso da Régua
 Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião
 Agrupamento de Escolas de Valpaços

Não se verifica uma metodologia única: em 2 escolas, os alunos consultam, em igual patamar, os apontamentos das aulas e o manual escolar, (Vidago e Vila Pouca de Aguiar-Sul). Noutras escolas, surgem em primeiro lugar os apontamentos seguidos de perto pelo manual escolar:

Quadro n.º 15 – Escolas onde os alunos estudam pelo manual escolar

Agrupamento de Escolas de Alijó
Agrupamento de Escolas Nadir Afonso
Agrupamento de Escolas de Montalegre
Escola Secundária/3 Araújo Correia
Agrupamento de Escolas do Peso da Régua
Agrupamento de Escolas de Ribeira de Pena

No Agrupamento de Escolas de Vila Pouca de Aguiar-Sul, os alunos têm uma metodologia eclética de trabalho: estudam pela internet, seguindo-se os apontamentos e o manual, acabando com a consulta do compêndio gramatical. Nos antípodas, a gramática nem sequer surge referida como base de estudo em 9 escolas.

Quadro n.º 16 – Escolas onde os alunos não estudam pela gramática

Agrupamento de Escolas de Vidago
Agrupamento de Escolas do Baixo Barroso
Agrupamento de Escolas de Murça
Escola Secundária/3 Araújo Correia
Agrupamento de Escolas do Peso da Régua
Agrupamento de Escolas de Ribeira de Pena
Agrupamento de Escolas de Sabrosa
Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião
Agrupamento de Escolas de Valpaços

Aliás, o uso da internet surge equiparado com os apontamentos das aulas em algumas escolas, (Montalegre; Murça; Carrzedo de Montenegro e Escola Secundária/3 de Valpaços). Começa a existir um número de alunos que procura a internet para estudar, mais visível nos cursos CEF:

Quadro n.º 17 – Escolas onde os alunos estudam pela internet

Agrupamento de Escolas de Alijó
Agrupamento de Escolas de Montalegre
Agrupamento de Escolas de Murça
Agrupamento de Escolas de Sabrosa
Agrupamento de Escolas de Valpaços
Agrupamento de Escolas de Vila Pouca de Aguiar-Sul

Não obstante, a tendência é ainda pouco significativa, pois, num universo de 19 escolas, apenas 6 apresentam um número mínimo de consulta da internet para fins de estudo gramatical, isto é 32%. Na amostra de 242 alunos do CEF, apenas 56 admitem aprender / estudar gramática pela internet, isto é, 23%.

Nos antípodas, os discentes de 4 escolas de locais diversificados não utilizam a internet para fins de aprendizagem de conhecimento explícito da língua:

Quadro n.º 18 - Escolas onde os alunos não consultam a internet para estudar gramática

Agrupamento de Escolas de Boticas
 Agrupamento de Escolas Nadir Afonso
 Agrupamento de Escolas do Baixo Barroso
 Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião.

A percentagem de alunos que recorre a aulas interativas pela internet é ínfima, o que prova tratar-se de um mercado incipiente neste distrito, com muito pouco relevo nesta amostra. Na amostra do CEF, apenas 3 alunos admitem aprender através desta ferramenta, 1%, uma ínfima parte relativamente aos alunos do 9.º Ano.

Ao ler as respostas à sexta pergunta *Indica as novas tecnologias que utilizas para estudar gramática*, as conclusões retiradas comprovam estas tendências.

Quadro n.º 19 – Respostas à questão 6

Recursos TIC usados	CD-ROM educativo	Internet	Programas (Word, Excel)	Nunca usei	NR
%	12%	52%	10%	32%	5%

É necessário repensar em ensinar metodologias de estudo e de pesquisa de informação na internet, sob pena de os alunos se perderem num emaranhado de informações confusas. Paralelamente, 32% dos discentes nunca recorreu aos meios tecnológicos para estudar gramática, mostra da heterogeneidade do público escolar e da diversidade de estratégias que é premente usar. Destaca-se o Agrupamento de Escolas de Santa Marta de Penaguião, onde os alunos nunca consultaram a internet para estudar gramática, CD-ROM nem programas informáticos.

Todavia, 12% afirma trabalhar com CD-ROM educativo, 10% mediante a elaboração de materiais em programas informáticos como Word, Excel, PowerPoint, pelo que o ensino-aprendizagem deve reorientar-se para esta nova realidade tecnológica.

A terceira questão *Como estudas gramática?* prova que não há uma metodologia comum no estudo gramatical. Dentro do mesmo universo escola/turma, coexistem métodos díspares, o que leva a perguntar se os alunos sabem estudar conteúdos gramaticais. A variável mais frequente é a memorização dos conteúdos, seguida pela repetição dos exercícios da aula, pela elaboração de resumos da matéria, no mesmo patamar com a procura de novos exercícios, provavelmente na internet, dado que os alunos que responderam a este item indicaram também esse recurso e a elaboração de esquemas. Esta metodologia é pouco adotada, dadas as dificuldades sentidas. Os alunos dos CEF privilegiam a memorização (32%), o que pode levar ao desinteresse pelos

conteúdos gramaticais pois, esvaziados de sentido e de aplicação prática, quando decorados, impera a desistência de estudar algo que não se percebe e do qual não se vislumbra a utilidade nem a sua aplicação em novos contextos.

Quadro n.º 20 – Metodologias de estudo dos alunos do CEF

Metodologia	Decoro a matéria	Repito os exercícios da aula	Procuro novos exercícios	Faço resumos	Faço esquemas	NR
%	32%	24%	13%	21%	14%	19%

Os alunos destes cursos detêm uma menor competência geral em Língua Portuguesa, olhando para as percentagens retiradas da elaboração de esquemas (14%), pelo que talvez fosse importante reforçar esta capacidade. Por outro lado, denota-se a pouca autonomia no estudo quando se examina a percentagem daqueles que procuram novos exercícios (13%). São alunos que retomam a matéria da aula, decoram-na, repetem os exercícios realizados na turma (24%) e, alguns elaboram resumos (21%), que podem ser simples cópias das definições e exemplos apresentados. Em algumas escolas, nenhum aluno produz resumos ou esquemas:

Quadro n.º 21 – Escolas onde os alunos não elaboram resumos / esquemas

<i>Escolas onde os alunos não elaboram resumos</i>	<i>Escolas onde os alunos não elaboram esquemas</i>
Agrupamento de Escolas de Vidago	Escola Secundária/3 António Granjo
Escola Secundária/3 António Granjo	Agrupamento de Escolas de Murça
Ag. de Escolas de Santa Marta de Penaguião	Agrupamento de Escolas do Peso da Régua
	Ag. de Escolas de Carrazedo de Montenegro

Há agrupamentos onde os alunos combinam diferentes processos de trabalho. Numa amostra de 19 escolas, 11 apresentaram respostas a todos os métodos. Compreende-se que os alunos estejam à deriva ao estudar gramática, sem saber a metodologia mais eficaz e as fontes a consultar, que se resumem sobretudo aos apontamentos.

A quarta pergunta *Aponta os aspetos mais negativos da(s) gramática(s) que conheces*, comprova a opinião negativa dos discentes.

Quadro n.º 22 - Aspetos negativos das gramáticas - alunos do CEF

Aspetos negativos das gramáticas conhecidas	Excessivo número de páginas	Sem ilustrações	Não têm exercícios	Linguagem muito complicada	NR
%	29%	19%	11%	33%	22%

Os alunos aludem à linguagem complicada, ao número excessivo de páginas, à ausência de ilustrações e de exercícios. Estes dados renovam a urgência em organizar gramáticas em função de um ciclo de ensino/curso,

destinadas a percursos de formação alternativos, pois trata-se de um público escolar diferente dos alunos do 9.º Ano. Tal fica claro nas opções tomadas aquando da ordenação dos aspetos mais negativos das gramáticas pedagógicas: é mais preocupante a falta de ilustrações do que a ausência de exercícios. Uma nova atitude face às gramáticas deve surgir, por parte das editoras, dos autores, dos professores, pois a maioria dos alunos ainda reconhece utilidade ao estudo da gramática: 72%, contra 19%.

Conclusão

É preocupante verificar que as gramáticas não são um instrumento de trabalho privilegiado pelos alunos. Os resultados apurados comprovam que os alunos possuem um compêndio gramatical, mas não o rentabilizam, devido à linguagem complexa, à rejeição sentida pelo número de páginas e à ausência de exercícios. Optam por estudar pelos apontamentos e pelos manuais escolares. Seguem metodologias divergentes de trabalho, num recurso incipiente às novas tecnologias. Tal deve levar a uma reflexão sobre a constituição, a configuração, o conteúdo, o uso em contexto de aula, a utilização regular como resposta às inúmeras dúvidas dos alunos. As gramáticas devem ser repensadas, na sua estrutura, formato, conteúdo, público-alvo, suporte, para acabar com a visão pessimista dos alunos sobre conhecimento explícito da língua, arcabouço para o sucesso enquanto alunos e indivíduos inseridos numa sociedade.

Compreende-se que uma gramática deve ajustar-se ao público-alvo para ser manuseada, compreendida sem provocar desmotivação, pela linguagem opaca e pelo número excessivo de páginas. Estas duas críticas seriam facilmente ultrapassadas se, a cada ciclo de ensino / percurso de formação, correspondesse um caderno gramatical, de grafismo apelativo, com os aspetos do funcionamento da língua presentes nos programas oficiais, lecionáveis nesse nível, logo com um preço inferior. Esta ideia poderia resultar de um acordo entre as editoras e linguistas/autores de manuais gramaticais, no sentido deste acompanhar o manual escolar, num livre acesso a esta ferramenta, desde que fosse um trabalho científico.

Ademais, a aula de língua materna deve prever tempos letivos para trabalhar em conjunto conteúdos gramaticais com a consulta dos compêndios, mas também em suporte informático, com recurso à internet e/ou programas informáticos, de modo a que não haja infoexclusão e que se trabalhe a motivação de alunos que aderem a estratégias baseadas nestas ferramentas, desde que haja as condições técnicas necessárias nas escolas. De facto, a própria gramática escolar, sobretudo para percursos como os CEF, pode revestir um formato digital, o que facilitaria a consulta, tanto na aula como autonomamente, para além de garantir a motivação necessária de trabalho por parte dos alunos, chave para aprendizagens do conhecimento explícito da língua com sucesso.

No que toca à metodologia de estudo, os alunos não demonstram a prevalência de um método único, antes a coexistência de vários, pelo que surge a questão: os alunos sabem estudar gramática?

Assim, a aplicação dos inquéritos, em ambos os percursos de formação, permitiu traçar linhas gerais de caracterização: as gramáticas escolares não são um instrumento privilegiado pelos alunos; o uso dos compêndios nas aulas deve ser repensado, pelo que os professores devem adotar um manual gramatical, no grupo disciplinar, dando essa informação à biblioteca escolar, de modo a prever um número suficiente de exemplares; a premência em ensinar os discentes a estudar desde o 1.º Ciclo, para acabar com a heterogeneidade de métodos de trabalho, que por vezes se revelam ineficazes; o recurso pouco frequente dos alunos aos esquemas, por dificuldades em extrair as informações essenciais de um tema, daí a necessidade de trabalhar esta capacidade; a procura de novos exercícios, sem orientação, muitas vezes na internet, que pode gerar distração, confusão, logo desalento, pelo que se pode preparar maletas pedagógicas agrupadas por temáticas, com links úteis para orientar os alunos na pesquisa; a importância da escola preparar os alunos para a igualdade de oportunidades pela utilização na sala de aula das novas tecnologias.

Em suma, o que importa é utilizar o espaço sala de aula para levar os alunos à reflexão e análise dos fenómenos linguísticos, observá-los, compreendê-los em contexto, num processo de encontro com a língua, numa atitude crítica e reflexiva.

Referências Bibliográficas

- Amor, Emília (1993): *Didática do Português – Fundamentos e Metodologia*. Lisboa: Texto Editora.
- (2002): “Didática da língua materna”. In: FUNK, Gabriela (org.). *(Re)pensar o Ensino do Português*. Lisboa: Edições Salamandra: 5-25.
- APP (2001): *O Ensino e a Aprendizagem do Português na Transição do Milénio – Relatório Preliminar*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Assunção, Carlos (1997): *Gramática e Gramatologia*. Braga: Edições APPACDM.
- (1998^a): “A Gramática e o Ensino da Língua Portuguesa, LM/LE”. In: *Palavras*, n.º 13. Lisboa: APP: 37-44.
- (1998^b): “O poder e a gramática com base num exemplo”. In: CASTRO, Rui Vieira de; SOUSA, Maria de Lourdes. *Linguística e Educação*. Lisboa: Edições Colibri: 15-34.
- Assunção, Carlos & Rei, José Esteves (1998): *Gramática. Material de Apoio*. Lisboa: Ministério da Educação/Departamento do Ensino Secundário.

- Azevedo, Maria Luísa (1999): “A gramática no final do ensino básico e no ensino secundário”. In: BARBOSA, Jorge Morais *et al.* *Gramática e Ensino das Línguas. Atas do I Colóquio sobre Gramática*. Coimbra: Almedina: 97-102.
- Brito, Ana Maria. “Ensinar Português: o que significa?”. In: AAVV (1996): *A Língua Mãe e a Paixão de Aprender. I.º Encontro de Professores de Português*. Porto: Areal Editores: 67-80.
- Carvalho, José António; Rodrigues, Angelina (1996): “Conceções sobre a língua enquanto objeto de ensino/aprendizagem nos alunos dos anos finais das licenciaturas em ensino do Português”. In: AAVV. *Atas. XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Braga-Guimarães: APL: 87-93.
- Castro, Rui Vieira de (1995): *Para a Análise do Discurso Pedagógico. Constituição e Transmissão da Gramática Escolar*. Braga: Universidade do Minho.
- (1997): “A educação linguística: objetivos, conteúdos e contextos de realização”. In: LEITE, Laurinda *et al.* *Didáticas/Metodologias da Educação*. Braga: Universidade do Minho.
- (1998): “O texto gramatical escolar: entre a polifonia e a intransitividade discursiva”. In: CASTRO & SOUSA. *Entre Linhas Paralelas. Estudos sobre o Português nas Escolas*. Braga: Angelus Novus Editora: 149-174.
- Costa, João (2008): “Conhecimento gramatical à saída do Ensino Secundário: estado atual e consequências na relação com leitura, escrita e oralidade”. In: REIS, Carlos (org.). *Atas. Conferência Internacional sobre o Ensino do Português*. Lisboa: DGIDC: 149-165.
- Delgado-Martins, Maria Raquel *et al.* (1987): “Para uma caracterização do saber linguístico à entrada no ensino superior”. In: AAVV. *Atas do III Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL: 601-688.
- (1992): “Eu falo, tu ouves, ele lê, nós escrevemos”. In: DELGADO-MARTINS *et al.* (org.). *Para a Didática do Português. Seis Estudos de Linguística*. Lisboa: Edições Colibri: 5-22.
- DGIDC (2007): *Desempenho dos alunos em Língua Portuguesa - ponto da situação*. Lisboa: ME.
- DGIDC (2008): *Dificuldades dos alunos em Língua Portuguesa*. Lisboa: ME.
- Duarte, Inês (1992): “Oficina gramatical: contextos de uso obrigatório do Conjuntivo”. In: Delgado-Martins, Maria Raquel *et alii.* *Para a Didática do Português: Seis Estudos de Linguística*. Lisboa: Edições Colibri: 165 - 177.
- Figueiredo, Olívia Maria (2001): *A Linguística na Formação do Professor de Português*. Porto: Universidade do Porto.
- Fonseca, Fernanda Irene (1994): *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*. Porto: Porto Editora.
- Fonseca, Joaquim (1977): *Pragmática Linguística e Ensino do Português*. Coimbra: Almedina.
- (1992): *Linguística e Texto/Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*. Lisboa: ICALP/ME.

- Funk, Gabriela (2000): “A situação atual do ensino da gramática na Universidade”. In: AAVV. *Atas do XV Encontro Nacional da APL*. Braga: APL: 558 – 568.
- Lamas, Estela Pinto Ribeiro (1993^a): “A Aula de Língua e Língua Materna”. In: *A Aula de Língua e Literatura Maternas*, Caderno 1. Vila Real: UTAD: 11-20.
- (1993^b): “Problematizar o Ensino da Gramática”. In: *A Aula de Língua e Literatura Maternas*, Caderno 1. Vila Real: UTAD: 21-29.
- Rei, José Esteves (1998): “Práticas escolares atuais de produção de textos e seus agentes. Estudo de opinião sobre a escrita no final do ensino secundário”. In: *Linguística e Educação*. Lisboa: Edições Colibri: 135 – 156.
- Reis, Carlos (org.) (2008): *Atas. Conferência Internacional sobre o Ensino do Português*. Lisboa: DGIDC.
- Silva, António Carvalho da (2009): “A natureza e os fins do conhecimento gramatical: análise de provas de exame do Português”. In: *Diacrítica*, n.º 23, 1. Braga: Revista do Centro de Estudos Portugueses: 171-203.
- Sim-Sim, Inês; Duarte, Inês; Ferraz, Maria José (1997): *A Língua Materna na Educação Básica. Competências Nucleares e Níveis de Desempenho*. Lisboa: Ministério da Educação/DEB.
- Torres, Amadeu (1998): *Gramática e Linguística – Ensaio e Outros Estudos*. Braga: Universidade Católica Portuguesa.
- Vilela, Mário (1993): “O ensino da gramática na escola: que saída e que justificação?”. In: *Diacrítica*, n.º 8. Braga: Revista do Centro de Estudos Portugueses: 143-166.

As edições da *Arte da Grammatica Portugueza* de Pedro José de Figueiredo *

Sónia Duarte
Centro de Linguística da Universidade do Porto
duarte.sonia@sapo.pt

Abstract

The present study aims to contribute to increase the knowledge of Figueiredo's grammatical work (*Arte da Grammatica Portugueza*, Lisbon, 1799), updating bibliographical data and establishing an inventory of editorial differences between the portuguese prints. The presentation of these variants will allow the identification of three groups of editions: i) the first two; ii) the third; iii) the last two. The results will be interpreted considering the evolution of Figueiredo's doctrinal affinities, taken into account on the frame of the late eighteenth and early nineteenth centuries' Portuguese and European grammatical tradition, in which stands out the influence of French rationalist grammar, whose impact on Figueiredo progressively increases from one edition to another.

Keywords: Historiography of Linguistics, Grammar, Pedro José de Figueiredo.

Resumo

O presente trabalho pretende contribuir para aumentar o conhecimento da obra gramatical de Figueiredo (*Arte da Grammatica Portugueza*, Porto, 1848), procedendo à atualização dos dados bibliográficos e ao inventário das diferenças entre as edições publicadas em Portugal. A exposição das variantes permitirá identificar três grupos de edições: i) as duas primeiras; ii) a terceira; iii) as duas últimas. Os resultados serão interpretados à luz da evolução das afinidades doutrinárias de Figueiredo, no quadro da tradição gramaticográfica portuguesa e europeia de finais do século XVIII e inícios do século XIX, onde se destaca a influência da gramática racionalista francesa, cujo reflexo em Figueiredo aumenta progressivamente ao longo das edições.

Palavras-chave: Historiografia linguística, gramática, Pedro José de Figueiredo.

* Este trabalho foi realizado no âmbito das atividades financiadas pela Fundação de Ciência y Tecnologia (SFRH/BD/74989/2010), em suporte da investigação realizada para o projeto de dissertação de doutoramento intitulado "La lengua y la gramaticografía españolas desde la historiografía gramatical portuguesa (1623-1848)" e inscrito no *Departamento de Filología Hispánica y Clásica de la Universidad de León*, sob orientação da Professora Doutora María Dolores Martínez Gavilán. Este estudo foi primeiramente apresentado em comunicação oral ao XXVIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, realizado em Faro, entre 25 e 27 de outubro na Faculdade de Ciências sociais e Humanas da Universidade do Algarve. Agradeço ao Prof. Doutor Rolf Kemmler os seus comentários à versão escrita que aqui se publica.

1. Nota biobibliográfica

Os principais dados biobibliográficos sobre Pedro José de Figueiredo (1762-1826) encontram-se coligidos por Inocêncio Silva no *Diccionario Bibliographico Português*. Como esta informação já se encontra reunida, limitar-me-ei a chamar a atenção para atualizações recentes no tocante à biografia (Kemmler 2012: 105-107)¹ e bibliografia (Duarte 2012a: 235-236), desenvolvendo somente este último aspeto, pela sua coincidência com o tema deste estudo. No tocante à sua produção bibliográfica, é de assinalar que, segundo, mais uma vez, os dados recolhidos em Silva (1862: tomo VI, 415-419), a obra em estudo constitui a única obra gramaticográfica de Figueiredo, embora o seu contributo linguístico se estenda também à lexicografia². Observe-se ainda que, no que toca à sua receção, a obra em análise alcançou maior projeção no exterior que em território nacional, como foi já apontado em Duarte (2012^a, 2012^b), considerando, por um lado, o destaque que lhe foi dado nas entradas relativas a Portugal de algumas enciclopédias estrangeiras³, e, por outro, a sua escassa repercussão sobre os gramáticos portugueses e as críticas que lhe foram dirigidas⁴.

Segundo Inocêncio da Silva (1862: tomo VI, 417), o texto em estudo teria contado com quatro edições (1799, 1804, 1811, 1837) sendo errada a informação prestada a este respeito por Vilela da Silva (1828: 76) sobre a existência de uma edição de 1827⁵. Efetivamente, o problema sobre a data da quarta edição decorre da informação na folha de rosto das últimas edições, onde o mesmo número de edição surge a par com diferentes datas.

¹ No referido artigo, Kemmler contribui para a correção de alguns dados veiculados no *Diccionario Bibliographico Português*, nomeadamente no que diz respeito à data de óbito do gramático, que faleceu no dia 12 de fevereiro de 1826, e não no dia anterior, como estabelece Inocêncio.

² Com efeito, segundo Silva (1862: tomo VI, 418), para além dos muitos vocábulos que terá acrescentado à terceira edição do *Diccionario da Lingua Portuguesa* (Lisboa 1823) de António de Moraes Silva, Figueiredo terá ainda deixado um dicionário de sua própria autoria, cujo manuscrito, segundo Verdelho (2003: 489) se terá perdido.

³ Entre elas está a *Encyclopaedia Americana* (Filadélfia 1844) de Francis Lieber, onde a gramática de Figueiredo é apresentada como sendo a melhor gramática portuguesa conhecida.

⁴ Desta questão se trata em Duarte 2010 e Duarte 2012a, focando concretamente a censura que lhe foi feita por Jerónimo Soares Barbosa.

⁵ Segundo informa ainda Vilela da Silva (1828: 76), para além das edições portuguesas, terá havido ainda uma edição brasileira não autorizada (Baía 1817).

A R T E
 DA
GRAMMATIC A PORTUGUEZA
 EM METHODO
BREVE, FACIL, E CLARO
 REFORMADA NESTA QUARTA EDIÇÃO
 PARA USO
DO COLLEGIO REAL DE NOBRES,
 E DO
REAL SEMINARIO DO PATRIARCHADO,
 POR
 PEDRO JOSÉ DE FIGUEIREDO,
 Socio da Academia das Sciencias de Lisboa.



L I S B O A :
 NA IMPRESSÃO REGIA. ANNO 1827.
 Com Licença.

Vende-se em Casa da Firma Bertrand e Filhos, junto á Igreja
 de Nossa Senhora dos Martyres, N.º 45.



Figura 1: Folhas de rosto (edições de 1827 e 1837).

Segundo Inocêncio da Silva (1862: tomo VI, 417), a gralha estaria na data e apenas existiria a edição de 1837, embora posteriormente, o seu testamenteiro Brito Aranha, no trabalho de ampliação e revisão do *Diccionario Bibliographico* de Inocêncio Silva (1894: tomo XVII), como adverte Schäfer-Prieß (no prelo: 1.9.)⁶, pareça reconhecer a edição de 1827, sustentando “pelo confronto das circunstâncias da impressão, que a edição que apareceu com o millesimo 1837, é a mesma, só com a diferença do rosto”⁷. De facto, para além da impossibilidade de Vilela da Silva ter conhecido em 1828 uma impressão de 1837, os dados do Registo de Obras da Imprensa Régia, conforme se adverte já em Duarte (2012^a e 2012^b), confirmam que a gralha não está na datação, mas, eventualmente, na numeração das edições, já que as edições de 1827 e 1837 correspondem,

⁶ A obra citada corresponde à tradução do trabalho de agregação (*Habilitationsarbeit*) da autora, originalmente publicado em 2000: *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie; Band 300). Agradeço ao Prof. Doutor Rolf Kemmler a cedência do texto inédito.

⁷ A investigadora alemã interpreta tal passagem como indicadora de que para Inocêncio da Silva teria havido uma “reimpressão sem alterações”.

efetivamente, a duas edições diferentes⁸. Posto isto, considerando as fontes arquivísticas anteriormente mencionadas, o texto de Figueiredo, no total das suas cinco edições, contou com seis mil exemplares, impressos ao longo de trinta e sete anos e com a seguinte distribuição:

INCM/AIN - <i>Registo de Obras, 1797-1803</i> (AH/9A/1- lv. 28)	1.ª edição (1799) - acabada de imprimir e divulgada em 1800 - 1000 exemplares
INCM/AIN - <i>Registo de Obras, 1804-1808</i> (AH/9A/1- lv. 29)	2.ª edição (1804) - acabada de imprimir e divulgada em 1805 - 1000 exemplares
INCM/AIN - <i>Registo de Obras, 1810-1814</i> (AH/9A/1- lv. 31)	3.ª edição (1811) - 2000 exemplares
INCM/AIN - <i>Registo de Obras, 1825-1828</i> (AH/9A/1- lv. 35)	4.ª edição (1827) - 1000 exemplares
INCM/AIN - <i>Registo de Obras, 1836-1837</i> (AH/9A/1- lv. 39)	5.ª edição (1837) - 1000 exemplares

Quadro 1: edições segundo documentação do Arquivo da Imprensa Nacional.

Importa ainda chamar a atenção para o distinto valor destas edições enquanto expressão fidedigna da intenção do autor, na medida em que apenas três foram publicadas em vida do autor e apenas a primeira foi custeada pelo mesmo⁹. É, no entanto, significativo que tenha havido edições póstumas, já que, segundo Silva (1862: tomo VI, 416), o autor teria destruído parte dos seus manuscritos, cuja publicação não desejava. Com efeito, segundo a mesma fonte (Silva 1862: tomo VI, 417), o manuscrito desta obra já se encontrava pronto para publicação à data da morte do autor e foi vendido por uma criada e herdeira do autor à casa que o veio a editar.

2. Cotejo de edições

Antes de passar ao comentário das conclusões do cotejo, importa tecer algumas considerações preliminares. A primeira, de ordem metodológica, prende-se com o modo de realização do confronto textual. Nesse sentido, convém esclarecer que, tendo sido identificados três grupos de edições - as duas primeiras por um lado, a terceira por outro, e, ainda por outro lado, as duas últimas - na impossibilidade, por razões logísticas, de aceder diretamente a todas as edições em simultâneo, foram definidos, como exemplares de base, os consultados da edição de 1804, 1811 e 1827, considerando critérios de ordem prática e a quase identidade entre as edições de 1799 e 1804, por um lado, e as

⁸ Agradeço à Doutora Margarida Ramos, Diretora do Arquivo da Imprensa Nacional, e ao Prof. Doutor Rolf Kemmler, por meio de quem pude aceder aos resultados da consulta do referido arquivo, a sua valiosa ajuda nesta matéria.

⁹ Segundo a informação recolhida nos registos de obras da INCM/AIN, a segunda edição foi custeada por António Manoel Policarpo da Silva, a terceira, por João Henriques e as duas seguintes, pela Viuva Bertrand & Filhos. Observe-se, contudo, que, segundo os mesmos registos, na segunda edição, ainda é o nome do autor que consta na figura do devedor. Em todos os três casos foi, portanto, custeada pelos livreiros, pelo que não se sabe qual o papel exato do autor no processo final de edição, a partir da primeira.

de 1827 e 1837, por outro. Como tal, por razões de economia de citação, sempre que os exemplares coincidam, será citada apenas uma dessas edições¹⁰.

A segunda ordem de considerações incide sobre o objeto de estudo. Primeiro, é conveniente justificar desde já que, pela impossibilidade de aceder a todos os exemplares em suporte papel, não serão aqui tratadas questões de bibliografia material. Finalmente, deve ser esclarecido que o objeto central deste estudo corresponde aos aspetos da teoria gramatical que fazem divergir as edições e não tanto às questões de crítica textual. Não obstante, previamente à imersão naquele que pretende ser o foco do presente trabalho, será oportuno fazer referência às diferenças observadas nos campos excluídos, ainda que não seja senão para as apontar. A essa luz, há a registar variantes na informação oferecida pelos paratextos no tocante à indicação do autor¹¹, às autorizações dos

¹⁰ Da primeira edição foi consultado o exemplar conservado em microfilme na Biblioteca Nacional de Portugal (BN) com a cota L. 294 V. Da segunda edição consultou-se o exemplar guardado na Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP) com a cota I-4-8. Para a terceira e quarta edição recorreu-se a digitalizações disponíveis em linha e de cuja hiperligação se dá conta na bibliografia final. Da quinta e última edição, consultou-se o exemplar conservado na BPMP com a cota I-4-9. Agradeço ainda a disponibilidade do Prof. Doutor Rolf Kemmler para a cedência dos seus exemplares das edições de Figueiredo.

¹¹ Apenas nas duas últimas edições surge o nome do autor na folha de rosto, como se comprova da informação que na mesma aparece em cada edição:

“ARTE / da / GRAMMATICA PORTUGUEZA, / ordenada / EM METHODO BREVE, FACIL, E CLARO, / offererecida / a / SUA ALTEZA REAL / o serenissimo senhor / DOM ANTONIO, / PRINCIPE DA BEIRA. // LISBOA, / NA REGIA OFFICINA TYPOGRAFICA. / Anno m. dcc. xcix. / Com licença da Meza do Desembargo do Paço” (Figueiredo 1799: [1]).

“ARTE / da / GRAMMATICA PORTUGUEZA, / ordenada / EM METHODO BREVE, FACIL, E CLARO, / offererecida / a / SUA ALTEZA REAL / o serenissimo senhor / DOM ANTONIO, / PRINCIPE DA BEIRA. / segunda impressão / para uso do Real Collegio dos Nobres. // LISBOA, / NA IMPRESSÃO REGIA. / Anno m. dccciv. / Por ordem Superior” (Figueiredo 1804: [1]).

“ARTE / da / GRAMMATICA PORTUGUEZA, / ordenada / EM METHODO BREVE, FACIL, E CLARO, / offererecida / a / SUA ALTEZA REAL / o serenissimo senhor / DOM ANTONIO, / PRINCIPE DA BEIRA. / Terceira Edição para uso do Collegio Real de Nobres / e do Seminario do Patriarchado. // LISBOA, / NA IMPRESSÃO REGIA. / Anno m. dccc. xi. / Com licença (Figueiredo 1811: [1]).

ARTE / da / GRAMMATICA PORTUGUEZA, / em methodo / BREVE, FACIL, E CLARO / REFORMADA NESTA QUARTA EDIÇÃO / para uso / DO COLLEGIO REAL DE NOBRES, / e do / REAL SEMINARIO DO PATRIARCHADO, / por / PEDRO JOSÉ DE FIGUEIREDO, / Socio da Academia das Sciencias de Lisboa. // LISBOA: / NA IMPRESSÃO REGIA. Anno 1827. / Com Licença. / Vende-se em Casa da Viuva Bertrand, e Filhos, junto á Igreja / de Nossa Senhora dos Martyres, N.o 45 (Figueiredo 1827:[1]).

ARTE / da / GRAMMATICA PORTUGUEZA, / em methodo / BREVE, FACIL, E CLARO / REFORMADA NESTA QUARTA EDIÇÃO / para uso / DO COLLEGIO REAL DE NOBRES, / e do / REAL SEMINARIO DO PATRIARCHADO, / por / PEDRO JOSÉ DE FIGUEIREDO, / Socio da Academia das Sciencias de Lisboa. // LISBOA: / NA IMPRENSA NACIONAL. / 1837. / Vende-se em Casa da Viuva Bertrand e Filhos, junto á Igreja / de Nossa Senhora dos Martyres, N.o 45 (Figueiredo 1837: [1]).

respetivos órgãos censórios¹², à introdução de modificações¹³, destinatários¹⁴ e referências teóricas¹⁵. São igualmente identificáveis lições divergentes em resultado de opções ortográficas, de opções de redação e de gralhas. Tanto num como noutro caso, contudo, são questões que, pela sua especificidade e pela sua dimensão, mereciam visibilidade e enquadramento noutro lugar, como seja o de um estudo no domínio da teoria ortográfica ou mesmo de uma edição crítica do texto em estudo – trabalho este que se encontra ainda por fazer.

No que concerne especificamente à teoria gramatical em sentido estrito, as divergências indiciam-se, num primeiro plano, a partir da forma como as edições diferem em termos de estrutura, embora parte dessas diferenças também revelem opções metodológicas distintas no que toca à didatização da teoria gramatical. Estas últimas, por constituírem matéria que escapa ao escopo definido para o presente estudo, também não terão aqui desenvolvimento¹⁶. Quanto às restantes divergências, procurando reconstituir um índice a partir das diferentes partes da obra e dos capítulos que as integram ou observando o índice analítico final, as opções de organização da informação permitem aferir sintonias ou desacordos teóricos, de edição para edição. Reservar-se-á, contudo, o desenvolvimento destes assuntos para mais adiante, já que a eles se dedicará espaço próprio seguidamente, organizando os resultados do cotejo de acordo com a própria estruturação da obra: i) definição de *gramática* e consideração das suas partes; ii) as partes da oração; iii) prosódia; iv) sintaxe.

2.1. A gramática e as suas partes

Contrastando as definições de *gramática* nas diferentes edições, registam-se diferenças significativas entre as três primeiras e as duas últimas.

Grammatica he a Arte de fallar, e escrever bem, ou correctamente (Figueiredo 1811: 5).

Grammatica (*a*) é a arte de fallar, e escrever correctamente segundo o uso recebido (Figueiredo 1827: 5).

No caso das três primeiras edições, a informação da autoria é, contudo, expressa na dedicatória, assinada por Pedro José de Figueiredo.

¹² Como se pode comprovar nas passagens transcritas na nota anterior, observando as diferenças a este respeito entre as quatro primeiras edições e a ausência, na quinta edição, de qualquer indicação deste teor.

¹³ Com efeito, a partir da edição de 1827, figura no frontispício da obra a indicação de “reformada”.

¹⁴ A partir de 1811, é fornecida igualmente na folha de rosto a indicação de que a obra é concebida para o uso também do Seminário do Patriarcado, além do Colégio Real de Nobres, já indicado nas edições anteriores.

¹⁵ Apenas nas duas últimas edições aparece uma citação da *Minerva*, de Francisco Sánchez de las Brozas, transcrita em epígrafe, numa página entre a folha de rosto e a dedicatória.

¹⁶ Sucintamente, nas duas últimas edições, observa-se um maior investimento na informação em nota, o qual passa tanto pela ampliação da mesma (em qualidade e número) como pela sua diferenciação entre notas de rodapé (estritamente informação bibliográfica e remissão para notas de fim) e notas de fim (desenvolvimento teórico).

Tais diferenças residem fundamentalmente na ênfase dada, na quarta e quinta edições, ao valor do uso¹⁷ e na nota final com que, nas mesmas edições, tal definição é complementada¹⁸. Nessa nota, desenvolve-se a explicação do conceito de *gramática*, sublinhando a sua aplicabilidade também à oralidade, e introduz-se informação acerca da etimologia da palavra e sobre a teorização acerca deste conceito, quer na tradição clássica quer coeva.

Outro aspeto que separa as edições é o facto de apenas nas duas últimas se fazer referência às partes da gramática, conforme também já pôs em evidência Moura (2012: 187) e como se expõe seguidamente.

As palavras ou se consideram soltas, isto é, cada uma por si; ou ligadas, e reunidas no contexto da oração [...].

Daqui vem as quatro partes, em que se divide a Grammatica: *Orthografia*, *Prosodia*, *Etimologia*, e *Syntaxe* (b) (Figueiredo 1827: 5).

Nas duas edições finais, justifica-se ainda em nota¹⁹ a opção tomada em termos da ordem no tratamento das referidas partes, pela prevalência da “ordem da doutrina” (o exemplo e autoridade da tradição gramaticográfica anterior) em detrimento da “ordem natural” (ordem lógica). Pela mesma razão, como justifica também na mesma nota, Figueiredo exclui da sua obra o tratamento da ortografia. Na sua conceção quadripartida de gramática, destaca-se igualmente, a opção pela designação *etimologia*. Como explica Schäfer-Prieß (no prelo: 4.2.3), se bem que na tradição clássica este conceito está associado à origem das palavras, a partir da Idade Média, a noção de *etimologia* vem a assumir entre alguns gramáticos um sentido próximo ao que tem atualmente o termo *morfologia*²⁰, embora outros gramáticos preferissem a expressão *analogia*. A opção de Figueiredo é partilhada, como esclarece Schäfer-Prieß (no prelo: 4.2.3), por destacados gramáticos coevos, como José António dos Reis Lobato e

¹⁷ Neste aspeto, Moura (2012: 187) identifica semelhanças com a definição de César Dumarsais: “[...] la Grammaire est l’art qui apprend les réfléxions que l’on a faites sur les mots & sur les façons de parler d’une langue pour parvenir à la parler et à l’écrire corectement, c’est-à-dire, selon l’usage reçu” (Dumarsais 1731: 6).

¹⁸ “Grammatica é vocabulo latino de origem grega da voz *γράμμα*, que quer dizer letra, como significando arte, que têm por fundamento as letras de que se formam as palavras, que esta arte tem como materia propria de suas indagações. Não só compréhende o escrever bem, senão tambem o bem fallar, como disse Quintiliano liv. I. cap. 5. Começou rude, e imperfeita como todas as artes. Nestes ultimos tempos acha-se muito aperfeçoada pela mediante applicação com que se tem dado a seu estudo muitos de conhecida erudição» (Figueiredo 1827: 115, n. 1).

¹⁹ “Ainda que seja a ordem natural das partes da Grammatica, a que seguimos, de orthografia, prozodia, etymologia, e syntaxe, porque primeiro está tratar das letras, depois das syllabas, em terceiro lugar das palavras, e ultimamente da oração, contudo grammaticos mui doutos, seguindo com razão a ordem da doutrina, tratam em primeiro lugar da etymologia, depois da prozodia, e ultimamente da syntaxe: e omittem de ordinario em seus compendios a orthografia: e assim o pratiquei tambem a exemplo delles” (Figueiredo 1827: 115, n.2).

²⁰ Como referência adota-se aqui a definição disponibilizada na edição em linha de Xavier & Mateus (1990-1992): “disciplina da linguística que descreve e analisa a estrutura interna das palavras e os mecanismos de formação de palavras”.

Jerónimo Soares Barbosa, não obstante, nestes últimos, como adverte a mesma investigadora (Schäfer-Prieß no prelo: 4.2.3), o conceito em questão esteja mais associado ao de *partes do discurso* (designadas como “espécies de palavra”²¹) que ao de *voz* ou *palavra*, como se observa em Figueiredo:

A Etymologia é a parte da Grammatica, que ensina a conhecer e distinguir entre si as diversas vozes ou palavras da oração (Figueiredo 1827: 6).

2.2. As partes da oração

Na linha da tradição gramatical racionalista inspirada em Sánchez de las Brozas – a quem Figueiredo apresenta como modelo nas duas últimas edições (Duarte 2012^b) – o autor do texto em estudo sustenta - com pequenas variações de formulação entre as três primeiras e as duas últimas edições - uma mesma proposta de divisão das partes do discurso, que apenas difere do esquema triádico sanctiano pela adição do artigo, inexistente na língua latina.

Pedro José de Figueiredo	As partes da Oração Portugueza são quatro: <i>Artigo, Nome, Verbo, e Particula</i> (1811: 5). As vozes ou palavras de que se compõe a oração portugueza, são quatro: <i>Articulo, Nome, Verbo e Particula</i> (1827: 6).
Sánchez de las Brozas	Pues bien, puesto que el objetivo del gramático es la oración, veamos de qué consta la oración, de manera que no haya entre ello nada que no pueda estar en la oración. Son tres las cosas: nombre, verbo y partícula (1995[1587]: I, 2).

Quadro 2: As partes da oração.

Apesar da divisão quadripartida, a estrutura da obra denuncia uma conceção ternária, como se pode concluir do facto de artigo e nome integrarem, em todas as edições, a mesma parte do livro relativo à etimologia, sendo que às restantes categorias (verbo e partículas) correspondem diferentes partes do mesmo (parte II e III respetivamente). Seja como for, como também se expôs já em Duarte (2012^b: 301) no que concerne às suas fontes e considerando a informação

²¹ É o que se conclui da leitura das seguintes passagens:

“A *Etimologia*, que ensina as especies de palavras, que entrão na composição de que qualquer Oração, e analogia de suas variações e propriedades geraes” (Barbosa 1822: 1).

“A *Etymologia*, de que havemos de tratar em primeiro lugar, (a) he a parte da Grammatica, que ensina as diversas especies de palavras, que entrão na oração portugueza, e as suas propriedades.

(a) Sem embargo de ser a *Etymologia* a terceira parte da Grammatica, commummente os Grammaticos della tratão em primeiro lugar, por dar a noticia da diversidade, e propriedades das palavras, que entrão na oração, cuja sciencia, he necessaria para se entender bem a Orthografia e Prosodia” (Lobato 1825[1770]: 2; 2, n. a).

Apesar de se ter consultado uma das edições da *Arte* de Lobato mais próxima da terceira edição da de Figueiredo, tal definição e advertência remontam já à primeira edição, datada de 1770. Observe-se ainda, na terceira destas passagens, a semelhança entre Lobato e Figueiredo no tocante à justificação da ordem escolhida para tratamento das partes da Gramática.

recolhida por Schäfer-Prieß (no prelo: 4.5.2.2.2.) a respeito de propostas tripartidas de gramáticos portugueses que antecederam Figueiredo, é possível que este se tenha baseado na tradição portuguesa precedente e não diretamente no Brocense. Seguidamente, tratar-se-ão as diferenças entre edições no âmbito das diferentes partes da oração, organizando-as a partir da proposta de Figueiredo.

2.2.1. Artigo

Quando cotejadas as definições do artigo nas diferentes edições, destacam-se dois aspetos: i) a oposição entre a noção de *caso* (presente nas três primeiras edições) e a de *relação* (nas duas últimas), sendo que desta matéria se tratará mais adiante no âmbito da sintaxe; ii) o desaparecimento do critério semântico nas edições de 1827 e 1837, para se manter apenas o critério sintático-colocacional e funcional.

Artigo he uma voz, que **nada significa**, mas precede ao Nome, e serve para denotar o genero, o **caso**, e o numero do mesmo Nome (Figueiredo 1804: 6)²²

Artigo he huma voz, que **nada significa determinadamente**, mas precede ao Nome, e serve para denotar o genero, o **caso**, e o numero do mesmo Nome (Figueiredo 1811: 6)²³.

Articulo é a voz, ou a parte da oração, que precede ao Nome como signal, ou distinctivo de suas propriedades,[sic]

As propriedades do Nome são tres: *Genero*, *Numero*, e **Relação** (Figueiredo 1827: 6).

A evolução verificada não se processa, contudo, de acordo com o que Schäfer-Prieß (no prelo: 4.5.3.5) identifica como sendo a tendência evolutiva geral no *corpus* de gramáticas por si estudado:

um inequívoco desenvolvimento a partir do critério morfológico 2-m-*fle* («serve para a flexão do substantivo») e sintagmático 2-pos («está antes do substantivo») até chegar ao critério semântico 2-s-*rel* («modifica o significado do substantivo») o que, por sua vez, se pode fazer derivar de uma mudança dos texto-modelo de tradição latina para a *Grammaire Générale* (cf. Schäfer 1993a: 66, 69).

Finalmente, as edições divergem ainda no facto de, nas notas finais das duas últimas edições (Figueiredo 1827: 116-118 n. 3, n 4), se dar conta de aspetos da teoria de Figueiredo sobre o artigo que foram objeto de censura por Barbosa: nomeadamente, a consideração das formas *de*, *do(s)*, *da(s)* como artigo e, intimamente ligada à mesma, a noção do papel do artigo como indicador das propriedades do nome, especialmente no que concerne à sua variação de acordo com a função sintática assumida. Tal matéria não será, contudo, desenvolvida aqui, pois dela já se tratou com detalhe noutro lugar (Duarte 2010 e 2012^a).

²² Todos os negritos em citações são meus.

²³ É de registar que, nas edições anteriores, esta ideia de determinação aplicada ao artigo só aparece no contexto da distinção entre definido e indefinido.

2.2.2. Nome

Na definição desta categoria gramatical, as edições de 1827 e 1837 diferenciam-se das três anteriores pela tónica no papel oracional do nome, o que parece mais acorde com o acrescido valor da sintaxe na teoria gramatical dos séculos XVIII e XIX. Essa orientação é identificável quer na alusão explícita ao contexto oracional, quer na correspondência com a função sintática de *sujeito*.

O nome he a palavra, com que significamos alguma cousa, ou a sua qualidade, como: *Homem, Prudente* (Figueiredo 1804: 6).

O Nome é a voz, ou a palavra, com que na oração, designamos o sujeito, ou a sua qualidade, como: *homem, prudente* (Figueiredo 1827: 7).

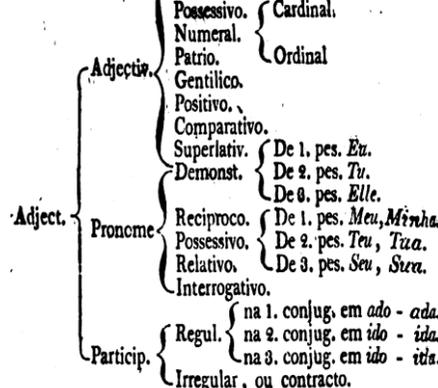
Como foi já apontado por Schäfer-Prieß (no prelo: 4.5.3.1) e por Assunção (2004: 39), Figueiredo segue a divisão entre nome adjetivo e nome substantivo proposta por Lobato – embora com antecedentes na tradição gramatical portuguesa desde a *Grammatica da Lingua Portuguesa* de João de Barros (Lisboa 1540), como refere Schäfer-Prieß (no prelo: 4.5.3.1). No quadro da descrição da primeira das duas espécies de nomes referidas, registam-se igualmente diferenças entre as edições, que passam, sobretudo, pela ampliação, em nota final nas duas últimas, da informação sobre as fontes e da reafirmação da rejeição da declinação em português, que, como já foi dito, caracteriza estas mesmas edições²⁴.

Também no que toca à formação do plural, observa-se uma mudança de perspetiva quanto ao conceito de *declinação*: enquanto nas três primeiras edições, a exposição se organiza primeiramente em função da declinação a que pertencem os nomes, nas duas últimas edições, a estruturação do texto é feita exclusivamente em função da terminação daqueles. Além disso, nestas mesmas edições (Figueiredo 1827: 118-119, n. 19), são ampliadas as fontes de Figueiredo para os casos terminados na grafia <-ão>, abrangendo para além da ortografia de Duarte Nunes de Leão (*Orthographia da lingoa portuguesa*, Lisboa 1536), as de Álvaro Ferreira de Vera (*Ortographia ou arte para escrever certo na lingua portuguesa*, Lisboa 1631) e a de João Franco Barreto (*Ortografia da Lingua Portuguesa*, Lisboa 1671). Observa-se ainda ao longo das edições um investimento progressivo na informação sobre os modelos de Figueiredo para o caso concreto do plural da palavra *mel* (Figueiredo 1804: 10, n. 4; 1811: 10, n. 4; 1827: 120, n. 11).

²⁴ “A divizão dos nomes pelas letras, em que acabam, para distinguir as suas diferentes relações, é de Barros em sua grammatica pag. 102; adopteia-a até com os mesmos paradigmas, não por admittir declinação nos nomes, como os gregos, e latinos, porque todos sem nenhuma mudança são em cada numero iguaes entre si, tirada a differença de singular a plural, mas por acabarem unicamente todos nestas letras, como trazem em suas orthografias Leão pag. 35, Vera pag. 27 R e 43, Pereira pag. 21, e Barreto cap. 47, pag. 189, e julgar, que ficariam por este modo com maior clareza as regras de formação dos pluraes” (Figueiredo 1827: 118, n.5).

No tocante à descrição do nome adjetivo, destaca-se apenas o facto de as três primeiras edições apresentarem paradigmas de declinação que desaparecem nas de 1837 e 1827, bem como o facto de que os exemplos e modelos teóricos a respeito da formação do superlativo se vão ampliando ao longo do percurso editorial da obra em estudo²⁵.

Estando a teoria pronominal incluída na parte que respeita aos nomes adjetivos, é de registar ainda algumas divergências editoriais no domínio específico dos pronomes. Uma dessas diferenças concerne à classificação, observando-se que, no corpo do texto, a subcategoria dos pronomes possessivos só aparece nas três primeiras edições, conforme é observável abaixo, no quadro 3. Contudo, as edições de 1827 e 1837 revelam incoerência entre o exposto a este respeito no corpo do texto e o disposto no índice final, onde os pronomes possessivos figuram juntamente com os restantes. Parece provável que se trate de um erro de edição, no entanto, uma vez que, ao contrário do que sucede com as restantes classes de pronomes, em nenhuma edição se dá tratamento específico dos pronomes demonstrativos no resto desta secção, a dificuldade está em determinar se tal corresponderá a erro de adição no índice a partir de cópia de edição anterior ou de um erro por omissão no corpo do texto.

<p>“Divide-se o Pronome em <i>Demonstrativo, Reciproco, Possessivo, Relativo, e Interrogativo</i>” (Figueiredo 1804: 15).</p>	<p>“Divide-se o Pronome em <i>demonstrativo, reciproco, relativo, e interrogativo</i>” (Figueiredo 1827: 14).</p>
 <p>(Figueiredo 1804: [114])</p>	 <p>(Figueiredo 1827: [110])</p>

Quadro 3: Pronomes.

²⁵ Com efeito, a partir da terceira edição, ampliam-se exemplos das exceções à regra geral para os superlativos terminados em <o> e <e> (Figueiredo 1804: 13; 1811: 13; 1827: 12-13). De resto, nas duas últimas edições (Figueiredo 1827: 121, n. 13), acrescenta-se uma nota sobre a introdução do superlativo em português, remetendo-se para Sá de Miranda como primeiro utilizador. Para além de haver mais notas sobre o superlativo nas duas últimas edições (sete, *versus* cinco, nas três primeiras), as que são partilhadas entre edições são consideravelmente ampliadas nas de 1827 e 1837.

Para além da situação anteriormente referida, as edições diferem ainda no grau de aprofundamento da reflexão sobre as tipologias propostas e em algumas formas dos paradigmas. Com efeito, diferem na informação prestada sobre as formas neutras, sendo que esta, a partir da terceira edição, é ampliada, com ligeiras diferenças, por uma reflexão sobre a natureza categorial destas formas.

Comtudo, como no Portuguez da mesma sorte que nas outras linguas vulgares não ha nomes neutros, tomam se sempre estas terceiras formas substantivamente (Figueiredo 1811: 16, n. 11).

Como no Portuguez da mesma sorte que nas outras linguas vulgares não ha nomes neutros, com quem elles hajam de concordar, alguns entendem estas terceiras formas como substantivos particulares, a que se podem unir adjectivos, que tem só genero masculino, e carecem de plural (Figueiredo 1827: 125, n. 20).

No caso dos demonstrativos, apenas nas duas últimas edições é feita referência à ambivalência categorial das suas formas compostas.

Algumas vezes não são estes rigorozos pronomes, mas usam-se como adjectivos, acompanhando, e modificando os mesmos nomes, que por si só podiam significar (Figueiredo 1827: 15).

Observam-se ainda diferenças entre as três primeiras e as duas últimas edições nos paradigmas dos demonstrativos (e recíprocos), nas formas do caso acusativo / relação de paciente (Figueiredo 1804: 15-16; 1827: 14-15), bem como divergências no tocante aos pronomes relativos, pela referência nas três primeiras edições (Figueiredo 1799: 17) à declinação de *qualquer, quemquer*, inexistente nas de 1827 e 1837.

As edições diferem ainda na exposição acerca do género dos nomes. Para além de variações na terminologia usada para referir-se ao que hoje designamos como *epicenos*²⁶ e do acréscimo de informação resultante da revisão e aumento das últimas edições²⁷, destacam-se outras situações. Uma dessas situações corresponde, como se ilustra nas passagens transcritas no quadro 4, ao recurso a tipologias diferentes de acento no âmbito do reconhecimento do género: enquanto, nas primeiras edições, há opção pelo acento de quantidade, nas últimas, recorre-se ao de intensidade.

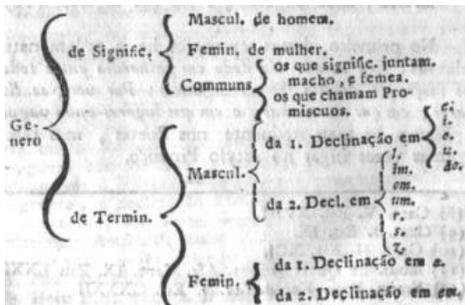
Outra questão a salientar é o facto de que, enquanto as três primeiras edições, recorrem à noção de *declinação* articulada com a de *terminação*, as duas últimas omitem a primeira, recorrendo em seu lugar à classificação dos sons e letras, como é visível nos fragmentos do índice geral reproduzidos no quadro 4.

²⁶ Opção pelo termo *promíscuos* nas três primeiras edições (Figueiredo 1799: 19) em lugar de *epicenos* (Figueiredo 1827: 18).

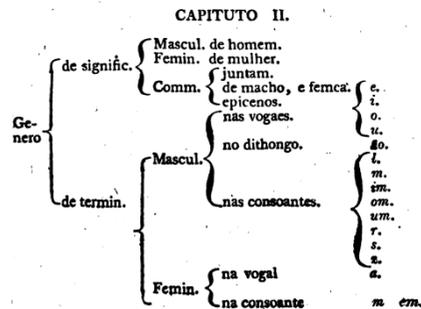
²⁷ Tal é feito, sobretudo, através das notas complementares, como é observável pelo cotejo do texto das primeiras edições (Figueiredo 1804: 19, n. 1; 20, n. 2, n. 3; 21, n. 4) com o das últimas (Figueiredo 1811: 19, n. 1; 20, n. 2, n. 5; Figueiredo 1827: 125, n. 21 e n. 22, n. 23; 126, n. 24).

“[São femininos] os Nomes que tem no final *ice* com a penultima **longa**, como; *Velhice, Sandice*, e os que acabam em *é* longo, assimcomo: *Galé, Polé, Maré*, com os monosyllabos *Fé, Sé* [...]” (Figueiredo 1804: 20).

“[São femininos] os que tem no final *ice* com a penultima **aguda**, como; *velhice, sandice*, e os que acabam em *é* agudo, assimcomo: *galé, polé, maré*, com os monosyllabos *fé, cré, sé* [...]” (Figueiredo 1827: 18).



(Figueiredo 1804: [114]).



(Figueiredo 1827: [110]).

Quadro 4: Gênero dos nomes.

Tanto a opção de acentuação como a que é feita no quadro das noções de *declinação/terminação* parecem relacionar-se com um contexto teórico de rejeição da aplicação às línguas vulgares de conceitos próprios da tradição de descrição do latim, o qual, na obra de Figueiredo, como se aponta ao longo deste estudo, se acentua das primeiras para as últimas edições.

2.2.3. Verbo

Como se pode constatar nas passagens seguidamente transcritas, as edições da obra em estudo não coincidem nos critérios que suportam a definição desta categoria.

Verbo he a voz, com que na Oração significamos acção, affirmando uma cousa de outra; não se declina por casos, como o Nome, mas conjuga se por Modos, Tempos, e Pessoas (Figueiredo 1804: 23).

Verbo he a voz, com que na oração significamos acção, que alguém pratica, ou recebe (Figueiredo 1827: 21).

Se bem que todas revelam a presença do critério semântico, apenas nas três primeiras este remete cumulativamente para os conceitos de *ação* e *afirmação* e apenas nessas, igualmente, está presente o critério formal (flexão). Sendo que ambos os critérios anteriormente referidos caracterizam a definição de verbo na tradição gramatical de tendência descritivo-normativa que precede esta obra (Schäfer-Prieß no prelo 4.5.3.6. 1.), observa-se, por outro lado, que apenas na quarta e quinta edições a definição apresentada comporta uma alusão aos papéis

lógico-sintáticos do verbo, o que, inversamente, aponta para a sua sintonia com a tendência racionalista, para a qual se reorienta a gramaticografia europeia a partir da *Grammaire Générale et Raisonnée* (*GGR*) de Antoine Arnauld e Claude Lancelot (Paris 1660), pese embora o abandono da noção de *afirmação*, igualmente cara aos autores de Port-Royal²⁸, como observa Schäfer-Prieß (no prelo 4.5.3.6.1.). Se bem que, como põe de manifesto a mesma investigadora (Schäfer-Prieß no prelo 4.5.3.6.1.), Figueiredo é dos poucos gramáticos portugueses a incluir ainda o critério morfológico posteriormente ao termo do primeiro quartel do século XVIII²⁹, por outro lado, segundo a mesma autora, é neste ponto seguidor do modelo da *GGR*, sendo o primeiro a oferecer uma definição claramente assente na componente semântica e lógica, que é a que, a partir de finais do século XVIII, impera na teoria verbal europeia.

Relativamente ao plano da tipologia verbal, também nesta se observam divergências assinaláveis, indicidas no seguinte quadro:

<p>em Ge- ral.</p> <ul style="list-style-type: none"> em quanto à signific. <ul style="list-style-type: none"> Activo. { Transitiv. Neutro, Reflexivo, Reciproco, Substant. Passivo. em quanto às suas propriedades. <ul style="list-style-type: none"> Regul. { da 1. Conjugação em ar da 2. Conjugação em ir de signif. pas. Ser. Haver. Irregul. { Auxilia. Defect. de signif. act. Ter. 	<p>Em ge- ral.</p> <ul style="list-style-type: none"> Em quanto à signific. <ul style="list-style-type: none"> Activo. { Transitiv. Neutro ou Intransitiv. Reflexivo Reciproco Substant. Passivo. Em quanto às suas propriedades. <ul style="list-style-type: none"> Regul. { da 1. Conjugação em ar da 2. Conjugação em ir de signif. pas. Ser. Haver. Irregul. { Auxilia. Defect. de signif. activa. Ter. 	<p>Em ge- ral.</p> <ul style="list-style-type: none"> Quanto ao genero. <ul style="list-style-type: none"> Activo. { Reflexivo, Reciproco, Intransitivo, Substantivo. Passivo. Quanto às propriedades. <ul style="list-style-type: none"> Regul. { da 1. conjug. em ar da 2. conjug. em ir. de signif. pas. ser. Haver. Irregul. { Auxilia. Defect. de signif. activa. Ter.
(Figueiredo 1804: [115])	(Figueiredo 1811: [117])	(Figueiredo 1827: [111])

Quadro 5: O verbo - classificação.

Considerando a classificação assente no género dos verbos, todas as edições dividem primeiramente esta categoria em *ativos* e *passivos*, no que, como já se apontou noutro lugar (Duarte 2012^b: 301-302), poderá ver-se certa aproximação à doutrina do Brocense, para quem apenas existem estas duas subclasses³⁰,

²⁸ “Et c’est proprement ce que c’est le verbe, *un mot dont le principal usage est de signifier l’affirmation*: c’est à dire, de marquer que le discours où ce mot est employé, est le discours d’un homme qui ne conçoit pas seulement les choses, mais qui en juge & qui les affirme (Arnauld & Lancelot 1660: 90).

²⁹ Para além da obra de Figueiredo, a investigadora apenas identifica o caso da *Gramática filosófica, e ortografia racional da língua portuguesa* de Bernardo de Lima e Melo Bacelar (Lisboa 1783) e o do *Breve compendio da gramática portuguesa*, publicado anonimamente (Lisboa 1786), mas cuja autoria Kemmler / Assunção / Fernandes (2010) e Kemmler (2011) atribuem a Francisca de Chantal Álvares.

³⁰ “Todos los verbos son activos o pasivos; no existen los neutros y comunes, ni las especies inventadas por gramáticos” (Sánchez de las Brozas 1995[1587]: III, 2). Tal, contudo, não significa necessariamente que a referência teórica de Figueiredo seja o próprio Brocense, já que, como adverte Ponce de León (2005: 450, 458-461; 2006: 159-160), a teoria sanctiana teve uma importante repercussão nas artes latino-portuguesas dos séculos XVII e XVIII, da qual Ponce de

negando a tradicional divisão em *ativo e passivo, neutro, comum e depoente*, que remonta a Prisciano (Moura 2012: 293) e é observável na tradição portuguesa desde João de Barros, como indica Schäfer-Prieß (4.5.3.6.1.). Contudo, as diferenças entre edições relativizam essa aproximação ao Brocense, na medida em que respeitam precisamente à expansão dessa primeira bipartição (em *ativo e passivo*) e, mais concretamente, à forma como se concebem as subespécies do verbo ativo. Como é visível acima, no quadro 5, enquanto que, nas três primeiras edições, o transitivo – e, em 1811, também o intransitivo – estão entre as restantes subclasses do verbo ativo, nas duas últimas, formam um segundo nível dessa tipologia, o qual, por sua vez, deriva num terceiro nível, pela subdivisão do verbo transitivo em recíproco e reflexivo. Na quarta e quinta edições, destaca-se ainda o desaparecimento da subcategoria do verbo neutro, apontando, para mais um traço de coincidência com o Brocense, como evidencia a passagem da *Minerva* já citada (Sánchez de las Brozas 1995[1587]: III, 2) e como já foi comentado em Duarte (2012: 302). Tal categoria figura nas três primeiras edições coincidindo com a do verbo intransitivo, mas, ao contrário da edição de 1811, em que essa identificação também está expressa no *Índice Geral*, nas duas primeiras, tal apenas é visível no corpo do texto.

Verbo *Neutro*, ou *Intransitivo*, he o que manifesta a acção simplesmente, sem haver pessoa, ou cousa, em quem recaia fóra do sujeito, que a faz, assimcomo: *Durmo, Folgo, Rio, Desmaio, Adoeço*, pois a significação destes Verbos não sahe fóra de si, nem recahe, ou se emprega em cousa diferente (Figueiredo 1804: 23).

[...] Os verbos Neutros, ou Intransitivos carecem todos da voz Passiva [...] (Figueiredo 1804: 85).

No seu conjunto, é possível que as divergências entre edições no sentido da pulverização e redução da tradicional tipologia procurem certa harmonização da proposta da tradição gramaticográfica de cunho descritivo-normativo com a de inspiração sanctiana.

Considerando a classificação em função das propriedades do verbo, é comum a todas as edições a divisão em *verbo substantivo* e *verbo adjetivo*. As divergências editoriais não residem, portanto, nas subespécies propostas, mas

León oferece como exemplo, em termos de teoria verbal, a proposta bipartida de Amaro de Roboredo (*Methodo grammatical para todas as línguas*, Lisboa, 1619) ou a insistência nas categorias de *ativo, passivo e neutro* presente no *Novo methodo de grammatica latina para uso das escholae da Congregação do Oratorio* de António Pereira Figueiredo (Lisboa, 1752) e na *Gramatica Latina* (Barcelona, 1758) de Luis António Verney. Entre os textos gramaticográficos do português publicados no século XVIII, aparece já claramente na *Arte da grammatica da lingua portugueza* de António José dos Reis Lobato (Lisboa, 1770) e em João Joaquim Casimiro (*Método gramatical resumido da língua portuguesa*, Porto, 1792), como expõe Moura (2011: 621) e ainda, como refere Ponce de León (2006: 160-161), nas *Proluções* (Lisboa, 1794) de João Pinheiro Freire da Cunha.

sim na descrição das mesmas³¹, no tratamento das propriedades verbais³² e no desenvolvimento da sua explicação³³.

Outro dos pontos em que há a registar divergências editoriais diz respeito aos paradigmas verbais. Entre elas, sobressai a ampliação dos tempos³⁴ através de formas compostas, o que, por um lado, corresponde ao desdobramento dos paradigmas das três primeiras edições³⁵. É, a título de exemplo, o caso das formas de pretérito do indicativo, aqui ilustrada com o verbo *ser*:

³¹ É o caso (i) dos conceitos associados ao verbo substantivo e (ii) da informação sobre correspondência dos verbos auxiliares na língua latina, que diferem das três primeiras para as duas últimas edições.

- (i) “O Verbo *Passivo* ou he *Substantivo*, ou *Adjetivo*. O Primeiro significa substancia, e leva em si significação Passiva, e sómente he o Verbo *Ser* [...]” (Figueiredo 1811: 24).
 “O *passivo* ou é *substantivo*, ou *adjetivo*. O primeiro significa ser, ou existencia do sujeito, e leva em si significação passiva, e sómente é o verbo *Ser* [...]” (Figueiredo 1827: 22).
- (ii) “[...]Verbo *Haver* Activo, e significa *Ter*, *Possuir*, *Alcançar* [...]” (Figueiredo 1811: 25, n. 1).
 “[...] o verbo *haver* activo, que corresponde ao verbo *habeo* latino, que significa *ter*, *possuir*, *alcançar* [...]” (Figueiredo 1827: 127, n.27).

As edições diferem ainda em que, nas três primeiras, na aceção impessoal de *haver*, não se inclui, juntamente com a noção de *existir*, a ideia de *permanecer*, como ocorre em 1827 e 1837. Nas três primeiras edições, inclui-se, em seu lugar, a de *ser*.

“[...] e o terceiro he o Verbo *Haver* Impessoal, que significa *Ser*, ou *Existir* [...]” (Figueiredo 1811: 25, n. 1).

“[...] e o terceiro o verbo *haver* impessoal, que significa *permanecer*, *existir* [...]” (Figueiredo 1827: 127, n.27).

³² Essas propriedades são três, nas três primeiras edições (Figueiredo 1799: 24): *modo*, *tempo* e *peessoa*; e quatro, nas duas últimas (Figueiredo 1827: 22): *modo*, *tempo*, *número* e *forma*. No fundo, o conceito de *peessoa*, que figura nas edições de 1799, 1804 e 1811, desdobra-se, nas posteriores, nos de *número* e *forma*.

“Chamamos propriedades no Verbo as suas diferentes fôrmas, que seguem nos Modos, Tempos, e Pessoas; e neste sentido se divide o Verbo em *Regular*, e em *Irregular*” (Figueiredo 1811: 24).

“Dão-se no verbo quatro propriedades: *modo*, *tempo*, *numero*, e *forma*. [...] Emquanto a estas propriedades divide-se o verbo em *regular*, e *irregular*” (Figueiredo 1827: 22).

A primeira proposta coincide com a de Lobato e Casimiro, como advertem Fontes (2006: 139) e Moura (2011: 624).

³³ Apenas em 1827 e 1837 se descreve em que consiste cada uma dessas propriedades (Figueiredo 1827: 22; 148: n. 2).

³⁴ Para além das diferenças no conteúdo, são também observáveis diferenças na designação dos tempos verbais: i) “Participio do Preterito Passivo” e “Participio da Passiva”, nas primeiras edições, *versus* “participio passivo” ou “participio”, nas duas últimas; ii) “infinito”, nas três primeiras edições, *versus* “infinitivo”, nas duas últimas; “mais que perfeito” nas três primeiras, *versus* “pluscuamperfeito”, nas duas últimas.

³⁵ Embora Lobato também incluía tempos compostos no seus paradigmas (Lobato 1825[1770]: 61-142), esses tempos em concreto não coincidem num e noutra gramático.

<p style="text-align: center;">Preterito Perfeito.</p> <p>N. S. <i>Fui</i>, ou <i>Tenho sido.</i> N. P. <i>Fomos</i>, ou <i>Temos sido.</i> <i>Foste</i>, ou <i>Tens sido.</i> <i>Fostes</i>, ou <i>Tendes sido.</i> <i>Foi</i>, ou <i>Tê sido.</i> <i>Foram</i>, ou <i>Tem sido.</i></p> <p style="text-align: center;">Preterito mais que Perfeito.</p> <p>N. S. <i>Fôra</i>, ou <i>Tinha sido.</i> N. P. <i>Fôramos</i>, ou <i>Tinhamos sido.</i> <i>Fôras</i>, ou <i>Tinhas sido.</i> <i>Fôreis</i>, ou <i>Tinheis sido.</i> <i>Fôra</i>, ou <i>Tinha sido.</i> <i>Fôram</i>, ou <i>Tinham sido.</i></p> <p style="text-align: center;">(Figueiredo 1811: 26)</p>	<p style="text-align: center;">Preterito perfeito.</p> <p>S. <i>Fui</i>. P. <i>Fomos.</i> <i>Foste.</i> <i>Fostes.</i> <i>Foi.</i> <i>Foram.</i></p> <p style="text-align: center;">Preterito perfeito composto.</p> <p>S. <i>Hei</i>, ou <i>tenho sido.</i> P. <i>Havemos</i>, ou <i>temos sido.</i> <i>Hás</i>, ou <i>tens sido.</i> <i>Havéis</i>, ou <i>tendes sido.</i> <i>Há</i>, ou <i>tê sido.</i> <i>Hão</i>, ou <i>tem sido.</i></p> <p style="text-align: center;">Preterito plusquam perfeito.</p> <p>S. <i>Fôra.</i> P. <i>Foramos.</i> <i>Fôras.</i> <i>Forais.</i> <i>Fôra.</i> <i>Foram.</i></p> <p style="text-align: center;">Preterito plusquam perfeito composto.</p> <p>S. <i>Havia</i>, ou <i>tinha sido.</i> P. <i>Havíamos</i>, ou <i>tinhamos sido.</i> <i>Havas</i>, ou <i>tinhas sido.</i> <i>Havíeis</i>, ou <i>tinheis sido.</i> <i>Havia</i>, ou <i>tinha sido.</i> <i>Haviam</i>, ou <i>tinham sido.</i></p> <p style="text-align: center;">(Figueiredo 1827: 24)</p>
---	--

Quadro 6: Formas compostas – paradigmas.

Como demonstra o quadro 7 – com destaque para as formas em negrito –, tal ampliação respeita aos seguintes casos: pretérito perfeito composto, pretérito mais-que-perfeito composto e futuro primeiro composto (em ambos os casos, tanto no indicativo como no conjuntivo) e *gerúndio composto*.

1799, 1804 e 1811 Modo Indicativo	1827, 1837 Indicativo
<p><i>Tempo Presente</i> <i>Preterito Imperfeito</i> <i>Preterito Perfeito</i> <i>Preterito mais que Perfeito</i> <i>Futuro Primeiro</i> <i>Futuro Segundo</i></p>	<p><i>Prezente</i> <i>Pretérito Imperfeito</i> <i>Pretérito Perfeito</i> <i>Pretérito Perfeito composto</i> <i>Pretérito Plusquamperfeito</i> <i>Pretérito Plusquamperfeito composto</i> <i>Futuro Primeiro</i> <i>Futuro Primeiro composto</i> <i>Futuro Segundo</i></p>
<p style="text-align: center;"><i>Modo Imperativo</i></p>	<p style="text-align: center;"><i>Imperativo</i></p>
<p><i>Presente</i></p>	<p><i>Prezente</i></p>
<p style="text-align: center;"><i>Modo Conjuntivo</i></p>	<p style="text-align: center;"><i>Conjuntivo</i></p>
<p><i>Tempo Presente</i> <i>Preterito Imperfeito</i> <i>Preterito Perfeito</i> <i>Preterito mais que perfeito</i> <i>Futuro Primeiro</i> <i>Futuro Segundo</i></p>	<p><i>Prezente</i> <i>Pretérito Imperfeito</i> <i>Pretérito Perfeito</i> <i>Pretérito Perfeito composto</i> <i>Pretérito plusquamperfeito</i> <i>Pretérito plusquamperfeito composto</i> <i>Futuro Primeiro</i> <i>Futuro Primeiro composto</i> <i>Futuro Segundo</i></p>

<i>Modo Infinitivo</i>	<i>Infinitivo</i>
<i>Tempo Presente, e Preterito Imperfeito</i>	<i>Prezente, e Pretérito imperfeito</i>
<i>Preterito Perfeito, e mais que Perfeito</i>	<i>Pretérito Perfeito, e plusquamperfeito</i>
<i>Futuro</i>	<i>Futuro</i>
<i>Gerundio</i>	<i>Gerundio</i>
<i>Supino</i>	<i>Gerundio composto</i>
	<i>Supino</i>

Quadro 7: Paradigmas verbais.

Outro dos aspetos a realçar nos paradigmas concerne aos verbos auxiliares. Em 1827 e 1837, regista-se a admissão de *ter* paralelamente a *haver* como auxiliar de todos os tempos compostos, enquanto que, nas três primeiras edições, isso acontece apenas no modo infinitivo³⁶. Convém ainda referir a existência de diferenças quanto à ampliação da informação sobre este tipo de verbos³⁷, apesar de, na maioria, serem questões de maior pormenor.

No caso da formação da voz passiva, registam-se fundamentalmente duas diferenças entre as edições: i) manutenção das formas compostas do indicativo e conjuntivo no pretérito perfeito, pretérito mais que perfeito e futuro primeiro, e do gerúndio nas três primeiras edições *versus* o seu total desaparecimento nas subsequentes, como se deduz da observação dos paradigmas (Figueiredo 1811: 44-47; 1827: 49-52); ii) associação, nas três primeiras edições, da passiva reflexa

³⁶ Os casos em que, nas três primeiras edições se admitem explicitamente os dois auxiliares (*ter* e *haver*) são os seguintes: modo infinitivo – pretérito perfeito e mais que perfeito, futuro e gerúndio. Figueiredo considera ainda que tanto *haver* como *ter* “ajudam a formar alguns tempos compostos, ou por circumloquio tanto na voz Activa, como na Passiva” (Figueiredo 1804: 25), o que leva a pensar que tem em mente outras situações além das indicadas.

³⁷ Enquanto que, nas três primeiras edições (Figueiredo 1804: 25-34), os auxiliares são apenas identificados pela forma de infinitivo, no caso das duas últimas, são agrupados e identificados da seguinte forma: *auxiliar passivo (ser)*, *auxiliares activos (haver e ter)* (Figueiredo 1827: 23-35). Acresce ainda que, no caso do verbo *ser*, observa-se variação na grafia com que nas diferentes edições se regista a forma arcaica da terceira pessoa do plural do presente do indicativo: *sam* (Figueiredo 1804: 26, n. 2) vs. *são* (Figueiredo 1827, 127, n. 28). Note-se, contudo, que a variação <-am> / <-ão> não é uma das marcas distintivas entre os diferentes grupos de edições. Outra questão é ainda a ampliação desta nota das três primeiras para as duas últimas edições, pela alusão, a partir da de 1827, à forma de segunda pessoa do plural e do modo conjuntivo, bem como a indicação de fontes textuais e a especulação sobre o papel do espanhol no caso do conjuntivo. No caso do verbo *haver*, regista-se a ampliação, nas duas últimas edições (Figueiredo 1827: 128, n. 29), da nota que já aparece nas edições anteriores sobre as duas formas de terceira pessoa plural do verbo em questão (Figueiredo 1804: 28, n. 3), pela inclusão de uma crítica e denúncia da prática corrente de não concordância destas formas com o singular e pela ampliação dos exemplos oferecidos na referida nota. Do mesmo modo, regista-se, nas três primeiras edições (Figueiredo 1804: 31), a não consideração do futuro do infinitivo no paradigma de *haver* (presente, por outro lado, nas duas últimas edições), embora esse tempo esteja contemplado nos demais verbos auxiliares e nos regulares. Por fim, a terceira edição reveste-se de algumas singularidades relativamente às restantes, como seja o admitir, no caso do verbo *ser*, na terceira pessoa do singular, a variação ortográfica “*He*, ou *É*” (Figueiredo 1811: 28, n. 3) e proceder à ampliação dos compostos de *ver*, com *precover* e *prover* (Figueiredo 1811: 64).

a sujeitos inanimados³⁸ e associação da mesma, nas duas últimas, à negação do carácter reflexivo do pronome e à terceira pessoa do singular. Tal é o que se conclui do confronto das seguintes passagens:

Além desta Passiva ordinaria feita com o Verbo *Ser*, e o Participio do Preterito, temos outra maneira de supprir a voz Passiva, principalmente quando se diz de cousas inanimadas, que se faz tomando as mesmas vozes da Activa e acrescentando a cada uma d' ellas antes ou depois o Pronome pessoal Indefinido, *Se*, que perde então a natureza de Reciproco [...] (Figueiredo 1804: 47).

Além desta passiva ordinaria supprida com o auxiliar *Ser*, e o participio, temos outra maneira de formar a voz passiva, tomando as terceiras vozes do singular da activa, em qualquer dos tempos, e acrescentando a cada uma dellas antes ou depois o pronome pessoal indefinido, *se*, que perde então a natureza de reflexivo e reciproco [...] (Figueiredo 1827: 52).

Outra questão de teoria verbal sobre a qual divergem as edições respeita aos verbos irregulares. Nas edições de 1827 e 1837, existe uma tentativa de reduzir a irregularidade procurando a regra na sua descrição.

Ainda que os verbos irregulares, ou anomalos tenham em suas conjugações variedade, ou mudança, por não guardarem em parte a ordem dos antecedentes, **admittem todavia em sua irregularidade negra**, para que todos hajam de seguir constantemente uns aos outros. Dá-se a irregularidade, ou na troca da figurativa, ou das iniciaes, ou das terminativas, ou de todas. Donde se vê que uns verbos são rigorosamente irregulares, outros tem apenas leve mudança na ordem commum das conjugações regulares. Uns são irregulares da primeira conjugação, outros da segunda, outros da terceira (Figueiredo 1827: 53).

Os verbos que tem por figurativas *c* e *g* como *Atacar, ficar, trocar, rogar, affagar, negar*, etc, **sem que por isso se reputem rigorosamente irregulares**, tem mudança só nas vozes em que se lhe segue a letra *e* (Figueiredo 1827: 56).

Nas edições anteriores, não existem comentários deste teor; apenas é feita referência, no fim de cada paradigma de verbo irregular, à afinidade com verbos da mesma conjugação, mas não se questiona o seu carácter irregular nem se descrevem as transformações operadas³⁹. Até mesmo a forma como nas duas

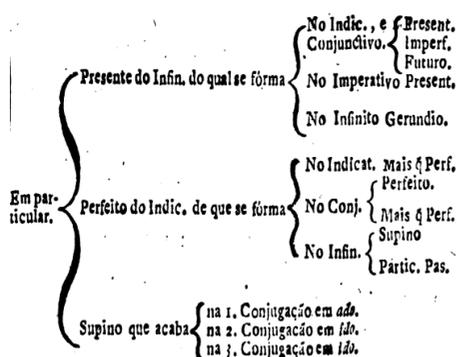
³⁸ Uma ideia que pode ter retomado de autores coevos, como Pedro José da Fonseca, que afirma que a ação do verbo passivo pode exprimir-se “pelo pronome *se*, ajuntando-se este ás terceiras pessoas dos verbos activos em qualquer dos dous números, sendo as taes terceiras pessoas de cousas inanimadas” (Fonseca 1799: 85).

³⁹ Aliás nas três primeiras edições (Figueiredo 1804: 51-54), é apresentado um modelo próprio para os verbos terminados em *-car* (*ficar*) e *-gar* (*rogar*), o que não acontece em 1827 e 1837 (Figueiredo 1827: 55-56), porque são reduzidas as diferenças e incorporados ao mesmo modelo (o de *estar* e *dar*). Da mesma forma, nas duas últimas edições, omitem-se os paradigmas de *eleger* e *ler* que deixam de ser perspetivados como paradigmas com características próprias, embora, no termo dos paradigmas dos irregulares da segunda conjugação (Figueiredo 1827: 65), se mantenham as notas a este respeito que aparecem nas edições anteriores (Figueiredo 1804: 59 e 60). Nas duas últimas edições, acrescenta-se, contudo, o paradigma do verbo *valer*, embora juntando-o ao de *querer*. Como consequência, há ampliação das notas pela introdução de uma outra nota respeitante ao primeiro dos verbos referidos anteriormente (Figueiredo 1827: 129, n. 31). Regista-se igualmente ampliação em nota (Figueiredo 1827: 129: 32) das fontes para determinadas formas do verbo *querer*. Nas duas últimas edições, desaparecem ainda os

últimas edições se agrupam estes verbos num esquema de conjugação plural, em vez de os apresentar separadamente, como nas edições anteriores, parece acentuar a consciência de que partilham os mesmos traços e de que existe nisso certa regularidade. Tal aparenta ter significado doutrinal, já que, como expõe García Folgado (2003: 59) a propósito da tradição espanhola, a procura da regularidade constitui uma preocupação herdada do racionalismo francês.

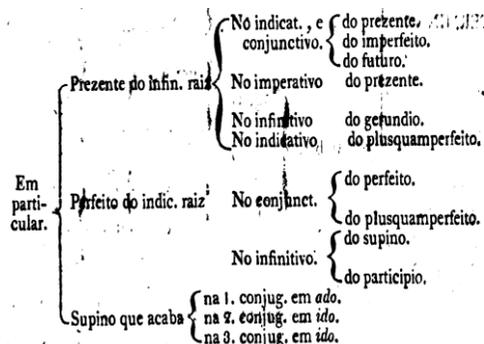
Para além de algumas diferenças isoladas e de maior pormenor no concernente à formação dos tempos⁴⁰, como é visível no quadro 8, as edições diferem ainda num ponto do esquema ilustrado no índice final, embora coincidam na exposição teórica a respeito da matéria em questão: a formação do mais que perfeito do indicativo a partir do pretérito perfeito do indicativo ou do presente do infinito.

Do *Preterito Perfeito do Indicativo*
formam-se o Perfeito do Conjunctivo, os
Preteritos mais que perfeitos, o Supino, e o
Participio do Preterito na voz Passiva
(Figueiredo 1811: 84).



(Figueiredo 1811: [117]).

Do *preterito perfeito do indicativo*
formam-se o perfeito do conjunctivo, os
plusquamperfeitos, o supino, e o participio
(Figueiredo 1827: 73).



(Figueiredo 1827: [111]).

Quadro 8: Formação do pretérito perfeito do indicativo.

paradigmas dos verbos *subir*, *pedir*, *servir*, no entanto, no final dos paradigmas apresentados, mantêm-se de certa forma as notas de edições anteriores relativas à sua especificidade e aos verbos análogos, com exceção de uma nota (Figueiredo 1804: 74, n.7), que revela ampliação da informação nas edições de 1827 e 1837.

⁴⁰ Uma dessas situações é relativa a uma nota sobre a formação do supino (Figueiredo 1811: 92-93 n. 16) cuja explicação se amplia nas duas últimas edições (Figueiredo 1827: 138-139, n. 55). Outra situação consiste em que as últimas edições (Figueiredo 1827: 47) distinguem os conceitos de *letra figurativa*, *iniciais* e *terminativas*, enquanto nas três primeiras apenas figura o primeiro desses conceitos (Figueiredo 1804: 42).

Considerando tanto a exposição teórica como o índice, conclui-se que é em 1827 e 1837 que não há sintonia entre a teoria exposta e o esquema final. Tal parece tratar-se de um erro de edição, já que não se identifica entre os gramáticos portugueses coevos uma proposta idêntica de formação de tempos verbais que sugira uma mudança de modelo gramaticográfico. Como esclarece Moura (2012: 432), a respeito dos autores por si estudados, as propostas dos gramáticos setecentistas não coincidem com a de Figueiredo.

Para além de certas variações de maior pormenor na exposição acerca do supino e particípio⁴¹, na definição do particípio, destacam-se, em primeiro lugar, as diferenças quanto ao suporte na noção de *caso*, nas três primeiras edições (Figueiredo 1804: 85) *versus* a de *relação*, nas duas últimas (Figueiredo 1827: 73), apontando, nestas, para uma atualização dos conceitos que auxiliam a descrição linguística.

Em segundo lugar, nas três primeiras edições, salienta-se a insistência, na consideração do particípio como *nome adjetivo*⁴², enquanto que, nas edições subsequentes, é apresentado genericamente como *parte da oração*, sem que, contudo, lhe seja reconhecida tal autonomia - como se viu anteriormente, quando se enumeraram as partes da oração -, sendo tratado juntamente com o verbo⁴³.

Participio, como a sua mesma voz significa, he um **Nome Adjectivo**, que participa juntamente da natureza do Nome, e do Verbo; isto he, tira do Nome o genero, e o **caso**; e do Verbo, o tempo e a acção; mas he de ordinario incluído nas Conjugações (Figueiredo 1804: 85).

⁴¹ Pelo seu menor significado teórico, não se desenvolverão aqui as mesmas, remetendo, em seu lugar, para as passagens a elas relativas e procurando descrever em que consistem: i) diferenças na formulação da nota acerca da tradição de uso do supino pelo particípio (Figueiredo 1804: 84, n. 1; 1827: 132, n. 39); ii) diferenças (sobretudo no sentido da sua redução) nos verbos selecionados para ilustrar a formação do particípio e supino (Figueiredo 1804: 87-90; 1827: 74-76); iii) ampliação dos modelos literários e outra informação sobre formas concretas de supino e particípio (Figueiredo 1804: 88, n.5, 89, n. 6; 89, n. 7, 90, n. 11, 91, n. 13, 91, n. 14 ; 1837: 136, n. 44, 136, n. 45, 137, n. 46, 137, n. 50, 138, n. 52); iv) ampliação dos exemplos sobre particípios com significação ativa e desenvolvimento sobre o papel dos auxiliares na distinção entre supino e particípio (Figueiredo 1804: 91-92; 1827: 78).

⁴² Segundo Schäfer-Prieß (no prelo: 4.5.3.7.), é o que fazem, na tradição precedente, Roboredo (1619) e Lobato (1770), mas apenas Roboredo se situa na linha do esquema ternário sanciano, porque Lobato considera o particípio como parte autónoma. Segundo Moura (2012: 452), os gramáticos do século XVIII dividem-se em dois grupos, consoante reconhecem ou não essa autonomia, e Lobato estaria, efetivamente, entre os que a reconhecem, contrariamente a Figueiredo, que, neste aspeto difere, além de Lobato, de todos os gramáticos constantes do *corpus* estudado por Moura (2012: 464).

⁴³ Aliás, segundo Schäfer-Prieß (no prelo: 4.5.3.7.), “Figueiredo é o primeiro, fora do sistema ternário, a não o considerar como categoria própria de palavra”. A exclusão de Figueiredo do referido sistema, levada aqui a cabo pela investigadora e reforçada pela mesma noutro lugar (Schäfer-Prieß no prelo: 4.5.2.2.2), deveria talvez ser relativizada, dado que, noutra passagem da obra citada e ainda em revisão (Schäfer-Prieß no prelo: 4.5.2.2.4.), designa expressamente a proposta de partes da oração de Figueiredo como um “sistema triádico”.

Participio, como a sua mesma voz significa, é a **parte da oração**, que participa juntamente da natureza de nome, e de Verbo; isto é, tira do nome o genero, e **relação**; e do verbo, o tempo e a acção; mas é de ordinario incluído nas conjugações (Figueiredo 1827: 73).

Não se pode ter certezas quanto à intenção por detrás do texto, mas tal evolução acaba por esbater a contradição de tratar o nome no capítulo relativo à teoria verbal, contradição essa da qual partilha, aliás, a gramática de Port-Royal, como salienta Schäfer-Prieß (no prelo: 4.5.3.7.).

Por último, na linha do que já se referiu a respeito da tentativa de redução da irregularidade verbal, sobressai igualmente, nas duas últimas edições, um apontamento de reforço do carácter negativo da anomalia das formas de participio, onde, pela sua afinidade com o ideário racionalista, destaca o argumento utilizado:

[...] Nos verbos *Gastar, Pagar, Affligir*, a que os nossos antigos davam sempre os Participios *Gastado-a, Pagado-a, Affligido-a*, feito do Supino Regular [...] (Figueiredo 1804: 92, n. 16).

[...] Nos verbos *gastar, pagar, affligir*, a que os nossos antigos **mui cuidadosos em evitar anomalias quazi sempre contrapostas á razão** davam sempre davam sempre os participios *gastado-a, pagado-a, affligido-a*, feito do Supino Regular [...] (Figueiredo 1827: 138, n. 55).

2.2.4. Partículas

Relativamente à definição geral desta categoria, verifica-se que, ao longo do percurso editorial da obra, há modificação nos critérios de construção da mesma.

Partícula he uma voz indeclinavel sem significação particular, e sem tempo, que na ordem do discurso serve como de socorro às outras partes para sua inteira composição (Figueiredo 1804: 93).

Partícula he a voz, que na ordem do discurso serve de manifestar a relação, ou circumstancias da pessoa, ou couza significada, e da acção, isto he, do Nome, e do Verbo (Figueiredo 1811: 93).

Partícula é a voz, ou palavra invariavel, que carece de propriedades, e que só serve de marca, ou signal com que na ordem do discurso se manifestam as circumstancias (Figueiredo 1827: 93).

No que toca ao critério morfológico, nas duas primeiras edições, ele é expresso em função da ideia de *declinação*, na terceira, está omissa e, nas seguintes, é recuperado, mas substituindo o conceito de *declinação* pelo de *variação*. No que toca ao critério funcional – presente em todas as edições –, a partir da terceira edição (inclusive), ele assume uma orientação mais lógico-sintática que estritamente sintática. De certa forma, nas duas últimas edições, parece haver lugar a uma síntese das propostas anteriores, na medida em que recuperam das primeiras o critério morfológico e, da terceira e seguintes, o funcional. Não obstante, o resultado final, por abandonar traços da descrição do latim (a declinação) e por assentar numa perspetiva lógico-sintática, revela uma orientação progressiva para uma descrição de índole racionalista, para além de,

a partir da terceira edição, beneficiar da revisão e ampliação de informação erudita, como já se tem visto⁴⁴.

Por sua vez, na definição das diferentes espécies de partículas, e começando pelo advérbio, observa-se, em primeiro lugar, a ampliação de informação erudita nas duas últimas edições⁴⁵. No que toca aos critérios de construção da definição, embora o critério sintático-colocacional e o funcional estejam presentes em toda as edições, há diferenças na informação acerca da possibilidade de combinação com o nome, já que, nas duas últimas edições, para além da restrição ao nome-adjetivo, tal é feito numa perspetiva lógico-sintático (em substituição da perspetiva estritamente semântica das edições anteriores), em coerência com a definição geral de partícula e com as orientações racionalistas que marcam a tradição gramaticográfica desta época.

Adverbio he a Particula, que **se ajunta ao Verbo, e algumas vezes também ao Nome para lhe determinar, ou modificar a sua significação**, como *Amo* muito, onde o *Adverbio Muito* determina, e augmenta respectivamente a significação do Verbo *Amo* (Figueiredo 1804: 93).

Adverbio é a particula, que denota as circumstancias da acção, isto é, a voz, que se junta ao verbo para lhe modificar, ou determinar a sua significação (*b*).

Tambem se junta ao nome, **em quanto serve para modificar a qualidade, ou attributo annexo á pessoa, ou sujeito da acção, mas só ao nome adjectivo**; por isso se diz qualidade, ou attributo, como: *amo muito, Pouco diligente* (Figueiredo 1827: 79).

Relativamente à definição da preposição, para além da ampliação da informação em nota nas últimas edições⁴⁶, mais uma vez, a noção de *caso*, presente nas três primeiras edições, distingue-as das seguintes, e sublinha o afastamento de uma descrição assente na tradição gramatical do latim:

A preposição he a segunda especie de Particula, a qual na Oração se costuma antepôr ao Nome, ou ao Verbo, e mais ordinariamente ao Nome, **para mostrar o caso, em que deve estar, ou de acusativo, ou de Ablativo** (Figueiredo 1804: 95).

A preposição, segunda especie de particula, é a voz, que **denota a circumstancia manifestada pelo nome**, a que ella sempre precede (*c*).

Dezigna da mesma sorte que o adverbio o tempo, o lugar, a ordem, o modo, ou qualidade, mas differença-se delle, porque o adverbio manifesta por si só a circumstancia, e a preposição juntamente com o nome, que se lhe segue (*d*).

Algumas vezes se antepõe immediatamente ao verbo, e ao nome adjectivo, para também lhe modificar, e variar a sua significação (*e*) (Figueiredo 1827: 80).

⁴⁴ A partir da terceira edição, fica corrigida uma errata de edições anteriores (Figueiredo 1804: 98; 1811: 98) e reformula-se, pela uniformização do número, a redação global dessa passagem. A partir da quarta edição, esta definição é ainda acompanhada de uma nota sobre o valor das partículas (Figueiredo 1827: 139, n. 56).

⁴⁵ A esta definição, a partir da quarta edição, acresce ainda uma nota sobre a etimologia do vocábulo (Figueiredo 1827: 139, n. 57).

⁴⁶ Neste caso, a definição, nas duas últimas edições, é complementada por notas de carácter etimológico e sobre a afinidade “funcional” entre advérbio e preposição” (Figueiredo 1827: 141, n. 63 e n. 64).

Por seu turno, a definição da conjunção também difere significativamente de edição para edição.

A Conjunção he uma Particula, que tambem em si nada significa, mas na oração **serve para unir, e juntar entre si as partes**, de que ella se compõe, para sua perfeita composição (Figueiredo 1804: 97).

A Conjunção he a particula, que na Oração **serve de unir, e ligar entre si tanto os nomes, ou cousas significadas como as diferentes acções ou verbos** (Figueiredo 1811: 97).

A conjunção é a particula característica da dependencia ou a voz que **designa a dependencia que as acções tem entre si no discurso** para formarem sentido perfeito, e completo (a) (Figueiredo 1827: 82).

Como é observável nas passagens acima transcritas, a partir da terceira edição, desaparece o critério semântico, e o critério funcional evolui da referência à união das partes da oração (nas duas primeiras edições) para expressar, primeiro, a união tanto das partes como das orações (na edição de 1811), e, depois (nas edições de 1827 e 1837), centrar-se na união exclusiva de orações, introduzindo ainda a identificação com o conceito de *dependência*, o que transporta o valor da conjunção do plano morfológico para o sintático. Tal confere à terceira edição um papel de transição nesta mudança, num sentido de aproximação ao racionalismo de inspiração sanctiana⁴⁷, cuja referência neste âmbito é, aliás, explicitamente assumida por Figueiredo, nas duas últimas edições, como se comprova na passagem que se segue e como já foi apontado noutra lugar (Duarte 2012^b: 300).

Aindaque seja doctrina commum dos grammaticos, que a conjunção une as partes da oração em particular, isto é, o verbo com o verbo, o nome com o nome, o attributo com o attributo, e as circumstancias umas com as outras, alguns dos melhores entre os modernos seguindo a Sanches Brocense, são hoje de opinião, que o officio da conjunção é somente unir as clauzulas inteiras, ou orações umas com outras, e que para formarem sentido completo se devem substituir ellipses (Figueiredo 1827: 143-144, n. 68).

No fragmento acima transcrito, é de observar ainda o papel que, na descrição da conjunção, assume a elipse como recurso da explicação gramatical, à semelhança do que acontece igualmente em Sánchez de las Brozas, em cuja teoria, como é sabido, a elipse assume um papel central⁴⁸.

Os diferentes grupos de edições parecem, portanto, corresponder a diferentes tradições de descrição da conjunção: as duas primeiras seguem a linha que, conforme informa Schäfer-Prieß (no prelo 4.5.3.9.), podemos também encontrar nas já referidas obras de Amaro de Roboredo e Casimiro (1792), e ainda em *Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina* de Jerónimo

⁴⁷ “La conjunción no une palabras, como neciamente se dice, sino oraciones” (Sánchez de las Brozas 1995[1587]: I, 18).

⁴⁸ Como refere Schäfer-Prieß (no prelo 4.5.3.8.), o Brocense explica as ligações de palavras como sendo elipses de junções de frases.

Contador de Argote (Lisboa 1725); as três últimas edições encontram-se mais próximas de Lobato (1770), que parece admitir para a conjunção a função de unir tanto palavras como frases, embora, como explica também Schäfer-Prieß (4.5.3.9.), o exemplo dado por Lobato pareça apontar para a prioridade à união de frases⁴⁹.

Finalmente, no que diz respeito à definição da interjeição, as edições divergem fundamentalmente na menção ou omissão do carácter indeclinável desta partícula, denunciando, sobre o significado desta situação, o que já foi dito a respeito de outras estruturas: afastamento dos conceitos de descrição da língua latina.

Chama se Interjeição a Particula, ou voz **indeclinavel** breve, e curta, que declara, ou manifesta as varias paixões da nossa alma, como Amor, Odio &c. (Figueiredo 1804: 97).

Chama se interjeição a particula, ou voz breve, e curta, que exprime as varias paixões da nossa alma, como amor, odio etc. (Figueiredo 1827: 82).

A respeito da classificação das partículas, cumpre dizer que nem todas as espécies apresentam diferenças com o mesmo relevo. Na classificação da conjunção, coincidem as tipologias, mas há diferenças nas formas concretas que as preenchem e o mesmo relativamente à interjeição (Figueiredo 1799: 97; 1827: 82). Relativamente aos advérbios, as diferenças entre edições residem sobretudo na ampliação das duas últimas com notas de erudição e desenvolvimento de aspetos teóricos muito particulares⁵⁰, o que se verifica também no caso da preposição⁵¹, mas ao que acresce outra diferença de maior significado, relativa

⁴⁹ É o que se pode comprovar na seguinte passagem: “Conjunção he huma voz indeclinavel, que por si só não tem significação completa; mas posta no discurso, serve de ajuntar os membros, ou partes d'elle, do que lhe provém o nome. Exemplo. Quando digo v.gr. *Pedro lê, e Paulo escreve*, a palavra *e* he conjunção; porque neste discurso, que consta de dous membros, ou sentenças, ata, e une a sentença, ou oração *Pedro lê* á sentença, ou oração *Paulo escreve*” (Lobato 1825[1770]: 155-156).

⁵⁰ São eles os seguintes: i) sobre a classificação dos advérbios derivados, regista-se um comentário no qual, com suporte na tradição gramatical precedente, se discute a natureza do sufixo – *mente*, destacando-se, em termos de enquadramento doutrinal, a referência (Figueiredo 1827: 139-140, n. 58) a *Elémens de Grammaire Général Appliqués a la Langue Française*, de R. A. Sicard (Paris 1799); ii) nas duas últimas edições (Figueiredo 1827: 140, n. 59), surge associada aos advérbios de tempo a nota sobre formas em desuso que, nas anteriores, surge associada aos de quantidade (Figueiredo 1799: 94, n.1); iii) nas duas últimas edições, na nota que surge desde a primeira edição sobre o advérbio *só*, a informação amplia-se com uma referência ao papel do mesmo na língua latina (Figueiredo 1799: 94, n. 3; 1827: 140-141, n. 61).

⁵¹ Ampliação da informação a este respeito, comentando o significado e construção da preposição *fóra*, distinguindo as preposições *per* e *por* e retomando, a esse respeito, a discussão sobre certas estruturas que não são, em rigor, preposições, embora consideradas como tal pelos gramáticos. Tal informação, nas três primeiras edições, surge apenas no corpo do texto (Figueiredo 1804: 95-96.) e não em nota, como acontece a partir da quarta edição, onde surge no corpo do texto e em nota (Figueiredo 1827: 81, 143, n.65, n.66). Nessas notas, amplia-se o número dessas estruturas e reforça-se a justificação, para, não obstante, as tratar como preposições, com base, não apenas no uso (como ocorre nas três primeiras edições), mas também na sua significação e correspondência das mesmas em latim.

ao critério em que assenta a proposta tipológica para as preposições. Tal critério, nas três primeiras edições afigura-se duplo: segundo a sua capacidade para serem elemento compositivo de palavras ou segundo o caso que regem, o que como já observou Fontes (2006: 162) encontra bastante semelhança na proposta de Lobato. Já nas edições de 1827 e 1837, o critério de classificação corresponde exclusivamente ao modo de combinação com o artigo, o qual, nesta formulação concreta, não parece encontrar-se em nenhum dos gramáticos precedentes estudados por Schäfer-Prieß (no prelo 4.5.3.10.).

Daqui vem dous generos de Preposições, humas, que pertencem á composição das palavras, isto he, que servem para com ellas se formarem muitas palavras, nem dellas se usa separadamente, mas são reputadas como parte das mesmas palavras d'ellas compostas; (...)

Outro genero de Preposições são as que denotam os casos dos Nomes, a que precedem: destas humas regem, ou são signaes de Accusativo; outras de Ablativo; outras de Accusativo, ou Ablativo (Figueiredo 1804: 95).

São as preposições de tres maneiras, umas recahem immediatamente sobre o nome que lhes serve de complemento sem admittir articulo, ou admittem unicamente o definido *o, a*; outras levam em meio o indefinido *de*, ou o definido *do, da*; outras fazem mediar promiscuamente ora um, ora outro articulo (Figueiredo 1827: 81).

Particularmente interessante é ainda uma nota que surge apenas nas duas últimas edições, incidindo sobre a polivalência categorial das partículas⁵² e vincando a distinção dos papéis assumidos pelo conjunto dessas estruturas.

Quando alguma das particulas muda de especie, já não a devemos considerar a mesma particula, senão outra verdadeiramente diversa, e mui distincta. Para isto bem se perceber convê notar o officio que cadauma dellas exerce, e o modo com que se usa. Correspondem muito o adverbio, e a preposição, servindo promiscuamente ambas para designar as circumstancias da acção, admittem todavia mui clara differença entre si. O adverbio denota per si só a circumstancia; a preposição depende de complemento; o adverbio, como sua mesma voz manifesta, junta-se mais ao verbo do que ao nome; a preposição mais ao nome do que ao verbo; o adverbio precede ao verbo, ou vai depois delle; a preposição somente ao substantivo: o adverbio ou se junte ao verbo, ou ao adjectivo vai sempre separado, sendo cadaum dicção distincta: a preposição vai com qualquer delles tão ligada, quando se junta, que formam ambos uma só dicção composta. A mesma differença se pode facilmente notar a respeito da conjunção, considerando o seu officio, e uso (Figueiredo 1827: 144, n. 69).

2.3. Prosódia

Uma primeira diferença entre edições está na distribuição desta matéria. Nas três primeiras, ela já é introduzida no primeiro capítulo do Livro I, pela menção das letras, ditongos e partes em que assenta a oração portuguesa, enquanto que, nas restantes edições, tudo o que respeita à prosódia é tratado, separadamente, no Livro II.

No tocante ao conteúdo, nas três primeiras edições, a matéria anunciada resume-se à quantidade das sílabas. Já em 1827 e 1837, o título desta secção

⁵² Há ainda outra nota sobre a ampliação com as estruturas *agora* e *quando* (Figueiredo 1827: 83).

revela um propósito mais amplo e é revelador disso que só nestas edições haja lugar à definição desta parte da Gramática.

Prozodia é a parte da Grammatica, que ensina a devida pronunçiação das palavras a fim de fallar com pureza, e policia (Figueiredo 1827: 84).

Da mesma forma, denunciado igualmente um investimento teórico diferenciado, apenas nas duas últimas edições se oferecem as definições de *palavra* e de *letra*, sob influência assumida do Brocense, como se desenvolve em nota final.

A palavra é o espirito proferido pela voz distinta, e articulada, instituida para significarmos os pensamentos, e conceitos da alma; e compõe-se de letras, e syllabas.

É a letra uma voz indivizível, não qualquer senão aquella unicamente da qual se possa formar palavra intelligível (a); e se nota per uma simples figura, como: *a, b, c*, etc. (Figueiredo 1827: 84).

A definição, que se dá de letra, adoptada de quazi todos os nossos grammaticos, é de Sanches Brocense (Figueiredo 1827: 144-145, n.1).

Relativamente à descrição dos ditongos, as diferenças entre edições respeitam primeiramente ao número dos mesmos (ampliado pelo ditongo grafado <ao> a partir da de 1827) e à terminologia de classificação que lhes é aplicada.

Do concurso, ou ajuntamento de duas vogaes diversas dentro da mesma syllaba formam se os Dithongos, de que ha na Lingua Portugueza oito **proprios**, como AI, AU, EI, EU, IU, OU, UI; e tres **improprios** ÆE, ÆO, ÆE, assim chamados porque na primeira das duas vogaes se sente um som nasal” (Figueiredo 1804: 5).

Da união, ou ajuntamento de duas vogaes diversas dentro da mesma syllaba formase os dithongos [...]. Ha na lingua portugueza nove **communis**, como: *ai, ao, au, ei eu, iu, oi, ou, ui*; e tres **proprios, ou nazaes**, *æe, æo, æe*, assim chamados, porque na primeira das duas vogaes se sente um som nazal (Figueiredo 1827: 84).

Sobressai ainda, pelo seu significado doutrinal, o desenvolvimento, somente nas duas últimas edições, das bases teóricas para a divergência entre os gramáticos quanto ao número de ditongos. Como se vê na passagem abaixo transcrita, segundo Figueiredo, tal deriva da consideração ou não de que têm que ser diferentes as vogais que formam ditongo, recorrendo, para justificar a sua diferenciação, às obras de Barros, de Sánchez de las Brozas e de Poliziano.

Dithongo é vocabulo grego, formado de *δις* dous, e *φθογγος* som quasi significando som dobrado, como escreveu Barros, Orthograf. pag. 180; porque é a união, ou concurso de duas vogaes em que retem ambas o seu som, e guardam sua força em uma só syllaba: por onde julgo necessario declarar, como está em sua definição, que as duas vogaes sejam diversas; pois sendo o dithongo um som composto, e derivado das duas vogaes, que formam unidas em uma só syllaba, *duae vocales in unum confictae*; e retendo cadauma dellas o seu som; de nenhuma sorte poderia resultar um som mixto dentre ambas, que isto quer dizer dobrado, a serem unisonas. De se isto bem não advertir nasce o não convirem os nosso

grammaticos entre si, e darem maior numero de dithongos. Os primeiros, ou communs *ai, au, ei*, etc. são os mesmos que antigamente conheceram os gregos e latinos, como largamente mostram Sanches Brocense, em sua grammatica grega, e na Minerva; e Angelo Policiano, nas miscelan. cap. 43 (Figueiredo 1827: 145, n.2).

O maior desenvolvimento teórico das duas últimas edições é ainda conseguido com referência a questões como as que se seguem: i) associação entre consoantes e articulação, por um lado, e vogais e som, por outro (Figueiredo 1827: 84); ii) justificação para a exclusão de sons onomatopáicos (Figueiredo 1827: 144-145, n. 1); iii) referência ao modelo de Pedro Sanches para a pronúncia das consoantes (Figueiredo 1827: 145, n.3).

No que concerne à classificação dos ditongos de acordo com o acento, destacam-se igualmente diferenças entre as três primeiras edições e as posteriores.

A Syllaba ou he **breve**, que só um tempo gasta na pronúncia, deprimindo se, ou não se carregando a voz na vogal, como na primeira syllaba do Nome *Gôsto*, e na ultima de *Lêra* na voz do Peterito; ou he **longa**, e gasta dous tempos, ferindo se com toda a força a vogal, como em *Gôsto*, quando he verbo, e em *Lerá* na voz do Futuro (Figueiredo 1804: 99).

O accento nas palavras é o tom, ou a varia modulação na voz em pronunciar cada syllaba; e é ou **alto, ou baixo, isto é, agudo ou grave**, segundo o tempo que a voz nelle se demora.

O agudo se diz assim, porque se levanta a voz mais na syllaba, e se demora nella mais tempo do que nas outras; o grave ao contrario é menor, tem mais baixo som, e pronuncia-se mais velozmente (Figueiredo 1827: 85).

Fontes (2006: 172, n. 211) considera que, na opção das três primeiras edições, Figueiredo se aproxima de Lobato⁵³ para se afastar de outros gramáticos que o antecederam⁵⁴ e dos quais se aproxima posteriormente na sua opção de descrever a acentuação através de conceitos menos característicos da gramática latina.

No capítulo intitulado “som e accento regular” (Figueiredo 1827: 85-89), as duas últimas edições revelam algumas particularidades⁵⁵, que, contudo, não se desenvolverão aqui. Nestas mesmas edições, salienta-se, no entanto, a introdução de um capítulo simetricamente intitulado “Som e accento irregular” (Figueiredo 1827: 89-94) e expandido em notas de fim (Figueiredo 1827: 146-147, n. 5; 147, n. 6, n. 7; 147-148, n. 8) com informação de natureza diacrónica, matizações teóricas e ampliação de referências gramaticográficas e modelos literários.

Outra diferença está ainda na inclusão, a partir da edição de 1811, de um capítulo sobre figuras de dicção, sendo que esta matéria não tem qualquer tratamento nas duas primeiras edições.

⁵³ A mesma autora (Fontes 2006: 172, n. 211) observa, contudo, que Lobato, em rigor, reconhece que tal distinção (entre *longas* e *breves*) não é aplicável ao português.

⁵⁴ Fontes (2006: 172) nomeia Barros, Roboredo e Argote.

⁵⁵ Sobretudo quanto ao número de acentos prosódicos e à consideração dos monossílabos.

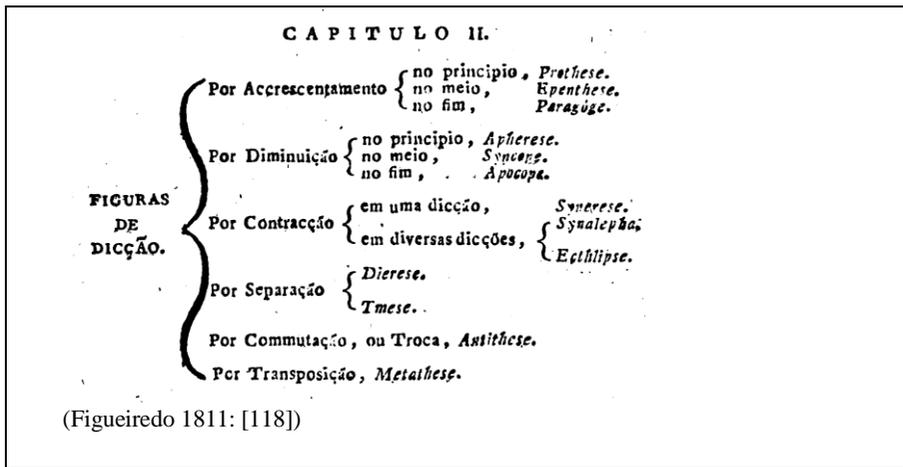


Figura 2: Prosódia – figuras.

A sua inclusão parece vir reforçar a coerência interna da obra, na medida em que, no âmbito sintático, as figuras já eram consideradas desde a primeira edição.

2.4. Sintaxe

Previamente à identificação das diferenças, parece pertinente notar – independentemente de algumas variações na formulação – a convergência entre todas as edições, relativamente a um conceito sintático basilar, introduzido logo no início da obra e intimamente associado, pela sequência do texto, à noção de *gramática*: o conceito de *oração*. A partir da quarta edição, opera-se contudo uma modificação no que diz respeito à continuidade desta definição: onde nas três primeiras edições se procede ao foco exclusivo nas unidades menores que compõem a palavra, nas edições subsequentes, assiste-se ao desenvolvimento da noção de *oração* à luz de dois eixos fundamentais da sintaxe.

Oração he a união, ou um agregado de palavras ordenadas, com que exprimimos nossos pensamentos.

Consta a Oração de palavras; as palavras de syllabas e as syllabas de letras [...]
(Figueiredo 1804: 5).

Oração é a união conveniente, ou bem disposta ordem de palavras, com que exprimimos nossos pensamentos.

As palavras ou se consideram soltas, isto é, cada uma por si; ou ligadas, e reunidas no contexto da oração.

Nas soltas, ou separadas deve-se attender ás letras com que se escrevem; ao tom ou accento da sua pronuniação; e ao valor ou differença que entre si tem, pelo que significam: nas ligadas ou reunidas no contexto á ordem, e correspondencia, que devem guardar entre si
(Figueiredo 1827: 5).

Portanto, já nesta fase inicial do texto, as duas últimas edições associam ao conceito de *ordem*, a ideia de *correspondência*, entendida como *concordância*,

como se depreende do desenvolvimento desta matéria, no capítulo que lhe é reservado mais adiante na obra em estudo (Figueiredo 1827: 96). Em termos de possíveis modelos teóricos, nas três primeiras edições, a abordagem do conceito de *oração* revela-se, na sua segunda parte, bastante próxima daquela que, segundo dados recolhidos em Schäfer-Prieß (no prelo: 4.6.4.), parece ser a primeira definição de *oração* nas gramáticas do português:

Grammatica he arte de fallar, que tem por fim a Oração bem concertada: a qual he hũa coerente disposição de palavras, de que consta, como de partes. Procedese para a Oração per Letras, Syllabas, & Dições, ou Palavras (Roboredo 2007: 64).

De acordo ainda com a informação veiculada em Schäfer-Prieß (no prelo: 4.6.4.), a centralidade conferida à palavra situa estas definições numa fase relativamente incipiente da teoria sintática dentro da gramaticografia do português. As diferenças observadas na descrição deste conceito nas edições de 1827 e 1837 da *Arte* de Figueiredo, embora representem um maior investimento sintático, não revelam, neste ponto do texto, uma identificação com o esquema de descrição sintática centrado na proposição que caracteriza as gramáticas racionalistas francesas e de cuja repercussão na tradição gramatical do português dá conta Schäfer-Prieß (no prelo: 4.6.4.), sem – sublinhe-se –, fazer menção a Figueiredo.

No que concerne propriamente à definição de *sintaxe*, destaca-se que a partir de 1827, pelo menos ao nível da definição, já não há equivalência explícita entre o referido conceito e o de *construção*, como acontece nas três primeiras edições da obra e já foi apontado noutro lugar (Duarte 2010: 18-19).

Syntaxe **ou construção** he a conveniencia, harmonia, ou bem ordenada estructura das Partes da Oração entre si, na qual se devem considerar tres cousas muito principaes, que ella comprehende, que são Agente, Acção, ou verbo e Paciente (Figueiredo, 1799: 106).

Syntaxe é a parte da Grammatica que ensina a conveniencia, harmonia, ou bem ordenada contextura das partes da oração entre si.

As partes da oração, em quanto á Syntaxe, devem considerarse de duas maneiras; umas primarias ou essenciaes, e outras menos principaes ou accessorias (*a*) (Figueiredo 1827: 95).

A esta luz, as duas últimas edições, apontam para uma certa proximidade à proposta dos enciclopedistas, os quais introduzem uma diferenciação clara dos dois conceitos, como se ilustra no fragmento abaixo transcrito de uma entrada de Dumarsais:

Je crois qu'on ne doit pas confondre *construction* avec *syntaxe*. *Construction* ne presente que l'idée de combinaison & d' arrangement. Ciceron a dit selon trois combinaisons differentes, *accepi litteras tuas, tuas accepi litteras, & litteras accepi tuas*: il y a là trois constructions, puisqu' il ya trois differentes arrangements des mots; cependant il n'y qu' une *syntaxe*; car dans chacune des ces *constructions* a les mêmes signes des rapports que les mots ont entr' eux ainsi ces rapports sont les mêmes dans chacune de ces phrases. Chaque mot de l' une indique également le même corrélatif qui est indiqué dans chacune des autres; [...] La syntaxe est donc la partie de la Grammaire qui donne la conoissance des signes établis dans une langue pour exciter un sens dans l' esprit (D' Alembert & Diderot 1751-1765: IV, 73).

As duas últimas edições diferenciam-se ainda por um maior investimento teórico, que, neste domínio, se traduz da seguinte forma: amplia-se a explicação do que são *partes essenciais* e *accessórias* (Figueiredo 1827: 148, n. 1), descreve-se em que consiste a conjugação verbal (Figueiredo 1827: 148, n. 2) e discorre-se sobre a natureza das variações em função da noção de relação indicando, entre os teóricos de referência, nomes importantes da tradição racionalista, como Júlio César Escalígero - *De causis linguae latinae* (Lião, 1540) – e Antoine Isaac Silvestre de Sacy - *Principes de grammaire générale mis à la portée des enfans, et propres à servir d' introduction à l'etude de toutes les langues*, Paris, 1803[1799] - (Figueiredo 1827: 148- 149, n. 3). Para além disto, acrescenta-se informação sobre o artigo e a partícula no quadro do seu papel como partes accessórias da oração, na qual se destaca ainda um apontamento de censura a Barbosa quanto ao étimo grego de *artigo* (Figueiredo 1827: 150, n. 4), conforme foi já posto em evidência noutra trabalho (Duarte 2012^a: 240).

No tocante à classificação, apesar de as edições coincidirem na tipologia proposta para a sintaxe regular (Figueiredo 1804: 106; 1827: 96), apenas nas duas últimas se define *sintaxe de concordância* e *sintaxe de regência*, e se estabelece a sua correspondência com as noções de *sintaxe intransitiva* e *sintaxe transitiva*.

A Syntaxe de *concordancia* ou intransitiva ensina as regras da mutua correspondencia, ou connexão, que as partes da oração devem guardar entre si.

Esta só tẽ lugar nas partes primarias ou essenciaes; porque as accessorias, como não admittem propriedades, não podem ser susceptiveis de concordancia.

As regras de concordancia são tres: do verbo com o agente: do nome substantivo com outro; do nome adjectivo com o substantivo (Figueiredo 1827: 96).

A Syntaxe de regencia, ou transitiva, mostra a dependencia que as partes da oração tem umas a respeito das outras, ensinando a usar dellas variamente segundo as differentes occasiões.

Sómente nas duas partes primarias verbo, e nome se pode dar o reger, ou ser regido. As outras como não figuram per si na oração, nem são mais do que demonstrativos dellas, não podem ter efficacia para reger, e por não serem susceptiveis de modificação não podem admittir em si o serem regidas.

Do que está dito se infere 1º que só o verbo parte essencial, e a mais principal da oração tem virtude de reger: 2º que só o nome polas varias modificações, que em algumas de suas relações admite, pode ser regido.

Diz-se em algumas de suas relações, porque nem todas são regidas (Figueiredo 1827:98).

Registam-se igualmente diferenças na descrição de cada uma das espécies de sintaxe destacando-se, no plano da regência nominal, a substituição da noção de *caso* pela de *relação* nas últimas edições, e a inexistência de correspondência, entre as três primeiras e as últimas edições, na ordem da exposição dos casos/relações e na informação sobre os mesmos. Observa-se ainda que, nas

duas últimas edições, se ampliam os exemplos e fontes (Figueiredo 1827: 97-98) e detetam-se variações de formulação no caso da sintaxe de concordância⁵⁶.

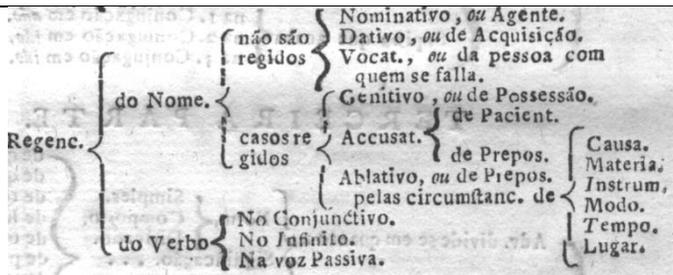
No que toca à regência verbal, as edições diferem quanto à informação que transmitem a respeito da capacidade de regência das diferentes categorias, em particular do verbo, sendo que, apenas nas duas últimas edições, se apresenta o mesmo como a mais principal das partes da oração pela sua dupla capacidade de reger e ser regido.

Destas poucas Regras facilmente se collige, que só tres Partes na Oração tem virtude de reger caso, que são o *Nome Substantivo*, o *Verbo Activo*, e a *Preposição*; e que unicamente ha outros tres casos por ellas regidos: o *Genitivo* do Nome Substantivo, o *Accusativo* ou do Verbo Activo, ou da Preposição, e o Ablativo da Preposição (Figueiredo 1804: 109).

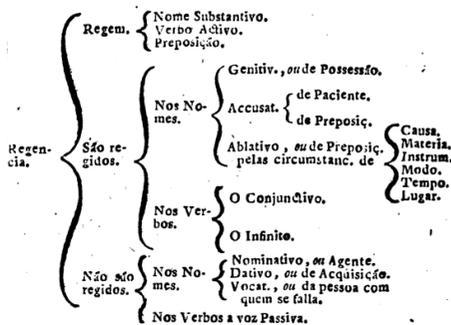
Da doutrina destas poucas regras claro está 1º que só ha uma parte da oração com valor para reger ou determinar as outras, que é o verbo ou acção: 2º que das seis relações do nome ou sugeito da acção as duas primeiras agente, e pessoa não são regidas: 3º que das ultimas apenas o recipiente, e o paciente são regidas sem preceder a cada uma dellas mais do que o seu característico proprio, que é o articulo: e as outras restringente, e circumstancia além do articulo levam antes de si a primeira sempre expresso o substantivo apellativo, cuja significação restringe; a segunda a preposição, que pode estar clara ou occulta (Figueiredo 1827: 103).

Neste ponto, como revela o confronto das passagens supracitadas com as imagens do quadro 9, as edições de 1827 e 1837 revelam uma contradição entre o exposto ao longo do texto e o esquematizado no respetivo índice geral, onde se admite que além do nome também a preposição possa reger. Tal contradição existe também nas edições de 1799 e 1804, mas pelo inverso: embora se admita no corpo do texto a capacidade de regência das três categorias, no índice geral, apenas se regista o nome e o verbo. Somente, a edição de 1811 - que segue, no corpo do texto, a redação das anteriores - apresenta coerência entre o texto e o índice final. Coloca-se, portanto, a possibilidade de que, pelo menos relativamente ao índice, a edição de referência para a edição de 1827, tivesse sido a de 1811, e, uma vez que a de 1837 decalca a de 1827, terá mantido o erro de cópia.

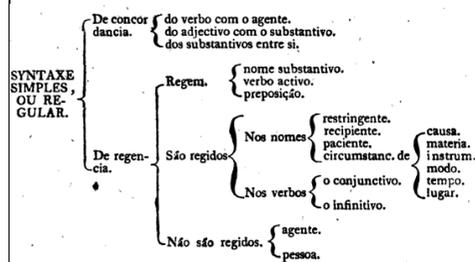
⁵⁶ A partir da edição de 1827, regista-se preferência por formular a concordância do verbo com a função (*agente*) (Figueiredo 1827: 96), em lugar de com a categoria gramatical, como acontece nas primeiras edições (Figueiredo 1804: 107). Introduce-se igualmente, a partir da quarta edição (Figueiredo 1827: 96), a noção de que o sujeito pode ser *verdadeiro* ou *virtual*, retomada depois na descrição das relações que não são regidas (Figueiredo 1827: 98).



(Figueiredo 1804: [116])



(Figueiredo 1811: [119])



(Figueiredo 1827: [113])

Quadro 9: Sintaxe de regência.

No tratamento da regência de casos/relações, as diferenças registadas não podem ser aqui tratadas em pormenor, dado que, pela sua extensão, poderiam justificar por si só outro estudo. Saliente-se unicamente que, para além da ampliação da informação sobre fontes e modelos, nas duas últimas edições, uma parte significativa das modificações introduzidas nas mesmas diz respeito ao papel do artigo neste processo, sendo que das diferenças mais destacadas a esse respeito já se deu conta noutra lugar (Duarte 2012^a: 237-245), no âmbito da controvérsia que tal questão produziu entre Figueiredo e Barbosa.

Todas as edições dedicam ainda uma parte à sintaxe dos verbos, na qual diferem desde logo pela designação da mesma: *Do Verbo Passivo* (1799, 1804); *Construcção dos verbos* (1811, 1827, 1837). Quanto ao conteúdo dessa secção, uma das diferenças entre edições está em que, a partir da quarta edição, estabelece-se uma correspondência entre modos verbais e tipo de construção.

Acção absoluta forma per si só sentido completo, e designando-se pelo verbo no modo indicativo ou no imperativo, demonstra affirmação simples e sem dependencia de outra [...].

Acção incidente manifesta-se na oração pelo verbo no conjunctivo, ou no indicativo condicional, não indica per si affirmação simples, depende de outra antecedente, e não sem ella sentido completo [...].

A acção subalterna é indefinida, e indeterminada, exprime-se pelo verbo no modo infinitivo, e vai sempre incluída em alguma antecedente ou seja absoluta, ou incidente [...]. (Figueiredo 1827: 102-103).

Nesta mesma secção, observam-se ainda, a respeito do tratamento da voz passiva, as diferenças expectáveis entre edições, pela substituição, nas duas últimas, da noção de *caso* pela de *relação* e pela adequação às propriedades verbais tal como concebidas nas duas últimas edições. As edições diferem ainda nas preposições que antecedem a voz passiva e nos exemplos oferecidos, bem como no facto de que apenas nas duas últimas edições há indicação das fontes dos mesmos.

A Oração da voz Activa póde resolver se, ou mudar se para a voz Passiva facilmente por este modo. O que era Accusativo na Activa vai para Nominativo; o que era Nominativo passa para Ablativo como a preposição *Por*; e o Verbo muda se para a voz Passiva para o mesmo Modo, e Tempo, e concordando em numero, e pessoa com o novo Nominativo; e tudo o mais, que estiver na Activa, fica da mesma sorte. Ex. *O Imperador Constantino Magno concedeu paz universal a toda a Igreja*. A qual será na Passiva: *Foi concedida paz universal a toda a Igreja por o Imperador Constantino Magno* (Figueiredo 1804: 109).

A oração da voz activa pode resolver-se, ou mudar-se para a voz passiva facilmente por este modo. O que era paciente na activa vai para agente: o que era agente passa por circunstancia com a preposição *per* ou *aos*; e o verbo muda-se para o meso modo e tempo da voz passiva e concordando em numero, e forma com o novo agente: e tudo o mais que estiver na activa fica da mesma sorte. Ex. *O Amo a verdade* a qual será na passiva: *A verdade é amada de mim [f]*⁵⁷ (Figueiredo 1827: 103).

Relativamente à sintaxe figurada, nota-se que, embora as tipologias principais das figuras coincidam nas diferentes edições (cf. quadro 10)⁵⁸, há, efetivamente, diferenças no tratamento das mesmas. No entanto, estas diferenças, pela sua profusão, não podem ser tratadas aqui exaustivamente e poderiam mesmo justificar um estudo próprio. Como tal, procurar-se-á aqui restringir o comentário às situações que se revestem de maior significado para a compreensão das divergências editoriais. Nesse sentido, é importante fazer uma referência – ainda que genérica – às diferenças que, também sobre esta matéria, se verificam no domínio dos exemplos, bem como à situação de ampliação de fontes⁵⁹ e de substituição da noção de *caso* pela de *relação*, que separa as três primeiras edições das duas últimas⁶⁰. Posto isto, tratar-se-á aqui de ressaltar o modo como varia entre edições a definição de *figura*, assim como a consideração ou não, nesta parte da gramática, dos vícios da oração.

⁵⁷ A nota *f* figura em rodapé com o seguinte texto: “Barr. Grammatic. fol. 118.

⁵⁸ Observa-se apenas, nas duas últimas edições, a redução das tipologias secundárias, pela exclusão da *síntese*.

⁵⁹ Entre as quais merece destaque a referência ao Brocense, pela dimensão que a presença do mesmo alcança nas últimas edições, como se põe em relevo em Duarte (2012b). Importa ainda sublinhar que tal ampliação de fontes, no caso concreto do hipérbato, está relacionada com necessidade de defesa e justificação relativamente às críticas que, também neste assunto específico, lhe foram dirigidas por Jerónimo Soares Barbosa, como já foi desenvolvido em Duarte (2010) e Duarte (2012a: 246-253).

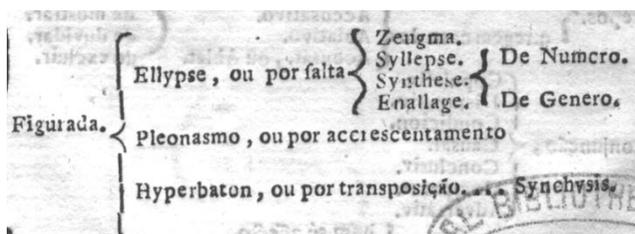
⁶⁰ Pontualmente, na edição de 1811, assiste-se igualmente a tal substituição (Figueiredo 1811: 112, 113, 114).

No que toca à definição, as edições de 1799, 1804 e 1811 diferem das seguintes, pela tónica que as primeiras colocam na expressividade, enquanto as últimas, focam prioritariamente o desvio realizado e especificam os âmbitos de incumprimento gramatical (regras de regência e concordância) implicados.

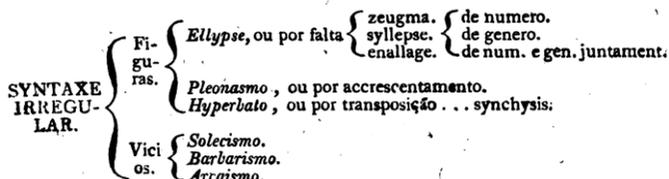
Entende-se por Figuras as varias fórmãs, ou as **maneiras mais expressivas de fallar**, que não seguem as regras communs da Grammatica, mas que estão auctorisadas pelo uso, e costume da Linguagem (Figueiredo 1804: 110).

Entende-se por figura a **locução apartada do commum uso de fallar, parecendo não guardar a direita concordancia, ou regencia** polas regras communs da Grammatica, está todavia authorizada elegantemente pelo uso, e costume da linguagem sem se oppor a ellas (Figueiredo 1827: 104).

Finalmente, resta referir que apenas nas duas últimas edições se considera o tratamento dos vícios de linguagem como parte integrante da sintaxe irregular, como revelam os fragmentos do índice geral aqui reproduzidos:



Figueiredo 1804: [116])



Figueiredo 1827: [113])

Quadro 10: Sintaxe irregular/figurada.

3. Nota final

Apesar de, num estudo desta natureza, não ser possível realizar um inventário exaustivo das diferenças entre edições, o presente trabalho procurou chamar a atenção para o seu significado, demonstrando que, nas duas últimas, parece acentuar-se o pendor racionalista e o investimento na ampliação da informação. Tal ajuda a relativizar e situar as ideias linguísticas do autor em função da evolução experimentada ao longo do seu percurso editorial. Para dar conta do mesmo com detalhe, continua, contudo, a faltar uma edição crítica do texto de Figueiredo.

Referências bibliográficas

i) Fontes arquivísticas

- 1800, 22 de fevereiro, Lisboa – *Registo da obra «Arte da Grammatica Portugueza»*. INCM / AIN, Registo de obras, Livro 28 (1797-1803).
- 1805, 3 de janeiro, Lisboa - *Registo da obra «Arte da Grammatica Portugueza»*. INCM / AIN, Registo de obras, Livro 29 (1804-1808).
- 1811, 1 de abril, Lisboa - *Registo da obra «Arte da Grammatica Portugueza»*. INCM / AIN, Registo de obras, Livro 30 (1810-1814).
- 1827, 28 de fevereiro, Lisboa – *Registo da obra «Arte da Grammatica Portugueza»*. INCM / AIN, Registo de obras, Livro 35 (1825-1828).
- 1837, 20 de maio, Lisboa – *Registo da obra «Arte da Grammatica Portugueza»*. INCM / AIN, Registo de obras, Livro 39 (1836-1837).

ii) Fontes primárias

- [Arnauld, Antoine & Lancelot, Claude] (1660): *Grammaire générale et raisonnée. Contenant les fondemens de l'art de parler; expliquez d'une maniere claire & naturelle; les raisons de ce qui est commun à toutes les langues, & des principales differences qui s'y rencontrent; Et plusieurs remarques nouvelles sur la Langue Française*. Paris: Pierre Le Petit.
- B[arbosa], J[erónimo] S[oares] (1822): *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Aplicados á nossa Linguagem*. Lisboa: na Typographia da Academia das Sciencias.
- Diderot, Denis & D' Alembert, Jean le Rond (1751-1765): *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*. Paris: Briasson, David, Breton, Durand.
- Dumarsais, César Chesneau (1731): *Les Véritables principes de la grammaire ou Nouvelle grammaire raisonnée pour apprendre la langue latine, suivi de: Epitome de diis et heroibus poeticis auctore Josepho Juvencio*. Paris: Brocas.
- [Figueiredo, Pedro José de] (1799): *Arte da Grammatica Portugueza*. Lisboa: Na Regia Officina Typographica.
- (1804): *Arte da Grammatica Portugueza*. Lisboa: na Impressão Regia.
- (1811): *Arte da Grammatica Portugueza*. Lisboa: na Impressão Regia.
- Figueiredo, Pedro José de (1827): *Arte da Grammatica Portugueza*. Lisboa: na Impressão Regia.
- (1837): *Arte da Grammatica Portugueza*. Lisboa: na Imprensa Nacional.
- [Fonseca, Pedro José da] (1799): *Rudimentos da Grammatica portugueza*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Fereira.
- Lobato, Antonio José dos Reis (1825): *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: na Typ. de M. P. de Lacerda.

- Roboredo, Amaro de (2007): *Methodo Grammatical para todas as Linguas*: Edição Facsimilada, com prefácio e estudo introdutório de Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Centro de Estudos em Letras (Coleção Linguística; 1).
- Sánchez de las Brozas, Francisco (1995): *Minerva o de causis linguae latinae*. Ed. por Eustaquio Sánchez Salor & César Chaparro Gómez. Cáceres: Institución Cultural El Brocense / Servicio de Publicaciones da la Universidad de Extremadura. Disponible en línea en: <http://iessapostol.juntaextremadura.net/latin/minerva/> (última consulta: 6 de março de 2013).

iii) Fontes secundárias

- Assunção, Carlos (2004): "O nome na historiografia linguística portuguesa. Do primeiro período da linguística portuguesa ao final do séc. XIX". In *Linguística histórica e história da língua portuguesa*. Porto: Faculdade de Letras, 29-50.
- Duarte, Sónia (2010): "A censura, por Jerónimo Soares Barbosa, à *Arte da Grammatica Portugueza* de Pedro José de Figueiredo: o debate sobre a ordem das palavras, na esteira da gramática racionalista". *Estudios Portugueses* 9. Salamanca: Universidad de Salamanca, 9-26.
- (2012^a): "A defesa perante Jerónimo Soares Barbosa nas 'Anotações' à *Arte da Grammatica Portugueza* de Pedro José de Figueiredo". In Costa, Maria Armanda / Flores, Cristina / Alexandre, Nélia (orgs.) (2012): *XXVII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística: Textos Seleccionados, Lisboa 27, 28 e 29 de Outubro de 2011*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, CD-ROM (ISBN 978-989-97440-1-1), 235-255.
- (2012^b): "La presencia castellana en el *Arte da Grammatica Portugueza* de Pedro José de Figueiredo". In Battaner Moro, Elena / Calvo Fernández, Vicente / Peña, Palma (eds.). *Historiografía lingüística: líneas actuales de investigación I*. Münster: Nodus Publikationen, 295-395.
- Fontes, Susana (2006): «Pedro José de Figueiredo: ideias linguísticas no quadro cultural setecentista». Dissertação de mestrado. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- García Folgado, María José (2003): "El Arte del Romance Castellano de Benito de San Pedro: los fundamentos de la principal Gramática preacadémica del siglo XVIII". *Boletín de la Real Academia Española*, Tomo 83, Cuaderno 287, 51-111.
- Kemmler, Rolf (2011): "Le rôle du français dans la grammaire visitandine de Francisca de Chantal Álvares (Lisbonne, 1786)". Trabalho apresentado em Vers une Histoire Générale de la Grammaire Française Matériaux et Perspectives, In Vers une Histoire Générale de la Grammaire Française? Matériaux et Perspectives, 27-29 janvier 2011, Université Paris-Diderot (Paris 7), Paris.
- (2012): «*Diccionario Bibliographico Portuguez* (1858-1958): contributos e limitações para a disciplina da historiografia linguística portuguesa». In: Petrov, Petar et al (eds.). *Avanços em Ciências da Linguagem*. Santiago de Compostela: Associação Internacional de Lusitanistas; Através editora, 93-116.

- Kemmler, Rolf / Assunção, Carlos / Fernandes, Gonçalo (2010): "A primeira gramática portuguesa para o ensino feminino (Lisboa, 1786)". *Diacrítica: Série ciências de linguagem* 24,1, 373-3.
- Moura, Teresa (2011): "Contribuições para o estabelecimento de uma tipologia verbal setecentista". In Assunção, Carlos / Fernandes, Gonçalo / Loureiro, Marlene. *Ideias Linguísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX)*, I. Münster: Nodus Publikationen, 177-188.
- (2012): «As Ideias Linguísticas Portuguesas no século XVIII». Vila Real: Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Ponce de León, Rogelio (2005): "Os verbos em confronto: considerações sobre a tipologia verbal nas Artes gramaticais portuguesas setecentistas (1699-1758)". In: Miguel Gonçalves *et al.* *Gramática e Humanismo. Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*, I. Braga: Aletheia, 449-464.
- (2006): "Notas sobre la presencia de la gramática y los gramáticos españoles en la gramaticografía portuguesa (siglos XVI-XVIII)". *Romanistik in Geschichte und Gegenwart* 12:2, 147-165.
- Schäfer-Prieß, Barbara (no prelo): *A Gramaticografia Portuguesa de 1540 até 1822: Condições da sua génese e critérios de categorização, no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa*. Tradução de Jaime Ferreira da Silva, revista e atualizada pela autora.
- Silva, Inocêncio da & Aranha, P.V. Brito (1862, VI; 1894, XVII): *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Silva, Luiz Vilela da (1828): *Observações críticas sobre alguns artigos do ensaio estatístico do Reino de Portugal e Algarves publicado em Paris por Adriano Balbi, seu auctor*. Lisboa: Impresão Regia.
- Verdelho, Telmo (2003): "O dicionário de Morais Silva e o início da lexicografia moderna". In Head, Brian *et al.* *História da língua e história da gramática - actas do encontro*. Braga: Universidade do Minho / ILCH, 473-490.
- Xavier, Maria Francisca & Mateus, Maria Helena (org.) (1990-1992). *Dicionário de Termos Linguísticos. Dicionário de Termos Linguísticos*, Volume I. Lisboa: Edições Cosmos. Em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=terminology> (última consulta: 6 de março de 2013).

La presencia del marcador conversacional “¿me entiendes?” en los corpus lingüísticos CREA e Mark Davies como indicador de culturas de alejamiento o de acercamiento

José Manuel Giménez García

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, CEL
jgarcia@utad.pt

Abstract

This paper proposes an analysis of the presence of the conversational marker “¿me entiendes?” as an attenuator element using Corpus Linguistics. The analysis specifically focuses on the corpus CREA (*Corpus de Referencia del Español Actual*) of the *Real Academia Española* and the Spanish Corpus of Professor Mark Davies. The goal is to illustrate the theory proposed by Haverkate and Antonio Briz: Facing the universality of Brown and Levinson (1987) on linguistic politeness, Haverkate and Antonio Briz relate the presence of certain structures with elements linked to the concept of image and which are specified in every culture in a distinct way. Although politeness is a universal activity, in each culture it is reflected in a different way: some cultures tend to tighten up interpersonal spaces, while others tend to respect the personal area and the interrelation space. According to Haverkate and Briz the first one would be to a culture of togetherness and the latter ones a culture of alienation. An effective way to recognize them is the presence of verbal mitigating communication and courtesy: in a culture of togetherness, the frequency of these elements is lesser, while in a culture of alienation we tend to a greater use of them. (Traducción Cátia Pinto Teixeira)

Resumen

Este trabajo propone un análisis de la presencia del marcador conversacional ¿me entiendes? como elemento atenuador utilizando la Lingüística de Corpus. En concreto, el análisis se centra en los corpus CREA (Corpus de referencia del español actual) de la RAE y en el Corpus del español del profesor Mark Davies. El objetivo es corroborar la teoría propuesta por Haverkate y Antonio Briz: frente al carácter universal de Brown y Levinson (1987) sobre la cortesía lingüística, Haverkate y Antonio Briz relacionan la presencia de determinadas estructuras con elementos vinculados al concepto de imagen y que se concretan en cada cultura de forma particular. Aunque la cortesía es una actividad universal, en cada cultura se refleja de una manera distinta: algunas culturas tienden a estrechar los espacios interpersonales, mientras que otras tienden a respetar el ámbito personal y el espacio de interrelación. La primera sería Haverkate y Briz una cultura de acercamiento y las segundas una cultura de distanciamiento. Una manera eficaz de reconocerlas es la presencia de atenuantes verbales y de cortesía: en una cultura de acercamiento la frecuencia de estos elementos es menor, mientras que en una cultura de distanciamiento se tiende a un mayor uso de ellos.

0. Introducción

El origen del interés por los estudios de cortesía se produce en los años 70 partiendo de la teoría de los actos de habla y de la propuesta de las máximas de Grice y su principio de cooperación. El desarrollo creciente de la investigación en este ámbito puede verse en la amplia bibliografía existente sobre el tema (Lakoff, 1973; Brown y Levinson, 1987; Leech, 1983; Haverkate, 1984; Escandell Vidal, 1995 y Bravo, 1999, entre otros). Al mismo tiempo han ido aumentando los distintos enfoques desde los que se ha abordado el tema. Fraser (1990) indica que el fenómeno de la cortesía se puede tratar desde varias perspectivas: desde la norma social, desde la consideración como una estrategia conversacional (Lakoff, 1973 y Leech, 1983), desde la perspectiva de salvar las apariencias (Brown y Levinson, 1987) y desde la perspectiva del contrato conversacional. Pero en opinión de Escandell Vidal (1993) estos enfoques pueden simplificarse en dos: la cortesía como norma social y la cortesía como estrategia conversacional. Autores como Kerbrat-Orecchioni, Meier, Matsumoto, Mao, Ide, Bravo, Fant y Granato, etc. han propuesto nuevos caminos también para superar el universalismo de los modelos de la cortesía y defienden el relativismo cultural. Entre las orientaciones que se han hecho

Siguiendo algunas de las premisas de estas orientaciones, el objeto de este estudio es demostrar a través de la presencia del marcador “¿*me entiendes?*” en los corpus CREA y Mark Davies la distinción que hacen Haverkate y Antonio Briz entre culturas de acercamiento y culturas de alejamiento. La base de esta propuesta radica en la existencia de determinados elementos atenuadores que intervienen en una interacción. Marianna Chodorowska (2010) indica a propósito del marcador ¿*me entiendes?* que en algunos contextos e interacciones “su presencia indica claramente una estrategia del hablante para mitigar o atenuar la fuerza del significado proposicional de cara al oyente...el hablante quiere transmitir su buena disposición hacia el oyente a través del uso de estos marcadores” (Chodorowska, 2010: 79).

La cortesía verbal o lingüística es una actividad social relacionada con la imagen de las personas que tiene en cuenta la consideración y el respeto hacia los interlocutores. Para que el intercambio comunicativo sea eficaz los interlocutores deben someterse a una serie de reglas o máximas que están regidas por normas o reglas de comportamientos socioculturales.

1. Marco teórico

Lakoff (1973), a partir del Principio de cooperación de Grice, establece lo que llama principios o máximas de la competencia pragmática, sea claro y sea cortés, y destina tres máximas a la cortesía: no se imponga, ofrezca opciones y refuerce los lazos de camaradería.

Sin duda, la teoría que más ha influido en la cortesía lingüística ha sido la de Brown y Levinson (1978) para quienes la comunicación es una actividad racional en la que los participantes tienen objetivos que alcanzar.

Estas relaciones comunicativas entre individuos se ve afectadas por lo que podríamos llamar “espacio propio” que no desean que se vea amenazado o invadido por los demás. Para sustentar su teoría parten de la noción de imagen que da Goffman (1967) en su estudio de la interacción cara a cara:

[Face is] the positive social value a person effectively claims for himself by the line others assume he has taken during a particular contact. Face is an image of self delineated in terms of approved social attributes. (Goffman 1967: 5)

Esta imagen se ve amenazada en la interacción y por eso tienen que recurrir a estrategias de cortesía para mantener un equilibrio en esa interacción entre sus deseos y los deseos de los otros. Esta idea la representan con los conceptos de *imagen positiva e imagen negativa*. La primera hace referencia al deseo de que los actos propios sean aprobados por los demás y tiene que ver con la imagen positiva que el individuo tiene de sí mismo y que aspira a que sea reconocida y reforzada por los otros miembros de la sociedad. La imagen es, en definitiva,

el deseo que las personas tienen de ser valorados positivamente por los demás, apreciados o respetados. Gozamos de un prestigio y de una honra que queremos salvaguardar y somos conscientes de que hay determinadas acciones, como recibir críticas, humillar, dar órdenes, prohibir, o hacer preguntas indiscretas, que pueden incordiarlos. En este sentido, se habla de la necesidad de velar tanto por la imagen propia como por la ajena (Albelda Marco y Briz Gómez 2010: 240)

Diana Bravo (1999) critica las nociones de cortesía positiva y cortesía negativa y propone los de autonomía (percepción que tiene un individuo de sí mismo y las percepción que de él tienen los demás de su grupo como diferente) y afiliación (percepción que tiene de sí mismo el individuo por pertenecer a un grupo). Pero la cortesía no siempre es el resultado de actos que amenazan la imagen o intentan reparar esas amenazas. Existen una serie de actos o FTAs o actos de refuerzo de la imagen (Kerbrat-Orecchioni 1996) como los halagos, cumplidos, felicitaciones, etc. que tienen como objetivo la relación positiva o estimulante entre los interlocutores. Estos nos lleva a distinguir entre *cortesía mitigadora*, la que se dirige a evitar las amenazas o a repararlas (incluiría la cortesía positiva y negativa de Brown y Levinson), y *cortesía valorizante*, que intenta crear un efecto agradable en la interacción.

2. La propuesta de Haverkate y Antonio Briz

Haverkate (1994) ha puesto de manifiesto en su estudio que la cortesía no es un parámetro invariable relacionado con un tipo de acto de habla específico, sino que es una propiedad invariable que depende de cómo afectan al concreto acto de habla que se realiza en una situación y contexto comunicativo determinado

los siguientes factores: el poder relativo del emisor sobre el receptor, la distancia social entre ellos y la relación coste-beneficio para el receptor.

En lo que se refiere a la realización cortés del acto de habla, se pueden establecer las siguientes correlaciones: la cortesía aumenta en la medida en que es mayor la distancia entre hablante y oyente; la cortesía aumenta en la medida en que es mayor el poder del oyente sobre el hablante y la cortesía aumenta en la medida en que es mayor el grado de imposición.

Aunque la función del concepto de imagen puede variar de una cultura a otra, lo que sí es cierto es que se trata de un concepto con validez universal. Los locutores suelen ser conscientes de su propia imagen y de la de su interlocutor.

La propuesta de Brown y Levinson, aunque fue la primera en este ámbito, no ha estado exenta de críticas. La principal ha sido la de ofrecer una visión negativa de las relaciones sociales y que los conceptos de cortesía negativa y positiva no funcionan en culturas no anglófonas. Cada cultura rellena el concepto de autonomía con distintos rasgos. Lo que varía culturalmente son los elementos de la imagen que hay que proteger (por ejemplo, el uso del imperativo en Hispanoamérica –menos frecuente– en comparación con España).

La hipótesis de Briz (2004) es que la variación cultural puede tener un principio de explicación en el hecho de distinguir entre culturas de acercamiento y culturas de alejamiento: algunas culturas muestran una tendencia a la cercanía social, a acortar los espacios interpersonales, a interferir directamente en la esfera privada de los demás. Otras culturas se caracterizan por lo contrario, por respetar el ámbito y el espacio personal de los demás, por mantener la deferencia y precaución en las relaciones sociales. Para Briz una forma de reconocer el tipo de cultura puede ser la presencia de atenuantes verbales y de cortesía, pues ambos suponen un índice de la existencia de distancia social entre los interlocutores: un menor índice de atenuantes acompañado por una mayor presencia de cortesía valorizante, de intervenciones colaborativas, de habla simultánea, de cercanía física al hablar y de un mayor temor al silencio interaccional nos indicaría que nos encontramos ante una cultura de acercamiento; un mayor uso de atenuantes acompañado de una menor cortesía valorizante, de menos intervenciones colaborativas, de menor habla simultánea, de menos cercanía física al hablar y de un menor temor al silencio interaccional, manifestaría la presencia de una cultura de distanciamiento (Briz 2010).

Dentro de los estudios de cortesía hay una primera generación de estudiosos que se adhieren a la universalidad y una segunda que regresa al relativismo heredero de la antropología.

3. La atenuación

Los conceptos de cortesía verbal y de atenuación se engloban dentro de la Pragmática y del Análisis del discurso oral, o como lo llaman Bravo y Briz (2004) pragmática lingüística y sociocultural.

Atenuar es sinónimo de tomar distancia. Se trata de una estrategia discursiva empleada para suavizar lo dicho durante la negociación de los actos de habla. Básicamente consiste en la modificación del acto de habla que reduce los efectos negativos que no son bien recibidos por el oyente (Fraser, 1980). Su función consiste en minimizar la fuerza ilocutiva de los actos de habla al mismo tiempo que, con frecuencia, regula la relación interpersonal y social entre los participantes de la enunciación. En palabras de Antonio Briz “la atenuación es un recurso estratégico dentro de la actividad argumentativa y conversacional que busca la aceptación del oyente, ya sea de lo dicho y del decir o del propio oyente” (Briz 2002: 17).

Hall (1976) destaca la importancia de no invadir el territorio del interlocutor y distingue entre especies de contacto y especies de no contacto. El hombre es un animal de no contacto, evita tocarse. El mantenimiento de la distancia personal o metafórica sería el propósito de la atenuación. Esta operaría en la comunicación cara a cara por ser este el momento en que la imagen de los interlocutores está más expuesta. La relación entre el grado de certeza del hablante de poder conseguir una respuesta favorable de su interlocutor y el grado de atenuación con el que formula su enunciado es inversa: a menor certeza de conseguir una respuesta deseada, mayor necesidad de atenuar el acto de habla en cuestión. Al mismo tiempo se puede afirmar que cortesía y atenuación no se pueden separar, el uno no se da sin el otro.

Cuando usamos muchos atenuantes en una situación de inmediatez (por ejemplo en una conversación coloquial, donde destaca la alternancia de turnos no predeterminada) lo que buscamos es alejarnos (por ejemplo el paso de “tú” a “usted”). De ahí que la supuesta descortesía española se vincule al poco uso de atenuantes. La cultura española, ejemplo de cultura de acercamiento, presenta una menor frecuencia de atenuantes en la conversación coloquial. Así, el uso del imperativo como atenuante tiene en español un valor de acercamiento, o como afirma Haverkate, se trata de un rasgo de solidaridad. Las peticiones, por ejemplo, si no aparecen atenuadas es por el hecho del acercamiento, no se interpretan como una amenaza. En definitiva, a más acercamiento, menos atenuantes, por ello

en la conversación coloquial española si no hay inmediatez, se busca: estrechamos los espacios interpersonales, espacios comunes con el otro, la relación de proximidad, de igualdad con el otro; intentamos nivelar las diferencias sociales, tendemos a la coloquialidad, a la solidaridad. Socioculturalmente es la imagen de la confianza (Briz 2010).

3.1 Cómo opera la atenuación

La función de la atenuación se centra básicamente en dos ámbitos: reducir el valor significativo de un enunciado o reducir su fuerza ilocutiva. Incide en dos ámbitos, en lo dicho y en el decir, lo que hace distinguir entre una atenuación semántico –pragmática (cuando afecta a lo dicho minimizando su contenido

proposicional) y atenuación pragmática, si afecta al decir ya tenía la fuerza ilocutiva de un acto (Briz 1998). Este mismo autor nos ofrece una pequeña clasificación de los mecanismos de atenuación:

- indeterminación o difunimación de la cantidad o cualidad de lo dicho (*un poco, solo, más o menos, algo, eufemismos, etc.*)
- expresión de duda o incertidumbre para no responsabilizarse del contenido de lo dicho (*parecer, ser posible, poder, quizás, a lo mejor, etc.*)
- despersonalización de elementos de la enunciación (*uno, tú general, nosotros inclusivo, estructuras lexicalizadas como según cuentan, por lo que dicen, por lo visto, etc.*)
- expresión de restricciones en la opinión o en la petición (*para mí, en mi opinión, a mi parecer, etc.*)
- justificación y explicación (*es que, lo que pasa es que, etc.*)
- corrección y reformulación (*bueno, o sea, etc.*)
- concesión, para contrarrestar desacuerdos y discrepancias (*sí, pero; de acuerdo, pero; etc.*)
- implicación del interlocutor en lo dicho (*¿no?, ¿vale?, ¿sí?, etc.*)
- formulación indirecta de actos de petición o de solicitud (*¿me ayudarías?, supongo que no llevas tabaco, etc.*)
- fórmulas fático-apelativas (*¿me entiendes?, ¿verdad?, etc.*) (Briz 1998; Briz et alii 2008).

4. Los marcadores discursivos

M^a Victoria Escandell define el término marcador discursivo como un elemento lingüístico «que sirve para marcar la orientación argumentativa» (Escandell Vidal 1993: 115). Su función es conectar enunciados del texto proporcionándoles la unidad necesaria para constituirse como tal. Se trata de elementos que operan en el ámbito de la pragmática y que tienen en cuenta aspectos fundamentales de la situación de comunicación como la situación del mensaje, la intención del emisor, el objetivo que se quiere conseguir en el receptor, etc. La función de los marcadores discursivos se centra en facilitar las inferencias, gracias a las instrucciones vinculadas a los marcadores. Los hablantes usan los marcadores para que el oyente obtenga las inferencias pertinentes de los enunciados. Esto significa que los hablantes no introducen los conectores pragmáticos para aumentar la claridad en su habla, sino para incrementar el acceso al contexto y la relevancia de su discurso. Schourup señala que “el marcador discursivo es una expresión sintáctica opcional que no afecta las condiciones de verdad asociadas con un enunciado al que introduce y se usa para relacionar este enunciado al enunciado que precede inmediatamente” (Schourup 1999: 234).

De acuerdo con el trabajo de Martín Zorraquino y Portolés Lázaro (1999), los marcadores discursivos son unidades lingüísticas invariables, no ejercen una función sintáctica en el marco de la predicación oracional (son elementos

marginales) y guían las inferencias que se realizan en la comunicación de acuerdo con las propiedades morfosintácticas, semánticas y pragmáticas. Se trata de estructura de gran heterogeneidad en cuanto a las clases gramaticales de las que provienen.

Martín Zorraquino y Portolés Lázaro (1999) clasifican los marcadores discursivos en cinco grupos: estructuradores de la información, conectores, reformuladores, operadores argumentativos y marcadores conversacionales. Dentro de estos hay que distinguir: marcadores de modalidad epistémica (*en efecto, desde luego, ...*), marcadores de modalidad deóntica (*bueno, vale, bien,...*), enfocadores de la alteridad (*vamos, bueno, mire, mire...*) y metadiscursivos conversacionales (*ya, sí, eh,...*). En el grupo de los enfocadores de alteridad existe un subgrupo llamado *Formas verbales de segunda persona* al que pertenece “¿me entiendes?”. Estas formas apuntan al oyente y sirven para comentar el fragmento del discurso al que remiten, para mostrar la actitud del hablante respecto a este, pero sobre todo para señalar el enfoque de las relaciones que mantiene el hablante con el oyente: amistosas, corteses, etc. Para estos autores

las formas verbales de segunda persona como *ves, verás, escucha, fíjate, entiendes,...* reflejan signos claros de gramaticalización. Aunque su base léxica se inscribe en el campo semántico de la percepción física y en el de la intelectual, han perdido ese valor por un proceso claro de desemantización, es decir, no indican propiamente percepción física o intelectual, sino que son señales de ciertas actitudes del hablante en relación con el oyente durante el curso de la conversación. Por esta razón, en muchas ocasiones son indicadores de la cortesía verbal (Martín Zorraquino y Portolés Lázaro 1999: 4.187).

En el presente trabajo, el marcador analizado corresponde a la definición y a las características explicitadas, pero su función no es unir o relacionar enunciados, sino mitigar o atenuar su fuerza impositiva. La forma “¿me entiendes?” es un marcador conversacional dentro del grupo de formas verbales de segunda persona como marcador de alteridad (GDLE). La función principal de estos marcadores está orientada al interlocutor, a la interacción.

5. La lingüística de corpus

Un corpus lingüístico es un conjunto de textos de carácter oral o escrito, o ambos, sistematizado, con una cierta extensión y con la posibilidad de ser sistematizados. Después del análisis o estudio específico por parte del investigador le debe permitir a este la generalización de datos que proceden de muestras de usos donde el contexto de uso es un factor importante. Al mismo tiempo, no debe estar restringido a una variedad geográfica, ni a un registro, ni a un estrato social, ni a un área específica.

Las primeras recolecciones de datos se inician en pleno apogeo del estructuralismo, momento en el que “la observación de los datos reales (habla o

parole) era considerado el único método válido para el estudio lingüístico, con una especial atención a los datos orales” (Cruz Piñol, 2012: 29). Aunque el generativismo supuso un parón en la elaboración de corpus, a finales de los años ochenta comienza a despertar el interés por el trabajo de recogida de datos, con importancia en el uso de la lengua en contextos situacionales de uso reales. Para el profesor de la Universidad de Vigo, Javier Pérez Guerra “los textos que conforman un corpus deben reunir aquellas condiciones que aseguren su representatividad” (Pérez Guerra 1999: 29).

Sin embargo, un corpus lingüístico presenta una serie de limitaciones que enumeramos con Aquilino Sánchez

están las de la limitación temporal en dos direcciones: retrospectiva y prospectiva; la imposibilidad de recoger todos los usos gramaticales de un idioma, su fiabilidad debe entenderse con limitaciones al hacer referencia a la frecuencia, no distingue palabras homónimas, por ejemplo, y no debe equipararse al concepto de norma porque “no hace sino ofrecernos una muestra de cómo es y cómo se comporta la lengua en el uso que de ella hacen los hablantes nativos. (Sánchez et alii 1995: 10)

A pesar de estos inconvenientes, los corpus se erigen como una herramienta indispensable para la investigación lingüística y presentan una serie de ventajas:

determinan la frecuencia de una palabra en un texto o grupo de textos, las apariciones de una palabra en un contexto específico o con una función o categoría gramatical; las relaciones léxicas entre grupos de palabras (colocaciones) y cuestiones como la concordancia o el orden de palabras en cuestiones de variación sintáctica. (Pérez Guerra 1999: 28)

6. Metodología de la investigación

Con el fin de demostrar el objetivo de nuestro estudio, hemos hecho una búsqueda de la presencia del marcador atenuante “¿me entiendes?” en dos corpus: el corpus de referencia del español actual (CREA) y el corpus del español del profesor Mark Davies.

El CREA está compuesto por algo más de 160 millones de formas de carácter escrito y oral. Al ser un corpus de referencia, es decir, estar creado para recoger información de una lengua en un momento determinado de su historia, comprende un periodo de la lengua española en todos los países de habla hispana que abarca desde 1975 a 2004. Los textos escritos abarcan más de 100 materias distintas y la lengua hablada presenta transcripciones de documentos sonoros de la radio y la televisión en su mayor parte. Los materiales que lo integran corresponden en un 90% a la lengua escrita y en un 10% a la lengua oral. El 50% del material procede de España y el otro 50 % de América (según datos que figuran en la página web de la propia institución).

La parte oral está formada por dos grandes grupos de textos: los procedentes de grabaciones de la radio y los ya transcritos procedentes de otros corpus

orales. El corpus oral está formado por casi 9 millones de formas con más de 1600 documentos. Su ámbito geográfico corresponde, según la página de la RAE, un 50% a España y un 50% a Hispanoamérica, esta última aparece dividida en diferentes zonas lingüísticas: andina, caribeña, central, chilena, mexicana y rioplatense. La tipología de los textos orales establece dos géneros procedentes, en primer lugar, de grabaciones de radio y de televisión y, en segundo lugar discursos políticos, conversaciones telefónicas, mensajes en contestadores, diálogos informales, etc. Otro grupo de grabaciones se corresponden a distintos tipos de formalidad (alta/ baja), de audiencia (interlocutor/ oyente pasivo) y de canal (cara a cara/ otro).

El corpus del español de Mark Davies está formado por 100 millones de palabras procedentes de más de 20.000 textos y abarca desde el siglo XIII hasta el siglo XX. Se trata de un corpus creado en 2002 y que tiene una distribución de 20 millones de palabras de los siglos XIII al siglo XV, 40 millones de palabras de los siglos XVI a XVIII, 20 millones del siglo XIX y 20 millones del siglo XX. Este último presenta un reparto equitativo del 25% para español hablado, ficción, periódicos y académicos/ otros/no ficción. Está codificado por lema, partes de texto, sinónimos y otras informaciones semánticas. Al mismo tiempo permite búsquedas por partes de texto, lema, sinónimo, listas estandarizadas y frecuencias en diferentes periodos históricos y en diferentes registros del español moderno.

En la versión de 2007 el corpus del profesor Davies permite buscar por proximidad, comparaciones de estas palabras halladas en proximidad en diferentes registros y épocas, gráficos de barras que ilustran la frecuencia con que aparecen los resultados de una construcción gramatical específica en cada época y en cada registro del español tanto hablado como de ficción y comparaciones selectivas.

6.1 Dinámica de búsqueda

6.1.1 CREA

La búsqueda en el CREA la realizamos de la siguiente forma:

consulta: entiend* / cronológico: 1975-2004 / medio: oral /
geográfico: todos / tema: todos

Las variantes que aparecen son: *¿me entiendes?*, *¿entiendes?*, *me entiendes ¿no?*, *a ver si me entiendes*, *¿tú entiendes?*, *¿tú me entiendes?*.

El total obtenido es de 1972 casos en 621 documentos. En el filtrado de los casos se registran los temas siguientes: magazines, formalidad baja, audiencia interlocutor, canal otro, entrevista, formalidad baja, audiencia interlocutor, canal cara a cara, variedades, tertulias, reportajes.

País	Casos	Estadística de casos
Argentina	171	8,67%
Bolivia	7	(1,01%)
Chile	98	4,96%
Colombia	3	(1,01%)
Costa Rica	18	0,91%
Cuba	40	2,02%
España	911	46,19%
México	76	3,85%
Paraguay	62	3,14%
Perú	26	1,31%
Puerto Rico	10	(1,01%)
Venezuela	550	27,89%

Tabla 1 La distribución de casos de "entiend*" por países

- Ecuador, El Salvador, EEUU, Filipinas, Guatemala, Nicaragua, Panamá, República Dominicana, Uruguay: 0

País	Palabras en el corpus oral	Casos válidos	Frecuencia por 1.000.000
Argentina	1126238	0	-----
Bolivia	62507	4	63,99
Chile	611693	0	-----
Colombia	54922	0	-----
Costa Rica	64624	0	-----
Cuba	513106	2	3,89
España	3214296	265	82,44
México	1340031	0	-----
Paraguay	217971	3	13,76
Perú	115300	1	8,67
Puerto Rico	53885	0	-----
Uruguay	9471	0	-----
Venezuela	1379897	377	273,20

Tabla 2 Frecuencia de casos por cada millón de palabras

Al aplicar la prueba de validación estadística mediante χ^2 con los datos que indica la institución el resultado que obtenemos es Chi Square es 22.46, df 1, $P < .0001$, ≤ 0.0016 , lo que nos asegura que nuestra investigación no tiene un carácter aleatorio o casual.

Algunos ejemplos del uso del marcador como atenuantes son los siguientes:

(1) Yo te lo hago yo te lo hago, pero con una condición. Yo te pongo luego con lápiz allí, te pongo los los transmisores que se han añadido, las válvulas que se han añadido. ¡Me entiendes! ¿No? Exactamente. Pero, bueno, y yo te lo pongo y todo rango, lo que quieras, ¿no?, cómo va enlazado y todas esas cosas. Yo te lo pongo. No hay ningún problema. Pero a condición que una vez que lo reformes . me mandes un foto a mí. Eso es natural. ¡No, claro! y otras veces te hago eso, eso a mí no me supone nada, ¿me entiendes? Por eso te digo, yo te voy a dar eso esos planos. Vale. Perfecto. Yo me haré una fotocopia también, porque claro, eso lo

tengo que devolver, eso está claro, ¿no? Exactamente ¡por supuesto!. ¡Ya por descontado! ¿No? Entonces por eso, que sepas que los tenía, ¿no?, antes no los tenía, ¿no? No lo tengo, ¡joder! Oye, y tengo más cosas. Tengo toda y me dice...(AÑO: --- AUTOR: ORAL TÍTULO: Empresa, conversación telefónica, 20/03/91 PAÍS: ESPAÑA TEMA: 09.FORMALIDAD=baja, AUDIENCIA =interlocutor, CANAL=otro PUBLICACIÓN: ---)

Párrafo nº 44.

(2) no es que se porte mal, es que es un niño sabes lo que le pasa, que ya me lo dijo la señorita Rosario, la que tuvo el año pasado. Sí. Es que el Chiqui cambia totalmente de casa a estar en el colegio. O sea, en casa le verás revoltoso, le verás que se pega con sus hermanos. Sí. Pero en cuanto que sale de la puerta para ir al colegio, o sea, cambia totalmente. . Digo: "No puede ser". O sea, si no le ve que está sentado en en la silla, no sabe que hay niño. Parece que no está. Entonces a mí no me gusta eso tampoco, Tere, ¿entiendes? Ya. O sea, es un niño que que a lo mejor como le ve él así . pues a lo mejor cree que es que le tiene que tratar de otra manera, ¿me entiendes? porque a lo mejor no sé si me entiendes lo que te quiero decir, Tere. Es un niño tan tímido tan tímido que parece que es que Pues fíjate y teniendo los herma en el teniendo también en el colegio, o sea, no estando él solo, que tiene Pues no hija, es un niño que además me lo dijo la señorita Rosario, que en cuanto entra por la puerta o sea, que además les... (AÑO: --AUTOR: ORAL TÍTULO: Conversación telefónica, Segovia, 25/03/91 A PAÍS: ESPAÑA TEMA: 09.FORMALIDAD=baja, AUDIENCIA=interlocutor, CANAL=otro PUBLICACIÓN:-)

6.1.2 Corpus de Mark Davies

En el corpus del español de Mark Davies realizamos la misma búsqueda que en CREA: *entiend** y nos aparecen 18.207 casos. Al solicitar el gráfico de la búsqueda, en la parte final, en la sección oral, aparecen 1433 ocurrencias, en un tamaño de corpus de 4.233.058 palabras y un porcentaje por millón de 338,53. Después de filtrar todos los casos, encontramos que en España nos aparecen un total de 86 casos válidos y en Hispanoamérica 173 casos válidos.

País	Palabras en el corpus oral	Casos válidos	Frecuencia por 1.000.000
España	1.944.709	86	44,222554
Buenos Aires	389.832	0	-----
Bogotá	291.527	0	-----
Caracas	422.825	51	120,61727
Cuba	255.257	1	3,9176202
Lima	154.466	0	-----
La Paz	227.697	31	136,14584
México	471.449	12	25,453442
Santiago Chile	561.792	78	138,84142
Puerto Rico	489.154	0	-----
Costa Rica	189.382	0	-----
Panamá	289.469	0	-----

Tabla 3 La distribución de casos de "entiend*" por países en Mark Davies

Los ejemplos que nos aparecen en este corpus proceden de España oral, Caracas, La Paz, Madrid, México, Santiago (Chile), La Habana, Canarias.

Variantes: *¿tú entiendes?*, *¿me entiendes?*, *¿entiendes?*, *a ver si tú me entiendes*, *¿me entendiste?*, *no sé si me entiendes*, *¿entiendes tú?*, *¿lo entiendes?*, *¿me entendiste tú?*

Al aplicar la prueba de χ^2 los resultados son Chi Square es 28.26, df 1, $P < .0001$, $P \leq .0019$.

El siguiente ejemplo está sacado del corpus de MD:

(1) *e... en otro banco le... le dan un servicio... Inf. B - -... mm... Inf. A - -... e... peor que el de nosotros, no para decir que el de nosotros es mejor, ¿ no? Nosotros... estamos... Inf. B - -... sí, no utilizando la competencia desleal. Inf. A - - No. Siempre hacia que el cliente vaya por sus propios pasos, ¿me entiendes? Inf. B - -... mm... Inf. A - -... sin... sin... sin presionarlo con... con cosas, pues, que... que no están dentro de... lo normal... Inf. B - -...que no la va a ofrecer el banco. Inf. A - - Sí... Inf. B - -... mm... Inf*

Una vez concluida la búsqueda y el filtrado de datos en los dos corpus objeto de estudio, los resultados obtenidos son los siguientes:

- CREA:

España:	267	ocurrencias válidas.
Hispanoamérica:	387	ocurrencias válidas.
- Corpus de Mark Davies:

España:	86	ocurrencias válidas
Hispanoamérica:	173	ocurrencias válidas.

7. Conclusiones

En el principio de este trabajo hemos establecido como objetivo del mismo la comprobación de la presencia del marcador conversacional "*¿me entiendes?*" con valor atenuante en los dos corpus de análisis, CREA y Mark Davies.

En el segundo punto hemos establecido las bases teóricas sobre los aspectos teóricos principales que se han tratado: la cortesía lingüística, el concepto de imagen, la atenuación y la propuesta de Antonio Briz y Haverkate. Este último punto es el que sustenta la base de nuestra investigación: a través del análisis de los dos corpus citados, hemos pretendido demostrar que la menor presencia de un atenuante en una de las dos zonas en las que se habla español nos puede indicar que nos encontramos ante una cultura de acercamiento, mientras que la mayor presencia de ese atenuante puede estar indicando que se trata de una cultura de alejamiento. Los datos así parecen corroborarlo: 353 casos válidos en España frente a 560 casos válidos en Hispanoamérica. Este aspecto era uno de los factores que incluían Briz y Haverkate en su propuesta: menos atenuantes, mayor presencia de cortesía valorizante, intervenciones colaborativas, habla

simultánea, cercanía física al hablar y temor al silencio serían indicadores de una cultura de acercamiento; mayor uso de atenuantes, menor presencia de cortesía valorizante, menos intervenciones colaborativas, menor habla simultánea, menos cercanía física al hablar y menor temor al silencio indicarían que estamos ante una cultura de distanciamiento.

Por tanto, dentro de las limitaciones que nos pueda ofrecer la lingüística de corpus, los casos estudiados y las pruebas estadísticas llevadas a cabo parecen confirmar la teoría expuesta por los autores citados en el párrafo anterior.

BIBLIOGRAFÍA

- Albelda Marco, M. y Briz, A. (2010): “Aspectos pragmáticos. Cortesía y atenuantes verbales en las dos orillas a través de muestras orales”, en Aleza Izquierdo, M. y Enguita Utrilla, J.M. (coords.): *La lengua española en América: norma y usos actuales*. Universitat de València.
- Bravo, D. y Briz, A. (eds.). (2004): *Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español*. Barcelona: Ariel lingüística.
- Briz, A. (2002): “La estrategia atenuadora en la conversación cotidiana española”, en Bravo, D. (ed.) *Actas del primer coloquio del programa EDICE (estudios del discurso de cortesía en español): La perspectiva no etnocentrista de la cortesía: identidad sociocultural de las comunidades hispanohablantes*. Universidad de Estocolmo.
- (2010): “Enseñar a ser cortés en español”. In: *Curso Nuevos horizontes en la enseñanza de español*. León: Fundación Sierra Pambley.
- (1998): *El español coloquial en la conversación. Esbozo de pragmatogramática*. Barcelona: Ariel.
- (2004): “Cortesía codificada y cortesía interpretada en la conversación”. In: D. Bravo y A. Briz (eds.): *Pragmática sociocultural. Estudios del discurso de cortesía en español*. Barcelona: Ariel.
- Brown, P. y Levinson, S. (1978): “Politeness”. In: E. Goody (ed.) (1978) *Questions and politeness*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 56-289.
- Brown, P. y Levinson, S. (1987): *Politeness. Some universals in language usage*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Chodorowska-Pilch, Marianna (2010): “La codificación de la imagen positiva y negativa a través de los marcadores: ¿me entiendes?, Vamos y Verás”. In: *Español Actual* 94. Madrid: Arco libros.
- Cruz Piñol, Mar (2012): *Lingüística de corpus y enseñanza del español como 2/L*. Madrid: ARCO/LIBROS.
- Escandell Vidal, M. V. (1993): *Introducción a la pragmática*. Barcelona: Anthropos.
- Fraser B. (1980): “Conversational mitigation”. In: *Journal of Pragmatics* 4.
- (1990): “Perspectives on politeness”. in: *Journal of Pragmatics* 14.

- Goffman, E. (1967): *Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Double-day.
- Hall, E.T. (1976): *Beyond Culture*. New York: Doubleday.
- Haverkate, H. (1994): *La cortesía verbal. Estudio pragmatolingüístico*. Madrid: Gredos.
- Kerbrat-Orecchioni, C. (1996): *La conversation*. Paris: Seuil.
- Lakoff, R. (1973): “La lógica de la cortesía, o acuérdate de dar las gracias”. In: Julio, M.^a T. y Muñoz, R. (eds.) (1998): *Textos clásicos de pragmática*. Madrid: Arco/Libros, 259-278.
- Martín Zorraquino, María Antonia y Portolés Lázaro, José (1999): “Los marcadores del discurso”. In: Bosque, Ignacio y Demonte, Violeta (eds.): *Gramática Descriptiva de la lengua española*. Vol. 3. Madrid: Ed. Espasa-Calpe, pp. 4051-4213.
- Pérez Guerra, Javier (1999): “Estándares de anotación en lingüística de corpus”. In: Gómez Guinovart, J., A. M. Lorenzo Suárez, J. Pérez Guerra & A. Álvarez Luján (eds.): *Panorama de la investigación en lingüística informática*. Monográfico de la *Revista Española de Lingüística Aplicada*. (pp. 25-52).
- Sánchez, Aquilino; Sarmiento, R., Cantos, P. y Simón, J. (1995) *CUMBRE. Corpus lingüístico del español contemporáneo. Fundamentos, metodología y aplicaciones*. Madrid, SGEL.

Internet:

Corpus de referencia del español actual (CREA): <http://corpus.rae.es/creanet.html>

Corpus del español de Mark Davies: <http://www.corpusdelespanol.org/x.asp>

Argote e o pioneirismo em variação linguística e dialetologia em Portugal, séc. XVIII

Rui Dias Guimarães

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, CEL
rguima@utad.pt

Resumo

Contextualizado no grande desenvolvimento dos estudos linguísticos e gramaticais operados no séc. XVIII, em relação aos quais sofreu uma grande assimilação, proveniente do século anterior, entre outros de Amaro de Reboredo (1615, 1619) com a defesa da língua portuguesa como metalinguagem ou as ideias racionalistas do iluminismo, ou mesmo recuando a publicações mais antigas, o tema do presente estudo é o pioneirismo em dialetologia e variação linguística de Dom Jeronymo Contador de Argote (1676-1749), clérigo regular e académico da Academia Real da História Portuguesa, autor polígrafo, historiador e gramático.

É especificamente no Cap. I da «Quarta Parte da Grammatica Portugueza» com a designação «Dos Dialectos da língua Portugueza», inserido na gramática intitulada *Regras da Língua Portugeza, Espelho da Língua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da Língua Latina pelas regras da Portugueza* (Argote 1725) que apresenta o estudo dialetal e variacional.

Quanto ao método de exposição e explicação dos conteúdos tratados assenta na forma simples e didática de diálogo entre mestre e aluno, ou dialogismo, remontando a autores como Donato (séc. IV d C.) mas poderá também radicar no género dos catecismos católicos vernáculos mais conhecidos e divulgados para fins didáticos, tomando este método de empréstimo de outras obras.

No prólogo da gramática em análise, Argote afirma claramente que a maior parte das regras que constam no seu estudo estão em total ou parcial harmonia com a língua latina e critica os gramáticos que se afastam do modelo latino. Foca, na introdução, a língua latina como universal em toda a Europa e necessária para a educação.

É na «Quarta Parte da Grammatica Portugueza», Cap. I intitulado «Dos Dialectos da língua Portugeza» que Argote define dialeto e aborda a variação linguística. Distingue “Dialectos locais, Dialectos de tempo e Dialectos de profissão” (Argote 1725: 192), portanto atualmente designadas por variação diatópica, diacrónica e diastrática. Do português de Portugal distingue cinco dialetos e das variedades lusófonas, considera já os «Dialectos ultramarinos», apontando algumas das suas características.

Considerando a variação diacrónica, Argote aborda a periodicidade da língua portuguesa, distinguindo três momentos. Observa a diferença entre a língua escrita em prosa e em verso e aponta também para a existência das variedades populares, níveis de língua, e gíria.

Tem grande mérito pelo seu pioneirismo, considerando a dialetologia. Apresenta-se como um linguista de charneira entre os conceitos de variação linguística já remotamente detetados na *Grammatica da Linguagem Portugueza* (Oliveira 1536) e o início da dialetologia científica em Portugal cuja inauguração posterior iria influenciar decisivamente. Argote antecipa, em muitos aspetos, a teoria de variação linguística

diatópica diastrática, diafásica e diacrónica, ou a dialética entre língua e dialeto com aspetos geoletais e socioletais e reconhece a periodização da língua portuguesa que seria posteriormente aprofundada.

Palavras-Chave: dialetoлогия, historiografia linguística, variação linguística.

Résumé

Cette étude porte sur le rôle de pionnier en dialectologie et variation linguistique qu' a joué Dom Jerónimo Contador de Argote (1676-1749), clergé régulier et membre de l'Académie Real de l'Histoire Portugaise, auteur polygraphe, historien et grammairien.

Le contexte de cette étude se situe dans l'auge du développement des études linguistiques et grammaticales au Portugal du XVIIIème siècle, période dans laquelle Argote commence la tradition de la grammaire de la langue portugaise.

Effectivement, c'est dans le 1^{er} Chapitre de la «Quarta Parte da Grammatica Portugueza», désignée «Dos Dialectos da língua Portugueza», insérée dans le livre de grammaire intitulé *Regras da Língua Portugeza, Espelho da Língua Latina, ou disposição para facilitar o ensino da Língua Latina pelas regras da Portugueza* (Argote 1725), que l'auteur présente son étude dialectale et de variation linguistique.

Quant à la méthode d'exposition et d'explication des contenus traités, le grammairien fait appel à la forme simple et didactique du dialogue entre maître et élève, c'est-à-dire au dialogisme. Ceci remonte, en tant que méthode empruntée, aux auteurs tels que Donato (IVème s. après C), mais on peut également trouver ses racines dans le genre des catéchismes catholiques vernaculaires les plus connus et divulgués à fins didactiques, ainsi que dans d'autres œuvres.

C'est dans la «Quarta Parte da Grammatica Portugueza», Chapitre I intitulé «Dos Dialectos da língua Portugeza» qu'Argote définit dialecte et s'adresse à la variation linguistique. Il fait distinction entre « Dialectes locaux, Dialectes de temps et Dialectes de profession » (Argote 1725: 192). Actuellement, ceux-ci sont respectivement désignés en variation diatopique, diachronique et diastratique, respectivement. Dans le portugais européen, on distingue cinq dialectes. Par rapport aux variétés lusophones, il les considère comme « Dialectes d'outre-mer », tout en signalant quelques-unes de leurs caractéristiques.

En ce qui concerne la variation diachronique, Argote aborde la périodicité de la langue portugaise, tout en distinguant trois moments. Tout d'abord, il observe la différence entre langue écrite en prose et en vers. Ensuite, il avertit sur l'existence de variétés populaires, niveaux de langue, et argot.

À Argote toute la mérite pour son rôle de pionnier, par rapport à la variation linguistique préconisée par Eugenio Coseriu (1973) et à la dialectologie scientifique au Portugal, telle comme elle a été fondée par José Leite de Vasconcelos (1893, 1901).

Il s'avère comme linguiste de transition entre les concepts de variation linguistique déjà détectés, au lointain, dans la *Grammatica da Lingoagem Portugueza* (Oliveira 1536), et comme le début de la dialectologie scientifique au Portugal, dont l'inauguration postérieure porterait son influence décisive. Argot anticipe, en plusieurs aspects, la théorie de variation linguistique, c'est-à-dire, la dialectique entre langue et dialecte avec les aspects liés aux géolectes et aux sociolectes, et il reconnaît la périodisation de la langue portugaise qui serait approfondie plus tard.

Mots-clés: dialectologie, variation de la langue, historiographie linguistique.

Introdução

Porque é nosso objetivo demonstrar o papel pioneiro em variação linguística e dialetologia representado por Argote no auge dos estudos linguísticos e gramaticais do séc. XVIII, em que ele inicia a tradição da gramática da língua portuguesa, a ele nos cingiremos em primeiro lugar, a alguns conceitos antecipados e a alguns legados para os posteriores desenvolvimentos, ainda na fase pré-científica e científica.

A natureza do problema que apresentamos consiste no estudo da primeira sistematização variacional da língua portuguesa, contida no 1º Capítulo da “Quarta Parte da Grammatica Portugueza” designado “Dos dialectos da Língua Portugueza”, inserida no livro de gramática intitulado *Regras da Língua Portugueza. Espelho da Língua, ou disposição para facilitar o ensino da Lingua Latina pelas regras da Portugueza* de Jerónimo Contador de Argote (1721, 1725)¹.

Inserida no período designado como pré-científico da dialetologia portuguesa, ele apresenta a primeira sistematização que influenciaria estudos posteriores. Argote é citado por José Leite de Vasconcelos, em epígrafe, na folha de rosto de *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, publicada em 1901², que confere a Argote relevância de referência importante:

«O modo com que se falla a lingoa portuguesa nas terras, v. g. da Beira, porque em uma parte se usa de umas palavras e pronúncia, e em outra parte se usa de outras» (Vasconcelos 1987: 3).

Essa importância atribuída a D. Jerónimo Contador de Argote volta a ser posteriormente reforçada por Leite de Vasconcelos em *Opúsculos, Vol VI Dialectologia (Parte II)*:

«O Pe. Contador de Argote (séc. XVIII) que foi, creio eu o primeiro que entre nós esboçou, embora mui imperfeitamente, um plano de dialectologia, diz nas suas Regras da Língua Portuguesa que os principais dialectos locais são cinco: “o dialecto da provincia da Estremadura, o da provincia de Entre Douro-e-Minho, o da Beira, o do Algarve, e o de Trás-os-Montes” (Vasconcelos 1985: 8)

¹ A 1ª impressão das *Regras da Lingua Portugueza, Espelho da Lingua Latina ou disposição para facilitar o ensino da língua Latina pelas regras da portuguesa* foi publicada, em Lisboa, pela Officina Mathias Pereira da Silva & João Antunes Pedroso, com o pseudónimo P.e Caetano Maldonado da Gama, em 1721. Dispomos da edição de 1725, em que nos baseamos, já assinada por D. Jerónimo Contador de Argote.

² José Leite de Vasconcelos publicou *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise* em Paris: Sorbonne, 1901. Resultou de uma tese de doutoramento na Universidade de Paris. Dispomos da 3ª edição de *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, organizada por Maria Adelaide Valle Cintra. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, 1987.

Tivemos como trabalho prévio a análise do capítulo citado da obra de Argote e de outros estudiosos da variação linguística nos séculos XVII e XVIII, bem como autores já do período considerado científico em Portugal, como José Leite de Vasconcelos, Paiva Boléo e Lindley Cintra, comparando as suas propostas.

É nosso propósito demonstrar que se trata de uma sistematização de charneira entre a primeira brevemente preconizada por Fernão de Oliveira (1536) e as primeiras sistematizações consideradas científicas, ainda que diferentes.³

As principais contribuições do presente artigo consistem em demonstrar o enorme esforço de Argote em antecipar conceitos hoje vulgares em linguística, como variação diatópica, diastrática, diafásica, diacrónica, os dialetos e os diassistemas.

Creemos ser possível fazer incursões em conceitos atuais como geoletos e socioletos, hoje estudados pela sociolinguística

O nosso artigo tenta dotar a sistematização de Argote de uma descrição a partir da elaboração de figuras como quadros e mapas, incluindo as diferentes “tipologias” e as suas eventuais correspondências.

Pretendemos também separar conceitos linguísticos sobre variação ou outros, nem sempre muito claros, mas muito avançados para a época.

1. D. Jerónimo Contador de Argote – contexto sociocultural

D. Jerónimo Contador de Argote nasceu em Colares – Sintra, perto de Lisboa, no ano de 1676. Faleceu em Lisboa, no Convento dos Caetanos, em 1749. Foi Clérigo Regular Teatino.

Aprofundou o estudo da Língua Latina e de outras línguas no colégio jesuíta de São Francisco Xavier, em Lisboa. Autor de obra prolixa que vai desde *Memórias Históricas do Arcebispado de Braga* (Argote 1732: 1747) a diversos estudos importantes de teologia e filosofia. Estes factos levam-no a ser considerado, por diversos estudiosos, como detentor de vasta cultura (Moura 2002: 84).

Sob o ponto de vista cultural iluminista, sobretudo no período de governação do rei D. João V (1689-1750), Portugal estava dominado pelo absolutismo com um poder muito centralizador, que continuou até ao séc. XIX. Caracteriza-se pela ostentação da riqueza do ouro vinda do Brasil, pelo mercantilismo e pelo fraco desenvolvimento das estruturas produtivas. Contudo, distinguem-se já algumas aberturas a novos desenvolvimentos científicos, em diversas áreas. É assinalável a luta entre a escolástica dominada pelos jesuítas e o ensino experimental. Neste último aspeto, destacam-se o médico Ribeiro Sanches (1699-1782) e Luís António Verney (1713-1792). (Moura 2000: 14).

³ Lindley Cintra considera José Leite de Vasconcelos o fundador da dialetologia científica em Portugal, in *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1983, p. 121.

O rei D. José I (1714-1777) foi coroado em 1750. Em 1755 ocorreu o nefasto terramoto de Lisboa. O novo rei impulsiona uma notável figura que se afiguraria como um Ministro plenipotenciário, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) conhecido como Marquês de Pombal. Opera-se a modernização do Estado. Assume-se que o poder absoluto do rei emana diretamente de Deus. É o designado absolutismo esclarecido. Em 1759 são expulsos os jesuítas de Portugal. Realizam-se algumas reformas que iriam influenciar o desenvolvimento de Portugal (Moura 2002: 35, 36).

Mas é como gramático, filólogo ou linguista que visamos perspetivar Argote, não deixando de reconhecer o elevado mérito da sua amplitude cultural. E mesmo neste domínio, chamando a atenção em que foi pioneiro de grande valor – a dialetologia e variação linguística.

2. A inovação variacional na Gramática Portuguesa de D. Jerónimo Contador de Argote

As primeiras gramáticas de língua portuguesa e escritas em língua portuguesa surgiram no Renascimento.

Cabe especial relevo à *Gramática da Lingoagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira (1536) a primeira gramática escrita em português e sobre língua portuguesa e, em seguida, à *Grammatica da língua portuguesa* de João de Barros (1540).

Segue-se praticamente um longo período de dois séculos para que surgisse a primeira sistematização sobre variação dialetal e, ainda que de um modo confuso e impreciso, se estudasse a variação linguística.

2.1 A dialetologia portuguesa na fase pré-científica anterior a Argote

No séc. XVI, num breve parágrafo, *A Gramática da Lingoagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira (1536) alude já à variação linguística. Considera que, em alguns lugares, os homens têm umas “falas” diferentes. Distingue quatro “falas”. As “falas” das Beiras, do Alentejo, da Estremadura e de Entre Douro e Minho. Alude à evolução de conceitos com os tempos (Oliveira 2000: 131).

No séc. XVII, Duarte Nunes de Leão, em *Origem da Língua Portuguesa*, foca a geografia linguística portuguesa fora da Europa e as afinidades entre o galego e o português que seriam antigamente quase uma mesma língua (Leão 1606: cap. 24). Faria e Sousa, em *Europa Portuguesa* indica a existência de variedades (Sousa 1680: III, 296).

Já no séc. XVIII, na década anterior a Argote, podemos ler a definição de “dialecto” no *Vocabulário Português e Latino* (Bluteau 1712-1719, vol. III: 205):

Dialecto. Modo de fallar proprio, & particular de huma lingua nas diferentes partes do mesmo Reino; o que consiste no accento, ou na pronunciaçãõ. ou em certas palavras, ou no modo de declinar, & conjugar; & assim vemos, que no mesmo Reino de Portugal os da Provincia da

Beira, de Entredouro, & Minho & c. não fallaõ, nem pronunciaõ o Portuguez do mesmo modo, que os filhos de Lisboa. *Dialectus*, i. Fem. Os nossos melhores Grammaticos não tem escrupulo de tomar esta palavra do Grego. Quintiliano lhe chama, *Loquendigenus*. Este orador fallando dos Gregos, no cap. 9. do primeiro livro das suas *Inst. diz Plurailisloquendigena, quae Dialectus vocant.*

Para Argote, o conceito de dialeto não tem a mesma aceção de Bluteau. Ele inclui, *lato sensu*, vários aspetos da variação linguística sob a designação “dialeto”. Estamos em crer que tomou este conceito de Bluteau e aplicou o termo numa aceção diferente.

Apresenta a primeira sistematização da variação do português cujos conceitos não estão completamente delimitados, segundo a perspetiva científica atual. Estamos ainda na designada fase pré-científica da dialetologia portuguesa.

2.2 O conceito de “dialeto” segundo Argote

Argote concebe três “castas de dialectos” [que significa espécies de dialetos] que designa por “dialeto locais, dialetos de tempo e dialetos de profissão” (Argote 1725: 292). Na prática torna extensiva a cinco, acrescentando-lhe o que designa por “dialeto rústico” e “dialeto ultramarinos” (Argote 1725: 299, 300). Concebe cinco espécies de dialetos que correspondem a tipos variacionais linguísticos, com subdivisões (Argote 1725: 293-295). Alguns antecipados mas com outra designação, que hoje se difundiram mais como variação diatópica, diafásica, diastrática e diacrónica (Coseriu 1981: 303) ou propriamente dialetos (Vasconcelos 1893, 1901, 1929).⁴

<i>“Castas de dialectos” e variação linguística</i>				
Dialeto locais	Dialeto de tempo	Dialeto de profissão	Dialeto rústico	Dialeto ultramarinos

Fig.1 – “Castas de dialectos” ou espécies de dialetos (Argote (1725: 293)

3. Os “dialeto locais” (variação diatópica)

Os “dialeto locais”, segundo Argote, correpondem à variação diatópica, ou variação linguística no espaço (Coseriu 1981:303). Inclui seis variedades de “dialeto locais” em Portugal [português europeu] e dialetos ultramarinos no Portugal imperial.

⁴ O *Mapa Dialectológico do Continente Português* de José Leite de Vasconcelos só foi publicado como opúsculo independente em 1897 mas surgiu com a designação de “carta dialectológica do continente Português” em Ferreira-Deusado, *Coriografia de Portugal*, 1ª edição, 1893, junto à p. 16. A data 1901 refere-se à publicação de *Esquisse d’une Dialectologie Portugaise*, Paris: Université de Paris, p. 8 e seguintes, em que usa o termo dialeto. Servimo-nos da 3ª edição publicada em Lisboa pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa e Instituto Nacional de Investigação Científica, em 1987. Em 1929 publica o *Mapa Dialectológico* de 1893-1897 em *Opúsculos*, IV, Filologia, parte II. Coimbra, pp.791-796.

<i>“Dialeto locais” de Portugal [português europeu]</i>						<i>Dialeto ultramarinos</i>
Entre Douro e Minho	Beira	Algarve	Trás-os-Montes	Estremadura	Alentejo	Conquistas de Portugal como Índia, Brasil, etc.

Fig. 2 – “Dialeto locais” (Argote 1725: 292-295)

Divisão administrativa de Portugal continental em meados do séc. XIX



Fig. 3- Mapa da divisão administrativa, séc. XIX.

O mapa que aqui apresentamos não é da autoria de Argote, nem se baseia na aplicação de inquéritos linguísticos. Trata-se do mapa da divisão administrativa da época. Deteta-se a correspondência entre a sistematização dialetal de Argote e a divisão administrativa da época.

A geografia linguística só surgiria no séc. XIX iniciada na Alemanha por Georg Wenker em 1876 com a aplicação de questionários completos posteriormente publicados com o título *Sprachatlas des Deutschen Reichs* (1881), e na França em 1896, sob a coordenação de Jules Gilliéron, seguindo-se outras publicações em diversos países (Chambers, J. K. e Trudgill, P.: 1994: 40, 41).

Por opção metodológica, começamos por analisar criticamente os “dialeto locais” ou verdadeiramente dialetos, na aceção atual, porque constatamos que

Argote considerou os “dialetos ultramarinos” como resultado das conquistas e só referiu a Índia e o Brasil que, verdadeiramente, são países e não dialetos.

Constata-se que todos os seis dialetos considerados são referidos tendo como termo de comparação o dialeto da Estremadura, onde se situa Lisboa, a capital de Portugal, conferindo-lhe um carácter normativo.

Curiosamente, e segundo o mapa apresentado, a Estremadura de então alongava-se, pelo litoral, até perto do Algarve. Pelo interior de Portugal ia até à Estremadura espanhola, na entrada em Portugal do rio Tejo.

Por essa razão, Argote não coloca o “Dialeto da Província Alentejana” entre os demais dialetos, porque considerava que em pouco diferia do da Estremadura (Argote 1725: 295). Mas assinala algumas diferenças dialetais entre eles. A nível lexical, com algum léxico característico. À palavra “concertar” chamam “amanhar” (Argote 1725: 295) [com o significado de trabalhos agrícolas] aos “casaes” chamam “montes” (Argote 1725: 295) [propriedades agrícolas]. Argote considera que o dialeto da “Província do Alentejo” contém alguns defeitos da pronúncia do Algarve (Argote 1725: 295).

Continua a apresentar como ponto de referência o dialeto da “Província da Estremadura”. Para o dialeto da “Província de Entre Douro e Minho”, ele considera diferenças de pronúncia. O fonema /v/ (que designa por letra) afirma que o pronunciam /b/, como nas palavras “vinho” e “binho”. A troca do que ele designa da letra “v” pela letra “b”, o uso do ditongo nasal [pẽw] por [õ], palavra “paõ” por “pon” (Argote 1725: 293).

Apresenta certas diferenças lexicais. À palavra “viração” chamam “maré”, a “alameda” chamam “devesa” (Argote 1725: 293). Indica também mudanças no género de algumas palavras, como na palavra “o fim” dizem “afim”. Em vez de “a febre” dizem “o febre”. Assinala a alteração da pessoa em alguns verbos. Em vez de “eu estive” dizem “eu estuve” e de “eu fiz” dizem “eu fez” (Argote 1725: 294).

Continua a adotar o mesmo critério comparativo para o “dialeto da Beira”. Salienta o uso do ditongo [oj] em vez do ditongo [ow]. Em palavras como “ouvir” dizem “oivir”, em vez de “couves” dizem “coives”. Considera que no centro do país também em vez de “couro” se diz “coiro”, em vez de “mouro” se diz “moiro”, em vez de “touro” se diz “toiro” (Argote 1725: 294).

Outra diferença dialetal que Argote assinala é a adição de um fonema ou segmento fonológico no meio da palavra, a epêntese do /i/ em palavras começadas por “al”. Em vez de “água” dizem “aigua”, e de “alma” dizem “aialma”. Refere diferenças lexicais. Em vez de “canteiros de flores ou de hortaliças” chamam “leiras”, aos “rapazes” chamam “cachopos” e às “raparigas” chamam “cachopas” (Argote 1725: 294).

Em relação ao dialeto de Trás-os-Montes, Argote considera que este difere muito na pronúncia e no léxico. Contém muitas afinidades com os dialetos da Beira e de Entre Douro e Minho (Argote 1725: 295).

O último termo de comparação é estabelecido entre o dialeto do Algarve e o da Estremadura. A nível fonético, pronunciam o [e] fechado como [i], em vez de “pedaço” dizem “pidaço”, “dezer” em vez de “dizer”. Nos pronomes, em vez de “meu” dizem “mei”. A variante alofônica de /s/ antes de vogal: em vez de [z] é [ʒ]. Em vez de “seis horas” dizem “seis joras” (Argote 1725: 295).

Argote é o primeiro a assinalar também os dialectos raianos ou fronteiriços em certas localidades das províncias de Trás-os-Montes e do Minho:

“Há alguns lugares de Trás-os-Montes, e Minho nas rayas de Portugal, que são muyto bárbaros, e quasi que se não podem chamar Portuguez, mas os usa a gente rustica da quelles lugares” (Argote, 1725: 296, 297).

Considera-os muito bárbaros e quase que não se podem chamar português. Só os usa a gente rústica daqueles lugares. Esta observação de Argote seria posteriormente retomada por José Leite de Vasconcelos (Opúsculos VI, parte II, 1985: 8, 9):

o mesmo autor [referindo-se a Argote] distingue este dialecto local de outros que há na raia de Trás-os-Montes, que, conquanto não diga quais sejam, devem ser os que eu descobri em Miranda, Riodonor e Guadramil, ou pelo menos algum ou alguns deles. (ibidem: 8,9)

Seriam incluídos no “subdialecto raiano do dialecto transmontano” (Vasconcelos 1893: 16) ou a «variedade de Boticas do dialecto de Trás-os-Montes” (Vasconcelos 1929: 791-796) ou a “variedade de Barroso do falar transmontano” (Boléo e Silva 1961: 85-112) ou ainda “dialeto barroão” (Guimarães, 1998: 91, 2002: 88).

4. O “dialeto de profissõ” segundo Argote (variação diastrática e diafásica)

<i>O “dialeto de profissaõ”</i>	
“Dialecto Prosaico”	“Dialecto Poético”

Argote classifica como dialeto de profissão “a diferença de falar a mesma língua de que usão os que exercitaõ diversa profissaõ de falar” (Argote 1725: 297). Distingue, dentro desta designação, o “dialeto prosaico” e o “dialeto poético”.

O designado dialeto prosaico assenta no uso da linguagem “quando fallamos familiarmente” (Argote 1725: 298). Existe uma diferença nas palavras e na ordem das palavras, “porque o dialecto da prosa sempre conserva a ordem natural das palavras” (Argote 1725: 298) que chega a designar como “Dialecto familiar” (Argote 1725: 298) e o poético não conserva tal ordem, usando figuras de estilo como por exemplo a hipérbole numa “Syntaxe figurada” (Argote 1725: 298).

Estamos em crer que tenta estabelecer a diferença entre o uso da linguagem literária e não-literária. É um esforço em antecipar os conceitos de expressão e conteúdo, conotação e denotação (Hjelmslev 1959: 69) e de linguagem conotativa e denotativa (Barthes 1981: 145) que seriam as bases da semiologia (Saussure 1978: 44).⁵

Distingue já níveis de língua que designa por “dialecto familiar” e “dialecto rústico” antecipando a variação diastrática (Coseriu 1986: 307) o sociolecto como uma variante da língua falada por uma grupo social e a variação a nível de grupo étnico, citando o caso de profissões e da linguagem dos ciganos.⁶

“Tambem em Lisboa entre os homens, a que chamaõ de ganhar, há h hum género de Dialecto, a que chamaõ Giria, de que os taes usaõ algumas vezes entre si. E assim também os siganos tem uma espécie de Giria, porque se entendem huns com os outros.” (Argote Idem: 300)

Estamos em crer que se trata de uma antecipação notável de Argote dentro da variação linguística, desta vez a nível diastrático e diafásico, considerando as variedades sociais do nível sociocultural do falante, os níveis de língua, designadas como socioletos ou dialetos sociais, hoje também estudados pela sociolinguística (Coseriu: 1985: 258-261).

5. O “Dialecto de tempo” (variação diacrónica).

Quanto ao que Argote designa por “Dialecto de tempo”, ele considera-o “a diferença de falar a mesma língua em diversos tempos” (Argote 1725: 296).

<i>Dialecto de tempo</i>		
“Antiquíssimo”	Antigo	Moderno

Distingue três tipos de dialetos de tempo. Na linguística atual designa-se por variação diacrónica (Coseriu 1973: 302) ou variação histórica.

Considera o dialeto “antiquíssimo” o que se usou até ao tempo do rei D. Dinis, ou seja, desde o galego-português medieval do séc. XII até ao português medieval séc. XIII e XIV (D. Dinis), o português antigo, o que se usou até à morte do Rei D. Sebastião (finais do séc. XVI) e o português moderno desde D. Sebastião até à data em que Argote redige a gramática (1721). Argote

⁵ A publicação original de Roland Barthes, com o título *Le Degré Zero de l'Écriture suivi de Éléments de Semiologie*, foi publicada em Paris, Éditions du Seuil, 1953 e 1964. Dispomos da tradução portuguesa, publicada em Lisboa pelas Edições 70, em 1981.

O *Cours de Linguistique General*, de Ferdinand de Saussure, foi publicado, pela primeira vez, em Genebra, Universidade de Genebra, em 1916, por Charles Bally e Albert Sechehaye. Conheceu a 1ª edição francesa em Paris, Éditions Payot, 1971. Dispomos da tradução portuguesa do *Curso de Linguística Geral*, Lisboa, Edições 70, 1978.

⁶ Eugenio Coseriu publicou *Lezioni di Linguistica Generale*, Torino, Editore Boringhieri, em 1973. Dispomos da versão espanhola *Lecciones de Lingüística General*, Madrid, Editorial Gredos, 1986.

antecipa a periodização da história língua portuguesa. Corresponde ao galego-português de 1200 a aproximadamente 1350 e ao português europeu a partir do séc. XIV aos nossos dias (Teyssier 1994: 21-74) com algumas diferenças.

Na variação histórica ou diacrónica da língua portuguesa considera-se o português antigo desde o português arcaico ou galego-português do séc. XII ao séc. XV, o português clássico que inclui o português europeu da idade moderna, entre os séculos XVI e XVIII e o português contemporâneo a partir do séc. XIX até ao presente.

Conclusão

D. Jerónimo Contador de Argote, clérigo regular de formação jesuítica, autor de obra prolixa, no contexto sociocultural da primeira metade do séc. XVIII, desempenhou um papel pioneiro em dialetologia e variação linguística.

A inovação está incluída no 1º Capítulo da “Quarta Parte da Gramática Portuguesa” designada *Dos Dialectos da Lingua Portuguesa, Espelho da Lingua Latina ou disposição para facilitar o ensino da Lingua Latina pelas Regras da Portuguesa* (Argote (1721, 1725).

A natureza do problema consiste em avaliar o pioneirismo e a importância inovadora de Argote para a gramática portuguesa do seu tempo, a primeira sistematização dialetal digna desse nome, e diversos conceitos variacionais difíceis de conceber no seu tempo.

Naquilo que designa como “dialectos locais” que hoje corresponde à variação diatópica, distingue seis dialetos em Portugal continental [português europeu] e das Províncias ultramarinas (Índia e Brasil), os dialetos das Províncias de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve.

Posteriormente, já na dialetologia considerada científica de Leite de Vasconcelos (1893, 1921, 1929) começa por distinguir quatro dialetos com subdialetos, alguns deles com correspondências em Argote, bem como em outros especialistas como é o caso de Paiva Boléo (1961: pp. 85-112) que opta pela designação falares e variedades) até se fixar em Lindley Cintra (1971: 81-16, 1974: 139-159) e Cintra e Rei (1992).

Argote ocupa um papel de charneira entre Fernão de Oliveira (1536) e Leite de Vasconcelos (1893, 1901), a dialetologia já considerada científica.

Não antecipa a geografia linguística mas antecipa a variação linguística diatópica, diastrática, diafásica e diacrónica (Coseriu 1973: 306, 307). Com outras designações apresenta uma periodização da língua portuguesa e distingue também a linguagem literária da não-literária, antecipando conceitos como forma e expressão, conotação e denotação (Hjelmslev 1959: 276) e (Barthes 1981: 145), já no âmbito da semiologia. Aborda a gíria e os dialetos sociais ou socioletos, hoje já do foro da sociolinguística.

O que nos parece criticável em Argote é o facto de fazer corresponder a divisão dialetal com a divisão administrativa do território e não se fundamentar em questionários linguísticos.

Outro aspeto é o de considerar o “Dialecto da Estremadura (onde se situa Lisboa) como dialeto padrão, porque todos os outros dialetos são estudados tendo o da Estremadura como dialeto de referência.

Referências bibliográficas

- ARGOTE, Jerónimo Contador de (1725): *REGRAS / DA LINGUA / PORTUGUEZA, / ESPELHO DA LINGUA / LATINA* / Com disposição para facilitar o ensino da lingua Latina pelas / regras da Portugueza, / *DEDICADA / AO PRINCIPE / DE PORTUGAL / Nosso Senhor, / PELO PADRE / DOM JERONYMO / Contador de Argote, Clerigo Regular, e Academico/ da Academia Real da Historia Portugueza. / Muyto acrescentada, e correcta. / Segunda impressão. // LISBOA OCCIDENTAL, / NA OFFICINA DA MUSICA / M. DCC. XXV. / Com todas as licenças necessárias.*
- Barthes, Roland (1981). *O Grau Zero da Escrita seguido de Elementos de Semiologia*. Lisboa: Edições 70.
- Barros, João de (1540): *Gramática da Língua Portuguesa*. Edição fac-similada por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Publicações Faculdade de Letras, 1971.
- Boléo, Manuel Paiva e Silva, Maria Helena Santos (1961): “Mapa dos Dialectos e falares de Portugal Continental”. In: *Boletim de Filologia*, XX. Coimbra: Universidade.
- Bluteau, Rafael (1713): *Vocabulário Português e Latino*, vol. 3, Coimbra: No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu.
- Chambers, J. K. e Trudgil, P. (1994): *La Dialectologia*. Madrid: Visor Libros.
- Coseriu, Eugenio (1981): *Lecciones de Lingüística General*. Madrid: Editorial Gredos.
- 1985): *El Hombre y su Lenguaje*. Madrid: Gredos.
- Cintra, Luis Filipe Lindley (1971): «Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses». In: *Boletim de Filologia*, XXII.
- 1983): *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- Cintra, Lindley e F. Rei (1998): «Mapa dos dialectos portugueses e galegos». In : Atlas Linguístico na História e no Mundo. Lisboa: Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses/IN-CM/União Latina.
- Coseriu, Eugenio (1981): *Lecciones de Lingüística Geral*. Madrid: Editorial Gredos.
- Guimarães, Rui Dias (1998): *O Falar de Barroso (coexistência de sistemas fonológicos em variação diatópica e diastrática, diglossia, léxico e registos lexicais)*. 2 vols. Salamanca: Universidade de Salamanca. Tese de doutoramento.
- 2002): *O Falar de Barroso. O homem e a linguagem*. Mirandela: João Azevedo editor.

- Hjlemslev, L. (1959): «Essais linguistiques» In *Travaux du Cercle Linguistique de Copenhague*, vol. XII. Copenhaga: Nordisk Sprogog Kulturforlag.
- Oliveira, Fernão de (2000): *Gramática da Linguagem Portuguesa (1536)*. Edição Crítica, Semidiplomática e Anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção com Estudo Introdutório de Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Leão, Duarte Nunes de (1606): *Origem da Lingoa Portuguesa*. Lisboa: Impresso por Pedro Crasbeeck.
- Moura, Maria Teresa T. de Moura (2002): *A tradição gramatical portuguesa: Jerónimo Contador de Argote no contexto cultural iluminista*. Vila Real: UTAD. [dissertação de mestrado].
- Saussure, Ferdinand de (1978). *Curso de Linguística Geral*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 4ª ed. [Publicado pela 1ª vez em Genebra, em 1916 e em Paris: Éditions Payot, 1971].
- Sousa, Manuel de Faria e (1680): *Europa Portuguesa*, vol. III. Lisboa Officina António Craebeck.
- Teyssier, Paul (1982): *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- Vasconcelos, José Leite de (1893): «Carta dialectológica do Continente Português» in Ferreira-Deusado, *Corografia de Portugal*, 1ª edição, Lisboa: Guillard Aillaud & C.ª, junto da p. 16.
- 1897): Mapa Dialectológico do Continente Português...precedido de uma classificação sumária das línguas por Goç Alves Viana. Lisboa. Reproduzido em Mendes dos Remédios, *Introdução à História da Literatura Portuguesa*. Coimbra, 1898, entre as pp. 85 e 86.
- 1929): *Opúsculos*, IV, Filologia, parte II. Coimbra. Universidade.
- (1985): *Opúsculos*. Vol. VI. Dialectologia (Parte II). Organizado por Maria Adelaide Valle Cintra e Notícia Introdutória de Orlando Ribeiro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- (1987): *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Terceira edição por Maria Adelaide Valle Cintra. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Sites (Internet):

- Mapa (2004) = Associação Campo Arqueológico de Tavira (2004): «Mapas das províncias de Portugal (meados do Séc. XVIII)». In: <http://www.arkeotavira.com/Mapas/Prov1755/index.html> (última consulta: 12 de julho de 2011).

Subsídios inéditos para o estudo das primeiras gramáticas portuguesas do século XIX

Rolf Kemmler

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, CEL
kemmler@utad.pt

Abstract

Based on hitherto unpublished documents belonging to the Censory Archives of the Portuguese National Archive, this article brings light on new information on key historical and bibliographical aspects concerning the first grammars to be published in the 19th century, namely Manuel Dias de Sousa's *Gramatica da Lingua Portuguesa* (1804) and the anonymous *Compendio da Grammatica da Lingua Portuguesa* (1804).

Keywords: Historiography of Linguistics, Grammar, bibliography, 19th century.

Resumo

Baseado em documentação previamente inédita que pertence aos arquivos censórios do Arquivo Nacional-Torre do Tombo, este artigo oferece informações novas sobre aspetos bibliográficos relacionados com as primeiras duas gramáticas que foram publicadas no século XIX, nomeadamente a *Gramatica da Lingua Portuguesa* (1804) de Manuel Dias de Sousa e o *Compendio da Grammatica da Lingua Portuguesa* (1804) que foi publicado sem qualquer referência ao autor.

Palavras-chave: Historiografia linguística, gramática, bibliografia, século XIX.

1. Introdução

Como documentámos ao largo do nosso trabalho sobre a *Academia Orthográfica Portuguesa* e mais especificamente no capítulo relativo à atividade editorial do gramático lisboeta João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811),¹ o vasto espólio de documentos pertencentes aos arquivos censórios do Arquivo Nacional da Torre do Tombo pode fornecer um manancial de informações maioritariamente inéditas sobre a génese do produto livreiro em geral, assim como de muitas das obras metalinguísticas setecentistas e oitocentistas em específico. Com efeito, o chamado espólio da Real Mesa Censória (tal era a denominação do órgão régio de censura secular desde 1768 até 1787) fornece a melhor ferramenta para dirimir questões de natureza biográfica relacionadas com obras antigas.

¹ Veja-se Kemmler (2007), especialmente o subcapítulo 2.4 «Obras relacionadas com a *Academia Orthográfica Portuguesa*» (Kemmler 2007: 115-285).

Na sua importantíssima monografia, a investigadora alemã Barbara Schäfer-Prieß (2000) faz um estudo pormenorizado das primeiras centúrias de produção metagramatical portuguesa, nomeadamente desde 1540 até 1822. Depois das duas gramáticas semianónimas,² datadas de 1799, de que consta indubitavelmente serem da autoria dos académicos lisboetas Pedro José da Fonseca (1736-1816) e Pedro José de Figueiredo (1762-1826), a produção metagramatical genuinamente oitocentista (que exclui reedições de obras setecentistas como de Lobato 1802, Figueiredo 1804) somente tem o seu início no ano de 1804. Neste ano são publicadas duas gramáticas da língua portuguesa, destinadas ao ensino escolar, nomeadamente a *Gramatica Portuguesa* de Manuel Dias de Sousa (1753-1827)³ e o *Compendio da Grammatica da Lingua Portuguesa* que se publica sem qualquer referência à autoria da obra.⁴

A descrição que encontramos na obra de Barbara Schäfer Prieß leva a crer que a autora não terá disposto de qualquer indício tangível que justificasse a ordem de tratamento destas duas primeiras gramáticas do século XIX. Pretendemos, por isso, estabelecer com base na documentação censória, qual das duas gramáticas foi a primeira e qual a segunda gramática do século XIX.

2. A censura da produção livreira em 1804 e a sua documentação

Abolida a *Real Meza da Comissão Geral Sobre o Exame, e Censura dos Livros* desde 17 de dezembro de 1794,⁵ o processo censório que envolvia toda a produção livreira⁶ voltou a ser assumido pelos três órgãos que já o tinham assegurado desde a sua instalação em Portugal no século XVI até quando, em 1768, fora criada a *Real Mesa Censória* em sua substituição.⁷ Trata-se

do Santo Ofício,
do Ordinário (da Diocese de Lisboa) e
da Mesa do Desembargo do Paço.⁸

² Ambas as obras não trazem o nome do autor no rosto, pelo que devem ser encaradas como semianónimas, apesar de o nome de Figueiredo aparecer num paratexto da obra.

³ Para acompanhar o estudo linguístico propriamente dito, Schäfer-Prieß (2000: 35-36) fornece algumas informações sobre o autor e a sua obra, que, aliás, deverão ser revistas, tomando em consideração os documentos trazidos à luz pelo presente artigo e pelo nosso artigo sobre aspetos biográficos relacionados com o gramático (Kemmler 2012).

⁴ As poucas informações bibliográficas até agora conhecidas encontram-se apresentadas em Schäfer-Prieß (2000: 36-37).

⁵ Para um breve histórico do desenvolvimento da censura literária em finais do século XVIII, cf. Kemmler (2007: 40-48).

⁶ Constituíram uma exceção as publicações da Academia das Ciências de Lisboa que estavam isentas deste processo.

⁷ Para mais informações sobre a censura na época, cf. Martins (2005) e Abreu (2007).

⁸ Os censores régios, incumbidos com a execução das tarefas censórias para o Desembargo do Paço, foram nomeados por decreto de 28 de agosto de 1795 (*GL* 1795: [III]).

No período que nos interessa, os pedidos de licença normalmente davam entrada em triplicado, sendo distribuídos pelos três órgãos de censura à medida que cada um dos passos prévios estava cumprido. O pedido de licença como tal compunha-se de quatro elementos:

- 1.º a forma de tratamento, relativa ao soberano a quem se dirige o pedido. Em 1804, neste tipo de documentação, os pedidos normalmente apresentam a forma 'Senhor', por o processo ser dirigido ao Príncipe Regente D. João (1767-1826, regeu desde 1792, reinou desde 1816 como D. João VI);
- 2.º o parágrafo expositivo que habitualmente começa com a fórmula evidencial 'diz Fulano que', seguindo-se uma exposição daquilo que o requerente pretende obter;⁹
- 3.º O requerimento propriamente dito, dirigido à já referida pessoa real que deverá tomar a decisão final, começando habitualmente com 'P. a V. A. R. seja servido [...]', isto é, '*Pede a Vossa Alteza seja servido.*'¹⁰
- 4.º A abreviatura peditória 'E. R. M.' ou 'E. R. M.^{cc}' para '*Espera Receber Merce*'.

Todos os outros elementos textuais que se encontram nos requerimentos foram anotados pelos respetivos organismos de censura envolvidos no processo.

Para além disso, conservam-se vários livros de registos do Conselho Geral do Santo Ofício, sendo o mais notável o volume CGSO (440), um largo códice manuscrito que ao longo de 412 fólios reúne todos os despachos desde 7 de janeiro de 1797 até 1 de abril de 1819. Desde que todos os passos de um processo censório fossem concluídos, o autor e uma versão abreviada do título costumavam aparecer três vezes em CGSO (440).

3. A Gramática Portuguesa de Manuel Dias de Sousa na censura

A primeira referência à *Gramática Portuguesa* de Manuel Dias de Sousa (escrito 'Soiza') que encontramos em CGSO (440) data de 3 de agosto de 1802:

Manuel Dias de Soiza // A Censor a Grammatica Portugueza (CGSO 440: fol. 117 v).

Passados uns meses, seguiu o *imprimatur* em 18 de novembro de 1802:

Manuel Dias de Soiza // *Imprime* a Gramatica Portugueza (CGSO 440: fol. 122 v).

A impressão evidentemente levou bastante tempo, uma vez que o despacho final, relativo à continuação de impressão e à divulgação, vulgarmente chamado 'pode correr', somente foi concedido em 15 de setembro de 1804:

Manuel Dias de Soiza // *Pode correr* a Gramatica Portugueza (CGSO 440: fol. 151 v).

⁹ Nesta exposição, o requerente não usa a primeira pessoa do singular quando fala de si próprio, mas sim a terceira pessoa.

¹⁰ Optámos por desdobrar todas as abreviaturas, reproduzindo as letras interpoladas em itálicos.

No que respeita ao pedido de licença de impressão de Manuel Dias de Sousa, não se conserva o segundo pedido do Ordinário. Conserva-se, sim, o pedido de instrução do processo com o despacho favorável e as rubricas dos censores do Santo Ofício (A.N.T.T. 1802, novembro 18, fol. 1 r):

Aprovado o Livro de que fas
menção este requerimento para po
der ser impresso pelo que pertence
a este Tribunal Lisboa 6 de Julho de 1802.
[cinco rubricas ilegíveis]

Senhor

Diz Manoel Dias de Souza, Presbitero
secular, *que* elle quer imprimir o livro,
que apresenta, intitulado = Gramma-
tica Portugueza, *por o que*

*Pede á Vossa Alteza Real a com-
petente Licença.*

Espera Receber Merce

Neste mesmo documento de dois fôlios, o verso do fôlio em branco apenas apresenta o despacho que reza o seguinte: «A Censor Francisco Xavier de oliveira por despacho de 3 de Agosto de 1802» (A.N.T.T. 1802, novembro 18, fol. 2 v).

É digno de reparo que o despacho favorável do Santo Ofício data de 6 de julho de 1802, sendo, portanto, anterior à primeira entrada no livro CGSO (440).

O processo foi apenas remetido ao censor régio em consequência do despacho dos desembargadores do Paço, Alexandre José Ferreira Castello e João António Salter de Mendonça, datado de 3 de agosto de 1802, e que igualmente se encontra no segundo pedido (A.N.T.T. 1802, novembro 18, fol. 3 r - 4 r):

Manda o Principe Nosso Senhor *que* o Cencor Senhor
Regio Francisco Xavier de Oliveira veja o Livro inclu=
zo, e o remeta a esta Meza com o seu parecer. Lisboa
3 de Agosto de 1802.

Ferreira Castello

Mendonça

Diz Manuel Dias de Souza, Presbitero secular, *que*
elle pretende imprimir o li{b}vro Junto intitulado
Gramatica Portugueza, *por Jss*

*Pede a Vossa Alteza Real seja servido a deferirlhe
na forma de Estilo.*

Senhor

Espera Receber Merce

Imprime por Despacho de 18 de
Novembro de 1802

Esta Arte de Grãmatica Portue=
za, *que Vossa Alteza Real me-manda he*
na verdade, segundo penso, huã O=
bra prima no seu genero; de sorte *que*
de todos os Escritos didacticos, *que*
em razão do meu officio, tenho visto

[fol. 3 v]

e examinado, êste sem duvida he o-melhor, o mais util, o mais bem acabado, e o que dá mais bem a conhecer os grandes conhecimentos, que tem o seu Author da materia sobre que escreve. Pela qual razaõ eu nelle nada achei que censurar, porem muiito que aprender. Portanto parece justo que *Vossa Alteza Real* para utilidade dos que quizerem fallar correctamente a Lingoa Portuguesa, e para gloria de quem o-escrevêo, conceda ao Supplicante a Licença, que pede. *Vossa Al-*

[fol. 4 r]

teza	Real	comtudo	mandara
o que for servido.			
	Lisboa	16	de Novê-
bro de 1802			

Francisco Xavier de Oliveira

O censor régio incumbido com a revisão censória do livro foi Francisco Xavier de Oliveira (?-1823), que anteriormente à sua nomeação para a Mesa do Desembargo do Paço era professor substituto de retórica no Colégio dos Nobres¹¹. Na consciência de que possa parecer redundante, optámos por reproduzir o parecer do censor em formato normal:

¹¹ Não se deve confundir com o escritor do mesmo nome, mais conhecido como 'Cavaleiro de Oliveira' (1702-1783) por ter sido Cavaleiro da Ordem de Cristo. No atinente à vida do censor régio, Silva (1859, III: 93) fornece os seguintes elementos básicos para uma biografia deste censor: «FRANCISCO XAVIER DE OLIVEIRA (2.º), Professor Regio de Rhetorica e Poetica em Lisboa pela resolução regia de 10 de Novembro de 1771, com exercicio no Collegio Real de Nobres, e depois no antigo estabelecimento d'estudos do bairro d'Alfama. Impossibilitado a final, por sua idade e molestias chronicas acompanhadas de cegueira, viveu assim alguns annos, morrendo (ao que parece) no de 1823, ou pouco depois. Ainda ignoro a sua naturalidade». Mais tarde, Silva (1870, IX: 392) acrescenta: «FRANCISCO XAVIER DE OLIVEIRA (2.º) [...]. Assistia no anno de 1823 em uma pobre casa na rua da Cruz de Sancta Apollonia: porém tenho por provavel que a final foi morrer no hospital de S. José, no mesmo anno ou no seguinte. Exercera por muito tempo o cargo de Censor regio pela Meza do Desembargo do Paço». No que respeita à sua produção original como autor, Oliveira alcançou alguma notoriedade com a publicação de um pequeno número de livros e opúsculos panegíricos, entre os quais é de destacar o panegírico de D. Nun'Álvares Pereira e de Afonso de Albuquerque (Oliveira 1798). Na publicação da nomeação dos censores em 19 de setembro de 1795 encontramos a seguinte referência a este censor: «*Francisco Xavier de Oliveira*, substituto de Rhetorica do Real Collegio de Nobres» (GL 1795: [III]).

Esta Arte de Grãmatica Portugueza, que Vossa Alteza Real me-manda he na verdade, segundo penso, huã Obra prima no seu genero; de sorte que de todos os Escritos didacticos, que em razaõ do meu officio, tenho visto e examinado, êste sem duvida he o-melhor, o mais util, o mais bem acabado, e o que dá mais bem a conhecer os grandes conhecimentos, que tem o seu Author da materia sobre que escreve. Pela qual razaõ eu nelle nada achei que censurar, porem mûito que aprender. Portanto parece justo que Vossa Alteza Real para utilidade dos que quizerem fallar correctamente a Lingoa Portugueza, e para gloria de quem o-escrevêo, conceda ao Supplicante a Licença, que pede.

Muitas das censuras de Oliveira contêm comentários depreciativos, sendo ora irônicos (Kemmler 2007: 249, 260, 274), ora mesmo malévolos (Kemmler 2007: 92, 205; Abreu 2007: 11). A avaliação que o professor lisboeta faz da gramática de Sousa é, por isso, um momento assaz raro na gramaticografia portuguesa, já que o censor é marcadamente entusiástico ao chamá-la 'obra prima', constatando simplesmente que seria melhor do que qualquer publicação do género que terá visto. Sem qualquer assunto para criticar, o censor aconselha que seja concedida licença, o que efetivamente motivou o despacho de 18 de novembro de 1802.

Depois da concessão do *imprimatur*, parece que a impressão foi relativamente lenta, uma vez que o pedido de divulgação somente deu entrada no Conselho Geral do Santo Officio em 3 setembro de 1804:

Senhor

Torne ao Censor a confirir Lisboa 3 de Setembro de 1804.

[duas rubricas ilegíveis]

Diz Manoel Dias de Souza, Prior na Parochial Igreja de villa nova de Monsarros Bispado de Coimbra que com Licença de *Vossa Alteza Real* mandou imprimir a Gramatica Portugueza como consta do manuscrito e impreços que offerece com este, e como para poder continuar na impreçaõ e os impreços poderem correr perciza da ultima Licença de *Vossa Alteza Real*.

Senhor

Ao censor Regio Francisco Xavier de Oliveira

Pede a Vossa Alteza Real a Graça conceder-lhe a competente Licença para os impreços poderem correr

O Exemplar impresso, que *Vossa Alteza Real* me-manda conferir com o manuscrito, dêste não differe. *Vossa Alteza Real* mandará o que for servido.

Lisboa 12 de Se=

tembro de 1804

Francisco Xavier de Oliveira

Como Procurador

Joze Antonio Mendes da Costa

Espera Receber Merce

Pode correr por Despacho de

15 de setembro de 1804 (ANTT 1804, setembro 15).

Neste documento, a parte expositiva do pedido fornece algo mais informações sobre o requerente (representado no ato pelo seu procurador José António Mendes da Costa), que é prior na igreja paroquial de Vila Nova de Monsarros (hoje no concelho de Anadia, no distrito de Aveiro).

Sendo deliberado que o mesmo censor régio Francisco Xavier de Oliveira deveria ver a obra, este passou bastante depressa a conferência entre o manuscrito e os vários exemplares remetidos para este efeito. À constatação do censor de 12 de setembro de 1804 que o exemplar impresso não difere do manuscrito segue-se a licença do 'pode correr', com data de 15 de setembro de 1804.

4. O *Compendio da Grammatica Portugueza* na censura

No que respeita ao *Compendio* anónimo, encontramos as entradas em CGSO (440) debaixo do nome do impressor-livreiro Francisco Rolland, com a primeira entrada de 12 de maio de 1804:

Rolland // A Censor o Compendio da Gramatica Portugueza (CGSO 440: fol. 145 r).

Passadas pouco mais de duas semanas, seguiu-se o *imprimatur* em 28 de maio de 1804:

Rolland // *Imprime* o Compendio da Gramatica Portugueza (CGSO 440: fol. 146 r).

A impressão foi bastante rápida, de modo que o 'pode correr' foi concedido tão cedo como em 16 de outubro de 1804:

Rolland // *Pode Correr* o Compendio da Gramatica Portugueza (CGSO 440: fol. 153 r).

No caso do *Compendio da Grammatica Portugueza*, conservam-se todos os elementos relacionados com o processo censório. Vejamos como primeiro elemento o pedido que contém o despacho favorável e as rubricas dos censores do Santo Ofício (A.N.T.T. 1804, maio 28, fol. 1 r):

Aprovado o Compendio de Gramatica
de que fas mençam este requerimento
para poder ser impresso pelo que per
tence a este Tribunal Lisboa 4 de Mayo de
1804.

[três rubricas ilegíveis]

Senhor

Diz Francisco Rolland que elle
pretende imprimir o Compen-
dio da Grammatica Portugueza, por
tanto

Pede a Vossa Alteza Real seja servi-
do conceder-lhe Licença.

Espera Receber Merce

O único elemento em que difere o pedido dirigido ao Ordinário, é a fórmula 'Illustrissimo e Excellentissimo Senhor', dirigida talvez ao Arcebispo de Lisboa (A.N.T.T. 1804, maio 28, fol. 2 r):

O Compendio de que
tracta este requerimento
nada tem *que* obste á
sua impressãõ. Lisboa
12 de Mayo de 1804
O Arcebispo de Lacedemonia

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Diz Francisco Rolland que elle
pretende imprimir o Compendio
da Grammatica Portugueza, por
tanto

Pede a Vossa Excellencia seja servido
conceder-lhe Licença.

Espera Receber Merce

Já o terceiro documento é algo mais complexo, pois contém não somente o despacho da Mesa do Desembargo do Paço que nomeia o censor responsável, mas igualmente contém a censura e a licença de impressão (A.N.T.T. 1804, maio 28, fol. 3 r):

Manda o Principe = = = *Nosso Senhor* que o Sençor = = = Regio
Francisco Xavier de Oliveira, veja = = a obra *Incluza*, e a = remeta a
esta Meza, com o seu parecer = = = *Lisboa* 12 de Mayo = = = de 1804.

Senhor

Ferreira Castello

Salter

Diz Francisco Rolland que elle
pretende imprimir o Compen-
dio de Grammatica Portugueza, por
tanto

Senhor

Neste Compendio de Grãmatica Portugueza,
que me-manda vêr, nada achei contra
o Serviço de *Vossa Alteza Real* e Leis do Reino. *Vossa Alteza*
Real mandara o que for servido. *Lisboa* 25
de Maio de 1804

Pede a Vossa Alteza Real seja servi-
do conceder-lhe Licença.

Imprime por Despacho de 28 de Mayo de 1804.

Espera Receber Merce

{Francisco Rolland}

Francisco Xavier de Oliveira

Observa-se que esta censura de Francisco Xavier de Oliveira de 25 de maio de 1804 é bastante menos efusiva do que a que vimos no capítulo anterior. Em cinco linhas muito concisas, o censor limita-se a constatar algo laconicamente

que nada obsta à publicação da gramática. Em consequência da censura positiva, o *imprimatur* foi concedido por despacho de 28 de maio de 1804.¹²

O último requerimento que menciona o *Compendio* de 1804 diz respeito ao pedido de circulação. O requerimento deu entrada no Conselho Geral do Santo Ofício no dia 3 de outubro de 1804 (A.N.T.T. 1804, maio 28, fol. 4 r):

Torne ao Sençor *Lisboa* 3 de outubro de 1804.
[duas rubricas ilegíveis]

Senhor

Diz Francisco Rolland que tendo impresso o *Compendio da Grammatica Portugueza*, precisa de nova Licença para correr, pelo que

Senhor

O Exemplar impresso está cõforme com o Original. *Vossa Alteza Real* mandará o que for servido. *Lisboa* 15 de Outubro de 1804 *Pede a Vossa Alteza Real* seja ser vido conceder-lha

Pode correr por Despacho de 16 de outubro de 1804.

Espera Receber Merce

{Francisco Rolland}

Francisco Xavier de Oliveira

Graças à brevíssima constatação da conformidade entre o manuscrito e o original, anotada por Francisco Xavier de Oliveira em 15 de outubro de 1804, o pedido de divulgação foi despachado de forma favorável e imediatamente a seguir, no dia 16 de outubro de 1804.

5. Conclusões

No presente artigo, apresentámos e discutimos alguns documentos inéditos, relacionados com as primeiras duas gramáticas oitocentistas, cujo processo censório foi iniciado em inícios do século XIX, ou seja em 1802 e 1804, visando estabelecer a qual das duas gramáticas datadas de 1804 cabe a primazia naquele século.

Com efeito, o processo censório relativo à *Grammatica Portugueza* de Manuel Dias de Sousa teve o seu início em 6 de julho de 1802 e terminou com a concessão da licença de divulgação ao procurador do autor no dia 15 de setembro de 1804.

¹² Nos documentos relativos à licença de impressão e ao 'pode correr' encontra-se escrito o nome do requerente Francisco Rolland que acabou por ser rasurado.

Já no caso do *Compendio da Grammatica Portugueza*, uma obra anónima, cuja impressão foi solicitada pelo impressor-livreiro Francisco Rolland, o processo de produção não levou tanto tempo. Assim, o pedido de licença deu entrada no Conselho Geral do Santo Ofício em 4 de maio de 1804, ao passo que o requerente recebeu o 'pode correr' através do despacho final em 16 de outubro de 1804.

Não temos certeza quanto às razões que fizeram com que a impressão da obra de Sousa na Imprensa da Universidade de Coimbra tenha levado tanto tempo. Na verdade, a razão pode fazer na morosidade da composição tipográfica, mas também em quaisquer outras razões. A rapidez da impressão do *Compendio* anónimo, contudo, pode ter uma explicação no facto de Francisco Rolland ter sido um dos tipógrafos lisboetas mais ativos no seu tempo (como os seus sucessores que mais tarde mantiveram a 'Typographia Rollandiana'), dispondo, certamente, de todo o equipamento necessário para levar a cabo um projeto editorial desta natureza com rapidez e eficácia.

Em conclusão, não cabe dúvida de que a *Gramatica Portugueza* de Manuel Dias de Sousa deve ser encarada como a primeira gramática da língua portuguesa do século XIX – sendo, no entanto, evidente que o acaso histórico desta primazia não é de natureza linguística, mas bibliográfico-histórica. Mas não é só por esta razão que a gramática de Sousa merece destaque especial, pois trata-se, com efeito, da primeira gramática portuguesa a aproveitar diretamente os ensinamentos (então) modernos dos gramáticos franceses Nicolas Beauzée (1717-1789) e Antoine Court de Gébelin (?-1784) – ao passo que o *Compendio* anónimo parece antes baseado na gramatografia portuguesa tradicional, não evidenciando qualquer referência às suas fontes.

Referências bibliográficas

- Abreu, Márcia (2007): «O controle à publicação de livros nos séculos XVIII e XIX: uma outra visão da censura». In: *Revista de História e Estudos Culturais* 4/4 (outubro-dezembro de 2007) ISSN 1807-6971, págs.. In: http://www.revistafenix.pro.br/PDF13/DOSSIE_%20ARTIGO_02-Marcia_Abreu.pdf (última consulta: 5 de novembro de 2013).
- A.N.T.T. 1802, novembro 18 = 1802, novembro 18 – Lisboa, *Requerimento, censura e licença para impressão, relativos aos pedidos de licença de Manuel Dias de Sousa para imprimir e divulgar a «Grammatica Portugueza»*, A.N.T.T., RMC, Requerimentos, Cx. 46, doc. 2, fols. 1 r-4r.
- A.N.T.T. 1804, maio 28 = 1804, maio 28 – Lisboa, *Requerimento, censura, licença para impressão e divulgação, relativos aos pedidos de licença de Francisco Rolland para se imprimir e divulgar o «Compendio da Grammatica Portugueza»*, A.N.T.T., RMC, Requerimentos, Cx. 51, doc. 42 fols. 1 r-4 r.
- A.N.T.T. 1804, setembro 15 = 1804, setembro 15 – Lisboa, *Requerimento, censura e licença para divulgação, relativos ao pedido de licença de Manuel Dias de Sousa para continuar com a impressão e para divulgar a «Grammatica Portugueza»*, A.N.T.T., RMC, Requerimentos, Cx. 53, doc. 7, fol. 1 r.

- CGSO (440) = Conselho Geral do Santo Ofício: «Censura», A.N.T.T., Tribunal do Santo Ofício, Concelho Geral do Santo Ofício, Livro 440 (MF 5416 P).
- Compendio* (1804) = *COMPENDIO / DA / GRAMMATICA PORTUGUEZA / PARA INSTRUÇÃO / DA / MOCIDADE*. // LISBOA: / NA TYPOGRAFIA ROLLANDIANA. / 1804. / *Com Licença da Meza do Desembargo / do Paço*.
- GL* (1795) = *Gazeta de Lisboa: Segundo Suplemento*, Número 38, sábado 19 de setembro de 1795.
- Kemmler, Rolf (2007): *A Academia Orthográfica Portuguesa na Lisboa do Século das Luzes: Vida, obras e actividades de João Pinheiro Freire da Cunha (1738-1811)*, Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea (Beihefte zu *Lusorama*; 1. Reihe, 12. Band).
- (2012): «Alguns documentos inéditos para a biografia do gramático Manuel Dias de Sousa (1753-1827)». In: *Revista de Letras* 10 (II.ª Série, 2011) ISSN 0874-7962, 75-90.
- Martins, Maria Teresa Esteves Payan (2005): *A Censura Literária em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia; Ministério da Ciência e do Ensino Superior (Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).
- Oliveira, Francisco Xavier de (1798): *ELOGIOS / DO / CONDESTABLE / D. NUNO ALVARES / PEREIRA, / E AFFONSO / D'ALBUQUERQUE / POR / FRANCISCO XAVIER / DE OLIVEIRA*. / Professor Régio de Rhetorica, e Censor / pela Meza do Desembargo do Paço. // LISBOA. M.DCC. XCVIII. / Na Offic. de JOÃO ANTONIO DA SYLVA, / Impressor de Sua Magestade. / *Com Licença da Meza do Desembargo do Paço*.
- Schäfer-Prieß, Barbara (2000): *Die portugiesische Grammatikschreibung von 1540 bis 1822: Entstehungsbedingungen und Kategorisierungsverfahren vor dem Hintergrund der lateinischen, spanischen und französischen Tradition*, Tübingen: Max Niemeyer Verlag (Beihefte zur Zeitschrift für Romanische Philologie; 300).
- Silva, Inocêncio Francisco da (1859, III): *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil, Tomo Terceiro*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1859. Obra reeditada em reprodução fac-similada, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d.
- (1870, IX): *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil, Tomo Nono (Segundo do suplemento)*, C-G. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1870. Obra reeditada em reprodução fac-similada, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s. d.
- Sousa, Manuel Dias de (1804): *GRAMMATICA / PORTUGUEZA / ORDENADA / Segundo a doutrina dos mais celebres Gramaticos co- / nhecidos, assim nacionaes como estrangeiros, / PARA / Facilitar á mocidade Portugueza o estudo de lêr e / escrevêr a sua propria Lingua, e a intelligencia / das outras em que se quizer instruir / POR / MANOEL DIAS DE SOUZA, / Presbitero Secular, formado em Canones, e Prior / na Paroquial Igreja de Vilanova de Monsarros, / do Bispado de Coimbra. // COIMBRA: / NA REAL IMPRENSA DA UNIVERSIDADE, / anno de 1804. / *Com licença da Meza do Desembargo do Paço*. / Vende-se na Loja de Antonio Barneoud Administrador da Officina.*

Aspetos da Sintaxe do Português Falado no Sul de Moçambique

Diocleciano João Raúl Nhatuve
Universidade de Évora, CEL-UE
djrnhatuve@gmail.com

Maria do Céu Fonseca
Universidade de Évora, CEL-UE
cf@uevora.pt

Resumo

A língua portuguesa (LP) é falada em vários cantos do mundo. Em Portugal e no Brasil é falada como língua materna, e nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) como língua oficial e língua segunda. Neste contexto, há variantes entre o português falado em todos os países mencionados, nomeadamente nas áreas de sintaxe, fonologia e léxico. Entretanto, na região sul de Moçambique, o português circula no mesmo espaço linguístico do xichangana, xirhonga, citshwa, bitonga e cicopi¹, línguas maternas da maior parte da população, e que direta ou indiretamente influenciam o uso do português.

As diferenças sintáticas entre o português europeu (PE) e o português do Sul de Moçambique (PSM) respeitam fundamentalmente à concordância nominal e verbal, à regência de alguns verbos preposicionados, à passivização de algumas frases, a certas estruturas de subordinação relativa, à colocação e uso dos pronomes clíticos. Ver-se-á que as causas das dificuldades e diferenças entre o PSM e o PE são resumidamente a influência das línguas bantu (LBs), o nível de escolaridade baixo e as particularidades individuais dos falantes.

Abstract

The Portuguese language is spoken in several countries in all over the world. It is spoken in Portugal and Brazil as native language and, in the PALOP as an official and second language. So, there are a lot of differences between Portuguese spoken in the countries numbered before. The main differences refer to syntaxes, phonological and lexical aspects. In south of Mozambique, in Africa, Portuguese language is coexisting with xichangana, xirhonga, citshwa, bitonga and cicopi which are spoken as natives languages. Then, these Bantu languages are influencing direct or indirectly the speech in Portuguese in a lot of students.

The differences that can be found between Portuguese spoken in South of Mozambique and that is spoken in Portugal are concerning to nominal and verbal concordance, to regency of some verbs with prepositions, to passive voice of some phrases, to some subordinated clauses, to selecting and usage of the pronouns that can be used as direct and indirect objects of the verbs. The reasons of the differences are related to the influence of natives languages, scholar degree and individual background.

¹ Ortografia proposta pelo Centro de Estudos das Línguas Moçambicanas: “o nome da língua escreve[-se] sempre com o seu prefixo”.

1. Introdução

Neste trabalho focalizar-se-á a atenção no português falado em Moçambique e sobretudo na região Sul, onde LBs do grupo nigero-congolês (basicamente, o xichangana, o cicopi, o xirhonga, o bitonga e o citshwa) são faladas como línguas maternas, enquanto o português é língua segunda (L2), língua oficial e língua de unidade nacional. Recorde-se que a LP em Moçambique constitui uma herança da história colonial, legitimada pela sua adoção como língua oficial, aquando da independência do povo moçambicano (1975).

Geograficamente, o território moçambicano está dividido em três regiões e onze províncias²; interessarão agora alguns dos distritos das quatro províncias de Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade que constituem a região Sul, onde foi realizado um inquérito a informantes da classe média, constituídos maioritariamente por jovens estudantes do ensino secundário. O principal objetivo é mostrar algumas das diferenças que distinguem o português de Moçambique (PM) da norma do PE, contribuindo assim, através do mapeamento linguístico da região Sul, para a caracterização desta variante portuguesa. Pretende-se dar uma visão geral, ainda que necessariamente breve, de dados sintáticos do português falado no Sul de Moçambique concernentes à concordância nominal e verbal, à formação de passivas, à regência verbal, ao uso de pronomes clíticos, do conjuntivo e de estruturas de subordinação relativa.

Os enunciados em análise foram colhidos, na sua maioria, no seio dos falantes-estudantes do ensino secundário geral, considerados a classe média em termos de aprendizagem do português. Para tal, recorreu-se a gravações³, inquéritos e registos ocasionais.

2. Breves considerações sobre o PSM

A LP é falada em Moçambique como L2, a que recorrem os falantes de diferentes línguas maternas (que são línguas bantu), quando nelas falha a comunicação⁴. Isto significa que a LP serve de elemento unificador aos diferentes grupos sócio linguísticos existentes no território moçambicano. Tal situação faz com que a língua de Camões tenha em Moçambique um estatuto sociolinguístico e político-económico privilegiado, apesar de não constituir a língua materna da maioria dos cidadãos.

Considerando-se este prestígio e as vicissitudes do contacto entre a língua europeia e as LBs, vários linguistas e sociólogos moçambicanos e estrangeiros têm-se dedicado ao estudo dos traços que marcam o português falado em Moçambique. De acordo com o sociolinguista e académico Gregório Firmino,

² Região norte (Nampula, Niassa e Cabo Delgado), região centro (Manica, Sofala, Tete e Zambézia) e região sul (Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade).

³ Gravações feitas com um dispositivo eletrónico de marca Olympus VN_6800PC.

⁴ Em Moçambique existem mais de 20 línguas nacionais, faladas como línguas maternas da maioria da população.

a LP em Moçambique tem conhecido no decurso da sua história várias mudanças e adaptações – fonológicas, sintático-semânticas e vocabulares –, devido a fatores sociais, culturais, educacionais, políticos, etc. Este fenómeno de mudança e inovação do português no processo de familiarização entre a língua e os falantes moçambicanos, ficou conhecido a partir de 1975 por “nativização” da língua, conceito que o mesmo autor usou para referir que a LP vai incorporando traços típicos dos falares moçambicanos:

(...) o processo de nativização do Português compreende duas dimensões: uma simbólica, com a emergência de novas atitudes e ideologias sociais face ao uso da língua; e outra linguística, com o desenvolvimento de novas formas linguísticas associadas ao seu uso (marcado, sobretudo, pelo surgimento de novas palavras (Gregório 2008).

Perpétua Gonçalves, outra bem conhecida linguista moçambicana, menciona o mesmo fenómeno ao demonstrar que a LP, sendo aprendida e falada pelas populações locais como língua não materna, está sujeita a mudanças sobretudo ao nível da fonética-fonologia e sintaxe (Gonçalves 2000). Na verdade, embora Moçambique tenha como padrão a norma europeia, o português tem sofrido alterações impostas pela própria realidade da sociedade moçambicana, o que naturalmente provoca a formação de uma variante lexical, sintático-semântica, fonético-fonológica típica do PM. Os vários grupos linguísticos existentes em Moçambique, como se referiu anteriormente, contribuem para a formação desta variante específica.

No que concerne à sintaxe do PSM, os dados obtidos a partir do estudo em falantes da classe média (maioritariamente, jovens estudantes do ensino secundário) vêm sustentar, ainda que por vezes parcialmente, os trabalhos de Perpétua Gonçalves (1996: 313-322) e a posição de Mário Vilela sobre o nascimento de uma norma do português moçambicano/africano, bem evidente na área do vocabulário [e da sintaxe] (Vilela 1995: 64). Os desvios observados no PSM podem ser interpretados como fase embrionária do nascimento de um falar típico do Sul de Moçambique, que poderá ganhar legitimidade numa eventual norma do PM em edificação.

3. Aspectos de concordância no PSM

Para analisar usos do PSM relativos à concordância e a outros fenómenos, serão contrastados enunciados de falantes moçambicanos com equivalentes do PE. Sabendo-se que a concordância dos elementos linguísticos é um fenómeno sintático característico da língua portuguesa e de outras línguas românicas, importa tê-lo presente como condição de gramaticalidade do discurso (Peres e Mória 1995: 443). De maneira simples e intencionalmente genérica, estes mesmos autores definem as relações de concordância entre expressões

linguísticas em termos de propriedades comuns ou, dir-se-ia agora de forma mais específica, partilha de traços comuns das categorias de género, número e pessoa, que se tornam marcas sintáticas redundantes. Desta forma, escapam à variedade padrão casos como os seguintes, atestados no PSM, quer a propósito da concordância no interior de sintagmas nominais, como em (1)-(4), quer a propósito da concordância sujeito-verbo, como em (5)-(7):

- (1) *(...) as nossas sinceras desculpa...
- (2) *(...) quatro brigadas constituído por....
- (3) *(...) a gastronomia exótico...
- (4) *(...) autores mais importante ...
- (5) *(...) os estados apoia ...
- (6) *(...) quando eles apresentar o programa...
- (7) *A delimitação das fronteiras (...) facilitam o melhor aproveitamento dos recursos.

Segundo Peres e Mória (1995: 444-445), a concordância no interior do SN faz-se através da correspondência de propriedades de género e número entre o núcleo do sintagma e determinantes pronominais, adjetivais ou do tipo dos artigos. Quanto ao verbo e sujeito nominal, partilham estes dois constituintes frásicos das categorias de número e pessoa no mesmo PE (idem: 446-447). Ora, no PSM é frequente a violação de ambas as regras, representando, quer (1)-(4), quer (5)-(7) desvios em relação ao PE. Os desvios consistem em:

- (i) Por um lado, desconformidade das categorias de número entre núcleo (*desculpa*, *brigadas*, *autores*) e determinante(s) em (1), (2) e (4), de género no mesmo contexto sintático atestado em (3), e de número e género simultaneamente em (2).
- (ii) Por outro lado, desconformidade entre sujeito nominal plural e verbo numa forma singular ((5)), entre sujeito pronominal de 6.^a pessoa e verbo de 3.^a pessoa ((6)), entre o núcleo singular *a delimitação* e o verbo *facilitam* no plural ((7)).

Os fenómenos de (i) encontrados no PSM acompanham os dados de outros estudos de variedades africanas (cf. Gärtner 1996). A concordância variável de número tem explicação na influência da sintaxe das LBs, cujo sistema de marcação do plural ocorre por meio de elementos prefixais. Em cicopi, xirhonga, bitonga, citshwa e xichangana a concordância (de elementos equivalentes àqueles exemplos) faz-se apenas em número e geralmente as respetivas marcas são antepostas ao elemento que determinam

CICOPI

ma-bhuku

PL-livro

“livros” / “os livros”

XANGANA	<i>t̃i-mbhuti</i> PL-cabrito “cabritos” / “os cabritos”
RONGA	<i>swi-tolo</i> PL-loja “lojas” / “as lojas”

Sobre a concordância no interior do SN, Gonçalves *et al.* mostram que, no PM em geral, se verifica a falta de concordância entre o adjetivo e o nome (como é o caso de alguns exemplos analisados) ou entre artigo e o pronome (Gonçalves *et al.* 1998: 107). O fenómeno é extensivo à relação sujeito-verbo, em Moçambique (“os granizos começou”, Gonçalves 1985: 249), como em Angola (“elas come banana”, Marques 1985: 220). Os desvios “ocorrem quer em construções com um só sujeito, quer em frases com sujeitos colectivos, quer ainda quando o sujeito é o pronome relativo *que*” (Gonçalves *et al.* 1998: 123). Exemplos como (5)-(7), frequentes no PSM e PM, deixam exposta a dificuldade de fazer concordar o verbo, sobretudo em número, com o seu sujeito.

4. Regência verbal no PSM

A área da regência verbal, que é tratada por Gonçalves (1996: 314) como fazendo parte da estrutura argumental dos verbos, constitui um ponto a ter em conta no estudo linguístico do PSM, onde os usos são marcados por desvios à norma padrão do PE. Vejam-se os seguintes enunciados⁵:

- (8) *Vamos [SPem **no João**] perguntar... [V SPem]
[= vamos [SPa **ao João**] perguntar... [V SPa] PE]
- (9) *Conhece bem [SPem **na minha casa**] [V SPem]
[= conhece bem [SN **a minha casa**] [V SN] PE]
- (10) *(...) responder [SN **o desafio do momento**] [V SN]
[=(...) responder [SPa **ao desafio do momento**] [V SPa] PE]
- (11) *(...) Manito te convidou [SPem **na festa**] dele [V SPem]
[=(...) Manito convidou-te [SPpara **para festa dele**] [V SPpara] PE]
- (12) *O problema remonta [SPaté **até século XX**] [V SPaté]
*O problema remonta [SPdesde **desde o século XX**] [V SPdesde]
*O problema remonta [SPde **de século XX**] [V SPde]
[=o problema remonta [SPa **ao século XX**] [V SPa] PE] PE PE]
- (13) *O nome consta [SPem **na lista**] [V SPem]
[= o nome consta [SPde **da lista**] [V SPde] PE]

⁵ Enunciados de inquéritos, gravações e registos (Maputo, Junho-Agosto de 2012).

- (14) *Discordo [_{SPcom} **com o João**] [_{V SPcom}]
 [= discordo [_{SPde} **do João**] [_{V SPde}] PE]
- (15) *Quando cheguei [_{SPem} **em/na casa**] [_{V SPem}]
 [= quando cheguei [_{SPa} **a casa**] [_{V SPa}] PE]

Os enunciados (8)-(15) espelham, cada um de forma específica, grandes dificuldades no uso de preposições (em geral) e de verbos preposicionados, ou seja, verbos que selecionam certas preposições como núcleos de argumentos não oracionais; dificuldades que consistem na falta de domínio das preposições regidas por cada um dos verbos. Verbos como *discordar* em (14), *responder* em (10), *remontar* em (12) ou *ir* em (8), por exemplo, regem complementos geralmente [_{SPde}], [_{SPa}], [_{SPa}] e [_{SPa,de} e _{para}], respetivamente. A não observância destas estruturas argumentais conduz à agramaticalidade dos enunciados.

Em paralelo com os aspetos apresentados, ainda no que tange à regência verbal verifica-se que, para além da transitividade dos verbos referida por Gonçalves (2010: 47), há uma tendência para a nominalização⁶ da maior parte dos constituintes selecionados, incluindo aqueles que tradicionalmente não os exigem na sua estrutura. No PSM, são frequentes enunciados como (16)-(18) em que todos os complementos são SN, ao invés de SP do PE:

- (16) *Eu gosto [_{SN} **a Maria**] [_{V SN}]
 [= Eu gosto [_{SPde} **da Maria**] [_{V SPde}] PE]
- (17) *Ela confia [_{SN} **o Marido**] [_{V SN}]
 [= Ela confia [_{SPem} **no marido**] [_{V SPem}] PE]
- (18) *Ele casou [_{SN} **a filha do rei**] [_{V SN}]
 [= Ele casou-se [_{SPcom} **com a filha do rei**] [_{V SPcom}] PE]

5. Pronominalização no PSM

A pronominalização dos complementos verbais é uma das características da língua portuguesa. São pronominalizáveis, além do sujeito, os complementos direto e indireto, e alguns oblíquos de verbos, processo regido por regras plasmadas em gramáticas normativas. No entanto, não é fácil a falantes do português como L2, nomeadamente falantes do PSM, dominar e aplicar tais regras no uso da língua. São detetáveis desvios que vão desde a má seleção da forma do pronome à sua colocação e interpretação.

Segundo as regras de colocação, tem um papel fundamental o elemento a ser pronominalizado, a forma verbal hospedeira do clítico e o contexto sintático-semântico. Os exemplos (19)-(21) do PSM denotam haver consciência destas normas, se bem que falta do seu domínio. Os falantes sabem que os pronomes

⁶ Uso de elementos com características nominais ou transformação de constituintes preposicionais (sobretudo) em sintagmas nominais.

clíticos da 3ª pessoa *o, a, os, as* podem tomar as formas *no, na, nos, nas* ou *lo, la, los, las*, embora não dominem quando e onde cada uma pode ocorrer:

- | | | |
|---|---|--------------------------------|
| (19) *Eles viram- o [o profeta]. | } | [= Eles viram- no . PE] |
| (20) *Eles viram- lo . | | |
| (21) *Eles viram- lhe . | | |

O problema tem a ver com a seleção da forma do pronome pessoal átono da 3ª pessoa (objeto direto) com forma verbal *viram*. Sabe-se que, terminado a forma verbal em ditongo nasal, o pronome toma as formas *no, nos, na, nas*; no entanto, a pronominalização ocorreu com recurso a outras formas e pronomes (*o, lo, lhe*), o que ilustra uso algo aleatório dos clíticos.

- | | | |
|--------------------------------------|---|------------------------------------|
| (22) * Fiz-o com urgência. | } | [= Fi- lo com urgência. PE] |
| [Fiz o trabalho com urgência] | | |
| (23) * Fiz-no com urgência. | | |
| (24) * Fiz-lo com urgência. | | |

Em (22)-(24) o problema tem a ver com a seleção do pronome e com o tratamento da forma verbal. A tendência dos falantes do PSM é deixar intacta a forma verbal, tal como acontece na maior parte dos casos em que o verbo termina em vogal oral e/ou por ditongo nasal, e usar qualquer forma do pronome.

- | | | |
|--|---|-----------------------------------|
| (25) *Jamais dou- lhe o pão. | } | [Jamais lhe dou o pão. PE] |
| [Jamais dou o pão ao ladrão] | | |
| (26) *Jamais o dou o pão. | | |
| (27) *(...) após estas intervenções que ajudaram-nos a perceber (...) | | |
| [= (...) após estas intervenções que nos ajudaram a perceber (...)] | | |

Nos enunciados (25) e (27) a irregularidade está relacionada com a colocação do clítico num contexto de elemento atrator do pronome (expressão negativa e pronome relativo, nomeadamente), que impõe a posição proclítica dos pronomes. Em (26) está em causa a seleção do pronome átono. O objeto pronominalizado é indireto (comutável por *lhe*), mas usou-se a forma pronominal do OD.

- | | | |
|--------------------------------|---|--------------------------------|
| (28) *A Ana comeu- la . | } | [= A Ana comeu- a . PE] |
| [A Ana comeu a banana] | | |
| (29) *A Ana a comeu. | | |
| (30) *A Ana comeu- na . | | |

Já em (28)-(30) as formas verbais terminam por vogais orais e, nestes termos, a norma prevê o uso das formas *o, a, os, as* na posição enclítica. No

entanto, verifica-se em PSM que quase todas as formas são usadas, ora na posição enclítica, ora na proclítica.

- (31) *O João viu ela...
 (32) *O João viu-lhe... } [= O João viu-o ... PE]

Finalmente, nos enunciados (31) e (33) verificam-se os fenómenos conhecidos por lheização e sujeitificação do objeto direto de *ver*⁷, ou uso do pronome *ele* em objeto direto, ambos os fenómenos reportados por Vilela (1995:75).

Em conclusão, fica clara, no que toca aos pronomes clíticos e com base nos exemplos analisados, a existência de dificuldades que consistem:

1. No uso aleatório das formas pronominais
2. No uso de formas pronominais de objeto indireto no lugar de objeto direto (cf. Gonçalves 2010: 56)
3. Na tendência generalizada para a colocação enclítica dos pronomes (posição básica dos clíticos no português)
4. No uso de formas pronominais de sujeito no lugar de um objeto direto, em contraste com as colocações no PE.

Estas dificuldades podem ter a ver com o facto de nas LBs os clíticos ocuparem a mesma posição – proclítica, posição básica no cicopi, xirhonga, bitonga, citshwa e xichangana, – e com o facto de os clíticos não variarem de forma em função do verbo, mas sim da semântica do objeto pronominalizado.

6. Pronomes relativos no PSM

No processo de subordinação relativa, os chamados pronomes relativos apresentam como características principais a relação de correferência que mantêm com um elemento frásico (SN, frase, conteúdo, etc.), que se pode encontrar num co-texto ana-/catafórico da frase, e a generalidade de desempenharem certas funções sintáticas; não sendo assim, o seu uso resulta em agramaticalidade sintática. Estas estruturas subordinadas são expansões de um nome, comportando-se como um adjetivo, sintática e semanticamente. De acordo com Duarte (2000) são uma espécie de parênteses que veiculam informações adicionais relativas ao nome antecedente, podendo funcionar como apositivas (explicativas) ou restritivas (determinativas).

Neste capítulo da subordinação relativa, as estruturas que envolvem preposições selecionadas por verbos, tais como *gostar de*, *falar de*, *discutir com*, *referir-se a*, *viver com* criam imensas dificuldades a falantes do sul de Moçambique. A tendência é a da chamada estratégia cortadora, que omite a

⁷ Esta estrutura combinatória é frequente no PSM.

preposição seleccionada pelo verbo (cf. Gonçalves *et al.* 1998: 98), sendo também frequente a escolha de preposição inadequada junto do pronome relativo. Considerem-se os seguintes enunciados:

- (33) *A casa **que/quem** vivo é grande. [= A casa **em que** vivo é grande. PE]
- (34) *A moça **em que** te falei chegou. [= A moça de **quem** te falei chegou. PE]
- (35) *A moça **em que** vive o Plebe é loira. }
 *A moça **quem vive** o Plebe é loira. } [= A moça **com quem** vive o }
 *A moça **que** vive o Plebe é loira. } Plebe é loira. PE]
- (36) *A moça **com quem** te falei ontem chegou. }
 *A moça **que** te falei ontem chegou. } [= A moça **de quem** te falei }
 *A moça **qual** te falei chegou. } ... PE]

Outros aspetos dignos de referência são a preferência generalizada pela forma *que*, em detrimento de outras possíveis, ignorando-se por vezes a observação dos traços semânticos [+hum] ou [-hum] do referente, e a incongruência semântico-gramatical entre expressões correferentes.

7. Passivização no PSM

O uso dos vários tipos de estruturas passivas – passivas sintáticas, passivas de *-se* ou passivas adjetivais – é um fenómeno linguístico regido por normas prescritas em gramáticas da língua, envolvendo determinados verbos (nem todos reúnem condições semânticas, sintáticas e pragmáticas para formação passiva) e os principais elementos frásicos que são o sujeito, verbo e seus complementos. Mateus *et al.* advogam que entre as ativas e as respetivas passivas existe uma similaridade de sentidos, embora haja diferença na focalização, que reside essencialmente “no modo como é perspectivada a situação descrita” (Mateus *et al.* 2003: 521).

No caso particular do PSM, interessam os mecanismos de construção das passivas sintáticas que basicamente se resumem à alteração de funções sintáticas dos constituintes ativos: o sujeito convertido em agente da passiva: o objeto direto em sujeito; e o núcleo verbal toma a forma nominal (particípio) com o auxiliar *ser*. São estas manipulações que marcam diferenças entre os usos do Sul de Moçambique e os dos falantes nativos do PE. Observem-se os exemplos (37)-(39).

- (37) *O Pablo foi oferecido um livro pelo João.
 [O João ofereceu um livro ao Pablo]
- (38) *O professor é levado o livro pelo João.
 [O João leva o livro ao professor]

- (39) *O João é levado o livro pelo professor.
 [O João leva o livro ao professor]

Os exemplos acima, extraídos de um *corpus* de enunciados considerados corretos por alunos do ensino secundário do Sul de Moçambique, em inquérito sobre a sintaxe do PM, demonstram que na passivização o PSM é marcado por procedimentos aleatórios. Em (37)-(38), com dupla complementação, é o objeto indireto que é passivizado, isto é, o sujeito passivo é desempenhado pelos SNs (*o Pablo, o professor*) constituintes do SP_a e o objeto direto das duas formas (ativa e passiva) coincide (*o livro*). Em (39), o sujeito e o objeto direto da passiva e ativa coincidem, enquanto o objeto indireto da ativa passa a um agente da passiva.

Para além disso, é frequente entre os mesmos falantes a formação de passivas com verbos que tradicionalmente não admitem esta estrutura no PE (cf. Vilela 1995: 57- 61):

- (40) *A criança foi nascida no hospital. [= a criança nasceu no hospital PE]

- (41) *A criança foi caído pelo pai. [= o pai caiu sobre a criança PE]

Note-se que a sintaxe das LBs admite a passiva dos verbos equivalentes aos de (40) e (41) – fenómeno que poderá relevar nos usos descritos –, na medida em que a transitividade não constitui critério para a passivização.

Resumidamente afirmar-se-á que no PSM se verifica a não observância das normas de passivização, ora pela movimentação e/ou transformação inadequada dos constituintes, ora pela passivização de verbos também inadequados no PE.

8. Conclusão

A língua portuguesa em Moçambique e nos restantes PALOP é usada como L2 com um estatuto privilegiado de língua oficial, elemento de unidade dos respetivos povos falantes de diferentes línguas africanas. No caso de Moçambique, estas línguas, que por força da história e da política se irmanaram com o português, são de origem bantu, pertencentes ao grupo níger-congo. No caso particular das províncias moçambicanas do Sul, o português convive com quatro línguas autóctones que gozam do estuto de língua materna da maior parte dos falantes. Trata-se das línguas xichangana, xirhonga, citshwa, bitonga e cicopi que exercem a sua influência na aprendizagem e uso das línguas não maternas, como o português.

As principais marcas da influência destas línguas locais e que constituem traços distanciadores entre o PSM e o PE ocorrem nas áreas da morfossintaxe, fonologia e léxico. Os domínios da concordância nominal e verbal, da regência verbal, da pronominalização de complementos, da construção da passiva e da subordinação relativa são os de maior riqueza em termos de variação linguística, em confronto com a norma do PE.

No que diz respeito à concordância, verifica-se a tendência para evitar o carácter redundante da língua portuguesa, onde traços gramaticais de género, número e pessoa são expressos descontinuamente em vários pontos do enunciado. Na regência verbal, sobretudo em situações de verbos tradicionalmente preposicionados, a omissão e escolha inadequada de preposições são as características a sublinhar. Facto semelhante acontece na subordinação relativa, quando se trata do mesmo tipo de verbos. Já no capítulo do uso dos pronomes clíticos, a dificuldade que marca o PSM tem a ver com a seleção e colocação do pronome. A sujeitificação e a lhezão do objeto direto de alguns verbos, como *ver*, são outros aspetos a ter em consideração. A formação de passivas defronta-se com grande aleatoriedade na movimentação dos constituintes para formar as chamadas passivas sintáticas.

Um dado importante é que as variações verificadas, ora se relacionam com a influência de estruturas das línguas maternas, ora com o nível de instrução, ora com os aspetos ligados às marcas da oralidade. Com efeito, sendo a língua portuguesa aprendida e usada no contexto escolar, importa investir no melhoramento da formação do pessoal docente e do sistema de ensino, permitindo o comprometimento do aluno com a sua aprendizagem, no sentido de se ultrapassarem dificuldades e expandir-se a LP, enquanto for preferida a norma do PE.

Referências Bibliográficas

- Brito, Ana Maria (2001): “Relativas de genitivo no Português Europeu e no Português de Moçambique”. In: *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Colibri: 115-129.
- Duarte, Inês (2000): *Língua Portuguesa: Instrumento de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Gärtner, Eberhard (1996): “Particularidades Morfosintáticas do Português de Angola e Moçambique”. In: *Confluência 12. Revista do Instituto de Língua Portuguesa*: Rio de Janeiro: Lucerna: 27-59.
- Gonçalves Perpétua (1985): “Situação actual da Língua Portuguesa em Moçambique”. In: *Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no Mundo – Actas I*. Lisboa: ICALP: 243-252.
- (1996): “Aspetos da Sintaxe do Português de Moçambique”. In: *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho: 313- 322.
- et al. (org.) (1998): *Panorama do Português Oral de Maputo III: Estruturas Gramaticais do Português, Problemas e Exercícios*. Maputo: Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (NDE).
- (2000): (*Dados para a História do Português de Moçambique*). Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/portuguesmocambique.pdf> (última consulta: 18/12/2012).

- (2004): *Português no Ensino Secundário Geral: Perfil Linguístico dos Alunos e Programas de Ensino*. Maputo: Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (NDE).
- (2010): *A Génese do Português de Moçambique*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Gonçalves, Perpétua e Chimbutane, Feliciano (s/d): *O Papel das Línguas Bantu na Génese do Português de Moçambique: o comportamento sintáctico de constituintes locativos e direccionais*. Disponível em <http://abecs.dominiotemporario.com/ojs/index.php/papia/article/viewFile/2/pdf> (última consulta: 18/06/ 2012).
- Gregório, Firmino (2008): *Processo de transformação do Português no contexto pós-colonial de Moçambique*. Disponível em: http://cvc.institutocamoes.pt/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=83&Itemid=69 (última consulta: 18/12/2012).
- Jon-And Anna (2010): “Concordância variável de número no SN no português L2 de Moçambique – algumas explicações sociais e linguísticas”. In: *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola* 2: 28- 50.
- Marçalo, Maria J. B. M. (2009): *Fundamentos para uma Gramática de Funções Aplicadas ao Português*. Évora: CEL.
- Marques, Irene Guerra. (1985): “Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola”. In: *Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no Mundo – Actas I*. Lisboa: ICALP: 205-223.
- Mateus, Maria Helena Mira *et al.* (2003⁷): *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Peres, João Andrade e Mória, Telmo (1995): *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Stroud, Christopher e Gonçalves, Perpétua (1997): *Panorama do Português Oral de Maputo I*. Maputo: Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação (NDE).
- Vieira, Sílvia Rodrigues (2003): “A ordem dos Clíticos em Lexias Verbais Simples nas Variedades Brasileira, Européia e Moçambicana do Português”. In: *Anais do 5º Encontro do Celsul-PR*: 1342-1349.
- Vilela, Mário (1995): *Ensino da Língua Portuguesa: Léxico, Dicionário e Gramática*. Coimbra: Livraria Almedina.

Étude de quelques particularités du vocalisme oral du dialecte vulgairement parlé dans la municipalité de Fundão (Castelo Branco)

Maria Celeste Nunes
mcsnunes@gmail.com

Paulo Osório
Universidade da Beira Interior
paulosorio@hotmail.com

Résumé

Cet article prétend surtout essayer de répondre à une question - quel est, au XXI^{ème} siècle, le degré d'érosion de certains traits phonétiques considérés caractéristiques d'une variété dialectale en étude? – et se centre autour de deux préoccupations personnelles: (i) préserver, fixer et normaliser une variété dialectale donnée; (ii) ouvrir chemin à de possibles solutions pour des problèmes généraux de linguistique diachronique et synchronique ou pour le problème plus vaste du changement linguistique. Compte rendu de ces prémisses, la présentation qui se suit se structure en deux parties distinctes. La première est théorique et vise faire un bref résumé des diverses propositions de classification des dialectes galaico-portugais présentées depuis les plus anciens grammairiens jusqu'aux dialectologues contemporains, ceci afin d'établir un cadre de référence conceptuel; la seconde présente un cas pratique et rendra compte d'une étude faite dans la municipalité de Fundão, district de Castelo Branco, Portugal.

Mots clés: Linguistique Historique, Dialectologie, Sociolinguistique, Variétés dialectales, Fundão.

1. Classification générale des dialectes galaico-portugais

1.1. Avant Leite de Vasconcelos

Quoique José Leite de Vasconcelos soit généralement considéré le pionnier des essais de dialectologie portugaise, avec l'œuvre *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, la notion de variation linguistique a été très tôt référencée par les grammairiens et orthographistes portugais. Ainsi, Fernão de Oliveira, auteur de la première grammaire portugaise, commentait déjà en 1536:

As dições usadas são estas que nos servem a cada porta (como dizem), estas, digo, que todos falam e entendem, as quais são próprias do nosso tempo e terra. E quem não usa delas é desentoadado, fora do tom e música dos nossos homens d'agora. (...) E por em de todas elas ou são gerais a todos, como Deus, pão, vinho, céu e terra, ou são particulares: e esta particularidade ou se faz antre ofícios e tratos, como os cavaleiros que têm

uns vocábulos e os lavradores outros, e os cortesãos outros, e os religiosos outros, e os mecânicos outros, e os mercadores outros; ou também se faz em terras esta particularidade, porque os da Beira têm ùas falas e os d'Alentejo outras. E os homens da Estremadura são diferentes dos d'Antre Douro e Minho, porque assi como os tempos, assi também as terras criam diversas condições e conceitos. (Oliveira, 1981, cit. por Castro, 2006: 217).

Ce n'est, cependant, qu'au XVII^{ème} siècle que Dom Jeronymo Contador D'Argote présente, dans l'œuvre *Regras da Lingoa Portuguesa, Espelho da Latina*, celui qui est considéré le premier cadre dialectologique portugais, reconnu par Leite de Vasconcelos,

C'était la première fois qu'on publiait un tableau, bien qu'imparfait, de nos dialectes. (Leite de Vasconcelos, 1987: 55).

Dans un chapitre intitulé "Dos dialectos da lingoa portuguesa", l'auteur distingue trois «modes divers de parler la même langue au Portugal» ou ce qu'il appelle «castes de dialectes»: les dialectes locaux, les dialectes du temps et les dialectes des professions. En ce qui concerne les premiers, Contador D'Argote établit entre eux une division en cinq catégories, chacune d'entre elles liée à une différente région du pays - dialectes de la province d'Extremadura, d'Entre Douro e Minho, de la Beira, de l'Algarve et de Trás-os-Montes - et il fait aussi allusion aux dialectes d'outre-mer et à ce qui nous paraît aujourd'hui être le galicien et le parler des Tsiganes.

Notable à plusieurs égards et considéré comme précurseur au niveau des études dialectales au Portugal, ce texte se signale également par trois caractéristiques principales: le fait que son auteur révèle une prise de conscience assez impressionnante de la notion conceptuelle de ce qu'est le portugais standard, géographiquement situé dans la région de Lisbonne; la perception que le portugais parlé dans le nord du pays est plus archaïque que celui du sud; une conception innovante et moins corrective, plus descriptive, de la variation linguistique sous ses divers aspects. Cette particularité aura fait Vasconcelos déclarer:

Argote, en s'éloignant, dans une certaine mesure, de la manière générale de penser des puristes et des grammairiens entêtés, et en voyant les choses comme elles sont en réalité, appliquait à la langue de son pays les distinctions de la grammaire grecque. (Leite de Vasconcelos, 1987: 55).

1.2. A partir de Leite de Vasconcelos

Malgré les différentes ébauches de classifications des dialectes portugais que l'on trouve déjà chez les plus anciens grammairiens, comme conclut Paiva Boléo "A atitude dos gramáticos e ortografistas era geralmente a de desprezo pela linguagem popular." (Paiva Boléo, 1951: 22). [“L'attitude des grammairiens et des orthographistes était généralement de mépris envers le

langage populaire.”]. Leur préoccupation majeure était donc non pas de décrire la langue sous ses divers registres mais de signaler certaines particularités régionales pour ensuite les rejeter comme formes incorrectes et socialement pas admissibles. Ainsi, et selon Cintra, la première et plus ancienne tentative de classification scientifique et méthodique des dialectes portugais est le *Mappa Dialectologica*, de Leite de Vasconcelos, qui est remarquable par l’expulsion de toute préoccupation prescriptive, règlementaire ou corrective dans la nature de la variation diatopique. Comme l’affirme l’auteur :

Les anciens grammairiens, et encore aujourd’hui la plupart des personnes, considèrent le parler du peuple comme un jargon dépendant du caprice individuel, quoiqu’il n’y ait rien de plus faux que cette idée. Sans doute, je ne demande pas que les personnes instruites parlent et écrivent le langage du vulgaire. Chaque chose à sa place. Quand je soutiens que la langue populaire ne mérite aucun discrédit, je veux dire par là que tous les phénomènes qu’on y observe sont du même ordre que ceux de toutes les autres langues (...). (Leite de Vasconcelos, 1987: 169).

Cette affirmation est d’ailleurs corroborée par Vasconcelos lui-même, qui, à la fin du *Mappa*, conclut : “Ainda assim, imperfeita como vai, é esta a primeira carta dialectológica que se publica em Portugal.” (Leite de Vasconcelos, 1897: 796).

Cette étude est accompagnée d’une unique carte en couleur, sauf pour les régions sur lesquelles le dialectologue ne dispose d’aucune information. L’auteur y distingue quatre grandes divisions au sein des dialectes portugais : (i) le dialecte interamnense, décrit comme l’ensemble des habitudes linguistiques vérifiées dans l’ancienne province de Entre-Douro-et-Minho ; (ii) le dialecte transmontano, parlé dans la généralité de la province de Trás-os-Montes, sauf dans les territoires où on trouve “linguagens próprias que se distinguem do português” (Leite de Vasconcelos, 1897: 794), c’est-à-dire à Terra de Miranda, Guadramil et Rionor ; (iii) le dialecte beirão, utilisé dans l’«ancienne Principauté» de la Beira, et que la carte divise en sous-dialecte occidental de la Beira-Occidentale ou Beira-Mar, sous-dialecte alto-beirão, sous-dialecte baixo-beirão et sous-dialecte de Fundão et Castelo Branco jusqu’à Portalegre. D’après Vasconcelos, ce dialecte présente des caractéristiques intermédiaires entre le Nord et le Sud du Portugal ; (iv) le dialecte du Sud, parlé dans les trois provinces du sud du Portugal : Estremadura, Alentejo et Algarve.

La délimitation de la variété de Fundão et Castelo Branco jusqu’à Portalegre et, au travers de celle-ci, l’affirmation d’une perception bien originale pour l’époque en question- l’existence d’une variété linguistique distincte et ayant une identité propre, administrativement située entre les villes de Fundão et de Portalegre – dans cette première proposition de classification de dialectes galaico-portugais est assez curieuse du point de vue de l’étude qui ici nous concerne et devra être pour cela soulignée.

En 1901, Leite de Vasconcelos publie, pour sa thèse de Doctorat intitulée *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, sa seconde étude approfondie des dialectes portugais. Bien que la classification présentée coïncide largement avec celle de 1897, certaines spécificités doivent cependant être signalées. Selon Lindley Cintra, la proposition est:

(...) muito rica quanto a informações que permaneciam válidas uns cinquenta anos depois de publicadas, como tive oportunidade de o verificar, não sem alguma surpresa, ao percorrer Portugal como inquiridor do ALPI, o que prova como – entre 1900 e pelo menos 1953-54 - os dialectos portugueses só superficialmente estiveram sujeitos à acção de factores «normalizadores» como a escola ou a rádio. (Cintra, 1995: 122).

Les dialectes continentaux identifiés dans ce travail sont semblables à ceux initialement proposés dans le *Mappa*: (i) interamnenses ou dialectes de Entre-Douro-et-Minho, subdivisés en sous-dialectes de l'Alto Minho, Baixo-Minho et du Baixo-Douro; (ii) transmontanos ou dialectes de Trás-os-Montes, dans lesquels Vasconcelos reconnaît les variétés suivantes: sous-dialectes de la frontière, de l'Alto Douro et occidentaux et centraux; (iii) beirãos, où se distinguent les sous-dialectes de la Beira Alta, de la Beira Baixa et les sous-dialectes occidentaux, c'est-à-dire ceux qui concernent les districts de Coimbra et d'Aveiro; (iv) les dialectes du Sud, divisés, comme dans la première classification, en «estremenhos» ou d'Estrémadure, «alentejanos» ou de l'Alentejo et «algarvios» ou de l'Algarve. Cette classification est cependant qualifiée par Vasconcelos comme “tout à fait provisoire” (Leite de Vasconcelos, 1987: 27) et imparfaite.

La troisième proposition est encore de la responsabilité de José Leite de Vasconcelos, est datée de 1929 et correspond à une réédition du *Mappa Dialectológico* qui peut être trouvée dans le volume IV de l'œuvre *Opúsculos*. Leite de Vasconcelos, qui publie en annexe à cette étude une nouvelle carte, cette fois en noir et blanc, introduit plusieurs modifications à sa classification initiale, qui, selon Cintra, “de um modo geral, prejudicaram, em lugar de aperfeiçoar, o primitivo mapa” (Cintra, 1995: 128) et transforment la réédition du *Mappa* en une troisième proposition de classification. Ainsi, si les distinctions principales se maintiennent – dialectes interamnense, transmontano, beirão et du sud –, les variétés sous-dialectales représentées en 1893-1897, comme les variétés de Lisbonne, Porto ou, dans le cas qui ici nous intéresse, celle de Castelo Branco et Fundão, ne sont plus mentionnées, tandis que des aires reliées aux variétés de Boticas, Alijó, Felgueiras, Peso da Régua, Aljustrel et Odemira sont, inexplicablement, pointées sur la carte.

La quatrième proposition de classification des dialectes galaico-portugais est celle de Manuel de Paiva Boléo et Maria Helena Santos Silva, qui repose sur l'enquête linguistique par correspondance (plus de 2000 réponses) entreprise en 1942 par le professeur de Coimbra et certains de ses étudiants et est connue

comme ILB, c'est-à-dire *Inquérito Linguístico Boléo*. La publication du *Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental* a été rééditée, en couleurs, sous sa forme finale et commentée, en 1962, dans des procédures du IX *Congrès International de Linguistique Romane*. Dans le *Mapa*, au lieu du mot *dialecte*, les auteurs adoptent le terme *falares*, que nous traduirons ici par *patois*, “visto que os traços que os distinguem não dificultam a compreensão aos portugueses de outras regiões” (Paiva Boléo et Santos Silva, 1962: 105). Ils réservent le vocable *dialecte* pour désigner “um conjunto de particularidades (sobretudo de carácter fonético) bastante expressivas e que se afastam algum tanto da língua comum.” (Paiva Boléo et Santos Silva, 1962: 10). Quant aux différents *patois*, les auteurs en marquent six sur leur carte: (i) le patois minhoto; (ii) le patois transmontano; (iii) le patois beirão; (iv) le patois du Baixo Vouga et du Mondego; (v) le patois de Castelo Branco et de Portalegre, fragmenté en sous-patois de Castelo Branco et de Portalegre ; (vi) les patois méridionaux. (cf. tableaux annexes)

La cinquième classification des dialectes portugais continentaux est décrite dans le chapitre intitulé “Estado Actual do Português na Península Ibérica”, inclus dans la *Gramática da Língua Portuguesa*, de Pilar Vázquez Cuesta et Maria Albertina Mendes da Luz (traduction portugaise de Ana Maria Brito et Gabriela de Matos publiée en 1971). Malheureusement, selon Cintra, la classification proposée ne se fait pas accompagner de cartes illustratives ce qui difficile un peu la vision des délimitations proposées. A l’intérieur du territoire politiquement reconnu comme portugais, Cuesta et Luz distinguent trois «grandes zones dialectales»: (i) le Nord, archaïsant, “berço do reino e, de certo modo, da língua, embora não se possa esquecer a importante contribuição dos dialectos moçárabes do Sul para a fixação do idioma português” (Cuesta e Luz, 1971: 58) et qui intègre les provinces du Minho, du Douro et de Trás-os-Montes; (ii) le Centre, qui comprend les Beiras et qui «n’est que de transition»; (iii) le Sud, formé par l’Estremadura, le Ribatejo, l’Alentejo et l’Algarve et qui intègre la langue de la capitale, Lisbonne, que les auteurs considèrent la langue standard ou norme linguistique.

Le sixième classement des dialectes galicien-portugais est la classification proposée par Luis Lindley Cintra, dans l’article “Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses”, initialement publiée dans le *Boletim de Filologia*, à Lisbonne, en 1971 (p. 81-116) et illustré par deux cartes, la première faisant référence a “Alguns traços fonéticos diferenciadores dos dialectos galego-portugueses” (Cintra, 1995: 160-161) et la seconde représentant la “Classificação dos dialectos galego-portugueses” (Cintra, 1995: 162-163). Partant, selon Paiva Boléo et Santos Silva, de “aqueles factos que apresentavam alguma extensão geográfica bem determinada e que, mesmo para as pessoas alheias a estudos filológicos, podiam ser tidos como mais típicos e distintivos” (Paiva Boléo, 1962: 93), Cintra divise le galicien-portugais en trois grands groupes de dialectes: (i) le galicien; (ii) les dialectes portugais du Nord; (iii) les

dialectes portugais du Centre et du Sud. Le linguiste signale encore de plus petites unités au sein de chaque groupe de dialectes, caractérisée chacune d'elles par la présence de, au moins, un trait phonétique pertinent en commun. En ce qui concerne les dialectes portugais du Centre et du Sud, il est possible de distinguer, dans le vaste domaine qui les délimitent, deux aires différentes et "com forte personalidade própria" (Cintra, 1995: 153-154): l'aire du centre et littorale (estremenho-beirões) et l'aire des dialectes de l'intérieur-centre et du sud (ribatejano-baixo-beirão-Alentejo-Algarve), particularisées par la présence ou l'absence de la monophthongaison de la diphtongue [ei]. Dans cette deuxième aire, Cintra met en évidence deux variétés dialectales qui, bien que situées sur des pôles géographiquement opposés (nord et sud), présentent "uma profunda alteração de timbre de todo o sistema vocálico, principalmente do tónico" (Cintra, 1995: 155) et des sons pas très habituels en portugais: celle de la variété de la Beira Baixa et de l'Alto Alentejo et celle du Barlavento de l'Algarve.

Finalement, et pour terminer le résumé que nous avons ici réalisé des diverses tentatives de classification des dialectes galaico-portugais tout au long du XX^{ème} siècle, nous rappellerons encore João Saramago et Luísa Segura et l'article "Variedades Dialectais Portuguesas", publié dans le catalogue de l'exposition *Caminhos do Português – Ano Europeu das Línguas*, coordonné par Maria Helena Mira Mateus, et accompagné de cinq cartes illustratives: deux en couleurs et trois en noir et blanc.

Dans la classification qu'ils proposent, Saramago et Segura suivent la classification indiquée par Cintra:

Seguimos Lindley Cintra na classificação dos dialectos continentais, bem como na extensão e localização geográfica dos traços e na delimitação de fronteiras. Contudo, complementamos, em vários aspectos, as suas indicações com dados disponíveis resultantes das recolhas efectuadas para o Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza (ALPEG). (Saramago e Segura, 2001: 222)

Ils distinguent, eux aussi, les dialectes portugais du Nord - qui se fragmentent en dialectes transmoutanais, alto-minhotos et baixo-minhotos-durienses-beirões - des dialectes portugais centro-méridionaux - subdivisés en dialectes du centre littoral, du centre intérieur et du sud - auxquels ils ajoutent les dialectes portugais des Açores et de l'île de Madère. Parmi les premiers dialectes mentionnés, les auteurs délimitent certaines régions sous-dialectales qui présentent des caractéristiques distinctives et très différenciées: ainsi, dans la zone d'influence des dialectes du Nord, ils isolent les dialectes de la région sous-dialectale du Baixo-Minho et du Douro Littoral, qui incluent Porto, et, dans le domaine des dialectes centro-méridionaux, ils mettent en évidence les régions sous-dialectales de la Beira Baixa, de l'Alto Alentejo et du Barlavento de l'Algarve, tout comme Cintra l'avait fait avant eux.

Les différentes propositions de classification des dialectes portugais ici présentées sont résumées dans les deux tableaux qui suivent:

AUTEURS	DATE	OEUVRE	CLASSIFICATION
Leite de Vasconcellos	1897	<i>Mapa Dialectológico</i>	4 Dialectes
Leite de Vasconcellos	1901	<i>Esquisse d'une Dialectologie Portugaise</i>	4 Dialectes
Leite de Vasconcellos	1929	<i>Réédition du Mapa (en Opúsculos)</i>	4 Dialectes
Paiva Boléo et Santos Silva	1959-62	<i>Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental</i>	6 Parlers (Patois)
Luz et Cuesta	1961	<i>Gramática da Língua Portuguesa</i>	3 Zones Dialectales
Lindley Cintra	1971	“Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses”	3 Groupes de Dialectes
Saramago et Segura	2001	“Variedades dialectais portuguesas”	3 Groupes de Dialectes

Tableau 1 – Les différentes propositions de classification des dialectes galaico-portugais

Vasconcellos (1897) (1901) (1929)	Paiva Boléo et S. Silva	Cuesta et Luz	Cintra	Saramago et Segura
Interamnense	Parler (Patois) Minhoto	Nord	Dialectes portugais galiciens	Dialectes portugais septentrionaux
Trasmontano	Parler (Patois) Trasmontano	Centre	Dialectes portugais septentrionaux	Dialectes portugais centro-méridionaux
Beirão	Parler (Patois) Beirão	Sud	Dialectes portugais centro-méridionaux	Dialectes portugais insulaires
Méridional	Parler (Patois) du Baixo Vouga et Mondego			
	Parler (Patois) de CB et de Portalegre			
	Parler (Patois) Méridional			

Tableau 2 – Les classifications proposées par les divers auteurs.

2. Étude synchronique de certaines particularités du vocalisme du dialecte parlé à Fundão



Tableau 3 – La municipalité de Fundão (Portugal)

La municipalité de Fundão est située au centre du Portugal (NUT II ou de niveau II), dans la région de la Cova da Beira (NUT III ou de niveau III), district de Castelo Branco. Elle occupe une surface de 701.65 km², d'apparence grossièrement triangulaire, et comprend une trentaine de paroisses: Alcaide, Alcaria, Alcongosta, Aldeia de Joanes, Aldeia Nova do Cabo, Alpedrinha, Atalaia do Campo, Barroca, Bogas de Baixo, Bogas de Cima, Capinha, Castelejo, Castelo Novo, Donas, Enxames, Escarigo, Fatela, Fundão, Janeiro de Cima, Lavacolhos, Mata da Rainha, Orca, Peroviseu, Póvoa de Atalaia, Salgueiro, Silvares, Souto da Casa, Telhado, Vale de Prazeres et Valverde. Elle fait frontière, au nord, avec les municipalités de Covilhã et de Belmonte; au nord-ouest, avec la municipalité de Sabugal; à l'est, avec Idanha-a-Nova; au sud-ouest, avec Oleiros; au sud, avec Castelo Branco et Penamacor et, à l'est et à l'ouest, avec Pampilhosa da Serra. Cette particulière situation géographique explique la très grande richesse et variété de paysages que l'on trouve dans la région.

Du point de vue de la géographie humaine, en 2011, date du dernier recensement de la population, Fundão avait un total de 29 172 habitants et présentait un indice de vieillissement de 207,3% du total de sa population résidente.

Quant au toponyme «Fundão», son origine est douteuse. Selon Alfredo da Cunha, le terme *Fōdom*, qui aurait postérieurement donné lieu à Fundão, trouve son origine dans le latin *Fundus*, avec le sens de «propriété rustique», ou *Fundanus*, qui signifie «agriculteur qui cultive son champ», ce qui accentuerait le caractère rural du lieu. Il existe d'autres théories, cependant, qui présentent comme preuve de l'origine du toponyme *Fundão* l'emplacement géographique de l'endroit.

Présenté le lieu d'étude, deux des objectifs qui iront orienter le reste de cette communication sont: (i) analyser certaines particularités du vocalisme oral du dialecte vulgairement parlé dans la municipalité de Fundão (Castelo Branco); (ii) établir une relation entre ces caractéristiques et les études diachroniques et synchroniques de Dialectologie portugaise, ainsi que certaines variables d'ordre social et culturel qui puissent éventuellement influencer la réalisation phonétique des phénomènes sélectionnés. Nous avons, pour cela, pris comme objet d'étude cinq traits phonétiques significatifs qui permettent l'affirmation d'une division et isolement de la zone dialectale de la municipalité de Fundão: (i) la monophthongaison de la diphtongue *ei*, un phénomène caractéristique et innovateur des dialectes centraux et du sud du territoire portugais, qui, cependant, n'a pas atteint la variété standard; (ii) la palatalisation du /u/ en [y], un trait spécifique et original de la région en étude mais que Paiva Boléo et Santos Silva n'ont pas mentionné sur leurs cartes de distribution des dialectes continentaux; (iii) la palatalisation conditionnée du /a/ en [ɛ], en certains contextes linguistiques, que Paiva Boléo et Santos Silva pointent comme étant la principale caractéristique distinctive du patois parlé à Castelo Branco et

Portalegre, ce qui veut dire que, pour les auteurs en question, c'est celui-là le trait qui présente "alguma extensão geográfica bem determinada e que, mesmo para as pessoas alheias a estudos filológicos, podiam ser tido como mais típico e distintivo". C'est donc un facteur qu'ils supposent fondamental pour l'isolement et la caractérisation d'un domaine dialectal particulier; (iv) la palatalisation du /o/, provenant de la monophthongaison de l'ancienne diphtongue [ow], phénomène qui, tout comme la palatalisation de /u/ tonique en [ü], n'est pas reconnu, ou même mentionné, par Paiva Boléo et Santos Silva; (v) la labialisation de la voyelle /e/ en [œ]. Il s'agit d'un trait nettement différenciateur du dialecte parlé dans la municipalité de Fundão. De cette façon, son importance est accentuée par Vasconcelos, par Cuesta et Luz, ainsi que par Cintra, Saramago et Segura, en ce qui concerne la variété de la Beira Baixa et de l'Alto Alentejo.

Le tableau suivant nous montre clairement où s'insère, selon les divers auteurs abordés, la variété du dialecte parlé à Fundão.

Leite de Vasconcellos	Paiva Boléo et Santos Silva	Cuesta et Luz	Cintra	Saramago et Segura
Dialecte Beirão (sous-dialecte de Fundão, Castelo Branco... jusqu'à Portalegre) et Dialecte du Centre (1901) Sous-dialecte baixo-beirão	Parler (Patois) de Castelo Branco et Portalegre Sous-Parler (Sous-Patois) de Castelo Branco	Zone dialectale du Centre	Dialecte portugais centro-méridional Dialectes du centre-intérieur et Sud (ribatejano-baixo-beirão-alentejano-algarvios) Variété de la Beira-Baixa et de l'Alto-Alentejo	

Tableau 4 – L'intégration du dialecte parlé à Fundão dans les différentes classifications des dialectes galaico-portugais proposées.

D'autre part, il nous a paru opportun, à la lumière des études de Sociolinguistique quantitative de William Labov, d'établir des rapports entre certains comportements sociaux et les variables linguistiques analysées. Nous avons, en conséquence, défini trois objectifs primordiaux pour l'enquête linguistique menée sur place: (i) évaluer l'ordre de fréquence des variables linguistiques sélectionnées; (ii) écarter, en fonction de la fréquence observée, la réalisation de certaines de ces variables linguistiques dans le dialecte ou variété dialectale étudiée; (iii) établir une relation entre l'ordre de fréquence de distribution des traits sélectionnés et les groupes humains concernés, ceci en prenant pour base deux dimensions sociologiques, la profession exercée et la scolarité, deux dimensions biologiques, choisies en fonction de leur objectivité, l'âge et le sexe, et une dimension géographique, le temps de résidence dans la municipalité en étude.

En ce qui concerne l'élaboration du *corpus linguistique*, nous avons opté pour la constitution, collecte et traitement d'un *corpus* original qui puisse soutenir et faciliter le travail à réaliser. Ainsi, nous avons adopté le processus

suivant: une seule entrevue par informateur, faite en milieu surtout rural (seulement cinq des quarante-trois informateurs demeuraient à Fundão - ville), parmi des résidents de longue date (afin de réduire le risque d'interférence avec d'autres variétés dialectales), des deux genres, couvrant diverses professions, âges et niveaux de scolarisation, mais avec une certaine prédominance de retraités (la probabilité de fréquence des traits étudiés était ici plus signifiante) et de personnes de basse scolarité. Les informateurs alphabétisés ont été soumis à divers tests de lecture (mots isolés et textes de courtes dimensions) et le discours informel obéissait à un bref questionnaire, même si les réponses étaient entrecoupées de discours et de situations discursives libres, parfois causées par les informateurs eux-mêmes (récitations de poèmes, narrations d'histoires et d'épisodes vécus, chansons, etc.).

Nous avons ainsi recueilli, en tout, quarante-trois entrevues, ce qui correspond à un total de 64 057 secondes d'enregistrement, c'est-à-dire 7 heures, 20 minutes et 57 secondes. Les informateurs, 30 éléments féminins pour 13 éléments masculins, sont des individus nés dans la municipalité en étude ou qui y ont résidé soit en permanence soit pendant une longue période de temps; sont considérés représentatifs du dialecte local et ont, pour la plupart, plus de 50 ans. La grande majorité a un bas niveau de scolarité (école primaire) et une minorité est analphabète. En conséquence de la variable âge, la plupart est retraité ou travaille dans le secteur primaire.

2.1. Analyse linguistique des données recueillies

La première analyse que nous avons faite est une analyse purement linguistique.

Relativement aux cinq phénomènes phonétiques prièvement sélectionnés, les données obtenues à partir de l'examen des quarante-trois entrevues appliquées nous ont permis de constater ce qui suit:

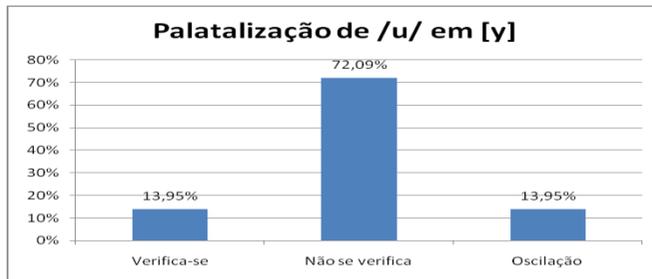
(i) la monophthongaison de la diphtongue *ei*, que nous avons appelé phénomène 1 ou FEN. 1, est attestée de façon systématique chez 39.53% des informateurs et avec des fluctuations chez 30.23 % des informateurs. Le graphique ci-dessous le confirme:



Graphique 1 – Fréquence de la monophthongaison de la diphtongue *ei*

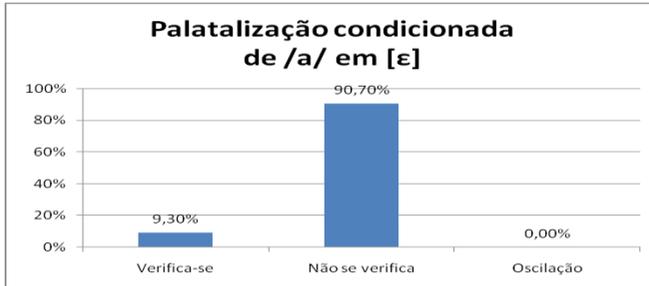
En conséquence, nous remarquons que le phénomène est régulièrement attesté chez 69.76% des informateurs.

(ii) la palatalisation de /u/ en [y], ou phénomène 2 ou FEN. 2, a été régulièrement observée chez 13.95% des informateurs et avec des oscillations chez 13.95%, ce qui équivaut à un total de 27.90 % des informateurs. Les résultats se vérifient clairement au travers du graphique ci-dessous:



Graphique 2 – Fréquence de la palatalisation de /u/ en [y]

(iii) la palatalisation conditionnée de /a/ en [ɛ] – phénomène 3 ou FEN. 3 – ne s’est vérifiée que chez quatre des informateurs, c’est-à-dire 9.3 % des interviewés.



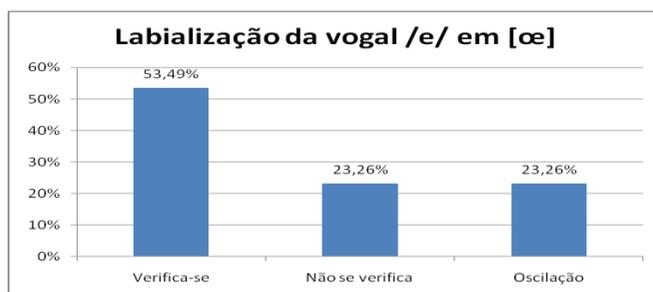
Graphique 3 – Fréquence de la palatalisation de /a/ en [ɛ]

(iv) la palatalisation de /o/ résultant de la monophthongaison de l’ancienne diphtongue [ow] en [ø] - phénomène 4 ou FEN. 4 – s’est vérifiée, régulièrement, chez 51.16% des informateurs et avec des oscillations chez 18.6%, ce qui équivaut à un total de 69.76 % des informateurs.



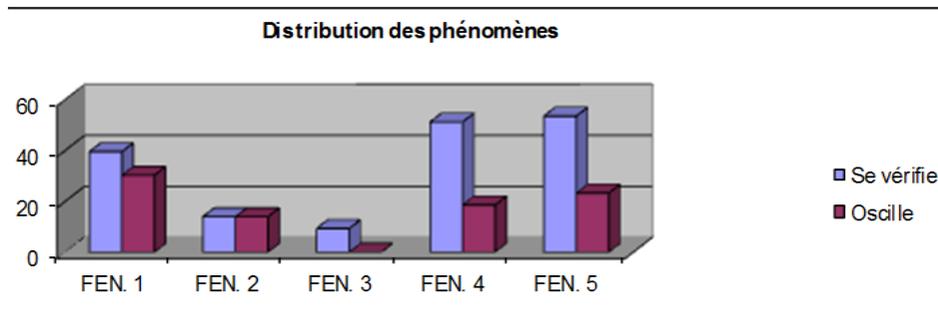
Graphique 4 – Fréquence de la palatalisation de [ow]

(v) la labialisation de /e/ en [œ] – phénomène 5 ou FEN. 5 - est constante chez 53.48% des informateurs et se vérifie avec des fluctuations chez 23.25%, ce qui équivaut à dire que 76.74% des informateurs labialisent la voyelle /e/ dans cette région.



Graphique 5 – Fréquence de la labialisation de /e/ en [œ]

En conclusion, et si nous observons les cinq phénomènes en simultanément, nous pouvons conclure que les phénomènes 4 et 5 sont ceux qui se vérifient le plus chez les informateurs interviewés. Les phénomènes 2 et 3 paraissent, quant à eux, être en voie de disparition dans les productions des informateurs questionnés. Cette absence est surtout perceptible dans le cas du phénomène 3 ou FEN. 3.



Graphique 6 – Distribution des divers phénomènes sélectionnés

D'autre part, nous avons remarqué que si, au lieu de faire attention à chacun des phénomènes linguistiques en soi-même, nous concentrons notre attention sur leur combinaison, nous vérifions ce qui suit: (i) les cinq traits sélectionnés ne se trouvent, en même temps, chez aucun des informateurs; (ii) quatre phénomènes sont utilisés en concomitance par 14 informateurs, ce qui équivaut à un total de 32.55% de l'échantillon; (iii) chez 15 informateurs, soit un total de 34.88%, on remarque la présence de trois phénomènes en simultanément; (iv) deux phénomènes phonétiques sont employés par trois des informateurs seulement, ce qui correspond à 6.97% de l'échantillon; (v) la présence d'un seul phénomène ne se vérifie que chez deux informateurs, c'est-à-dire 4.65% de l'univers interviewé;

(vi) l'absence totale de toute caractéristique phonétique marquée s'observe chez 9 informateurs, soit 20.93% des représentants. Le tableau suivant représente de forme claire la situation:

Somme des différents phénomènes phonétiques	Informateurs:	
	TOTAL	%
0	9	20,93%
1	2	4,65%
2	3	6,97%
3	15	34,88%
4	14	32,55%
5	0	0%

Tableau 5 – Somme des phénomènes utilisés par un seul informateur

Il est également très intéressant d'observer que: (i) dans les cas où les informateurs ne produisent qu'un seul phénomène phonétique, c'est toujours le phénomène 5 (labialisation de /e/ en [œ]) qui se vérifie; (ii) lorsqu'il y a lieu à la production de trois différents phénomènes phonétiques en concomitance, dans 100% des cas ce sont les phénomènes 1, 4 et 5 qui se conjuguent entre eux, soit la monophthongaison de la diphtongue *ei*, la palatalisation de /o/ résultant de la monophthongaison de la diphtongue [ow] en [ø] et la labialisation de la voyelle /e/; (iii) lorsqu'un informateur présente quatre des caractères sélectionnés en simultané, dans 78.57% des cas ce sont les phénomènes 1, 2, 4 et 5, c'est-à-dire la monophthongaison de la diphtongue *ei*, la palatalisation de /u/ en [y], la palatalisation de [ow] en [ø] et la labialisation de /e/ en [œ]. Dans seulement trois cas – 21.43% des situations vérifiées – on a pu remarquer que les informateurs combinent les phénomènes 1, 3, 4 et 5, c'est-à-dire la monophthongaison de la diphtongue *ei*, la palatalisation conditionnée de /a/ en [ɛ], la palatalisation de /o/ provenant de la monophthongaison de la diphtongue [ow] en [ø] et la labialisation de /e/ en [œ], fait qui semble donc assez peu vulgaire dans la région en question.

2.2. Analyse sociolinguistique des données recueillies

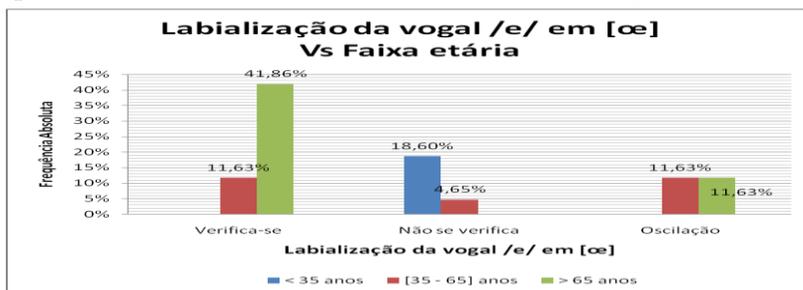
Pour le traitement des données recueillies dans l'analyse ci-dessous présentée, nous avons choisi le modèle théorique développé par William Labov dans les années 60 et adopté par la Sociolinguistique. Afin de vérifier l'étendue de l'interdépendance entre les variables linguistiques sélectionnées et certaines variables extralinguistiques, nous avons opté pour cinq variables d'étude: l'âge, le sexe, l'occupation, le niveau de scolarisation et le temps passé en tant que résidant dans la municipalité de Fundão. De cette façon, nous cherchons, dans les lignes qui suivent, à comparer les variables linguistiques et extralinguistiques et à retirer certaines conclusions quant au degré de connexion existant entre elles.

2.2.1. Variable âge

En comparant la fréquence des phénomènes linguistiques produits avec l'âge des informateurs interviewés, nous avons remarqué que:

- (i) les informateurs qui ont moins de 35 ans ne produisent que FEN. 2 et 4, et de forme très peu expressive dans les deux cas;
- (ii) le groupe qui a entre 35 et 65 ans produit FEN. 1, 2, 4 et 5, de forme très peu pertinente dans le cas de FEN. 2;
- (iii) chez les informateurs qui ont plus de 65 ans, on vérifie l'emploi de tous les phénomènes en étude, de façon très expressive dans le cas de FEN. 1, 4 et 5;
- (iv) c'est seulement chez les plus de 65 ans que FEN. 3 se vérifie;
- (v) FEN. 5 est toujours présent chez les plus de 65 ans, ce qui veut dire que, au-delà de cet âge, tous les informateurs produisent FEN. 5.

Le graphique suivant exemplifie parfaitement les conclusions retirées. Nous avons pour cela choisi le phénomène le plus marquant dans les habitudes linguistiques de nos informateurs: la labialisation de /e/ en [œ].



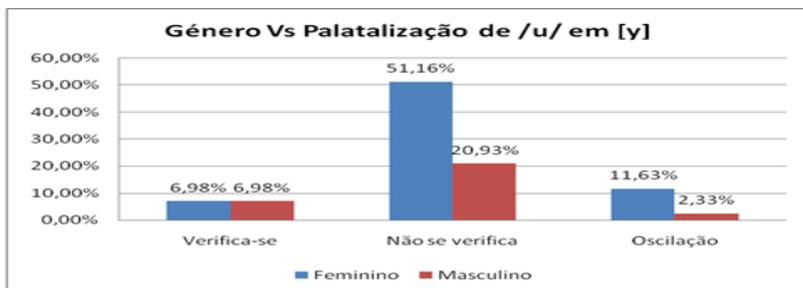
Graphique 7 – Distribution de FEN. 5 en fonction du facteur âge

2.2.2. Variable genre

À partir de l'analyse des résultats obtenus en fonction de l'application des quarante-trois questionnaires, nous avons constaté que:

- (i) les deux genres produisent les phénomènes étudiés de forme assez semblable quant à leur fréquence de production;
- (ii) la variable sélectionnée ne paraît pas être pertinente.

Le graphique ci-dessous illustre parfaitement le phénomène.



Graphique 8 – Distribution de FEN.2 en fonction du facteur genre

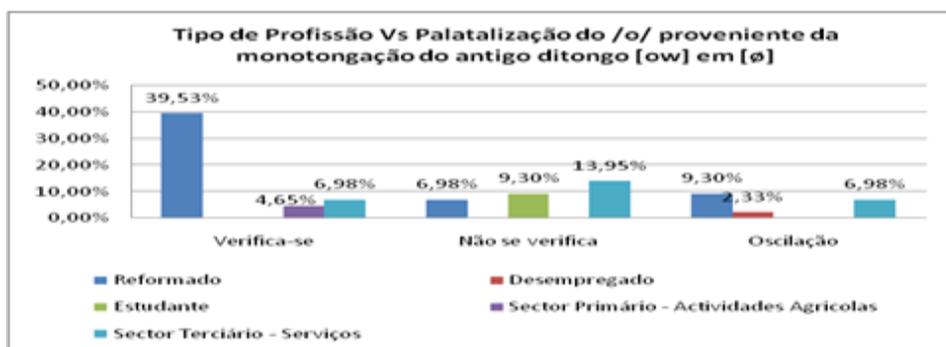
Il faudra cependant inclure ici une certaine réserve étant donné le faible échantillon de questionnaires provenant d'éléments du genre masculin recueillis (13 en 43). Celui-ci semble plus timide et moins accueillant, surtout s'il s'agit de répondre à on ne sait pas trop quoi pour on ne sait pas trop qui et on ne sait pas trop avec quel objectif.

2.2.3. Variable profession

En croisant cette variable avec les phénomènes produits, nous avons observé que:

- (i) le secteur professionnel qui produit le plus les phénomènes en étude est le secteur des retraités;
- (ii) on vérifie chez ce groupe l'emploi de tous les phénomènes, quoique de forme peu expressive dans le cas de FEN. 2 et de FEN. 3;
- (iii) FEN. 3 ne se trouve que chez les retraités;
- (iv) les étudiants et les informateurs qui travaillent dans le secteur tertiaire constituent les groupes où les phénomènes s'utilisent le moins ou avec beaucoup d'oscillations / hésitations.

Le graphique suivant illustre la situation:



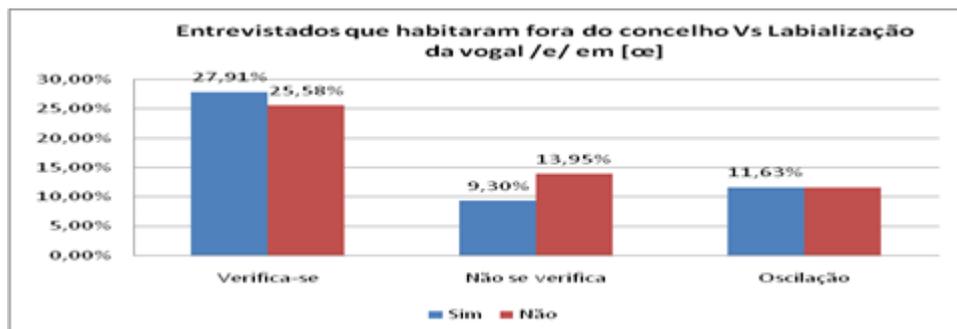
Graphique 9 – Distribution de FEN.4 en fonction du facteur occupation

2.2.4. Variable résidence

Nous avons ici vérifié que:

- (i) la fréquence des phénomènes n'est pas significative pour cette variable;
- (ii) les oscillations, que l'on penserait plus fréquentes chez le premier groupe (à cause de l'exposition à d'autres variétés dialectales), ne sont pas non plus, ici, expressives.

Le graphique 10 exemplifie visiblement la situation:



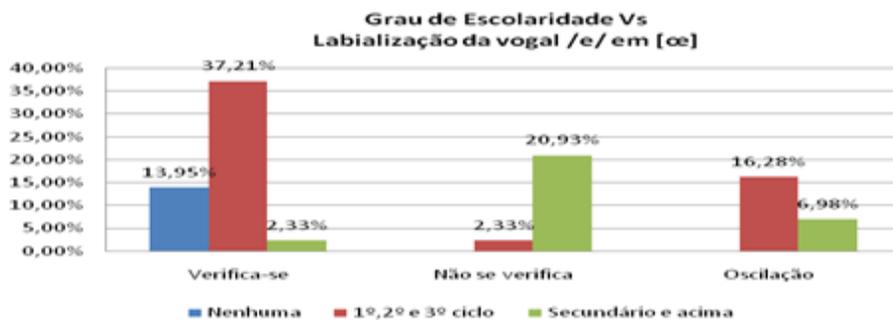
Graphique 10 – Distribution de FEN.5 en fonction du facteur résidence

2.2.5. Variable scolarité

De l'analyse des différents graphiques obtenus à partir des données considérées, nous avons conclu que:

- (i) les informateurs qui produisent fréquemment les phénomènes en étude ne sont pas scolarisés ou ont seulement une éducation de base;
- (ii) parmi ces deux groupes, on vérifie la présence de tous les phénomènes, à l'exception de FEN. 2, qui est inexistant chez les informateurs non scolarisés;
- (iii) les informateurs ayant des études de niveau supérieur produisent moins les phénomènes en question, à l'exception de FEN. 3, que l'on ne trouve pas du tout dans ce groupe;
- (iv) tous les informateurs non scolarisés reproduisent FEN. 1, 4 et 5 sans oscillations dans leurs productions, c'est-à-dire qu'ils le font toujours systématiquement.

Comme on peut le voir:



Graphique 11 – Distribution de FEN.5 en fonction du facteur scolarité

A partir de toutes les données obtenues, nous avons finalement pu définir un profil d'informateur. Ainsi, nous remarquons que l'informateur qui produit plusieurs traits phonétiques a généralement plus de 65 ans, est retraité ou

travaille dans le secteur primaire et est analphabète ou présente un bas niveau de scolarité. Bien au contraire, celui qui ne produit pas les variables phonétiques est étudiant, a moins de 35 ans et un haut niveau de scolarité (fréquence lycéenne ou universitaire).

Pour terminer, nous avons voulu vérifier dans quelle mesure les oscillations enregistrées parmi les intervenants interviewés, résultat d'une certaine insécurité linguistique extériorisée face à la situation formelle causée par l'intervieweur, dépendait aussi des facteurs extralinguistiques. De cette manière, en croisant les données obtenues avec les variables sociales sélectionnées, nous avons constaté que l'informateur qui n'hésite pas est généralement étudiant ou retraité, a moins de 35 ou plus de 65 ans et soit un haut soit un bas niveau de scolarité (il est clair que l'étudiant de moins de 35 ans et ayant un haut niveau de scolarité n'hésite pas parce qu'il ne produit jamais les phénomènes en question, alors que le retraité de plus de 65 ans et de bas niveau de scolarité ne le fait pas parce qu'il les produit toujours). Bien au contraire, l'informateur qui hésite est habituellement un employé du secteur tertiaire qui a entre 35 et 65 ans et un bas niveau de scolarité.

En conclusion, nous observons que:

- (i) FEN. 1, 4 et 5 sont produits par environ 70% des informateurs, ce qui prouve leur vitalité malgré tous les facteurs d'uniformisation et de standardisation (école; télévision; médias, etc.);
- (ii) FEN. 2 présente un degré de fréquence d'environ 30%;
- (iii) FEN. 3 a un degré de production en-dessous de 10%, ce qui indique une évolution vers une possible extinction du phénomène (d'ailleurs perçu comme archaïque et rural) dans un futur proche;
- (iv) la "profunda alteração de timbre de todo o sistema vocálico" (Cintra, 1995) qui, selon Cintra, caractérise la variété de la Beira Baixa et de l'Alto Alentejo se vérifie encore dans les dialectes de Fundão, malgré certains indices de disparition constatés parmi les secteurs les plus jeunes de la population (*temps apparent*, selon Labov).

Nous rappellerons finalement Herculano de Carvalho qui, dans le premier volume de l'ouvrage *Coisas e Palavras*, affirme:

(...) par ailleurs, quelques traits phonétiques caractéristiques nous autorisent à considérer cette zone comme parfaitement définie du point de vue dialectal." (Carvalho, 1984: 121)

Cintra, dans la déjà très citée proposition de classification des dialectes galaïco-portugais, reconnaît plusieurs aires, parmi elles celle qui est formée par la Beira Baixa et l'Alto Alentejo et qui, selon l'auteur, "tem no aspecto fonético uma personalidade muito vincada e se afasta nitidamente do conjunto a que, no entanto, pertence, se tivermos em conta os traços fundamentais" (Cintra, 1995: 152).

Terminé cet article, deux questions restent, toutefois, ouvertes, qui pourraient servir de futurs domaines de réflexion:

(i) quelle est l'extension des analogies vérifiées entre la variété de la Beira Baixa et de l'Alto Alentejo et les variétés du Barlavento de l'Algarve et celle des Açores (particulièrement de São Miguel)?

(ii) quelle est l'origine des phénomènes observés?

Nous espérons, un jour, pouvoir leur donner une réponse.

Références bibliographiques:

- Cintra, Luís Filipe Lindley (1995) "Enquêtes au Portugal pour l'Atlas linguistique de la Péninsule Ibérique". In *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. 2ème édition. Collection *Nova Universidade Linguística*. Lisbonne: Sá da Costa Editora. 17-20.
- (1995) "Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses". In *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. 2ème édition. Collection *Nova Universidade Linguística*. Lisbonne: Sá da Costa Editora. 117-163.
- (1995) "Os ditongos decrescentes *ou* e *ei*: esquema de um estudo sincrónico e diacrónico". In *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. 2ème édition. Collection *Nova Universidade Linguística*. Lisbonne: Sá da Costa Editora. 35-54.
- (1995) *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. 2ème édition. Lisbonne: Sá da Costa Editora.
- Cruz, Maria Luísa Segura da (1987) *A Fronteira Dialectal do Barlavento do Algarve*. Lisbonne (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – Instituto Nacional de Investigação Científica).
- Labov, William (1976) *Sociolinguistique*. Paris: Editions de Minuit.
- Vasconcelos, José Leite de (1897) *Mapa Dialectológico do Continente Português*. Lisbonne. Online: http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/etnologia/opusculos/vol04/opusculos04_791_796.pdf.
- (1966) *Lições de Filologia Portuguesa*. 4ème édition, avec des notes de l'auteur; préface et annotation de Serafim da Silva Neto. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- (1982) *Opúsculos, II: Dialectologia (parte I)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- (1985) *Opúsculos, VI: Dialectologia (parte II)*, org. par M. Adelaide de Valle Cintra. Lisbonne: imprensa Nacional – Online: <http://cvc.instituto-camoes.pt/bdc/etnologia/opusculos/index.html>.
- (1987) *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Lisbonne, Instituto Nacional de Investigação Científica.

LITERATURA

Poesia e compromisso em Vladimir Maiakovski – Criação e construção

António José Borges
IELT (Univ. Nova de Lisboa) e CLEPUL (Univ. de Lisboa)
aj.borges@sapo.pt

*a seus pés brilha mais o azul da corrente,
no céu são de ouro os raios do Sol.
Mas ele, rebelde, procura a tempestade,
porque só na tempestade se encontra a calma.*
Mikhail Lermontov

ao Jorge Pinto

1. Há períodos na história da humanidade (da vida e da arte) que foram marcadamente profícuos em movimentos do pensamento filosófico, social ou literário. A época em que Vladimir Maiakovski viveu (1893-1930), nomeadamente o início do século XX, foi um deles. Desde já, coloca-se o problema da «intelligencya» russa, mais tarde soviética, numa nova fase de desenvolvimento que se expressa no deflagrar do movimento libertador.

Todas as vertentes da sociedade russa estavam em transformação. Germinavam então concepções novas para a vida humana. Surgiam, por exemplo, perspectivas particulares da liberdade religiosa, uma espécie de niilismo à Rousseau, ou encaravam-se mudanças nos movimentos estéticos da arte, em concreto na poesia, poisque a literatura estava sob o signo da poesia. Conquanto existisse ainda uma influência decadentista-simbolista, a poesia estava já na vanguarda que teve o nome de futurismo, que em analogia com os poetas acmeístas saudava tudo quanto aparecia de novo e imediatamente estabelecia confronto com a maneira decadente simbolista. Assim se tornou a corrente oficial da revolução. Todavia, outros movimentos surgiriam, como foram os casos do imaginismo e do construtivismo.

A grande literatura russa, fundadora de múltiplas teorias estéticas, científicas e ideológicas, geradora de nomes, entre outros (Pasternak, Akhmatova ou Tolstoi), como Pushkine na poesia ou Dostoievski na prosa, entrava numa fase de renovação, optando por um respeito diferente do até então pelos clássicos, cuja influência, segundo os futuristas, deveria ser sempre devidamente contextualizada. Maiakovski afirmava mesmo que “nenhum

clássico conserva para sempre o seu carácter de vanguarda”, não querendo reduzi-los a nada, pretendendo antes que se use deles o que possa servir a causa operária, mas estudando-os com veneração crítica. Justamente, adiantamos já que se Maiakovski era acusado de ser “incompreensível para as massas” também Pushkine só escrevia para uma massa humana específica da sua época. Ora, por outro lado, a duplicidade da alma humana que Dostoievski revelara no seu «homem subterrâneo» em *A voz subterrânea* é de e para todos os tempos. Neste particular, refira-se o nome de Lev Shestov, pela sua capacidade interpretativa dos fenómenos espirituais, que revelou uma profundidade não atingida nem por Dostoievski e que lhe permite figurar com dignidade não só ao lado de um Kierkegaard ou de um Miguel de Unamuno, mas ainda de um Nietzsche e de um Pascal.

No início da revolução de 1917 acreditava-se que esta era portadora da cultura da eternidade, criando-se a ilusão de que a destruição dos bens materiais seria largamente compensada pela criação de bens espirituais. Todavia, alguns movimentos do período de transição são indispensáveis para o futuro historiador da vida espiritual: o «citismo» iniciado pelo crítico Ivanov-Razumnik, que atraiu à sua órbita poetas como Biely, Blok, Khodasevitch, Esenine, Kliuev, marcado pela afirmação platónico-artística, mas reveladora da permanência nos russos de certo estado de alma «messiânico», ou o «eurasismo» do príncipe N. S. Troubetskoï, assente numa justificação histórico-geográfica e nas raízes da tradição russa de «aversão ao Ocidente», a cujos corifeus Leontiev e Danilevsky se ligam os euroasistas, constituem exemplo paradigmático. Neste propósito, a história literária deve limitar-se a verificar os laços de interdependência entre estes e outros movimentos, deixando demais análises para a história política, ciente, no entanto, de que estes laços são tão apertados que é difícil dizer onde cessa a realidade e começa a fantasia, onde a inteligência cede ao sentimento, onde a «intelligencya» saiu sempre renovada e purificada.

Assim, na década de 1920, no campo literário, foi importante o grupo dos formalistas, constituído por intelectuais russos e checos que visavam instaurar uma nova ciência da literatura, numa linha de reacção contra a história literária académica e contra a crítica impressionista. Deste modo, salientava-se o estudo da literariedade.

A Sociedade para o Estudo da Linguagem Poética (OPOIAZ), presidida por Chklovski em 1916 e secretariada por Tynianov, a que também pertenciam Jakobson e Troubetskoï, tendo publicado o periódico *Poétika* e a série *Problemy Poétiki*, exerceram uma considerável influência no futurismo, concretamente no domínio da especificidade literária. Futurismo aquele que, e assim nos vamos aproximando da realidade da poética de Maiakovski, tinha como base o realismo socialista, que correspondesse às exigências do tempo e de certo modo ao retrato dos homens vivos dos nossos dias, numa linha de impulso da criação literária em oposição complexa à edição de textos clássicos que não sejam adequados à época. Aquele mesmo realismo correspondeu ao Círculo Linguista de Praga

(1926-1939), cujo fundador foi Mathesius, que se debruçava sobre a teoria literária, no sentido da norma estética, na reflexão sobre o signo, sendo que a II guerra mundial interrompeu tudo isto. O movimento volta, conquanto noutros contornos, com a Semiótica de Iouri Lotman (*Lições de poética estrutural*, 1964), com o objetivo do estudo, também cultural, da literatura, da religião e dos mitos. René Wellek e Jakobson estavam nos EUA, já depois da guerra, e este último envolveu-se com Lévi-Strauss no movimento do *New Criticism*, que viria a influenciar o Estruturalismo em França, (neste contexto há a destacar a *Teoria da Literatura*, de Todorov, publicada em 1965, onde é feita uma reflexão formalista, entre a teoria e a crítica, e que impregnou os estudos literários). De referir que o formalismo não influenciou muito o estruturalismo de Barthes. Buscava-se então uma reconciliação entre a teoria literária e a crítica.

Sempre com a reflexão posta na condição da literariedade, o formalismo era a tentativa de criação de uma ciência literária autónoma a partir dos materiais literários intrínsecos, com base na função poética e na linguagem literária.

Quando pensamos em formalismo ocorre-nos a função autónoma e a função sinónima. Assim, para Tynianov o verso é uma construção específica em que acontece a subordinação dos elementos ao ritmo. Para Chklovski está em causa a desfamiliarização, o automatismo da percepção. Neste sentido, importa referir a organização métrica e fónica do verso de Maiakovski.

Em todo o caso, a obra literária é encarada como um sistema dentro de um sistema mais vasto constituído pela literatura.

Quando pensamos em Formalismo Russo surge incontornavelmente logo uma obra: *O método formal pela ciência da literatura*, de Mikhail Bakhtine, saída em 1928. Quando pensamos nos conceitos da OPOIAZ (a função poética, os procedimentos e a desfamiliarização, tendo como objecto artístico a combinação de materiais), a obra literária é um domínio particular do universo dos signos, com uma estrutura significante, uma intenção estética, um processo vivo de enunciação concreta que realiza a unidade da matéria e do sentido (signo e significado), apoiada numa avaliação social através de modos típicos de enunciação: os géneros. Aqui ocorre uma diferença entre Jakobson e Bakhtine – para aquele a criação é impessoal, para este é pessoal.

No contexto do formalismo e do futurismo compreendia-se que um conteúdo singular exigia um método singular. Justamente, à semelhança do que se passa em Portugal, sendo a poesia uma tradição na Rússia, e no tempo de Maiakovski esta simbolizava o amor da pátria russa (tema central), era importante estabelecer uma relação entre a teoria e a prática literária através de padrões sonoros especiais.

Ora, afinal o estudo da literatura é o estudo da linguagem poética? Esta é uma questão clássica na história e na teoria da literatura. Seja como for, é certo que todo o processo de criação da forma é arte.

Como já foi dito, o Futurismo Russo caracterizava-se também pelo domínio do material sobre as imagens, sem mimesis. Numa vertente contemporânea, o Cubismo apresentava-se com as suas características empíricas e sensuais.

Na LEF (Frente Esquerda das Artes) – de certa forma uma segunda fase (1923-1928) na revolução da arte poética, após a primeira fase (1918) com os comunistas-futuristas, onde se destacam Maiakovski, Assiéiev, Kuchnier, Kirsanov, Brik ou Vinokur – e na NOVI LEF, mais tarde, depois da extinção da primeira, com Maiakovski à cabeça, o futurismo afirmava-se com base num programa utilitário, como uma indústria, desencadeando o sócio-formalismo, a literatura como facto social. A obra literária era investigada como material histórico que é deformado no processo de criação. Trata-se do mercado literário.

O grupo dos LEFs, como eram designados os elementos da revista, aludia ao manifesto de 1912 *Bofetada ao gosto comum*, com o qual o futurismo se afirmara na Rússia, de origem e ideologia burguesas. É relevante o facto de, se assim quisermos definir, tragédia do grupo ter acontecido por não conseguir ligar-se à ação combativa pelas conceções marxistas, o que conduziu à passagem do seu chefe, Maiakovski, para o grupo dos escritores proletários, *Rapp*.

Entre o Futurismo Russo e o Futurismo Italiano, do qual veio o impulso para destruição do passado (bastando-nos recordar Maiakovski: “Façam soar as balas sobre as paredes dos museus!... Porque não enforcaram Pushkine?”), sempre houve diferenças, até porque do futurismo derivaram outros movimentos já mencionados, o imaginismo, que levou ao extremo a imagem, a poesia como um catálogo de imagens, segundo o seu fundador, Shershenevitch, ou o construtivismo, e dele saíram poetas tornados independentes, como Pasternak, que se rebelou, não à maneira de Maiakovski mas de Khlebnikov, contra as formas usuais e a usual conceção da palavra. Outro poeta que, noutra âmbito, se tornou um artista independente foi Esenine, desenvolvendo a sua própria inspiração. Estes dois últimos poetas, juntamente com Maiakovski e Tikhonov, são talvez os maiores poetas da Rússia soviética.

2. No que diz respeito ao futurismo como escola poética, este surge conceptualmente oposto ao acmeísmo, embora ambos se afirmassem contra o simbolismo e, no mesmo sentido dos futuristas, também os simbolistas atribuíssem ao som uma função especial. O futurismo defendia a teoria da palavra no seu aspeto sonoro como o único material e tema da poesia. Os futuristas valorizavam a palavra pura, ausente de lirismo, com vista ao aparecimento de objetos novos, fono-imagens. Determinados artistas da época eram de igual modo considerados como cubo-futuristas, na medida em que eram também pintores. De certo modo, foi o caso de Maiakovski, que se dedicou à arte panfletária, numa conceção realista-materialista e num ateísmo em que o combate às tendências burguesas e reacionárias tornou-se uma nova fé. Neste aspeto destacam-se Kamensky, Aseiev e Tretiakov, tendo este último procurado

assuntos e modalidades fonéticas para a sua poesia no mundo e na linguagem do Oriente, processo bastante frequente no Futurismo Russo.

Donde, dava-se preferência à palavra em vez da *psique*, mas o ego-lirismo (Ich Dichtung, em Alemão) é uma exceção notável em Maiakovski, assim como a forma como este intensificou o metaforismo. De realçar também a vontade do poeta em não querer ser lembrado por si, mas pela sua poesia, como o atesta no poema *150 000 000*: “(...) deste meu/ poema/ o autor é: ninguém...”, composição esta que transporta em si o tema futurista da sublevação dos objetos: “(As estradas:) Queremos vazar como asfalto,/ Sob o lastro dos trens expressos...”.

Neste sentido, a poesia futurista, cujos intérpretes concedem primazia à estrutura difícil, tende à metonímia, pois a mensagem faz desaparecer tudo o resto, o emitente. Pelo que, para Maiakovski só interessam as coisas “que se defenderam pela palavra”, como refere na sua autobiografia.

Na *ars poetica* do futurismo estão bem patentes neologismos, que remetem para uma linguagem transracional, dialectismos e provincianismos. Na sua fase final, o movimento procura uma reorganização da língua, aplicada a novas formas de ser, logo, a destruir antigos valores e a construir outros novos.

No vocabulário de Maiakovski (poeta) ocorrem neologismos baseados em modelos da gíria; há um uso recorrente da elipse, com efeito dinamizador e predicativo, constituindo o recurso mais adequado à recitação; e o verbo é, não raro, usado no imperativo explícita e implicitamente.

Renovando, as teorias formalistas do início do século XX e as suas práticas poéticas de então visavam uma história literária sem nomes, uma rejeição da forma literária, como defendiam Maiakovski ou Assiéiev.

No Formalismo Russo os heróis eram a palavra e o som, poisque a palavra é a única coisa, não cria qualquer realidade natural ou transcendental. Isto era realizado tendo como o único objeto, tema e personagem da poesia a linguagem transracional. Assim, o material e a forma são igualados.

Os formalistas perguntavam-se: “o que é a poesia?”.

Ainda sobre a OPOIAZ, na sua linha de pensamento os fonemas e o seu aspecto fisiológico por si só possuem expressividade. Depois, mais tarde, dedicaram-se à análise estrutural.

No manifesto *A palavra como tal* diz-se: “Os inventa-línguas futuristas amam as palavras retalhadas, cortadas pelo meio, e suas combinações retorcidas e bizarras”. Justamente, considera-se que a elipse e os fragmentos, pela composição de montagem, onde não há sequência linear direta, mas sim pedaços poéticos e a decomposição da personagem lírica, o herói e o seu duplo, tudo isto constitui algum do universo recursivo-estilístico maiakovskiano, como o prova o poema *Sobre isto*, uma composição politemática, polirrítmica, com citações de outros escritores, que joga com os motivos de uma balada e utiliza algo da imagética de Gógol e Dostoievski, não como paródia, mas como um empréstimo muito enfatizado, com a necessária deformação.

É sempre oportuno referir os aspectos que separavam o simbolismo do futurismo. Todavia, o simbolismo, que se patenteava pelo seu misticismo filosófico, encarava a poesia como música, o que ajudou ao futurismo como poesia sem pensamento em imagens, mais realista socialmente, numa abordagem poética poderosamente técnica.

3. Os futuristas viam a poesia não apenas como ofício, mas como ciência experimental, no sentido da criação, do novo. Neste sentido, um dos objetivos de Maiakovski, que era um urbanista porque dizia conhecer mal o campo – portanto, escrevia mais sobre a cidade e até a construção –, era igualar os fatores científicos e os criativos.

É conhecida a elegância da língua francesa, que Maiakovski apreciava, mas sem ter a faculdade de a utilizar. Neste sentido, correlacionando factos e ideias, aludindo à sua obra, na arte poética que praticava fazia uso de todas as propriedades da doçura e da melodia da língua russa.

Em *A guerra e o mundo* Maiakovski, usando do sincretismo futurista, introduz elementos de outras artes na criação verbal, não sendo transracional, como Krutchônîk, afirmando-se com uma oficina poética pronta para executar qualquer tarefa e como dinamizador da criatividade programática da palavra poética, assente na renovação da linguagem e na aplicação das experiências linguísticas ao contexto social. Aqui notamos o autor implicado na revolução que afeta o social e o pessoal e, a par, de tal modo envolvido no social e no pessoal que opera uma revolução, como a poesia social de Akhmatova. Se não, vejamos o material publicado no tão falado volume *Herança Literária*, onde o poeta não se mostra muito interessado na teoria da “palavra em liberdade”, antes afirma como seu próprio programa (retiramos de Krystyna Pomorska – *Formalismo e Futurismo*, 1972):

- 1) Consolidar a arte vocabular, como ofício da palavra, mas não como estilização estética e sim como capacidade de resolver na palavra qualquer problema. 2) Responder a qualquer problema proposto pela modernidade; para isto:
 - a) realizar trabalho com o dicionário (criação de palavras, instrumentação sonora, etc.),
 - b) substituir a métrica convencional dos iampos [medida dos versos russos] e coreus pela polirritmia da própria língua,
 - c) revolucionar a sintaxe (simplificação das formas de combinação das palavras, violência das construções inusitadas, etc.),
 - d) renovar a semântica das palavras e grupos de palavras,
 - e) criar exemplos de argumentos embasbacantes,
 - f) ressaltar a palavra-cartaz, etc.

A palavra objectual, os ritmos de marcha, tambores e coloquialismos são aspetos marcantes na poesia maiakovskiana, isto após um início simbolista e impressionista, como o mostra o poema *Noite*, em que logo à entrada, na primeira estrofe, há uma indefinição onde apenas a cor, uma vez que a descrição

baseada na cor é própria do simbolismo, nos é sugerida pelos versos “purpúreo e branco (...) verde...”, sendo a indefinição acentuada quando escreve que “no verde lançavam (...) distribuíam...”. Nesta senda, na segunda estrofe do mesmo poema surge, primeiro, um objeto impessoalizado “àqueles que corriam (...)”, seguido de um *collectivum* “multidão” e novamente um impessoal “cada qual”. Na verdade, esta segunda estrofe distingue-se pelo uso de verdadeiros qualificativos. Já na terceira estrofe o detalhe do coletivo “multidão” passa de sujeito ativo para sujeito passivo, pois apresenta-se como “dragada pelas portas”.

No início da sua produção poética Maiakovski usa do materialismo programático dos símbolos, considerando a técnica impressionista, como podemos observar no notável e extenso poema *Uma nuvem de calças*, logo no prólogo, quando lemos “todo lábios”, adiantando de seguida “Mas eu sou todo carne”.

Deste modo, Maiakovski também foi impressionista, cubista quando cortava palavras, e aqui a palavra está em liberdade, usando assim partes do corpo em vez do corpo inteiro, com alguma motivação realista, como o atesta no manifesto/poema *A palavra como tal*: “Disseram na calçada/ cor-/ passou pelo quem/ reio:”.

As palavras em liberdade, os valores fonológicos da acentuação russa e a rima composta são características da sua poesia, mas esta última, a rima composta, é de facto o ponto focal das várias características. Donde, a técnica de Maiakovski, que usava uma linguagem particular, além da metáfora ou dos frequentíssimos neologismos, tinha que ver com o emprego arbitrário das partes do discurso.

O futurismo implicava operar poeticamente com uma estrutura pesada, numa forma de oficina poética nas tarefas diárias. Justamente, no já citado poema *150 000 000*, de entre os vários recursos estilísticos destaca-se a onomatopeia: “Passa por/ patrões e banhos./ Tambor, rataplã!”.

Uma determinada poesia de Maiakovski era mesmo beligerante, espécie de poesia-armas. Isto sucede precisamente em *150 000 000* quando escreve “Porém/ se eu falo (...) esta edição foi impressa”, ou em *Conversa sobre poesia com o fiscal de rendas* quando se lê “com rotativa de passos/ (...) voa em mil”, ou ainda no destacável *A plenos pulmões*, onde afirma: “Desdobro minhas páginas (...) apontando/ as maiúsculas/ abertas”.

É sempre oportuno referir que Maiakovski serviu-se dos princípios do futurismo, do qual se afastou como verdadeiro poeta que se esconde pudicamente, para produzir a arte socialista. Ora, esta era impossível de realizar com os velhos métodos. Neste âmbito, houve uma coincidência harmoniosa entre arte revolucionária e Estado revolucionário, um contínuo contacto com a realidade que ele pretendia revolucionária. É difícil dizer qual teria sido a atividade de Maiakovski, tendo em conta a sua capacidade eclética, sem a revolução comunista, sem o seu (do poeta) exercício da subversão dos valores sentimentais e ideológicos do passado.

A sua poesia não pode, claro está, ser dissociada da cena revolucionária da época, sem a qual se conclui, então, que não existiria este Maiakovski. De Maiakovski disse Poggioli que a sua arte “tem muito da arte cénica e do melodrama, e não pode ser julgada, nem mesmo concebida, se abstrairmos da cenografia, da recitação e dos aplausos”. Assim, a hipérbole que marca a sua arte resulta do apocalíptico desenvolvimento da revolução e talvez a sua maior fama tenha surgido, na poesia, com o poema *150 000 000* e as suas motivações tenham começado na reação ao simbolismo e seus derivados. Às características já referidas da sua poesia sempre se aliam a ironia e o sufoco do poeta no seu próprio espírito, até à tragédia interior que o levou ao suicídio antes dos quarenta anos. Neste sentido, assim como a sátira e o conteúdo dramático presente na sua prosa de representação (*Mistério bufo*) desembocou na poesia de propaganda proletária (*Bem!*, escrito para o décimo aniversário da Revolução de Outubro, que assinala a passagem para o socialismo, constituído por versos que o poeta deseja que não percam o significado no futuro; *Para isto; Vladimir Lenine*), também a frescura do lirismo individualista levou à mortificação dos sentimentos. Poemas como *A nuvem de calças*, *A flauta da espinha dorsal*, *O homem* ou *Eu amo* são exemplos de momentos felizes. De assinalar que Maiakovski procurava sempre não escrever sobre o que não viu, estendendo-nos, assim, constantemente um pano de palavras realizadas na vida.

Na verdade, o objetivo da sua arte era construir a vida, o socialismo, jamais morrer. Onde, vida e poesia interpenetram-se no compromisso, constituindo exemplo paradigmático o poema *Ao camarada Nette, ao navio e ao Homem*, numa perspetiva da comunidade mundix; compromisso, por isso, concretizado na inovação e utilidade da poesia, na poesia como uma grande ocupação, um negócio de grande responsabilidade.

É justo dizer-se que ao ter a certeza da sua qualidade Maiakovski torna-se algo presunçoso, conquanto o justifique exaltando que só o que cria algo novo é poeta e seja simultaneamente comedido, na medida em que julga um exagero os seus méritos inexistentes. Considera que deve ser útil, lutar, construir a vida, não um objeto de luxo, não se preocupando com o sucesso futuro nem em transportar o poeta para a eternidade.

Além de percorrer a União Soviética de comboio e de autocarro, dando espetáculos de poesia recitada, também vai ao estrangeiro para dizer versos e participar em reuniões do partido comunista.

Morreu por nada, como um jogador. *A plenos pulmões* é um testamento literário, onde entrevê que à hora da morte estará em paz com a vida.

4. Na segunda fase da sua obra, já depois da revolução, sensivelmente a partir de 1923, existe a espaços um certo lirismo comedido na sua poesia, sempre participando plenamente na vida. O poema *Que querem (Autobiografia e Poemas)* é disso exemplo, com a sua pequena e original dimensão gráfica, mas bonsaicamente vasto de existencialismo, mesclado de ritmo e rima trabalhada ao

pormenor, logo desde o início: “Páginas/ crepitando docemente/ nos tiram da cegueira/ e logo o cheiro/ da pólvora/ é presente/ sobre cada fronteira”. Estes temas do existencialismo e da rima perpassam também o poema longo poema *Jubilar*, de 1924, (monólogo com Pushkine, por ocasião dos 125 anos do seu nascimento), onde lemos que “Eu/ e você/ temos de reserva a eternidade/ (...) e não tenho vontade de falar/ com ninguém./ Só que/ em pessoas como nós/ as guelras das rimas/ batem de um modo acelerado/ sobre a areia poética” (33 poesias), seguidamente retomando um certo peso existencialista, ao escrever que acontece “comprendermos/ grandes coisas/ através de pequenos nada.”, terminando energicamente ao declarar: “Odeio/ tudo o que cheire a morte!/ Adoro/ tudo o que é vida!”. Justamente, os temas que privilegia, a sua vida e a realidade que o circunda fundem-se, não raras vezes, num elevado grau de compromisso com o seu cavalo de batalha: a transmutação dos valores que definem a existência humana em sociedade. Assim, fala de todas as questões que burilam na ordem do dia, dos poetas, dos amigos, dos seus inimigos, do que crê bom e justo, malfeito e falso, fala de si mesmo, pois ele e a sua poesia estão totalmente engajados, precisamente porque o poeta engajado é o que está completamente ciente do mundo real e da batalha.

Na ordem do dia do poeta está a luta pela boa causa. A química da criação já não é a mesma da inteligência política. Ver claro, seja qual for o tema, é a tarefa do poeta. Pelo que, um escritor não pode produzir uma obra genial, seja para a saúde do seu país ou de si próprio, se não tiver génio. Maiakovski teve-o e no poema *Ordem nº 2 ao exército das artes*, de 1921, numa espécie de manifesto exortativo das artes, dirige-se aos seus camaradas das artes e diz-lhes: “dai-nos uma arte nova –/ qualquer coisa,/ que desatole a república.” (33 poesias). Era intransigente, implacável e tem poemas que são cartas abertas e apreciações cruéis a tal e a tal poeta, a diretores de revistas, jornais ou dirigentes de organizações, isto nos planos literário, político e privado. Era conflituoso e polémico, sendo que a época era propícia a polémicas e profícua nelas, como ficaram registados os desentendimentos com o poeta proletário Alexander Jarov, a quem acusou de incompetente, ou Kogan, crítico e historiador de literatura, presidente da Academia de Belas-Artes, também alvo das suas farpas.

Numa primeira fase, sofreu ataques da direita, dos estetas, e da esquerda, dos escritores proletários que representavam o futuro, enquanto Maiakovski pretendia representar o presente, não obstante o poema *De viva voz* ser dedicado/dirigido à posteridade, não perdendo, porém, o senso dos valores existentes. Queria cobrir com a argamassa das palavras as cores dos anos.

A arte de esquerda aspirava a um caminho novo, expresso em movimentos como o de que nos ocupamos agora, o futurismo, ou o dada, o surrealismo e o abstracionismo. Só para referir estes, se o surrealismo era a medicina do poema pode considerar-se o futurismo a filologia ao serviço da poesia? São estas interrogações retóricas?

A política de esquerda significa, em termos artísticos, uma arte reacionária? Não, revolucionária, uma *art-nouveau* que crie reação, que desenvolva o gosto pelas artes, pelo gosto, pelas boas maneiras, pelo saber viver. O poeta Maiakovski julgava a direita snob, sem gosto, ou melhor, de gosto conservador e para quem tudo o que fosse contra os seus interesses era perigoso politicamente. Ora, colocava-se a seguinte questão em certos círculos: o perigo é comunista? No poema *Diferença de gostos* Maiakovski explora as diferenças políticas existentes entre a direita e a esquerda. A direita representa a parcialidade, a esquerda a imparcialidade.

A poesia de Maiakovski era substancialmente diferente do mundo privado, interior do pós-guerra. No seu tempo o novo escândalo residia na personalidade do autor. A obscuridade não é, conclui-se, forçosamente um índice de qualidade. Pode mesmo ser uma contraíndicação da qualidade.

A arte soviética é para as massas? Sim, mas com uma análise crítica da sua validade e utilidade. “A compreensão das massas é o resultado da nossa luta”, pensava Maiakovski. Noutra sentença, questionava-se, como já foi referido, se não teria sido Pushkine essencialmente compreensível só junto daqueles para quem escreveu...

Essencialmente, com os futuristas, incluindo Maiakovski, nasceu a oposição entre a velha poética e a nova poética, já que poeta passaria a ser aquele que cria de raiz, não o que recria, o que se questiona sobre o objetivo da poesia. Para tal, era necessário desenvolver um novo gosto pela poesia e pela edição.

Na URSS o trabalho do escritor era pago por caderno impresso, o que, noutra sentença, apresentava também a poesia como um trabalho oficial.

As regras antigas, por exemplo do amor, do verso alexandrino, não convenciam, pelo que era necessário criar uma nova linguagem, falada, bradando como Maiakovski: “Alargai as fileiras em marcha!”. Importava calcular a ação da poesia nova, auxiliando a classe revolucionária (operária) sublevada no combate de rua; porém, segundo (seguindo) regras. Surgia, assim, a poesia-motivação, como o demonstram os versos de Maiakovski: “Come ananás/ mastiga em paz/ o teu último dia chegou, burguês...”.

A inovação era indispensável e a poesia começa com a tendência. Eram usadas algumas quadras populares, as *tchastuchki*, e os que eram só simpatizantes com os soviéticos eram denominados de “companheiros de estrada”.

A descrição é um reflexo da realidade e este, no tempo da revolução, não era autónomo.

Maiakovski repudiava os velhos manuais para a composição de versos. Escrevia para o seu presente. Ora, escreve em *Como fazer versos*: “O movimento mais genial não pode ser repetido numa situação dada na partida seguinte. O adversário fica desconcertado pelo inesperado movimento”. Isto aplica-se ao xadrez, à poesia, no que diz respeito às rimas inesperadas num verso, à luta política, etc.

Já aqui se falou do trabalho poético, no sentido de obra poética, mas nunca será demasiado abordar o tema, sempre acrescentando aspetos entretanto correlacionados e correlacionáveis, pois para os futuristas, e para o nosso poeta, esse processo seguia os seus trâmites: há um problema, cria-se a tendência para um fim preciso, processa-se a seleção da matéria-prima (palavras), escolhe-se os instrumentos oficinais materiais, elabora-se um método de trabalho. Como exemplo temos os versos de Krutchionikh, poeta futurista, pejados de aliterações e dissonâncias e sempre com uma finalidade.

Assim sendo, o trabalho poético não partia do gosto, antes exigia um estudo preciso do processo de fabricação, optando por um estágio mental e das reservas poéticas, que é a concentração do poeta, o que o leva a ser distraído. Nesta fase o bloco de notas é tudo.

O primeiro trabalho não permanece, mas é importante por ter as reservas de uma vida. Maiakovski escrevia por dia oito a dez linhas. Considerava que o poeta deve avaliar ocorrências, indícios, acontecimentos como matéria de expressão verbal, tendo em conta que o dia-a-dia fornece pistas ao poeta. Dizia que o trabalho poético figura entre os mais difíceis.

Para Maiakovski, *A Serguei Essenine* é um dos seus poemas mais enérgicos, o que serve bem um retrato da sua obra porque os poetas estavam energeticamente ligados à revolução e à sua classe e viam nela um grande caminho otimista. Essenine suicidou-se, após o desânimo de se sentir deslocado na sua linha entre os poetas contemporâneos. Enforcou-se em Leninegrado, no Hotel Inglaterra, pendurado num tubo de água. Antes de morrer escreveu: “Nesta vida morrer não é nada de novo/ Mas viver também não é muito mais novo”.

5. A sua arte, a poesia em particular, glorifica a vida, a alegria mais difícil das caminhadas: a que conduz ao comunismo. Maiakovski era da opinião que “para trabalhar numa obra poética é indispensável uma mudança de local ou de tempo” (**Como fazer versos**), por isso demorou a escrever o poema a Essenine. Defendia que os fortes ultrapassam o próprio objeto de modo a arrastar o próprio tempo e, adianta, “se a distância do tempo e do lugar não existe, é pelo menos necessário tê-la na cabeça”, tendo em conta que uma prematura poetização não faz mais do que castrar e desfigurar o material.

Assim, sentia que o poeta deve fustigar o tempo, substituir a sua lentidão por uma mudança de lugar, entretecer o tempo na imaginação, para que num só dia passe um século. Ilustrando o predito, diz-nos o autor ainda em *Como fazer versos*: “(...) os solavancos são importantes para a comparação”. À margem, julgamos que na política da revolução também.

Em correlação, conclui-se que o poema deve estagiar, sendo o ritmo e as suas componentes, a rima ou a palavra que define o sentido do verso, a base de toda a obra poética. Deste modo, organizar o movimento é o aspeto principal e constante do trabalho poético. Este pede uma seleção verbal, tendo em vista a imagem, e rima em pontos diferentes do tradicional nos verbos.

Da parte dos operários e dos camponeses não era fácil compreender os futuristas, que tinham em Khlebnikov um dos expoentes máximos do Futurismo Russo, porém, também Tolstoi, à semelhança de Pushkine, só era lido pelos da sua classe e não deixou de atingir a influência devida junto das massas. Na verdade, o que acontecia era que um certo público não lia determinados autores porque não tinham dinheiro para os comprar ou porque as bibliotecas não os adquiriam. Tal era o público dos LEFs. Por este motivo, para Maiakovski não fazia sentido a acusação que corria entre o povo: “Os operários e os camponeses não vos compreendem”. Por isso percorreu a União Soviética dizendo os seus poemas. Considerava que só as massas proletárias e rurais devem ser os leitores reais, os que constroem a nossa existência e edificam o socialismo. O seu grande objetivo era levar o público a apreciar a grande poesia, a autêntica.

A injúria e o sarcasmo são os trabalhos fundamentais de Maiakovski, inspirado pelo manifesto *Uma bofetada no gosto comum*. Convém, no entanto, deixar desde já registado que a desilusão com a revolução começou quase imediatamente após a mesma. Iessiénine, Eisenstein (“Vivemos todos na mesma merda, o que varia é a profundidade dela”) e Maiakovski encontravam-se entre os desiludidos.

Maiakovski era da opinião que o público deve esforçar-se por compreender a poesia (o mesmo se deve passar hoje em Portugal) e, nesse sentido, era preciso que os poetas trabalhassem para simplificar, sem retirar a seriedade, a poesia para que esta chegasse às massas, enriquecendo o espírito e a imaginação. Todavia, escrever seriamente e ser compreendido eram dificuldades essenciais a conciliar e, assim, era necessário desenvolver a concertação literária. Estava também em causa a luta pelo direito a ser escritor da revolução e para a revolução.

Para ele existia a poesia de engenharia e a poesia de massas. O poeta deve trabalhar em conjunto com os produtores, no sentido de uma poesia didática, implicada na produção através de recomendações, sugestões de técnicas, etc. Onde, só é poeta aquele que está implicado com o seu tempo. De registar, fora da poesia, que foi com *Mistério bufo* que pela primeira vez se levaram ao teatro os acontecimentos de Outubro.

Importava, sobretudo, a necessidade e a importância da poesia. E só com uma atividade intensa era (o mesmo se passa em Portugal, sendo mesmo talvez impossível) possível a um poeta apresentar-se diante de um público operário, pois a poesia tinha, e tem, um determinado público e se for desviada desse é mal interpretada (é o caso do seu “Alfabeto”).

Desde logo, Maiakovski afirma em *Como fazer versos*: “A actividade poética, é indispensável na nossa União Soviética”. Reafirma-se aqui o trabalho do poeta. Já depois de 1912, o poeta começou a preocupar-se em ser compreensível, com a sua poesia, de forma a chegar a um público mais vasto, de modo que as últimas e mais difíceis poesias são fruto de muito trabalho. A questão da linguagem erudita, pouco quotidiana, era uma das críticas à sua

poesia. Neste sentido, afastou-se da LEF, pois sentiu que as suas tendências literárias se ligavam mais às da literatura proletária, sempre recordando: “Necessito de mais tempo para a minha actividade”. Aqui reside sempre o drama do artista, que vive entre a sobrevivência, a vivência e a criação.

Em concreto, um dos seus primeiros poemas é sobre um cavalo e a sua queda na rua Kuznietski e a sua poesia *Marcha de esquerda*, dedicada aos marinheiros da guarda, é uma das primeiras da revolução. Por sua vez, recuando no tempo, até à sua poesia pré-revolucionária, o extenso poema *A nuvem de calças* (1915) – há quem considere esta composição, pejada de comparações e não obstante o seu primitivismo, o ponto mais alto da sua poesia –, inicialmente intitulado *O décimo terceiro apóstolo*, atacava a literatura, os escritores e a religião daquele tempo (segunda e terceira décadas do séc. XX), mas também consistiu num trabalho poético, algo lírico, com uma linguagem diferente, cirúrgico, sobre um amor acontecido na sua vida, buscando defini-lo, o que finalmente encontrou nos seguintes versos: “O teu corpo/ hei-de cuidá-lo e amá-lo/ como um soldado mutilado na guerra,/ inútil, sem ninguém,/ cuida/ a sua própria perna”.

Como tem vindo a ser explanado, Maiakovski reflectia muito sobre a arte poética. Pensava criticamente a teoria da literatura e, nessa perspectiva, procurava criar algo novo. Em *Como fazer versos* para além de declarar que “o ritmo é a força essencial, a energia essencial, do verso. Não se pode explicar, dele apenas podemos dizer o que se diz do magnetismo e da electricidade: são formas de energia”, vem ainda reforçar a intenção didáctica, acrescentando que “o poeta deve desenvolver nele justamente este sentido do ritmo, em vez de aprender de cor as pequenas métricas que não lhe pertencem: iambos, coreus e mesmo o verso livre consagrado – interessam-nos os ritmos apropriados para um caso concreto e que só são válidos para esse caso”. Portanto, está em causa o uso adequado das métricas em diferentes circunstâncias. Na mesma obra em cima citada, recorrentemente, descreve como, a partir de uma percepção de um ritmo (como o do seu próprio caminhar), podemos transformar o ritmo em sons e palavras, logo em versos.

No que respeita à rima, considerava que não pode ser descurada porque sem esta os versos caem desconcertados, sem exigir do leitor que volte à linha precedente, reflectindo sobre o que foi dito, consolidando o pensamento. Como tal, acrescentava que os mecanismos que conduzem à rima são construídos indefinidamente; não concebia só a rima tradicional, a de que toda a gente fala, à consonância das últimas palavras das duas linhas, quando este processo é geralmente o mais simples.

Maiakovski chegava ao ponto de pensar no que distingue os poetas entre si. Achava, principalmente, que é “somente a diferença nos meios de trabalhar um poema que faz a distinção entre os poetas” (**Como fazer versos**), adiantando que “a ambiência poética quotidiana (...) influi também na criação de uma obra autêntica”.

No seu entender, disciplinas como a Filologia ou órgãos como os da educação, a primeira como uma ciência da língua e os segundos como decisores do destino do ensino, são um contributo determinante para a concretização do objetivo da poesia como ciência da comunicação e agente de transformação social.

A poesia de Maiakovski, para ser compreendida, precisava da propaganda e, neste sentido, da correção do tempo, da coragem de pensamento, através de muito esforço, numa análise crítica para aferir da sua utilidade permanente e efetiva. Sendo evidente a sua utilidade, o poeta sustentava uma difusão pelo partido, pelo governo e, como é óbvio, uma divulgação objetiva, e do objetivo, do livro entre as massas. Para o poeta isto seria a materialização de um trabalho intenso, que sem lhe diminuir a seriedade se tornaria mais acessível às massas.

A concluir, Vladimir Maiakovski era, se assim podemos usar da dupla adjetivação, um autor implicado, como poeta tornado cidadão responsável e um interventivo cidadão-poeta, e implicativo, no que às polémicas diz respeito. Achava-se um animal de outra espécie. Implicava com os clássicos, os mestres, quem julgava servirem para serem lidos à luz do seu tempo e de forma crítica e nem sempre seguidos ou, tão pouco, venerados irrefletidamente. Todavia, o ser humano é fonte de contradições interiores, pois, na verdade, não era bem assim, na medida em que Asseiév (com quem implicou), após o seu suicídio, apesar de na altura não ser um clássico, acabou por ser enaltecido e defendido por Maiakovski. Ora, este considerava idiotas os que pensam que ataca irrefletidamente os clássicos. Apenas sustentava que os clássicos não são válidos para todos os tempos. Portanto, era contra a sua utilização defeituosa, pois servem para serem estudados, utilizados, úteis para a classe trabalhadora.

O facto de Vladimir Maiakovski ser um autor implicado tornava-o implicativo, mas era coerente nessa sua faceta porque fazia-o tanto em termos científicos como sociais, tanto implicava com o lirismo como com os vícios burgueses, etc.

Em suma, a poesia que praticava era uma das suas faces sonhadoras da criação do novo e o seu compromisso uma das materializações da construção da vida e da transmutação dos valores. Em jeito de conclusão, pode dizer-se que a vida artística de Maiakovski se resume, em grande medida, ao ter abarcado um grande tema social com os princípios do futurismo.

(Lisboa, 6 de Maio de 2012)

Referências Bibliográficas

- Aron, Paul, Saint-Jacques, Denis & Viala, Alain (2002): *Le dictionnaire du littéraire*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Maiakovski, Vladimir (1969): *Como Fazer Versos* (trad. de António Landeira e Maria Manuela Ferreira), Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- (1977): *autobiografia e poemas* (trad. de Carlos Grifo), Lisboa: Editorial Presença.
- (2008): *Poemas* (Introd., trad. e apêndice de Boris Schnaiderman, Augusto e Haroldo de Campos). São Paulo: Editora Perspectiva S.A.
- (2008): *33 poesias* (Trad. e pref. de Adolfo Luxúria Canibal). Vila Nova de Famalicão: Quasi Edições.
- Poemas MAIO trabalho, luta* (Pref. de José Casanova), Lisboa, Editorial «Avante!», SA, 2010.
- Pomorska, Krystyna (1972): *Formalismo e Futurismo*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Triolet, Elsa (1948): *L'écrivain et le livre – ou la suite dans les idées*: Paris: Éditions Sociales.

A vida sem qualidade: o efeito catártico da Literatura Gótica

Maria Antónia Lima
Universidade de Évora / CEAUL
mal@uevora.pt

Resumo

Permitindo-nos confrontar o terror subjacente ao nosso tempo, a literatura gótica concede-nos um elevado grau de resistência aos aspetos mais negativos da existência. Por nos colocar em contacto muito próximo com o mal e a morte, este modo literário reactiva em nós os mais elementares desejos de uma vida mais intensa e justa, onde os valores éticos sejam rapidamente resgatados. Ao representar, através das suas personagens mais negras, a nossa própria perda de fé num mundo que permite o holocausto e o genocídio, construindo, ao mesmo tempo, um retrato sombrio de uma civilização Ocidental estilhaçada por traumas sociais e pessoais, a melhor ficção gótica apresenta-se, hoje em dia, como um dos mais eficazes meios de aprofundamento de consciências, sem as quais nunca se viverá plenamente. Reunindo todas as energias para exorcizar demónios que, longe de se apoderarem somente de personagens de ficção, possuem uma terrível atração pela vida de todos nós, os escritores góticos sabem, como o padre Merrin, em *The Exorcist*, que “the demon’s target is not the possessed; it is us ... the observers ... every person in this house”. Expondo o vazio de uma vida sem qualidades, o Gótico criará, assim, um efeito catártico necessário a uma muito desejada e efetiva libertação.

Abstract

Allowing us to confront the terror of our present time, Gothic literature gives us a high degree of resistance to the most negative aspects of existence. Putting its readers in very close contact with evil and death, this literary mode awakens in us the most basic desires of a more intense and fair life where ethical values are quickly rescued. By representing, through their darkest characters, our own loss of faith in a world that allows the holocaust and the genocide, building at the same time, a bleak portrait of a Western civilization shattered by social and personal traumas, the best Gothic fiction presents itself today as one of the most effective means of deepening our consciousness, without which we can never fully live. Bringing together all the energies to exorcise demons, that not only seize the lives of fictional characters but they also have a terrible attraction for the life of us all, Gothic writers know, as Father Merrin in *The Exorcist*, that “the demon’s target is not the possessed, it is us ... the observers ... every person in this house.” Exposing the emptiness of a life without qualities, Gothic creates a necessary cathartic effect to a much desired and true freedom.

Permitindo-nos confrontar o terror subjacente ao nosso tempo, a literatura gótica concede-nos um elevado grau de resistência aos aspetos mais negativos da existência. Por nos colocar em contacto muito próximo com o mal e a morte, este modo literário reativa em nós os mais elementares desejos de uma vida mais intensa e justa, onde os valores éticos sejam rapidamente resgatados. Ao representar, através das suas personagens mais negras, a nossa própria perda de fé num mundo que permite o Holocausto e o genocídio, construindo, ao mesmo tempo, um retrato sombrio de uma civilização Ocidental estilhaçada por traumas sociais e pessoais, a melhor ficção gótica apresenta-se, hoje em dia, como um dos mais eficazes meios de aprofundamento de consciências, sem as quais nunca se viverá plenamente. Reunindo todas as energias para exorcizar demónios que, longe de se apoderarem somente de personagens de ficção, possuem uma terrível atração pela vida de todos nós, os escritores góticos sabem, como o padre Merrin, em *The Exorcist*, que “the demon’s target is not the possessed; it is us ... the observers ... every person in this house” (Blatty 1994: 369). Expondo o vazio de uma vida sem qualidades, o Gótico criará, assim, um efeito catártico necessário a uma muito desejada e efectiva libertação.

Numa obra intitulada *The Gothic Vision: Three Centuries of Horror, Terror and Fear*, Dani Cavallaro enfatiza a noção de que o Gótico se baseia na emoção do medo, que segundo o autor, transcende modos de representação por desempenhar uma função muito importante ao provocar um efeito bastante positivo no nosso bem estar emocional e nas nossas faculdades intelectuais. Cavallaro justifica o seu ponto de vista defendendo que:

Fear does not anaesthetize consciousness but actually sharpens it. It makes us aware that reality contains many more layers than common sense would have us recognize, and that some of these layers are enticing, though also menacing, precisely because we do not understand them. In experiencing dread, we are often torn between curiosity and anger: a consuming desire to know what is unsettling us, and a sense of irritation produced by the impossibility of final knowledge. Both emotions alert us to the submerged reality of ancestral appetites. (Cavallaro 2002: 6-7)

Lovecraft tinha já chamado a atenção para a importância desta emoção, em *Supernatural Horror in Literature* (1945), ao referir que a emoção do medo, especialmente o medo do desconhecido, era “a emoção mais antiga e forte da humanidade”. Também William Patrick Day, na sua obra *In the Circles of Fear and Desire* (1985), concluíra que o poder do Gótico provém da sua capacidade em transformar as ansiedades e medos dos seus leitores em prazeres, possuindo grande interesse por conseguir explorar o desejo do medo, mais profundamente do que qualquer outro género literário. Baseado numa emoção que provoca simultaneamente prazer e terror, o Gótico cumprirá, assim, a dupla função de proceder, não só à recuperação das emoções mais primitivas e ancestrais reprimidas por normas sociais e civilizacionais, mas também de contrariar esses

mesmos valores civilizados estabelecidos e todos os processos convencionais de representação artística, que nunca conseguiram resistir à sua profunda ambivalência, responsável pela inversão de muitas distinções e categorias vulgarmente aceites.

Assim sendo, este tipo de Literatura funciona como libertadora de sentimento, devido à sua intenção de ir para além da estrutura social, das decisões racionais e das emoções socialmente aceites, a fim de alargar o sentido da realidade. Ao inverter certos pressupostos convencionais acerca da relação entre o “Eu” e o “Outro”, o bem e o mal, amor e ódio, dor e prazer, masculino e feminino, subjetivo e objetivo, causa e efeito, o Gótico sempre conseguiu criar uma visão anticonvencional da realidade, colocando-se a par de muitos movimentos de arte moderna e contemporânea, igualmente interessados em propostas artísticas inovadoras capazes de provocarem uma semelhante reativação emocional. Toda esta vitalidade e energia, que se parece desprender das páginas das histórias de terror, resulta essencialmente do facto de o Gótico desenvolver uma estética baseada na beleza do terror ou no prazer do medo. Este paradoxo justifica-se pelo facto de sabermos que ganhamos força, coragem e confiança por cada experiência em que sejamos capazes de enfrentar realmente o medo, nem que essa seja somente uma experiência de leitura.

Daí que, em *The Literature of Terror*, David Punter tenha concluído que as origens do termo “Gótico” se reportam às tribos bárbaras do Norte, sendo indesmentível que os frutos do primitivismo e barbarismo sempre possuíram um fogo, um vigor e um sentido de grandeza quase indescritíveis. Será talvez por esta razão que a cada nova página de um livro de terror sentimos o coração saltar, a pressão sanguínea subir, a respiração parar e os nossos estômagos revolverem-se. Gostamos destas sensações porque nos estimulam e nos fazem sentir mais vivos e despertos para todas as condições da existência, mesmo as mais difíceis e terríficas. Gostamos especialmente de sentir, embora à distância, as mesmas emoções por que passam certas personagens centrais ao experimentarem situações de perigo, mesmo quando estas não provêm somente de fatores exteriores, mas são internamente geradas na psique do indivíduo. O leitor pode não sofrer de nenhuma psicose nem ter sido vítima de nenhum trauma, mas sente um especial prazer em experimentar as mesmas angústias e dilemas de uma personagem psicótica como Norman Bates em *Psycho*. Através do seu caso psíquico ficamos a saber mais sobre o funcionamento da psicologia humana e sobre os impulsos mais irracionais e perversos. Do contacto com certas complexidades e excentricidades comportamentais, esperamos vir a descobrir mais sobre nós próprios. Da exploração dessas obscuridades resultará, assim, uma maior iluminação e conhecimento sobre a nossa própria natureza. Das trevas chegaremos à luz, como Milton bem aconselhava no seu *Paradise Lost*, não casualmente transformado na principal fonte de inspiração a *Frankenstein* de Mary Shelley.

Ao investigar o lugar do mal na mente humana a ficção gótica torna-se um veículo para aprofundar questões acerca da natureza do mal, não como uma força exterior ao homem, mas como uma distorção e perturbação da sua mente. Se os monstros, ou certas personagens monstruosas nos assustam nalgumas histórias, isso acontece não devido ao uso de determinados esquemas narrativos, mas porque eles próprios são produto da nossa imaginação, correspondendo o terror provocado por essas ficções a um medo já existente na mente humana.

Sempre empenhado na luta pela vida autêntica e pela revelação do verdadeiro ser, mesmo que isso implique conhecer o lado negro da existência e a sua falta de qualidade, o Gótico teria inevitavelmente de se relacionar com alguns pensamentos profundamente existencialistas. Sobretudo com a defesa da ideia de que a natureza do Ser do homem se revela no Nada e que uma forma de investigar o que significa “ser” é tentar saber o que significa “não ser”. Assim, nenhum escritor gótico discordaria de Martin Heidegger, quando este defendeu que a existência autêntica do homem provém da sua consciência acerca da certeza da morte. Esta é uma questão de autenticidade que interessa à maior parte dos autores, pois muitas das suas ficções parecem exemplificar a crença existencialista de que somente o denominado “ser-para-a-morte” consegue ser totalmente autêntico e possuir um sentido verdadeiro, pois cada vez que o indivíduo se coloca perante a possibilidade da morte, ele está mais perto do real valor do seu Ser. A iminência da morte dá-nos, então, a medida da nossa existência pela certeza da sua perda. Da representação deste facto dependem as ficções góticas. Victor Frankenstein, por exemplo, ganha uma maior lucidez acerca da autenticidade da vida humana, no momento da sua morte, no conselho dirigido a Walton: “Seek happiness in tranquility and avoid ambition, even if it be only apparently innocent one of distinguishing yourself in science and discoveries” (Shelley 1933: 236). O fim de *The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde* é também esclarecedor. Ao aguardar a aniquilação da sua personalidade, face à irrupção iminente de Mr. Hyde, Dr. Jekyll vive os últimos momentos da sua vida como se de um milagre se tratasse, valorizando muito mais a sua existência e identidade nesses escassos minutos do que em toda a sua vida: “This, then, is the last time, short of a miracle, that Henry Jekyll can think his own thoughts or see his own face (now had sadly altered!) in the glass” (Stevenson 1978: 69). A morte de Drácula poderá também ser um desses exemplos. Pelo facto de se ter tornado imortal, Drácula perdera as suas qualidades humanas, recuperadas unicamente no instante da morte. Diz-nos Mina Harker: “I shall be glad as long as I live that even in that moment of final dissolution, there was in the face a look of peace, such as I never could have imagined might have rested there” (Stoker 1997: 325).

Lembramos que de acordo com Jean Paul Sartre, na sua famosa obra *O Ser e o Nada* (1943), a atenção ao “nada” é fundamental, pois este subjaz a toda a existência humana. Sentindo o vazio, o indivíduo sente-se desesperado, sendo este desespero algo de vital e catártico, pelo qual ele recupera o autêntico

significado da sua existência. Como a descoberta do ser humano se faz em confronto com o “Nada”, faz mais sentido falar-se, aqui, de vida sem qualidade, se quisermos desenvolver uma conceção da existência desprovida de aparências e falsas ilusões. Já Robert Bloch, o célebre autor de *Psycho* dizia que “horror is the removal of masks”. É mais perto desta autenticidade que nos devemos colocar para que a nossa vida não perca qualidades. Sobre isto William Barret comenta: “Modern man is farther from the truth of his own emotions than the primitive. When we banish the shudder of fear, the rising of the hair of the flesh in dread, or the shiver of awe, we shall have lost the emotion of the holy altogether” (Barret 1990: 169). Através do contacto com o terror poder-se-á proceder a uma reativação dos poderes criativos, podendo o indivíduo construir o seu Eu como uma obra de arte, como aconselhavam os existencialistas. Nesta perspectiva, o confronto com o terrível será, assim, essencial à autenticidade artística, uma vez que toda a libertação de emoções reprimidas promove a originalidade e a criatividade. Consciente de que, ao reprimir as emoções denominadas “negativas”, o indivíduo perde o sentido do divino, podendo-se tornar vítima de doenças do espírito que estão no centro de perturbações psíquicas, muita da ficção gótica tenta recuperar essa força dionísica, onde jaz a força espiritual que as aparências do mundo material conservam ocultas.

Em *The Gothic Flame*, Devendra Varma considera que a manutenção desta “chama gótica” depende da conservação de uma emoção primitiva e de um mistério primordial muitas vezes esquecidos pelo racionalismo e realismo. Os escritores góticos poderão, então, ser vistos como os grandes restauradores das emoções na literatura, pois segundo Horace Walpole, o célebre autor de *The Castle of Otranto* (1764), “one only wants passions to feel Gothic” (*apud* Varma 1987: 16). A exploração de temas relacionados com a depravação humana e com o sentido de culpa, permite proceder a uma expressão dos terrores humanos, a fim de se atingir uma certa libertação e purificação catártica, obtidas pelo forte efeito emocional do próprio romance gótico. Sendo um modo literário mais emocional do que intelectual, o Gótico sempre foi capaz de fazer reviver emoções primordiais tão indispensáveis em épocas em que a tendência materialista se sobrepõe aos valores espirituais, transformando o homem numa espécie de autómato intelectual. Varma conclui: “The Gothic novel is a legitimate art form. It revived our apprehension of life itself by enlarging our sensibility, making readers more conscious of the kinship of terror and beauty and renewing awestruck wonder at possible forms of being” (*Idem*, 226).

Joseph Gixti, em *Terrors of Uncertainty* (1989), sublinha a importância dos fenómenos psíquicos defendendo que o seu desconhecimento pode conduzir à repressão da agressividade do indivíduo e não ao controlo dos impulsos destrutivos. O autor apresenta um ponto de vista psicanalítico, segundo o qual, a violência ficcional possui propriedades catárticas, podendo-se através dela libertar a energia contida em impulsos criminosos e noutras perversões que, de uma forma ou de outra, devem ser expressos, pois de nada serve querermos

escapar ao que quer que seja na psicologia humana. A ficção Gótica proporcionará, assim, de acordo com o autor, uma forma de terapia pessoal possibilitando o efeito catártico de satisfação e libertação que se segue à descarga de tensão resultante da acumulação de impulsos destrutivos em estado de repressão. A ideia é fazer esgotar os excessos de energia psíquica para manter um equilíbrio saudável. O que daqui resulta será um equilíbrio e integração psíquica entre os lados opostos da personalidade. Diz-nos Grixiti: “According to this broadly psychoanalytic viewpoint, what makes for healthy growth or normal development is the establishment of an evenly balanced tension between innate (and largely ‘primitive’) impulses and the restrictions imposed by social constraints” (Grixiti 1989: 80). Devido a esta função catártica dos horrores ficcionais, Grixiti cita Stephen King por ter igualmente descoberto este importante objectivo da literatura de terror. É que, em *Danse Macabre*, o escritor refere-se à necessidade de “lifting a trapdoor in the civilised forebrain and throwing a basket of raw meat to the hungry alligators swimming around in that subterranean river beneath” (King 1981: 205). Esses crocodilos esfomeados representam a presença da “besta em nós”, cuja origem evolucionista foi reconhecida por Darwin, quando afirmou que “the mind of man is no more perfect than instincts of animals... Our descent, then, is the origin of our evil passions!!! – The Devil under form of Baboon is our grandfather!” (*apud* Grixiti 1989: 88).

Nesta descida às caves mais recônditas da psique humana, somos acompanhados pelas personagens de muitas histórias góticas, que nos guiam numa demanda das nossas origens através das trevas mais assustadoras. O famoso romance *Neverwhere* (2000) de Neil Gaiman é disto exemplo, ao representar duas formas de vida opostas na cidade de Londres, unidas apenas pela rede de metropolitano. Romance gótico premonitório do terrível caos escondido nos perigosos subterrâneos da cidade, *Neverwhere* leva-nos por um submundo de túneis, esgotos e escuridão, para que possamos voltar ao mundo mais aparentemente radioso da superfície, mas infinitamente menos excitante, e desejar, ao contrário do que seria de esperar, nunca termos regressado. É que face a uma realidade, onde certos indivíduos nunca se habituariam à sua falta de qualidade, pode-se obter aquilo que se deseja e depois perceber que afinal não se desejava nada disso. O inconformismo da personagem central é disto revelador: “I thought I wanted a nice normal life. I mean, maybe I am crazy. I mean, maybe. But if this is all there is, then I don’t want to be sane” (Gaiman 2000: 371). Daí que, numa entrevista recente, J. G. Ballard tenha defendido que numa sociedade dita saudável, a loucura é a única liberdade possível. Consciente deste facto, a ficção gótica tem desde sempre denunciado todas as simulações de qualidade atribuídas a uma vida, onde as únicas coisas que parecem ter algum sentido são atos sem sentido, e sem qualquer pretensão de qualidade.

Referências Bibliográficas

- Barret, William (1990): *Irrational Man*. New York: Doubleday.
- Blatty, William Peter (1994): *The Exorcist*. New York: Harper.
- Cavallaro, Dani (2002): *The Gothic Vision: Three Centuries of Horror, Terror and Fear*. New York: Continuum.
- Day, William Patrick (1985): *In the Circles of Fear and Desire - A Study of Gothic Fantasy*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Gaiman, Neil (2000): *Neverwhere*. London: Headline.
- Grixti, Joseph (1989): *Terrors of Uncertainty - The Cultural Contexts of Horror Fiction*. London: Routledge.
- King, Stephen. (1981): *Danse Macabre*. New York: Berkley Books.
- Shelley, Mary. (1993): *Frankenstein*. Ware: Wordsworth Classics.
- Stevenson, Robert Louis (1978): *The Strange Case of Dr. Jekyll and Mr. Hyde*. New York: New American Library.
- Stoker, Bram (1997): *Dracula*. New York: Norton.
- Varma, Devendra (1987): *The Gothic Flame*. Metuchen: Scarecrow Press.

Representações do direito em Aquilino Ribeiro

Carlos Nogueira

IELT-FCSH, Universidade Nova de Lisboa / CEL-UTAD

carlosnogueira1@sapo.pt

Resumo

O direito é um dos tópicos mais importantes de alguns dos romances de Aquilino Ribeiro. Neste artigo, a partir de *Mónica*, *Volfrâmio* e *Quando os Lobos Uivam*, procuramos caracterizar a imagem do direito e da justiça no universo literário deste autor, que nos vem dizer que a literatura pode ajudar a compreender melhor o direito e a contribuir para o seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Aquilino Ribeiro. Romance. Literatura. Direito.

Escritor atento às contradições e aos conflitos do ser humano e da vida, Aquilino Ribeiro incluiu nos seus romances personagens, casos, cenas e linguagens diretamente ligados ao direito e aos tribunais. O objetivo do autor é, por um lado, evidenciar o modo como pensam e atuam advogados e juizes numa sociedade ainda muito estratificada; e, por outro, mostrar como há literatura no direito e como esta ligação pode promover a humanização da ciência jurídica.

Ao pôr em confronto advogados, juizes e gente simples, o romancista lembra-nos que em todos os processos judiciais há pessoas e histórias, e que em muitos deles há forma e substância literária. O direito é, em todas as suas fases, linguagem. Daí que não só os advogados e os juizes mas também todos os outros intervenientes usem formas de expressão, sobretudo a narrativa, e recursos estilísticos próprios da literatura. A assunção de que o direito é uma questão de linguagem, e de que a arte oratória é a base de qualquer poder (legítimo ou ilegítimo), vê-se claramente no discurso de cada um dos advogados de acusação, que beneficiam ainda da força ideológica que governa o país. O direito é, pois, em Aquilino, não só linguagem verbal mas também linguagem de poder ligada ao exercício do poder político e económico.

Aquilino Ribeiro apresenta-nos duas práticas do direito: a dos que “julgam a prática da justiça incompatível com a chicana e a malignidade” (Aquilino 1983^a: 248), como defende o advogado de defesa de um réu inocente, no romance *Volfrâmio* (1943); e a prática da “escola de advocacia, proeminente nos tempos utilitários, que manda ao causídico seja faca-de-mato, cego e cínico a bem de tudo que reporte pecúnia” (Aquilino 1983^a: 248), de que é exemplo Guilherme Calabaz, o advogado de acusação da mesma obra.

Em *Quando os Lobos Uivam* (1958), os réus e o dr. Rigoberto têm de provar que as acusações não se apoiam em factos, mas em opiniões baseadas em meras e muitas vezes falsas probabilidades. A acusação quer um julgamento sumário e punitivo, e por isso a defesa tem de demonstrar a má-fé dos que desejam a condenação e, ao mesmo tempo, com base em factos, a inocência dos réus. Compreende-se assim a atitude pedagógica do dr. Rigoberto, que explica de modo convincente o procedimento que o Estado deveria ter adotado no processo de arborização. A defesa suscita o diálogo, mas a acusação continua fechada na sua posição e no seu discurso monocórdico e monolítico, na sua conceção de direito enquanto discurso obscuro e de poder totalitário. Para o dr. Rigoberto e os réus, o direito é um método de integração e de compreensão de opiniões diferentes; para a acusação, é um meio para atingir um fim predeterminado: a condenação de vários homens (inocentes) e o aprofundamento da opressão de uma comunidade (por extensão, de todo o mundo rural e de todas as classes mais baixas).

A acusação forja uma ideia de culpa contra Manuel Louvadeus e os demais réus, que sofrem a perseguição brutal de uma ideologia antidemocrática que castiga inocentes para evitar revoltas sociais. A ilegitimidade deste processo, que se baseia em crimes *construídos* pela acusação, começa na falta de provas e estende-se à disparidade das linguagens dos acusadores e dos acusados, como o dr. Rigoberto faz notar. Os réus, tal como a acusação os descreve, surgem como caracteres fixos que podemos conhecer através de adjetivos (“vicioso”, “rude”, “maldoso”...). Sem provas materiais objetivas, os advogados acusam a partir de provas de carácter, que eles próprios delineiam com base em atos e efeitos cuja relação eles também definem, não admitindo outra ordem de causa e efeito senão a que aponta infalivelmente para a culpa dos réus.

Estamos, nas palavras de Roland Barthes, perante “uma psicologia adjetiva, que não sabe senão carregar as suas vítimas de atributos, ignorando tudo acerca do acto que não caiba na categoria culposa em que se faz entrá-lo à força” (46). Não há presunção de inocência nem suspeitos, mas crime e culpados. Não há provas materiais, mas hipóteses que, à força de repetidas a testemunhas (subornadas) que por sua vez as repetem, valem como provas. Bruno Lêndes, a quem a acusação insiste em perguntar “quisesse ele, a mortandade ter-se-ia evitado”, acaba por responder como era esperado, enganando-se conscientemente a si próprio: “– Quisesse ele – arrancou, rendido àquele sorriso sarcástico e maneiras de alta prestidigitação mental, como se se atirasse dum ponte alta para baixo – ter-se-ia evitado o barulho e a mortandade” (Aquilino 1983^b: 190).

À exceção de Manuel Louvadeus, os outros acusados aparecem destituídos de uma linguagem capaz de se equiparar em argumentação à dos acusadores. São réus que sofrem “também o espetáculo de um terror de que estamos todos ameaçados, o de sermos julgados por um poder que não quer ouvir senão a linguagem que nos atribui” (Barthes 1997: 47). Somos, como eles, “em potência,

não assassinos, mas réus privados de linguagem, ou, pior do que isso, ridicularizados, humilhados, condenados em nome dos nossos acusadores. Roubar a um homem a sua linguagem em nome da própria linguagem, é por aí que começam todos os assassínios legais” (Barthes 1997: 47).

O pressuposto teórico de que o direito é um corpo de doutrinas objetivas e universais, acima dos juízes e das paixões humanas, entra, implícita e explicitamente, na argumentação das duas partes. A acusação nota que o direito é uma ciência; o dr. Rigoberto não nega esta asserção, mas sublinha que o direito não é uma ciência arbitrária ao serviço do totalitarismo. Este advogado percebe claramente como o direito praticado pelo governo é uma questão de poder e de ressentimento contra todos aqueles que se manifestaram contra o modo como a arborização estava a ser implementada.

Este poder e este ressentimento são evidentes durante todo o julgamento, que acaba por ser, para a acusação, uma questão de orgulhos feridos, ataques e contra-ataques. Este aspeto justificaria, só por si, a inclusão deste livro na bibliografia de qualquer curso de direito em Portugal (ou em todos os países cuja língua oficial é o português) e na bibliografia da disciplina ou de cursos de Direito e Literatura ou de Literatura e Direito, que, infelizmente, não existem entre nós (ao contrário do que acontece nos Estados Unidos e no Reino Unido). Os defensores do estudo da literatura em cursos de direito consideram que a literatura oferece aos estudantes situações hipotéticas muito apelativas através das quais é possível experimentar respostas jurídicas.

Para o dr. Rigoberto, o direito é uma instituição que não pode ignorar outros discursos e perspetivas sociais, nem obrigar os menos favorecidos cultural e economicamente a sujeitarem-se a uma autoridade meramente imperativa. As instituições e as normas legais devem interagir com a subjetividade das comunidades e das pessoas, dialogar, promover o cruzamento de visões diferentes. Em vez de excluir os pontos de vista daqueles que mais sentem a autoridade (o autoritarismo) legal, em vez de promover a injustiça social e a desumanização das instituições, o direito deve conciliar. O réu Manuel Louvadeus e o dr. Rigoberto representam esta ideia de que o direito é um sistema de pensamento e de expressão muito vasto e complexo; um sistema, consubstanciado em normas escritas, que pode ser aperfeiçoado por cada indivíduo.

Da autodefesa de Manuel Louvadeus depreendemos que ele vê o direito, em grande parte, como uma competência pessoal e cultural ao serviço da liberdade de opinião; e apercebemo-nos do formalismo que persiste em existir no direito praticado por advogados imparciais e desonestos cuja única preocupação é a de punir através de pesadas penas de prisão. Os conceitos de responsabilidade, autoafirmação e consciência social das comunidades rurais e dos grupos rurais fazem também parte da noção de democracia do dr. Rigoberto, mas não entram na ideia de sociedade do Ministério Público. Os acusadores têm como única

função praticar e intensificar a política de exclusão de um Estado que os beneficia.

O dr. Rigoberto e César Fontalva empenham-se em provar a inocência dos réus, mas todos são condenados exemplarmente. Na leitura do acórdão ficou imediatamente claro o que já fora evidente nos libelos: a condenação sem provas de vários homens que são, em grande parte, vítimas, e, no caso de Manuel Louvadeus, de um inocente absoluto. Aos réus defendidos por advogados “afectos ao regime” (Aquilino 1983^b: 206) não são imputados crimes graves e por isso as penas correspondentes são igualmente menos pesadas. Para um réu “protegido do Bispo, através da irmã, criada do Paço” (Aquilino 1983^b: 206), a parcialidade é ainda mais flagrante: apenas “3 meses de prisão e multa correspondente” (Aquilino 1983^b: 206).

Apesar de tudo, o otimismo de Manuel Louvadeus por um mundo mais justo persiste. É através desta personagem, de César Fontalva e do dr. Rigoberto que Aquilino veicula a noção de que a literatura tem uma função importante a cumprir na revitalização ética do direito. O desapontamento, a humilhação e o sofrimento não os impedem de proclamar que acreditam na construção de uma sociedade renovada, na qual o direito não se distancia do mundo real nem nega a liberdade do indivíduo. A liberdade e a autodeterminação da comunidade reside na liberdade de cada pessoa que se estabelece a partir de uma interação ética com a comunidade. Estas personagens representam, assim, todos aqueles que se opõem à destruição do indivíduo pelo Estado. O poder instituído pode alienar uma grande parte da sociedade, mas não a sua totalidade, se houver vozes com força suficiente para contrariar essa alienação.

Manuel Louvadeus enfrenta os erros e as perversidades da justiça, que o condenou a “3 anos e multa, que não era pequena” (Aquilino 1983^b: 212), e, graças ao seu “exemplar bom comportamento”, “beneficiou de uma amnistia, muito simbólica” (Aquilino 1983^b: 247). O narrador, que nunca deixa de ser interventivo e irónico, sublinha as contradições da justiça, que liberta um homem pelo bom comportamento que, afinal, ele sempre demonstrou: “E ao homem, que nunca fora outra coisa senão um bem-comportado, mandaram-no em paz a pretexto do exercício de uma virtude que deixara de ser inibitória para a sua condenação” (Aquilino 1983^b: 247).

É através desta personagem, que a justiça não consegue transformar num excluído incapaz de fazer ouvir a sua voz, que Aquilino inclui neste romance um dos tópicos mais insistentemente explorados na sua escrita: a denúncia das condições de vida sub-humanas das populações rurais de Portugal, em especial as da Beira Alta. No início do romance, chegado do Brasil e antes de entrar em casa após dez anos de ausência, Manuel Louvadeus nota que está “Tudo na mesma, a velha aldraba, puída de tanto se lhe pegar, o espelho da fechadura escantilhado a uma banda, a couceira de lenho fibroso e terso (...)” (Aquilino 1983^b: 11). Mais exatamente, as coisas estão “Talvez mais velhas... Sim, mais

velhas, ferradas mais fundo pelos dentes da morte a despenhar-se na voragem como as telhas do beiral” (Aquilino 1983^b: 11).

No final da narrativa, Manuel Louvadeus, saído da prisão “mais velho, mais macilento”, mas também “mais lido e sabedor das coisas do mundo, e mais idealista” (Aquilino 1983^b: 247), decide voltar ao Brasil, de onde espera regressar rapidamente e rico, para recuperar a casa e modernizar a aldeia, dotando-a de “lactário”, “hospital”, “telefone”, “luz eléctrica” (Aquilino 1983^b: 248 e 249), etc.:

– Nesta aldeia miserável – prosseguia o ex-penitenciário – que décadas da era nova tornaram mais pobre, mais fanática, mais desoladora, hei-de criar uma Escola de Artes e Ofícios. Uma escola para lavrantes da pedra. (...) andam por esse mundo a construir capelas e mais capelas, igrejas e mais igrejas, casernas, presbitérios, nesta altura da civilização quando os moradores vivem em choças, tão desgraçados que carecem do mais rudimentar dispensário, de correio, de escola em termos, de chafariz! Que aberração! Que erisipela nos corpos e nas almas! Como é possível que na Europa, a mais doura e bela porção do mundo, se reacenda uma febre de Idade Média! (Aquilino 1983^b: 248).

Em Aquilino percebe-se como a relação entre o poder viciado dos tribunais e o poder do Estado é abalada por homens como Manuel Louvadeus e advogados como o dr. Rigoberto. O discurso destas personagens vem pôr em causa a supremacia com que a acusação entra no julgamento. As palavras e os argumentos destes advogados evidenciam que o direito não está imune a múltiplas imprecisões e falhas porque pode haver uma distância demasiado grande entre as leis e os conflitos que pedem a sua intervenção.

A autodefesa de Manuel Louvadeus constitui uma exaltação da liberdade de expressão e uma denúncia do totalitarismo de um Estado e de um regime judicial no geral ignorantes e corrompidos. Ao contrário da acusação, que representa a vertente conservadora da advocacia e portanto não convive bem com a diferença e com novas linguagens, o leitor reconhece nas palavras de Manuel Louvadeus a arte própria do direito: a eloquência ao serviço da ética. Esta personagem concilia lógica e estética, argumentação e literatura, naturalidade e verdade, e é por isso que causa tanto impacto; na acusação, pelo contrário, não há valor literário e argumentativo nem qualquer sintonia entre ética, estética e arguição. Esperar-se-ia dos advogados mais competência no uso das palavras, mas é Manuel Louvadeus, que emigrou e se cultivou lendo livros e dedicando-se ao pensamento, quem articula direito e literatura no tribunal. Esta personagem faz com que o poder criador destes dois campos convirja no mesmo sentido de busca da verdade; um poder que, tendo como horizonte o bom e o belo, mostra e cria uma realidade em cuja existência os recetores podem acreditar:

– As poucas palavras que tenho a dizer são de natureza exclusivamente pessoal. (...). Pelo que crime que pratiquei ou deixei praticar responderá o Sr. Dr. Rigoberto Mendes, grande advogado e meu amigo, que me conhece como as suas mãos enquanto eu mal sei qual é a minha mão direita. Sou um pobre homem que mal soletrava as vinte e cinco letras quando saí de Portugal. Lá fora, através de mil e um cambais, na necessidade de melhorar a minha condição, a reboque ainda da curiosidade, tratei de me instruir. Li quantos livros me caíram debaixo dos olhos, muitos deles passavam porém a minha capacidade de compreensão. Ouvi gente em barda que pregava as suas doutrinas, algumas das quais me pareceram justas e outras desmesuradas. Raciocinei, com as poucas luzes que adquiri, acerca do mundo e da minha pessoa. Aconteceu assim que fui levado a adoptar a igreja positivista por ser aquela que melhor falava ao meu entendimento pouco aberto, não deixo de convir, a respeito do papel que andamos a desempenhar na terra e a sombra que pomos neste trânsito tão rápido da vida. (Aquilino 1983^b: 174)

Neste episódio vê-se como uma personagem sem preparação académica é capaz de desmontar todo o artificialismo e toda a mentira da linguagem jurídica dos advogados de acusação; e é assim porque há grandeza ética nesta voz que, apesar de estar num tribunal, continua igual a si mesma em verdade e na crença de que é possível criar um mundo mais justo e humano. A clareza da sua linguagem e a verticalidade da sua postura moral opõem-se aos exercícios retóricos, verbais e gestuais, dos advogados de acusação, que visam apenas a manutenção de uma ideologia autoritária e repressiva, baseada na pobreza e na ignorância da população. Nesta personagem reconhecemos a retórica forense ao serviço da lei enquanto norma justa e universal; naqueles vemos um uso arbitrário e incompetente do direito e das suas técnicas performativas. Manuel Louvadeus revela-se exímio tanto na substância e na apresentação dos argumentos como na impressão causada no auditório; a acusação, em que não existe qualquer equilíbrio entre ética e dialética, entre verdade e arte retórica, usa apenas a arrogância do poder discricionário. Manuel Louvadeus surpreende pela naturalidade dos seus gestos e das suas palavras, que apelam ao diálogo e ao apuramento da verdade; os advogados que o acusam são afetados, previsíveis e monótonos, e querem apenas que o seu ponto de vista prevaleça.

A ineficácia da aplicação da lei pela lei torna-se evidente no episódio final de *Quando os Lobos Uivam*. Teotónio Louvadeus, para se vingar do “Estado todo-poderoso, absoluto”, que “levou a sua avante” (Aquilino 1983^b: 246), incendia o Perímetro Florestal, sem que ninguém desconfie dele. Uma lei injusta é, assim, contrariada pelo gesto de um único homem, que representa a sua comunidade. Por isso, “os serviços abstiveram-se de pedir socorro às aldeias, supondo-as conjuradas na malfetoria” (Aquilino 1983^b: 254). Teotónio Louvadeus repõe algum equilíbrio na relação jurídica injusta entre o poder estatal e o povo. A classe dominante vence o processo em tribunal, mas perde-o no terreno, por não ter sabido estabelecer um diálogo saudável com a

comunidade. Ao impor-se pela força e pela astúcia de advogados que dão do direito uma má imagem, o Estado vem, contudo, a perder.

A articulação entre a alienação e a luta contra o obscurantismo e a opressão faz-se, em Aquilino, através de um recurso muito usado na literatura: “The particular position of the lawyer in modern society”, que “has proved to be an especially popular mechanism by which writers can present an intense sense of alienation as, of course, has the position of the individual in a ‘totalitarian’ political system” (Ward 1995: 158). Manuel Louvadeus, vítima de uma justiça perversa e punitiva, é um exilado numa comunidade em que muitos são condenados à alienação pelos detentores do poder. Mas, excluído pela justiça, ele não é excluído pelo direito justo, que em *Quando os Lobos Uivam* surge representado pelo dr. Rigoberto.

Aquilino exhibe a retórica oca e o automatismo dos advogados de acusação, que incorrem, por parcialidade e excesso de tecnicismos e de oratória, num discurso destinado apenas a agradar aos seus pares e a atingir o objectivo previamente determinado. De um desses oradores se diz que, “Quando interpretava o código, tendia para a pejorativa. Punha certa prosápia nas suas sentenças, de resto, transcritas nas gazetas da especialidade e muito apreciadas no Conselho” (Aquilino 1983^b: 168). A impiedade deste advogado, que “No tempo da força era homem para, à falta de carrasco, puxar à corda” (Aquilino 1983^b: 168), tem uma explicação de natureza biográfica que é, mais uma vez, burlesca e satírica: “Corria que a sua vida particular era desastrosa, a mulher ninfomaniaca e perdulária; dois filhos valdevinos; uma filha que não regulava bem do juízo. Por isso, seria fera exacerbada” (Aquilino 1983^b: 167).

Em vez de esclarecer a verdade, este tipo de oratória deturpa os factos. Para alterar a verdade e oprimir a inocência e a ingenuidade dos mais fracos, a acusação, em Aquilino Ribeiro, usa palavras e argumentos artificiosos que servem para aumentar, num círculo vicioso, a vaidade oratória, e para intimidar os réus. Por isso é que o dr. Rigoberto (*Quando os Lobos Uivam*), indignado com esta atitude, afirma que a retórica do representante do Ministério Público confunde o réu e lhe causa graves prejuízos:

– Que lhe há-de ele dizer, homem simples e leal como é (...), que não sirva a V. Ex.^a de malha para o ilaquear nos articulados de uma jurisdição de que é arauto? V. Ex.^a tem levado a vida toda a estrear-se nesta dialéctica e ele, grande parte da vida, a cuspir às mãos. Insurjo-me contra a forma por que V. Ex.^a procura enredar o meu constituinte (Aquilino 1983^b: 175).

Neste momento, a intervenção do dr. Rigoberto é, mais uma vez, oportuna. Ele reage com veemência ao comportamento do acusador, que, fluente e hábil, anestesia o espírito crítico do réu e procura influenciar os juizes, ao dar a entender que estão perante um homem partidário do comunismo, “sistema político, negador da ordem em que vivemos, cujas bases são Deus, pátria, propriedade e família” (Aquilino 1983^b: 175):

Ele está aqui para responder pelos seus actos e não pelo que faria ou não faria em tal e tal hipótese. O direito moderno não permite um interrogatório confessional que mesmo seria abusivo nos tempos do Cardeal D. Henrique, rei e inquisidor. Lavro o meu protesto (Aquilino 1983^b: 175-176).

É nas palavras do dr. Rigoberto que Aquilino Ribeiro mostra a sua concepção de eloquência forense. Este advogado, que expõe com vivacidade e verdade os seus argumentos, sem cometer erros de raciocínio e de lógica, é uma personagem fundamental de todo o processo que opõe homens injustamente acusados e Estado. Ele vai revelando a estratégia da acusação, que se serve de um discurso monológico e assertivo que aponta continuamente para o desfecho previsto: a condenação dos réus, que dependerá não da lógica dos factos mas de uma decisão previamente tomada. O objetivo é, como se depreende das palavras dos advogados, em vez de punir crimes, dar um exemplo de força, mesmo que tal implique a condenação de inocentes.

A ideia de que o direito é uma das principais forças do Estado, que conta ainda com a associação da Igreja e da burguesia à Justiça, atravessa todas as intervenções do dr. Rigoberto: “Não é exacto que o poder, que dá leis em Portugal, vincadamente teológico por essência e forma, labora, segundo o lema da inalterabilidade, *in aeternum*?” (Aquilino 1983^b: 297). Correndo riscos evidentes de exclusão profissional e social, este advogado não hesita em afirmar que o poder não cumpre a função que lhe compete: a função dinamizadora de cada indivíduo e da sociedade. Em vez de orientar e determinar a conduta das pessoas através da aplicação legítima do direito, o estado promove a insegurança e o medo. Impossibilitados de definir e estabilizar as suas expectativas de vida nas normas jurídicas, que são, na sua origem, justas, os cidadãos e os réus são obrigados a submeter-se à vontade do poder.

O direito, nestas condições, não se adequa à evolução social nem promove a evolução; é, antes, reduzido a uma dimensão meramente utilitária, ao aprovar a transformação de “presunções em certezas” (Aquilino 1983^b: 176) e ao condenar inocentes. O estado legitima assim arbitrariamente no direito a sua força, ignorando o princípio do direito como ordem justa, regulada pela ideia de Bem (que, por sua vez, apesar de toda a subjetividade que lhe é inerente enquanto conceito e enquanto práxis, envolve elementos lógicos como a igualdade de todos perante a lei e a proporcionalidade entre delitos e penas).

No romance *Volfrâmio*, o autor evidencia ainda mais explicitamente como, no tribunal, a literatura se articula com o direito. O dr. Manuel Torres, que defende um réu inocente, sabe ligar aptidões físicas, técnica e bom gosto literário, tanto na forma como no conteúdo: “A sua voz era colorida, quente, embora sem patético teatral, aliando, dir-se-ia, o encanto dum troveiro à arte de dizer dum contador de histórias” (Aquilino 1983^a: 312). Esta passagem permite-nos concluir que Aquilino Ribeiro vê claramente as vantagens do recurso à

literatura na prática do direito. A sensibilidade literária pode contribuir decisivamente para que os advogados apresentem os seus argumentos de modo mais eficaz e para que os juízes redijam as sentenças com mais clareza e ligação à realidade.

Aquela noção é ainda mais evidente em *Mónica* (1939), no advogado Ricardo Tavarede, que, “cativo da sua seriedade”, não pratica a advocacia “com truculência e atropelo, fora do ritmo de uma inteligência limpa” (Aquilino 1983^c: 37). Conhecido como o defensor do revolucionário Luís Bravo, cuja absolvição conseguira, Ricardo Tavarede tinha “fama de ralaço quando mais que tudo era um delicado, nas minutas e defesas pondo literatura, uma literatura virginal, de forma e de pensamento, só dele, que lhe merecia roda de maduro dos clientes e de nefelibata dos colegas com presunção de letrados e videirinhos” (Aquilino 1983^c: 37-38). Na sua vida particular e enquanto advogado, esta personagem seguia o lema da revista “de análise e controvérsia” (Aquilino 1983^c: 63) *Barca do Inferno*, que dirigia com dois colegas: “cultivar o homem e ensiná-lo a ser livre” (Aquilino 1983^c: 38) através do efeito civilizador do pensamento e da palavra.

A honestidade dos advogados que se ocupam da defesa dos mais fracos e a desonestidade dos advogados que acusam pessoas inocentes ficam bem evidentes durante os julgamentos; mas Aquilino, para denunciar uma sociedade injusta, rígida e meticulosa na exploração das classes mais baixas, e para louvar aqueles que se opunham às classes mais elevadas, usa outros procedimentos narrativos e estilísticos. Tanto a exaltação da dignidade e da coragem daqueles que defendem os réus acusados injustamente como a crítica à imoralidade de quem se associa ao poder discricionário do Estado se fazem através do acompanhamento de algumas personagens antes e depois das audiências, ou através de revelações sobre a sua vida privada ou de apontamentos sobre o aspeto físico. Em *Quando os Lobos Uivam*, por exemplo, vemos o dr. Rigoberto a caminho da audiência e ficamos a saber que ele decide não contrariar as expectativas de Teotónio Louvadeus, que o acompanha, de que o filho será absolvido.

A ironia e o humor satíricos são uma parte indissociável de todo o discurso do narrador, que diminui a autoridade dos advogados de acusação e os submete ao julgamento da literatura. Contra o autoritarismo do direito, que se expressa através do discurso estereotipado dos advogados, dos juízes e, em particular, da sentença, Aquilino Ribeiro usa a liberdade e a criatividade do discurso literário. O escritor sabe que as inúmeras possibilidades da literatura podem contribuir para transformar o direito num universo mais justo.

Compreende-se por isso a atenção que Aquilino dispensa à caracterização prévia dos advogados e às suas palavras. Fica evidente, antes de mais, que a linguagem do direito não é usada apenas para o bem comum e para a revelação da verdade. Esta linguagem também pode diminuir ou anular a humanidade daqueles que a sabem manipular, sobretudo quando o direito, como sistema de

princípios, regras e sanções, se reduz a uma mera expressão de interesses de classe que usam em seu benefício o arbítrio do poder público. Os advogados de acusação representam os poderes pervertidos e as ordens instaladas que não se autoquestionam nem se aperfeiçoam eticamente. O Estado e o sistema jurídico, em vez de constituírem poderes separados, convivem numa promiscuidade que tem como objetivo criar mais poder totalitário e repressivo.

Em Quando os Lobos Uivam, o narrador apresenta, com humor satírico, pormenores físicos e aspetos da vida pessoal dos advogados de acusação. Aquilino recorre a uma técnica satírica que sempre acompanhou a sátira: a ligação burlesca de vicissitudes biográficas, vícios e defeitos físicos ao universo moral e comportamental. Na apresentação que deles nos faz o narrador, estes advogados aparecem destituídos da pompa com que se querem mostrar aos réus e aos assistentes. O dr. Octávio Rouvinho Estronca Briteiros, por exemplo, “chocho e perro”, é alguém “que não ouvia bem”, e que, por isso, para não se diminuir perante os outros, “quando lhe falavam deitava-se a adivinhar o que lhe diziam. Daí infinitos e cómicos quiproquós nas audiências” (Aquilino 1983^b: 167).

Na caracterização desta personagem, cuja ridicularização começa no nome, entra também a comparação com um dos animais domésticos mais usadas na sátira: “Casara enganado no Alentejo, para onde um ministro amigo o empontara, como a jovem suíno para o montado: – *Vá, vá para o Alentejo, que vai casar rico!*” (Aquilino 1983^b: 167). Burlesco no aspeto físico e numa deficiência física, burlesco no nome, cuja dimensão fonética se liga a pretensões de nobreza (“Por sua conta e risco, duma vaga parentela fidalga de que seu avô paterno fora bastardo, acrescentou ao nome Estronca Briteiros” (Aquilino 1983^b: 168), este advogado é ainda visto como burlesco na sua vida privada: “E casou pobre. Casou com uma saca de trigo, hipotecada, e desde então, de pobretaina que fora, levava vida de futre, inconforme e surdo” (Aquilino 1983^b: 167-168).

Na literatura (e no cinema, que primeiro é literatura), com todas as suas possibilidades e técnicas, vemos a complexidade e os múltiplos contornos dos conflitos que chegam aos tribunais (contornos individuais, coletivos, políticos, jurídicos, religiosos...). Através da representação destas imagens e destas histórias, o escritor abre novas categorias de perceção e de julgamento, promove a compreensão e a alteração das relações de poder, e intervém assim dinamicamente na sociedade. Partindo de situações que envolvem réus e acusadores, advogados e juízes, Aquilino Ribeiro diz-nos que a literatura pode trazer ensinamentos acerca da condição humana e da sociedade. O leitor é chamado à posição de jurado, de participante ativo no processo de acusação e de defesa. Os romances em que Aquilino Ribeiro aborda a magistratura são significativos para muitos tipos de leitores, e muito em particular para quem legisla. Uma das mensagens mais fortes é sem dúvida a de que o direito não deve esquecer os marginalizados e as classes trabalhadoras, nem as pessoas, como Manuel Louvadeus de *Quando os Lobos Uivam*, que sofrem os excessos

de um direito injusto ou injustamente aplicado por “advogados à busca de clientela e juristas enriquecidos, intrigantes, loquazes, espertos, onagros, a variadíssima fauna dum meio troca-tintas e desabusado” (Aquilino 1983^c: 21).

Aquilino Ribeiro mostra-nos como a literatura e o direito se articulam na produção de valores e ideais justos, na defesa dos menos favorecidos e na prevenção do erro e da má-fé nas questões judiciais. Os casos que aparecem nos romances deste autor são a prova de que a literatura tem muito a oferecer ao direito na resolução dos conflitos sociais e na compreensão de situações que às vezes são mais simples ou mais complexas do que as sentenças deixam transparecer. Para Aquilino, o lugar de constante revolução por ideais de Bem e de Justiça que é o direito não pode distanciar-se do lugar de constante revolução por esses mesmos ideais que é a literatura.

Obras citadas

- Barthes, Roland (1997): “Dominici ou o triunfo da literatura”. In *Mitologias*. Lisboa: Edições 70, pp. 44-47.
- Ribeiro, Aquilino (1983^a): *Volfrâmio* (1944). Lisboa: Círculo de leitores.
- (1983^b): *Quando os Lobos Uivam* (1958). Lisboa: Círculo de leitores.
- (1983^c): *Mónica* (1939). Lisboa: Círculo de leitores.
- Ward, Ian (1995): *Law and Literature. Possibilities and Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press.

Notas breves para uma reflexão sobre as relações entre literatura e meio ambiente

José Eduardo Reis

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
jereis@utad.pt

*Para a Isabel Alves,
com um seixo na palma da mão*

1. No âmbito de uma reflexão premente sobre as relações entre o campo de conhecimento literário e políticas de futuro, a pertinência temática de uma linha de investigação que articula o estudo da literatura e do meio ambiente encontra a sua justificação na plena atualidade política da crise global ecológica e da sua real ou imaginária deterioração futura.

2. Por outro lado, e atendendo à contemporânea determinação cultural e política do estudo da literatura, não exclusivamente orientada para a análise sistemática dos seus códigos, normas e convenções, antes configurada por diferentes contributos teóricos da de outras áreas do conhecimento das humanidades e das ciências sociais, é de salientar, como tentativa dos estudos literários darem resposta àquela crise, a emergência na década de 90 da designada ecocrítica – termo que parece reunir na academia portuguesa consenso relativamente a outros termos oriundos do universo académico anglo-saxónico, *ecopoetics, environmental criticism, green cultural studies*.

2.1 Em termos axiomáticos, Cheryll Glotfelty, a primeira editora de um primeiro *Ecotricism reader*, define essa modalidade de estudo literário como “the study of the relationship between literature and the physical environment” (Glotfelty & Fromm 1996: xviii)

3. À semelhança de outros tópicos de relevância política e cultural, como os da ‘raça’, ‘classe’ e ‘género’, o estudo literário do meio ambiente, procurando refletir e responder teórica e metodologicamente no interior dos estudos literários ao candente problema da pressão humana sobre a sustentabilidade das condições físicas da vida na terra, começou a adquirir consistência teórica entre as segundas metades dos anos 80 e 90 e a autonomizar-se como um subdomínio dos estudos literários no seio dos departamentos de Inglês e de Humanidades de algumas universidades americanas no início do nosso século.

3.1. Em concreto, na origem da modelação paradigmática da ecocrítica convergem, por um lado, a tradição norte-americana de escrita não-ficcional com as suas representações da ‘wilderness’ por autores como Thoreau (revisitado por um dos mais influentes livros da ecocrítica americana *Environmental Imagination* (1995), de Lawrence Buell), Mary Austin, John Muir, Wendell Berry, Edward Abbey e Annie Dillard, e, por outro, as leituras revisionista do romantismo inglês, nomeadamente de John Bate, em *Romantic Ecology* (1991), e mais recentemente por Kevin Hutchings, ‘Ecocriticism in British Romantic Studies’, in *Literature Compass* (2007)

4. Tomando como objeto geral de estudo as interconexões entre cultura (os artefactos da língua e da literatura) e natureza (a ecosfera), Glotfelty inventaria um conjunto de questões centradas no estudo literário do meio físico passíveis de serem abordados pela ecocrítica, que, pela sua variedade e extensão, vale a pena serem transcritas:

How is nature represented in this sonnet? What role does the physical setting play in the plot of this novel? Are the values expressed in this play consistent with ecological wisdom? How do our metaphors of the land influence the way we treat it? How can we characterize nature writing as a genre? In addition to race, class, and gender, should place become a new critical category? Do men write about nature differently than women do? In what ways has literacy itself affected humankind’s relationship to the natural world? How has the concept of wilderness changed over time? In what ways and to what effect is the environmental crisis seeping into contemporary literature and popular culture? What view of nature informs [...] reports, corporate advertising, and televised nature documentaries, and to what rhetorical effect? What bearing might the science of ecology have on literary studies? How is science itself open to literary analysis? What cross-fertilization is possible between literary studies and environmental discourse in related disciplines such as history, philosophy, psychology, art, history and ethics? (Ecocriticism Reader, xix).

5. A mesma autora recorre ao modelo triádico que Elaine Showalter utilizou na categorização da crítica feminista para descrever a evolução da ecocrítica, subsumindo-a três fases: (i) a relativa à análise, na literatura canónica, dos estereótipos, distorções e omissões da representação literária da natureza; (ii) a fase em que a crítica redescobre e reconhece uma tradição, muitas vezes de enfoque biográfico, de escrita sobre a natureza tanto em autores reconhecidos como desconhecidos; (iii) a fase teórica de configuração e de fundamentação epistémica de domínios discretos de reflexão sobre as relações entre natureza e cultura como os da “Deep Ecology” (movimento fundado pelo filósofo norueguês Arne Naess) (Clark, 23-24), do ecofeminismo e da poética ecológica. (Glotfelty, xxii-xiv).

6. Se como instância crítica, a ecocrítica “has one foot in literature and the other on land”, se como discurso teórico “it negotiates between human and the nonhuman” (Glotfelty, xix), percebe-se que possa ser genericamente caracterizada – na designação alternativa ou equivalente proposta por Timothy Clark de ‘environmental criticism’ – como “‘extra-vagant – from the Latin for wandering beyond the boundaries” (Clark, 4).

6.1. Em muitos sentidos, a prática ‘extra-vagante’ da ecocrítica desestabiliza as convencionais categorizações dualistas natureza/cultura, humano/não humano, eu/outro, etc., alargando o espectro e reconfigurando o campo do estudo literário para além dos limites definidos de disciplinas e abordagens convencionais, herdadas do paradigma humanista do conhecimento.

7. Em correspondência com a evolução da literatura comparada, essa vocação ‘extra-vagante’ e abertura à prática interdisciplinar da ecocrítica predis põem-na a ser utilizada como um inequívoco recurso hermenêutico da análise literária comparatista.

7.1. Resumindo essa vocação escreve Timothy Clark:

ecocriticism makes up the arena of an exciting and imponderable intersection of issues, intellectual disciplines and politics. Its potential force is to be not just another subject of literary criticism, situated within its given institutional borders, but work engaged provocatively both with literary analysis and with issues that are simultaneously both with literary analysis and with issues that are simultaneously but obscurely matters of science, morality, politics and aesthetics. (8)

8. A predisposição comparatista da ecocrítica não deve elidir as dificuldades, tensões, contradições, oposições teóricas das/às suas abordagens, em grande medida derivadas quer da difusa ou equívoca determinação do conceito de ‘natureza’ quer do uso anacrônico, sentimental e inadequado do termo ‘natural’.

8.1. A tripartida distinção dos significados do conceito de natureza feita por Timothy Clark, como (i) a natureza em si – “the sum total of the structures, substances and causal powers that are the universe” –, (ii) opondo-se conceitualmente à noção de cultura – the “non-human world, the no-artificial, considered as an object of human contemplation, exploitation, wonder or terror”–, (iii) a característica definidora de algo – “the nature of democracy’, or the nature of ‘nature’” – (6-7) tem, por um lado, a vantagem de relativizar o sentido dogmático e redutor da tese construtivista que define a ‘natureza’ como uma entidade social e ideologicamente construída, e, por outro, de reconhecer que as leituras ecocríticas são, na sua maioria, necessariamente determinadas por abordagens e entendimentos culturais, mesmo que mitigados no seu teor antropocêntrico, da natureza / meio ambiente.

9. Há tentativas literárias, ensaísticas e poéticas, de transcender o efeito construtivista / culturalista da representação da natureza. Entre elas, Clark destaca várias propostas com valor de exemplo: (i) a de Lawrence Buell, em *Environmental Imagination* (1995), praticando uma escrita orientada por uma “‘disciplined extropection’ that submits itself to the difficult discipline of inventing language adequate to the endless variety and subtlety of things in nature, such as Thoreau’s attempt to verbalize the subtlest gradations of light on the surface of the lake” (47), (ii) a de David Abram, em *The Spell of the Sensuous* (1996), baseando-se na filosofia de Merleau-Ponty sobre as origens corporais do fenómeno da linguagem de maneira a procurar demonstrar que, “the sources of language lie in a realm in which the distinction of human and non-human does not apply” (48), (iii) a da poesia de Gary Snyder, em *Mountains and Rivers Without End* (1996), mediante a qual Snyder procura estabelecer correspondências entre os grandes ciclos ecológicos das forças elementares da natureza e os estádios da evolução da humanidade. (Para dar outro exemplo não anglo-saxónico, parece-nos que a poesia de Francis Ponge em *Le Parti Pris des Choses* situa-se nesta linha de pensamento poético proto-culturalista, digamos assim, passível de ser lido por uma abordagem ecocrítica.

9.1 Mas apesar destas experiências literárias em que a representação da relação humano/não humano ou cultura/natureza surge reordenada pela tentativa de reinventar a medida dessa relação, uma das características que definem a prática da ecocrítica é justamente a de produzir leituras, tanto de textos literários como de textos não ficcionais de incidência ambiental, que comportam diferentes medidas e competitivas conceções culturais da natureza.

“For an environmental critic, every account of a natural, semi-natural or urban landscape must represent an implicit re-engagement with what ‘nature’ means or could mean [...] with its various implicit projections what of human identity is in relation to the non-human, with ideas of the wild, of nature as a refuge or nature as a source, nature as the space of the outcast, of sin and perversity, nature as space of metamorphosis or redemption”. (Clark, 6)

10. Uma das principais áreas de estudo da ecocrítica é designada por *nature writing*. Esta ‘escrita sobre a natureza’, elaborada na esteira do ensaio de *Thoreau*, Walden, levanta questões de indefinição genológica que são remissíveis à indeterminação das fronteiras entre o ficcional e o não ficcional. Thomas J. Lyon procurou esclarecer em “A Taxonomy of Nature Writing” a diversidade e a especificidade das espécies literárias da *nature writing*, subdividindo-a em três grandes modos, a saber, (I) conteúdos temáticos sobre história natural, (II) respostas pessoais à presença da natureza, (III) interpretações filosóficas da natureza. Baseando-se em exemplos da literatura norte-americana, Lyon compõe um quadro taxonómico em que identifica e nomeia as formas específicas da ‘escrita sobre a natureza’ subsumidas aqueles

três grandes modos: “(i) Field Guides and Professional Papers, (ii) Natural History Essays, Rambles, (iii) Solitude and Backcountry Living, (iv) Travel and Adventure, (v) Farm Life, (vi) Man’s Role in Nature” (Ecocriticism, 277-8).

11. Finalmente, há ainda a destacar nesta breve aproximação a algumas questões, problemas e possibilidades hermenêuticas demonstrativas do potencial comparatista e da relevância sociocultural e política da ecocrítica a sua relação com as dimensões científica e ética do pensamento ecológico. Neste sentido há a destacar a tese de Hubert Zapf, bastante influente entre os críticos alemães, de atribuir à literatura “an ecological principle or ecological force” (Clark, 153), desenvolvida no seu livro, publicado em língua alemã, em 2002, *Literature as Cultural Ecology: On the Cultural Function of Imaginative Texts with Examples from the American Novel*.

11.1. Adequando princípios e teses do pensamento ecológico à teoria literária, Zapf desenvolve a tese de que a literatura opera ecologicamente contra as tendências de obsolescência da sociedade. Segundo este autor, os textos literários providenciam um “‘sensorium and symbolical principle of compensation in relation to cultural deficits and imbalances’, a space in which socially repressed or marginalized people or issues may voice themselves. As a counterweight to social forces of homogeneity and conformity, literary works renew continually the cultural imaginary, language and perception”. (Clark, 153)

References

- Abram, David (1997): *The Spell of the Sensuous: Perception and Language in a more-than-human World*. New York: Vintage.
- Bate, Jonathan (2000): *Song of the Earth*. Oxford: Picador.
- Buell, Lawrence (2005): *The Future Environmental Criticism: Environmental Crisis and Critical Imagination*. Oxford: Wiley Blackwell.
- Clark, Timothy (2011): *The Cambridge Introduction to Literature and the Environment*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gary Snyder, Gary (1996): *Mountains and Rivers Without End*. New York. Counterpoint.
- Glotfelty, Cheryl & Fromm eds. (1996): *The Ecocriticism Reader. Landmarks in Literary Criticism*. Athens and London: University of Georgia Press.
- Hutchings, K. (2007) “Ecocriticism in British Romantic Studies”. <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1741-4113.2006.00417.x/abstract>
Literature Compass, 4: 172–202
- Lyon, J. Thomas ed. (1989): *This Incomparable Land: A Book of American Nature Writing*. Boston: Houghton Mifflin.

- Naess, Arne in George Sessions ed. (1995): *Deep Ecology for the 21st Century: Readings on the Philosophy and Practice of the New Environmentalism*. Boston and London: Shambala.
- Ponge, Francis (2008): *Le Parti Pris des Choses*. Gallimard: Saint-Amand (1948).
- Zapf, Hubert (2002): *Literatur als kulturelle Ökologie: zur Kulturelle Funktion imaginative Texte an Beispielen des amerikanischen Romans . Literature as Cultural Ecology: On the Cultural Function of Imaginative Texts with Examples from the American Novel*. Tübingen: Nyemeyer.

Leituras intermitentes e releituras circunstanciais (Notas a propósito da Publicação da Obra Literária de José de Almada Negreiros)¹

Celina Silva
Universidade do porto
celinas@letras.up.pt

Performance que se manifesta através da palavra, a produção literária de Almada, porventura a componente menos conhecida do público alargado no seio da totalidade da sua obra multimodal, instaura uma sistematicidade processual². Tal dimensão é verificável não apenas ao nível da prática de escrita, permanente

¹ A publicação da obra literária de José de Almada Negreiros justifica, exige mesmo, um estudo exaustivo que em muito transcende o âmbito desta comunicação, daí a razão do título e do subtítulo. Convém realçar que a autora do texto não é especialista em crítica textual, tão-só da obra literária de Almada, não sendo pois esse o âmbito da presente comunicação. Assim sendo, impõe-se um agradecimento à Dr.^a Teresa Salgado, Conselheira, à Dr.^a Arlette Darbort, Diretora, à Dr.^a Isabel Jabort e à Dr.^a Isabel de Barros, da Biblioteca do Centre Culturel Calouste Gulbenkian em Paris pelo apoio prestado.

² Na dissertação de doutoramento em Teoria da Literatura, *A Busca de uma Poética da Ingenuidade – (Re)invenção da utopia. Reflexão sistematizante acerca da produção literária de Almada Negreiros*, defendida em 1992 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, publicada pela Fundação Eng.^o António de Almeida dois anos depois, nomeadamente ao longo da introdução, equacionam-se as questões fundamentais suscitadas pela textualidade de Almada tal como ela se apresentava no momento. Tais questões dizem respeito tanto à inventariação, datação, seriação e classificação quanto ao cunho plural da grande maioria das manifestações textuais, patenteando situações de reescrita pura e simples, produção de variantes e versões diferentes de um mesmo texto, práticas de transestabilização, operações de fragmentação, de excisão, de adição, de reagrupamento e de transgenericidade.

O cerne desse trabalho consiste no dar conta da sistematização inerente à escrita de Almada, inferindo-se a poética que dela decorre, suportando-a. Assim não se visa na referida tese proceder ao estudo aturado dos textos nem tão-pouco à sua descrição específica, muito embora em fase de investigação tal abordagem tenha necessariamente sido feita. Efetivamente, a maioria, muito larga aliás, das afirmações nela produzidas permanece válida ainda, apesar de, como aí se referencia, não ter havido acesso ao espólio, excepto no tocante aos manuscritos de *Portugal*, fornecidos pelos herdeiros e de «Parva», facultado pelo Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian, tendo sido o último estudado anteriormente na dissertação de mestrado *Da 'Histoire du Portugal par Cœur' – Ao encontro da ingenuidade*, defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em 1986.

Por outro lado, a autora, tendo iniciado o estudo da referida obra em 1982, tem-se dedicado a divulgá-la junto de públicos diversificados desde 1985.

exercício no interior da ordem do literário buscando-lhe os limites, mas também em termos de circulação social da mesma. Em momentos anteriores³ foram sobejamente apontadas as dificuldades em delimitar quantitativamente a referida produção atendendo às marcas que a caracterizam: multiplicidade de versões quer inéditas quer publicadas de um mesmo texto que, por vezes, foi também apresentado enquanto performance, *happening* ou conferência, existência de edições de autor seja no tocante aos textos do momento vanguardista seja aos da maturidade, inúmeras publicações em jornais e revistas em vida de Almada, e sobretudo as duas edições (póstumas) das *Obras Completas*⁴ que apenas o são por antífrase. Com efeito, apesar do hiato temporal entre elas existente, e, embora a última comporte um corpus textual muito mais vasto que a primeira⁵, ambas foram «interrompidas», constando de menos volumes do que o previsto, mas sobretudo, apresentam grandes imprecisões, lacunas clamorosas, truncagens, ausência de rigor na fixação dos textos e de aparato crítico justificativo dos critérios adotados na publicação, conforme estudiosos referiram⁶. Entre a primeira e a segunda das aludidas edições, mais precisamente em 1982, surge um volume de inéditos – *Ver* –, organizado e prefaciado por Lima de Freitas, não figurando na publicação a cargo da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, que lhe é, no entanto, posterior. Tal facto pode ser justificado pela suspensão da mesma.

³ Cf. *A Busca de uma Poética da Ingenuidade – (Re)invenção da utopia*, cit., e nomeadamente A Intermitente Emergência da Obra. In: *O Escritor*, n.º 10-11, Lisboa, 1998; escrito em 1993, aquando das comemorações do centenário do nascimento de Almada e relativo ao estágio da circulação da obra até essa data, foi – por razões alheias à autora – publicado apenas em 1998, tendo a mesma optado por não o atualizar, bem como o texto «Fragmentos Mínimos», que comenta os documentos inéditos e desenhos exibidos durante o colóquio *Almada Negreiros – A Descoberta como Necessidade*, realizado na Fundação Eng.º António de Almeida, Porto, em 1996, constando, com o seu tratamento arquivístico, das respetivas atas, publicadas em 1998 (*Almada Negreiros: A descoberta como necessidade – Actas do Colóquio Internacional*, Porto, pp. 641-65).

⁴ Cf. Estampa, 1970-72, seis volumes dos oito anunciados e dos dez previstos: *Contos e Novelas, Nome de Guerra, Teatro, Poesia, Ensaios e Textos de Intervenção*; e Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985-93, sete volumes: *Poesia, Nome de Guerra, Artigos no Diário de Lisboa, Contos e Novelas, Ensaios, Textos de Intervenção e Teatro*. Quanto a esta última edição, não foi possível apurar o número de volumes programado.

⁵ Nomeadamente em *Poesia, Teatro* e, sobretudo, a inclusão do conjunto de crónicas publicadas nos anos 20 no *Diário de Lisboa*, redescobertas e estudadas por Ellen Sapega na sua dissertação de doutoramento, *Ficções Modernistas: A contribuição de José de Almada Negreiros para a renovação do Modernismo português*, de 1988, publicada em 1992.

⁶ Cf. J. Barrento, Nova edição de poesia de Almada Negreiros. In: *Colóquio / Letras*, n.º 117/118, Setembro de 1990; A. Bueno, *Almada Negreiros – Obra Completa*, Rio de Janeiro, 1997; M. A. Galhoz, À margem das *Obras Completas* de José de Almada Negreiros. In: *Colóquio / Letras*, n.º 3, Setembro de 1971; C. P. Martínez Pereiro, *A Pintura das Palavras, Uma Novela em Chave Plástica*, Santiago de Compostela, 1996; E. Sapega, *Ficções Modernistas: A contribuição de José de Almada Negreiros para a renovação do Modernismo português*, Lisboa, 1992; C. Silva, *A Busca de uma Poética da Ingenuidade – (Re)invenção da utopia*, cit.; Id., *Da 'Histoire du Portugal par Cœur' – Ao encontro da ingenuidade*, cit.; Id., *A intermitente emergência da obra*, cit..

Por sua vez, a edição em 1997 de *Almada Negreiros – Obra Completa*, a cargo da Nova Aguilar, cuja «Nota Editorial», faz clara referência às insuficiências das anteriores (op. cit.: 11-13), se bem que muito mais cuidada e explícita relativamente aos critérios adotados na realização da mesma, está também ainda bem longe de corresponder ao que os referidos elementos paratextuais deixam antever, nomeadamente ao realçar a inclusão de várias e relevantes obras não contempladas nas compilações precedentes⁷. É de notar que esta publicação, à semelhança das precedentes, não faz qualquer referência às inúmeras entrevistas concedidas por Almada nem tão-pouco à sua vastíssima e importante correspondência, elementos capitais para uma divulgação rigorosa da obra em questão, lacuna essa que investigadores apontaram a devido tempo.

Na citada nota menciona-se ainda uma marca da produção literária em questão que a generalidade da crítica referencia: a quase impossibilidade de estabelecer uma taxonomia rigorosa relativamente a esta obra⁸. Efetivamente os textos de Almada, fruto que perdurará do experimentalismo do momento vanguardista, rompem, de modo mais ou menos violento ou evidente, as fronteiras dos géneros tradicionais desconstruindo-os através da composição de manifestações textuais plurais. Frequentemente tais objetos patenteiam uma dimensão gráfica nuclear, ou de performance, mas também de reflexão e especulação, numa postura construtiva instauradora daquilo que Maria de Lourdes Ferraz chamou «subversão histriónica dos géneros». Assim uma qualquer taxonomia desta obra é sempre relativa e relativizável pois trabalha com e sobre «textos», categoria literária dinâmica, definível essencialmente pela transtextualidade, a qual muitas vezes se manifesta enquanto transgenericidade⁹. Dimensões estas plenamente evidenciadas na produção de Almada, onde a linguagem e suas modalidades funcionais se convertem em objeto de pesquisa, lúdica ou reflexiva, mediante a qual a plasticidade da matéria verbal se encontra potencializada ao máximo. O dinamismo nela vigente corporiza ora formas de escrita exuberantes e arrebatadoras ora construções de uma sobriedade quase geométrica dialogando incessantemente em permanente (re)descoberta, (re)invenção.

A mencionada publicação, a primeira a apresentar uma planificação geral, a expor os critérios empregues e a justificar a adoção de uma ordenação

⁷ Cf. dois textos na secção «Poesia»: «Aconteceu-me» e «Chez Moi», sendo o último inédito até então, e *Ver, Mito-Alegoria-Símbolo, A Chave Diz: Faltam Duas Tábuas e Meia de Pintura no todo da Obra de Nuno Gonçalves*, e *Orpheu* em «Manifestos, Ensaios, Crónicas e Prosa Doutrinária».

⁸ Cf. D. Mourão Ferreira, Alfredo Margarido, José-Augusto França, Celina Silva, Alexei Bueno e Cabral Martins.

⁹ Na citada dissertação de doutoramento recorreu-se a uma «ordenação» segundo parâmetros tradicionais, embora bastante modalizada, tendo-se realçado o papel fulcral da dimensão gnómica que se dissemina em grande parte dos textos, sejam eles líricos, narrativos, dramáticos, ensaísticos, polémicos, especulativos, para não referir os mais especificamente reflexivos.

cronológica para os textos que considera não literários, não está contudo isenta de gralhas e imprecisões, mas sobretudo, permanece incompleta quer no tocante a inéditos quer a éditos, apesar dos propósitos nitidamente convocados por Alexei Bueno e da componente documental nela vigente, não exaustiva embora bem documentada. Esta última é constituída por: «Cronologia da Vida e da Obra», «Reportagem Iconográfica», no início do livro, e em «Apêndice»: «Fontes Originais dos Textos de Almada Negreiros» e «Bibliografia».

Com efeito, na introdução a esta mesma edição, «Almada Negreiros, Letras e Artes», da autoria de José-Augusto França, figura de referência na abordagem da obra em questão, afirma-se, com pertinaz propriedade, algo que caracteriza a manifestação pública da mesma, em sintonia com o equacionado no artigo constando na nota terceira deste trabalho: a existência de uma dada «circulação» de documentos e manuscritos inéditos: «Muitos foram recolhidos em edições de *Obras Completas*, geralmente sem data, e inéditos, e outros há que se conhecem e correm como “*Chez Moi*” de 1915, poesia intimista do ano d’ “*A Canção do Ódio*”» (op. cit.: 32). Efetivamente tem-se assistido entre os anos 70 e o fim de século, por singular que pareça, a uma emergência intermitente¹⁰, pontual de textos não editados, de versões inéditas de textos publicados existentes em diversas coleções particulares, em instituições públicas¹¹ e privadas¹², realçada pela sua posterior publicação parcelar e descontínua, comprovando-se assim a grande dificuldade em organizar «obras completas» que de facto o sejam. Dificuldade essa decorrente, em grande parte, da incapacidade em abarcar o corpus da produção na sua totalidade, ou algo próximo, dada a sua dispersão¹³, por um lado, mas, sobretudo, a sua natureza proteiforme, não obstante una. Variedade e variabilidade impulsionam uma escrita em processo onde a unidade deriva da relação por elas instaurada.

As referidas edições, sucessivamente mais alargadas como se constata, continuam contudo imperfeitas, nos dois sentidos que o termo comporta. É consabido, sobejamente referido pelos estudiosos, que a publicação desta obra está longe de satisfazer as exigências do público em geral, a quem de facto por vontade expressa do autor se destina e, muito menos, de leituras mais especializadas cujo teor contribui necessariamente para uma maior e mais

¹⁰ Cf. os manuscritos exibidos em 1993 na Exposição «Almada: O Escritor, O Ilustrador», da Biblioteca Nacional de Lisboa, a mencionada exposição integrada no referido colóquio «Almada Negreiros – A Descoberta como Necessidade», o poema «*Chez Moi*» supracitado, mas essencialmente o, a todos os títulos relevante pela diversidade e consequentemente fidelidade à natureza da obra, corpus de inéditos – carta, texto ensaístico e fragmentos de narrativas bem como uma versão inédita de «*Rondel do Alentejo*» – dado à estampa em primeira mão no número de homenagem a Almada da revista *Colóquio / Letras*, n.º 149-150, em 1998.

¹¹ Bibliotecas Nacional de Lisboa e Municipal do Porto.

¹² Fundação Calouste Gulbenkian e Centro de Arte Moderna.

¹³ É do domínio público que Almada oferecia com muita frequência desenhos e textos, estes últimos em menor número mas todavia significativo, a amigos e conhecidos.

criterosa divulgação e conhecimento da mesma. Impõe-se sobremaneira a realização de uma edição fidedigna desta produção complexa a muitos níveis e cuja divulgação se torna imperativa dada a sua inegável qualidade e cariz excecional no contexto português. Maria de Lourdes Ferraz no prefácio a *A Busca de Uma Poética da Ingenuidade – Re)invenção da utopia*, datado de 1994, afirma a urgência em se proceder à organização de uma edição crítica da mesma, constatação cuja pertinência o decurso do tempo tem demonstrado de modo cabal (op. cit.: 12).

Assim, em 2000 inicia-se uma nova publicação da *Obra Literária de José de Almada Negreiros* a cargo da prestigiada editora Assírio & Alvim, contando com o apoio de uma equipa de investigadores, que entretanto se alargou¹⁴, encabeçada por um especialista do modernismo português de reconhecido mérito, acontecimento comprovativo do interesse suscitado pela mencionada produção quer da parte de estudiosos quer do público em geral. Conjugam-se esforços, como se impunha aliás, faculta-se o acesso aos espólios pertencentes aos herdeiros, à Fundação Calouste Gulbenkian e ao Centro de Arte Moderna, às Bibliotecas Nacional de Lisboa e Municipal do Porto bem como a documentos propriedade de particulares, colecionadores ou amigos do autor, tendo-se reunido vastíssimo material. Tal fator atesta, uma vez mais, a precariedade das compilações anteriores em termos de fidelidade e rigor face ao objeto a editar, corroborando afirmações repetidamente formuladas pela crítica, e sobretudo torna viável a muito esperada e reclamada edição rigorosa da aludida produção.

O título adotado pela última das edições ainda em curso de publicação¹⁵, sugere a totalidade, todavia não a declara expressamente, ambiguidade reveladora de lucidez e prudência no tocante ao objeto a tratar, dada a variedade das fontes existentes, algumas muito difíceis de rastrear com exatidão, e, nomeadamente, o tipo de material a compulsar pela diversidade e complexidade a ele inerentes. Por outro lado, o nome do escritor é recuperado na sua totalidade uma vez, que a edição da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, o tinha amputado do nome próprio, figurando aí a designação adotada pelo artista plástico a partir dos anos 20.

Um projeto desta envergadura e condicionantes, derivadas essencialmente das características deficitárias, umas mais que outras, das publicações a que se fez referência, requer forçosamente uma prévia apresentação genérica do plano geral de edição, dos seus propósitos nucleares, dos critérios adotados, do tipo de leitor a que se destina, do número de volumes previstos, etc. Porém, inexplicavelmente isso não se verifica no presente caso, marca que desfavorece muito o necessário enquadramento, simultaneamente rigoroso e apelativo, exigido pela imperativa divulgação alargada da obra junto de um público

¹⁴ Fernando Cabral Martins, Luís Manuel Gaspar, Mariana Pinto dos Santos e, posteriormente, Sara Afonso.

¹⁵ Foram postos em circulação, até à data, seis dos treze volumes anunciados.

maioritariamente desconhecedor da sua real dimensão, para não se falar do erudito. A ausência total deste tipo de componentes paratextuais de «abertura» contextualizante não necessariamente acerca do autor (e porque não?), mas sobretudo do projeto editorial a levar a cabo e das circunstâncias nele atuantes, levanta questões e suscita dúvidas, prejudicando conseqüentemente a, a todos os títulos desejável, circulação social ampla da obra, permanecendo esta, em grande medida, uma incógnita, nem sempre estimulante, num primeiro olhar ou a olhares menos informados.

Foram já publicados dois textos em fac-símile, *K4, O Quadrado Azul* (2000) e *A Invenção do Dia Claro* (2005), *Poemas* (2001¹⁶ e 2005), *Ficções* (2002), *Nome de Guerra* (2001 e 2004), *Manifestos e Conferências* (2006), estando ainda previstos, segundo consta das páginas finais dos volumes sob a designação «Obras de José de Almada Negreiros na Assírio & Alvim», *Teatro, Ensaios, Artigos, Entrevistas, Ver, Correspondência* e, em coedição com o Centro Cultural de Belém, *Almada – A Cena do Corpo*¹⁷. O elenco de volumes anunciado, muito mais vasto que os anteriores, permite antever uma publicação inegavelmente mais aturada e fiel face à realidade, diversa e complexa, da obra em questão. O último dos títulos, relativo ao catálogo da exposição de 1993, suscita à partida, uma interrogação, atendendo ao conjunto onde se insere, tanto mais que a mesma editora deu à estampa *Marginálias* de Gomez de la Serna, onde figuram desenhos de Almada. Por outro lado, a simples existência de uma publicação dupla do mesmo texto, uma fac-similada e outra que o não é, deveria ser, no mínimo, explicada, muito embora se revista de toda a pertinência a impressão de fac-símiles de algumas obras de Almada dadas as suas características específicas. Com efeito, existem desde 1993 edições deste cunho de *A Invenção do Dia Claro* e *Manifesto Anti-Dantas e Por Extenso*.

A presente edição começa com o lançamento, em 2000, de um fac-símile de *K4, O Quadrado Azul*, texto de 1917 justificativo de modo inequívoco da propriedade dessa opção, dado o papel nele desempenhado pela componente gráfica e o seu cariz único no contexto nacional. Cabral Martins, no posfácio a *Ficções*, onde, com toda a propriedade, aquele também figura, afirma: «Em *K4, O Quadrado Azul*, de novo o grande exemplo, o seu sentido depende tanto do formato e composição gráfica como das palavras que utiliza. É o gesto plástico simultâneo às palavras e à ficção» (cf. op. cit.: 230), citando-o ainda no epílogo do posfácio «O Texto em Cena», respeitante a *Manifestos e Conferências*. Todavia, se o mesmo se verifica no caso do primeiro dos textos referidos no parágrafo anterior com publicação efetuada em 2005, não estão todavia anunciadas edições deste tipo para o último nem para a primeira das versões de «Litoral», poema pelo mesmo crítico considerado «uma das experiências limite

¹⁶ A 1.ª edição foi retirada do mercado devido a imperfeições, surgindo uma 2.ª, corrigida, em 2005.

¹⁷ O elenco dos volumes acima transcrito segue a ordem patente no mais recente dos volumes *Manifestos e Conferências* /5.

da organização plástica de um texto poético pois a sua edição em 1916 em folheto que era preciso desdobrar pedia uma leitura de superfície como a de um quadro, e não linear como a de um livro»¹⁸. Tão-pouco, na listagem de volumes a publicar consta o fac-símile de *ORPHEU 1915-1965*, ensaio de homenagem-rememoração da revista emblemática do modernismo português, e, em simultâneo, do grupo e do «tempo» cultural da mesma, obra essa que retoma o «formato» de desdobrável patente na aludida versão do poema «Litoral» o qual, em rigor, deveria ser respeitado em termos de editoriais como já se defendeu.

Nos restantes volumes publicados constata-se a seguinte organização geral, a cargo do mesmo especialista, responsável também pelos posfácios:

Capa e contracapa

Constituídas por um fundo unitário de cor forte, o qual varia conforme o volume, constando na primeira, grafados a branco, o nome do autor, o título do volume e a editora sobre uma fotografia de Almada na qual se sobrepõem, de modo muito discreto, figuras geométricas de sua autoria, ambas, fotografia e traçado, diferentes em todos os volumes; na última, a reprodução da característica assinatura de Almada com o «d» prolongado, patente, entre inúmeros desenhos, na capa da separata de *Bicórnio*, revista onde aparece dado à estampa pela primeira vez o emblemático texto «Presença»¹⁹, a menção aos responsáveis da edição, que contam com mais um elemento no volume 5, e a designação «Obra Literária de José de Almada Negreiros» seguida do número do volume. Os referidos elementos apresentam um arranjo gráfico cuidado, sóbrio e original.

Página de guarda

Contém a menção «Obra Literária de José de Almada Negreiros», seguida da indicação do volume, exceto na primeira edição de *Poemas*.

Anterosto

Apresenta as mencionadas fotografias do autor a preto e branco, diferentes volumes a volume.

Página de rosto

Patenteia as referências usuais: nome do autor, título da obra, equipa responsável pela edição e editora, apresentando no verso agradecimentos, diferentes segundo o volume, bem como alguns dados relativos à impressão, nomeadamente a data.

¹⁸ J. Almada Negreiros, *Obra Literária de José de Almada Negreiros*, vol. 1, Lisboa, Assírio e Alvim, 2000, pp. 288-9.

¹⁹ Cf. «Documentos» respeitante ao vol. 1.

Texto

A estruturação da matéria textual, inferível dos volumes publicados, dá conta de uma característica maior da obra em estudo já aludida, a dimensão múltipla da textualidade em questão, o seu teor processual em permanente dinâmica produtiva na qual um mesmo projeto de escrita suscita concretizações díspares; da prosa ao poema, à expressão dramática ou à reflexão. Um texto propriamente dito, meras formulações embrionárias ou até a sua simples «conceção», engendram por procedimentos transformativos diversos e específicos – operações de transestilização, fragmentação, excisão, adição, reagrupamento e de transgenericidade – outros textos, conforme se demonstrou em trabalhos anteriores²⁰. Daí a vasta existência de variantes, versões, fragmentos, muitíssimos dos quais esta edição traz a público, a par dos previamente conhecidos, levando assim tal marca constitutiva da produção de Almada à consequente relatividade das sistematizações taxonómicas mencionada, porém imprescindíveis ao trabalho editorial a efetuar. Os textos evidenciam, a quem sobre eles se debruça, «mais um lugar incerto de Almada, da sua inquietação, do seu desvario geral da instituição dos géneros»²¹. Os volumes constitutivos desta edição, resultantes em grande medida de um processo de reagrupamento dos textos à luz da variedade e complexidade do corpus a publicar e de critérios formais explicitados nos posfácios, instauram um diálogo entre si incessantemente retomado, fazendo ressaltar a unidade que lhes subjaz, pois o «sentido depende de uma textualidade envolvente, de que cada texto é uma exemplificação. Cada modo histórico de escrita de Almada se aproxima de uma definição de género precisa – embora, por vezes, dela se afaste no mesmo instante» (id., *ibid.*, vol. 2: 225).

Trata-se sobretudo, na quase totalidade dos volumes, de corpus textuais sempre bastante mais extensos que os vigentes nas edições anteriores, divididos entre duas «secções», os textos propriamente ditos e «Fragmentos», nos quais constam éditos e inéditos, estes por vezes em número considerável, assinalados em letra normal por oposição aos previamente publicados, figurando os últimos em itálico, seja nos títulos dos textos seja no índice do livro. A supracitada estrutura está patente em todos os volumes, menos no relativo a *Nome de Guerra*, onde esta última secção não aparece, como outras aliás, sendo todavia o único a conter «dedicatória» e «advertência ao leitor».

É de realçar que a presente edição apresenta nos diversos volumes, salvo no do romance, onde apenas um aparece na secção «Documentos», a reprodução dos desenhos do próprio Almada²² que, com frequência, acompanham os textos

²⁰ Cf. nota 1.

²¹ F. Cabral Martins, *Obra Literária de José de Almada Negreiros*, vol. 1, Lisboa, Assírio & Alvim, p. 292.

²² Cf. vol. 1: «Rondel do Alentejo», a versão da «Histoire du Portugal par Cœur» impressa na *Contemporânea* em 1922, «Encontro», «De 1 a 65» e nas «Notas»: «Rondel do Alentejo», «Torre

ora impressos ora não, característica não contemplada pelas anteriores, à exceção do volume *Poesia* da Imprensa Nacional – Casa da Moeda. Contudo, em *Ficções* não constam, de modo inexplicável, os desenhos patentes na primeira publicação dos textos aí integrados que, previamente figuravam em *Artigos no Diário de Lisboa* da editora supracitada, onde tão pouco apareciam. Um desses «artigos», «O Livro», surge, porém, reproduzido integralmente na secção «Documentos» de *Manifestos e Conferências*, volume no qual a referida nova ordenação da obra, com toda a propriedade, coloca o citado texto.

No segundo volume, o supracitado *Ficções*, à semelhança do ocorrido nos restantes, procede-se a uma «nova arrumação dos textos» (Cabral Martins: 222), perfeitamente clarificada nos respetivos posfácios, verificando-se um justificado desmembramento de alguns volumes das duas edições das *Obras Completas*. Tal cariz encontra-se ausente em *Nome de Guerra* por razões óbvias, dada a singularidade do texto em questão.

Poemas, o primeiro dos volumes, patenteia mais duas secções que os outros: «Poemas Variantes» e «Traduções». Se a primeira das referidas secções se justifica pela própria natureza do corpus, o mesmo não acontece com a última. Optando-se por apresentar traduções de textos de Almada escritos em francês e em castelhano, sem justificar a razão de tal procedimento, imprime-se porém a tradução da «versão corrida», na formulação de Cabral Martins, de «Histoire du Portugal par Cœur», sem o fazer para o respetivo texto original francês, o qual deveria, segundo tal critério, aparecer na sequência «Poemas Variantes», onde consta aliás a versão transestilística de regime lúdico: «Histoire du Portugal par Cœur et au Hasard écrite par Moi pour Mes 4 Cousines»²³. Contudo, o referido especialista cita essa mesma versão no posfácio «O Disparo dos Fotógrafos» inserido no volume *Ficções* (Almada Negreiros, op. cit.: 227), onde essa versão permanece ausente: «Só aliás e, uma vez mais, por imperativo de arrumação dos géneros é que se procedeu à dispersão desses textos por dois volumes diferentes». Esta sequência parece sugerir que a aludida versão se destinaria a este volume, no entanto, a respetiva tradução surge, como se viu, no volume 1. Acrescente-se, a mero título de referência, que o poema surge convocado ainda no posfácio de *Manifestos e Conferências*: «O Texto em Cena» em articulação com a conferência publicada *Direcção Única* (Cabral Martins, op. cit., vol. 5: 389).

Ficções, segundo volume, embora de datação posterior ao terceiro, conforme se apontou, resulta de um reagrupamento de narrativas ou protonarrativas curtas acabadas ou fragmentárias, inéditas ou impressas de

de Marfim não é de Cristal»; Vol. 2: «PARVA (em latim)», «O Homem que não sabe escrever», «O Kágado», «O que se passou numa Sala Encarnada»; vol. 5: «Conferência n.º 1», *A Invenção do Dia Claro*, «O Comício dos 'Novos'», *Pierrot e Arlequim Personagens de Teatro*, *Desenhos Animados Realidade Imaginada*.

²³ Cf. J. A. França, *Amadeo e Almada*, Lisboa, 1986; C. Silva, *A Busca de uma Poética da Ingenuidade – (Re)invenção da utopia*, cit.; Id., *Da 'Histoire du Portugal par Cœur' – Ao encontro da ingenuidade*, cit.; Id., *A Intermitente Emergência da Obra*, cit.

proveniência diversa. Com efeito, dele fazem parte ora os textos vigentes em edições anteriores nos volumes *Contos e Novelas* das duas *Obras Completas* e na secção «Ficções» de *Almada Negreiros – Obra Completa*, ora alguns dos inseridos no volume *Artigos no Diário de Lisboa* da Imprensa Nacional – Casa da Moeda anteriormente focados, bem como na secção «Manifestos, Ensaios, Crónicas e Prosa Doutrinária» da última das publicações mencionadas, acrescidos das narrativas dadas à estampa pela primeira vez em 1998, no número de homenagem a Almada da *Colóquio / Letras* e outros a referir de seguida. Norteados pelo critério da ficcionalidade, no posfácio questionada em ampla equação opositiva face a outros géneros, nomeadamente a crónica, ensaio e autobiografia, o presente volume faz dialogar, através de uma articulação pertinente, textos díspares a muitos níveis, «terminados» ou não, por vezes meros esboços ou formulações incipientes. «Trata-se aqui de uma matéria textual cambiante, estranha, que trabalha com os limites, isto é que os alarga» (id., op. cit., vol. 2: 224); com efeito na textualidade de Almada «a ficção pode tornar-se um outro modo de pensar e argumentar, um combate que se trava sem descanso contra os modelos» (id., ibid.: 225).

De entre os numerosos inéditos, embora conhecidos de alguns estudiosos²⁴, destacam-se pela originalidade *Parva (em Latim)*, jornal manuscrito, e *História Verde (Autêntica)*, datados do início dos anos 20, corpus singular revelador de uma outra vertente de escrita de Almada, lúdica e de circulação restrita, onde o desenho tem primordial importância, gerando desse modo «textos que na verdade são objetos plásticos verbais, cadernos iluminados ou invenções gráficas» (id., ibid.: 230).

Nome de Guerra constitui o volume que, na presente publicação, funciona como paradigma de exceção relativamente à estruturação geral da mesma. Terceiro, embora posto a circular antes do segundo, conforme se viu, o texto nele vigente deriva, atendendo à informação inserida na respetiva «Nota Editorial», da «correção», mediante confronto com as outras publicações parcelares ou não, ocorridas em vida do autor, e da eliminação dos «erros» da edição da Ática, não se fazendo qualquer referência à existência de variabilidade textual. Tal facto evidencia uma lacuna grave, pois foi demonstrada a reescrita do texto de 1925 em 1935 (Silva, op. cit.: 49-50 e 58).

Manifestos e Conferências, quinto volume embora publicado antes do quarto, todavia não editado, resulta como todos os outros, salvo o supracitado romance, de uma combinatória de textos, com respetivos desenhos quando os há, elaborada no presente caso, segundo um critério baseado num propósito prioritário de apresentação ou intervenção pública escrita e oral: manifesto, declaração enviada à imprensa, conferência, palestra, alocação de circunstância, seja ela manifestação de tipo *happening* ou não. Tal opção de reagrupamento do corpus textual reveste-se da maior importância na medida em que demonstra o

²⁴ Cf. Da *'Histoire du Portugal par Cœur'* – Ao encontro da ingenuidade, cit..

papel fulcral que esta atividade exerce, de facto, na obra de Almada, nomeadamente a «conferência, um género com grau único na sua singularidade – umas escritas e faladas outras só uma delas» (Cabral Martins, op. cit., vol. 5: 380). Com efeito, esta instaura uma «fórmula do *one man show* em que não há a criação de uma ilusão de personagem, bem pelo contrário, há concentração e revelação de uma verdade individual qualquer que pode dizer-se de teor experimental» (id., ibid.: 389) constituindo a «arte-síntese de Almada, um poema corpo, desenhado nas páginas do mundo» (id., ibid.: 391).

Construído essencialmente a partir dos volumes *Ensaio* e *Textos de Intervenção* das duas edições de *Obras Completas*, é notoriamente mais vasto que aqueles e, muito distante contudo, do corpus «amalgama» patente na secção «Manifestos, Ensaio, Crónicas e Prosa Doutrinária» de *Almada Negreiros – Obra Completa* onde constam, segundo a indicação expressa no respetivo paratexto anteriormente focada, os textos não ficcionais. Pela razão acima apontada, neste volume figuram as conferências «oriundas» respetivamente de *Poesia* e *Teatro* das aludidas compilações, *A Invenção do Dia Claro*, e *Pierrot e Arlequim Personagens de Teatro* que «no subtítulo incluem a palavra ensaios no plural» (Cabral Martins, op. cit., vol. 5: 387), bem como de «Os Ballets Russos em Lisboa», «Conferência Futurista», «Compte-rendu pelo Conferente», constando em *Portugal Futurista*. Os «Fragmentos» de origem vária estão patentes desde sequências extraídas de uma notícia-reportagem de um jornal, «Almada falou (em 6 de Junho, em Amarante) de Amadeo de Souza-Cardoso», a «O Dinheiro», narrativa breve publicada na *Contemporânea*. Este volume, a par de apresentar inéditos, «redescobre» textos por vezes dados como desaparecidos em certas fontes bibliográficas, nomeadamente «Embaixadores Desconhecidos». Nele, como em todos aliás, é notório o pendor reflexivo de Almada, cuja perícia comunicativa permite disseminar o gnómico, sob diversas formas, pela maioria da sua produção, segundo se demonstrou noutros trabalhos.

Não se compreende, porém, a ausência do volume relativo ao *Teatro*, o quarto, no qual se espera encontrar um alargamento significativo tanto na componente «textos» quanto na dos «fragmentos», dado saber-se da existência de inéditos e de variantes.

Os volumes previstos *Entrevistas* e *Correspondência*, finalmente contemplados em projetos editoriais, constituem também, à partida, um inegável enriquecimento face ao atualmente conhecido do público em geral e também dos investigadores, pois, sendo em grande número, fornecem um manancial de informações preciosas. O simples facto de se proceder à recolha das numerosas entrevistas concedidas por Almada permite reequacionar muitas questões e ter acesso à multiplicidade de facetas da sua performance ininterrupta. Por outro

lado, a correspondência, muito pouco ou quase nada divulgada ainda²⁵, patenteia muito do lado reflexivo, gnómico, da sua produção, bem como do convívio de Almada com artistas, intelectuais e cientistas.

«Documentos»

Nesta secção estão patentes os desenhos que acompanham certos textos²⁶ e reproduções das capas originais da autoria de Almada de algumas das suas obras²⁷. No último impresso, até à data, figuram ainda reproduções do manuscrito para uma conferência, notícias e artigos redigidos pelo autor e por ele publicados²⁸, de convites para conferências proferidas por Almada, o menu do banquete de homenagem a Pardal Monteiro da sua autoria e onde Almada faz uma intervenção, e uma fotografia relativa a uma conferência realizada pelo mesmo.

«Cronologia»

Mudando de volume para volume, composta por referências biobibliográficas, esta inventariação apresenta seriações sucessivamente mais alargadas e pormenorizadas, com particular relevo para a do volume 5. Contudo, *Nome de Guerra* não apresenta nenhuma, sem qualquer explicação.

«Notas»

Precedidas de textos sucintos, de responsabilidade da equipa no seu conjunto, nelas se apontam, sob forma minimalista, alguns dos critérios adotados e o papel desempenhado pelos respetivos membros no trabalho editorial. As notas propriamente ditas, em grande número mas não exaustivas, diferem contudo, volume a volume no teor e sobretudo nos critérios adotados no tocante ao sistema de anotação das variantes e alterações, sem aparecer explicitada,

²⁵ Cf. as informações sobre obras e as reflexões concernentes nas cartas publicadas em *O Escritor* e em *Colóquio / Letras*, n.º 149-150 e as constando no espólio de Alberto Serpa comentas minimalisticamente em *Almada Negreiros – A descoberta como necessidade*.

²⁶ Cf. vol. 1: «Rondel do Alentejo», a versão da «Histoire du Portugal par Cœur» impressa na *Contemporânea* em 1922, «Encontro», «De 1 a 65» e nas «Notas», «Rondel do Alentejo», «Torre de Marfim não é de Cristal»; Vol. 2: «PARVA (em latim)», «O Homem que não sabe escrever», «O Kágado», «O que se passou numa Sala Encarnada»; vol. 5: «Conferência n.º 1», *A Invenção do Dia Claro*, «O Comício dos ‘Novos’», *Pierrot e Arlequin Personagens de Teatro*, *Desenhos Animados Realidade Imaginada*.

²⁷ Cf. col. 1: «LITORAL», «MIMA-FATÁXA SINFONIA COSMOPOLITA E APOLOGIA DO TRIANGULO FEMINIMO», «O MENINO DE OLHOS de GIGANTE» e da separata de *Bicórnio* onde figura «Presença», emblemático poema da maturidade de Almada; vol. 2: *A Engomadeira*, *K4*, *O Quadrado Azul*, «PARVA (em latim)», também a da *Ideia Nacional* (um pouco deslocada no contexto) e a página de rosto de «SALTIMBANCOS»; vol. 5: *MANIFESTO ANTI-DANTAS*, *A INVENÇÃO DO DIA CLARO*, *DESENHOS ANIMADOS REALIDAE IMAGINADA*, *DIRECÇÃO ÚNICA*.

²⁸ Cf. «1.ª CONFERÊNCIA FUTURISTA», com fotografia do performer e «O LIVRO».

todavia, uma razão para tal procedimento. Citam-se, por um lado, algumas das tábuas bibliográficas que Almada publicou mas não há qualquer alusão às manuscritas; por outro, apontam-se algumas das várias publicações de certos textos porém não de todos, como *A Engomadeira* e *Nome de Guerra* entre outros atestam.

Apesar das múltiplas referências à variabilidade dos textos quer impressos quer manuscritos, frequentemente se verificam imprecisões, lapsos e até omissões²⁹ inexplicáveis quanto a algumas fontes, nomeadamente de teor metatextual onde muitas das alterações, incongruências e até «transmigrações» textuais são apontadas. Verifica-se contudo, de modo nítido, um aumento muito significativo em termos de informação transmitida e rigor no último dos volumes editados, onde se corrigem dados existentes em inventariações e estudos anteriores, patenteando-se ainda elementos importantes relativos à receção da obra na imprensa da época.

Nome de Guerra, uma vez mais, constitui uma exceção: nele consta apenas a citada «Nota Editorial» na qual figuram a data da escrita, 1925, uma longa citação do texto de apresentação da obra aquando a primeira publicação do romance em 1935, da autoria de João Gaspar Simões, um lacónico comentário acerca do trabalho de fixação do texto resultante, conforme se referiu, do cotejo de fontes textuais, a primeira e segunda edições e as «publicações autónomas de “Tio” e “Desgraçador”» (cf. op. cit.: 165), tendo a última servido de referência base, sem a mínima menção a situações de variação textual, apenas a «erros».

No verso da página onde figura o título desta secção constam as siglas identificativas de algumas fontes documentais arquivisticamente tratadas.

«Posfácio»

Da responsabilidade de Cabral Martins, inexistente de modo insólito em *Nome de Guerra*, os posfácios, à semelhança dos textos de Almada, estabelecem um intenso diálogo entre si, demonstrando a sólida competência e capacidade hermenêutica do autor bem como a sua finura analítica, fatores que enriquecem, de modo substancial, a investigação sobre a obra em questão, constante fonte de surpresas e inquirições. Vanguarda(s), modernismo(s), surrealismo(s), seus antecedentes e «descendentes» diretos ou colaterais são convocados através de um dinamismo relacional intenso onde as várias artes e, sobretudo, o modo singular de as articular, de as atualizar no duplo sentido do termo, em síntese tão apelativa quanto lúcida, constroem um percurso interpretativo em harmonia dialética com o objeto a que se reporta. Componente final, ou simplesmente posta no fim, os posfácios mencionados instauram, contudo, uma imediata «reabertura» face aos restantes volumes, engendrando uma dinâmica conceptual em permanente circulação onde a dimensão metatextual subverte, suplantando-a,

²⁹ Os citados estudos de: vol. 1 – M. A. Galhoz, J. A. França; vol. 3 – E. Sapega; vol. 5 – G. Rubim... em todos C. Silva.

a paratextual. Com efeito, os citados posfácios³⁰ constituem «fragmentos» de encerramento em aberto, passe o paradoxo, sendo materializados na sua individualidade por conjuntos de fragmentos que, unidade a unidade, compõem um corpus ensaístico original disseminado pelos diversos volumes, produzindo uma leitura vivaz de inegável cunho pessoal. Num estilo incisivo, por vezes elíptico, cujo paradigma radica, porventura, no minimalista prefácio à edição fac-similada de *Orpheu*, pela Contexto, em 1984, embora de volume para volume tal marca se vá diluindo, dando origem a textos menos concisos na forma de expressão, nomeadamente no último.

A par do acabado de mencionar, sobretudo em «O Comum de toda a Gente», posfácio a *Poemas*, mas também nos restantes, «O Disparo dos Fotógrafos» e «O Texto em Cena», relativos a *Ficções* e *Manifestos e Conferências* respetivamente, embora em grau menor, emergem neste ensaio leituras anteriores e através delas muito do apontado por estudiosos da obra de Almada sem referência explícita: conceitos, formulações e argumentos. A tratar-se de uma opção de escrita, tanto aceitável quanto contestável, tal ausência de citações e fontes perde a coerência ao deixar de vigorar nos posfácios respeitantes ao segundo volume, de modo mínimo embora, e sobretudo, ao terceiro, onde aquelas estão claramente patenteadas ao longo do curso do texto.

«Índice»

Vigente em todos os volumes, salvo em *Nome de Guerra*, onde apenas se encontra materializado o do romance. Nesta secção, à semelhança do corpo do texto, os títulos dos éditos aparecem em itálico e os dos inéditos em letra normal, porém nem sempre esta opção é empregue de modo coerente, uma vez que o supracitado volume concernente ao texto romanesco apresenta os emblemáticos títulos em letra normal.

«Obras de José de Almada Negreiros na Assírio & Alvim»

A seriação da obra a editar altera inexplicavelmente a ordem e disposição gráfica conforme os volumes, não respeitando as datas da publicação. Na primeira edição de *Poemas*, e nas duas de *Nome de Guerra*, respetivamente identificados na contracapa e, o último, também na página de guarda, como 1 e 3, estes títulos constam como «já publicados», anunciando-se os restantes sem qualquer referência a *A Invenção do Dia Claro*, por uma ordem que não corresponde à factualidade, pois o 2, *Ficções*, é posterior ao 3. A listagem vigente no volume mencionado respeita a ordem numérica e não a cronológica,

³⁰ Cf. vol. 1 – «O Comum de toda A Gente» consta de cinco fragmentos sem título e numerados, vol. 2 – «O Disparo dos Fotógrafos» é constituído por uma sequência sem título onde figura uma epígrafe de G. de la Serna, seguida de «Estas Ficções», «O que é Ficção?», «Ficções para Felizes Poucos», «O Império de Imagem»; «A Surrealidade» e «O Virtuosismo», Vol. 5 – «O Texto em Cena» patenteia em epígrafe uma citação de «Conferência n.º 1» de Almada, seguida de «Descrição», «História», «Teatro», com uma epígrafe de D. Mourão Ferreira, e «Eu».

mas, na segunda edição de *Poemas* e na primeira de *Manifestos e Conferências*, figura o fac-símile de *A Invenção do Dia Claro* como impresso, inserindo-o numa ordenação que, de novo, se encontra desrespeitada, uma vez que, inexplicavelmente, não foi ainda editado o volume 4, *Teatro*, mas sim o 5, *Manifestos e Conferências*.

Variando na paginação, na ordem e no número dos volumes a editar, as listagens apenas coincidem totalmente entre si na primeira edição de *Poemas* e nas duas de *Nome de Guerra*. O intitulado da secção, acima transcrito, figura no cimo da seriação unicamente nestes dois volumes, surgindo nos restantes em página independente.

Colofão

Patenteando os dados de impressão, muda igualmente de posicionamento conforme o volume; até ao terceiro inclusive, ocupa uma página independente, no quinto está no verso da página da dita seriação.

Assim, este brevíssimo percurso pelos quatro volumes da mais recente publicação da obra literária de Almada, menos de metade dos anunciados, patenteia um grande alargamento do corpus de éditos, trazendo dados e referências da maior importância para o leitor da mesma, seja ele investigador ou não. Foi, com efeito, dado um passo, a todos os títulos importante, para o estudo e consequente divulgação criteriosa da mesma. O atual estado de conhecimento sobre esta produção encontra-se inegavelmente fortalecido, apesar das imperfeições e lacunas apontadas, demonstrando-se, uma vez, mais o imperativo da investigação a levar a cabo.

Curiosamente, se estes volumes revelam tanto do até agora não divulgado, ou de circulação mínima, muito mais deixam antever e, consequentemente, esperar... pois existem ainda inéditos. Releituras, incertezas, surpresas vão-se imbricando na procura-descoberta de um património único, comprovando-se de modo inequívoco ante o público aquilo que, de longa data, era sabido apenas de alguns. Na imensidão desta obra nas suas múltiplas dimensões e manifestações, porém singularmente una e coesa na dialética construtiva que a instaura, novas, renovadas questões e dúvidas se abeiram, ou se impõem, a quem desta produção em progressivo processo de desocultação se aproxima... Tais pressupostos e condicionantes indiciam apenas o incomensurável ainda por fazer no sentido de dar a Almada, nada senão justo reconhecimento; aquilo que lhe pertence, desde sempre, por inegável direito absoluto.

Referências bibliográficas mínimas

- Barrento, J. (1990): «Nova edição de Poesia de Almada Negreiros». In: *Colóquio / Letras*, n.º 117/118, Setembro de 1990.
- Bueno, A. (1997): *Almada Negreiros – Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar.
- França, J. A. (1986): *Amadeo e Almada*. Lisboa: Bertrand.
- Galhoz, M. A. (1971): «À margem das *Obras Completas* de José de Almada Negreiros». In: *Colóquio / Letras*, n.º 3, Setembro de 1971.
- Martínez Pereiro, C. P. (1996): *A Pintura nas Palavras (A Engomadeira de Almada Negreiros: Uma Novela em Chave Plástica)*. Santiago de Compostela: Laiovento.
- Sapega, E. (1992): *Ficções Modernistas: A contribuição de José de Almada Negreiros para a renovação do Modernismo português*, Lisboa.
- Silva, C. (1994): *A Busca de Uma Poética da Ingenuidade ou A (re)invenção da utopia*. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida.
- (Coord.) (1998): *Almada Negreiros: A descoberta como necessidade – Actas do Colóquio Internacional*. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida.

Um olhar sobre o humanismo e o telurismo da poetisa angolana Alda Lara

Maria Luísa de Castro Soares

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, CEL
lsoares@utad.pt

No ano de 1012, que celebriza o cinquentenário da morte de Alda Lara, é lícito lembrar a poetisa angolana, uma voz feminina reveladora do inconformismo face ao que, no tempo, era considerado o destino do mulher, mas cuja obra transcende particularismos e assume as feições de um humanismo marcado pelo altruísmo universalista e pela ligação à terra.

Nascida em Benguela em 9 de Julho de 1930, Alda Lara fez os seus estudos de primeiro ciclo e secundário em Angola (Albuquerque 1967 e 1997: 15), tendo posteriormente frequentado a faculdade de medicina de Lisboa e concluído a licenciatura na universidade de Coimbra. Casada com Orlando de Albuquerque, também médico e escritor, a ele deve a publicação da sua obra. É assim que, em 1966, quatro anos após a morte prematura da poetisa (Correia 1972: 5), surge o volume intitulado *Poemas*, obra refundida e ampliada pelo marido e editada pela Associação Portuguesa de Pais e Amigos da Criança com Deficiência Mental (APPACDM) de Braga.

Não é de estranhar um tal editor da obra de uma poetisa e ensaísta “sempre preocupada com os problemas humanos e sociais”, como o acentua Orlando de Albuquerque nas notas biográficas introdutórias à edição do volume de poesia de Alda Lara (Albuquerque 1997: 17). Na verdade evidencia-se, em registos diferenciados de discurso e em variadas modalidades genológicas, o canto solidário, mas também a voz feminina que assume a ancestralidade, a criação, a dor própria e alheia, a maternidade como lugares de afirmação do ser.

No contexto desta imagética feminina, escreve o poema “Maternidade” que termina com os versos lapidares:

dentro de mim,
é que a eternidade é certa!...
(Lara 1997^a: 54)

É também no contexto da maternidade, agora divina, que escreve “Senhora do Ó”. Como mulher e cristã – consciente de que a experiência religiosa é um lugar de aventura do humano e potencia a humanidade – Alda Lara refere-se à Virgem que, em seu ventre, na expectativa do parto, abarca o eterno:

Nossa Senhora do Ó...
 Senhora do ventre pleno,
 do ventre belo e fecundo,
 semente que deste o fruto
 com que Deus salvou o mundo!

Senhora da inquietação...
 da hora doce e sublime,
 da espera silenciosa
 por um destino mais fundo.

Senhora da dor inteira,
 que liberta e que redime.
 (Lara 1997^a: 118)

Num tempo em que a maternidade oferecia ainda algum perigo de morte¹ – lembre-se que o poema é datado de 1950 – a poetisa, em forma de prece, entrega ao olhar terno e protetor da Senhora da Expectação, do Amor divino ou Senhora do Ó (cuja representação icónica é a da Virgem grávida) o seu destino e o de todas as mulheres parturientes:

Nossa Senhora do Ó...
 Pelas mãos que nesta hora
 se entregam silenciosas
 como tu ‘speraste outrora...
 Pelas mulheres que hoje, ao mundo,
 lançam o grito sangrento
 do seu destino mais fundo!

eu te peço
 erguida e forte,
 que
 [...] esse destino se cumpra,
 como se cumpriu o Teu!...
 (Lara 1997^a: 118)

No seu modo poliédrico de compor textos (César 1967: 383- 386)², Alda Lara, “grande senhora e mulher das letras portuguesas” (F.R. 1997: 8), é também a médica que não pode dispensar, no seu fazer diário, o discurso científico.

No “prefácio” do seu livro *Deficiências psíquicas provocadas por carência de cuidados familiares*, que “foi a dissertação de licenciatura em Medicina” (F.R.

¹ Pelos anos 50 do século XX, a mortalidade no parto era assinalável. Na atualidade, à escala global e contabilizando apenas as décadas de 1990 a 2010, as “mortes em gravidez e partos caem 50% em 20 anos”, de acordo com o relatório da ONU. Mas Angola, Guiné-Bissau e Moçambique têm ainda elevados níveis de mortalidade materna, apesar dos progressos neste domínio. Cf. *Diário de Notícias. Ciência*, de 16 de Maio de 2012, pp.1-3.

² Destaca-se no âmbito da escrita de Alda Lara, para além do ensaio e da poesia, a prática do género narrativo, designadamente, o conto.

1997: 8) de Alda Lara, mais uma vez é colocada a tónica na questão feminina da maternidade. Em seu entender,

Toda a mulher traz consigo o gérmen de uma futura Mãe. Mesmo aquelas que por sua excepcional missão, ou determinação da natureza, se viram afastadas do caminho da maternidade, transportam ainda como um destino biológico inexorável, a força avassaladora de um profundo amor pelas crianças. Amor que há-de cumprir-se de qualquer modo (Lara 1997^b: 15).

Depois do “prefácio”, prossegue o livro com uma “introdução e breve história” relativa ao tema da sua tese (Lara 1997^b: 17- 24), seguida de uma primeira parte em que a investigadora aborda matérias relacionadas com “a criança normal” (Idem, 25-128). Na segunda parte da sua dissertação, debate-se sobre questões que vão “da criança normal à criança com *perturbações*” (Idem, 129-146). Na terceira, ocupa-se das “deficiências psíquicas provocadas por carência de cuidados familiares” (Idem, 147-205), parte que origina o título da sua dissertação. Por fim, na quarta parte, faz a apresentação de casos clínicos (Idem, 206-238), incluindo à maneira de *posfácio* o documento relativo aos “Direitos da Criança” (Idem, 237-238).

Considerou “quem leu o manuscrito” da dissertação de Alda Lara na atualidade – e fez a apresentação e edição da obra – que

[editar] um livro seria a melhor e mais adequada maneira de ele próprio e a APPACDM prestarem uma Homenagem, ainda que singela, a Alda Lara. Fique pois, assim o livro, tal qual, como em manuscrito lhe saiu das mãos, da inteligência e do coração (F.R. 1997: 8. Itálicos nossos).

Esta homenagem de uma instituição particular de solidariedade social é algo reveladora do modo-de-ser humano e poético de Alda Lara, cuja escrita se estabelece e se pauta entre a “inteligência e o coração”, com uma orgânica ideológica sempre segura e coesa, que veicula uma preocupação permanente com o *outro*, com o mais fragilizado. É também esse propósito solidário, evangélico e fraterno que verificamos na sua conferência “Acerca da necessidade de auxílio médico às missões” (Lara 1952: 1-16), texto cujo assunto é o desenvolvimento do título enunciado.

O mesmo modo altruísta de pensar, prolongando-se no propósito de educação para os valores através da escrita, evidencia-se ainda na sua expressão literária, especificamente, no género lírico, a que daremos de seguida realce.

Do seu humanismo dá-nos conta, de modo veemente, o poema “Testamento”, escrito em Lisboa, em 1950, quando Alda Lara tinha apenas vinte anos.

Não hesitamos em transcrevê-lo na íntegra, pois o poema assume-se como o legado da poetisa. É a sùmula metacronológica da sua poesia e simultaneamente um metatexto, porque é uma reflexão sobre a receção da obra poética feita no interior do próprio texto:

À prostituta mais nova
Do bairro mais velho e escuro,
Deixo os meus brincos, lavrados
Em cristal, límpido e puro...

E àquela virgem esquecida
Rapariga sem ternura,
Sonhando algures uma lenda,
Deixo o meu vestido branco,
O meu vestido de noiva,
Todo tecido de renda...

Este meu rosário antigo
Ofereço-o àquele amigo
Que não acredita em Deus...

E os livros, rosários meus
Das contas de outro sofrer,
São para os homens humildes,
Que nunca souberam ler.

Quanto aos meus poemas loucos,
Esses, que são de dor
Sincera e desordenada...
Esses, que são de esperança,
Desesperada mas firme,
Deixo-os a ti, meu amor...

Para que, na paz da hora,
Em que a minha alma venha
Beijar de longe os teus olhos,
Vás por essa noite fora...
Com passos feitos de lua,
Oferecê-los às crianças
Que encontrares em cada rua...

(Lara 1997^a: 44-45)

Entretanto – e porque o poema figura como um *testamento* – tem sido objeto de alguma atenção. Num estudo comparativista sobre escrita feminina de vários países lusófonos, Tânia Macedo tece as seguintes considerações: “em seu *Testamento* refere-se a vários atores sociais e, apenas nos últimos versos, convoca o amado, que entretanto, beijando *de longe*, tem apenas a função de distribuir entre as crianças pobres os poemas de amor do *eu lírico*” (Macedo 2010). E, a seguir, acrescenta:

Ainda que as primeiras personagens que comparecem ao texto (nas duas estrofes iniciais) sejam mulheres – a prostituta e a “virgem esquecida” –, pode-se perceber que são muito mais alusões e tipos, do que personagens que explicitem um feminino particularizado. (Macedo 2010)

Consideramos nós que, ao estabelecer testamentariamente o seu legado, Alda Lara delimita com grande clareza o objeto da sua literatura.

Na “prostituta”, na “virgem esquecida”, no ateu que tem o peso da ausência de Deus, nos “homens humildes” e nas “crianças” encontradas “em cada rua” revela-se a permanente cumplicidade da poetisa com os desfavorecidos e, em suma, com o Homem que continua a ser a sua grande aposta.

Neste poema, que resume a obra em termos de pragmática textual a um *legado*, porque nele se definem com clareza as intenções autorais da sua mensagem sobre um recetor ideal (Soares 2003: 125-134) torna-se possível reconhecer claramente a antropofilia que perpassa a escrita da poetisa angolana.

Eis, pois, que o poema de Alda Lara se desenha como expressão do humanismo, no sentido ciceroniano de *humanus* e *humanitas*, noções que se prendem com *aquilo que define o homem e aquilo que o liga solidariamente aos seus semelhantes*, conceções que não podem ser alheias “à inquietante voz da Esfinge, à decisiva pergunta acerca do ser do homem e da sua vocação última, acto transfigurador que torna o homem mais autenticamente humano” (Soares 2007: 20).

Em Alda Lara, não é porém delineado um humanismo de teor antropolátrico como o do Renascimento, assente num radical idealismo da criatura humana, representada como modelar e liberta de contingências (Soares 2007: 27); é antes um humanismo centrado na temporalidade, na diversidade do real, ao prestigiar o ser humano como centro de reflexão poética e ao preferir encará-lo mais nas suas particularidades e diferenças do que na sua construção idolátrica e exemplar.

Na direção inversa do primeiro, o humanismo de Alda Lara exerce-se da base para o topo, de modo edificante e antielitista, na perspetiva de quem se une ao povo.

Em “Dança de roda” (Idem, 115-116), a poetisa recusa mesmo o estatuto de burguesa e aceita apenas o papel de mãe:

Mãe-burguesa era mulher.
Mas Mãe-burguesa morreu...
Enterrou-se no caminho
debaixo de uma palmeira

[...]

Nesse tempo era pequena.
Hoje,
a palmeira cresceu...

Mãe-burguesa não sou eu!
Mãe eu sou.
Burguesa não
(Idem, *ibidem*)

E, no mesmo poema, revela o seu inconformismo face ao destino a que no tempo era votada a mulher, ao afirmar em pergunta retórica, o propósito de mudança:

Que importam lábios cerrados,
e pensamentos riscados,
e braços longos, nervosos,
presos a vidas inúteis,
presos a gostos quebrados?...

Mulher fez-se p'ra sofrer.
Para sofrer e esperar.

Mulher fez-se p'ra sofrer
e perdoar...

(Há milénios que sofremos...
não é tempo?...)”

(Idem, *ibidem*. Itálicos nossos)

Sem enveredar pelo campo do feminismo – que *in extremis* é a forma invertida do machismo – a poetisa está consciente do estatuto da mulher, que vive amarrada ao drama de uma existência cheia de condicionamentos sociais, presa a *vidas inúteis*.

Em “Aguarela marítima”, a mulher, inicialmente comparada às gaivotas, sai em desvantagem face ao termo de comparação, pois não é livre, “nunca pode voar”. Eis o modo como figura pintada no poema:

“A Irmã-Mulher das gaivotas,
é delgada como elas.
Anda vestida de branco,
como as gaivotas mais belas!...
Mas nunca pôde voar...
Nunca viu de perto, o céu,
nunca viveu sobre o mar...

Por isso essa grande mágoa,
serena e desesperada.

Por isso

[...]

a Irmã-Mulher das gaivotas.
nos olhos cor de esmeralda,
traz um silêncio a chorar...”

(Idem, 122. Itálicos nossos)

No seguimento deste ideário, no seu poema “Romance”, Alda Lara incita a mulher para que deixe de esperar “sentada bordando” (Idem, 52). A menina dos olhos *verdes e belos* – repare-se no jogo de parónimas –, cuja *esperança* e *espera* poderão ser contraditadas, deve abandonar o comportamento feminino

tradicional, deve deixar de ser instrumentalizada para se tornar empreendedora, capaz de ação e domínio do seu mundo:

Menina dos olhos belos
dos verdes olhos tão belos,
menina dos olhos tristes...
Sentada nessa varanda
onde não passa ninguém
porque esperas soluçando
todo o dia quem não vem?...

[...]
Menina! Parte! Olha o tempo!
Pega na tua, esta mão...
Irás pela madrugada
em teu cavalo alazão!
Irás de cabelo solto
e larga saia rodada,
irás de coração livre,
entoando uma canção!...
Irás! E contigo, certo,
só teu destino liberto
Só tu, sozinha, à procura
doutra estrela, noutra céu,
em busca de quanta vida
esta morte em ti nasceu!...”

(Idem, 51-52. Itálicos nossos)

Esta insubmissão face aos padrões de conduta destinados à mulher que a poesia de Alda Lara evidencia, em vez de feminismo combativo, ganha feições morigeradoras, revela uma forte tendência ética e moral, de cariz social.

A preocupação com a mulher, com as suas relações, o seu lugar, as suas competências e capacidades figuram inegavelmente nos textos de Alda Lara e inserem-se numa preocupação global com o Homem como *ser no mundo e para o mundo*.

Repassados de humanismo existencial são ainda os poemas em que a representação da África é real, com o seu povo, a paisagem, a terra, as cores...

O sentimento em relação à pátria angolana exprime-se numa espécie de deslumbramento com um paraíso terrestre (o homem em harmonia com a terra) e no desejo da relação harmoniosa dos seres humanos em comunhão na diferença, o que só é alcançável pelo exercício perfeito da atividade do ser humano em cumplicidade com o *outro*.

Mesmo a figuração da mulher como criatura sensual e objeto do desejo é comparável à natureza, pois o seu “ corpo/ é um fruto quente e bom,/ que em noites de verão,/ apetece morder e ferir” (Idem, 129).

E “o latejar do amor”, próximo de Florbela Espanca (Correia 1972: 7)³, que verificamos no primeiro soneto de “Trilogia do Outono” liga o amor sensual à paisagem, à terra fecundante e genesiaca. Senão vejamos:

Vem meu Amor, trazer à adormecida
sombra informe de todos os cansaços,
esse calor fremente dos abraços
que fecundam a terra apetecida.

À nossa volta, em sol, rebenta a vida!
Lateja sob o oco dos meus passos,
E vai-se doída, em voos p'los espaços,
levar às flores a seiva prometida...

(Lara 1997^a: 63)

Com novas cambiantes, no poema “Regresso” (Idem, 86-88), a *imagem* da África é vislumbrada – numa espécie de euforia naturalista – como paisagem de “húmus vivificante”, mas é já o espaço de saudade:

Quando eu voltar,
que se alongue sobre o mar,
o meu canto ao Creador!
Porque me deu, vida e amor,
para voltar...

Voltar...
Ver de novo baloiçar
a fronde majestosa das palmeiras
que as derradeiras horas do dia,
circundam de magia...
Regressar...
Poder de novo respirar,
(oh!...minha terra!...)
aquele odor escaldante
que o húmus vivificante
do teu solo encerra!
Embriagar
uma vez mais o olhar,
numa alegria selvagem,
com o tom da tua paisagem,
que o sol,
a dardejar calor,
transforma num inferno de cor...

[...]

³ Num estudo comparativista, quando coteja Alda Lara com outra poetisa e “grande mulher artista que foi Florbela Espanca” (Correia 1972: 6), Morão Correia assevera que “é diferente a temática, é diferente o estilo, o tom, a intenção. Ao ostensivo egocentrismo de Florbela, opõe-se o discreto altruísmo de Alda Lara [...] opõe-se a serenidade consciente da Poetisa angolana, na generosa e sublime oferta do seu amor ao próximo” (Idem, *ibidem*).

os meus sentidos
 anseiam pela paz das noites tropicais
 em que o ar parece mudo,
 e o silêncio envolve tudo
 Sede...Tenho sede dos crepúsculos africanos,
 todos os dias iguais, e sempre belos,
 de tons quasi irreais...
 Saudade...Tenho saudade
 do horizonte sem barreiras...,
 das calemas traiçoeiras,
 das cheias alucinadas...
 Saudade das batucadas
 que eu nunca via
 mas pressentia
 em cada hora,
 soando pelos longes, noites fora!...

(Lara 1997^a: 86-87. Itálicos nossos)

Sabendo nós das longas estadas de Alda Lara em Lisboa e Coimbra para frequentar o curso de medicina, do lado de cá do mar, afirma o desejo de voltar a África, regresso que, no mesmo poema, se afirma como certeza:

Sim! Eu hei-de voltar,
 tenho de voltar,
 não há nada que mo impeça”.

[...]

Ah! quando eu voltar...
 Hão-de as acácias rubras,
 a sangrar
 numa verbena sem fim,
 florir só para mim!...
 E o sol esplendoroso e quente,
 o sol ardente,
 há-de gritar na apoteose do poente,
 o meu prazer sem lei...

A minha alegria enorme de poder
 enfim dizer:

Voltei!...

(Idem, 88)

Escrito aos dezoito anos, em 1948, o poema põe em evidência a importância da terra natal para o sujeito poético – é nela que alcança a felicidade e se realiza plenamente. Para o efeito, opõe o espaço angolano de alegria e entusiasmo à disforia lisboeta: a “luta insana”, a insatisfação e o desencanto provocados pelo desterro “de uma cidade em convulsão”:

Não mais o pregão das varinas,
 nem o ar monótono, igual,
 do casario plano...
 Hei-de ver outra vez as casuarinas
 a debruar o oceano...
 Não mais o agitar fremente
 de uma cidade em convulsão...
 não mais esta visão,
 nem o crepitar mordente
 destes ruídos...
 [...]
 Com que prazer
 hei-de esquecer
 toda esta luta insana...
 que em frente está a terra angolana,
 a prometer o mundo
 a quem regressa...
 (Idem, 87- 88)

O mesmo ideário assente na noção de que a terra angolana é o lugar da realização do ser humano é explicitado um ano depois, em 1949, em “O grande poema”, onde Alda Lara põe em causa todo o trabalho livresco e apenas deseja a união do (e com o) seu povo:

Este é o poema que eu escrevi
 para as crianças da minha terra!...
 Para as crianças negras,
 e brancas,
 e mestiças,
 sem distinção de cor...
 comungando o Amor
 que as unirá...
 Este é o poema que eu escrevi a sonhar,...
 de olhos perdidos no mar,
 que me separa delas...
 [...]
 O poema que eu escrevi a soluçar,
 sobre os livros
 onde não encontrei
 para os sonhos resposta um dia!...
 (Idem, 154. Itálicos nossos)

Em outro poema, “Rumo”, escrito em memória de J. B. Dias, sobressai, além da ligação à terra, o canto de esperança contido no apelo – que é incentivo – ao caminhar...

Este incentivo à mudança, dirigido ao companheiro negro, é clarificado no propósito conjunto de rasgar “os trilhos/ de um mundo melhor” (Idem, 93). Senão vejamos:

É tempo, companheiro!
Caminhemos ...
Longe, a Terra chama por nós,
e ninguém resiste à voz
da Terra ...
Nela,
o mesmo sol ardente nos queimou
a mesma lua triste nos acariciou,
e se tu és negro
e eu sou branca,
a mesma Terra nos gerou!
Vamos, companheiro...
É tempo!
Que o meu coração
se abra à mágoa das tuas mágoas
e ao prazer dos teus prazeres
irmão
Que as minhas mãos brancas
se estendam
para estreitar com amor
as tuas longas mãos negras...
E o meu suor
se junte ao teu suor,
quando rasgarmos os trilhos
de um mundo melhor!
Vamos!
que outro oceano nos inflama...
Ouves?
É a Terra que nos chama...
É tempo, companheiro!
Caminhemos...
(Idem, 92-93. Itálicos nossos)

Alda Lara prestigia a união cúmplice dos seres humanos, prestígio que é firmado no apelo à liberdade, à justiça, à fraternidade, num tempo que sabemos ser de colonialismo (Santo 1978; Alves 2005), mas também de afirmação progressiva do nacionalismo angolano (Andrade 1962: 5-24) em que confluem, de modos diferentes, para um mesmo sentimento identitário, brancos, negros e mestiços (Pimenta 2010: 26-69).

É este o registo que encontramos também no poema “Presença africana” que termina o primeiro livro de *Obras Completas. Poesia* (Lara 1997^a: 71-72) e onde “a artista, identificando-se com o próprio meio ambiente africano, em que nasceu, manifesta claramente a intenção social que enforma o seu poema” (Correia 1972: 20):

E apesar de tudo,
Ainda sou a mesma!
Livre e esguia,
filha eterna de quanta rebeldia
me sagrou.
Mãe-África!

Mãe forte da floresta e do deserto,
 ainda sou,
 a Irmã-Mulher
 de tudo o que em ti vibra
 puro e incerto...

A dos coqueiros,
 de cabeleiras verdes
 e corpos arrojados
 sobre o azul...
 A do dendém
 Nascendo dos braços das palmeiras...

A do sol bom, mordendo
 o chão das Ingombotas...
 A das acácias rubras,
 Salpicando de sangue as avenidas,
 longas e floridas...

Sim!, ainda sou a mesma.
 A do amor transbordando
 pelos carregadores do cais
 suados e confusos,
 [...]
 pelos meninos
 de barriga inchada e olhos fundos...
 Sem dores nem alegrias,
 de tronco nu
 e corpo musculoso,
 a raça escreve a prumo,
 a força destes dias...
 (Lara 1997^a: 71-72. Itálicos nossos)

O ser humano deve ser capaz de realizar-se no mundo, de unir-se à terra e de ser-lhe fiel para que a vida tenha sentido. Por isso, a poetisa insiste “ainda sou a mesma”. E é essa identidade e identificação à terra, no amor aos humildes “carregadores do cais”, aos “meninos/ de barriga inchada e olhos fundos” que lhe permite a assunção como porta-voz e emissária do seu povo:

Minha terra...
 Minha, eternamente...
 Terra das acácias, dos dongos,
 dos cólios baloiçando, mansamente...
 Terra!
 Ainda sou a mesma.
 Ainda sou a que num canto novo
 pura e livre,
 me levanto,
 ao aceno do teu povo!
 (Idem, 72. Itálicos nossos)

Dilui-se no poema o registo feminino que em outros aflora e emerge ao centro de discurso a causa da libertação, “o canto novo” (Idem, 72). Nestes casos, sobrevém “o poema como instrumento de reconstrução identitária angolana” (Pontes 2010: 1).

Este ideário amplia-se de modo mais evidente no poema “Pátria”, provavelmente escrito em 1957, e que encerra a obra poética de Alda Lara⁴:

Irmão Negro!
Tu tens braços longos como a noite,
e vens na voz das casuarinas
batidas pelo vento,
beijar as bandeiras erguidas
sobre o teu sofrimento...
Tu que sais agora das cavernas
do medo e da escuridão,
para entoar ao sol escaldante
o canto da tua libertação
Que sulcas com rios de esperança
a vida morta do meu país,...
que fecundas com sangue e suor de esperança
a vida morna do meu país,...
Tu— Irmão Negro— Homem da Terra!
junta a tua voz à minha voz,
e sob a agonia quente deste céu,
vem dizer também,
que a Pátria não morreu.
Vem dizer
que para além
de tudo o que é passado e porvir,
a Pátria das palmeiras e dos dongos ficará...
p’ra sempre ficará brilhando,
sobre a campa dos Homens que se foram
e sobre o berço dos Homens que hão-de vir...
(Lara 1997^a: 156. Itálicos nossos)

Liberdade e esperança são valores que articulam o humanismo de Alda Lara, indissociável da terra, da aceitação do *outro*, dos ensinamentos sobre o homem dentro da sua realidade, as suas limitações, o seu carácter e as suas provocações.

A perfeição social não será alcançada se o homem não for livre, se não conquistar a sua libertação, o que obriga a uma construção pessoal do ser, à realização do dever e ao respeito firme e sem esmorecimento de determinados pressupostos como o da união fraterna e igualitária.

⁴ A edição de *Obra Completa. Poesia*, com notas biográficas, introdução e estudo levados a cabo pelo seu marido Orlando de Albuquerque, pela qual citamos no nosso estudo, termina com o poema “Pátria” (Lara 1997: 156), incluído na parte intitulada “Poemas Inéditos”. Além deste poema, figuram ainda “In memoriam” (Idem, 151-152); “Mar” (Idem, 153); “O grande poema” (Idem, 154); “O poema da nostalgia” (Idem, 155);

Por isso, Alda Lara condena os “meninos brancos [que] cresceram/ e esqueceram/ as histórias” das amas negras, tal como se afirma no poema “Noite”:

Noites africanas langorosas,
 esbatidas em luas...,
 perdidas em mistérios...
 Há cantos de tungurúluas pelos ares!...

 Noites africanas endoidadas,
 onde o barulhento frenesi das batucadas,
 põe tremores nas folhas dos cajueiros...

 Noites africanas tenebrosas...,
 povoadas de fantasmas e de medos,
 povoadas das histórias de feiticeiros
 que as amas-secas pretas,
 contavam aos meninos brancos...

E os meninos brancos cresceram,
 e esqueceram
 as histórias...

[...]

É que os meninos brancos...
 esqueceram as histórias,
 com que as amas-secas pretas
 os adormeciam,
 nas longas noites africanas...

Os meninos-brancos... esqueceram!...
 (Idem, 84-85. Itálicos nossos)

Esquecer as histórias da tradição oral é, antes de mais, esquecer a memória coletiva e, com ela, a identidade de um povo.

Servindo-se da conjunção coordenativa conclusiva “por isso”, o sujeito lírico deixa prever as consequências do esquecimento e ficam esclarecidas as razões da tristeza da *noite*:

Por isso as noites são tristes...
 Endoidadas, tenebrosas, langorosas,
 mas tristes... como o rosto gretado,
 e sulcado de rugas, das velhas pretas...
 como o olhar cansado dos colonos,
 como a solidão das terras enormes
 mas desabitadas...
 (Idem, *ibidem*)

A voz da terra, a voz de um povo rude e melancólico, mas de carácter firme e nobre sobressai aqui e sobretudo no poema “Prelúdio”, cuja receção se amplia por intertexto musicado e cantado, que chega ao grande público e parece viver já independente da entidade autoral⁵.

No dizer de Morão Correia, “entre todas as composições poéticas de Alda Lara inspiradas no meio ambiente angolano, sobressai este emocionante quadro, perfeita aguarela impressionante de realismo sem qualquer outra intenção que não seja a de sugerir a saudade que a Mãe-Negra sente, até às lágrimas, pelos meninos ausentes que ela ajudou a criar” (Correia 1972: 21). Ouçamos o texto, de inegável musicalidade:

Pela estrada desce a noite
Mãe-Negra, desce com ela...

Nem buganvílias vermelhas,
nem vestidinhos de folhos,
nem brincadeiras de guizos,
nas suas mãos apertadas.

Só duas lágrimas grossas,
em duas faces cansadas.

Mãe-Negra tem voz de vento,
voz de silêncio batendo
nas folhas do cajueiro...

Tem voz de noite, descendo,
de mansinho, pela estrada...

Que é feito desses meninos
que gostava de embalar?...

Que é feito desses meninos
que ela ajudou a criar?..
Quem ouve agora as histórias
que costumava contar?...

Mãe-Negra não sabe nada...

Mas ai de quem sabe tudo,
como eu sei tudo
Mãe-Negra!...

⁵ Muitos recetores conhecem o *intertexto* cantado por Paulo de Carvalho, independentemente do conhecimento da autoria do *subtexto*. Para ouvir-se o poema-canção de Alda Lara. Cf. Paulo de Carvalho em “Mãe Negra” <http://www.youtube.com/watch?v=O2WwaO2owlQ>

Os teus meninos cresceram,
e esqueceram as histórias
que costumavas contar...

Muitos partiram pra longe,
quem sabe se hão-de voltar!...

Só tu ficaste esperando,
mãos cruzadas no regaço,
bem quieta, bem calada.

É tua a voz deste vento,
desta saudade descendo,
de mansinho pela estrada...
(Lara 1997^a: 69-70)

Neste poema, escrito em Lisboa e datado de 1951, como podemos constatar, o sujeito poético revela e ressalva a importância de ser e de ter as suas raízes na terra, a importância de não esquecer a *Mãe-Negra* e as “histórias/ que costumava contar”, porque “*Mãe-Negra não sabe nada.../Mas ai de quem sabe tudo*”.

Entretanto, é interessante notar a caracterização da “Mãe-Negra” que, com “duas lágrimas grossas/ em duas faces cansadas”, é a “voz do vento”, a “voz do silêncio”, a “voz da saudade”, em suma, a voz e a imagem da condição humana e do povo angolano que busca na terra a sua verdade universal.

O telurismo humanista, o amor pela África⁶, a sua cultura, identidade e povo exprime-se na obra de Alda Lara que é um todo literário e humano, através de

versos enformados de verdadeira poesia, tão palpitantes de realidade, tão impregnados de sentimento, frementes de sensibilidade e ricos de conteúdo social, vibrando ao influxo do mais sincero e puro amor ao próximo; versos que, por isso mesmo, ressumam dores, lamentos, desejos, anseios, paixão, dádivas, apelos, presságios, sonhos, revoltas; versos que reflectem toda a gama de sentimentos que nos seus flagrantes contrastes constituem, afinal, a essência da Vida. (Correia 1972: 5)

E porque a vida modela a poesia, a vivência restritiva imbuída de condicionalismos sociais, políticos e culturais imposta pelo *Estado Novo* – que Portugal e Angola, como colónia, sofriam, pelas décadas de 1940-50 do século XX – sobressai nas entrelinhas do humanismo telúrico de Alda Lara (Chaves 2005).

Este humanismo circunstanciado e circunstancial daqueles que, com *máscara branca*, têm *pele negra* (Fanon 2008: 1; Pimenta 2010: 1-8), porque se reveem nos mesmos ideais independentemente de etnias (Silva, Hall, Woodward 2000), não exclui – antes confirma – o timbre universalista da obra da poetisa

⁶ O amor pela África – e pela terra angolana em particular – era objeto de atenção da poetisa e da mulher, que divulgava em recitais, como declamadora, a poesia africana de jovens poetas então desconhecidos (Albuquerque 1967; Albuquerque 1997: 16). De modo direto, pelos seus textos, ou de modo indireto, por *meta-comunicação*, a imagem da África era trazida a Lisboa, em registos de diferentes poetas, todos tradutores de fascínio pelo seu país.

angolana, pautada pela ânsia de absoluto, pelo desejo de comunhão universal do ser humano, não raras vezes, amarrado ao drama da sua condição e do seu existir⁷.

Num estilo poético marcado pela autenticidade, a inspiração da poetisa exprime-se num registo “simples e natural, sem ornamentos postiços, nem redundância de enfeites [...] como se se estivesse a ouvir a própria autora em confissão” (Correia 1972: 5).

Terminamos este nosso olhar sobre Alda Lara com a sua *arte poética*, o seu metatexto ou conceção sobre o *modo de fazer* o poema, de *ser poeta*, verbalizado em “Apontamento” (Lara 1997^a: 108):

Ser Poeta...
É ter sempre em cada mão
A esmola de uma ilusão

É crer que a Primavera há-de voltar,
mesmo que não volte para o nosso olhar!

É ver estrelas em cada noite morta,
e felicidade em cada vida torta...

É caminhar sobre espinhos, a sorrir,
Vaiado p’la descrença, sem ouvir...

É ser soldado sem bandeira
De uma luta traiçoeira...

É crer ao fim do dia concluído,
Que nada foi perdido...

(Lara 1997^a: 108)

A poetisa, numa procura incessante da sua identidade, formula uma *poética pessoal*, questiona-se no próprio poema, abrindo ao leitor os bastidores do seu processo de criação e assume-se como aquela que crê, que tem esperança no futuro na “Primavera [que] há-de voltar”, mesmo que não seja para si, “mesmo que não volte para o [seu] olhar” e esteja apenas reservada aos *outros* seres humanos. O poeta é, para Alda Lara, um criador de esperança, é aquele que oferece e que dá algo ao *outro*, mesmo que seja “a esmola de uma ilusão”. No dizer de Morão Correia, o poeta

é o que crê, o que tem fé no Porvir, embora o fruto dessa esperança seja para bem dos outros; é o que se nega a cair na fatalidade, mesmo perante a adversidade da sorte; é o que suporta o sofrimento e a irrisão, caminhando, a sorrir, pelos espinhos; é o que na luta traiçoeira que a vida lhe impõe, combate incógnito sem usar pendão; é o que crê, enfim, que valeu a pena o esforço dispendido no preenchimento do dia da existência que Deus lhe deu.” (Correia 1972: 7)

⁷ Poemas como “Revolta”, “Círculo” ou “Mutilação” são também dignos de referência, no contexto do universalismo da sua obra.

A criadora é revelada pela sua criação, que também se debruça sobre si própria como *poesia da poesia*, num jogo de espelhos, de transparências, de autocrítica literária que é metatexto e que, em Alda Lara, revela o poeta num compromisso incessante de responsabilidade social, que procura dar voz à *mulher-mãe-negra(o)*, à *terra angolana*, enfim, à *dignificação do homem* na sua dimensão ontológica e sociológica.

Em alguns poemas como “Apontamento” e “Testamento”, de natureza autorreflexiva, a poetisa debruça-se, respetivamente, sobre o processo de conceção e receção do poema, na prática da metaficção, enquanto *autor textual*.

Mas o *regulamento interno* do seu fazer poético é confirmado pela mulher, *autor empírico* que, no limiar a sua *Obra Completa. Poemas*, se autodefine no propósito humanista de criação de uma vida ideal:

Passei como uma luz pelos caminhos mais escuros. E se alguém se lembra de mim é como uma pessoa de boa vontade e de coração puro, desejando um mundo impossível de existir” (Lara 1997^a: 11).

Referências Bibliográficas:

- Albuquerque, Orlando (1967): *Alda Lara – a Mulher e a Poetisa*. Angola: Publicações Imbondeiro.
- (1997): “A Mulher. Breves Notas Biográficas”: *Obra Completa. Poesia*, vol. I. (Com Notas Biográficas e Introdução de Orlando de Albuquerque). Braga: edições APPACDM: 12-17.
- Alves, Castro (2005): *Espumas Flutuantes: Navio Negroiro: Vozes d’ África*. Brasília: Ed. Exército.
- Andrade, Mário Pinto (1962): “Le nationalisme angolais”. In *Présence Africaine*, n.º 42 pp. 5-24.
- Carreiro, José (2007): “A escrita feminina no panorama literário africano em língua portuguesa”. Internet. Disponível em: http://lusofonia.com.sapo.pt/alda_lara.htm#escrita_feminina
- Carvalho, Paulo de: “Mãe Negra”. Internet. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=O2WwaO2owlQ>
- César, Amândio (1969): *Contos portugueses do ultramar: antologia*. Vol. II, Porto: Portucalense Editora.
- Chaves, Rita (2007): *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. São Paulo: Ateliê editorial.
- Correia, Morão (1972): “Breves Considerações sobre a sua obra”. Separata do *Boletim Cultural de Luanda*, n.º 37: 1-30.
- Diário de Notícias. Ciência*. de 16 de Maio de 2012, pp.1-3. Consultado em 2012/10/31. Internet. Disponível em http://www.dn.pt/inicio/ciencia/interior.aspx?content_id=2526016&seccao=Sa%FAde&page=2

- F.R. (1997): “À Guisa de apresentação”. In *Deficiências psíquicas provocadas por carência de cuidados familiares*. Braga: edições APPACDM: 8.
- Fanon, Frantz. (2008): *Peles Negras, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA.
- Lara, Alda (1952): “Acerca da necessidade de auxílio médico às missões”. *Separata de Estudos*, Ano XXX, nº 305-306. Coimbra. Imprensa de Coimbra: 1-16.
- (1969): “Desencontro” In: *Contos portugueses do ultramar: antologia*, Vol. II / César, Amândio – S.l. (Porto): Portucalense Editora: 383-386.
- (1997^a): *Obra Completa. Poemas*, Vol. I (Com Notas Biográficas e Introdução ao Estudo da sua Poesia por Orlando de Albuquerque). Braga: Edições APPACDM.
- (1997^b): *Deficiências psíquicas provocadas por carência de cuidados familiares*. Braga: edições APPACDM.
- Macedo, Tânia (2010): “Da voz quase silenciada à consciência da subalternidade: A literatura de autoria feminina em países africanos de língua oficial portuguesa”. In *Mulemba*, n.º 2, Rio de Janeiro: UFRJ. Consultado em 2012/10/ 20. Disponível em: http://setorlitafrica.letras.ufrj.br/mulemba/artigo.php?art=artigo_2_1.php
- Martinho, Ana Maria Mão-de-Ferro (Org.). (1999): *Literatura feminina em África e na América Latina*. Lisboa: s/e.
- Pimenta, Fernando Tavares (2010): “Os Brancos e o nacionalismo angolano: estado da questão e perspectivas de investigação”. In: *Angola. Os Brancos e a Independência*. Lisboa: Edições Afrontamento: 26-69.
- Pontes, Maria Eliane Maciel (2010): “Alda Lara: o poema como instrumento de reconstrução identitária angolana”. In: *Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, 23: 1-8 Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278208436_ARQUIVO_AldaLara.pdf
- Santo, Carlos Espírito (1978): *Poesia do Colonialismo*. Lisboa: África editora.
- Silva, Tomaz Tadeu da; Hall, Stuart; Woodward, Kathryn (2000): *Identidade e Diferença*. Rio de Janeiro: Editorial Vozes.
- Soares, Maria Luísa de Castro (2005): “Análise geral da estética da receção: o modelo de Hans Robert Jauss”. In: *Revista de Letras*, II, n.º 4, Vila Real, UTAD: 125-134.
- (2007): *Do Renascimento à sua Questionação, I. Sá de Miranda*. Série Didáctica. Vila Real: UTAD.

Em busca do sentido do homem e da arte: Pensamento e palavra nas letras europeias

Nair Soares

Universidade de Coimbra
ncastrosoares@gmail.com

O hino de louvor à humanidade, entoado pelo coro da Antígona sofocliana “Há muitas coisas espantosas: nenhuma/ é mais espantosa que o homem”¹, poderia resumir a verdadeira força vital do Humanismo, do multifacetado movimento europeu de há quinhentos anos, e servir de lema à exaltação dos seus valores éticos e culturais, ao seu pensamento e à sua palavra, à sua ação.

E não fora Portugal, no século de ouro da sua história, pioneiro na descoberta de novos mundos e de outros homens, a nação do “Humanismo oceânico”!

A gesta lusa e o clima heroico que envolveu a sensibilidade coletiva dos escritores quinhentistas levaram à exaltação individual e coletiva do Homem Português.

Já Ésquilo ilustrara esta crença no homem, através do mito de Prometeu, que se tornou paradigmático. É que, no *Prometeu*, o *homo poeta* e o *homo deus* são substituídos pelo *homo faber*, cujo ideal foi enaltecido e revigorado no *Quattrocento* italiano por Coluccio Salutati e Leon Battista Alberti.

Desde a Antiguidade, o mito de Prometeu era entendido como um símbolo do esforço do homem, no sentido da contínua realização de um ideal de aperfeiçoamento (Pulquério 1992 e 1993).

Platão, no *Protágoras*, reconhece a importância do mito de Prometeu e aponta nele os três graus de evolução no enriquecimento da ideia de cultura: a civilização técnica, insuficiente na construção da vida em comunidade; a dádiva divina do direito; e a *téchnê politikê*. Entre estas, o filósofo privilegia a última, ensinada pelos sofistas, pois reconhece à educação o poder de forjar o vínculo espiritual capaz de sustentar a vida em comunidade e a perenidade da civilização (Pulquério 1992: 37-4; e 1993: 9-15).

Na verdade, foram os sofistas do século V, que chamaram a atenção para a grande importância da educação humana, da formação retórica, apoiada num *curriculum* alargado de disciplinas. Defensores da cultura enciclopédica e

¹ Sófocles, *Antígona*, vv. 332-333.

artistas da palavra, grande foi o seu mérito, não só no plano pedagógico e educativo, como ainda no desenvolvimento da arte oratória, designadamente no que se refere aos fundamentos da lógica e à elaboração dos processos de logomaquia. A partir destes pensadores e profissionais do ensino, a temática educativa ganha atualidade. É retomada e desenvolvida pelos autores do século IV, que lhe fornecem uma base teórica, e sobretudo ainda pelos da época helenística, em que se define o ideal da *enkyklios paideia*.

Apesar de o ensino dos sofistas, que tinha por finalidade a *aretê politikê*, ser objeto de discussão, por facultar igual mestria tanto na defesa de causas justas como injustas – de que a dialética discursiva do *Filoctetes* de Sófocles é reflexo (Ferreira 1978-1979: 46-50; e 1979-1980: 115-139) –, não há dúvida de que a tragédia ática do século V, a comédia de Aristófanes, a obra dos historiadores Heródoto e Tucídides contribuíram para divulgar o pensamento dos sofistas, as suas preocupações pedagógicas, morais e políticas.

São os Sofistas os primeiros a reconhecer o papel educativo dos *Poemas Homéricos*, atitude que abre curso não só às discussões de Platão sobre o valor da poesia, na *República* e no *Íon*, como às reflexões do período helenístico, de que o opúsculo de Pseudo-Plutarco, *De uita et poesi Homeri*, é exemplo significativo (Jaeger 1964: 65).

Os *Poemas Homéricos* tornam-se referência constante, no domínio dos princípios normativos e ético-políticos, definidores do perfil religioso e moral do homem grego. Além disso, pela espiritualidade e mundo de valores que encerram, impõem às gerações vindouras ideais educativos, valores morais, sociais e políticos que levam Platão, na *República* (606e-607a), a designar Homero “educador da Grécia”.

A nível conceptual, a poesia homérica fornece paradigmas que sustentam a argumentação de teorizadores, como Platão e Aristóteles, de prosadores e poetas, que se debruçam sobre a construção da vida comunitária, sobre a formação e funções de dirigentes políticos.

Mais especificamente, no que se refere à temática educativa, os *Poemas Homéricos* são um verdadeiro manancial de *topoi*, desde a Antiguidade ao Renascimento: o exemplo de Aquiles, que Fénix ensina “a saber fazer discursos e a praticar nobres feitos” (Il. 9. 442-443); a importância e utilidade da arte retórica – reveladas ao longo da *Ilíada*, quer por Diomedes, “o melhor da sua idade no conselho”, a que é consagrado o canto V, quer por Ulisses, “o dos mil artificios”, quer ainda por Nestor, o velho rei de Pilos “de falas harmoniosas” (Il. I. 247-249); o valor e significado da poesia, implícitos na arte de Aquiles, ao cantar os feitos dos heróis (Il. 9. 185-191); o papel fundamental atribuído à virtude dos antepassados, em que o mito adquire dimensão histórica; a missão divina do rei, a par da sua humanidade, que a expressão “pastor de povos” traduz; a importância dos *exempla*, tirados das ações dos heróis míticos do passado, que ditam normas e critérios de orientação para o presente; enfim, o

valor do modelo e a educação pelo paradigma, em que à arte da palavra se alia “a moral heróica da honra” (Pereira 1993: 151 e Marrou 1965: 41).

São estes também princípios basilares do Humanismo, retórico e doutrinário, e da pedagogia humanista.

Na *Ilíada* – traduzida para latim desde o *Quattrocento* italiano por autores como Leonzio Pilato, Lorenzo Valla, Angelo Poliziano –, os humanistas recolhem conceitos e normas de carácter ético-político. É na *Odisseia*, contudo, que se desenha uma personalidade em formação, Telémaco – que inspira Fénélon, no romance *Télémaque*. Além disso, neste poema se descrevem, na sua diversidade sócio-política, quatro ambientes palacianos, em tempo de paz, onde as boas maneiras, a urbanidade, a excelência intelectual e social suprem a falta da lei positiva. Assim se compreende que Baltasar Gracián, teorizador do ideal “do homem discreto”, que se impôs no século XVII, atribua aos *Poemas Homéricos* um significado alegórico e moral – tal como já acontecera na época helenística – e considere que o melhor guia de conduta na corte não é qualquer das obras contemporâneas, destinadas a este uso, mas a *Odisseia* de Homero.

Na verdade, o processo da evolução espiritual do homem do Renascimento e as novas experiências culturais e humanas, em que se realiza, participam, de forma intrínseca, da mundividência da Antiguidade Clássica e dos valores ético-políticos que a sustentam. Não é sem razão, por isso, que os humanistas citam os autores greco-latinos e se servem de passos da sua obra como premissas de argumentação, ou como simples trechos que embelezam e dão autoridade ao pensamento exposto². Ou, em contrapartida, fazem um aproveitamento frequente dos autores da Antiguidade, dos poetas gregos e latinos, assimilam a sua mensagem, utilizam-na correntemente no seu discurso, por vezes mesmo de forma inconsciente, sem que a citação lhes ocorra sempre³.

² Entre a produção literária pedagógica dos autores portugueses, significativa, no que toca à frequente citação de autores clássicos, que enroupa o discurso e confere dignidade ao tema, é a *Doutrina de Lourenço de Cáceres ao Infante D. Luís*. A escolha da figura de Hércules – que se prende à tradição cínico-estoica – e dos seus trabalhos adquire uma carga simbólica e ilustra finalmente o motivo da “resplandecente glória, que por fama de excelentes obras se alcança”. Entre os gregos figuram repetidamente, nesta obra, autores como Homero, Hesíodo, Tucídides, Platão, Aristóteles, Isócrates, Xenofonte, Plutarco. Entre os latinos contam-se, por exemplo, Cícero, Virgílio, Valério Máximo, Séneca, Juvenal. *Vide* Farinha 1786: *passim*.

³ É o que acontece com uma obra extensa como é o *De regis institutione et disciplina*, de D. Jerónimo Osório, que comporta um número muito reduzido de citações. Um convívio assíduo com os clássicos permite ao sábio Bispo colher, neste tratado, motivos, ideais e normas de conduta em Homero e em outros poetas gregos, Hesíodo, Sólon, Teógnis de Mégara, nos trágicos, sobretudo em Eurípides. Cf. Hieronymi Osorii Lusitani, Episcopi Sylvensis, *De Regis institutione et disciplina* Lib. VIII. Ad Serenissimum et inuictissimum Portugaliae Regem Sebastianum, Olysiptone, Ex officina Ioannis Hispani, 1571 (colofon: Olysiptone, excudebat Franciscus Correa ampliss. et Sereniss. Card. Infan. Typogra. A. 1572 M. Ianu. D. 22.). Utilizamos, nas citações desta obra, os *Opera omnia*, editados pelo seu sobrinho e homónimo: Hieronymi Osorii Lusitani, Episcopi Algarbiensis, *Opera omnia*, Hieronymi Osorii nepotis Canonici Eborensis

Hesíodo, a quem se deve o primeiro poema didático significativo, os *Trabalhos e Dias*, dirigido a um destinatário concreto, o seu jovem irmão Perses, ensina que a vida é trabalho e justiça⁴.

A Sólon cabe a definição da justiça no seu significado pleno de fundamento sagrado da vida social e política, princípio imanente e alma da *polis*, como a irão conceber os autores do século IV. Surge nos tratados humanistas como o modelo do legislador, que traduz o ideal do rei culto e avisado, capaz de ditar leis e ser ele próprio “lei animada”, *nomos empsychos*⁵. Este motivo do rei considerado lei animada, a que se obriga a obedecer, pertence à tradição neopitagórica da fase final da época helenística e encontra-se nos *Excerpta* que Estobeu conservou. Mesmo quando a posição dos romanistas, no sentido de que o príncipe não deve ser sujeito ao cumprimento da lei, condiciona a expressão dos autores portugueses do Renascimento, a fidelidade do príncipe à lei não é abalada⁶.

Ao legislador-poeta da época arcaica se deve a reflexão moldada na norma mais constante do pensamento grego e definidora do génio helénico – o imperativo da medida, do justo meio, que Aristóteles consagra na *Ética a Nicómaco* e transmite sobretudo através de S. Tomás à Baixa Idade Média e à Idade Moderna⁷.

É ainda a época arcaica que vê nascer um género, que conhecerá grande fortuna no Renascimento europeu – a literatura de sentenças. Refiro-me às máximas de Focílides, um guia universal de conduta na vida, e à coleção de sentenças de Teógnis de Mégara, dirigidas ao jovem Cirno, onde enuncia os princípios essenciais da cultura e da educação nobre. Mais do que a expressão do

diligentia. In unum collecta, et in Quattuor volumina distributa. Ad Philippum I Portugaliae regem inuictissimum. Romae, Ex Bibliotheca Georgij Ferrarij mdcxii.

Já no *De nobilitate ciuili*, Osório dirigira elogios a Homero e transcrevera sequências de versos da *Ilíada* (H. Osorii *Opera omnia* cit., I. 13. 30-43 e I. 12. 3-5; I. 12.18-23).

Além das diversas referências que são a feitas Homero, no *De regis institutione et disciplina* (H. Osorii *Opera omnia* cit., I. 346.20; 365. 45-46 e 50 e I. 348.60; I.450. 42-43 e I.455.54 e ss.), a própria estrutura do tratado segue o desenvolvimento das funções do rei homérico, sacerdote, orador, juiz e chefe militar (H. Osorii: *Opera omnia* cit., I. 472. 62-473.33).

⁴ Osório reporta-se, contudo, à *Teogonia* e apresenta o seu autor como autoridade na defesa da origem divina dos reis (H. Osorii *Opera omnia* cit. I., 455.54 e ss.).

⁵ Este princípio encontra-se formulado, entre nós, desde o direito visigótico, surge na prosa de Fernão Lopes e informa o ideário das representações figurativas, que ilustram as *Ordenações régias*. Sobre a *lex Wisigothorum*, vide Bigalli (1986: 96 e ss., maxime p. 101).

⁶ Cf. *Digesto*, I, 4, *De Const. princ.*, 1 (Ulpiano): *quod principi placuit, legibus habeat uigorem*, ou *Digesto* I. 3. 31: *princeps legibus solutus est*. Vide Soares (1994: 243-245).

⁷ Sólon é enaltecido no tratado de D. Jerónimo Osório, pelo seu papel de estadista e educador dos atenienses. O princípio do *mêden agan*, do *nihil nimis*, não poderia também deixar de surgir nesta obra dedicada a D. Sebastião que, no querer e no agir, “no amar e no aborrecer”, não conhecia medida. Cf. H. Osorii *Opera omnia* cit. I. 288.12.

seu pensamento pessoal, os versos de Teógnis recolhem as doutrinas que pertencem à tradição da sua casta e eram transmitidas de pais a filhos⁸.

Este ideal aristocrático é cantado por Píndaro nas suas odes, designadamente na *Iª ode Pítica*, cuja quarta tríade foi considerada por H. Fränkel “uma gnômica que toma a forma de um espelho de príncipes” (Pereira 1993: 235).

Também os tragediógrafos do século V, ao porem em cena a vida dos grandes do mundo, revelam nos seus versos a permanência destes mesmos valores, que se impõem como paradigmas de comportamento humano.

Os versos de Eurípides, o discípulo do filósofo Anaxágoras, serviram de ilustração ao pensamento filosófico desde a Antiguidade, à Alta Idade Média e ao Renascimento⁹.

Isto sem esquecer, nesta época, a importância da obra do último dos trágicos, divulgada pelas edições aldinas, na formulação dos padrões estéticos da dramaturgia renascentista¹⁰. Aliás, é nesta altura que as diferentes formas poéticas, a epopeia, o poema didático, a elegia, a ode, a tragédia – que, desde a Antiguidade grega, deixam transparecer, nos seus aspetos ideológicos e conceptuais, toda uma tradição aristocrática, vão ser frequentemente utilizadas pelos poetas do Renascimento. E nem outra coisa seria de esperar, se lembrarmos o papel conferido à poesia e à arte poética, integrada como a retórica na disciplina da gramática, quer nos tratados de educação de príncipes, quer na *ratio studiorum* dos colégios humanistas. As obras dos poetas clássicos gregos e latinos, que se impuseram como modelos retóricos, estéticos e doutrinários, eram divulgadas, quer na língua original, quer em tradução, através de edições saídas nos prelos mais famosos da Europa, desde os de Aldo Manúcio, em Veneza, os de Froben, em Basileia, e os de Robert Étienne, em Paris. Outras oficinas lhes seguiriam o exemplo, mesmo as mais modestas, instaladas junto das instituições universitárias ou a elas adstritas¹¹.

A Isócrates, nas suas instruções *A Nicocles*, fizeram os humanistas remontar a mais antiga tradição da tratadística pedagógico-política, o género do *speculum*

⁸ Teógnis é citado no tratado de Osório em tradução latina, para abonar da importância que têm a conversação e a convivência com homens doutos e íntegros na aquisição da prudência e da sabedoria.

⁹ Eurípides está representado, logo no exórdio do *De regis institutione et disciplina* (cf. H. Osorii *Opera omnia* cit. I. 254. 21-26), por um dito de Etéocles, que, num maquiavelismo “avant la lettre”, identifica conveniência com reta conduta. Cf. *Eurípides*, Ph. 524-525

¹⁰ Vide a teorização de Giovan Giorgio Trissino e a sua tragédia *Sofonisba*, escrita segundo os cânones do teatro grego, e a edição definitiva da *Castro* de António Ferreira. Cf. Soares (1996).

¹¹ Muitas são as edições, por vezes com intuítos meramente escolares, de poetas, sobretudo latinos, que o ensino privilegiava – Terêncio, Ovídio, Virgílio, Horácio. Era esta a ordem por que eram estudados no Colégio de Bordéus, a *Schola Aquitanica*, como se pode ver no seu regulamento, da autoria do Principal André de Gouveia, que veio fundar em Coimbra o Colégio das Artes, em 1548. Esta *Ratio Studiorum* foi publicada no século XVI, em Bordéus, por E. Vinet (1941).

principis, que a Idade Média consignou, sobretudo a partir da época carolíngia, e que foi o primeiro instrumento de instrução laica, a par dos Livros de Horas¹².

A atualidade da mensagem de Isócrates no Renascimento justifica o empenhamento coletivo dos humanistas na sua divulgação (Rosa 1984): Erasmo, Rudolfo Agrícola, Thomas Elyot, Luis Vives, Pedro Mexia, Louys le Roy traduzem, imitam e adaptam obras deste autor, com intuítos pedagógicos¹³. Significativo, neste particular, é o testemunho de Erasmo, que não só verte em latim a oração *Ad Nicocles*, como confessa tê-la tomado como modelo da sua *Institutio principis christiani*. Foi a partir desta obra do grande humanista e pedagogo de Roterdão que se difundiu na Europa o gosto pela tratadística pedagógico-política, de raiz italiana, a que Francesco Patrizi Senense, no *Quattrocento*, tinha dado uma formulação sistemática¹⁴.

Tal como Isócrates, também Xenofonte é autor de um tratado de educação de príncipes, a *Ciropedia*. A importância que esta obra adquire em Portugal, nos alvares da Idade Moderna, deve-se à primazia que nela é dada, entre outras virtudes, à justiça e ao exercício das armas, que se ajustam com perfeição ao ideal cavaleiresco da realeza e ao ideal do príncipe cavaleiro cristão, que então vigoravam¹⁵.

¹² Na opinião dos humanistas, e entre eles Erasmo, remonta a Isócrates esta tratadística. É sobretudo nas instruções a Nícoles (*Ad Nicoclem de regno; Nicocles seu suasoria*) e a Demônico (*ad Demonicum*) - que a crítica moderna lhe não atribui - e no elogio de Evágoras (*Evagorae laudatio*) que Isócrates expõe uma verdadeira teoria do poder real.

¹³ Erasmo traduz na língua latina *Ad Nicoclem* e confessa tê-la tomado como modelo da sua *Institutio principis christiani*. Thomas Elyot, o autor de *The governour*, verte-a em língua inglesa. Rudolfo Agrícola faz a tradução latina de *Ad Demonicum*. Pedro Mexia serve-se da obra de Agrícola para fazer a versão espanhola desta oração, que intitula *Parenesis ó exortacion à virtud*. Luis Vives traduz em latim o *Areopagítico*, que se referia especificamente à problemática da democracia ateniense. Louys le Roy verte em francês as três orações de Isócrates, de carácter pedagógico-político, *Ad Nicoclem*, *Nicocles seu suasoria* e *Ad Demonicum* e as obras de Xenofonte que com estas se aparentam ideologicamente, a *Ciropedia* e a *Oração em louvor de Agesilau*, rei dos Lacedemónios.

¹⁴ F. Patricil Senensis *De institutione reipublicae libri IX*. Ad Senatam profulumque senemsem Scripti... Argentorati, Impensis Lazali Zetzeneri Bibliopol., MDCVIII; F. patriciI Senensis *De regno e regis institutione libri IX*. Ad Alphonsum Aragonium inclytum ac celeberrimum Calabriae Ducem scripti... Argentorati, Impensis Lazari Zetzeneri Bibliopol. MDCVIII. Sobre este autor e a sua obra, vide Soares (1994: 113-115).

¹⁵ Na corte de Borgonha, ao serviço da Duquesa Isabel, filha de D. João I, Vasco de Lucena traduz para francês a *Ciropedia* de Xenofonte, a partir da versão latina de Poggio. Decorrido um século, Diogo de Teive faz a tradução desta obra, hoje desaparecida. Entre os autores quinhentistas todos a citam ou parafrazeiam, como é o caso de D. Jerónimo Osório, em obras como o *De gloria* (e.g. *Opera omnia* cit., I. 192. 50 e ss.), ou o *De regis institutione et disciplina* (e. g. *Opera omnia* cit., I. 375. 34 e ss.; I. 485. 50 e ss.). Entre os tradutores famosos da *Ciropedia* figuram os humanistas P. C. Decembrio, Lorenzo Valla, Filelfo, Poggio.

Contemporâneos destes autores são Platão e Aristóteles, que, pelo espírito universal das suas obras, lançaram as bases teóricas e filosóficas de uma problemática pedagógica e ético-política intemporal¹⁶.

Numa palavra, a literatura pedagógica humanística privilegia, como referência estética e doutrinal: o ensino elementar, nas Leis, o ensino superior, ministrado à classe dos dirigentes, na *República*, a que os livros VII e VIII da Política de Aristóteles servem de complemento; a *Ciropedia* de Xenofonte; a obra parenética de Isócrates; a obra retórica e filosófica de Cícero, “o pai do Humanismo”, sem esquecer a *Carta a seu irmão Quinto*; a produção de Séneca, as suas tragédias, epístolas, tratados de filosofia moral e, entre eles, o *De clementia*, que escreve para o discípulo Nero; o *Panegírico de Trajano de Plínio-o-Moço*; a *História natural* de Plínio-o-Velho que, pelo teor das suas informações de carácter científico, se tornou verdadeiro “best-seller”, na época dos Descobrimentos; a *Institutio oratoria* de Quintiliano, que impõe o ideal humanístico do *uir bonus dicendi peritus* (*Institutio oratoria* 12. 1, 1); em língua grega, as obras de Plutarco e Diógenes Laércio, verdadeiras enciclopédias de saber, que satisfazem a curiosidade dos humanistas pela vida das grandes figuras da Antiguidade e transmitem o pensamento das diversas escolas filosóficas; por último, *ultior quam prior*, a mensagem dos poetas.

O legado da cultura grega no mundo romano e o génio da sua reelaboração nos autores latinos, da República ao Império, que a Patrística assimila, deixaram marcas indeléveis na cultura ocidental, de que o Humanismo Renascentista é o afloramento mais expressivo.

Apesar de todo este arsenal de conhecimentos, que o homem culto, o humanista do Renascimento, dominava, poderemos afirmar que a partir de Pier Paolo Vergerio (1370-1444), autor do primeiro tratado pedagógico, na verdadeira aceção da palavra – quer pelo teor prático da sua doutrina, quer pela real divulgação que conheceu em toda a Europa –, impunham-se, como cartilha, os seguintes textos clássicos: a obra de Cícero, que, no seu sincretismo, fazia a síntese do pensamento retórico e filosófico da Antiguidade grega; a *Institutio oratoria* de Quintiliano e o *De liberis educandis* de Plutarco.

Referência especial, a este propósito, merece a descoberta de textos essenciais da Antiguidade clássica e o empenhamento e afã dos primeiros humanistas na sua busca – Petrarca, Boccaccio, Salutati, Poggio. Conhece-se a

¹⁶ Entre nós, a importância conferida a estes autores em matéria de pedagogia é explicitamente revelada por André de Resende, na sua oração de sapiência, proferida na Universidade de Lisboa, em 1 de outubro de 1534. Depois de ter afirmado, numa reminiscência do *Pro Archia* de Cícero, que “o estudo das letras é muito necessário para recrear o espírito, viver a vida civil, e proteger entre si a comunidade dos homens”, considera que também a teologia deve adornar-se do “brilho e elegância de expressão, que os antigos sempre juntaram à piedade”. Por isso André de Resende – que na linha de Giovanni Pico della Mirandola, considera Platão e Aristóteles convergentes na sua doutrina – aconselha que “entre as divinas letras se misturem os princípios do divino Platão e os do grande Aristóteles”. Cf. André de Resende (1956: 50-53).

correspondência deste último com os monges de Alcobaça, no sentido da aquisição de exemplares existentes neste mosteiro¹⁷.

Foi nesta altura que se encontraram os tratados ciceronianos *De oratore*, *Brutus* e *Orator*, bem como a *Institutio oratoria* de Quintiliano e o *Diálogo dos oradores*, atribuído a Tácito. Através destes tratados, o homem renascentista aprendia o sentido essencial da retórica, assumida como valor de relação humana e meio de expressão da consciência humanística, que se traduzia na busca de um ideal de estilo, capaz de conferir dignidade e beleza ao discurso (*vide* Fumaroli 1980).

Assiste-se, modernamente, a um interesse renovado sobre questões críticas da intertextualidade, da alusão literária, da influência, da formação e validade dos cânones que, além de contemplar a função referencial da literatura tem em conta sobretudo as suas funções metalinguísticas. Autores como R. Barthes, J. Kristeva, L. Dällenbach, L. Jenny, M. Riffaterre, A. Compagnon, G. Genette, entre os mais significativos, refletem sobre o *fonctionnement* da citação, os efeitos dos elementos intertextuais no novo texto e as modificações de sentido dos elementos nele inseridos. Estas considerações levam à análise das relações entre o autor que cita e o seu leitor, entre o autor e as suas próprias palavras, entre o autor e os escritores que lhe serviram de fonte¹⁸.

Assim a citação, enquanto sentido e forma, é analisado na sua natureza, nos seus diferentes níveis e funções, na sua incidência no plano da expressão – no “estilo” e na “escrita” –, o que implica abordagens diversas e complementares: linguísticas, semiológicas, retóricas, culturais e estéticas¹⁹.

¹⁷ *Vide* R. Sabbadini (1967 [1905]) e ainda o estudo de Nascimento (1990).

A descoberta de Petrarca das *Epistulae ad Atticum* (1345), seguida da de Coluccio Salutati das *Epistulae familiares*, além de provocarem a controvérsia humanística sobre *imperium* e *respublica* (a glorificação de César ou de Bruto), levam à discussão da figura histórica de Cícero, pensador e cidadão romano. O próprio Petrarca, que viu em Cícero um modelo de renúncia às paixões que dominam na vida pública, escreveu a famosa carta de acusação à sua sombra no Hades. Esta carta, que suscitou a defesa de Cícero por Coluccio Salutati em 1392, teve uma réplica em 1394 de Pier Paolo Vergerio que, em nome do próprio Cícero, defende o seu espírito cívico e empenhamento político. O sábio estoico das *Tusculanae disputationes*, que prendera a atenção da Idade Média, dá lugar ao homem político e ao enaltecimento da *uita actiua ciuilis*. *Vide* Petrarca: *Epistolae familiares* (Ep. XXIV, 3). Ed. V. rossi, vol. IV (1942, p. 226-ss); Pier Paolo Vergerio: *Epistolario*. Ed. I. Smith, vol. 74 (1934: 436-445).

¹⁸ Barthes (1964: 175-187; 1970: 215; 1972), Kristeva (1967: 438-465), Dällenbach (1976: 282-296), Jenny (1972: 495-517; 1976: 257-281), Riffaterre (1971: 171-ss), Compagnon (1979) e Genette (1982).

¹⁹ Barthes (1972: 14-17) define “style” como a irrupção do *eu* do escritor na língua e “écriture” como a linguagem literária transformada pelo seu destino social, como um ato de solidariedade histórica. Kristeva (1967), na sequência das orientações seguidas por Victor Shklovskii e pelos linguistas da Escola de Praga, apoia-se no carácter ao mesmo tempo livre e contingente dos elementos num enunciado, onde se manifestam por um lado os efeitos que o autor traz ao texto com os seus acrescentos e por outro as palavras que ele recolhe de outros textos. Sugestivo, pela sua abrangência e sentido de síntese, é o artigo de Jenny (1972).

As reflexões destes estudiosos modernos – apesar de não descurarem as normas poéticas e retóricas da Antiguidade clássica, com um valor absoluto para os autores do Renascimento – têm por referência outros horizontes culturais.

No entanto, não sem razão se tem questionado, dentro dos mesmos parâmetros, a produção humanista.

Em 1982, a Société Française des Seiziémistes levou a efeito um colóquio subordinado ao tema “Les méthodes du discours critique dans les études Seiziémistes”, em que se viram aplicadas as técnicas modernas da análise do discurso²⁰.

Não é de admirar tal iniciativa, se tivermos em conta o papel da retórica clássica e dos seus exemplos textuais nas conceções e análises dos críticos modernos²¹.

A análise discursiva da obra dos autores quinhentistas afigura-se aliciante, já que é possível perceber o mecanismo da escrita, a génese do texto poético e em prosa, a partir da preceitística clássica e da *mimesis* textual dos seus autores. Mais, o método crítico adotado para a análise dos autores do Renascimento não é puramente intuitivo, nem faz parte de uma escola, nem de uma ideologia em particular. É-nos ditado pelos próprios autores que nos guiam na compreensão das suas obras, ao colocarem em presença duas espécies de linguagem, caracterizadas por dois movimentos linguísticos: a diacronia, fornecida pela tradição, em que o mundo epistémico da retórica clássica tem a primazia, e a sincronia, criada pelo próprio autor, como homem da sua época, a que não são alheias a linguagem conotativa e as sugestões várias, que se prendem com os valores da sua identidade. É necessário reconhecer essas diferentes unidades e as associações dessas unidades que tornam a obra rica de sentidos e lhe conferem o sentido próprio que o autor lhe imprimiu.

A este propósito, afigura-se-nos sugestivo o estudo de Hélène-Hedy Ehrlich em que compara, nas suas perspetivas de análise linguística, os críticos modernos e sobretudo Roland Barthes a Montaigne – que, no mundo metafórico dos seus *Essais* desvela não só o processo de assimilação e apropriação de numerosas citações, como o perpétuo movimento de que fazem parte os atos de ler e de escrever (Ehrlich 1972: 18, 67, 70-ss).

A conceção de teoria poética, nos albores da Idade Moderna, reunia em simbiose os ensinamentos aristotélicos e o pensamento horaciano. A *Epistula ad Pisones*, que fazia parte das leituras normais da Idade Média, era assimilada às regras e preceitos da tradição retórica, pelo que se pode falar de uma tradição

²⁰ *Actes du Colloque de la Société Française des Seiziémistes réunis et présentés par G. Mathieu-Castellani. Révisés par J. - C. Margolin (14-15 Octobre 1982), Paris, 1987. Vide ainda Les formes brèves de la prose et le discours discontinu aux XVIe-XVIIe siècles, Paris, 1984, maxime os artigos de A. Compagnon, “La brièveté de Montaigne”, p. 9-25 e J. Lafond, “Des formes brèves de la littérature morale aux XVIe-XVIIe siècles”, p. 101-122.*

²¹ Vide e.g. Genette (1966), ou ainda Dubois *et al.* (1970), a obra do designado grupo m de Liège.

retórica horaciana. Quando, nos finais do *Quattrocento*, vem à luz a *Poética* de Aristóteles, num ambiente dominado pelos textos da tradição medieval, logo se estabeleceram semelhanças e se fizeram convergências interpretativas, de tal forma que foi possível concluir que o texto horaciano não era mais do que uma tradução – um pouco retoricizada – da *Poética*.

As várias edições, comentários e traduções das obras de Horácio e Aristóteles, que surgiram nos finais do séc. XV e no decurso do séc. XVI, bem como os tratados de retórica de Cícero, Quintiliano e Tácito, recentemente descobertos, forneciam ensinamentos sobre os cânones estéticos dos diferentes géneros aos autores da época, preocupados com o verdadeiro sentido de uma adequada *imitatio* (Weinberg 1970-1972).

Apesar dos pontos de vista complementares ou divergentes dos tratadistas latinos, as suas obras privilegiam o *sententiarum splendor*, o brilho das sentenças, que sobressai como se de pedras preciosas se tratasse, quer na *copia*, quer na *breuitas stili*.

Assim, além de cânones e regras, colhidos na tratadística clássica greco-latina, segundo a interpretação dos diversos comentadores, a disciplina da Gramática – que incluía a Retórica e a Poética, por vezes sem definição de contornos entre ambas – propiciava o estudo direto dos autores antigos, prosadores e poetas, a assimilação das suas estruturas morfossintáticas e sobretudo do seu pensamento, da sua palavra, das suas *sententiae*, através da técnica da memorização individual e coletiva.

Diferentes correntes filosóficas se difundem a partir do *Quattrocento*, com incidência direta na argumentação discursiva, em que se afirma o ideal retórico da *latinitas*, no sentido da valorização da palavra. Além do aristotelismo e do platonismo, a partir sobretudo das traduções latinas de Leonardo Bruni e Marsilio Ficino, impõe-se o estoicismo desde Petrarca, com a influência de Séneca e a tradução do *Manual* de Epicteto feita por Poliziano. Se os neoaristotélicos valorizam o papel da lógica e dos silogismos, os ramistas defendem o “método” na argumentação, inspirados em Platão, designadamente na discussão da *diaeresis*, no *Fedro* (265e) e no *Sofista* (218b). O silogismo, apoiado em *exempla*, fornecia assim aos neoaristotélicos uma contrapartida aos “lugares comuns” defendidos pelos ramistas. O neoestoicismo, por seu lado, manifestava uma acentuada preferência pelo estilo sentencioso de cariz moralizante.

Em Portugal, no Colégio das Artes, como no Colégio da Guiena, em Bordéus, adota-se o manual *Praeceptiones dialectica* (Paris, F. Morel, 1557) do aristotélico Nicolas de Grouchy – um dos bordaleses, professor de Montaigne, que vem para Coimbra com André de Gouveia e é o tradutor para francês da *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda. Este manual de Grouchy, único usado no Colégio de Bordéus (*vide* Hoffman 1991), é uma sequência de silogismos que ilustram

virtudes morais, com *exempla* retirados da *Ética a Nicómaco*, o mais platónico dos livros aristotélicos. Em Coimbra, para servir de apoio aos seus cursos, Grouchy traduz um dos dois livros do *Organon*, que Aristóteles dedica ao silogismo, os *Segundos Analíticos*, conhecido na época por *Aristotelis de demonstratione* (Paris, M. Vascosan, 1554).

A prática de uma arte da memória, a que dera o primeiro impulso o poeta grego do século VI a. C., Simónides de Céos²² – a quem se deve a definição, de tão grande fortuna, “a pintura é poesia muda, a poesia imagem que fala” – torna-se basilar na pedagogia e na formação retórica, no enriquecimento da *res* e dos *uerba* dos autores deste período, quer em língua latina, quer em vernáculo.

Já no período helenístico do mundo greco-romano, sobretudo a partir do século I d. C., as escolas de gramática e de retórica concediam grande importância aos *Progymnasmata*, exercícios preliminares de composição, capazes de exemplificar, pelas suas virtualidades de aplicação concreta, os vários géneros de discurso retórico e os valores éticos e pedagógicos do mundo antigo²³. Os teorizadores desta época, que denunciam uma relação íntima entre o emprego corrente destas formas literárias e a cultura da segunda sofística, têm ampla receção no Renascimento, em autores como Rudolfo Agricola – tradutor dos *Progymnasmata* de Aftónio –, Erasmo e Guillaume Budé (Kennedy 1980 e Jardine 1988: 48-ss). Semelhante implicação recíproca existe também entre a *paideia* humanista e o recurso permanente à citação clássica, veículo de valores culturais, ético-políticos e estéticos da Antiguidade²⁴. Acresce ainda o sentido da *auctoritas*, que no discurso humanista pesa por vezes mais do que a originalidade e o engenho do conceito.

A crença no valor do *exemplum*, que na sua concisão e brevidade é mais eficaz do que a longa explanação da doutrina – *longum iter est per praecepta, breue et efficax per exemplum*²⁵ –, no dizer de Séneca, exprime de modo eloquente a função estilística e conceptual das formas literárias de carácter sapiencial e sentencioso, dos *loci communes*, os ‘lugares comuns’, que abrangem a *gnome*, ou sentença propriamente dita, o *apotegma*, o provérbio, o aforismo, que são a expressão anónima da sabedoria com aplicação universal, e ainda a

²² Simónides de Céos é a mais antiga fonte que se conhece relativamente à prática de uma arte da memória. Cf. Simondon (1982: em especial p. 181-190) e Yates (1975).

²³ Vide *Arguments in rhetoric against Quintilian*. Translation and text of Peter Ramus’s *Rhetoricae distinctiones in Quintilianum* (1546), edição de Murphy (1986: 29-40).

²⁴ Vide Chomarat (1981), maxime Parte IV, capítulos I, “Les auteurs et le style” (p. 394-449) e V, “Le style et l’art d’écrire” (p. 711-843).

²⁵ Cf. Séneca, Carta a Lucílio (*Ep.* 1,6,5), e ainda Quintiliano, *Institutio oratoria*, 12,2,30 e 12,10,48.

cria, a história, a anedota, que veiculam os ditos e/ ou os feitos de determinada figura ou personagem ilustre²⁶.

A fluidez semântica existente entre estas formas, caracterizadas por uma perfeita articulação linguística, literária e conceptual manifesta-se nos autores renascentistas, que buscam a novidade do seu discurso através de uma verdadeira *contaminatio* paremiológica²⁷.

Se as fórmulas de carácter sapiencial e sentencioso podem ser consideradas a forma mais elaborada da *sententia*, esta inclui ainda expressões, que se cristalizaram no *usus* diacrónico e sincrónico da língua, e motivos recorrentes, ou mesmo estereótipos literários, capazes de atestar a ininteligibilidade monológica da palavra, ou de denunciar o estilo que se convencionou chamar “escrita fragmentária” (Barthes 1964: 175-187).

No humanismo renascentista, o saber clássico é essencialmente fruto da instituição docente. Se alguns dos primeiros humanistas italianos, a começar por Petrarca, não se encontram diretamente ligados à docência, a segunda geração de humanistas e os principais representantes do humanismo europeu são em grande parte indissociáveis da história da pedagogia (cf. Scaglione: 49-70).

Notável é o afã pedagógico de Erasmo, discípulo do primeiro humanismo italiano sobretudo da filologia de Valla e Poliziano, e ainda de Rudolfo Agrícola, autores que muito contribuíram para a valorização da retórica, que está na base da verdadeira “renascitã” humanista²⁸. Repetidamente Erasmo afirma o valor dos *exempla*, das *sententiae* na formação retórica e na educação moral. Na carta a Lord Montjoy, que serve de prefácio à edição parisiense dos *Adagia*, o humanista afirma mesmo que é nos adágios, nas sentenças, nos apotegmas e nos provérbios que se encontram as principais fontes e os principais atrativos do discurso. Invoca o modelo moderno, oferecido pelo *Liber Miscellaneorum* de Poliziano, e adverte para o facto dos textos sagrados serem também campo favorável à colheita de fórmulas sentenciosas. Conclui, finalmente, que nestas fórmulas se

²⁶ Vide Meleuc (1969). Os limites destas formas literárias, quanto ao conteúdo e à formulação, são pouco nítidos. Vide e. g. Aristóteles, *Rhetorica*, 2, 21, 2; *Rhetorica ad Herennium*, 4,17,24 e Quintiliano, *Institutio oratoria*, 8,5,3. Cf. ainda Lausberg (²1972: 237, §398).

²⁷ A este propósito, veja-se a análise do *De duplici copia uerborum et rerum* por J. Chomarat (1981: II, p. 735 e ss., maxime p. 748-752).

²⁸ Vide Erasmo, *Opera omnia*, ed. J. Leclerc, Leiden, 1703 (tradicionalmente citados com a sigla LB), as obras em que é manifesta a preocupação de defender as *humaniores litterae* contra a *barbaries*: a *Paraphrasis Elegantiarum linguae latinae* de Valla, o *De copia rerum ac uerborum*, o *De conscribendis epistolis*, os *Antibarbarorum libri*, a *Adagiorum Collectanea*; o *Apophtegmatum opus*, as *Familiarium colloquiorum formulae*. Conhecida é a influência, no pensamento de Erasmo: de Valla, a quem se devem as *Disputationes dialecticae* e as *Elegantiae linguae latinae*; Poliziano – mestre de prestigiadas figuras do primeiro humanismo português –, autor de um *Liber Miscellaneorum*, modelo moderno da literatura de carácter sentencioso; Rudolfo Agrícola, autor de obras como *De inuentione dialectica*, *De formando studio*, *De usu locorum communium*.

continha algo de divino e adequado às coisas celestes (Allen, Allen e Garrod 1967: 264-271).

A *mimesis* estética e cultural dos autores clássicos, da sua sabedoria lapidar, considerada *uox uniuersalis*, era favorecida pela memorização de *loci communes*, de *sententiae*, de *exempla*²⁹. Desde a escola da Reforma, em Estrasburgo, dirigida por Johan Sturm³⁰, à Schola Aquitanica de Bordéus³¹, cuja *ratio studiorum*, publicada por Elias Vinet, é da autoria de André de Gouveia – que de França viria fundar o Colégio das Artes em 1548 – , sem esquecer as escolas Jesuítas³², por toda a Europa se cultivam e adestram os alunos na *latinitas*, através de recolha de sentenças e fórmulas de dizer. Era a lição de Séneca e Quintiliano, acolhida pela pedagogia humanista³³. Estas expressões colhidas nos bons autores, anotadas em edições escolares – preparadas para o registo interlinear³⁴ – ou simplesmente em bloco de apontamentos sistematizados, segundo os diversos temas, o *chirographarium*, permitiam um enriquecimento da *inuentio* e da *elocutio* e constituíam um *corpus*, que era já um esboço de futuras coletâneas.

Também entre nós os pedagogos humanistas Cataldo, Clenardo, Vaseu, Diogo Sigeu, Jerónimo Cardoso, Juan Fernandez, merecem ser referidos pelas suas obras destinadas ao ensino e aperfeiçoamento da *latinitas*, pelo recurso à recolha de expressões lapidares dos autores clássicos, verdadeiros *semina*

²⁹ Sobre a importância atribuída pelos pedagogos humanistas, e entre eles Melanchton, “o educador da Germânia”, aos *Libri locorum rerum*, vide Porteau (1935: 182-184).

³⁰ Sobre J. Sturm, reformador do Ginásio de Estrasburgo e autor de uma vasta obra pedagógica e de um famoso tratado *De literarum ludis recte aperiendis* (1538), vide Mesnard (1966: 200-219). A propósito desta prática pedagógica, vide p. 211: “The pupil will be invited to try to draft short separate sentences, corresponding to a well-determined experience”.

³¹ Vide *Schola Aquitanica. Regulamento de estudos de André de Gouveia, publicado em Bordéus por E. Vinet*. Texto latino revisto por Alfredo de Carvalho, Coimbra, 1941. Sabe-se que, em 1578, o impressor de Bordéus, Millanges, imprimiu livros com espaços interlineares, de Cícero, de Virgílio e de Ovídio, para as classes do Colégio da Guiena – cf. Dainville (1940: 112). Sobre os métodos de ensino em França, no que respeita à formação retórica, vide Grafton (1981: 37-70).

³² Vide e.g. o tratado do jesuíta, professor em Coimbra, Pedro Perpilhão, *De ratione liberorum instituendorum literis Graecis et Latinis* (1565), capítulo VII, que recomenda o uso de edições adequadas à anotação interlinear: *Petri Ioannis Perpiniani Soc. Iesu aliquot epistolae*, Paris, 1683, p. 120.

³³ Cf. Séneca (*Ep.* 33,7) e Quintiliano (1,9,3). Entre os pedagogos humanistas, vide Erasmo, *De duplici copia*, (*LB*, I, 100-101) e Luis Vives, *Introductio ad sapientiam* e *Epistola II de ratione studii puerilis*, in *Opera omnia*, Valencia, 1782 (I, 14 e 272-273).

³⁴ A inovação deve-se ao impressor Grapheus, ao publicar uma edição dos *Diálogos* de Luciano (*Luciani dialogi aliquot...*, Anvers, 1527) com espaços deixados em branco para as anotações dos alunos. Sobre a funcionalidade deste expediente (¶1 vº). Cf., sobre a divulgação da obra de Luciano, com fins didáticos, Lauvergnat-Gagnière (1988: 66-ss.). Cf. ainda sobre a utilidade do *chirographarium* a *Correspondance d'Antoine Arlier, humaniste Languedocien (1527-1545)*. Édition critique du Ms. 200 (761-R.132) d'Aix-en-Provence. Texte établi et commenté par J. N. Pendergrass, Genève, 1990, *Ep.* 79.

dicendi, que servem de suporte à *inuentio* humanista e estão na base da formação e difusão do cliché. A própria pedagogia conimbricense integrava nos seus *curricula* obras como o *De copia*, os *Adagia* e os *Colloquia*, destinados a oferecerem aos estudantes da latinidade um texto moderno.

A nossa pedagogia afina assim pelo diapasão humanista, no que toca à valorização da palavra, quer através da *elegantia* da língua latina, quer similarmente da língua vulgar³⁵ – dignificada, desde o *De uulgari eloquentia* de Dante, pelos autores quinhentistas Trissino, Bembo e Sperone Speroni e na sua pegada por diversos autores europeus, de que são exemplo Joachim Du Bellay, em *La deffense et illustration de la langue françoise* e os autores portugueses João de Barros, Fernão de Oliveira e o poeta António Ferreira.

Para a compreensão da problemática literária no século XVI é indispensável considerar a interacção entre prática escolar e prática literária. É, sem dúvida, através dos recursos técnicos da pedagogia da palavra que é possível perceber o mecanismo da escrita, no Renascimento (Lecoite 1993: 621-ss).

Não raras vezes se combina ou se intersecta, no texto literário, a retórica da amplificação, da *uariatio*, própria da eloquência escolar, com o asianismo inspirado da literatura enumerativa, reprodução nostálgica dos modelos do passado, ao gosto da época.

Além disso, a própria formação escolar condiciona não só a escrita, mas a leitura e a receção do texto literário, que não é apreciado, em si, apenas ou principalmente como criação estética ou forma de divertimento, mas como modelo ou ficheiro de eloquência, destinado à imitação e à reutilização. As informações marginais que as edições registam, acompanhadas de índices temáticos circunstanciados, em que se distinguem as edições frobenianas de Basileia, são secundadas por anotações pessoais, manuscritas pelos leitores da época – às vezes escritores famosos –, que são verdadeiras fontes de invenção e de elocução.

Percebe-se assim, nos diversos autores, uma preocupação consciente de erudição, senão mesmo, em alguns deles, uma acentuada intenção didáctica, como é o caso expressivo do *Tiers Livre* de Rabelais, que não é somente “un vray Cornucopie de joyeuseté et raillerie”, mas uma autêntica *cornucópia* em francês³⁶.

Se, no Renascimento, a aquisição de uma competência linguística, capaz de interpretar e assimilar a mensagem das obras da Antiguidade, era considerada indispensável, a tradução assumia também um papel importante como instrumento do saber clássico. Dela se ocupam diversos autores, em França,

³⁵ O ideal do Renascimento é a erudição, com recurso à *uariatio*, à *copia*, ou mesmo à *breuitas* estilísticas, a que não é alheio o conceito filológico de *elegantia*, associado na sua etimologia a *eligere*, “escolher” – que Lorenzo Valla definiu nas *Elegantiae linguae latinae* de 1440.

³⁶ Rabelais, *Tiers Livre*, ed. P. MICHEL, Paris, 1962, p. 65.

desde Pierre de Bersuire a Claude Seyssel, Étienne de la Boétie e Amyot; em Espanha, desde Don Alonso de Cartagena a Diego Gracián de Alderete; e em Portugal desde os príncipes de Avis a D. António Pinheiro, Duarte de Resende, Damião de Góis.

Conhecido é o entusiasmo com que Montaigne (II, 4) saúda a tradução das *Oeuvres morales* de Plutarco, que Amyot acabava de publicar – “c’est notre bréviaire” (Villey 1912: 13-14).

A Damião de Góis se devem também palavras de elogio ao papel do tradutor – a propósito da sua tradução, *Da velhice*, do tratado ciceroniano *De senectute* – muito mais louvável do que o trabalho do compilador de sentenças, daquelas “muytas pessoas cobiçosas da gloria”, que “fazem remendando e repeçando dictos e sentencias furtadas de huma e d’outra parte, ordenadas sem artificio rethorico” (Bell 1942: 75-76).

À margem do processo criativo, mas com ele intimamente relacionados, os livros de sentenças surgem como textos canónicos, emblemáticos, repositórios de um *immobile continuum*, identificado com a verdade, a tradição e os valores universais, que a arte da palavra, numa adequação perfeita de *res* e dos *uerba*, põe ao serviço da retórica da persuasão. Este género está representado, entre nós, desde o primeiro humanismo ao seu declinar, com as coletâneas de provérbios, de sentenças, na linha das que nos legou a Antiguidade, de Cataldo, D. Francisco de Portugal, primeiro Conde de Vimioso – com edição apenas no século XVII –, Diogo de Teive, André Rodrigues de Évora, Diogo Pires, Frei Luís de Granada³⁷.

Se nos autores medievais as citações recolhidas nos autores antigos serviam para enroupar o próprio discurso e se adaptavam à nova sequência lógica, num certo desrespeito pelo texto do autor original, a técnica de utilização das fontes, nas obras humanistas, valorizava o texto da autoridade citada, do ponto de vista retórico, que funcionava como entidade argumentativa e estilística e era ilustrativa, por excelência, da *aemulatio* e *imitatio* humanistas. O autor humanista utilizava mesmo estilemas, reminiscências verbais e, numa espécie de sincretismo, com um hábil trabalho de *intarsio*, que era entalhe e transformação, chegava a novas *iuncturae*, reveladoras da sua bagagem cultural e da sua originalidade – Ferrau (1975: 134-135) e Reyes (1984: e.g. p. 43).

A tríade educativa, *natura, ars, exercitatio*, que remonta aos pré-socráticos e conhece grande divulgação entre os sofistas e, sobretudo, a partir deles, através de Platão, Aristóteles, Cícero, Quintiliano é a base sólida em que assenta o edifício ideológico da retórica escolar, bem como da criação literária no Renascimento (Soares 1994: 422-ss.). Todos os tratadistas repetem estas fórmulas, ou suas variantes – entre outras, *ingenium, assiduus usus, disciplina* ou

³⁷ Vide o nosso artigo “A literatura de sentenças no Humanismo Português: res et uerba” (Soares 1993).

natura, ars, studium., e respectivas traduções em vernáculo, de maneira que se podem considerar, desde a Antiguidade clássica, um perfeito *cliché* retórico-literário.

A crença no valor do talento natural, do *ingenium*, da *natura*, não dispensava a cultura adquirida, a arte – *a imitatio*, na expressão da *Rhetorica ad Herennium* – e o exercício, o estudo aturado, princípios tão válidos para o orador como para o poeta, para o discurso em prosa, como em poesia³⁸. A estes postulados se aliava a memória que, segundo Quintiliano, era o primeiro indício dos dotes naturais, na criança³⁹.

Isto sem esquecer o acolhimento que teve, no cosmos poético-filosófico do Renascimento, em autores como Boccaccio e Poliziano, a teoria poética de inspiração divina, a cosmologia vitalista, com origem em Píndaro e Demócrito, veiculada sobretudo a partir do comentário ficiniano do *Íon* de Platão⁴⁰. Através da influência da obra de Boccaccio, *De genealogia deorum*, considerada já a *magna charta* da nova dignidade universal conquistada pelas letras, a teoria das origens da poesia como criação dos deuses encontra reflexos no debate poético da *Écloga Alejo* de Sá de Miranda (Osório 1985: 61). No entanto, esta teoria do *furor* poético, a que a tradição escolar, no seu conjunto, era estranha, não encontra grande acolhimento antes do Romantismo.

Aliás, importa referir que, tal como na Antiguidade clássica, a poesia renascentista não era inteiramente autónoma de outros géneros literários eruditos, que dependiam do exercício e da cultura. De entre eles, a eloquência, da qual já fora mestre Homero, ao apresentar na *Iliada* e na *Odisseia* paradigmas de oradores. Se, desde Platão, Homero é apresentado como modelo perfeito de eloquência é sobretudo na Antiguidade tardia, designadamente a partir de Quintiliano⁴¹, que tal ideia se desenvolve e serve de apoio à conceção de poeta, modelo de *copia* e *uarietas*, em que Virgílio, na língua latina, vai ser considerado expoente máximo, sobretudo a partir dos comentários de Macróbio⁴². Além disso, a poesia em si mesma é um género a que não pode faltar a essência erudita, a prática animadora, pelo que não pode conceber-se uma arte poética, por mais genial que seja a natureza humana, sem o apoio da cultura e do exercício.

³⁸ A *Rhetorica ad Herennium*, I, 3 não alude à *natura*, mas enuncia apenas os seguintes princípios *ars, imitatio, exercitatio*. Sobre a importância na criação literária, desta tríade, expressa com fórmulas divergentes dentro de cada autor e de autor para autor, cf. ainda Cícero, e.g. *De oratore*, I, 25; Quintiliano, *Institutio oratoria*, I, 3, 1-2; II, 19, 3; Horácio, *Epistula ad Pisonem*, v. 409-411.

³⁹ *Institutio oratoria*, I, 3, 1-2: *Ingenii signum in parvis praecipuum memoria est.*

⁴⁰ Marsilio Ficino, *In Platonis Ionem, uel de furore poetico, ad Laurentium Medicem uirum magnanimum Epitomae*, in *Opera*, 2 t., Basileae, 1576: II, p. 1281-1284.

⁴¹ *Institutio oratoria*, X, 1, 46; XII, 10, 58 ss.

⁴² Macróbio, *Saturnales*, lib. V, p. 250 (*Opera*, ed. F. Eyssenhardt, Leipzig, 1893).

Esta conceção do poeta, de inspiração clássica, surge de forma acabada da pena autorreflexiva de Camões, n'Os Lusíadas (est. X, 154, v. 5-8): “nem me falta na vida honesto *estudo* / com longa *experiência* misturado,/ nem *engenho*, que aqui vereis presente,/ cousas que juntas se acham raramente”⁴³.

Assim se estabelecia, na arte da escrita, um elo indissolúvel entre inspiração natural e artifício, que arrastava consigo o círculo vicioso da imitação-inovação, verdadeiro calvário da estética renascentista – aspecto que já na Antiguidade preocupara Horácio, que invetiva “os imitadores, rebanho servil” e se atribui, não sem um certo orgulho desmedido, o lugar de *primus*⁴⁴. Curioso é notar que esta exaltação do lugar de *primus* se torna um verdadeiro *topos*, desde a tradição antiga da biografia, no que se refere à invenção, no domínio literário, filosófico, científico ou técnico, de que é herdeira a célebre compilação de Polidoro Virgílio, *De inventoribus rebus*, de 1499.

A fé na exemplaridade do mundo clássico e nos seus autores, considerados como mestres de perfeição estilística e intérpretes dos mais altos valores morais e de uma ética de comportamento humano, está na génese de toda a criação artística no século de ouro europeu. Assim se compreende que as mais diversas obras, desde as de carácter moral, às da literatura dramática, à épica, à lírica revelem afinidades entre si e repitam por vezes as mesmas ideias, nos mesmos termos, os mesmos *tópoi*. Esta unidade de pensamento dos diferentes autores deriva não só do facto de se reportarem a um determinado momento de empenhamento coletivo em dar solução à problemática espiritual do homem, mas ainda do facto de utilizarem fontes antigas comuns, que o ensino, a pedagogia humanista veiculava, desde a infância – fase da vida em que se molda o espírito e se assimila o conhecimento de forma impressiva.

O carácter profundo que assumem os primeiros rudimentos, na educação, é traduzido em imagens emblemáticas como a do vaso, de que nos fala Horácio (*Epistulae*, I, 2, v. 69-70), que retém por muito tempo o aroma daquilo que primeiramente lhe foi introduzido, ou outras que lhe são equivalentes, como as que comparam o espírito da criança à cera mole, onde tudo se pode moldar, ou à tábua rasa, onde tudo se pode imprimir. Estas imagens, que se repetem, desde as obras de Platão ao Renascimento, encontram-se nos mais diversos autores, como Erasmo, Diogo de Teive, D. Jerónimo Osório, pelo que se tornam expressivos *topoi*⁴⁵.

⁴³ O sublinhado é nosso.

⁴⁴ Horácio, *Epistulae*, I, 19, v. 19-25; *Carmina*, III, 30 v. 13-14.

⁴⁵ Cf. e. g. Platão, *Theeteto*, 135c; *Philebo*, 83; Quintiliano, *Institutio oratoria*, I, 1, 36; Erasmo, LB, e, g. I, 358 C; I, 494 A; I, 768 E; II, 529 F; V, 713 B; Diogo de Teive, *Institutio Sebastiani Primi* (cf. texto e tradução: *Epodos que contém sentenças uteis a todos os homens, A's quaes se acrescentaõ Regras para a boa educação de hum Principe* [...] Traduzido na vulgar em verso solto por Francisco de Andrade [...]. Copiado fielmente da Edição de Lisboa de 1565, Lisboa,

Os primeiros autores do *Quattrocento* italiano, empenhados na vida pública das suas cidades e na formação integral dos concidadãos, impõem ao mundo culto os padrões de uma educação aristocrática. De acordo com a sensibilidade humanista, o processo formativo do homem, a sua educação integral, privilegia a componente retórica, indispensável à capacidade oratória, à arte da palavra do *homo urbanus*, que se distingue pela *nobilitas morum*, pela cultura, pelo trato e gostos elegantes, tal como preceitua Pontano no *De sermone* e Castiglione em *Il cortegiano*.

A complementaridade do ideal enciclopédico e do ideal retórico, que a literatura de carácter sentencioso harmoniza, aponta no sentido de uma conceção aristocrática de cultura, a que as cortes europeias da época davam resposta - a começar pelas italianas, por vezes centros de famosas academias. Surge assim uma produção de cariz palaciano e cortesanesco, menos séria e dogmática que lança mão dos *salse dicta*, do *iocandi genus*, segundo a designação de Cícero (*Off* 1, 29), e vai de encontro ao ideal do *homo urbanus et facetus* do Renascimento.

Na tradição das *Anedotas memoráveis* de Valério Máximo, das obras de Plutarco, em especial as *Vidas Paralelas*, do livro de Diógenes Laércio, o nascente humanismo italiano deu um novo impulso a este género literário, em que o *docere* se punha ao serviço do *delectare*, da *iocunditas* literária, com os contos de Boccaccio e o *Liber facetiarum* de Poggio Bracciolini. Conhecida é a recepção destas obras nas literaturas em vulgar – os *Contos e histórias de proveito e exemplo* de Gonçalo Fernandes Trancoso manifestam a influência do *Decameron* –, para o que concorre a dimensão axiológica da narrativa, com registos e mundos epistémicos diferentes, em que o romanesco e o divertimento se misturam com a máxima, que é erudição e ensinamento moral, tão ao gosto da sensibilidade humanista.

Intencionalmente a filosofia moral tornou-se um traço característico da vida intelectual deste período, de par com o conhecimento da história, da poesia e do direito, disciplinas que preparam para a vida ativa. Justifica-se assim a predileção pelas obras de Platão e Aristóteles, que ditaram as bases teóricas da *paideia*, difundida no mundo greco-latino sobretudo através da obra de Cícero, o pai da *humanitas*, pelas obras de Séneca, Plutarco, Diógenes Laércio, Luciano, Valério Máximo e, entre os poetas, pelas de Virgílio, Horácio, Ovídio, com as *Metamorfoses* – verdadeiro reportório da mitologia antiga –, sem esquecer os do período argênteo designadamente Apuleio e Juvenal, que se tornaram fontes principais na transmissão de *exempla*, na difusão de *clichés*.

Nos autores do Renascimento, mesmo naqueles cujo estilo segue a *ubertas* ciceroniana e se espraia numa *amplificatio* argumentativa, que é pedagogia e

parénese, como é o caso de D. Jerónimo Osório, no *De regis institutione et disciplina*, há um recurso constante ao *exemplum* clássico.

Dirá Francisco de Monçon, um leitor dos *Adagia* de Erasmo, no seu *Libro primero del principe christiano* (1544, fol. 4 rº):

Conviene tambien que algunas vezes los libros de varia erudición y doctrina lleven insertas algunas sentencias oscuras y proverbios antiguos que adornan y dan autoridad a la obra; porque son unos dichos breves, y por metáforas de propiedades naturales, que dixeron algunos famosos sabios para dar algunos saludables consejos y avisos a los hombres; y por ser de tanto valor y estima quisieron engastarlos en sus obras (como piedras preciosas) los filósofos y doctos varones que les sucedieron, como hizieron Platón, Aristóteles, Plutarcho, Plinio, Cicerón, Quintiliano, Hierónimo y Augustino con las más de las personas que por sabias y doctas celebramos.

É no entanto pelo vigor da *sententia*, conceito e forma lapidares, *cogitati acumen*, ao mesmo tempo *probatio* e *ornatus* – sob a inspiração de Séneca, Tácito e dos autores do período argênteo – que se vai impor um estilo filosófico propriamente humanista e o gosto pelo aticismo, que Erasmo, Budé e a *Dialectique* de 1555 de Pierre de la Ramée testemunham⁴⁶.

Mas, se o estilo sentencioso de Séneca, a que se alia a majestade do de Tácito, definem o triunfo do aticismo, que se sobrepõe à *aetas ciceroniana*, Cícero foi o autor preferido da designada segunda Escolástica, que fornecera argumentos à questão das relações entre retórica e filosofia, bem como, a partir do Concílio de Trento, entre retórica e teologia católica, abrindo caminho à doutrina de Aristóteles e à obra dos *Conimbricenses*.

Apesar das tendências que marcam o sentido da evolução dos gostos estéticos, de que a querela do ciceronianismo é o afloramento mais expressivo, os humanistas perfilham o ecletismo de modelos, o direito à própria autenticidade e diferença, a *multiplex imitatio*, exemplificada no símile senequiano da abelha (*Ep.* 65), a recolher o néctar em todas as flores, que gozará da maior fortuna entre os teorizadores do Renascimento⁴⁷.

⁴⁶ Pierre de La Ramée, na sua *Dialectique* de 1555 (ed. M. Dassonville, Genève, 1964; réimpr. Genève, 1972), confere um importante papel aos lugares comuns e sentenças dos autores antigos, na retórica da invenção. Vide Ong (1963: 207-221), Bruyère (1984: 305-ss.), Meerhoff (1988).

⁴⁷ Vide a carta de Petrarca dirigida a Boccaccio, em que emprega a metáfora senequiana da abelha, em Fracassetti (1863-1865: III, p. 239-241). Petrarca, na linha de S. Jerónimo, preocupa-se com o verdadeiro sentido de uma adequada *imitatio* dos autores antigos - que estará na origem da famosa querela do ciceronianismo. Paradigmática do ecletismo humanista – que longe da imitação símiessa ciceroniana, afirma o direito à própria autenticidade e diferença – é a expressão de Poliziano, em carta dirigida ao ciceroniano Paolo Cortesi, que figura no livro VIII das *Epistolae*, in *Prosatori latini del Quattrocento*, ed. E. Garin, Milano-Napoli, 1952 (reimpr. Torino, 1977), p. 902.

As doutrinas estéticas da época favoreciam assim a permeabilidade de motivos, de temas e as suas estruturas na cultura ocidental. Além disso, o ensino nas escolas mantinha-os vivos e disponíveis, ao logo das gerações, convertia a sua exemplaridade técnica em tesouro comum e assegurava-lhes a perenidade. Reflexões semelhantes sobre a problemática da originalidade na criação literária ocorrem na pena de Petrarca, Poliziano, Leon Battista Alberti, Montaigne, Juan del Encina, Gil Vicente⁴⁸. Desta consciência coletiva, no que se refere à falta de originalidade, não só na literatura didática, mas na obra puramente artística dá-nos conta de forma expressiva Juan del Encina, na sua *Arte de poesía*⁴⁹:

No dudo nuestros antecessores aver escrito cosas más dinas de memoria [...] llegaron primero y aposentáronse en las mejores razones y sentencias: y si algo bueno nosotros dezimos, dellos lo tomamos. Quando más procuramos huyr de lo que ellos dixeron, entonces ymos a caer en ello. Por lo qual será forçado cerrar la boca o hablar por boca de otro.

Na verdade, quer se trate de poetas líricos, bucólicos, elegíacos, épicos ou dramáticos, ou mesmo autores em prosa, de novelas, romances de cavalaria, ou de obras didáticas, ou de filosofia, ao tratarem o mesmo tema, moldam-no de acordo com uma inspiração coletiva. Assim se pode falar, na produção literária europeia, não só em cânones estéticos, mas em temática renascentista. Serve de exemplo o tema do Amor no Renascimento, que repete o processo amoroso de Petrarca por Laura, a que servem de apoio poetas como Ovídio, ou a doutrina da melancolia, veiculada por Marsilio Ficino, ou a filosofia do amor dos diferentes tratadistas, a que deu contributo notável o judeu português Leão Hebreu. Assim as mesmas metáforas, as mesmas imagens, os mesmos *topoi* retóricos, os mesmos *clichés* são repetidos por Sannazaro, Garcilaso, pelos autores portugueses desde Bernardim Ribeiro a Camões, sem esquecer os diferentes géneros, de que são exemplo expressivo a tragédia *Castro*, a comédia *Eufrosina* de Jorge Ferreira de Vasconcelos, o *Auto do Filodemo* de Camões, os autos de Gil Vicente. O mesmo se poderia dizer de outros temas e motivos, típicos da mentalidade e do discurso dos autores desta época, tais como: o mito da Idade do Ouro, o *carpe diem* horaciano, a *aurea mediocritas*, a instabilidade da Fortuna, a fragilidade das coisas humanas, a brevidade da vida, o poder cósmico do amor, o amor para além da morte, a vida cortada na flor da idade, e a morte sentida como um roubo à *gloria mundi*, o valor da glória, a verdadeira nobreza, a dicotomia armas e letras, o bom rei e o tirano, os trabalhos do rei que ecoam o *beatus ille*

⁴⁸ Além da alusão feita ao pensamento dos autores referidos, ao longo deste estudo, são dignas de nota as palavras de Leon Battista Alberti: “oggi a chi voglia ragionarne resta altro nulla che solo raccoglierte e assortirle”. Cf. Toffanin (1947: 234).

⁴⁹ *Cancionero*, 1496, fol. 2, ed. fac-simile, *apud* Asensio (1974: 264).

horaciano, a *uita aulica*, a adulação e a lealdade, a educação como segunda natureza, a enunciação das virtudes estoico-cristãs.

O conhecimento direto das obras da Antiguidade, de prosadores e poetas, a par de coletâneas de sentenças e sua assimilação traduz-se na permanente inserção do seu conteúdo na dinâmica criadora do texto literário. O pendor mimético do discurso humanista, manifestado sobretudo através da arte alusiva e dos *loci similes*, levaria Marcel Bataillon a afirmar que “no séc. XVI todo o livro corria o risco de se converter em miscelânea” (Bataillon 1991: 678).

Apesar disso, dentro dos princípios aristotélicos do *verosímil* e do *decorum*, que as muitas edições comentadas da *Poética* do Estagirita fizeram reviver, o texto humanista impõe-se pela clareza da sequência discursiva, motivada e coerente, com as suas marcas enunciativas e originalidade própria.

Neste particular, um dado há a ter em conta: os textos do humanismo renascentista, concebidos dentro de uma moldura retórica, apontam sempre para um horizonte de conhecimentos que está de acordo com as expectativas do público, verdadeira condicionante da sua receção e influência (Jauss 1978). Esse horizonte de conhecimentos repousava no mundo clássico, com o seu universo ético, fonte inesgotável que alimentava a torrente da cultura do tempo e em que bebia diretamente a literatura de carácter sentencioso e paradigmático. Mas a fonte não explica a obra, pelo que não pode deixar de se pôr a questão das leituras possíveis de cada autor e das áreas temáticas para que aponta, definidoras da sua própria identidade literária. Esta sobressai na aceitação de pontos de vista relativos, de perspetivas variadas, que admitem uma estrutura de múltiplas relações e tornam o texto policêntrico⁵⁰.

Em suma, o génio do autor está em transformar códigos e fórmulas estratificadas em literatura (Aguiar e Silva 1974: 23-33).

É o caso da poesia de Ronsard que, apoiando-se, por exemplo, no *Florilégio* de Estobeu, serve-se de belos versos gregos e latinos, de citações consagradas, de ornamentos literários que denotam a influência direta dos antigos (*vide* Weber 1955 e Py 1984).

O mesmo se poderá dizer de Montaigne, que acumula referências dos autores clássicos, recolhidas um pouco por todo o lado, a que imprime um certo tom poético, sem impedir que o seu estilo se apresente cortado e denso, embora de uma densidade intelectual incomparável – Tournon (1983) e Fumaroli (1984: 27-ss). Aliás o conhecimento e a assimilação do saber da Antiguidade

⁵⁰ A intertextualidade não foi alheia à estética da produção literária, desde a antiguidade clássica. *Vide* Conte (1986).

No tocante à transcendência textual, que se prende à génese da moderna obra literária, são dignas de nota as palavras de Genette (1983: 40): “en transforme ou en imite (ce qui est une autre forme de transformer) une ou plusieurs autres: de pans entiers de la littérature universelle, de l’*Odyssée* (au moins) à nos jours [...], bricolages des formes et recyclage des sens (ou l’inverse) sont les deux mamelles de toute tradition”.

implicavam muitas vezes, nos diversos autores, não uma simples memorização e repetição de *loci communes*, mas uma reelaboração, uma reescrita, conscientemente assumida – “les paroles redictes ont, comme autre son, autre sens”, dirá Montaigne (1962: *Essais*, III, 13, 1040) –, ou mesmo uma “argumentação pelo antimodelo”, o “exemplo negativo”, tão caro ao autor dos *Essais*, que confessa instruir-se melhor “par contrarieté que par exemple, et par fuite que par suite”⁵¹. No entanto, não deixa de encarecer a utilidade da citação, sempre disponível e textualizável na construção de um novo discurso: “Aille devant ou après, un’ utile sentence, un beau traict est toujours de saison. S’il n’est pas bien à ce qui va devant, ny à ce qui vient après, il est bien en soy” (Montaigne 1962: *Essais*, I, 26, 169 C).

Também Rabelais, que no livro XIV de *Gargantua* ridiculariza o ensino memorizado e dogmático de inspiração medieval, no *Quart Livre*, reclama o indispensável “degelo” das fórmulas gnômicas retiradas dos autores antigos – a linguagem deve “rendre son en degelant”, especifica (Rabelais 1962: II; *vide*, a este propósito, Rigolot 1978).

Estes autores, como todos os seus contemporâneos, consideram a mensagem clássica como fonte inesgotável de saber, e mais ainda, como base de reflexão crítica que a torna atual e dinâmica, capaz de dar o impulso natural ao pensamento, ao discurso individual.

A “retórica das citações”, da reescrita, corrente entre os humanistas⁵², define também o estilo de um Frei António de Guevara, autor do *Libro de Marco Aurélio*, que divulga o pensamento estoico do imperador romano. Em 1529, um ano depois da edição prínceps, esta obra sai publicada em Lisboa, nos pelos de Germão Galharde, com dedicatória a D. João III. Mais lida no séc. XVI do que a *Celestina*, gozava das preferências do pai de Montaigne, que nos *Essais* (II, 2) surgia caracterizado, nestes termos: ‘falava pouco e bem’ e ‘era aficionado por Marco Aurélio’.

Reveladora do conceito de originalidade, no século XVI, é a expressão de Montaigne (*Essais*, I, 26):

La vérité et la raison sont communes à un chacun, et ne sont non plus à qui les a dites premierement, qu’à qui les dict après. Ce n’est non plus selon Platon que selon moy, puisque luy et moy l’entendons et voyons de mesme.

Também prosadores portugueses da dimensão de um Frei Heitor Pinto, fizeram das suas obras um verdadeiro mosaico de citações (Osório 1977). Na *Imagem da vida cristã* as muitas sentenças retiradas dos autores pagãos

⁵¹ Montaigne (1962: *Essais*, III, 9, 899 B). Sobre “a argumentação pelo antimodelo” e “o exemplo negativo”, *vide* Perelman (1988: 123-126) e Lyons (1989: 153).

⁵² *Vide* Meerhoff (1986: 184), Compagnon (1979), Cave (1979) e Osório (1990).

encontram-se de parceria com as dos Padres da Igreja e da Sagrada Escritura. Apesar da sua preocupação por uma prosa artística, o autor se define a si próprio como um “tecelão”⁵³:

Assi como o tecelão ajunta o fiado de diversas mãos tecido, & de muytos fios urde e tece a sua tea; assi eu ajuntarey a doutrina de diversos autores, & de muitas autoridades farey huma tea desta pratica.

Esta prática, mais não é do que o manifestar da abundante erudição do autor, que visa sobretudo fins didáticos. A obra impressa, com todo o seu prestígio, tinha vindo substituir no Renascimento a arte da memória e, numa aliança perfeita do *utile dulci* horaciano, imprimia ao humanismo a sua feição pedagógica e cívica.

O gosto pelo dito sentencioso, pela *breuitas* aforística, que iria exacerbar-se no conceptualismo barroco, leva à afirmação, no século XVI, do género epigramático, documentado na medalhística e no emblema – uma espécie de banda-desenhada “avant-la-lettre”. A originalidade do género emblemático, de que Alciato foi o criador, não passou despercebida na cultura e na literatura portuguesas onde numa espécie de “tradução intersemiótica”, em sentido inverso, se encontra a sua influência na obra de Camões⁵⁴.

A polissemia contida na linguagem figurativa, acompanhada de legenda epigramática, confina por vezes com o enigma, que ia ao encontro da sensibilidade humanista, voltada para o hermetismo e o sentido rebuscado e obscuro das coisas. Aliás a subtilidade e argúcia necessárias ao seu perfeito entendimento conferiam um toque *aliquid elegans* à composição, pelo que se chegou a exagerar esta componente. Paralelamente, ganhava forma o gosto pelo paradoxo⁵⁵ e pela literatura de *rebus*, de *centões*, de acrósticos e anagramas,

⁵³ Cf. *Imagem da Vida Christam, ordenada per dialogos como membros de sua composiçã. Compostos per Frey Hector Pinto, frade ieronimo*. Nova edição, III vol., Lisboa, Na Typographia Rollandiana, 1843: II, p. 285.

⁵⁴ Em 1552, a pedido de Dom João de Meneses Sottomayor, Senhor de Cantanhede, o humanista de origem germânica Sebastião Stochamer, redigiu uns “sucintos comentários” ao Livro I dos *Emblemas* de Alciato, que foram incluídos em edições de 1556 e 1614. Vide o nosso artigo “A literatura de sentenças no Humanismo Português: res et uerba”, cit., p. 402. O criador da expressão “tradução intersemiótica” foi Roman Jakobson, para designar a adaptação de um texto escrito à criação artística – por exemplo à pintura, à arte cinematográfica –, de acordo com os novos códigos e linguagens. Nesta aceção, o próprio emblema é um exemplo de “tradução intersemiótica”, bem como as conhecidas tapeçarias flamengas do Renascimento, inspiradas em motivos e *exempla* literários.

⁵⁵ Expressivo é o caso dos *Paradossi* de Ortensio Landi (Lyon, Pullondatrin, 1543) – a que o próprio autor dá uma *Confutatio del libro del Paradossi* –, que conhecem grande voga sobretudo a partir da tradução de Charles Estienne, *Paradoxes ou sentences débatus, et élégamment déduites contre la commune opinion, traité non moins plein de doctrine que de récréation pour toutes gens, reveu et augmenté*, Lyon, par Jean Temporal, 1559 (no colofon: Lyon, par Nicolas Perrineau, 1561).

como estímulo ao espírito crítico, à ginástica mental e sobretudo como fuga ao vulgar, de que é exemplo, nos dias de hoje a poesia experimental portuguesa (Hatherly e Melo e Castro 1981).

Expressivas do significado dos *loci communes* no Renascimento são as palavras de Gil Vicente, na dedicatória ao rei D. João III da sua *Cõpilaçam* de 1562. Admitindo ironicamente que “antigos e modernos nam leixaram coisa boa por dizer, nem invençam linda por achar, nem graça por descobrir”, defende o direito à originalidade pessoal – qual Cervantes, no prefácio de *Don Quixote* – e não se resigna a ser “eco nos vales que fala o que dizem, sem saber o que diz”⁵⁶.

Como conclusão, podemos afirmar que a *imitatio* e a *aemulatio* dos autores clássicos, na pedagogia e na literatura de Quinhentos, tão intimamente relacionadas, configuram a essência do pensamento e da palavra, da *inuentio* e da *ars scribendi* de grandes vultos das letras europeias.

Referências Bibliográficas

- Aguiar e Silva, Vítor Manuel de (1974): “O texto literário e os seus códigos”. In: *Colóquio / Letras* 21: 23-33.
- Allen, P. S., Allen H. M. e Garrod, H. W. (eds.) (1967): *Correspondance d’Erasmé*. Édition intégrale. Traduite et annotée d’après l’*Opus Epistolarum*. Tome I, 1484-1514. Paris.
- Asensio, Eugenio (1974): *Estudios portugueses*. Paris.
- Barthes, Roland (1964): “Littérature et discontinu”. *Essais critiques*. Paris.
- (1970): *Mythologies*. Paris.
- (1972): *Le degré zéro de l’écriture*. Paris.
- Bataillon, Marcel (1991): *Erasmé et l’Espagne*. Genève: Droz.
- Bell, Aubrey (1942): *Damião de Góis*. Lisboa.
- Bigalli, Davide (1986): “‘Justitia’ e ‘consensus’: figure del sovrano nel Cinquecento Portoghese”. In: Margolin, J.-C. et al.: *Ragione e ‘civilitas’: Figure del vivere associato nella cultura del ‘500 europeo*. Milano.
- Bruyère, N. (1984): *Méthode et dialectique dans l’œuvre de La Ramée – Renaissance et âge classique*. Paris.

⁵⁶ A consciência do nada de novo à face da terra – que conduz ao intencional discurso poético “obscuro” de Herberto Helder – é tantas vezes expressa no discurso narrativo de Jorge Luis Borges (cf. “Utopia de un hombre que está cansado”, in *Obras completas* II, Buenos Aires, 1989, p. 55): “Ya no nos quedan más que citas. La lengua es un sistema de citas”. Expressiva, do ponto de vista da imagética literária, é a forma como Borges vê “A Francia” (*Historia de la noche*, ibidem, p. 194): “No diré la tarde y la luna: diré Verlaine/ No diré el mar y la cosmogonía: diré el nombre de Hugo/ No la amistad, sino Montaigne”.

- Cave, R. (1979): *The cornucopian text, problems of writing in the French Renaissance*. Oxford.
- Chomarat, J. (1981): *Grammaire et rhétorique chez Erasme*. 2 vols. Paris.
- Compagnon, A. (1979): *La seconde main ou le travail de la citation*. Paris.
- Conte, Gian Biagio (1986): *The rhetoric of imitation. Genre and poetic memory in Virgil and other latin poets*. Trad. inglesa da edição italiana por Charles Segal. London.
- Dainville, F. (1940): *La naissance de l'Umanisme moderne*. Paris.
- Dällenbach, Lucien (1976): "Intertexte et autotexte". In: *Poétique* 27: 282-296.
- Dassonville (ed.) (1964: reimpr. 1972): *Pierre de La Ramée, Dialectique (1555)*. Genève.
- Dubois et al. (1970): *Rhétorique générale*. Paris.
- Ehrlich, Hélène-Hedy (1972): *Montaigne et la langue*. Paris.
- Farinha, Bento Jozé de Souza (1786): *Filozofia de príncipes apanhada das obras de nossos portugueses*. Lisboa.
- Ferrau, Giacomo (1975): "L'églogia In violas di Angelo Poliziano". In: *I classici nel Medioevo e nell'Umanesimo. Miscellanea Filologica*. Genova: p. 134-135.
- Ferreira, José Ribeiro (1977-1978): "O problema educativo no Filoctetes". In: *Humanitas* 29-30: p. 46-50.
- (1979-1980): "O significado da figura de Ulisses no Filoctetes". In: *Humanitas* 31-32: p. 115-139.
- Fracassetti, Giuseppe (1863-1865): *Lettere di Francesco Petrarca delle cose familiari libri ventiquattro [...]*. 5 vols. Firenze.
- Fumaroli, Marc (1980): *L'age de l'éloquence. Rhétorique et "res literaria" de la Renaissance au seuil de l'époque classique*. Genève.
- (1984): "Michel de Montaigne ou l'éloquence du for intérieur". In: *Les formes brèves de la prose et le discours discontinu (XVI^e - XVI^e siècles)*. Paris.
- Genette, Gérard (1966): *Figures*. Paris.
- (1982): *Palimpsestes*. Paris.
- (1983): "Transtextualités". In: *Magazine littéraire* 192: 40-ss.
- Grafton, A. (1981): "Teacher, text and pupil in the Renaissance class-room: a case study from a Parisian College". In: *History of Universities* I: 37-70.
- Hatherly, Ana e Melo e Castro, E. M. de (1981): *Po-Ex. Textos teóricos e documentos da poesia experimental portuguesa*. Lisboa.
- Hoffman, G. (1991): "Fonder une méthode à la Renaissance. Montaigne et ses professeurs de philosophie, Grouchy et Sylvius. II. *Distinguo*: l'apport de Sylvius". In: *Bulletin de la Société des Amis de Montaigne* VII^e série n.º 25-26: 45-60.
- Jaeger, W. (1964): *Paideia I*. Trad. francesa. Paris.
- Jardine, Lisa (1988): "Distinctive disciplina: Rudolph Agricola's influence on methodical thinking in the humanities". In: Akkerman, F. & Vvanderjagt, A.J. (eds.): *Rudolphus Agricola Phrisius (1444-1485). Proceedings of the*

- International Conference at the University of Groningen* (28-30 October 1985). Leiden: 38-57.
- Jauss, H. Robert (1978): *Pour une esthétique de la réception*. Trad. franc. Paris.
- Jenny, Laurent (1972): “Structure et fonctions du cliché (À propos des ‘Impressions d’Afrique’). In: *Poétique* 12: 495-517.
- (1976): “La stratégie de la forme”. In: *Poétique* 27: 257-281.
- Kennedy, G. (1980): *Classical rhetoric and its secular and christian tradition from Antiquity to Modern Times*. Chapel Hill.
- Kristeva, Julia (1967): “Bakhtine, le mot, le dialogue et le roman”. In: *Critique* XXIII, 239: 438-465.
- Lausberg, H. (²1972 [1967, 1.^a ed. original]): *Elementos de retórica literária*. Tr. port. com introdução e comentários de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa.
- Lauvergnot-Gagnière, Christiane (1988): *Lucien de Samosate et le Lucianisme en France au XVI^e siècle. Athéisme et polemique*. Genève: Droz.
- Lecointe, Jean (1993): *L’idéal et la différence. La perception de la personnalité littéraire à la renaissance*. Genève: Droz.
- Lyons, J. D. (1989): *Exemplum*. New Jersey.
- Marrou, H. I. (⁶1965): *Histoire de l’éducation dans l’Antiquité*. Paris: Éditions du Seuil.
- Meerhoff, Kees (1986): *Rhétorique et poétique au XVI^e Siècle en France. Du Bellay, Ramus et les autres*. Leiden.
- (1988): “Agricola et Ramus – dialectique et rhétorique”. In: Akkerman, F. & Vvanderjagt, A.J. (eds.): *Rudolphus Agricola Phrisius (1444-1485). Proceedings of the International Conference at the University of Groningen* (28-30 October 1985). Leiden: 270-280.
- Meleuc, Serge (1969): “Structure de la maxime”. In: *Langages* 13: 69-99.
- Mesnard, Pierre (1966): “The pedagogy of Johann Sturm (1507-1589) and its Evangelical Inspiration”. In: *Studies in the Renaissance* 13: 200-219.
- Monçon, Francisco de (1954): *Livro primeiro del espejo del principe christiano [...]*. Lisboa.
- Montaigne, M. (1962): *Œuvres complètes . Éd. La Pléiade*. Paris: Gallimard.
- Murphy, James J. (ed.) (1986): *Arguments in rhetoric against Quintilian*. Translation and text of Peter Ramus’s *Rhetoricae distinctiones in Quintilianum (1546)*. Trad. de Carole Newlands. Dekalb – Northern Illinois University Press.
- Nascimento, Aires A. (1990): ‘Poggio e o seu interesse por códices de Alcobça’. In: *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa – Volume de homenagem ao Prof. J. V. de Pina Martins*, 5.^a s. 13-14: 37-40.
- Ong, W. J. (1963): “Ramus éducateur – Les procédés scolaires et la nature de la réalité”. In: *Pédagogues et Juristes* (Congrès Tours, 1960). Paris: p. 207-221.
- Osório, J. Alves (1985): “Entre a tradição e a inovação. Sá de Miranda na esteira de Garcilaso: em torno do debate poético da Écloga ‘Alejo’”. In: *Revista da Faculdade de Letras do Porto - Línguas e Literaturas*, II série, vol. I: p. 61.

- (1990): “Diálogo e citação nos ‘Colóquios’ de Erasmo”. In: *Humanitas* 41-42: 99-119.
- (1977): “Frei Heitor Pinto, leitor da *Menina e moça*”. In: *Biblos – em Homenagem a Victor Matos e Sá* – 53: 459-500.
- Pandergrass (1990), Correspondance d’Antoine Arlier, humaniste Langedocien (1527-1545). Édition critique du Ms. 200 (761-R.132) d’Aix-en-Provence. Texte établi et commenté. Genève.
- Pereira, M. H. Rocha (1993): *Estudos de história da cultura clássica I: Cultura Grega*. Lisboa.
- Perelman, Charles (1988): *L’empire rhétorique*. Paris
- Petrarca, F. (1942): *Epistolae familiares*. ed. V. Rossi. Firenze.
- Porteau, P. (1935): *Montaigne et la vie pédagogique de son temps*. Paris
- Pulquério, Manuel de Oliveira (1992): “O problema de Zeus no *Prometeu Agrilhoado* de Ésquilo”. In: *Miscelânea de estudos em honra do Prof. A. Costa Ramalho*. Coimbra: 37-ss.
- (1993): “Cultura e ética na Grécia clássica”. In: *Mathesis* 2: 9-15.
- Py, Albert (1984): *Imitation et Renaissance dans la poésie de Ronsard*. Genebra.
- Rabelais, François (1962): *Œuvres complètes* II. Paris.
- Resende, André de (1956): *Oração de sapiência (Oratio pro rostris)*. Tradução de Miguel Pinto de Meneses. Introdução e notas de A. Moreira de Sá. Lisboa.
- Reyes, Graciela (1984): *Polifonia textual. La citación en el relato literário*. Madrid.
- Riffaterre, M. (1971): *Essais de stylistique structurale*, “Fonction du cliché dans la prose littéraire”. Paris:
- Rigolot, F. (1978): “Sémiotique de la sentence et du proverbe chez Rabelais”. In: *Études rabelaisiennes* 14: 277-286.
- Rosa, Lucia Gualdo (1984): *La fede nella “paideia” : aspetti della fortuna europea di Isocrate nei secoli XV e XVI*, Roma:.
- Sabbadini, R. (1967): *Le scoperte dei codici latini e greci nei secoli XIV e XV*. 2 vols. Firenze: EDITORA [Repr. anastática da ed. de 1905].
- Scaglione, A. (1961): “The humanist as scholar and Politian’s conception of the ‘Grammaticus’”. In: *Studies in the Renaissance* 8: 49-70 .
- Simondon, Michèle (1982): *La mémoire et l’oubli dans la pensée grécque jusq’à la fin du V^e siècle avant J.- C.* Paris.
- Soares, Nair N. Castro (1993): “A literatura de sentenças no Humanismo Português: res et uerba”. In: *Humanismo Português na época dos Descobrimentos* (Coimbra, 9 a 12 de Outubro de 1991). *Actas*. Coimbra: 377-410.
- (1994): *O príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*. Coimbra:.
- (1996): *Teatro clássico no séc. XVI: A Castro de António Ferreira. Fontes, originalidade*. Coimbra: Almedina.
- Toffanin, G. (1947): *Storia del umanesimo*. Bologna.
- Tournon, André (1983): *Montaigne: la glose et l’essai*. Lyon.

- Villey, P. (1912): *Les sources d'idées*. Paris,
- Vinet, E. (ed.) (1941): *Schola Aquitanica. Regulamento de estudos*. Texto latino revisto por Alfredo de Carvalho. Coimbra.
- Vergerio, Pier Paolo (1934): *Epistolario*. Ed. I. Smith: Fonti per la Storia d'Itália (vol. 74). Roma.
- Weber, Henri (1955): *La création poétique au XVI^e en France de Maurice Scève à Agrippa D'Aubigné*. Paris.
- Weinberg, B. (ed.) (1970-1972): *Trattati di poetica e retorica del Cinquecento*. 3 vols. Bari:
- Yates, F. A. (1975): *L'art de la mémoire*. Trad. do inglês por Daniel Arasse. Paris.

António Cabral, o suor da tradição: Apontamentos para uma abordagem ao autor transmontano

Elisa Gomes da Torre

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Instituto de Filosofia UP (Investigadora Integrada) / CEIL UNL (Colaborador)
elisatorre@utad.pt

Abordar a obra de António Cabral, em espaço de terras de Trás-os-Montes e durienses, seu veio matricial não só de vida, de cidadania, mas também de inspiração e de serviço artístico e intelectual, pela pena de quem nasceu em terras do mar, pode assumir, porventura, estranhamento a quem com este texto se depara quando em contraste o conhece e conheceu pela proximidade e pela comunhão de vida, mas este acidental espaço incerto que nos separa, facilmente se suplanta pelo fascínio partilhado pela literatura e pelo chão que enchemos de imaginário.

Este “país do vinho e do suor”, como define no convite que formula a George¹ para o percorrer, renovando o desafio de António Nobre² é, a um tempo, nascente criadora e de afirmação identitária que orientou, com agravar maior no avançar dos tempos, a sua produção literária e de investigação até ao final dos seus dias. Podemos imaginar facilmente sermos todos nós uma face do George e guiados pela obra vasta de António Cabral ficarmos sobranceiros ao espaço e ao tempo, embrenhando-nos devagar na partilha do senso da terra, na doação do poeta que nos promete: “No alto da serra oferecer-te-ei / um vale humano para contemplanos.”

Um vale humano. Desnudado aos nossos olhos pelo olhar do poeta e ficcionista, desmembrado pelas análises cuidadosas das tradições e dos atos de cultura das gentes que lutam a vinha, o rio, a serra; pelo expor generoso dos seus versos que o autor não só perpetua, mas encarrilha no veio do tempo quando os apropria em poesia sua. O próprio poeta nos diz, assim, claramente qual o seu propósito maior na vida em serviço à comunidade: o vale humano do país do vinho e do suor.

¹ “George, anda ver meu país do vinho e do suor, / onde o suor começa nas ideias / onde as ideias mudam de cor, a cada hora, / cintilantes como os vitrais da Sainte-Chapelle” (in “Carta ao George”, (1967): *Os homens Cantam a Nordeste*).

² “Georges! anda ver o meu país de marinheiros / O meu país das Naus, de esquadras e de frotas! / Oh! as lanchas dos poveiros / A saírem a barra, entre ondas e gaiotas!” (Nobre 1892).

Creio que é sobretudo a sua face de cidadania, que, em António Cabral, se identifica com cultura e ciência, que marca a opção testemunhal do autor. A fundação das revistas *Setentrião*, *Tellus* e *Nordeste Cultural*, a sua participação activa nos jornais locais, nas sociedades culturais da região (foi fundador do Centro Cultural Regional de Vila Real entre outras organizações culturais), com as companhias teatrais transmontanas, com as instituições de ensino como, nos últimos tempos, na Universidade Sénior... manifestam largamente o espírito empreendedor de quem deseja que a sua terra, que as suas gentes, tenham espaço próprio de exposição artística, conceptual, ideológica, poderíamos aventar dizer, quase recordando Neruda, de quem deseja proporcionar a voz, ou o espaço para a voz, àqueles que nem sabem que a têm ou que não têm onde a ter. Voltando aos seus versos, lembremos o aviso “o suor começa nas ideias”. Ideias que o homem suando suporta, nos diz António Cabral, em canto, ainda que qual Sísifo. Algo perturbador, de facto, mas adequado à vivência que oscila entre o fascínio pela e a beleza da terra e a dificuldade imensa do rigor do clima, da geografia e do trabalho incessante. Do que a produção do vinho nestas terras é metáfora clara e arrebatadora e que o autor explora notavelmente nos seus escritos. Ser criado entre a pedra, o calor e o gelo, sulcando rios de força confere ao homem a noção do limite imposto pela matéria mas desafia-o a impor-se pelo recurso à imaginação, ao intelecto e à força, corpo e mente em bravo ato de desafio constante.

Das muitas facetas públicas de António Cabral, uma harmonia se destaca, o seu empenho pelo estudo e exposição poética das raízes profundas que assinalam a identidade duriense e transmontana. Para os que coabitam com o texto literário, seja erudito ou popular, um outro fator se notabiliza, o diálogo que António Cabral estabelece constantemente com os textos daqueles que o marcam. Já aqui referi António Nobre, mas ele é meramente um exemplo. A prosa e poesia de António Cabral desafiam-nos constantemente à decifração de modelos com os quais temos que disputar argumentativamente para entender o texto. De forma mais ostensiva ou menos, (é por exemplo óbvia a referência à tragédia de Shakespeare em “Os muros de Verona”, uma das peças que integra o projeto dramático *7 peças em um acto*³). A leitura dos textos deste autor, para uma mais completa receção, implica um leitor literato, capaz de reconhecer as evocações coligidas. Neste propósito, a referencialidade não é somente a da literatura consagrada, canónica, no senso mais académico como institui Steiner, mas transporta-nos, e muito, à cadência do verso redondilhado de cariz popular.

Com efeito, António Cabral, para além de escritor do país do vinho e do suor, é o estudioso antropológico e etnográfico da região. O seu interesse pelas tradições locais, com o destaque notável não só dos estudos sobre os jogos populares como pela iniciativa de os trazer de novo à população, através da

³ Em parceria com António M. Pires Cabral em 1977: *Temos Tempo, Matilde; Os muros de Verona; Ouve-se uma flauta; Virá um dia virá; O consultório; O poço; Seguir viagem.*

organização de jornadas dos mesmos, evidenciam bem a sua orientação histórica e antropológica. O jogo é um mero recreio nas lides trabalhosas. Este facto ganha estatuto de solidez na tese de António Cabral. Não se pode dissociar o jogo do trabalho, pois é um que permite e justifica o aparecimento do outro. Este dado é-lhe uma evidência. Podemos dar o exemplo do jogo do malhão, cuja origem o autor pressupõe ter ocorrido pelo simples lançamento de uma pedra encontrada entre os vinhedos, por exemplo. Uma coisa é certa, a socialização passa muito pela instituição lúdica, mas esta não vale de *per se*, necessita no índice de valoração de ser integrada na comunidade de trabalho. Talvez resida neste fator, variável no tempo das sociedades, a motivação para o esbatimento e /ou desaparecimento de certas práticas lúdicas. Trabalha-se diferente, joga-se diferentemente, também.

Nos seus estudos sobre os jogos, António Cabral destacou os jogos infantis. A sua preocupação pedagógica – traço provável da sua função como professor, talvez! – leva-o a ocupar-se também do jogo infantil. Neste âmbito, há observações absolutamente deslumbrantes para todos os que defendem que a infância deva ser um tempo dourado, de algum modo, o mais possível isentado da corrupção, ou corrosão, da sociedade, suas rotinas rígidas, horário firmes a cumprir, etc., etc. Lembro a nota que faz relativamente às regras de jogo.

[...] num jogo tão simples como a Corrida do Arco, entrar em detalhes que nada têm a ver com a actividade lúdica infantil, complicando, por exemplo, o sistema de pontuação relativamente à queda do arco, ao derrube de obstáculos e aos minutos de prova, transforma-se o jogo numa autêntica gincana. Assim, com exagero de procedimentos em relação às regras de jogo, este deixa de ter características simples e perde espontaneidade e naturalidade. (1990: 197)

Este cuidado, em alerta, alarga-se a outras dimensões do seu labor. O cuidado na preservação da voz cristalina e essencial, marca, de igual modo, a sua poesia em tributo à terra. É de assinalar ainda no âmbito da preservação da património imaterial a edição do *Cancioneiro Popular Duriense* (1983), cujos ecos surgirão nos apontamentos de certas personagens dos seus romances, quando entoam cantigas, ou nas suas peças de teatro, como iremos constatar n' *A Moura Encantada* (2008). As notações que faço sobre o uso que António Cabral procede relativamente às tradições populares não atestam, da minha parte, um rótulo que se poderia supor de autor regionalista. De modo algum. Haverá eventualmente a tentação numa leitura precipitada de fazer de António Cabral um autor do Douro e de Trás-os-Montes. Os próprios títulos das obras o poderiam indiciar: *Falo-vos da Montanha* (1958); *Poemas Durienses* (1963); *Os homens cantam a Nordeste* (1967); *Aqui, Douro* (1979); mas tal não é correto nem ajustado. A opção por tratar matéria bem conhecida é mero meio para alcançar o objeto final: o humano na sua revelação mais verdadeira, mais real,

o tal “vale humano”. Esta opção, a meu ver, não é senão justamente o inverso, ou seja, o assumir de um poeta do universal.

Aliás, o intento de atingir o abstrato mais geral é constante no autor. Nos estudos sobre os jogos, passa depressa da descrição e contextualização para a ludoteoria; num romance como *A noiva de Caná* (1995), uma trama supostamente regional filtra-se por paradigmas de toda a humanidade cristã e maiormente mediterrânica.

Os seus *Poemas Durienses*, de igual modo, jogam com a memória do leitor, que se vê obrigado a fundir modelos improváveis. Ouçamos os versos sobre Leonor:

Descalça vai para a fonte
 Leonor pela verdura:
 Vai formosa e não segura.

II
 Se tivesse umas chinelas
 iria melhor...; mas não:
 com dinheiro das chinelas
 compra um pouco mais de pão.
 Virá o dia em que os pés
 não sintam a terra dura?
 Leonor sonha de mais:
 vai formosa e não segura.

Formosa! Não vale a pena
 ter nos olhos uma aurora
 quando na vida – que vida! –
 o sol se foi embora.
 Se os filhos se alimentassem
 com a sua formosura...
 Leonor pensa de mais:
 vai formosa e não segura.

Há verduras pelos prados,
 há verduras no caminho;
 no olmo de ao pé da fonte
 canta, livre, um passarinho,
 Mas ela não canta, não,
 que a voz perdeu a doçura.
 Leonor sofre de mais:
 vai formosa e não segura.

Porque sofre? Nunca soube
 nem saberá a razão.
 Vai encher a talha de água,
 só não enche o coração.
 Virá um dia... virá...
 Os olhos voam na altura
 Leonor não anda: sonha.
 Vai formosa e não segura.

LEONOR

A Leonor continua descalça,
o que sempre lhe deu certa graça.

Pelo menos não cheira a chulé
e tem nuvem de pó sobre o pé.

Digam lá se as madames do Alvor
são tão lindas como esta Leonor

Um filhito ranhoso na mão,
uma ideia já podre no pão.

Meia dúzia de sonhos partidos,
a seus pés, como cacos de vidros.

Digam lá se as madames do Alvor
são tão lindas como esta Leonor.

Quase dá vontade de explorar o conceito de beleza aqui exposto. De autenticidade, entende-se de imediato, formosa porque autêntica, assumida na realidade do pão podre e pés descalços, mas linda porque vida genuína. Entende-se ainda o recado social, à sociedade que desmerece o regional, tudo aquilo o que não é visto na capital. E todos nós recordamos instantaneamente o veredicto ainda, infelizmente, acertado de Eça de Queiroz.

A obra de António Cabral é vasto campo para reflexão e degustação, mas, olhemos, por agora, para as suas produções para teatro.

Iniciou-se cedo no texto dramático com *O Herói*, em 1964, com o qual venceu um prémio internacional. Constatam ainda da sua pena: *A linha e o nó* (1977), *7 peças em um acto*, *Semires* (1994), *A fraga das dunas* (2005) e a obra publicada postumamente, em 2008, *A Moura Encantada*.

Este texto, que escreveu para a companhia “Urze”, congrega referências múltiplas à tradição popular, desde o tema que dá origem ao enredo das lendas das mouras encantadas (ou encantadoras?) cujas tramas remontam às origens hispânicas na luta entre cristãos e mouros; às técnicas do teatro italiano da *commedia dell’arte*, chamadas ao palco pelas palavras do autor. Surgem palhaços, polichinelos de origem, mas que, curiosamente, dão figuras do teatro tradicional mirandês, na figura apelidada de gracioso, personagem rebelde, vestido de forma cómica e que no palco, mesmo nas tramas mais trágicas e dramáticas, tem o papel dinamizador da gargalhada do público, assentando na improvisação das falas e nos gagues cénicas⁴.

⁴ Esta figura do teatro tradicional é marcante no teatro ibérico desde o séc. XVI/XVII. Recordando o bobo medieval, mas enriquecido com as movimentações cénicas da *Commedia* e a adaptabilidade às realidades identitárias regionais.

Da mitologia transmontana, como afirma, aproveita, ainda, a figura do lobisomem, protagonista vilão de tantos contos da região, uma fada, vestígios da tradição celta, uma feiticeira – e quantos feitiços não conhece a gente de Trás-os-Montes! – que, em cena, representam a luta do bem e do mal. Também o protagonista, um menino, nos evoca a literatura popular, um menino indefinido, sem nome, e por isso facilmente identificado como um qualquer dos que assistam ao espetáculo.

Há uma nota de autor prévia ao texto que convirá chamar aqui

Por favor, não busquem influências para este texto a não ser no teatro medieval e na *Commedia dell'Arte*. Outra coisa: a feiticeira aqui distingue-se da bruxa: aquela é andarilha e esta sedentária. O lobisomem, ao contrário do dos filmes americanos, é um cavaleiro elegante, de aguilhada em punho.

O texto de apresentação da moura é um fazer ao modo do romance popular. Aliás, o autor, em didascália, aconselha que se ouça música dolente ao modo de romance popular

Era uma Moura Encantada
que se chamava Maria.
A sua gruta fechava-se,
apenas o sol nascia.

Nos seus olhos duas aves
cantavam sem alegria;
cantavam tristes, cantavam
toda a noite e todo o dia.

Os seus lábios tinham mel,
perfume de malvasia,
e nos seus longos cabelos
uma chama negra ardía.

– Quem pôs a linda agarena
nessa colina sombria?
Quem lhe derramou nos olhos
taças de melancolia?

Perguntou um cavaleiro,
mas ninguém lhe respondia.
A sua espada brilhava
como sol ao meio dia.
(*A quarta quadra pode ser mimada em voz off, falada,
passando no telão um cavaleiro.*)

O registo de romanceiro mantém-se ao longo da peça. O momento da intervenção dos cegos, recordando a literatura de cordel ou romances de cegos, como também se conhece, retoma a forma dialogada com alusão ao cavaleiro, interveniente em tantos romances e pastorelas:

Onde vais ó cavaleiro,
nesta noite de luar?
– Procuo a Moura Encantada
com quem me quero casar.

– Volta atrás, ó cavaleiro,
que a não podes encontrar.⁵
Ela esconde-se na gruta
quando sente alguém passar.

Cem jovens a procuraram,
foi vão o seu procurar.
Volta a trás, ó cavaleiro,
não passes deste lugar.

– Velho agoirento, não fales
a quem decidiu amar.
Terei a moira nos braços,
antes de a noite acabar....

Ao longo da peça, vão aparecendo momentos vários recriando o gosto da poesia popular

O meu amor foi-se e disse
que por ele não chorasse,
que lhe não desse mais penas,
que o não mortificasse.

do provérbio e ditos (Bago, baguinho, livra o menino). O ambiente da feira, contexto da trama, é avivado com os palhaços, as figuras típicas, as rusgas, os robertos.

A obra é quase uma síntese da produção de António Cabral. O cuidado com a espontaneidade popular, com a raiz que faz o homem saber o que é, o gosto pelo imaginário, poético, fantástico, mas cumprido na consciência da pedra, do chão, da realidade.

A última fala desta peça é como um enigma que o autor lança ao público, desafiando-o a tomar consciência do valor do património, do passado, da história, da tradição, afinal, e a valorar aquilo que não se vê imediatamente, mas

⁵ Evocação dos versos do romance tradicional “Condessa de Aragão”, também ele em forma dialogada.

que importa olhar e decifrar para que o tal vale humano entenda o que é ser-se como tal.

Pergunta o menino:

Menino – Ó madrinha, se agora já não há moinhos, diz-me cá uma coisa: por que é que ainda se fala tanto de moleiras e moleiros?

Referências Bibliográficas

- Cabral, António, (1958): *Falo-vos da Montanha*. Vila Real: Ed. Autor.
- (1961): *Aqui, Douro*. Vila Real: Ed. Autor.
- (1963): *Poemas Durienses*. Vila Real: Ed. Autor.
- (1967): *Os Homens Cantam a Nordeste*. Tomar: Ed. Autor.
- (1977): *A linha e o nó*. Coimbra: Centelha.
- (1977): *7 peças em um acto*. Coimbra: Centelha.
- (1983): *Cancioneiro Popular Duriense*. Vila Real: Centro Cultural Regional.
- (1990): *Teoria do Jogo*. Lisboa: Ed. Notícias.
- (1994): *Semires*. Vila Real: Boletim Cultural.
- (1995): *A noiva de Caná*. Lisboa: Ed. Notícias.
- (2008): *A Moura Encantada*. Vila Real: Boletim Cultural.
- Nobre, António (1892): *Só*. Paris: Léon Vanier.

CULTURA

Autobiography: A text of life in a new landscape

Ana Clara Birrento
Universidade de Évora, CEL-UE
birrento@uevora.pt

Abstract

Positoning myself in a critical agenda that reads autobiography not as the life of its authors, but rather as texts of that life, I consider that we can analyze these texts as a geography of the possible or as knowable community, in Elspeth Probyn's and Raymond Williams's words, respectively. Autobiographies are maps of possibilities of the self, landscapes of the self, where authors, simultaneously subjects and objects of their own discourse and representation, create conditions of possibility for their individual, social and political existence.

Resumo

Posicionando-me numa agenda crítica que lê os textos autobiográficos não como a vida dos seus autores, mas antes como textos dessa vida, considero que podemos analisar esses textos como uma geografia do possível ou como uma comunidade conhecível, nas palavras de Elspeth Probyn e de Raymond Williams, respetivamente. As autobiografias são mapas de possibilidade do eu, paisagens do ser, onde os autores, simultaneamente sujeitos e objetos do seu próprio discurso e representação, criam condições de possibilidade para a sua existência individual, social e política.

Positioning myself in a critical agenda which reads autobiography not as life itself, but rather as a text of life, I consider that we can read autobiography as a 'geography of the possible' or as a 'knowable community', using Elspeth Probyn's (1993) and Raymond Williams's (1970) concepts, respectively. Thus, my proposition is to read autobiography as a map of possibilities of the self, where the author (subject and object of the autobiography) and the reader move and acknowledge conditions of possibility or plausibility (Sinfield 1992) for an individual and social existence. To do this we have also to bear in mind some questions concerning representation and memory, as it is by means of these that experiences are reshaped and the self recreated in a new landscape.

In order to understand the autobiographical self we need to position it in relation to the absence and to the presence of such opposing concepts as: truth, confession, experience, immanence, private and public, individual and universal, masculine and feminine, as well as to the problem of the author who sees

himself as subject and as being looked as a subject: a subject who talks about himself and who knows that the present is different from the past and is not repeated in the future.

In the process of rewriting the self we tell a story, by definition not a recounting of experience as it was, but a fiction of the self, a selective and imaginative construction of who we have been and who we are. An autobiography is, in Freeman's formulation in *Rewriting the Self, History, Memory, Narrative* (1993), a story we weave out of those tangled threads we believe to be responsible for the texture of our lives. To understand the autobiographical writing as a geography of the possible or as a knowable community is to understand it as the consciousness of the author in choosing and in selecting the ways how and what should be represented in the autobiographical text, leaving to the reader the task of knowing and of discovering the identity who knows itself and who materializes itself through discourse; of discovering the identity who chooses strategies, practices and technologies to represent itself as a cultural construction of power, through discursive alliances and in a network of voices and positions.

Leigh Gilmore in *Autobiographics* (1994) argues that autobiographies are positioned within discourses that construct identity and power, adding that inasmuch as the individual is a discursive formation, autobiography is one of the major discourses through which it is produced. Writing autobiographically is an act of interpretation, where the lived experience is shaped, constrained and transformed by representation to which the self owes its existence and in which it evolves and finds expression.

Representation, according to Stuart Hall (1990), implies the positions from where one writes or speaks - the enunciative positions which constitute the self as a new kind of subject and not merely as a reflection of me; although one speaks of itself, in its name and about its experience, who writes or speaks, who determines the identity of the narrator and of the subject about whom it is spoken or written, is not identical and is not in the same place. We write and we speak from a particular time and place, within a specific history and a culture: what we say is always contextualized and positioned.

The position we occupy in a social space, the practices and the identities are not separated categories in a deterministic or hierarchical relationship; they inform each other mutually, creating a dense and detailed texture of narratives, of relationships and of experiences. The self, as Probyn (1993) argues, is a set of techniques and practices based on daily life. But, it is not only the writers who are influenced by the social world, as the readers, by bringing their horizons of expectation to their reading, also construct a narrative. As a matter of fact, the different horizons of expectations, the different readings and different interpretations of each reader are determined by already constituted social differences, which, in turn, construct the experiential context in which the readers appropriate the text.

In this dialogical space, both author and reader build a knowable community, in an attempt to unite the subjectivity of the different selves in the process, selves who, simultaneously, acknowledge the otherness of the others. A knowable community is constructed in the production of plausible interpretative contexts of experience, which contain what is written and read.

Either representing a public realm or a private, more intimate one, autobiography draws a terrain where both authors and readers move and where they recognize conditions of plausibility for the representation of their experiences. Representing the self in a filigree of ontological, epistemological and organizational principles of identity, the autobiographical text can be read as a geography of the possible where the self is represented by means of several technologies of power and several trajectories, establishing a dynamic relationship between author, text and reader. This means that the identification of the reader's text with the writer's text is the result of their triangulation with ideology; by identifying with an autobiography, the reader constructs an 'imaginary relation' to the situation the text depicts (Gilmore 1994).

As a form which invents, in its fictional representation, an identity which only exists in the common and shared space of the narrative, the autobiographical text is the product of the writer's consciousness and capacity to invest in affective elements which, in turn, allow the reader to 'feel' that space as a knowable space of relations, drawing maps of meaning. In 'knowable', we can find not only the subject – the theme which is yet not known, because the consciousness of the moment never precedes the art of creation, but also the author's capacity to communicate, to make knowable to the other(s) that same experience, bringing it to the process of communication. What is knowable, Williams writes, is not only a function of objects – of what is there to be known; it is also a function of subjects, of observers – of what is desired and needs to be known. By sharing his experiences, the author conveys them to others in such a form that they are actively recreated – not contemplated, not examined, not passively received, but by responses to the means, actually lived through, by those to whom they are offered (Williams [1961] 1965:51).

To read autobiography as a knowable community is to understand the tripartite nature of it: on the one hand, the reality of the identity there represented, on the other hand, the reality of the reader as long as he makes sense of what is written and creates an interpretative context, and last but not least, the reality of the writer in the poetic act of writing. Furthermore, when considering autobiographical texts, for which the interpreter is at once subject and object it becomes clear that the meanings one arrives at are in some sense as much made as created and found, in a new poetic configuration. By choosing and selecting the moments and the facts from where he creates, the autobiographical self is not only representing his own experience, but he is also bringing to the fictional space of communication what he wishes and wants to be known, revealing the past by the forms he chooses.

This choice determines the type of story one wants to tell. As a matter of fact, the author participates in that fictional space of communication before the reader, as what the former gives to the latter to read is his interpretation, as an active agent in the choices of what is fictionally created. But this is an illusory process, an illusion which, according to Gusdorf (1980), begins in the moment when the narrative gives a meaning to the event, which when it occurred might have had several meanings or even none. This postulation of a meaning to a past event, in Gusdorf's words again, dictates the choice of the facts which we want to retain and the details which we want to preserve or forget according to a preconceived intelligibility. It is in this choice that the faults, the lapses and the deformations of memory take place; and these faults, in spite of not being the product of a physical cause or of mere hazard, are the result of a conscious choice of the author who remembers and who wants to gain recognition of a revised and corrected version of the past.

The obstacles to a full reconstruction of the past turn visible and inevitable that there is the creation of a new past, similar to it but also different from it; in spite of all the efforts of truthfulness, the truth any autobiography produces is always necessarily restructured, corrected and revised in its telling, a mixture of past and present, a process of self-invention. In this reconstruction of the past, memory is a fundamental tool, or in Foucault's (1988) words, a technology of power; memory selects the images which the subject wants to transmit according to the place and the time of the enunciation. Memory helps creating a story or a discourse about an original experience and seems to be the solution for the human preoccupation in being able to translate the knowing in the telling, that is to say, in giving form to experience.

To be known, to be constructed, to be discovered, created or revealed is a dilemma, which according to Freeman (1993) all human beings face, a dilemma which cannot be solved. While we have to be able to confess our interpretative participation in the rewriting of the self, we have to be humble enough and to acknowledge that the past that has culminated in that rewriting is excluded. By means of a process of choice and selection, the author creates his conditions of possibilities, the coherent knots and the insertion in the real. Past has no other existence besides the representation not of facts withdrawn from memory, but by the words based on the residual images of memory, as they are the only appropriate means of communication, the verbal configuration of reminiscences. No matter how inclusive an author wants to be, in the end he has to make choices, and by doing them he turns many of the reminiscences irrelevant.

To tell a life is to represent what no longer exists, it is a means to deal with the irrecoverability of the past (Eakin 1992), it is a representation which extends itself in time, like a succession of signs. Memories and the different voices by which the author enunciates himself allow him to convince the reader of the existence of another level of abstraction, the one of his individual being. This ontological position is articulated with an epistemological project, to the extent

that while a sphere of the being is proposed it is based on an historical context. Under the disguise of showing himself as he was, the autobiographical author exerts the right to recover the possession of his existence then and now. To represent a past experience means to reflect it in the present. However, we cannot forget that the present reproduction of the past only has a meaning in its structural relation to the previous experience (Pickering 1997).

Autobiography is never the final and fixed image of a life, as the image of the self is always constructed, since memories look for the essence beyond existence, and, by doing it, they create that essence. To represent a life only reveals an image of that same life, an image which is, obviously, distant and incomplete, distorted by the fact that the subject who remembers is not the same who as a child, as an adolescent or even as a young adult lived the past, showing thus that change is the operative metaphor in the autobiographical discourse (Barros 1998). The image of childhood and adolescence to which the reader has access is but an imagination of those phases of life.

Memory produces a narrative subjectivity, working upon consciousness, dissolving it and fragmenting it, diluting the frontiers between past and present. The passage, in memory, of the effective experience to consciousness constructs a kind of repetition of that same experience and helps changing its meaning. The remembered past loses 'its flesh and bone', using Gusdorf's image, but gains a new and more intimate relation with individual life which, after having been dispersed, can be discovered and reorganized in a no temporal way. The inclusion of all the memories and meanings in an autobiographical text, with the aim of making sense of the structure of the past, is nothing else than the construction of a fiction, an imaginative, selective and literary construction of who we have been and of who we are. (Freeman 1993).

Paradigmatically the autobiographical writing implies a certain distance of the self in relation to his other self, in order to reconstitute it as a unity and as an identity throughout the times. The process of self-comprehension is reminiscent, in the sense that it gathers together all the dimensions of the self, the dimensions which had been until the moment of writing, unarticulated, dispersed, scattered or lost. This reminiscence is a critical active process which combines emotions and moments of self-reflection and which gives access to omitted experiences, allowing memory to see the events of the past in a new way, in a new landscape. The order given to the events is not an order inherent to the events themselves, but rather an option of the author and a reflection upon himself; it is to give what he thought and lived to a possible reading, shaping events into a story with an end; this strategy, according to Timothy Robbins (1995) effects a closure on time, on knowledge and on the self.

Since the autobiographical representation cannot be apprehended as an instant form, it has to give to the readers, when they finish their readings, the notion that the horizontal telling of a life, enables him to perceive a vertical and a unitary image of the teller (Sturrock 1993), as someone who is outside that life

and thus, not totally identifiable with it. So being, the relation established between the past, the present and the future of the autobiographical text occurs in the present moment of writing, a moment which has already determined the beginning and the end of the story, as well as the mode how the self is represented and has developed throughout the times. The whole autobiographical process is therefore the product of a choice, as the teller benefits from a privileged situation of knowing the end right from the beginning. The act of telling is in itself a trick, as it gives us the idea that it starts at the beginning, when, in fact, it starts in the end of the story; there is a relation between past, present and future, in which the end is implicit in the beginning and the beginning is the product of the present. The time of the autobiography moves in the opposite direction to the real, linear time, as to live and to tell are different phenomena, incorporated in the context of a plausible narrative order. The beginning and the end of an autobiography are united by the process of writing, a poetical act in which what has once been present is represented as a story of the past.

Although the present time cannot be experienced, because the experience is a succession of events, it is only in the present that one can represent the lived experiences and conceive the past and the future, in a temporal dynamics (Pickering 1997). The juxtaposition of the plane of the past with the plane of the present of writing is what makes autobiography possible; the materials of memory are put into a matrix from where they are only dissociated by analysis. As a text of life autobiography represents an effort of integration of a past life and a present self, it represents an effort of creation of a form only apprehended by means of a present vision which, acting upon the process of looking back, gives new form to what is produced by this retrospective process; it represents the before and the after of a self who suffered in any way a transformation (Barros 1998). In the act of remembering the past in the present, the autobiographer imagines the existence of another person, of another world, none of which being real and under no circumstance having a possibility of existing in the present.

In a general sense, what distinguishes autobiography from other narrative *genre* is to acknowledge that what is meaningful in a specific past, is itself determined by the past experience whose meaning it reveals. By means of backward and forward movements, the past and the present structure and restructure themselves mutually (Pickering 1997). The past is transfigured by memory and by the memory of memories (Mermin 1993) and the emotional truth is placed in an impossible space which includes the sequence of remembered moments, not being any of them. Memory draws conditions of possibility of a subjectivity produced in the autobiographical narrative.

Between the historical facts the author tells and the autobiographical act of telling them, there is a constitutive hiatus, a hiatus which constructs an identity and an agency, not identical to the identity and to the agency of real life; the

former are mere representations of the latter, or, put in other words, they are its construction. Pressed by textuality, the self owes its existence to the system of representation in which he develops and finds expression; Indeed, it is in the text that the subjective consciousness gives an order to itself and to the objective reality and allows the author to relate the known self to an unknown world, creating new patterns of relationship, while, simultaneously, constructing a self.

Autobiography is characterized by a particular act of interpretation – the lived experience is moulded, revised, contained and transformed by representation. By telling the story of the self the author imposes a certain order to the chaos and imposes a structural coherence to memory and to chronology, giving voice to silence. However, we cannot ignore that certain stories are sanctioned and others disallowed, and we cannot ignore as well that the world in which we live crosses with boundaries which dictate what can and cannot be said or done. The choices determine the kind of story we want to tell and the transgression of these dictates transforms the self from an object, prey to the constrictive power of culture, to an agent able to cast into question those stories thought to be given and to write new ones in a new landscape.

The autobiographical writing operates a conversion, a reworking of the self, as we have already seen, and in this reconfiguration of the self through enunciation, the author converts the past, changing it into a story which does not exist outside the autobiographical text; only the enunciative subject does have a full knowledge of the experiences, only he does exert a dominion over his memories and converts them, creating in the communicative space between author, text and reader a hypotext (Sturrock 1993), where what is given to the reader is a pre-textual reality.

By textualizing that reality, by converting the experience of a life into a shared and symbolic order which is the language, the author turns knowable, verbalizes the reassessment of his experiences of life. The author shares with other people what normally is called the creative imagination, the capacity to find and to organize new descriptions of the experience. All human being feels the need to describe his experience, and by doing this he remakes himself, beginning a creative change in his personal organization, a change which includes and controls experience (Williams [1961], 1965).

The subjective choices done by the author are also influenced by several exterior factors, as, for example, the structures of power and of culture. In the production of the text all these factors concur to the sense that a certain perspective fits into the horizon of expectations of the reader, creating processes of signification, which, according to Sinfield (1992) develop both identity and ideology.

Williams writes that the author shares with his public the creative imagination, the capacity to find and to organize new descriptions of experience. According to him ([1961] 1965) every human being needs to describe his experiences because in this description he remakes himself, beginning a creative

change in his own personal organization, a change which includes and controls experience. This is a change that frees the self, that is to say creates another self, freeing the one subjected to the determinative power of culture, creating an empowered subject, able to recreate both culture and his place in it, paving the way for a geography of the possible.

To give a narrative order to experience implies that the writer creates conditions of possibility or plausibility for the story he is telling, constructing a coherent story from the tattered remains of experience. It is the reader's role, before a text of life, to produce the narrative and its historical consciousness, as he is a powerful cultural element in the construction of the structures of meaning of the story told. Thus, the conditions of possibility depend as much on their creator as on who reads them in certain interpretative contexts, since a knowable community or a geography of the possible is constructed in the production of plausible and appropriate interpretative contexts. As it is constituted by language and directed toward a contemporary audience, autobiography speaks through metaphors that are held in common and that are shared by the readers, the texts and the contexts that surround it.

According to Probyn (1993) there is a need to find a balance between the meaning to express the experience of the self, in its physical and mental component and the way how that experience is verbalized, given to the others in its conditions of possibility in the contexts of social experience. Still according to this critic, we need to find a theory of experience which allows us, as active subjects in the process of communication and cultural construction, to participate in the texts, to interpret them according to our own structures of feeling, to be ourselves within the cultural theory. In Lawrence Grossberg's opinion (1997) this concept of audience describes a relationship, simultaneously produced and productive, as well as constitutive, of the communication as a social practice.

The epistemological use of experience proves the interrelation of structural determination and the individual relationships. If at an ontological level experience postulates a separate realm of existence, called by Probyn 'the immediate experiential self', at an epistemological level the self reveals itself in its conditions of possibility; here we have a discursive experience, an experience used, sometimes, to politicize the ontological. The experiential self and the politicization of experience are important conditions of possibility to find alternative enunciative positions in a cultural theory.

Accepting the idea that autobiographies produce a cultural work while simultaneously try to represent the self, we have to bear in mind, when discussing texts which tell lives, that we must discuss the ways how the subject, the discourse and history articulate themselves in the construction of a fictional self who has no existence prior to the text and who does not coalesce with its creator. We cannot forget that the autobiographical self simultaneously names the historical person, the textual construction, and the author – all of which describing different functions in the autobiographical act. To articulate this

triangulation of autobiographical selves (Gilmore 1994) is to look for conditions of possibility of a critical enunciation that, by means of processes of subjectification, creates subjectivities which, in turn, do not contain the subject alone.

When we consider experience as the most open, active and comprehensive kind of consciousness, a kind of consciousness which includes feeling and thought (Williams 1976), we have to question the social and historical formations which structure the autobiographical material – the identities by means of which the subject lives and through which it becomes an agent of change. Stuart Hall (1996) argues that identities are constructed within discourse; therefore we need to understand them as being produced by specific enunciative strategies, in specific historical and institutional locations and in specific practices and formations.

The several enunciative modalities (Foucault 1972^a) do not refer to a synthesis or to a unifying function of the subjects, but rather show dispersions, revealing the different states, places and positions which the enunciative subject occupies or is given in the moment of speaking or of writing. This is a process which Foucault (1972) calls the ‘discontinuity of the planes’ from which one speaks. Emerging from modalities of power, identities mark the difference and the exclusion, and can be understood, using Hall’s metaphor (1996^a) as points of suture, of junction between the discourses and the practices which put ourselves as subjects of particular discourses and the processes which produce subjectivities and that construct us as enunciative subjects. So, we accept the critical stance that the cultural identity is constituted in the difference, of what we are and what we become, as an experience and an identity comprises in themselves the other self, the ruptures and the discontinuities. The cultural identity is both a becoming and a being and belongs to the future as to the past, as it not something that already exists, transcending place, time, history and culture.

To read autobiography as a geography of the possible enables the critic to read texts of life as a new landscape which contains the possibility of ways of living within the social, the possibility of new ethics, and the possibility of constructing theoretical accounts and of experiencing oneself in relation to the others in the historical present of the self (Probyn 1993). To read autobiography as a geography of the possible is to understand it as a fiction about which the reader has to make sense; it is a process of creating an interpretative context, a framework, in which the relevant information is placed. To tell a life is to construct a self and to create a space of communication of experiences: the experience of composition of the social formation and the experiences of the subject involved in the communication. To read autobiography as a geography of the possible or as a knowable community is to understand that it is both a political and a creative act of making a sense active, of communicating an organized experience to the others.

In tracing maps of identification and belonging (Grossberg 1996), remembering is a political act in the sense that what is recollected and what is obscured is central to the cultural production of knowledge about the past and thus to the terms of an individual's self-knowledge.

The centrality of the experiences produces an articulation of the text, the author and the reader, in a dynamic process of discursive alliances, as configurations of practices which define where and how people live specific relations, within the context of the social (Grossberg 1995). By validating the modes of communication of the experiences, the readers, as cooperative critics have to engage in the task of creating a space of communication and experience, in a self-reflexive attitude of acknowledging that as critics they also participate in the practices, the formations and the contexts.

Writing an autobiography can be considered a political act where the autobiographer chooses to draw a map of meanings of his life and of his self, a self that is multiply coded in a range of discourses and conditions and represented by means of several metaphors and modalities, asserting the right to speak rather than to be spoken for. According to James Olney, in *Metaphors of the Self*, these metaphors are all the points of view, models, hypothesis and myths created and chosen by the author and they are the means by which the subjective consciousness gives order to itself and to the objective reality.

To conclude, let us think further on Foucault's formulation of the 'self as possibility', (1989) opening a perspective where the self, in its autobiographical representation, is a political project and where autobiography regarded as a geography of the possible, articulates a way of life and a set of technologies and trajectories, or techniques.

Writing autobiographically is a political project of a being in transformation, or using Hall's words, it is a project of becoming, where agency, according to Grossberg (1996) comes to be the product of diagrams of mobility and placement which map the possibilities of where and how certain vectors of influence can stop and be placed; agency, still in Grossberg's words, involves the possibilities of action as interventions into the processes by which reality is continually being transformed and power enacted in a new landscape.

I would like to end with a quotation taken in one of my last visits to the British Museum, in July 2003, where I had the chance to see a photography exhibition, and where I read the following unsigned inscription: 'Memory is constantly changing, reshaping our experience of the past and present to create a sense of the future'. Indeed, memory being a technology of power, gives the possibility, in the present, to the experiences of the past of being reshaped in the future, giving them the possibility of existing in a new and recreated landscape.

References

- Barros, Carolyn A. (1998): *Autobiography: Narrative of Transformation*. n.p.: The University of Michigan Press.
- Eakin, Paul John (1992): *Touching the World: Reference in Autobiography*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Foucault, Michel (1972^a): *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*. Edited and translated by Colin Gordon et al. New York: Pantheon Books.
- (1972^b): *The Archaeology of Knowledge and the Discourse on Language*. Translated by A. M. Sheridan Smith. New York: Pantheon Books.
- (1988): “Technologies of the Self”. In: *Technologies of the Self. Seminar with Michel Foucault*. Edited by Luther H. Martin, Huck Gutman and Patrick H. Hutton. Massachusetts: The University of Massachusetts Press, 16-49.
- Freeman, Mark (1993). *Rewriting the Self: History, Memory, Narrative*. London and New York: Routledge.
- Gagnier, Regenia (1991): *Subjectivities: A History of Self-Representation in Britain, 1832-1920*. New York and Oxford: Oxford University Press.
- Gilmore, Leigh (1994): *Autobiographics: A Feminist Theory of Women’s Self-Representation*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- Grossberg, Lawrence (1996^a): “Identity and Cultural Studies – Is That All There Is?”. In: *Questions of Cultural Identity*. Edited by Stuart Hall and Paul du Gay. London: Sage Publications, 87- 107.
- Gusdorf, George (1980): “Conditions and Limits of Autobiography”. Translated by James Olney. In: *Autobiography: Essays, Theoretical and Critical*. Edited by James Olney. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 28- 48.
- Hall, Stuart (1990): “Cultural Identity and Diaspora”. In: *Identity: Community, Culture, Difference*. Edited by Johnathan Rutherford. London: Lawrence and Wishart, 222-237.
- (1996^a): “Who Needs Identity?”. In: *Questions of Cultural Identity*. Edited by Stuart Hall and Paul du Gay, London: Sage Publications, 1-17.
- (1996^b): “For Allon White: Metaphors of Transformation”. In: *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*. Edited by David Morley and Kuan-Hsing Chen. London and New York: Routledge, 287-305.
- (1997): “Minimal Selves”. In: *Studying Culture: An Introductory Reader*. 2nd Edition. Edited by Ann Gray and Jim McGuigan. London and New York: Arnold, 134-138.
- Olney, James (1972): *Metaphors of the Self: The Meaning of Autobiography*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Pickering, Michael (1997): *History, Experience and Cultural Studies*. London: Macmillan Press.

- Probyn, Elspeth (1992). "Technologizing the Self: A Future Anterior for Cultural Studies". In *Cultural Studies*. Edited and with an Introduction by Lawrence Grossberg, Cary Nelson and Paula A. Treichler New York and London: Routledge, 501-511.
- (1993): *Sexing the Self: Gendered Positions in Cultural Studies*. London and New York: Routledge.
- Robbins, Timothy (1995): "Remembering the Future: The Cultural Study of Memory". In: *Theorizing Culture: An Interdisciplinary Critique after Postmodernism*. Edited by Barbara Adam & Stuart Allan. London: University College London Press, 201-213.
- Sturrock, John (1993): *The Language of Autobiography: Studies in First Person Singular*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Williams, Raymond (1965): *The Long Revolution*. Harmondsworth: Penguin.
- (1984): *The English Novel from Dickens to Lawrence*. London: The Hogarth Press, 1984.
- (1993): *The Country and the City*. London: The Hogarth Press.
- (1983): *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society*. London: Flamingo, 1983.

O direito à informação no Estado de direito: aspectos da sua efetivação

António Francisco de Sousa
Universidade do Porto, Faculdade de Direito
afsousa@direito.up.pt

1. Considerações gerais

O tema da efetivação do direito à informação no Estado de direito é da maior relevância e atualidade. É vasto e complexo. A presente abordagem concentra-se nalguns aspetos fundamentais do direito à informação na ordem jurídica portuguesa, na perspetiva da sua concretização.

Na perspetiva jurídica, informar é simultaneamente um direito e um dever constitucionais de todos os cidadãos, do Estado, das entidades de comunicação social e respetivos profissionais, neste caso quanto às informações que sejam consideradas úteis para o conhecimento do público. Todo o cidadão tem um direito à informação como condição e pressuposto da sua cidadania participativa, da sua dignidade humana, da sua personalidade.

2. Sociedade da informação

Vivemos na sociedade da informação. A informação tornou-se no 4.º Poder do Estado de direito, ostentando uma importância capital, em diferentes perspetivas: é necessária à democracia, à transparência e à eficiência da ação económica, política e administrativa, à realização do Estado de direito, à efetivação dos direitos e liberdades do cidadão.

Por outro lado, a sociedade portuguesa tem, como parte da sociedade global, necessidade de cooperar intensamente na recolha, processamento e transmissão de informações de relevância transnacional. Nas últimas décadas surgiram importantes organismos, especialmente na Europa, com a finalidade de executar as funções exigidas pela segurança e pelo bem estar da comunidade internacional. A título de exemplo destacaremos o Grupo de Proteção de Dados da UE, o Grupo Internacional de Proteção de Dados nas Telecomunicações, o Grupo de Trabalho Polícias e Justiça, o Grupo *Case Handling Workshop*, a par das autoridades de controlo comum dos sistemas de informação da Europol, Schengen, Aduaneiro e Eurojust.

Sendo a informação tão necessária e poderosa, ela é amplamente procurada e cobçada. Por ser um grande poder e valer muito dinheiro, a informação origina e alimenta uma luta ferina permanente, com os mais diferentes fins.

Porém, nem tudo pode ou deve ser do conhecimento geral. Por isso, o legislador do Estado de direito intervém ordenando e regulando vinculativamente o acesso e a utilização das informações por parte dos entes públicos e privados, individuais e coletivos.

3. Fundamentos de Direito Internacional Público

Na perspetiva do cidadão, a informação é, desde logo, necessária para o exercício da cidadania e para o gozo dos direitos e liberdades. Como diz o opúsculo *Les Nations Unis et la personne Humaine*, editado pela ONU,

em matéria de direitos do homem, o primeiro dever do cidadão pode parecer tão simples e evidente que numerosos de entre nós o desprezam: consiste em saber o que são esses direitos. Uma vez que tenhamos compreendido a natureza dos nossos direitos, incumbe-nos assegurar-lhes o respeito – para outrem como para nós próprios. (*Apud* Cardia 1968: 37)

A Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), de 10 de Dezembro de 1948¹, constitui uma das mais importantes fontes do direito à informação. O art.º 19.º da DUDH determina que “*Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão*”. O direito à informação, surge, pois, ligado à liberdade de opinião e de expressão.

Por sua vez, o art.º 12.º da DUDH determina que “*ninguém pode ser objeto de intervenções arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio, ou na sua correspondência, à sua honra e à sua reputação. Toda a pessoa tem direito à proteção da lei contra tais atentados*”. No mesmo sentido, aliás, também estipula o art.º 8.º, n.º 1, da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH), de 4 de Novembro de 1950².

O direito à privacidade corresponde a um “direito a ser deixado em sossego”, a um “direito a viver uma vida de reclusão e anonimato”, à salvaguarda da própria “paz de espírito”. Ou, como formulou, em 1904, o Supremo Tribunal da Geórgia, “a liberdade compreende o direito de viver como se entende, desde que não se violem os direitos do público ou de outrem” (Stone 1965: 191). A publicidade do que é íntimo de cada um, das questões do estrito interesse pessoal, atenta contra a própria personalidade. Ela atinge a “serenidade da alma e o bem estar do indivíduo. (...) Os sentimentos do homem fazem parte da sua personalidade, da mesma forma que os seus órgãos vitais” (Pound

¹ A DUDH tem as suas raízes na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.

² A Encíclica *Pacem in Terris*, de João XXIII, publicada em 1963, foi também largamente influenciada pela DUDH e pela CEDH, nomeadamente a lembrar que a Paz de todos os povos se deve basear na Verdade, Justiça, Caridade (Solidariedade) e Liberdade. E pouco depois, surge a Carta Social Europeia, em 1965, com o especial intuito de proteger os direitos económicos e sociais.

ANO: 362). Mas os direitos do particular à sua vida privada e o do público em geral a ser informado são muitas vezes conflitantes, especialmente quando se trata de pessoas conhecidas do público, como políticos, atores ou desportistas, mas também no caso do “cidadão anónimo”, como bem revelou o recente processo “Casa Pia”, embora a essência da esfera privada seja claramente delimitável da essência da vida pública.

4. Fundamentos constitucionais

Na linha dos anteriormente referidos documentos internacionais, a Constituição portuguesa, de 2 de Abril de 1976, após declarar que Portugal é uma República baseada na dignidade da pessoa humana e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art.º 1.º), que visa a realização e o aprofundamento da democracia participativa (art.º 2.º), garante a todos os cidadãos, como direito fundamental, a “liberdade de expressão e informação”, que se concretiza no “direito de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações” (art.º 37.º, n.º 1, da CRP). Trata-se de um direito fundamental que só pode ser restringido por lei ou com fundamento na lei, mas nunca no seu núcleo essencial, como é apanágio de qualquer direito fundamental.

O direito de informação abarca, pois, três direitos: o direito de informar, que tem especial relevância para as empresas de comunicação social; o direito de se informar, especialmente orientado ao cidadão³; e o direito de ser informado, também orientado ao cidadão.

Mas a Constituição portuguesa não se fica por aqui. O seu art.º 268.º consagra duas traves mestras do direito à informação, a saber: o direito à informação procedimental (n.º 1) e o princípio da Administração aberta (n.º 2).

Quanto ao direito à informação procedimental, o artigo 268.º da CRP, sob a epígrafe “Direitos e garantias dos administrados”, declara que “*os cidadãos têm o direito de ser informados pela Administração, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos processos em que sejam diretamente interessados, bem como o de conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas.*”

Quanto ao princípio da Administração aberta, o artigo 268º, n.º 2, da CRP declara que “*Os cidadãos têm também o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas.*”

No plano das garantias constitucionais, o direito à informação está também associado ao livre desenvolvimento da personalidade. Na verdade, o art.º 26.º, n.º 1, da CRP, garante a todos os cidadãos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à cidadania, ao bom nome e reputação, à

³ O direito à informação é entendido como o direito de o cidadão se informar sem impedimentos não previstos na lei a partir de fontes de acesso geral.

imagem e à reserva da intimidade da vida privada e familiar. E o n.º 2 deste preceito constitucional atribui ao legislador o poder/dever de proteger o cidadão, de forma efetiva, contra a obtenção e utilização abusivas, ou contrárias à dignidade humana, de informações relativas às pessoas e famílias e garante igualmente a dignidade pessoal e a identidade genética do ser humano (n.º 3). Estas garantias radicam na ideia de que os direitos de personalidade são essenciais ao ser humano e à salvaguarda da sua dignidade. Os direitos de personalidade não radicam na generosidade de qualquer legislador, mas na própria dignidade humana. Também relevante para o direito à informação é o direito à integridade moral das pessoas (art.º 25.º), pois a recolha, processamento, transmissão e utilização de dados pessoais pode facilmente criar um enganador “perfil de personalidade”, constituindo neste caso uma ingerência grave num direito fundamental. Pense-se, por exemplo, na circulação nos meios de comunicação social de boatos ou de informações tendenciosas ou mesmo caluniosas, divulgadas com o intuito de prejudicar a imagem e o bom nome dos atingidos ou pense-se na eventual inscrição do nome de um cidadão nos ficheiros da polícia como “suspeito”, “perigoso”, etc.⁴. A personalidade faz parte da identidade pessoal, pelo que deve ser vista como parte essencial e vital do ser humano, à semelhança dos órgãos físicos vitais.

Como consequência direta para o direito à informação extrai-se do normativo constitucional o princípio da autodeterminação informacional segundo o qual, em princípio e nos limites da lei, cada cidadão é titular dos seus dados pessoais e, como tal, deve poder determinar quem, quando e o quê sobre ele sabe⁵.

Mas a Constituição garante ainda outras dimensões especiais do direito à informação. Por exemplo, o art.º 60.º da CRP consagra o direito à informação dos consumidores, que é conjugado com a obrigatoriedade, para o legislador, de disciplinar a publicidade, “sendo proibidas todas as formas de publicidade oculta, indireta ou dolosa”. E a Constituição garante igualmente um direito às associações de consumidores e às cooperativas de consumo ao apoio do Estado e “a ser ouvidas sobre as questões que digam respeito à defesa dos consumidores”, gozando de legitimidade processual “para a defesa dos seus associados ou de interesses coletivos ou difusos”⁶.

⁴ Nos termos do art.º 197.º do Código Penal, as penas previstas nos art.ºs 190.º a 195.º são agravadas de um terço se o facto for praticado através de meio de comunicação social.

⁵ Na peugada do art.º 27.º, n.º 1, da CRP que consagra o direito geral à liberdade, o art.º 70.º do Código Civil consagra a liberdade como autodeterminação humana, no sentido de que o cidadão é livre nas suas opções e na escolha da sua forma de vida. A autodeterminação informacional

⁶ Saliente-se que estas associações têm legitimidade para defender judicialmente os interesses difusos que prosseguem, como expressamente refere, por exemplo, o art.º 9.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e Fiscais (CPTAF), que reza assim: “Independentemente de ter interesse pessoal na demanda, (...) as associações e fundações defensoras dos interesses em causa, (...) têm legitimidade para propor e intervir, nos termos previstos na lei, em processos

De importância fulcral para a compreensão do direito à informação é também o art.º 35.º da CRP que, sob a epígrafe “Utilização da informática”, garante a todos os cidadãos o “*direito de acesso aos dados informatizados que lhes digam respeito, podendo exigir a sua rectificação e actualização, e o direito de conhecer a finalidade a que se destinam*”. A Constituição refere-se aqui a uma importante categoria de dados, os dados pessoais, relativamente aos quais estabelece para o legislador a obrigação de regular a sua recolha, o seu tratamento automatizado, conexão, transmissão e utilização. Este artigo da Constituição estabelece ainda uma outra categoria de dados, os dados sensíveis, ao proibir que a informática seja utilizada para “*tratamento de dados referentes a convicções filosóficas ou políticas, filiação partidária ou sindical, fé religiosa, vida privada e origem étnica*”. A consulta dos dados pessoais por terceiros só é possível se o seu titular der autorização expressa ou se a lei o autorizar. Contudo, o arquivamento e o processamento de dados pessoais pode ter lugar para fins científicos ou estatísticos se eles forem previamente anonimizados, de forma a não serem identificáveis.

Ainda no plano das normas constitucionais mais importantes para o direito à informação, cabe destacar a liberdade de imprensa e meios de comunicação social (art.º 38.º)⁷, que implica a liberdade de expressão, o direito dos jornalistas ao acesso às fontes de informação e à proteção da independência e do sigilo profissionais, o direito de fundação de jornais e de quaisquer outras publicações, independentemente de autorização administrativa, caução ou habilitação prévias, a independência dos órgãos de comunicação social face ao poder político e ao poder económico, a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião.

O direito dos entes de comunicação social (art.º 39.º) é assegurado por uma entidade administrativa independente e compreende o direito à informação e a liberdade de imprensa, do qual faz parte a “possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião”. Com carácter complementar, a Constituição garante o direito de antena, de resposta e de réplica política (art.º 40.º), que é assegurado aos partidos políticos e às organizações sindicais,

principais e cautelares destinados à defesa de valores e bens constitucionalmente protegidos, como a saúde pública, o ambiente, o urbanismo, o ordenamento do território, a qualidade de vida, o património cultural ...”.

⁷ Alguns direitos fundamentais são formulados na Constituição na perspetiva do âmbito de proteção, como é o caso da “liberdade de imprensa”, diferentemente da formulação, frequente, na perspetiva do titular dos direitos fundamentais (“todo o cidadão tem o direito...”; “a todos os cidadãos é garantido o direito...”). Em qualquer caso, as “liberdades fundamentais”, como a liberdade de imprensa, garantem direitos subjetivos. A garantia constitucional da liberdade de imprensa desempenha simultaneamente uma função jurídico-subjetiva e uma função jurídico-objetiva: a primeira, garante um direito fundamental subjetivo; a segunda, constitui o Estado no dever de proteger a imprensa, devendo ainda adotar medidas neutras, do ponto de vista da opinião, de apoio à imprensa.

profissionais e representativas das atividades económicas, bem como a outras organizações sociais de âmbito nacional.

Numa outra dimensão, o art.º 34.º da Constituição protege a intimidade da vida privada ao declarar a inviolabilidade do domicílio e da correspondência, salvo consentimento do titular ou outra previsão da lei, que por vezes submete a violação do domicílio a uma ordem do tribunal. É também proibida, com as exceções previstas na lei, a ingerência das autoridades públicas na correspondência, nas telecomunicações e nos demais meios de comunicação. A própria Constituição determina a nulidade de “*todas as provas obtidas mediante tortura, coação, ofensa da integridade física ou moral da pessoa, abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações*”⁸.

Igualmente importante na perspetiva do direito de informação é a liberdade de aprender e ensinar (art.º 43.º), sendo que neste domínio “*o Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas*”. O domínio das convicções filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas corresponde em larga medida ao domínio dos dados sensíveis a que se refere o art.º 35.º da CRP. Este é um domínio essencial da personalidade e da identidade pessoal, indissociáveis da dignidade humana. Daqui se conclui, por exemplo, que a liberdade de aprender e de ensinar não deve conhecer, salvo previsão expressa da lei, restrições no acesso ou na divulgação de informação. Podem, assim, ser feitos estudos sobre doenças, dados genéticos, hábitos de vida, etc., mas nestes casos deve ser omitida a identidade pessoal do titular dos dados, salvo autorização do próprio ou da lei.

Ligada à liberdade de aprender e ensinar está a liberdade de consciência, de religião e de culto (art.º 41.º), que compreende a liberdade de ensinar qualquer religião praticada no âmbito da respetiva confissão, bem como a utilização de meios de comunicação social próprios para o prosseguimento das suas atividades.

Também a liberdade de criação cultural (art.º 42) é relevante na perspetiva do direito à informação, pois compreende o direito à invenção, à produção e à divulgação da obra científica, literária ou artística, incluindo a proteção legal dos direitos de autor. Todo o ato de investigação exige o acesso e muitas vezes o tratamento de informações. E a investigação destina-se a ser divulgada.

Por fim, mas não por último, o direito à informação é indissociável da participação cívica dos cidadãos e da comunicação com o público. Uma das formas mais importantes de concretização deste direito é através do direito de reunião e de manifestação (art.º 45.º da CRP), que garante aos cidadãos o “*direito de se reunir e de se manifestar em lugares públicos e abertos ao público, sem necessidade de qualquer autorização*”. Este direito permite

⁸ Escutas não autorizadas.

simultaneamente o desenvolvimento em grupo da personalidade. O direito à informação surge aqui indissociavelmente ligado à comunicação inter-humana e à participação cívica.

São, pois, diversas as bases constitucionais do direito à informação, todas elas suscitando problemas específicos importantes e complexos no plano da sua concretização e desenvolvimento na lei ordinária.

5. O plano da lei ordinária portuguesa

A lei ordinária tem por função desenvolver os princípios jurídicos fundamentais consagrados na Constituição, regulando-os com a necessária profundidade, abrangência e clareza, de modo a poderem ser compreendidos no seu conteúdo e alcance, para que possam ser observados.

São inúmeras as normas jurídicas que o legislador ordinário criou para efetivar o direito à informação, nas suas diferentes dimensões, na ordem jurídica portuguesa. A legislação administrativa, geral e especial, enquanto “Constituição concretizada”, constitui o acervo principal de regulação do direito à informação. De especial importância no estudo do direito à informação é o aspeto da lei como veículo de informação.

5.1. A lei como veículo de informação

A informação é um processo de comunicação que exige clareza e precisão. Quem decide, seja na Administração Pública ou nos tribunais, tem de estar correta e cabalmente informado sobre os seus poderes e deveres, e sobre o objeto da decisão; e quem cumpre as ordens ou sentenças tem de estar correta e cabalmente informado sobre o que pode ou tem de fazer para cumprir a lei, a ordem da Administração ou a sentença judicial. Assim, é necessário assegurar a clareza da lei, das decisões da Administração e das sentenças judiciais.

A lei é a principal fonte de direito, pois cria e regula obrigações, direitos e liberdades. A letra da lei é, assim, um importantíssimo veículo de informação. Por isso, há exigências de comunicação que devem ser salvaguardadas, até porque os seus destinatários não são apenas os letrados, mas todo o cidadão. São, contudo, inúmeros os casos em que a letra da lei não é clara e precisa. Não obstante, o Governo teve a preocupação de determinar formalmente a quem faz as leis importantes regras com vista à clareza dos textos legais. Assim, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2011, estabeleceu, no seu Anexo II, regras de legística na elaboração de atos normativos. No seu Cap. III, sob a epígrafe “Legística formal”, o art.º 14.º faz as seguintes exigências de “clareza do discurso”:

1 - As frases devem ser simples, claras e concisas.

2 - O nível de língua a utilizar deve corresponder ao português não marcado produzido pelos falantes escolarizados, designado português padrão.

3 - Deve ser evitada a utilização de redações excessivamente vagas, apenas se utilizando conceitos indeterminados quando estritamente necessário.

- 4 - As regras devem ser enunciadas na voz ativa e de forma afirmativa, evitando-se a dupla negativa.
- 5 - As palavras devem ser utilizadas no seu sentido corrente, sem prejuízo da utilização de terminologia técnica, quando tal se mostre indispensável ou aconselhável.

E nos artigos seguintes o legislador faz outras exigências importantes, como por exemplo quanto à uniformidade de expressões e conceitos, ao tempo verbal, etc. É claro, porém, para qualquer leitor atento de textos legais que estas exigências não passam frequentemente de seráficas intenções.

Também as informações da Administração ou comunicações de ordens, proibições ou autorizações devem ser de natureza a elucidar correta e integralmente o cidadão sobre o que lhe é comunicado, o que tem de fazer ou não pode fazer. Esta exigência é particularmente importante nas decisões/deliberações da Administração que de alguma forma limitam ou restringem os seus direitos e liberdades. Por isso, o legislador faz importantes exigências de clareza da decisão e da sua fundamentação, precisamente para informar o destinatário correta e integralmente sobre a decisão e os seus fundamentos, desde logo também para a poder apreciar quando à sua legalidade e eventualmente a impugnar administrativa e/ou contenciosamente.

5.2. O direito à informação no Código do Procedimento Administrativo (CPA)

5.2.1. Informação e transparência no CPA

A Administração Pública é, nos termos do art.º 268.º, n.º 2, da CRP, uma Administração aberta e transparente, que nada esconde do cidadão, que lhe flanqueia o acesso aos arquivos e registos, que o informa correta e integralmente, que com ele coopera e que está aberta à cooperação e participação dele. Desta forma a Administração prova que cumpre a lei e o direito, prossegue o interesse público, prossegue as suas funções, exerce as suas competências, cumpre as suas obrigações funcionais, respeita os direitos e liberdades dos cidadãos. Quem não deve não teme e quem pratica a transparência vê a sua credibilidade reforçada.

Duas das mais importantes formas de materializar a transparência da Administração são as atas das reuniões dos órgãos colegiais (art.º 27.º do CPA) e os regimes de incompatibilidade, impedimento, escusa e suspeição (art.ºs 44 e segs. do CPA – garantias de imparcialidade).

5.2.2. A ata de reunião

Na perspetiva do direito à informação, tem especial importância a ata de reunião que se destina a dar publicidade, informar o público, do que se passou na reunião, especialmente o que se deliberou. A publicidade da ata reforça a transparência e facilita o controlo da legalidade da ação do órgão pelos interessados, pela Administração e pelos tribunais. Contudo, a ata das reuniões

dos órgãos colegiais tem ainda outras funções, especialmente de documento probatório e histórico.

Nos termos da lei geral para a Administração pública, a ata das reuniões dos órgãos colegiais deve conter “um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações” (Art.º 27.º do CPA). Estes termos da lei necessitam de alguma clarificação à luz das exigências próprias do Estado de direito. Assim, a ata “é uma narrativa da reunião que deve (tem de) mencionar não só as deliberações tomadas, mas tudo o que de juridicamente relevante se passou na reunião. Esta exigência de completude resulta da importância da ata como instrumento de segurança jurídica, de transparência da ação administrativa, de informação, probatório (art.ºs 362.º e segs. CC) e de controlo de qualidade da ação administrativa (nomeadamente pelos tribunais), de garantia dos cidadãos e histórico. Estes são aspetos fundamentais do ponto de vista do Estado de direito que não podem depender do livre critério da Administração” (Sousa 2010: nota 6 ao art.º 27). Assim, “embora o art.º 27.º, n.º 1, do CPA, fale em ‘resumo’, o direito impõe uma completude quanto aos aspetos referidos, de modo a que ela possa espelhar para o exterior (e para a história) fielmente tudo o que de relevante se passou. Esta é a ata ao serviço do direito e do interesse público, que aniquila pela base a ata ao serviço dos interesses do órgão, da maioria dos membros do órgão ou do presidente do órgão”⁹.

5.2.3. Informação e transparência

A transparência da Administração exige um máximo de abertura e de informação dos cidadãos. Para assegurar maior transparência nas decisões da Administração, o legislador estabeleceu um sistema de garantias de imparcialidade baseado num regime de incompatibilidades, impedimentos,

⁹ Idem, *ibidem*. Como ali se refere, “a lei faz diversas exigências formais e substanciais à ata, pela grande importância que ela tem. A redação da ata deve referir fielmente os factos, numa linguagem clara e inequívoca. Em geral, reunindo e complementando as exigências formais da lei, a ata deve constar o local, a data, a hora de início e encerramento da reunião, a identificação do órgão que reuniu, a convocatória que esteve na sua origem, com a respetiva ordem de trabalhos da reunião, a identificação dos membros presentes e faltosos e justificação ou injustificação das faltas, a verificação do quórum de reunião, a qualidade em que estão presentes (se for caso disso), quem preside e respetivo secretário (sobretudo em caso de substituição), a espécie de reunião (se ordinária ou extraordinária), a abertura da reunião por quem preside, as deliberações tomadas, os argumentos invocados a favor e contra elas, outras considerações relevantes, informações dadas pelos membros, a forma usada para a votação, os nomes dos membros do órgão que votaram a favor, que votaram contra ou que se abstiveram, os fundamentos das deliberações tomadas, nos termos do art.º 124.º do CPA, se a ata foi aprovada em minuta (previamente lida por todos e posteriormente assinada (cf. art.º 92.º da Lei 169/99), a eventual ocorrência de incidentes como recusa ou retirada indevida da palavra pelo presidente, distúrbios, suspensões da reunião, saídas antecipadas de membros, eventuais faltas de quórum de deliberação, encerramento da reunião pelo presidente do órgão ou por quem o substitua.” (idem, *ibidem*, nota 8).

escusas e suspeições (art.ºs 44 e segs. do CPA –). Trata-se *grosso modo* de assegurar uma melhor decisão, uma decisão mais justa e imparcial, pela via do afastamento do procedimento decisório de pessoas comprometidas com interesses conflitantes com os que são objeto de decisão. A informação sobre os interesses particulares dos órgãos e titulares de órgãos conflitantes com o interesse público é aqui determinante, estando eles obrigados a informar sobre essa ligação. Assim, por exemplo no caso do impedimento, a declaração de impedimento deve ser feita sob pena de infração disciplinar grave.

5.2.3. Dever de colaboração da Administração com os particulares

Nos termos do art.º 7.º, n.º 1, do CPA, os órgãos da Administração “*devem atuar em estreita colaboração com os particulares*”, cumprindo-lhes, designadamente:

- a) Prestar aos particulares as informações e os esclarecimentos de que careçam;
- b) Apoiar e estimular as iniciativas dos particulares e receber as suas sugestões e informações.

Por seu turno, no procedimento administrativo os interessados têm o “*dever de prestar a sua colaboração para o conveniente esclarecimento dos factos e a descoberta da verdade*” (art.º 60.º, n.º 2 do CPA). Os interessados devem agir de boa-fé (art.º 6.º-A do CPA), o que os obriga a uma conduta correta.

O dever de colaboração dos interessados é complementado com o poder da Administração de lançar mão de certos instrumentos, como os previstos nos art.ºs. 573.º e segs. do Código Civil (obrigação de informação e de apresentação de coisas ou documentos), instrução do processo (art.º 513 e segs. do Código de Processo Civil - CPC)¹⁰, audição de peritos (art.º 568 e segs. do CPC), esclarecimento da sentença (669.º CPC). Este poder é especialmente intenso no caso dos órgãos de polícia criminal e dos tribunais.

¹⁰ Nos termos do art.º 167.º, n.º 1, do Código de Processo Civil, o processo civil é público, salvas as restrições d apropria lei. E o n.º 2 deste preceito complementa que “a publicidade do processo implica o direito de exame e de consulta dos autos na secretaria e de obtenção de cópias ou certidões de quaisquer peças nele incorporadas, pelas partes, por qualquer pessoa capaz de exercer o mandato judicial ou por quem nisso revele interesse atendível”. E o art.º 168.º do CPC esclarece quanto aos limites: “1. O acesso aos autos é limitado nos casos em que a divulgação do seu conteúdo possa causar danos à dignidade das pessoas, à intimidade da vida privada ou familiar ou à moral pública, ou pôr em causa a eficácia da decisão a proferir. 2. Preenchem, designadamente, as restrições à publicidade previstas no número anterior: a) Os processos de anulação de casamentos, divórcio, separação de pessoas e bens e os que respeitem ao estabelecimento ou impugnação de paternidade, a que apenas podem ter acesso as partes e os seus mandatários; b) Os procedimentos cautelares pendentes que só podem ser facultados aos requerentes e seus mandatários, quando devam ser ouvidos, antes de ordenada a providência”. Assim, a audiência é pública, salvo se o tribunal decidir, fundadamente, noutro sentido, tendo em vista a salvaguarda da dignidade das pessoas e da moral pública ou a garantia do seu normal funcionamento (cf. art.º 656.º do CPC).

O direito à informação procedimental, garantido no artigo 268.º da CRP, encontra-se regulado na lei ordinária especialmente nos art.ºs. 61.º a 65.º do CPA.

O princípio da administração aberta, que pode ser considerado um pilar fundamental do Estado de direito, previsto no art.º 268.º, n.º 2, da CRP, encontra-se especialmente regulado no art.º 65.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), que garante o *acesso aos arquivos e registos administrativos* a todos os cidadãos, “*mesmo que não se encontre em curso qualquer procedimento que lhes diga diretamente respeito*”.

5.2.4. Direito dos interessados à informação

Os art.ºs 61.º a 63.º regulam os principais aspetos do direito dos interessados à informação.

O art.º 61.º do CPA, concretiza o direito à informação procedimental nos seguintes termos:

1. Os particulares têm o direito de ser informados pela Administração, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos procedimentos em que sejam directamente interessados, bem como o direito de conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas.
2. As informações a prestar abrangem a indicação do serviço onde o procedimento se encontra, os atos e diligências praticados, as deficiências a suprir pelos interessados, as decisões adotadas e quaisquer outros elementos solicitados.
3. As informações solicitadas ao abrigo deste artigo serão fornecidas no prazo máximo de 10 dias.

Por sua vez, o art.º 62.º do CPA regula a consulta do processo e passagem das certidões que venham a ser requeridas. Assim,

1. Os interessados têm o direito de consultar o processo que não contenha documentos classificados ou que revelem segredo comercial ou industrial ou segredo relativo à propriedade literária, artística ou científica.
2. O direito referido no número anterior abrange os documentos nominativos relativos a terceiros, desde que excluídos os dados pessoais que não sejam públicos, nos termos legais.
3. Os interessados têm o direito, mediante o pagamento das importâncias que forem devidas, de obter certidão, reprodução ou declaração autenticada dos documentos que constem dos processos a que tenham acesso.

E o art.º 64.º reconhece o direito de informação igualmente “*a quaisquer pessoas que provem ter interesse legítimo no conhecimento dos elementos que pretendam.*”

5.2.5. A informação como pressuposto das decisões da Administração

5.2.5.1. A informação na decisão administrativa: deveres da Administração Pública, colaboração e participação do cidadão

A Administração tem o dever de se informar, correta e cabalmente sobre as suas funções e competências, mesmo nas decisões em que procede a avaliações. Neste âmbito, há, antes de mais, importantes e graves lacunas da responsabilidade direta do legislador, que muitas vezes não regula de forma clara e minuciosa matérias muito importantes, como acontece, por exemplo, com diversas competências específicas das forças policiais. A informação completa e precisa das forças policiais acerca dos seus poderes e obrigações é indispensável à boa Administração, à salvaguarda do interesse público e ao respeito pelos direitos dos cidadãos.

No âmbito do CPA, por exemplo o art.º 56.º do Código do Procedimento Administrativo (princípio do inquisitório) permite que os órgãos administrativos procedam às “diligências que considerem convenientes para a instrução, ainda que sobre matérias não mencionadas nos requerimentos ou nas respostas dos interessados”. Por se tratar de uma permissão funcional, ela significa na prática uma obrigação quando as diligências instrutórias sejam necessárias ou recomendáveis na perspetiva de assegurar na prática toda a informação necessária à decisão.

Por outro lado, em qualquer fase do procedimento a Administração pode ouvir os interessados sobre qualquer questão que considere ser relevante para o procedimento (art.º 59.º do CPA). Correspondentemente, os interessados têm também o dever de prestar a sua colaboração para o conveniente esclarecimento dos factos e a descoberta da verdade¹¹. Concluída a instrução, os interessados têm, em regra, o direito de ser ouvidos no procedimento¹² e devem ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável da decisão e dos seus fundamentos, podendo por esta via levar à Administração toda a informação que considerem relevante para uma boa decisão¹³.

¹¹ Cf. ainda o art.º 7.º do CPA (princípio da colaboração da Administração com os particulares) e o art.º 89.º, n.º 1, do CPA (colaboração na apresentação de meios de prova).

¹² Cf. art.º 60.º da Lei Geral Tributária (na redação dada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro; pela Lei n.º 94/2009, de 1 de Setembro, pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, e pela Lei n.º 37/2010, de 2 de Setembro) que, sob a epígrafe “princípio da participação” impõe à Administração tributária o dever de ouvir os cidadãos. A audição é imposta à Administração, significando um direito para o cidadão, nomeadamente nos seguintes casos: audição antes da liquidação; audição antes do indeferimento total ou parcial dos pedidos, reclamações, recursos ou petições; audição antes da revogação de qualquer benefício ou ato administrativo em matéria fiscal; audição antes da decisão de aplicação de métodos indiretos, quando não haja lugar a relatório de inspeção; audição antes da conclusão do relatório da inspeção tributária.

¹³ A audição dos interessados (art.º 100.º do CPA) é obrigatória, finda a instrução. Ela consubstancia uma manifestação do direito de participação dos cidadãos na formação das decisões que lhes disserem respeito. “O interessado pode alegar erros, omissões, falsas interpretações e apreciações, invocar novos factos, etc. Naturalmente que não pode fazer falsas declarações,

A lei faz importantes exigências orientadas a uma informação completa e precisa do cidadão quando a Administração toma decisões que o possam de algum modo afetar, tendo em vista o seu pleno esclarecimento e as suas garantias administrativas e contenciosas. Desde logo, o art.º 123.º do CPA determina que o ato administrativo deve conter diversas informações importantes, como a autoridade que praticou o ato, se houve delegação ou subdelegação de poderes, a identificação adequada de destinatário ou destinatários, a enunciação dos factos ou atos que lhe deram origem, a fundamentação quando exigida por lei, o conteúdo ou o sentido da decisão, a data da sua prática, a assinatura do autor do ato ou do presidente do órgão colegial de que emane. E o preceito determina que estas menções “devem ser enunciadas de forma clara, precisa e completa, de modo a poderem determinar-se inequivocamente o seu sentido e alcance e os efeitos jurídicos do ato administrativo” (n.º 2).

Algumas destas informações são tão importantes que a sua falta gera a nulidade do ato, enquanto outras geram a mera anulabilidade. Se o ato for ininteligível quanto ao seu exato conteúdo ou destinatário, o interessado pode pedir a sua esclarecimento. É juridicamente inexistente o ato administrativo cujo objeto ou conteúdo é ininteligível.

5.2.5.2. Em especial a fundamentação do ato administrativo

Particularmente importante é a fundamentação do ato administrativo, quando ela seja exigida por lei. A fundamentação permite o controlo do ato pela Administração e pelos tribunais. Por exemplo, só através da fundamentação é possível impugnar um ato por desvio de poder. A fundamentação não só permite a fiscalização pelos órgãos e entidades hierarquicamente superiores e pelos tribunais, como também obriga a Administração a ter cuidado com os seus atos, ao mesmo tempo que contribui para a transparência da Administração e reforça o direito de informação do cidadão.

A lei exige que a fundamentação de certos atos administrativos seja “expressa, através de sucinta exposição dos fundamentos de facto e de direito da decisão, podendo consistir em mera declaração de concordância com os fundamentos de anteriores pareceres, informações ou propostas, que constituirão neste caso parte integrante do respetivo ato”. E o legislador equipara à falta de fundamentação “a adoção de fundamentos que, por obscuridade, contradição ou insuficiência, não esclareçam concretamente a motivação do ato”¹⁴.

apresentar falsos documentos, etc. O seu direito deve ser exercido de forma lícita, sob pena de ter de suportar as consequências de eventuais ilícitudes. Dentro destes limites, pode dizer o que lhe aprouver, embora a autoridade possa e deva posteriormente considerar apenas o que entende que é relevante para a decisão final.” (Sousa, A. Francisco: Código do Procedimento Administrativo Anotado e Comentado, 2.ª ed., 2010, nota 2 ao art.º 101.º do CPA).

¹⁴ Art.º 125.º do CPA. No mesmo sentido, cf. também o art.º 268.º, n.º 3, da CRP.

Nos termos da lei, a fundamentação do ato administrativo consiste na exposição dos motivos de facto e de direito que conduziram à sua prática. Assim, fundamentar um ato significa expor as razões que determinaram a sua prática, esclarecendo o seu destinatário sobre os motivos que desencadearam a decisão e determinaram o seu concreto conteúdo. As razões de facto e de direito que estiveram na origem da decisão devem ser enunciados de forma clara, suficiente e congruente, de forma a permitir a um destinatário normal entender o itinerário cognoscitivo e valorativo seguido pelo autor do ato.

5.2.6. Responsabilidade da Administração pela informação prestada

Nos termos do art.º 7.º, n.º 2, do CPA, “a Administração Pública é responsável pelas informações prestadas por escrito aos particulares, ainda que não obrigatórias”.

5.3. A informação como pressuposto das decisões dos tribunais

5.3.1. Informação no processo judicial

Importantes exigências são também feitas pelo legislador para a sentença judicial com vista a deixar os interessados completamente informados sobre todos os aspetos relevantes da decisão¹⁵. Aliás, são muitas as normas da lei processual civil, penal ou administrativa que visam assegurar que as sentenças judiciais sejam tomadas na base de uma informação de facto e de direito completa e precisa. Essa informação é carreada para o processo pelas partes, através dos seus representantes legais, e pelo M.º P.º, tendo o juiz o poder de ordenar novas diligências instrutórias, ouvir novas testemunhas e peritos ou pedir a apresentação de outros documentos sempre que considere necessário. Trata-se, no fundo, de assegurar que a decisão seja tomada considerando toda a informação necessária.

5.4. A Lei do Acesso a Documentos Administrativos

5.4.1. Aspetos gerais

O acesso aos documentos administrativos foi primeiramente objeto de uma regulação específica pela Lei do Acesso aos Documentos Administrativos que vigorou em Portugal entre 1993 e 2007¹⁶. Este regime legal veio a ser substituído pela Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto, que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, tendo transposto para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2003/98/CE. A Lei 46/2007 reconheceu o princípio da Administração aberta, nos seguintes termos: “O acesso e a reutilização dos

¹⁵ Nos termos do art.º 94.º, n.º 2 do CPTAF, “os fundamentos podem ser formulados sob a forma de considerandos, devendo discriminar os factos provados e indicar, interpretar e aplicar as normas jurídicas correspondentes”.

¹⁶ LADA, Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 8/95, de 29 de Março, pela Lei n.º 94/99, de 16 de Julho, e pela Lei n.º 19/2006, de 12 de Julho.

*documentos administrativos são assegurados de acordo com os princípios da publicidade, da transparência, da igualdade, da justiça e da imparcialidade*¹⁷.

5.4.2. Documento administrativo

O atual regime de acesso aos documentos administrativos adota um conceito amplo de “documento administrativo” que entende como qualquer suporte de informação - gráfico, sonoro, visual, informático ou registo de outra natureza – que tenha sido elaborado ou que seja detido pela Administração Pública, como por exemplo “processos, relatórios, estudos, pareceres, atas, autos, circulares, ofícios-circulares, ordens de serviço, despachos normativos internos, instruções e orientações de interpretação legal ou de enquadramento da atividade ou outros elementos de informação” (art.º 4.º)¹⁸. Diferentemente, não são documentos administrativos as simples notas pessoais, esboços, apontamentos e outros registos equivalentes¹⁹.

5.4.3. Documentos nominativos e dados pessoais

De fundamental importância no atual regime de acesso aos documentos administrativos é a distinção entre documentos nominativos e dados pessoais.

Os documentos nominativos são “quaisquer suportes de informação que contenham dados pessoais”, entendendo-se por esta expressão “informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, que contenham apreciações, juízos de valor ou que sejam abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada”²⁰.

Os dados pessoais não se confundem com os dados de identificação pessoal, como o bilhete de identidade, o número de identificação pessoal, o cartão de cidadão ou o passaporte. Quanto a estes dados não se aplica o princípio da autodeterminação informacional, pois não podem ser recusados à autoridade.

5.4.4. Proibição de acesso

É proibido o acesso, durante o tempo estritamente necessário, aos “documentos que contenham informações cujo conhecimento seja avaliado como podendo pôr em risco ou causar dano à segurança interna e externa do Estado”. Mas, uma vez desclassificados, o acesso, para consulta, a estes documentos é livre²¹.

¹⁷ Art.º 1.º da Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto.

¹⁸ Nos termos do art.º 4.º, n.º 2, da Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto).

¹⁹ Art.º 4.º, n.º 1, da Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto.

²⁰ Art.º 4.º da Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto.

²¹ Cf. Lei do Acesso aos Documentos Administrativos, art.º 5.º.

Também não é livre o acesso a documentos referentes a matérias em segredo de justiça, que é objeto de regulação especial²².

O acesso aos documentos administrativos não nominativos, ainda que guardados em depósito, é assegurado a todos os cidadãos. Neste caso, o cidadão tem o direito de ser informado sobre a sua existência e o conteúdo dos documentos e tem o direito de obter a sua reprodução.

O “acesso aos documentos notariais e registrais, aos documentos de identificação civil e criminal, aos documentos referentes a dados pessoais com tratamento automatizado e aos documentos depositados em arquivos históricos” é objeto de uma regulação especial da lei²³.

Diferentemente, o acesso aos documentos nominativos é, em princípio, restrito à pessoa a quem os dados dizem respeito, bem como a terceiros que desta obtenham autorização escrita, para o que deve apresentar um requerimento. Mas também pode haver acesso de terceiros a estes documentos, se demonstrarem ter um “interesse direto, pessoal e legítimo” nessa informação (p. ex. opositores num procedimento concursal). No caso de dados de saúde (dados relativos a doenças, dados genéticos, etc.), o acesso do respetivo titular tem lugar por intermédio de médico por ele designado²⁴.

5.4.5. Recusa indevida de acesso

a) Queixa à CADA. Em caso de recusa de acesso ou falta de resposta por parte da Administração, o interessado pode apresentar queixa junto da CADA, no prazo de 20 dias. A CADA tem então 30 dias para elaborar um relatório de apreciação, que envia a todos os interessados. O cidadão pode optar por uma via não contenciosa, concretamente recorrendo à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA). A CADA é uma entidade pública independente, que funciona junto da Assembleia da República²⁵. A CADA aprecia queixas e emite pareceres sobre o acesso aos documentos administrativos.

b) Intimação judicial. Nos termos da lei, se não forem integralmente satisfeitos os pedidos formulados no exercício do direito à informação procedimental ou do direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, o

22 Cf. Lei do Acesso aos Documentos Administrativos, art.º 6.º. A instrução (cf. art.ºs 513.º a 645.º do Código de Processo Civil), é a fase do processo em que se recolhe e reproduz prova. Nos termos da lei, o processo penal é secreto (vigorando o segredo de justiça) na fase preliminar e público concluída a instrução. O segredo de justiça é reforçado por segredos profissionais que a lei impõe a certas profissões como àqueles que realizam a justiça ou mais diretamente cooperam com ela, como os magistrados judiciais e do Ministério Público, os advogados, solicitadores, conservadores dos registos, notários, funcionários judiciais e agentes da Polícia Judiciária.

23 Cf. Lei do Acesso aos Documentos Administrativos, art.º 7.º, n.º 5.

24 Cf. Lei do Acesso aos Documentos Administrativos, art.º 8.º

25 A CADA tem atualmente a seguinte morada: Rua de São Bento, 148 - 2º, 1200-821 Lisboa.

interessado pode requerer a intimação da entidade administrativa competente²⁶. O pedido de intimação deve ser requerido ao tribunal competente no prazo de 20 dias contados a partir do decurso do prazo legalmente estabelecido para a resposta da entidade requerida, a contar do indeferimento do pedido ou a contar da satisfação parcial do pedido. O juiz ordena a citação da autoridade requerida para responder no prazo de 10 dias (art.º 107.º do CPTAF).

5.4.6. Direitos do titular de dados arquivados

O titular de dados pessoais que, após acesso a eles, constata haver incorreção ou lacunas, tem o direito de “retificar, completar ou suprimir dados pessoais inexatos, insuficientes ou excessivos”²⁷.

Não há livre acesso a documentos, devendo portanto haver recusa de acesso por parte da Administração, quando os documentos em causa contenham segredos comerciais, industriais ou contenham dados sobre a vida interna das empresas. Deve ser igualmente recusada a “utilização de informações com desrespeito dos direitos de autor e dos direitos de propriedade industrial, assim como a reprodução, difusão e utilização destes documentos e respetivas informações que possam configurar práticas de concorrência desleal”²⁸.

5.4.7. Princípio da recolha para um fim e vinculação permanente a esse fim (mesmo no caso de transmissão)

O legislador impõe ao terceiro que acede a dados pessoais (por exemplo uma força policial) a proibição de os utilizar os dados ou de os transmitir a outras entidades “para fins diversos dos que determinaram o acesso”, sob pena de responsabilidade por perdas e danos.

5.4.8. Gratuitidade do acesso, fotocópias e certidões

O acesso aos documentos é gratuito e tem lugar nos serviços que os detêm, sob a vigilância de um funcionário responsável. Pode ser requerido o fornecimento de uma reprodução (por fotocópia ou por qualquer meio técnico, como por exemplo cópia de um CD) mediante pagamento do seu custo aproximado²⁹. E pode também ser requerida a passagem de certidão, mediante o pagamento de uma taxa previamente fixada pelo serviço prestado. O acesso ao documento requerido não tem de ser imediato, mas deve ter lugar no prazo de 10 dias (emissão certidão ou informação sobre a inexistência do documento ou seu paradeiro).

²⁶ Art.º 104.º, n.º 1, do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e Fiscais – CPTAF.

²⁷ Cf. Lei do Acesso aos Documentos Administrativos, art.º 8.º.

²⁸ Lei do Acesso aos Documentos Administrativos, art.º 8.º.

²⁹ O Despacho n.º 8717/2002 estabelece a tabela de valores a pagar.

5.5. Outras formas do direito à informação

5.5.1. Informação ao consumidor: em especial a rotulagem

Um domínio específico do direito à informação consiste na informação ao consumidor através de rótulos informativos e pequenos documentos informativos que acompanham (máquinas, medicamentos, produtos tóxicos, produtos alimentares, cosméticos, malefícios do tabaco, teor de álcool, etc.

Entre a vasta legislação, comunitária e portuguesa que vigora nestas áreas, destaca-se o Decreto-Lei n.º 560/99 de 18 de Dezembro³⁰, que transpõe para a ordem interna portuguesa diversas Diretivas europeias³¹ e a Diretiva 2000/13/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Março, sobre a “aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes à rotulagem, apresentação e publicidade dos géneros alimentícios”.

O art.º 1.º do Decreto-Lei n.º 560/99 estabelece as regras a que deve obedecer a rotulagem, apresentação e publicidade dos géneros alimentícios. A rotulagem consiste no “conjunto de menções e indicações, inclusive imagens, símbolos e marcas de fabrico ou de comércio, respeitantes ao género alimentício, que figuram quer sobre a embalagem, em rótulo, etiqueta, cinta, gargantilha, quer em letreiro ou documento acompanhando ou referindo-se ao respetivo produto” (art.º 2.º, al. a)). Nos termos do art.º 3.º, n.º 2, o rótulo deve conter determinadas informações fundamentais, como: a) nome, firma ou denominação social, morada do fabricante ou do embalador, ou de um vendedor estabelecido na União Europeia; b) lista de ingredientes; c) quantidade de determinados ingredientes ou categoria de ingredientes; d) condições especiais de conservação, quando for caso disso, nomeadamente quando se trate de géneros alimentícios com data limite de consumo (como iogurte, queijo, leite); e) modo de emprego ou de utilização quando a sua omissão não permitir fazer um uso adequado do género alimentício; f) local de origem ou proveniência; denominação de venda; lista de ingredientes que compõem o produto; quantidade líquida contida na embalagem; o prazo de validade; lote e o nome e morada da entidade que lança o produto no mercado.

³⁰ Cf. também o Decreto-Lei n.º 148/2005, de 29 de Agosto, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/77/CE, da Comissão, de 29 de Abril, alterando o Decreto-Lei n.º 560/99, de 18 de Dezembro.

³¹ Diretiva n.º 97/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro, e Diretiva n.º 1999/10/CE, da Comissão, de 8 de Março —, que vieram introduzir alterações à Diretiva n.º 79/112/CEE, de 18 de Dezembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes à rotulagem, apresentação e publicidade dos géneros alimentícios destinados ao consumidor final. Cf. também a Diretiva 2000/13/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de Março, entretanto diversas vezes alterada, nomeadamente por: Diretiva 2001/101/CE da Comissão de 26 de Novembro, Diretiva 2003/89/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 10 de Novembro, Diretiva 2006/107/CE do Conselho de 20 de Novembro. Diretiva 2006/ /CE da Comissão de 22 de Dezembro, Diretiva 2007/68/CE da Comissão de 27 de Novembro, Reg. (CE) n.º 1332/2008, do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de Dezembro.

A lista de ingredientes deve designá-los pela categoria a que pertencem, pelo seu nome específico ou pela letra “E” seguida de um número com três algarismos. Importante é também o prazo de validade ou data limite de consumo (“consumir até...”). É também frequente a informação nutricional dos produtos, que se refere sobretudo à composição média em nutrientes (p. ex., hidratos de carbono, lípidos, fibras, sais minerais) e ao valor energético.

5.6. Organismos e serviços administrativos de informação ao cidadão

5.6.1. Informação *on line* e Centros de informação

A Administração Pública portuguesa criou e mantém em funcionamento uma grande diversidade de organismos e serviços destinados a manter os cidadãos informados sobre os seus direitos e obrigações e, em geral, sobre quaisquer aspetos que possam ser do seu interesse. Muitos destes serviços são hoje disponibilizados via *internet* através de sítios, centrais e locais, de acesso fácil e gratuito.

5.6.2. Instituto do consumidor

Uma das funções específicas do Instituto do Consumidor consiste em informar o consumidor sobre aspetos importantes para que as suas decisões em sede de consumo sejam esclarecidas e livres. O Instituto do Consumidor informa, por diferentes formas, nomeadamente recorrendo a “guias”, que distribui e disponibiliza na *internet*, sobre precauções a tomar face a produtos, características e propriedades de produtos, etc. (por exemplo: “gás em casa”; rotulagem).

A informação que acompanha o produto é por vezes de importância fundamental para o consumidor. Pense-se no caso dos medicamentos, cuja bula deve conter toda a informação relevante sobre o medicamento, nas mais diversas perspetivas, sendo geralmente direcionadas tanto aos profissionais da saúde como aos usuários. A legislação é aqui vasta e complexa, destacando-se a de origem comunitária. Em geral, a bula dos medicamentos deve conter informações como: nome do medicamento, apresentação, composição (ingredientes e dosagens), informações ao paciente (cuidados de armazenamento, prazo de validade), informações técnicas (dados sobre o medicamento), farmacocinética (metabolismo do medicamento no organismo), indicações e contra-indicações, precauções, gravidez, interações com outras substâncias, reações adversas, posologia, superdosagem e informações suplementares.

5.6.3. Outros organismos e serviços de informação

São muitos os organismos e serviços da Administração Pública especialmente orientados a informar o cidadão. Exemplos bem sucedidos são os Centros de Informação Autárquica ao Consumidor (CIAC) que têm vindo a ser criados e mantidos por uma grande parte das autarquias, no âmbito das suas

competências de apoio ao consumidor (o cidadão enquanto consumidor), serviços que são apoiados pela Direção-Geral do Consumidor. Trata-se de iniciativas louváveis nas perspetivas da proximidade e da colaboração, informando e aconselhando o cidadão em questões de consumo e mesmo mediando a resolução de conflitos. Também as chamadas “lojas do cidadão” e “lojas do município” funcionam em larga medida como serviços de informação e apoio ao cidadão.

À oferta pública de informação útil ao cidadão junta-se o trabalho de um vasto leque de iniciativas particulares igualmente orientadas para a correta e integral informação do cidadão como pressuposto da sua plena integração na sociedade e exercício da cidadania. A título de exemplo, destacamos a *Associação de Consumidores de Portugal* (ACOP), com sede em Coimbra, que é uma associação particular, sem fins lucrativos, orientada para a defesa dos interesses dos consumidores através da prestação de informação jurídica. Merece igualmente ser destacada a *Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor* (DECO), nascida em Fevereiro de 1974 e que desde então vem prestando um contributo inestimável na informação e apoio dos consumidores, especialmente dos seus associados e dos cidadãos em geral.

A lei portuguesa³² regula com alguma minúcia o acesso à informação sobre ambiente, em termos idênticos aos demais países da União Europeia. Nos termos do art.º 6.º da lei n.º 19/2006, estão em causa informações como textos legais (tratados, convenções ou acordos internacionais, legislação nacional e comunitária relativa ao ambiente), políticas, planos e programas de ambiente, relatórios sobre a execução destes instrumentos, relatório nacional sobre o estado do ambiente, licenças e autorizações de impacto significativo sobre o ambiente, estudos de impacte ambiental e avaliações de risco. Os interessados devem solicitar, por escrito ou presencialmente, sem ter de provar um interesse específico, estas informações às autoridades públicas competentes, as quais estão obrigadas a disponibilizar a informação requerida, não estando o requerente obrigado a justificar o seu interesse na informação.

Certas informações devem ser recusadas³³, como acontece, por exemplo, no caso de confidencialidade do processo ou da informação, por razões de segurança pública ou de defesa nacional, de segredo de justiça, de confidencialidade comercial ou industrial, de sigilo fiscal, de confidencialidade de dados pessoais.

³² Lei n.º 19/2006, que transpõe para a ordem jurídica interna portuguesa a Diretiva nº 2003/4/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Janeiro.

³³ Cf. o art.º 11.º, n.º 6, da lei n.º 19/2006.

5.6.4.2. Garantias no caso de recusa de acesso à informação

A Lei n.º 19/2006 reconhece expressamente o direito do interessado a recorrer contenciosamente ou a apresentar queixa à CADA, entidade que também é incumbida de “zelar pelo cumprimento”³⁴.

5.7. Produção e gestão de informação pelas forças policiais e serviços de informações e segurança

O direito à autodeterminação informacional não é compatível com uma ordem social e jurídica que permita que um cidadão já não possa saber quem sobre ele sabe o quê e em que ocasião. “O livre desenvolvimento da personalidade pressupõe, nas condições modernas de processamento de dados, a proteção do indivíduo contra a ilimitada recolha, armazenamento, uso e divulgação dos seus dados pessoais” (ac. dos censos do *BVerfG*). Esta proteção é exigida pela dignidade humana. O ser humano há-de ter, em princípio, o poder de decidir, por si próprio, sobre a divulgação e utilização dos seus dados pessoais. Só são permitidas limitações à autodeterminação informacional por lei ou com base na lei.

Bibliografia

- Alta Autoridade para a Comunicação Social e a Cobertura da Atividade Judicial por parte dos órgãos de comunicação social (Aprovado em reunião plenária de 29 de outubro de 2003).
- Andrade, J. C. Vieira de (1991): *O Dever de Fundamentação Expressa de Actos Administrativos*. Coimbra.
- Caetano, Marcello: *Manual de Direito Administrativo*, I, pág. 477 e segs.
- Canotilho, José Joaquim Gomes (1990): “Acto administrativo plural ou geral; fundamentação do acto administrativo”. In: *Revista de Legislação e de Jurisprudência* n.º 3790 (1 de maio). Coimbra, a.123, pp.15-20.
- Cardia, Sottomayer (1968): *Os Direitos do Homem*. Cadernos da Seara Nova.
- Código Deontológico dos Jornalistas*. Sindicato dos Jornalistas Portugueses, 1993.
- Correia, José Manuel Sérvulo (1994): “O direito à informação e os direitos de participação dos particulares no procedimento e em especial, na formação da decisão administrativa”. In: *Legislação. Cadernos de ciência de legislação* n.º 9-10 (jan.-jun.). Lisboa, pp. 133-159.
- Correia, Luís Brito (2000): *Direito da Comunicação Social*. Coimbra: Almedina.
- Costa, José Francisco de Faria (1998): *Direito Penal da Comunicação – Alguns escritos*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Cunha, José Luís: “A participação dos cidadãos na elaboração dos instrumentos de gestão territorial – um comentário à recente legislação urbanística”. In: *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente* n.º 11/12. Coimbra, pp. 85-109.

³⁴ Cf. art.ºs 14.º e 15.º.

- Duarte, David (1996): *Procedimentalização, participação e fundamentação: para uma concretização do princípio da imparcialidade administrativa como parâmetro decisório*. Coimbra: Almedina.
- Duarte, Maria Luísa (2008): *O Direito de Petição Cidadania Participação e Decisão*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Geier, B. (2004): «Grundlagen rechtsstaatlicher Demokratie im Bereich der Medien». In: *Jura*, p.182.
- Gomes, J. Osvaldo (1981): *Fundamentação do acto administrativo*. 2.^a ed., Coimbra.
- (1989): “Fundamentação de actos vinculados”. In: *ROA*, Ano 49.
- Grimm, D.: «Die Meinungsfreiheit in der Rechtsprechung des Bundesverfassungsgerichts», *NJW* 1995, 1697.
- Hochhuth, M., *Die Meinungsfreiheit im System des Grundgesetzes*, 2007.
- Hoffmann-Riem, W., «Kommunikations- und Medienfreiheit», *Hdb. VerFR*, pág. 191;
- Lamego, José (1986): “Fundamentação Material e Justiça da Decisão”. In: *Revista Jurídica* n.º 8, AAFDL.
- Machete, Pedro: *A audiência dos Interessados no Procedimento Administrativo*, 446 e segs.
- Martins, Manuel Meirinho / Jorge de Sá (2005): *O exercício do direito de queixa como forma de participação política: o caso do Provedor de Justiça (1992-2004)*. Lisboa, Provedoria de Justiça - Divisão de Documentação.
- Moura, José Souto (2003): “Cidadania e participação do cidadão”. In: Ferreira, Eduardo Paz *et al.* (Comissão Organizadora): *Francisco Salgado Zenha: liber amicorum*, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 559-577.
- Oliveira, Esteves de: *Direito Administrativo*, I, págs. 467.
- Pound, Roscoe: “Interests in Personality”. In: *Harvard Law Revue*.
- Rühl, U.F.H. (1998): *Tatsachen – Interpretationen – Wertungen*.
- Sanches, J. L. Saldanha & Gama, João Taborda da (2006): “Audição - participação - fundamentação: a co-responsabilização do sujeito passivo na decisão tributária”. In: Sanches, J. L. Saldanha & Martins, António (Orgs.): *Homenagem a José Guilherme Xavier de Basto*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 270-304.
- Schmidt-Jortzig, E.: “Meinungs- und Informationsfreiheit”, *Hdb. StR3 VII*, § 162.
- Schoch, F. (2008): “Das Grundrecht der Informationsfreiheit”. *Jura* 2008, 25.
- Sousa, António Francisco de (no prelo): “Produção e gestão de informação pelas forças policiais e serviços de informações e segurança”. In: *Atas do Congresso Internacional de Direito da Informação*, Edição da FLUP/FDUP.
- (2003): “A participação dos interessados no procedimento administrativo”. In: *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Jorge Ribeiro de Faria*. Coimbra: Coimbra Editora, pp. 69-121.
- (2009): *Direito Administrativo*, Prefácio, Lisboa.
- (2010): *Código do Procedimento Administrativo Anotado e Comentado*, 2.^a ed., *Quid Juris*, Lisboa.
- Stone, Ferdinand (1965): *Institutions Fondamentales du Droit des États-Unis*. Paris.

COMUNICAÇÃO

A importância da inovação na tomada de decisão na microempresa: o caso TOK BOLSAS

Gilbert Angerami

gilbertangerami@hotmail.com

Resumo

Vivemos no mundo do consumismo, dos sonhos, da necessidade de satisfação de desejos e ansiedades. Um mundo, segundo Cristóvão Buarque, com um “sistema econômico globalizado e perverso, onde o capital e o lucro ainda têm preferência sobre as pessoas e a natureza”. Veremos nesta investigação como desenvolveu-se o processo inovador para a tomada de decisão na TOK BOLSAS, uma microempresa brasileira, utilizando a criatividade e a invenção como ferramentas competitivas na inovação empresarial. Além de descrever o ambiente retratado pelos dados apresentados nos formulários do levantamento durante minha pesquisa de pós-doutoramento, o trabalho buscou compor e arranjar os dados para obter algumas considerações que possam servir de referência para estudos ou análises mais elaboradas.

A constante invenção de soluções pode ser percebida não somente como obra do homem, mas também como uma fórmula da natureza. O estudo da história mostra que, de maneira geral, estar em transformação é uma das poucas coisas constantes nos sistemas.

Percebe-se que sistemas que nunca se reinventam, transformam e se adaptam, tendem ao desaparecimento no curso do tempo. Este processo descrito por Darwin nos seres vivos é perceptível também com as organizações. Analogamente, nota-se que empresas sem inovação ou renovação estão fadadas à obsolescência e ao desaparecimento. Como a história ilustra tais fatos e o século XX nos mostrou uma aceleração deste processo, com a criação e destruição de inúmeras técnicas, empresas, novos processos e sistemas surgem, assim, seres mudados.

Portanto, entender de que forma acontece a inovação e a adaptação, se possível também seu controle, torna-se uma clara vantagem para os sistemas que procuram se perpetuar, como é o caso das organizações humanas, tal qual as empresas. Desta forma, ao estudo da administração cabe compreender como gerir a inovação e construir vantagens competitivas a partir dos processos transformadores.

O presente trabalho está focalizado na necessidade de as microempresas buscarem constantemente na inovação o seu diferencial competitivo para o enfrentamento das turbulências existentes no dia a dia do mercado. Para salientar essa importância analisamos a empresa TOK BOLSAS, do segmento do varejo, localizada na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão - Brasil.

Pretendemos aqui apontar e compreender de que forma as microempresas devem direcionar suas ações para a manutenção de sua evidência no mercado consumidor, bem como ajudar na tomada de decisão empresarial. A abordagem feita foi desenvolvida com foco na simplificação e na redução da subjetividade para negócios realizados na área do varejo, ou seja, foram mensurados níveis de aceitação nas áreas de: inovação do processo, inovação organizacional e inovação em *marketing*. O estudo foi centrado em pesquisas com os colaboradores da empresa TOK BOLSAS, pois se existe um estímulo à inovação que busque o potencial intraempreendedor, este deve ser fornecido a todos os membros da organização e percebido também por todos os seus clientes externos.

TOK BOLSAS – Uma Microempresa Brasileira

Nascido em Morrinhos interior cearense no dia 30 de setembro de 1970, o mais velho dos seis filhos do casal Maria Lucimar Marques e Manoel Edmilson Marques, Manoel Marcone Marques teve uma infância pobre e migrou para Imperatriz, cidade do interior maranhense, junto com a família. Desenvolveu-se e iniciou sua vida profissional ainda criança. Casou-se e teve duas filhas.

Após várias tentativas frustrantes no âmbito profissional, resolveu apostar “tudo numa última cartada”. Juntamente com a esposa, compraram algumas malas, bolsas, carteiras, cintos e foram às vendas nas feiras livres que aconteciam na região. Passado alguns meses, conseguiram comprar o primeiro carro do casal já que o volume dos negócios prosperava gradativamente. No decorrer do tempo tiveram a certeza de que o caminho estava traçado: ir a São Paulo comprar mercadorias e montar uma loja de bolsas.

Na literatura encontram-se várias justificativas para a utilização de nomes curtos, vibrantes e fortes para atingir ao que chamamos de *share of mind*. Sua esposa Ioneide então, para sofisticar mais, sugeriu que ao invés de ser Toque Bolsas fosse Tok Bolsas, e assim ficou decidido. Por ela já ter experiência em desenhar letras, pois ganhou um bom dinheiro quando era solteira fazendo convites e cartões, ficou a seu cargo criar a tipologia e a logomarca da nova empresa – TOK BOLSAS.

Mesmo sem ter feito uma faculdade, concluído o ensino médio e muito menos cursado o ensino fundamental todo, Manuel Marcone Marques sempre pensou muito antes de agir. Sempre teve em mente a necessidade do planejamento antes da execução.

A Tok Bolsas teve sua porta aberta oficialmente no dia 26/04/2004. No 1.º dia a loja vendeu R\$ 51,00 e ambos ficaram muito contentes, pois era final de

mês e as pessoas não conheciam a loja, consideraram já uma grande vitória. No 2.º dia venderam R\$ 137,00 e no 3.º R\$ 185,00.

As coisas caminhavam bem e começou a comprar 02 vezes mais do que a sua capacidade de estoque suportava. Surgiu um novo problema: falta de espaço. Conversou com a proprietária da loja e alugou o restante da mesma, não sendo também suficiente. Reduziu ainda mais sua moradia (a esta altura mora nos fundos da loja para conter as despesas) para que a loja pudesse ter um pouco mais de conforto, aumentaram os números das vendas e de funcionários. Com um espaço maior, o fluxo de clientes também cresceu e havia triplicado o volume de vendas. Na efervescência do negócio percebeu que para se ganhar dinheiro era necessário comprar bem, pois a venda acaba virando uma grande consequência.

Para ganhar dinheiro precisaria vender barato. Passou a ir com mais frequência a São Paulo onde seu poder de barganha aumentou junto a seus fornecedores. Os acordos para pagamento das mercadorias em 30, 60 e 90 dias foram fundamentais para o crescimento dos negócios.

Chegando a Imperatriz, Marcone estipulava como meta vender todo o lote dos produtos em apenas 30 dias, e conseguia. Começou a perceber o grande filão e aumentou gradativamente seu volume de negócios, descobrindo desta maneira a estratégia ideal para que seu empreendimento se tornasse mais eficaz, além de perceber a sua eficiência.

No mercado de varejo, um dos grandes problemas enfrentados pelas organizações relaciona-se com a sua força de vendas. Para minimizar tais ocorrências, Marcone acredita que a remuneração precisa ser boa, salário justo, além de reconhecer os seus funcionários como seus colaboradores, motivá-los através de incentivos e treinamentos e mostrar-lhes a importância de se ter responsabilidade no ambiente de trabalho. Deve-se tentar fazer com que eles se sintam “um sócio da empresa”.

Numa das reuniões acompanhadas por mim na sede da empresa deparei-me com uma situação bastante curiosa e que corrobora o fato mencionado acima. Num dado momento, Marcone pergunta para uma de suas funcionárias mais antigas: “Régila, de quem é o mérito do sucesso de nossa empresa?”. “É do senhor”, respondeu prontamente. Imediatamente ele a retruca: “Não senhora, eu apenas sou uma peça dessa máquina!” Percebe-se que Manuel valoriza sempre sua equipe, sendo esse hoje um dos grandes diferenciais das empresas inovadoras. Atitudes como essa é que fazem com que a empresa TOK BOLSAS esteja no patamar que está.

Além da força de seus colaboradores, Marcone destaca a credibilidade dada por um dos representantes comerciais que o atende, Sr. Renato. Considera-o como um grande diamante encontrado no deserto por ter acreditado no seu potencial já que ele conhecia o mercado de Imperatriz há mais de 10 anos. Aos poucos foi conhecendo a empresa e percebeu a sua ousadia comercial. Eis aí mais um empirismo de sua parte, Marcone trabalhara o *trade* de Marketing.

Não cansa de afirmar que as pessoas precisam gostar do que fazem, ter empenho nos seus afazeres pessoais e profissionais. Necessita-se de dedicação e amor à profissão. “Eu não sei fingir, o relacionamento interpessoal é fundamental para o sucesso de qualquer empreendimento”, profetisa.

Em função de toda essa dedicação, Marcone tem plena consciência do preço que está pagando por isso: não tem tempo para a família. Para tentar minimizar tal situação, acaba enfatizando o lado material, deixando de lado o amor necessário a ser oferecido à sua família. Apesar do descontentamento, persiste em manter esse comportamento, “sou eu que ‘faço’ essa loja”, complementa. Com isso a “marca Marcone” acabou transformando-se em sinônimo de desconto e ele tem plena consciência disso: “eu fiz o marketing pra isso”.

Os termos “eu sou o dono”, “eu posso”, “eu faço” não fazem parte do seu dicionário. É enfático em afirmar que isso não funciona, é preciso trabalhar para que as pessoas possam procurá-lo e assim darem importância na necessidade do “dono” estar sempre em contato com seus clientes. “Essa proximidade é fundamental para o sucesso de qualquer negócio. É como diz o velho ditado: O olho do dono é que engorda o gado”, finaliza.

A Inovação como ferramenta competitiva na TOK BOLSAS O sonho que virou realidade

A perseverança sempre foi uma das virtudes de Manoel Marcone. Pensando no futuro e percebendo que o crescimento dos negócios não havia mais para onde crescer, precisava inovar e não viu outra alternativa senão procurar um espaço maior para a expansão física e gerencial da empresa. Despreziosamente, começou a pesquisar possibilidades até que surgiu uma boa oportunidade e adquiriu dois imóveis vizinhos no mesmo quarteirão onde funcionava a matriz. Daí começou a vislumbrar o sonho de uma nova loja, maior, mais estruturada e com espaço suficiente para fazer um bom depósito, até então um aspecto negativo na sua gestão.

Para tanto, utilizando-se mais uma vez de sua visão estratégica, decidiu fazer em parceria com o autor deste trabalho, um levantamento mercadológico objetivando medir o grau de inovação necessário para a nova empreitada onde pudesse avaliar o acerto das medidas tomadas ao longo do tempo, visando tornar sua empresa mais competitiva por meio de processos e produtos inovadores.

Além de descrever o ambiente retratado pelos dados apresentados nos formulários do levantamento, a investigação buscou compor e arranjar os dados para obter algumas conclusões que pudessem servir de referência para estudos ou análises mais elaborados.

As variações nos resultados obtidos mostram que a metodologia adotada para a mensuração do Grau de Inovação tem sensibilidade às diferentes situações e é, portanto, adequada ao propósito de avaliar o progresso conseguido com o projeto. “O pior inimigo da inovação é a mesmice e para derrotá-la é preciso

mostrar como a diferença e a originalidade podem trazer bons resultados”, já afirmava Nancy Tennant¹.

Análise de dados, conclusões e providências

Verificando as resultantes referentes aos 54 questionários tabulados provenientes da investigação junto aos colaboradores da TOK BOLSAS, incluindo seu sócio-proprietário, percebeu-se que a empresa necessitaria fazer algo com uma certa urgência, visto que seu grau de inovação estava muito abaixo do considerado ideal para o atual posicionamento da empresa no mercado. O questionário foi dividido em 3 partes, a saber: Inovação do Processo, Inovação Organizacional e Inovação em Marketing.

Após analisar todos os resultados e estudar suas viabilidades e possibilidades, Manuel Marcone providenciou um novo projeto de reestruturação para a empresa e planejou uma nova loja com dois andares e mais de 1000 m² de área construída. “Precisamos de mais espaço. Em minhas conversas com os clientes, percebi que eles não estavam tão a vontade e não estávamos mais conseguindo expor nosso mix de produtos para uma melhor visualização desse nosso público consumidor”, enfatizou.

Teve consciência de que estaria dando mais um grande passo em sua empreitada como gestor. Sabia da necessidade de se fazer um novo marketing para a empresa, um novo reposicionamento tanto da marca como dos produtos no mercado. Seria necessário criar um novo conceito, fazer um “barulho diferente”, vender a nova imagem que a marca TOK BOLSAS naturalmente passaria a ocupar no mercado, pois passaria a atingir a classe média-alta e necessitaria manter as classes média e baixa como seus principais mercados consumidores, não permitindo que o novo reposicionamento interferisse no nicho de mercado já ocupado.

Inevitavelmente o investimento seria maior. Necessitaria de mais treinamento para seus colaboradores, assim como um novo gerenciamento de suas atividades empresariais. Preocupar-se-ia principalmente com a não elitização do seu mercado consumidor bem como a necessidade de se trabalhar com uma ênfase maior seu *endomarketing*, fazer um marketing mais forte de dentro para fora da loja. “Hoje o sucesso da TOK BOLSAS está no poder de compra do pobre”, afirma Marcone.

A nova matriz foi construída atendendo aos requisitos da demanda e avalizada pelos resultados da investigação realizada neste trabalho relacionada à necessidade de modernização das suas ações e instalações, bem como aumentar o seu grau de inovação no mercado. A inauguração ocorreu no dia 4 de novembro de 2011.

¹ Disponível em <http://www.sebraepr.com.br> – Perfil do Grau de Inovação das MPES do Paraná / 2009 (Consultado em 8 de julho de 2011).

Conclusão

Após a análise dos dados, o presente artigo nos permite fazer algumas reflexões e levantar um grupo de questões para serem aprofundadas em estudos futuros.

Primeiramente, o trabalho serve como indício: inovação é um processo, que por sua natureza passa por um estágio de criação seguido por um momento de conflito e dificuldade para a implementação, conforme sugeriu Schumpeter, e que pode ser estimulado, ou ao menos, as empresas podem tomar medidas que facilitem estes estágios (Schumpeter 1982: 11).

Nossa hipótese inicial justificou-se a partir da tabulação e análise dos dados. Realmente a inovação não aparece tanto na empresa que a não incentiva. Notamos que realmente existe um vínculo entre capacidade inovadora e administração voltada à inovação, apesar de nossa pesquisa não permitir uma posição conclusiva sobre o assunto.

Chamou-nos a atenção o fato de que a empresa pesquisada limita os estímulos à inovação à “tradicional” parceria com outras empresas. Esse método, considerado pouco eficiente e também chamado de *benchmarking*, ao menos serve de indício para as empresas que mantêm as portas abertas à sugestão, isto sim, um ponto reconhecido pelos entrevistados como fortalecedor do processo de inovação na empresa. Caberia a outro trabalho consolidar este indício como um fato e buscar alternativas para apresentar as empresas que buscam dominar os processos de transformação junto a seriedade.

Aparentemente a empresa sabe do valor da inovação, mas ignora a necessidade de se fazê-la, ou ao menos, não consegue cooptá-la. Conforme havíamos dito anteriormente, um dos pontos mais intrigantes do trabalho está no fato que apesar de um grande grupo de pessoas se considerar inovador, os respondentes de modo geral e subliminarmente não acreditam que a empresa recompense adequadamente essa atitude, e aparentemente resumem a atitude inovadora em “ter criatividade”, esquecendo a parte principal do processo que passa por enfrentar as dificuldades corporativas para conseguir implementar as mudanças que gostariam de fazer. Esse cenário se apresenta nos diferentes tipos de empresas existentes: nacionais, multinacionais, pequenas, médias entre outras. Implicitamente percebemos também que a informalidade na busca e implementação da mudança é menor nas microempresas. Aparentemente nas empresas menores, exatamente por não terem muitas formalidades, podem se implementar as mudanças de maneira mais rápida, mas com menos certeza (unidade) da direção a ser seguida. As inovações tecnológicas, e não apenas de processos, podem surgir em ambos os tipos de empresa (micro e macro), mas parece-nos que quando ocorrem dentro da estrutura formal das empresas maiores (laboratórios de pesquisa e desenvolvimento), são levadas ao mercado consumidor com mais eficiência.

Num universo em que são muitas as dificuldades e boa parte dos empreendedores desistem no meio do caminho, vimos o empresário Manoel

Marcone Marques quebrar paradigmas e consolidar um grande projeto, mantendo-se firme no propósito de atingir sua meta desde o dia em que abriu as portas da sua primeira loja. Assim, ao chegar aos sete anos de fundação com a energia de quem está apenas “engatinhando”, a TOK BOLSAS orgulha-se de ser uma iniciativa essencialmente imperatrizense. Conectado com o que há de mais moderno, e utilizando os resultados da investigação deste projeto que mostrou a necessidade das microempresas buscarem constantemente na inovação o seu diferencial competitivo para a competitividade no mercado, percebemos e constatamos como as microempresas devem direcionar suas ações para a manutenção de sua evidência no nicho pretendido. A abordagem feita foi desenvolvida com foco na simplificação e na redução da subjetividade para negócios realizados na área do varejo, tais como: inovação do processo, inovação organizacional e inovação em marketing. E a quem deseja montar o próprio negócio, Marcone deixa uma mensagem: “Em primeiro lugar, é preciso acreditar, confiar em si mesmo, no seu potencial, na sua determinação, enfim, na sua força”.

A história de sucesso da Tok Bolsas não se restringe mais aos limites da cidade de Imperatriz, do Estado do Maranhão, nem do Brasil. Mesmo tendo pouco tempo de existência, virou até uma tese de doutoramento na Europa, mais precisamente em Portugal, onde a simples visão de um homem oriundo lá da pacata Morrinhos, no interior do Ceará, despertou a atenção de um pesquisador que foi buscar conhecimento noutras plagas.

A nova loja, moderna e climatizada, já foi entregue à comunidade regional e, diferentemente da maioria das empresas, a TOK BOLSAS continua a não comunicar suas ações sociais, pois acredita na ajuda sem interesse comercial, não faz parte da filosofia da empresa promover-se com esses atos. Assim, podemos finalizar este artigo entendendo que inovação e tomada de decisão vão muito além dos meros conceitos descritos no decorrer deste trabalho. Inovar é, acima de qualquer coisa, buscar constantemente a satisfação social integrada às ações profissionais.

Referências Bibliográficas

- ANPEL (2004): *Como Alavancar a Inovação Tecnológica nas Empresas*. São Paulo.
- Antunes, Joaquim; Rita, Paulo (2008): “O Marketing relacional como novo paradigma: Uma análise conceptual”. In: *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*. Internet. Disponível em <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/1548> (Consultado em 15 de novembro de 2010).
- Arruda, Mauro; Velmulm, Roberto e Hollanda, Sandra (2006): *Inovação Tecnológica no Brasil: A indústria em busca da competitividade global*. ANPEL. São Paulo.
- Bachmann & Associados (2008): *Metodologia para Estimar o Grau de Inovação nas MPE*. Curitiba, 12 de abril de 2008.

- Baptista, Renato Dias (2003): “A comunicação empresarial e a gestão da mudança”. São Paulo: Universidade Estadual Paulista. Internet. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/baptista-renato-comunicacao-gestao.pdf> (Consultado em 13 de outubro de 2010).
- Brochado, Samara Sanches (2008): *A Comunicação da Marca e a Relação Estabelecida com os Consumidores Através da Internet*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Internet. Disponível em <https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1048/3/samarabrochado.pdf> (Consultado em 2 de novembro de 2010).
- Casson, Mark (2003): *The Entrepreneur: an Economic Theory*. 2.^a ed. Massachusetts, Edward Elgar Publishing Inc.
- Cooper, Donald R; Schindler, Pamela S. (2003): Métodos de Pesquisa em Administração. 7.^a ed. Porto Alegre: Bookman.
- Churchill, Gilbert A. Jr.; Peter, J. Paul (2000): *Marketing: criando valor para os clientes*. 2.^a ed. São Paulo: Saraiva.
- Degen, R.; Mello, A. (1989): *O Empreendedor – Fundamentos da Iniciativa Empresarial*. São Paulo: Makron Books.
- Drucker, P. (1987): *Inovação e Espírito Empreendedor*. São Paulo, Pioneira, 5^a ed.
- Freire, Adriano (1995). *Inovação – Novos Produtos, Serviços e Negócios para Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Freitas, Henrique *et al.* (2000): “O Método de Pesquisa “survey”. Revista de Administração, São Paulo, v.35, p. 105-112, jul/set.
- HSM Management. *As 12 dimensões da inovação*. Vol. 1. Jan/fev. 2007. Pp. 104-112.
- Hunt, Shelby D.; Arnett, Dennis B.; Madchavaram, Sreedhar (2006): “The explanatory foundations of relationship marketing theory”. In: *Journal of Business & Industrial Marketing* 21 (2). Emerald Group Publishing Limited: 72-87. Internet. Disponível em <http://www.huizenga.nova.edu/5017/ReadingList/HuntMad-2006-RM.pdf> (Consultado em 14 de outubro de 2010).
- Kapferer, Jean-Noel (1998): *Brand Management: Creating And Sustaining Brand Equity Long Term*. London: Kogan Page.
- Keegan, Warren J.; Duncan, Tom; Moriarty, Sandra E. (1992): *Marketing*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Lamb, Charles W.; Hair, Joseph F.; McDaniel, Carl (2004): *Princípios de Marketing*. São Paulo: Thomson Pioneira.
- Lendrevie, Jacques; Liundon, Denis; Dionísio, Pedro; Rodrigues, Vicente (1995): *Mercator – Teoria e Prática do Marketing*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Maia, Ângela da Costa (2002): “Emoções e Sistema Imunológico: Um Olhar Sobre a Psiconeuroimunologia”. In: Revista *Psicologia - Teoria, Investigação e Prática*. Centro de Investigação em Psicologia do Minho.
- Mattar, Fauze Nagib (1996): *Pesquisa de Marketing*. Volume 1. 3.^a ed. São Paulo: Editora Atlas.
- McKenna, Regis (1993): *Marketing de Relacionamento: Estratégias bem sucedidas para a era do cliente*. Rio de Janeiro: Editora Campus.

- Nassar, P. e Figueiredo, R. (1995): *O que é comunicação empresarial*. São Paulo: Brasiliense.
- Ogden, James R. (2002): *Comunicação Integrada de Marketing: modelo prático para um plano criativo e inovador*. São Paulo: Prentice-Hall.
- Osório, Hector González. Cândido, Roberto e Labiak Júnior, Silvestre (2008). *Sistema Regional de Inovação no Sudoeste do Paraná*. Pato Branco: SEBRAE – Reparte.
- Pinchot, G.; Pinchot, E. S (1978): *Intra-Corporate Entrepreneurship Fall*.
- Pinchot, G. (1985): *Intrapreneuring: Why You Don't Have to Leave the Corporation to Become an Entrepreneur* San Francisco: Harper & Row.
- Pravee, Gupta (2008): *Inovação Empresarial no Séc. XXI*. Porto: Grupo Editorial Vida Económica.
- Shumpeter, Joseph Alois (1982): *A Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural.
- SEBRAE-PR. *Workshop dos Agentes Locais de Inovação do SEBRAE-PR*. Apresentação em 4 de junho de 2009. Curitiba.
- Sternberg, Robert J. (2000): *Psicologia Cognitiva*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Sawhney, Mohanbir; Wolcott, Robert C.; Arroniz, Inigo (2006): *The 12 Different Ways for Companies to Innovate*. In: *MIT Sloan Management Review* 47(3): 75-81.

Decretos-Lei:

- Decreto-Lei n.º 134/2009 de 2 de Junho. Diário da República n.º 106 (Série I). Ministério da Economia e da Inovação.

Entrevista:

- Champalimaud, Pedro (23 de Fevereiro de 2010): Entrevista de Mafalda Simões Monteiro. Disponível em <http://www.callcentermagazine.net/content.aspx?menuid=55&eid=5414> (Consultado em 20 de abril de 2011).

Sítios de Internet:

- Revista Brasileira de Alcoólicos Anônimos “Vivência”, nº 83, mai/jun 2003, páginas 18 a 23. Disponível em <http://www.aars.org.br/aaII/visoes1.html>
- Angerami, Gilbert (2006): *A Comunicação Empresarial Integrada a Gestão Participativa: Estudo de Caso - COMLURB*. Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em http://www.pos.eco.ufrj.br/publicacoes/doutorado/teses_2006.html#6
- Arantes, Devanir (2007): *Seja Criativo e Inovador*. Extraído do livro *O Poder dos Comportamentos Positivos*. São Paulo: Grupo Fénix. Disponível em <http://www.palermo.edu/cienciassociales/publicaciones/pdf/Psico1/1%20PSICO%20005.pdf>
- Comissão Europeia (2009): *Eco-Innovation – Projectos de Eco-Inovação na U.E.* Bruxelas: Disponível em http://ec.europa.eu/environent/eco-innovation/call_en.htm

- Faberberg, Jan (2005): *Innovation – A Guide To The Literature*. Disponível em www.oup.co.uk
- Fiomanchio, Rafaela (2003): *O Stress e a Fadiga Muscular: Factores que Afectam a Qualidade de Vida dos Indivíduos*. Disponível em www.efdeportes.com
- Martins, Rosa Maria Lopes (2005): *A Relevância do Apoio Social na Velhice*. Revista Educação, Ciência e Tecnologia n.º 128. Disponível em <http://www.ipv.pt/millennium/millennium31/9.pdf>
- http://www.spi.pt/documents/books/inovint/gi/experimentar.manual/1.1/cap_apresentacao.htm (Consultado em 08 de Julho de 2011).
- <http://www.marketingpower.com/Community/ARC/Pages/Additional/Definition/default.aspx> (Consultado em 10 de Julho de 2011).
- <http://www.marketingpower.com/aboutama/pages/definitionofmarketing.aspx> (Consultado em 10 de julho de 2011).
- <http://mestreemmarketing.wordpress.com/tag/marketing-relacional> (Consultado em 10 de julho de 2011).

Os blogues corporativos como meio de comunicação organizacional

Álvaro Miguel da Costa Lima Cairrão
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
cairrao@utad.pt

Galvão dos Santos Meirinhos
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
gsm@utad.pt

Joana Cruz Neves da Costa
Universidade Fernando Pessoa
joanacruzcosta@gmail.com

Resumo

O presente artigo incide sobre a temática dos blogues corporativos como meio de comunicação organizacional, mediante a análise de blogues de empresas. A investigação demonstrou que, em Portugal, existem blogues predominantemente dirigidos a clientes, cuja função principal é informar e cujo foco de conteúdo é o mercado. São blogues de acesso público, bidirecionais e geridos através de uma estrutura de hierarquia.

A pesquisa decorreu com o recurso à metodologia quantitativa, através da análise de 34 blogues corporativos portugueses com base num modelo elaborado por Lockwood e Dennis (2008), que permite descrever os vários tipos de blogues corporativos. Analisámos os conteúdos dos *posts*, seguindo-se a análise quantitativa dos resultados.

A pesquisa permitiu identificar os principais tipos de blogues organizacionais em Portugal, bem como elaborar um retrato da blogosfera corporativa portuguesa.

A pertinência desta investigação reside no facto de não encontrarmos estudos sobre os tipos de blogues organizacionais, nem um retrato da blogosfera corporativa portuguesa, tornando-se assim inovador. Desta forma, este trabalho adquire especial interesse, na medida em que as conclusões a que chegamos podem ser interessantes no momento de criar um novo blogue corporativo, ou inclusive, melhorar os que já existem.

Introdução

A massificação do uso da Internet tem proporcionado várias possibilidades de comunicação, que têm sido aproveitadas por pessoas e organizações das mais variadas formas. Uma dessas possibilidades de comunicação objetiva-se num *software* gratuito disponível *online* para a criação de blogues.

Atualmente, qualquer pessoa pode criar o seu próprio blogue de forma rápida, instantânea e gratuita. Esta facilidade transformou a blogosfera em algo mais do que um conjunto de diários pessoais *online* proporcionando uma grande autonomia na Internet e uma possibilidade de comunicação muito direta com todos os *stakeholders*, o que tem sido aproveitado pelas organizações.

Os blogues vêm adquirindo um papel fundamental na comunicação organizacional das empresas, quer na comunicação externa, com o propósito de melhorar a relação com os clientes, quer na comunicação interna, visando reforçar o espírito de equipa.

A utilização da Internet pelas organizações, através de sites e de blogues, torna possível o estreitamento de relações com os vários públicos. Nos seus sites, as empresas apresentam-se e tornam-se visíveis para o exterior. Com os blogues, as organizações procuraram a interatividade com os seus públicos (o que tem vindo a aumentar exponencialmente com a utilização das diversas redes sociais).

Através da concretização deste estudo, pretendemos perceber o papel dos blogues corporativos como meio de comunicação organizacional, daí constituir-se como objeto de estudo os blogues corporativos, nomeadamente, os blogues de empresas portuguesas.

Ao longo deste trabalho tentaremos alcançar os seguintes objetivos: a) analisar a utilização dos blogues corporativos como meio de comunicação organizacional; b) analisar as distintas dimensões dos blogues corporativos como um meio de comunicação organizacional.

Para melhor atingirmos cada um dos objetivos, definimos questões de investigação. Deste modo, para o primeiro objetivo, tentamos compreender qual a função dos blogues corporativos na comunicação organizacional das empresas? Enquanto para o segundo visamos saber que conteúdos disponibilizam os blogues? Que informações disponibilizam sobre as empresas? A quem se dirigem os blogues corporativos? E ainda se os blogues permitem comentários?

Para alcançar os objetivos definidos, realizamos um estudo no âmbito do paradigma quantitativo seguindo uma via exploratório-descritiva, a partir do modelo de análise definido por Lockood e Dennis (2008) que contém duas dimensões: a) Finalidade – que se refere aos motivos pelos quais uma organização cria e mantém um blogue. Esta dimensão divide-se em três subdimensões: público-alvo do blogue, função e foco do conteúdo do blogue; e

b) Funcionamento – descreve a administração do blogue e divide-se pela estrutura administrativa, acessibilidade e direcionalidade.

Consideramos a temática pertinente, pois a investigação feita, até ao momento sobre este tema em Portugal é escassa, e por isso, pretendemos contribuir para o avanço do conhecimento da temática em estudo, mediante um levantamento dos tipos de blogues corporativos portugueses bem como definir um retrato da blogosfera corporativa em Portugal.

1. Fundamentação teórica

1.1. Comunicação Organizacional

Uma organização é composta por duas ou mais pessoas, que interagem entre si com o pressuposto de atingirem objetivos de interesse comuns (Teixeira 1998). Esses objetivos, bem como todas as atividades e tarefas da organização, necessitam de práticas comunicativas para ganharem forma e chegarem a ser conseguidos com sucesso. A comunicação é, assim, a chave do funcionamento das organizações (Fisher 1993). Não concebemos qualquer tipo de organização sem a existência de práticas comunicativas, uma vez que são estas que lhe dão forma e que a torna no que é (Cardoso 2006).

A comunicação é fator fundamental da própria constituição, desenvolvimento e eficácia dos indivíduos e das organizações. Trata-se de um poder que deve ser utilizado estrategicamente por empresários, políticos, e, em geral, todos os homens de ação (Rei 2002).

Durante muitos anos, a comunicação das organizações era praticamente unilateral. O emissor elaborava as mensagens, que eram transmitidas pelos meios de comunicação, e pouco se preocupava com o resultado final do processo. O recetor era passivo e não participava de forma efetiva na comunicação (Pessoa 2003). Contudo, e com o evoluir da sociedade e das condicionantes dos mercados, passou a ser fundamental que o recetor passasse a ter um papel ativo no processo comunicativo das empresas.

Tornou-se cada vez mais importante para o emissor estar atento e aberto às opiniões, críticas e sugestões do recetor, de modo a que organização possa responder às necessidades do seu público-alvo. O cliente precisa de ser visto como um consultor, alguém que pode orientar a empresa para oferecer serviços melhores, já que o cliente é infiel por natureza e pode abandonar a empresa sem um motivo aparente (Matos 2004).

O elo de ligação entre a comunidade e o mercado é a comunicação organizacional, que é considerada como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento e crescimento de qualquer organização (Pessoa 2003).

De acordo com Grunig, o termo comunicação organizacional é utilizado para descrever a comunicação entre os elementos da organização, restringindo-o simplesmente à comunicação interna (1992).

A comunicação organizacional é muito mais do que interagir só com o público interno da organização ou com o público externo, uma vez que ocorre em sistemas abertos que são influenciados e influenciam o seu ambiente externo e interno. A comunicação organizacional envolve a mensagem e o seu fluxo, objetivo, direção e meio de transmissão, e também as pessoas, as suas atitudes, sentimentos, relações e capacidades (Goldhaber 1990). A comunicação organizacional é semelhante a outras formas de comunicação, pois envolve criar e interpretar mensagens. Contudo, é diferente pois integra o processo de interação entre os elementos de uma organização que, através da partilha de informação e da criação de relações por meio da comunicação organizacional, transformam a natureza e a estrutura dessa mesma organização (Fisher 2003).

A comunicação organizacional deve ser encarada e definida de forma global, tal como a caracteriza Restrepo (Scroferneker 2003), que considera que a comunicação organizacional integra todas as ações da organização, permitindo a construção da sua cultura, da sua identidade e da sua imagem e marcando um estilo próprio. Esta autora define quatro dimensões do processo de comunicação organizacional:

- Como informação, configurando as operações próprias de cada organização;
- Como divulgação, dando a conhecer a organização ao público externo;
- Como geradora de relações de sociabilização e reforço dos processos culturais da organização;
- Como participação, como ação de comunicação onde se dá a palavra ao outro (Scroferneker 2003).

Segundo Matos, a comunicação organizacional é

A relação da empresa com o seu público interno e externo, envolvendo um conjunto de procedimentos e técnicas destinados à intensificação do processo de comunicação e à difusão de informações sobre as suas situações, resultados, missão, objetivos, metas, projectos, processos, normas, procedimentos, instruções de serviço, etc. (Matos 2004:109).

Na figura seguinte, podemos observar um esquema da comunicação organizacional.

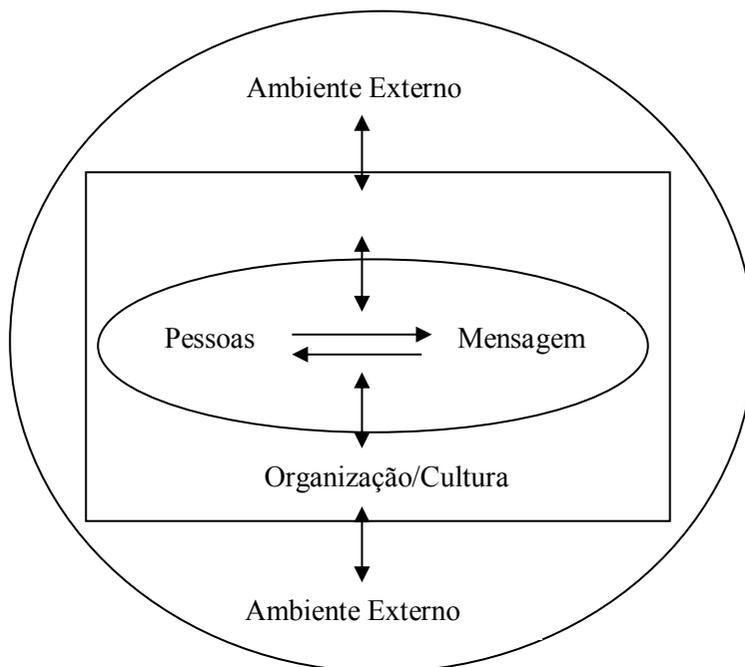


Figura 1 - Comunicação Organizacional (Adaptado de Goldbaher 1990).

A comunicação organizacional é uma atividade que utiliza todas as estratégias da comunicação em busca de um melhor desempenho da organização frente aos seus públicos (Decker e Michel 2006), e subdivide-se em: Comunicação Interna; Comunicação Externa; Assessoria de Imprensa.

Neste trabalho, iremos incidir sobretudo na comunicação externa, isto é, na informação que é enviada pela organização aos seus vários públicos-alvo. A comunicação externa define-se como as práticas comunicativas que envolvem a interação entre a organização e o ambiente em que se insere, ou seja, liga a organização aos seus públicos, desta forma, é mais do que a mensagem enviada pela organização aos seus vários públicos-alvo: é um processo de dois sentidos, uma vez que além de criar e transmitir a mensagem da organização, recebe as informações do ambiente externo da própria organização (Fisher 2003).

A comunicação organizacional é assim: um elemento que atravessa todas as ações da empresa ou organização e que configura, de forma duradoura, a construção da sua cultura e identidade; cuja função é promover a coesão interna em torno dos valores e da missão da empresa, aumentar a visibilidade pública da organização e divulgar de seus produtos e serviços; articula e integra as várias linguagens que compõem a comunicação de uma organização – publicidade, assessoria de imprensa, relações públicas, etc. –, que devem estar harmonizadas

de forma a estabelecer uma linguagem única da organização, o que permite uma comunicação eficaz (Oliveira 2004).

Entendemos a comunicação organizacional como todas as ações comunicativas da organização, quer com o seu público interno e externo, que constroem e definem tanto a cultura como a imagem da instituição, que são veiculadas pelas ações comunicativas numa linguagem única e harmonizada aos públicos da organização.

1.1.1. Imagem organizacional

O trabalho da comunicação organizacional tem como objetivo criar uma “personalidade” para a organização que seja identificável pela opinião pública. É um trabalho a longo prazo, que exige a criação de bases sólidas e onde se deve investir no nome e no símbolo da organização, utilizando-os sempre em todo o estacionário da organização, em publicações, instalações, anúncios, entre outros (Kunsch 2003).

A imagem como representação é a conceptualização mais comum que possuímos e, talvez por isso, este fenómeno se reduza a umas quantas manifestações. Todavia, compreende outros âmbitos que ultrapassam os produtos de comunicação visual. Implica, também, outros processos, como o pensamento, a perceção, a memória e, em suma, a conduta (Villafañe 1993: 27).

A imagem da empresa resulta da assimilação, na mente dos seus públicos-alvo, de um conjunto de «imagens» que a empresa veicula para o exterior. Todas as técnicas e estratégias de comunicação utilizadas pelas organizações têm como principal propósito construir uma boa imagem organizacional, para que estas sejam legitimadas pela sociedade (Decker e Michel 2006).

Uma má imagem pode acabar com a organização. E este é apenas um dos desafios que as organizações enfrentam nesta era da globalização, em que todos têm acesso à informação.

A imagem pública positiva de uma organização é obtida através de várias ações: investimento na identidade visual; relacionamento mais ativo com os seus públicos e com a sociedade; criação de uma cultura organizacional sólida; utilização de fórmulas de promoção alternativas, como o patrocínio; planeamento e desenvolvimento de uma gestão de relações ágil e criativo (Villafañe 1993).

Com a sociedade a ser inundada por marcas e produtos, é pela comunicação que qualquer organização se distingue das demais. A globalização acarreta também outros desafios como as constantes mudanças económicas, tecnológicas e sociais, face às quais a organização tem que ser ágil a adaptar-se, bem como a responder aos desafios do mercado (Matos 2004).

É fundamental para a sobrevivência de uma organização estar mais próxima dos clientes. E só o conseguem através de uma política de comunicação organizacional devidamente estruturada e planeada. A falta de informação gera

boatos e a distorção da informação, o que pode comprometer a imagem pública de qualquer organização. Tal como a falta de comunicação leva o ser humano ao isolamento e à alienação, para as organizações ela representa a perda de competitividade, de produtividade e de qualidade. As organizações sentiram, assim, a necessidade de criar instrumentos que possam garantir uma comunicação mais eficiente, que as aproxime dos seus públicos-alvo. A estratégia de comunicação tornou-se de grande valor neste processo (Matos 2004).

1.1.2. Gestão Estratégica da Comunicação

A informação e a comunicação são instrumentos e processos importantes para a realização das potencialidades estratégicas e para a ampliação e integração das estruturas organizacionais. É através destes instrumentos que as organizações desenvolvem funções, tomam decisões e estabelecem contactos com os clientes, fornecedores e parceiros (Cardoso 2006). A comunicação organizacional é tão importante quanto o departamento financeiro ou de recursos humanos (Pessoa 2003).

Segundo Vieira, a gestão estratégica é

O desenvolvimento, operacionalização e implementação de planos, acções, táticas, regras, padrões, posicionamentos e perspectivas, ou seja, caminhos seguidos pelo pequeno empresário no planeamento, criação, programação, implantação, organização, comando, coordenação e controle da empresa (2002: 25).

A estratégia empresarial consiste, assim, na definição das opções seguidas pela empresa para competir nos seus mercados, aproveitando as oportunidades e ultrapassando as ameaças (Teixeira 1998).

Existe uma ligação estreita entre a estratégia e a comunicação que é transmitida pela organização. A realização da estratégia inclui gerir a comunicação externa da organização, uma função que é fundamental, porque: a) A comunicação pública pode ser um dos elementos centrais da estratégia da organização; b) Uma organização pode usar a comunicação externa para responder a uma oportunidade específica ou a uma ameaça; c) A comunicação externa fornece um rosto e uma voz à organização. A organização expressa a sua estratégia através dos seus produtos, dos seus bens materiais e dos seus colaboradores (Fisher 2003).

Todo o potencial da comunicação organizacional só se revela quando efetivamente a utilizamos de forma estratégica e não apenas instrumental (Oliveira 2005). A comunicação deve ser encarada como instrumento de inteligência empresarial.

A comunicação deixou de ser um meio para ser utilizada como uma ferramenta estratégica de resultados das organizações (Matos 2004). A

comunicação eficaz é um fator fundamental para determinar a eficiência do funcionamento da organização como um todo (Fisher 2003). Assim, espera-se que a comunicação cumpra o seu papel social: o de envolver o emissor e o recetor num diálogo aberto, em que a estratégia de gestão da empresa seja construída com base em princípios éticos e sociais (Cardoso 2006).

A comunicação sem uma gestão estratégica dificilmente conseguirá legitimar-se no novo cenário competitivo, correndo o risco de se tornar irrelevante e contribuir pouco ou nada para a estratégia global da organização. Desta forma, a comunicação deixa de ser responsabilidade de um só departamento e torna-se função de toda a organização, incorporando a gestão estratégica da instituição.

1.1.3. Relações Públicas

A função de planear e gerir a comunicação de uma organização cabe ao profissional de Relações Públicas. Grunig define as Relações Públicas como a gestão da comunicação entre a organização e os seus públicos, relacionando-as com a gestão da comunicação e considerando-as como mais do que uma técnica de comunicação, pois incluem todo o planeamento, execução e avaliação da comunicação de uma organização, com ambos os públicos, interno e externo, que afetam no modo como a organização atinge os seus objetivos (Ramos 1997).

As relações públicas podem ainda entender-se como

Um conjunto de técnicas de comunicação planificada, porque as acções de relações públicas são, na sua essência, acções de comunicação articuladas e organizadas, que obedecem a planos, traçados com objetivos determinados e em função dos orçamentos disponíveis. As relações públicas, normalmente, implicam uma comunicação bidireccional, que comporte o feedback, pois agem como o fiel da balança entre as organizações e os seus públicos, implicando mudanças num e noutra dos pólos da relação (Sousa 2003:7).

E, segundo o mesmo autor, esta técnica de comunicação persuasiva visa contribuir para: a criação e gestão de imagens positivas de pessoas, organizações, bens e serviços; a mudança de comportamentos, atitudes e cognições de pessoas e organizações; a resolução de problemas pontuais e de crises; a facilitação de tarefas; a integração social, cultural e profissional; a fluidez de circulação de ideias e informações; a análise de tendências e a previsão de consequências;...

É através das distintas técnicas de Relações Públicas que a organização comunica com os seus públicos, que transmite a informação que considera relevante e que a diferencia das outras, contribuindo para a criação da imagem da própria organização.

As Relações Públicas administram estrategicamente a comunicação das organizações com os seus públicos, atuando de forma concertada com todas as outras modalidades comunicativas da organização. Desta forma, no que toca à comunicação organizacional externa, as Relações Públicas são responsáveis pela construção da credibilidade e pela fixação de um posicionamento institucional coerente e duradouro da organização. Para concretizar estas vertentes da organização, é necessário planear a comunicação, abrir canais de diálogo com os públicos da empresa e ouvi-los. É isto que as Relações Públicas fornecem à comunicação organizacional: identificam os públicos, as suas opiniões e necessidades e elaboram estratégias de comunicação de acordo com essas pretensões e a envolvente da própria organização; supervisionam e coordenam programas de comunicação com os seus públicos; preveem e gerem situações de crise e conflito que afetem a organização (Kunsch 2003).

Uma das atividades das Relações Públicas é o contacto com os públicos das organizações, quer sejam clientes, investidores, governo ou mesmo os próprios colaboradores. Desta forma, o profissional de Relações Públicas deve selecionar o meio mais eficaz para esse contacto, sendo preferencial um meio que chegue ao maior número possível de pessoas, mas cuja mensagem não se perca no meio das mensagens das outras organizações. Este meio é, cada vez mais, a Internet, já que as suas ferramentas e técnicas constituem a melhor forma de comunicar diretamente com o mercado.

1.1.4. Relações Públicas e Internet

As novas tecnologias causam transformações na sociedade, provocando mudanças de hábitos e de comportamento, e é neste contexto que surge a Internet como ferramenta de comunicação.

Ao longo dos tempos, a Internet transformou-se numa rede das redes, num sistema mundial público de redes de computadores a que qualquer pessoa se pode conectar, transferindo informações entre computadores.

A globalização gerou a necessidade das empresas atingirem vários públicos em lugares diferentes. Como os meios tradicionais deixaram de responder às necessidades de informação com agilidade, a Internet veio colmatar isso e consolidou-se como veículo imediato e instantâneo. Construiu-se assim, a rede como instrumento de comunicação e de relacionamento das organizações com seus públicos (Terra 2008).

Com a introdução das novas tecnologias na sociedade, constitui-se um novo campo sociocultural e, conseqüentemente, comunicacional. As ferramentas de comunicações mediadas por computador e os *softwares* sociais vieram (re)configurar as práticas e relações sociais. A rede é composta por várias comunidades virtuais, algumas são unicamente virtuais, outras têm base no mundo *offline* e outras que começam no mundo *online* e passam para o tradicional (Amaral 2007).

A Internet transformou-se num importante meio de comunicação, possibilitando a difusão massiva e instantânea de informação. De todos os meios de comunicação, a Internet foi o que foi aceite mais rapidamente pela sociedade, tendo bastado apenas sete anos, em oposição aos 400 anos da imprensa, aos 70 do telefone, aos 20 da rádio e aos 25 da televisão (Maria 2003), o que só por si demonstra a potência deste meio.

A rede, integrada no ambiente organizacional, permitiu a agilização na tomada de decisões, a otimização de processos e atividades, além de possibilitar novos negócios. Atualmente, a Internet funciona como uma montra virtual de exposição institucional, sendo quase impossível não encontrar as grandes empresas na rede. A competitividade e a necessidade de exposição e relacionamento com os públicos leva as organizações a criarem os seus próprios *sites* institucionais (Terra 2005).

Os sites organizacionais são autênticos *showrooms* das empresas, que disponibilizam informações institucionais, informações sobre os produtos e serviços, contactos, etc. Deste modo, as informações sobre a empresa estão disponíveis e a todos os que tenham acesso à Internet (Maria 2003).

A Internet possibilita assim que indivíduos, grupos, empresas, escolas, universidades, organizações, etc., se comuniquem através de uma rede à escala mundial, relativamente barata e acessível a muitas pessoas por meio de computadores (Terra 2005).

A utilização da Internet pelas empresas acarreta muitas vantagens, nomeadamente: reduz os custos de comunicação; permite estar contactável durante todo o dia; as trocas e pedidos de informações são maiores e mais rápidos; a promoção de produtos é feita sem gastos com a impressão de catálogos, envelopes, selos; possibilita o e-commerce através da rede (Moreira 2002).

Ter um *site* tornou-se numa condição indispensável para uma empresa, porém algumas ainda não dão a devida atenção ao conteúdo, pecando pela falta de objetividade e de informações sobre a história da organização, sobre os seus produtos e serviços (Moreira 2002). A utilização dos e-mails nas organizações tem também aumentado nos últimos anos, deixando de ser uma ferramenta opcional para se tornar obrigatória para as atividades empresariais (Maria 2003).

De uma forma geral, os instrumentos utilizados pelas empresas são de sentido comunicacional único, com as empresas a elaborar as mensagens, transmitindo-as depois para os seus públicos, que, na maioria das vezes, eram recetores passivos dessas mesmas mensagens. Tradicionalmente, a apresentação das empresas perante a sociedade e os mercados era efetuada através de meios controlados por elas próprias e que requeriam do público algum esforço para chegar até eles: eventos, publicações institucionais. Além disso, a empresa procurava alguma visibilidade pública através da negociação com a

comunicação social para a realização de entrevistas, publicação de *press-releases*, etc. (Poupinha e Espanha 2005).

Com a Internet, a empresa ganha mais possibilidades de interação, o que proporciona uma relação direta da organização com os públicos, ultrapassando assim o fluxo unidirecional da comunicação organizacional tradicional. O recetor passa a ter também um papel relevante, pois as suas próprias ações definem o processo comunicacional (Terra 2008).

O crescimento comercial na Internet resulta no aparecimento de novas comunidades virtuais, o que faz com que a rede seja um meio importante para a comunicação e divulgação de produtos e serviços e não só mais uma opção (Maria 2003).

Contudo, criar uma relação com os públicos não é suficiente se não for criada também uma estratégia comunicacional que utilize a linguagem correta e o canal mais adequado. É necessária uma comunicação dirigida eficiente. A linguagem e as características da Internet fazem com que haja uma especialização por parte do profissional de Relações Públicas. Este precisa conhecer as especificidades do meio adaptando-as às características do público-alvo que se quer atingir (Terra 2008).

Por natureza, as Relações Públicas encontravam-se no oposto da Internet, com as primeiras a privilegiar o contacto pessoal e sendo a Internet baseada no contacto à distância. No entanto, as Relações Públicas encontraram na rede um novo meio de comunicação para divulgar conteúdos, promover eventos, receber utilizadores e comunicar com novos públicos (Elias 2007), e verificamos que as Relações Públicas têm vindo a adaptar as suas ferramentas de trabalho a este novo meio de comunicação (Maria 2003).

A Internet é um meio de comunicação mais barato e acessível às organizações, com a vantagem de que as barreiras geográficas se esbatem cada vez mais, tornando-se praticamente inexistentes. Desta forma, as Relações Públicas têm condições para a utilizarem para uma comunicação mais simétrica e bidirecional, pois a Internet permite uma personalização e uma interatividade maiores que os outros meios de comunicação (Terra 2008).

Conforme visto anteriormente, as empresas comunicam com os seus clientes através de diversos meios de comunicação. Contudo, tradicionalmente, estes meios de comunicação utilizam um modelo de comunicação *one-to-many*, em que, através de estratégias de marketing, a organização chega a muitos clientes, sem qualquer preocupação de segmentação desses mesmos clientes, e deixando-lhes pouca margem de *feedback*. Assim, o modelo de comunicação *one-to-many* baseia-se na transmissão de conteúdos através de um meio de comunicação. Neste modelo não existe interação entre o emissor e o recetor (Hoffman e Novak 1995).

A Internet veio revolucionar a forma como as empresas podem comunicar com os seus clientes, passando de um modelo de comunicação *one-to-many* para

o modelo *one-to-one*. Este modelo consiste na transmissão de uma mensagem entre um emissor e um recetor, através de um meio de comunicação, existindo feedback entre as duas partes (Hoffman e Novak 1995). Deste forma, os conteúdos e as mensagens seguintes são influenciados pelos transmitidos anteriormente (Meirinhos 2002).

As atividades de Relações Públicas podem beneficiar das próprias características da Internet, nomeadamente, o facto de esta ser um meio de comunicação de massa, de ser uma ferramenta de contacto com outros meios de comunicação, da eliminação das barreiras geográficas, da facilidade de procura de informação e divulgação de informações em situação de crise e de estar disponível 24 horas por dia (Maria 2003).

Contudo, a Internet pode trazer também um lado negro para as empresas, nomeadamente no que respeita à introdução de informação errada em sites, blogs, entre outros (Elias 2007). Assim, ao mesmo tempo que o mundo ganha velocidade e se esbatem as fronteiras, aumenta também o risco de danos provocados por comunicações mal feitas ou informações erradas. Deste modo, e ainda que as empresas possam conversar/interagir com os seus públicos em vários locais e ao mesmo tempo através da Internet, as organizações têm que estar preparadas adequadamente para este meio de comunicação (Moreira 2002)

As pessoas utilizam a Internet para pesquisar novos produtos e vêem-na como uma peça chave na tomada de decisões. As Relações Públicas tornam-se assim importantes como mediadoras para ajudar na tomada de decisões (Schmidt 2007).

O segredo das Relações Públicas na era da Internet é o de manter relações com o público, de apostar num contacto mais próximo iniciado, gerido e mantido *online*, mas que pode transpor a fronteira do ecrã para um evento ou um acontecimento. (Elias 2007).

As Relações Públicas devem apostar na simbiose das Relações Públicas do mundo digital com as suas atividades no mundo real, porque a diferença, em termos comunicacionais, é cada vez mais difícil de verificar. Ora se está no mundo real a utilizar meios de comunicação, ora se está no mundo da Internet a contactar pessoas reais.

Com a Internet, o Relações Públicas ganha novas possibilidades: iniciativas anunciadas nos sites, disponibilização de informação em blogs de texto ou vídeo, repensar o marketing e a pesquisa, numa perspetiva concomitante com a do mundo digital.

A Internet contribui para o relacionamento da empresa com os seus públicos internos e externos, para as vendas através do comércio eletrónico, para o atendimento ao cliente, para os contactos com a imprensa, para a divulgação institucional (Terra 2008). No entanto, da mesma forma que a empresa usufrui da Internet para informações sobre os seus produtos, ela precisa estar preparada para obter o *feedback* do cliente, que indica pontos de melhoria, opiniões e

sugestões de novos produtos e serviços (Moreira 2002). Atualmente, pode-se contactar diretamente a audiência, acompanhar o seu crescimento, a variação de gostos, o surgimento de novas tendências e sugerir novidades, que muitas vezes, são indicadas por elementos da própria audiência (Elias 2007).

As características da Internet quanto à velocidade de ação são instantâneas, o que facilita o processo de feedback para o profissional de Relações Públicas, que poderá responder de imediato a situações de crise e estar ligado minuto a minuto ao que está a acontecer (Schmidt 2007).

A questão das relações, as mediações, é a vantagem das Relações Públicas na era da Internet: criar milhares de relações de um-para-um através da tecnologia. Deste modo, o principal objetivo das Relações Públicas permanece: conhecer e investigar públicos, segmentá-los de acordo com os dados de pesquisa e, assim, planear, executar e avaliar a comunicação da organização (Elias 2007).

A Internet fez com que as Relações Públicas passassem a ser novamente públicas, depois de vários anos focadas quase exclusivamente nos meios de comunicação social. Os blogues, os *press releases online*, etc., possibilitam a comunicação direta entre as organizações e os compradores (Scott 2008).

Durante muito tempo, a capacidade de criar e distribuir conteúdos para uma audiência estava limitada aos meios de comunicação, pois eram eles que possuíam as infraestruturas necessárias. Contudo, com o aparecimento da tecnologia digital e o desenvolvimento e crescimento da Internet, tornou-se mais fácil para as pessoas criarem os seus próprios conteúdos, quer através de texto, imagens, sons ou vídeos. Os blogues são uma das ferramentas que possibilitam essa criação sem serem necessárias grandes infraestruturas, nem conhecimentos informáticos.

1.1.5. Blogues

Os primeiros *weblogues* ou blogues foram criados no final dos anos 90, tendo o seu número aumentado a partir de 2000 (Gaspar 2005). Os blogues surgiram como uma forma simples de criar conteúdos dinâmicos num site (Recuero 2003).

No início, os blogues eram filtros de conteúdos na Internet, que consistiam em hiperligações e dicas sobre sites pouco conhecidos e em veículos de comentários sobre vários assuntos. Desde a sua génese, as funções dos blogues passam por expressar sentimentos e opiniões dos seus autores pela Internet e por dar dicas relativas à própria Internet (Carvalho *et al.* 2006).

O blogue é uma página da Internet de atualização frequente, que pode conter vários conteúdos (texto, imagem, vídeo e áudio), apresentados de forma cronológica inversa – dos mais recentes para os mais antigos (Gaspar 2005).

Têm o formato de uma publicação *online*, caracterizando-se pela facilidade e simplicidade em dispor os mais diferentes conteúdos, que podem ser acedidos

e compartilhados por um número infinito de pessoas. Não têm fins lucrativos, editores ou prazos (Scroferneker 2007).

Para criar e manter um blogue não é necessário ter muitos conhecimentos de programação. Existem *online* várias ferramentas que possibilitam a criação de blogues de forma instantânea e fácil (Gaspar 2005).

Podendo ser coletivos ou individuais, os blogues atraem constantemente novos visitantes e conseguem até, por vezes, reunir um grupo de leitores habituais.

Os blogues assentam na ideia de diário pessoal, mas podem assumir diversas variantes. Existem duas grandes categorias de blogues que se definem pelas características dos *posts*:

- Diários eletrônicos: blogues que contêm pensamentos, factos e situações da vida pessoal de cada indivíduo, como diários. O objetivo deste género não é o de transmitir notícias ou informação, mas ser um canal de expressão do próprio autor;
- Publicações eletrónicas: blogues que se destinam, principalmente, à informação. Este tipo de blogues fornece notícias, dicas, comentários sobre um determinado assunto (Recuero 2003).

Poderá existir uma terceira categoria de blogues, que junta as duas anteriores e em que se misturam *posts* pessoais e *posts* informativos.

Os blogues atuam como versões mais dinâmicas dos sites pessoais, dividindo as mesmas críticas: experiências amadoras, muitas vezes narcisistas e exibicionistas.

Quando se cria um blogue, uma dúvida muito frequente é quanto ao seu formato, já que a sua estrutura é diferente da de um site: o conteúdo do dia fica disponível na primeira página; é possível comentar sem depender de um moderador para publicar o comentário; os arquivos são armazenados, o que nem sempre acontece num site, onde a informação publicada é em seguida descartada porque já está desatualizada (*idem*).

As principais diferenças entre um blogue e um site tradicional são:

Blogue	Site
Muito fácil de editar	Editado por um especialista (<i>webmaster</i>)
Atualiza-se com muita frequência	Os conteúdos tendem a ser permanentes
Custo zero	Tem um custo de manutenção
Estrutura por ordem cronológica	Estrutura-se em áreas visuais
Permite comentários	A participação é limitada
Privilegia o conteúdo	Privilegia o aspeto visual
Surpreende a cada dia	Permanece relativamente estável

Tabela 1 – Diferenças entre blogues e sites (Adaptado de Tercero 2008).

A característica que permitiu o crescimento dos blogues foi a facilidade em criá-los e publicar conteúdos. Outra chave do sucesso dos blogues é a sua atualização constante: o visitante encontra sempre algo de novo na sua visita (Tercero 2008).

1.1.5.1 - Blogues Corporativos

Atualmente, a grande tendência da sociedade é tornar-se na sociedade da conversação, o que supera o estado técnico da sociedade da informação. São muitas as possibilidades que se abrem para as empresas, tendo estas, no entanto, que mudar a sua mentalidade para aproveitar essas oportunidades, tornando-se mais abertas, transparentes e colaboradoras até se tornarem em “empresas que conversam”. A chave do mercado são as pessoas, uma a uma com a sua própria voz. E a Internet, nomeadamente através da passagem da Web 1.0 para a Web 2.0, é o novo campo de jogo de todos os negócios e não apenas dos *online*. A Internet é o novo *placement* onde se mantêm as conversas (Tercero 2008).

A Internet modificou de forma radical a natureza das comunicações, o que acarretou consequências importantes para a forma como as organizações partilham e distribuem a informação aos seus públicos. A natureza aberta e interligada da Internet está a substituir a transmissão linear da informação por uma transmissão em rede.

Hoje em dia, as pessoas têm acesso a tanta informação, que as probabilidades de uma empresa passar a mensagem que pretende pelo meio de tanta informação são cada vez mais baixas. Contudo, se a organização souber o que o seu público pretende e o envolver num diálogo será capaz de o persuadir a ouvir a sua mensagem (Payne 2007). É aqui que os blogues podem contribuir como um meio que aproxima a empresa e os seus *stakeholders*, colocando-os no mesmo nível de comunicação.

As pessoas criam blogues para partilhar conhecimentos, expressar ideias, veicular informações. Atualmente, os blogues deixaram de ser só páginas pessoais para se tornarem também em páginas empresariais. Os blogues corporativos são um dos mais novos meios de comunicação empresarial (Gonçalves 2007).

Os blogues podem tornar-se numa excelente ferramenta para manter o fluxo de informações sobre a organização, o que se tornaria num processo lento e difuso nos meios tradicionais (Horton 2002).

De acordo com Wackä,

Um blogue corporativo é um blogue publicado por ou com a ajuda de uma organização que queira atingir seus objetivos e metas. Em relação à comunicação externa os potenciais benefícios incluem o fortalecimento do relacionamento com importantes públicos-alvo. Quanto à comunicação interna, os blogues são geralmente ferramentas para a colaboração e a gestão do conhecimento (Wackä 2006:3).

Segundo o mesmo autor as principais razões para uma empresa iniciar um blogue são: tornar a empresa perita na sua área de negócio; relação com os clientes e potenciais clientes; relação com os meios de comunicação social; colaboração ou cooperação interna; gestão do conhecimento; recrutamento; testar ideias ou produtos; posicionar a empresa no topo dos motores de busca da Internet.

O objetivo mais fácil de atingir com a criação de um blogue, é o propósito da empresa de partilhar informação sobre si própria, os seus produtos e serviços. Além disso, um blogue coloca a empresa num lugar muito favorável nos motores de busca, mas, essencialmente, um blogue é uma boa ferramenta para ultrapassar as formas tradicionais de atuação de uma empresa relativamente à maneira como interage com os seus públicos-alvo (Maltoni 2008).

Conforme Tercero (2008), os blogues corporativos cumprem os seguintes objetivos: comunicação e estabelecimento de relações com clientes, meios de comunicação, etc.; posicionamento da organização ou de colaboradores como especialistas na sua área de atividade; recrutamento de recursos humanos; realização de provas de produtos e de conceitos; canal de vendas indiretas; ferramenta de colaboração; processo de reflexão corporativa; difusão da cultura corporativa e alinhamento estratégico.

Os blogues de organizações visam, assim, dois grandes propósitos: aproximar a empresa ao cliente, funcionando como ferramenta de marketing e de relacionamento, e criar uma rede de conhecimentos entre funcionários. No primeiro caso, está-se perante um blogue externo, em que os funcionários podem abordar a sua rotina de trabalho, ainda que não possam revelar dados confidenciais. No segundo caso, é um blogue restrito à organização, que tem como objetivo disponibilizar informações sobre projetos, relatórios, etc. (Carvalho *et al.* 2006).

De entre blogues externos e internos, existem seis tipos principais de blogues organizacionais, com características idênticas, mas cujos conteúdos diferem de acordo com os seus objetivos (Silva 2005):

- | | |
|----------------------|------------------------------|
| - Blogues Externos | - Blogues Internos |
| - De vendas; | - De conhecimento; |
| - De relacionamento; | - De colaboração; |
| - Institucionais. | - De cultura organizacional. |

Nos blogues de vendas, o público-alvo são clientes e potenciais clientes e visam dar a conhecer os produtos ou serviços da empresa. Já nos blogues de relacionamento, o público-alvo é mais específico (por exemplo: consumidores de um determinado produto ou os meios de comunicação social, etc.). Com este tipo de blogues, a empresa pretende criar e estreitar relações com esses públicos-alvo. No que toca aos blogues institucionais, estes são dirigidos a todos os que

contactem ou pretendam contactar com a empresa. O objetivo dos blogues institucionais é fortalecer a marca da organização.

No que respeita aos blogues internos, o escopo essencial dos blogues de conhecimento é partilhar conhecimentos relacionados com projetos que a empresa está a desenvolver para suscitar a troca de ideias entre os colaboradores. Os blogues de colaboração têm como destinatários apenas a equipa de um determinado projeto, para permitir a disponibilização de um espaço de partilha de ideias, conhecimentos, colaborações e a discussão. Os de cultura organizacional visam reforçar a cultura organizacional da empresa através de conteúdos informais (*idem*).

Segundo Gonçalves (2007), os blogues corporativos podem atuar nas seguintes áreas:

- Marketing: Comunicação de Marketing; Relações Públicas e Comunicação Interna e Gestão do Relação com o Cliente.
- Suporte Técnico: Suporte ao Cliente.
- Processos Operacionais: Gestão do Conhecimento e Gestão de Projetos.

De acordo com Cipriani (*cit in*. Gonçalves), os blogues corporativos são um canal de comunicação rápido e que proporcionam um poder comunicacional bidirecional instantâneo. Segundo o autor, os blogues corporativos devem ter as seguintes características: possuem leitura agradável e cronológica; são fáceis de fazer e manter; custam pouco; possuem uma navegação intuitiva e simples; permitem espaço para comentários; disponibilizam a troca de hiperligações; são personalizados; fazem parte de um nicho e são especialistas; demonstram o conhecimento da empresa; possibilitam a criação de uma comunidade (2007).

Quando uma empresa introduz um blogue no conjunto dos meios que utiliza para comunicar com os seus públicos, o seu modelo de comunicação enriquece-se e torna-se bidirecional, o que é muito importante para a realidade atual, uma vez que os consumidores são cada vez mais ativos e procuram uma relação mais próxima com as organizações. Os blogues proporcionam uma relação estreita com os clientes das empresas e uma capacidade de resposta imediata face aos problemas que possam aparecer. Além disso, nos blogues escreve-se com um tom mais pessoal e informal, diferente do tom habitual que se usa nas comunicações empresariais (Tercero 2008).

Com os blogues, as organizações criam um canal de comunicação direta com os seus públicos, contornando o filtro dos meios de comunicação social (Scott 2008), apesar de existir a possibilidade de filtrar a visibilidade dos *posts*, uma vez que é possível optar por apenas colocar visível no blogue qualquer mensagem só depois de aprovada, ou seja, o administrador do blogue tem a possibilidade de ser o filtro do blogue.

De acordo com Huyse (2007), os principais riscos que se correm ao disponibilizar um blogue corporativo são:

- Comentários negativos: as organizações são muito sensíveis a comentários negativos e, por vezes, não conseguem lidar convenientemente com eles. No entanto, um blogue que apresente quer comentários positivos como negativos é mais credível;
- Negligenciar o blogue: a empresa não deve criar um blogue e depois não o atualizar;
- Não compreender a cultura blogosférica: as organizações devem primeiro conhecer a cultura da blogosfera antes de criar um blogue, pois se forem contra ela, as repercussões serão prejudiciais;
- Falta de preparação dos colaboradores: estes devem conhecer bem a cultura da empresa para a poderem divulgar corretamente no blogue.

Segundo Silva (2005), os blogues corporativos podem ocupar um papel muito importante nas empresas e que não podem ser encarados como uma rutura com a estratégia de comunicação organizacional das empresas, devem sim ser tidos como uma possibilidade de melhorar essa estratégia.

De acordo com o mesmo autor, o principal papel dos blogues corporativos passa por suprir as falhas dos meios de comunicação organizacional tradicionais e complementar os meios digitais já existentes nas organizações.

A grande diferença entre os blogues e os meios de comunicação organizacional é a possibilidade de comentar, ou seja, quando um blogue permite comentários, as empresas obtêm de imediato feedback, quer de clientes, de colaboradores internos, à informação veiculada (*idem*). Os blogues corporativos constituem um poder de comunicação bidirecional instantâneo (Gonçalves 2007).

Os blogues acarretam também mudanças no relacionamento entre as empresas e os seus clientes, já que a comunicação torna-se menos impessoal e mais humana, especialmente no que se refere à promoção de produtos; à promoção da marca e no fortalecimento das relações com os seus clientes, potenciais cliente e outros *stakeholders* (Silva 2005).

Desta forma, as empresas têm que estar prontas para a natureza dos blogues serem um meio de comunicação disponível a um grande número de pessoas, que os utilizam para criticar e deixar os seus comentários. As organizações têm que saber lidar com essas críticas e tirar proveito delas

Como se trata de um espaço aberto e disponível a todos que acedem à Internet, há que ter cuidado com a informação que é divulgada, pois torna-se também numa fonte de informação para os concorrentes.

Disponibilizar um blogue é ser transparente e aceitar o diálogo com o cliente. Com a Internet e a globalização, o público acompanha tudo o que as empresas fazem. Os blogues desafiam as formas tradicionais de controlo da comunicação das empresas. É um novo campo em que todos podem recomendar ou criticar o produto ou serviço de uma empresa (Gonçalves 2007). Deste modo, as organizações devem entrar no jogo e criar um blogue para que consigam ter

alguma capacidade de controlo sobre as informações sobre elas que circulam pela blogosfera.

Na opinião de Silva (2005), os blogues não vão provocar uma revolução na comunicação organizacional, mas vão, provavelmente, contribuir para melhorar a sua eficácia, através do fácil acesso à informação e ao conhecimento da organização.

A utilização do blogue pelas empresas tornou-se numa vantagem competitiva num mercado em que a concorrência investe em tecnologia para alcançar a inovação. Com os blogues, a interação é mais próxima da realidade da empresa, o que é uma vantagem competitiva que garante uma boa imagem da empresa (Gonçalves 2007).

1.1.5.2. Fundamentação teórica do modelo de análise dos blogues corporativos

Para a realização do nosso trabalho de investigação, utilizámos o modelo de análise de Lockwood e Dennis (2008) cuja construção se baseou na teoria funcionalista dos meios de comunicação de massa e nos conceitos de Adler.

A teoria funcionalista dos meios de comunicação de massa constitui uma abordagem global a esses mesmos meios, centrando-se, essencialmente, nas funções exercidas pela comunicação de massa na sociedade, ou seja, esta teoria centra-se nas consequências da ação dos meios de comunicação de massa sobre a sociedade (Wolf 1999).

Esta teoria advoga que as mensagens dos meios de comunicação só influenciam um indivíduo, quando este utiliza essa mesma mensagem no contexto sociopsicológico em que vive. Assim, entende-se o efeito da comunicação de massas como o resultado da satisfação de necessidades do recetor. Os meios de comunicação de massa serão eficazes se o recetor lhes atribuir tal importância e eficácia, baseando-se na satisfação das suas necessidades (Freixo 2006).

De acordo com Adler, existem três formas de estruturas organizacionais, cada uma com o seu respetivo mecanismo de gestão, e que determina o funcionamento das organizações:

- De hierarquia, que se baseia num mecanismo autoritário de gestão. A autoridade é aqui utilizada para criar e coordenar a divisão do trabalho.
- De mercado, que assenta no preço como mecanismo de gestão, baseando-se no equilíbrio entre a oferta e a procura;
- De comunidade, que é gerida com base na confiança (2001).

2. Âmbito da investigação e definição da metodologia

2.1. A blogosfera como objeto de estudo

Os blogues corporativos são um dos mais recentes meios de comunicação empresarial, uma vez que são fáceis de criar e manter, bem como permitem um

contacto quase direto e instantâneo com os clientes e demais públicos que interessam a qualquer organização. Deste modo, e como ainda é uma realidade recente, encontramos pertinente estudar os blogues como meio de comunicação organizacional.

2.2. Objetivos e Questões de Investigação

Com este trabalho de pesquisa pretendemos perceber o papel dos blogues corporativos como meio de comunicação organizacional, daí constituir-se como objeto de estudo os blogues corporativos, nomeadamente, os blogues de empresas portuguesas.

Para concretizarmos o estudo, definimos dois objetivos específicos:

- a) Analisar a utilização dos blogues corporativos como meio de comunicação organizacional;
- b) Analisar as distintas dimensões dos blogues corporativos como um meio de comunicação organizacional.

Para cada um dos objetivos, definimos questões de investigação. Para o primeiro objetivo: qual a função dos blogues corporativos na comunicação organizacional das empresas? Enquanto para o segundo: que conteúdos disponibilizam os blogues? Que informações disponibilizam sobre as empresas? A quem se dirigem os blogues corporativos? Os blogues permitem comentários?

2.3. Definição da amostra

Depois de definidos os objetos e objetivos da pesquisa, definimos o campo de análise. Para tal, foram feitas várias pesquisas na Internet para averiguar o universo total de blogues corporativos portugueses, de forma a saber se seriam analisados todos os blogues ou se se procederia a uma técnica de amostragem.

Recorremos ao motor de busca Google, tendo sido utilizados os termos blogues, blogues corporativos, blogues empresariais, blogues empresas. Após várias pesquisas com resultados pouco significativos, procedemos à pesquisa de bases de dados de blogues, tendo sido encontrado o site Blog.com.pt, Comunidade de *bloggers* portugueses, que é uma base de dados para a pesquisa e catalogação de blogues portugueses (<http://blog.com.pt/>).

Esta base de dados está dividida pelas seguintes categorias: Ambiente, Animais de estimação, Arte e Entretenimento – Cinema e TV, Arte e Entretenimento – Fotografia, Arte e Entretenimento – Literatura, Arte e Entretenimento – Música, Arte e Entretenimento – Outros, Ciência, Computadores e Internet, Cultura, Desporto – Futebol, Desporto – Motorizados, Desporto – Outros, Direito e Justiça, Ensino e Educação, *Totobolas* e *Mobilas*, Humor, Infantil e *Babyblogs*, Jornalismo, Negócios, Pessoal – Diário, Pessoal – Família, Pessoal – Outros, Pessoal – Relações, Política, Publicidade, Religião, Sociedade, Tecnologia, Categoria? Sou contra isso!, Não sei onde pôr o raio do Blogue, Outros.

Foram analisadas todas as categorias, exceto as referentes a blogues pessoais, pois não se encaixam no âmbito da nossa investigação.

No total de todas as pesquisas efetuadas, chegámos ao número de 49 blogues de empresas portuguesas. Contudo, e como nem todos os blogues estavam atualizados, optámos por analisar os blogues cujas últimas entradas datavam desde Janeiro de 2009. Deste modo, o campo de análise constitui-se por 34 blogues devidamente atualizados.

2.4. Desenho Metodológico Quantitativo

Para efetuarmos a análise, pesquisámos modelos de análise de blogues corporativos, tendo adoptado a proposta de Lockwood e Dennis (2008) que, a partir de vários estudos a blogues corporativos, elaboraram um modelo de análise que contém duas dimensões:

- Finalidade – que se refere aos motivos pelos quais uma organização cria e mantém um blogue. Esta dimensão divide-se em três subdimensões: público-alvo do blogue, função e foco do conteúdo do blogue;
- Funcionamento – descreve a administração do blogue e divide-se pela estrutura administrativa, acessibilidade e direcionalidade.

Segundo os autores, os blogues corporativos têm sido analisados extensivamente na literatura prática, no entanto, ainda há muito para aprender sobre este fenómeno, sendo necessário definir um modelo que permita a classificação e a comparação de blogues organizacionais.

2.4.1. Modelo de Análise

Apresentamos de seguida o modelo de análise de Lockwood e Dennis (2008), que pode ser utilizada para descrever e classificar blogues organizacionais e que contém duas dimensões: Finalidade e Funcionamento.

Purpose				Operation		
Target Audience		Function	Content Focus	Management Structure	Accessibility	Directionality
Customers	Suppliers	Information	Individual	Hierarchy	Public	Bidirectional
Investors	Communities	Correlation	Event	Market	Private	Unidirectional
Employees	Governments	Continuity	Product	Community	Membership	
Trade Associations	Political Groups	Entertainment Mobilization	Organization Market			

Figura 2 – Modelo de análise de Lockwood e Dennis (2008:3).

A dimensão **Finalidade** subdivide-se em:

i) Público-alvo: as organizações utilizam os blogues para comunicar com grupos de *stakeholders* que constituem a audiência dos blogues. Os *stakeholders* são todas as pessoas que possuem interesse legítimo na empresa. No entanto, nem todos os grupos de *stakeholders* recebem a mesma atenção nos blogues, com

determinados grupos a terem mais prioridade que outros nos blogs organizacionais.

ii) Função: relaciona-se com a atividade do blogue e do seu autor. Nesta subdimensão, Lockwood e Dennis baseiam-se na teoria funcionalista dos meios de comunicação de massa, que preconiza que esses meios de comunicação suprem as necessidades da sociedade através de cinco principais funções:

- **Informação:** fornecer informações sobre eventos e situações.
- **Correlação:** interpretação e explicação das informações apresentadas pela comunicação social. Esta função fornece pensamentos e opiniões que refletem os pontos de vista dos indivíduos da organização. Esses pontos de vista podem relacionar-se com qualquer assunto da organização, como os seus produtos, ou a hobbies e interesses pessoais dos autores do blogue. Esta pode ser utilizada para moldar a perspetiva dos *stakeholders* ou para desenvolver uma imagem positiva da marca.
- **Continuidade:** transmissão de crenças, valores e normas presentes na cultura dominante da organização.
- **Entretenimento:** proporcionar divertimento e relaxamento para a audiência.
- **Mobilização:** promoção de objetivos sociais. Esta função consiste no ativismo e reunião de esforços para causas sociais.

iii) Foco do conteúdo: relaciona-se com conteúdo do blogue. Esta característica é diferente da subdimensão “função”, já que a função de um blogue não indica necessariamente o seu conteúdo e este pode ter múltiplas funções. Existem cinco principais categorias de foco de conteúdo:

- **Foco no Indivíduo:** refere-se aos funcionários da empresa. Este tipo de conteúdo geralmente inclui histórias sobre a vida pessoal ou profissional da pessoa;
- **Foco no Produto:** relaciona-se com os produtos e serviços da organização;
- **Foco na Organização:** refere-se à organização em si, tais como as suas políticas, objetivos estratégicos, relações públicas, etc.;
- **Foco no Mercado:** reporta-se à indústria ou atividade em que a organização se insere e podem incluir concorrentes, crescimento de mercado, produtos ou atividades relacionadas, etc.;
- **Foco em eventos:** refere-se a eventos específicos que envolvem ou afetam a organização, como mudança de liderança, situações de crise, eventos de comunidade, campanhas, etc.

A segunda dimensão - **Funcionamento** - subdivide-se em:

i) Estrutura de gestão: Lockwood e Dennis baseiam-se nos conceitos de Adler, que descreve três formas estruturais de gestão numa organização: hierarquia, mercado e comunidade.

- **Estrutura de gestão de hierarquia:** caracteriza-se pelo grande controlo e autoridade sobre a função e o conteúdo de um blogue. O papel de contribuir ou manter o blogue é atribuído a alguns funcionários específicos. Os blogues que se incluem neste tipo de estrutura de gestão apresentam mensagens oficiais, sancionadas e dirigidas pela gerência da organização.

- **Estrutura de gestão de mercado:** permite que todos os funcionários contribuam para o blogue e o conteúdo é menos regulado, havendo, na maioria das vezes, pouca ou nenhuma restrição nos tópicos abordados no blogue. Os autores podem escrever sobre as suas vidas, interesses, trabalho, etc. Os blogues com este tipo de estrutura de gestão não representam mensagens oficiais de uma organização, no entanto, contêm informações muito mais diversificadas do que as encontradas na estrutura hierárquica.

- **Estrutura de gestão de comunidade:** são menos reguladas que as hierárquicas, mas são mais focadas que as estruturas de mercado. Os funcionários com trabalhos, habilidades ou interesses similares podem criar um blogue dedicado a tópicos específicos. Este tipo de estrutura é normalmente regulado pelos membros da comunidade e geralmente não requer intervenção da gerência.

ii) Acessibilidade: refere-se a quem tem acesso para o blogue. A maioria dos blogues é acessível a todos, o que significa que qualquer um na Internet os pode ler. No entanto, os objetivos da organização podem exigir a necessidade de restringir o acesso ao blogue.

iii) Direcionalidade: relaciona-se com a possibilidade de deixar feedback ou comentários nos *posts*. A caixa de comentários permite que os leitores estabeleçam uma comunicação bidirecional com o(s) autor(es) do blogue.

Tal como no estudo de Lockwood e Dennis, não nos limitámos a verificar quais as subdimensões presentes nos blogues e as suas frequências, mas também procedemos ao cruzamento das dimensões, para encontrar os diferentes tipos de blogues consoante cada dimensão e, de seguida, cruzámos os vários agrupamentos. Consideramos que estes cruzamentos entre as subdimensões de cada dimensão e, posteriormente, entre os agrupamentos resultantes, permitem uma melhor compreensão da realidade da blogosfera organizacional portuguesa.

3. Operacionalização do estudo e apresentação dos resultados

3.1. Descrição dos Procedimentos

Encontrado e definido o modelo, procedemos à análise dos blogues corporativos selecionados.

Foram analisadas todas as categorias, conforme as indicadas em 2.3, exceto as referentes a blogues pessoais, pois não se encaixam no âmbito da nossa investigação.

No total de todas as pesquisas efetuadas, chegámos ao número de 49 blogues de empresas portuguesas. Contudo, e como nem todos os blogues

estavam atualizados, optámos por analisar os blogues cujas últimas entradas datavam desde Janeiro de 2009. Deste modo, o campo de análise constitui-se por 34 blogues devidamente atualizados.

3.2. Análise dos dados

De acordo com Quivy e Campenhoudt, a análise dos dados abrange várias operações, entre elas a descrição e preparação dos dados, a análise das relações entre as variáveis e a comparação dos resultados. Os dados que constituem o objeto de análise são as informações obtidas durante a observação (1992).

3.2.1. Descrição da análise

De forma a percebermos melhor os blogues em estudo, procedemos a análise do setor de atividade dos blogues analisados.

Área de Atividade dos Blogues Analisados

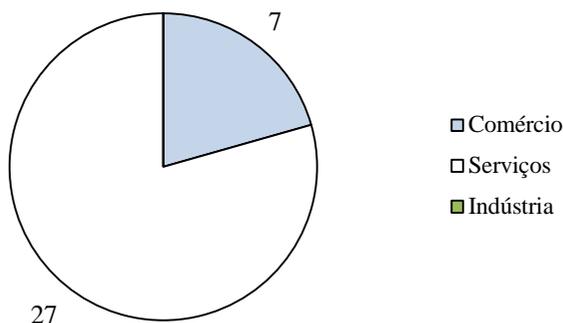


Gráfico 1 – Área de Atividade dos Blogues Analisados.

Conforme o gráfico acima demonstra, a maioria das empresas presentes na amostra são do setor dos serviços, seguido do comércio. Não existe nenhuma empresa do setor da indústria, o que pode dever-se ao facto de este setor não trabalhar com o consumidor final e assim optar por outros meios de comunicação organizacional mais convencionais e que não privilegiam o contacto direto com os seus clientes.

Após esta análise dos setores de atividade, passámos à análise dos blogues propriamente ditos. Alguns blogues apresentaram várias subdimensões da mesma dimensão, tendo sido considerada a que mais se destacava. Por exemplo, um blogue poderia cumprir tanto a função de informação como a de correlação, tendo sido considerada a que mais se salientava. Para chegarmos à subdimensão que mais se destacava, analisámos os conteúdos dos *posts*, bem como outros

aspectos como o perfil dos autores, as políticas do blogue, os comentários e as etiquetas.

Os conteúdos dos *posts*, as políticas do blogue bem como as etiquetas permitem identificar a função e o foco do conteúdo. Em alguns blogues, os objetivos e público-alvo encontravam-se especificados na descrição ou na página das políticas do blogue.

Através da análise dos comentários, é possível aferir a estrutura de gestão, o acesso e a direcionalidade do blogue, através da verificação se o blogue exige o *login* para comentar ou se o sistema de comentários é estabelecido via moderação. Na análise, deparámo-nos com blogues que apesar de não permitirem comentários, permitiam o envio de e-mails através da disponibilização de um endereço de correio eletrónico. Desta forma, considerámos que esses blogues seriam bidirecionais, já que permitiam o contacto e o feedback entre as empresas e os leitores dos blogues.

Na análise dos dados, vamos comparar os nossos resultados com os obtidos por Lockwood e Dennis (2008) e Giordani (2008). Esta autora aplicou o modelo de análise de Lockwood e Dennis à realidade brasileira, tendo analisado 100 blogues corporativos.

3.3. Apresentação e análise dos dados

Conforme descrito em 2 - Âmbito da Investigação e Definição da Metodologia, o modelo de análise utilizado contém duas dimensões:

- a) **Finalidade:** esta dimensão refere-se às razões pelas quais uma organização cria e mantém um blogue e divide-se em três subdimensões: público-alvo, função e foco do conteúdo;
- b) **Funcionamento** – esta dimensão descreve a administração do blogue e também se subdivide em três subdimensões: estrutura de gestão, acessibilidade e direcionalidade.

Apresentando separadamente as duas dimensões nas tabelas seguintes, os 34 blogues analisados apresentaram as seguintes características em cada subdimensão:

Público-alvo	Finalidade		% da amostra	Foco do conteúdo	% da amostra
	% da amostra	Função			
Clientes	91	Informação	74	Mercado	47
Profissionais do Ramo	6	Correlação	24	Organização	26
Comunidade	3	Entretenimento	3	Produto	21
				Eventos	6

Tabela 2 – Distribuição pela dimensão Finalidade.

Funcionamento					
Estrutura de gestão	% da amostra	Acessibilidade	% da amostra	Direcionalidade	% da amostra
Hierarquia	74	Pública	100	Bidirecional	100
Mercado	21				
Comunidade	6				

Tabela 3 – Distribuição pela dimensão Funcionamento.

Através da análise da amostra, verificamos que a maioria dos blogues corporativos é dirigida aos clientes (91%) e fornecem informações (74%) sobre o mercado (47%). Estes blogues são, maioritariamente, geridos por uma estrutura de hierarquia (74%), sendo todos acessíveis publicamente e bidirecionais.

Comparando com o resultado da análise de Lockwood e Dennis (2008), verificamos que os resultados não são muito díspares.

Purpose					
Target Audience	% of sample	Function	% of sample	Content Focus	% of sample
Customers	75,1	Correlation	49,2	Market	51,4
Trade Associations	18,9	Information	40,5	Product	28,6
Investors	4,3	Continuity	5,9	Organization	8,6
Community	1,1	Entertainment	3,2	Event	7
Government	0,5	Mobilization	1,1	Individual	4,3

Tabela 4 – Distribuição pela dimensão Finalidade (2008:5)

Operation					
Management Structure	% of sample	Acessibility	% of sample	Directionality	% of sample
Community	46,5	Public	97,9	Bidirectional	78,9
Hierarchy	31,9	Membership	1,1	Unidirectional	21,1
Market	21,6	Private	1,1		

Tabela 5 – Distribuição pela dimensão Funcionamento (2008:5)

Os blogues corporativos norte-americanos são também mais dirigidos aos clientes, cumprindo, no entanto, maioritariamente, a função de correlação, com o foco do conteúdo a ser também o de mercado. No que toca ao funcionamento, os blogues norte-americanos são geridos por uma estrutura de comunidade, são de acesso público e, na sua maioria, bidirecionais.

As principais diferenças que se verificam entre a blogosfera corporativa portuguesa e a norte-americana é que esta última tem maior diversidade de públicos-alvo, de funções e de foco de conteúdo. Os blogues portugueses dirigem-se somente para clientes, profissionais do ramo e comunidade, têm a função de informação, correlação e entretenimento. Por sua vez, os norte-

americanos dirigem-se ainda a investidores e ao governo, têm também as funções de continuidade e mobilização e o foco de conteúdo abrange o individual.

No que respeita ao funcionamento, a blogosfera corporativa portuguesa é completamente acessível e bidirecional, já a norte-americana apresenta alguns casos de restrição ao acesso aos blogues e unidirecionalidade.

Já os dados obtidos por Giordani (2008) demonstram que a maioria dos blogues corporativos brasileiros é voltada para os clientes, fornecendo informações ou reflexões e o conteúdo mais focado nos produtos da empresa ou no mercado. São, maioritariamente geridos por uma estrutura de comunidade, apesar da estrutura de hierarquia também ser bastante frequente. A blogosfera corporativa brasileira aproxima-se mais da norte-americana, uma vez que apresenta mais diversidade de públicos-alvo, funções e foco de conteúdo, bem como a estrutura de gestão é, maioritariamente, de comunidade e apresenta alguns casos de restrição ao acesso aos blogues e unidirecionalidade dos mesmos.

Finalidade					
Público-alvo	% da amostra	Função	% da amostra	Foco do conteúdo	% da amostra
Clientes	87	Informação	50	Produto	40
Profissionais do Ramo	8	Correlação	38	Mercado	39
Funcionários	3	Entretenimento	8	Organização	10
Fornecedores	1	Continuidade	2	Individual	6
Comunidade	1	Mobilização	2	Eventos	5

Tabela 6 – Distribuição pela dimensão Finalidade (2008: 65).

Funcionamento					
Estrutura Gerencial	% da amostra	Acessibilidade	% da amostra	Direcionalidade	% da amostra
Comunidade	43	Pública	99	Bidirecional	97
Hierarquia	32	Membros	1	Unidirecional	3
Mercado	25	Privado	0		

Tabela 7 – Distribuição pela dimensão Funcionamento (2008: 65).

Depois da análise por dimensão separadamente, cruzámos as duas de modo a obtermos os principais tipos de blogues corporativos portugueses.

Agrupamentos de Blogues	Público-alvo	Função	Foco do Conteúdo	% da amostra
Reflexão de Mercado	Clientes	Correlação	Mercado	23
Informativo Organizacional	Clientes	Informação	Organização	23
Informativo de Produtos	Clientes	Informação	Produto	21
Informativo de Mercado	Clientes	Informação	Mercado	18
Informativo de Eventos	Clientes	Informação	Eventos	3
Total				88%

Tabela 8 – Principais tipos de blogues na dimensão Finalidade.

Esta análise permite identificar os principais tipos de blogues da dimensão Finalidade que compõem 88% da amostra¹. Cruzando as três subdimensões foram obtidos os seguintes tipos específicos de blogues, voltados predominantemente para clientes: blogue de reflexão de mercado (23%); blogue informativo organizacional (23%); blogue informativo de produtos (21%); blogue informativo de mercado (18%); blogue informativo de eventos (3%). Não se verificaram blogues de reflexão do produto nem do ramo de negócios. Estes dois tipos de blogues caracterizam-se por fornecerem pensamentos e opiniões que refletem os pontos de vista dos indivíduos da organização. Nos blogues de reflexão do produto, a organização transmite o seu know-how, as suas opiniões sobre os seus produtos, o que poderá ser a causa de não existirem blogues deste tipo em Portugal, já que, apesar de apostarem num meio de comunicação organizacional mais interativo, as empresas portuguesas poderão não querer disponibilizar algumas informações ou emitir certas opiniões. No que toca aos blogues de reflexão do ramo de negócios, estes são mais técnicos, cabendo a autoria dos mesmos aos trabalhadores da empresa. Contudo, em Portugal, e como já foi referido, a maioria dos blogues, são geridos de forma hierárquica, o que revela um grande controlo do blogue por parte da gerência, sendo os próprios responsáveis da empresa os autores dos blogues, não existindo assim blogues de reflexão do ramo de negócios.

Confrontando estes resultados com os obtidos pela análise das subdimensões isoladamente, verificamos que, apesar da maioria dos blogues corporativos serem dirigidos aos clientes (91%) e fornecerem informações (74%) sobre o mercado (47%), quando cruzamos as subdimensões, o tipo de blogue que predomina é o de reflexão do mercado, enquanto o informativo de mercado surge em terceiro lugar com 18%.

Comparando os nossos resultados com os de Lockwood e Dennis (2008), verificamos que na blogosfera corporativa norte-americana os principais tipos de blogues encontrados são de reflexão de mercado, de produto, informativos de mercado, reflexão de ramo de negócios e informativo de ramo de negócios.

¹ Os restantes 12% da amostra não reúnem as características necessárias a estes agrupamentos.

Estes resultados não se distanciam muito dos apurados relativamente aos blogues portugueses. Contudo, os norte-americanos apresentam tipos de blogues direcionados ao ramo de negócios, o que não acontece em Portugal.

Blog Custer	Target Audience	Function	Content Focus	% of sample
Market Insight	Customers	Correlation	Market	27,6
Product	Customers	Information, Correlation	Product	20,5
Market News	Customers	Information	Market	11,9
Trade Insight	Trade Associations	Correlation	Product, Event, Market	10,8
Trade News	Trade Associations	Information	Product, Event, Market	8,1
Total				78,9%

Tabela 9 – Principais tipos de blogues na dimensão Finalidade (2008: 6).

No que toca aos resultados obtidos por Giordani (2008), registaram-se os seguintes tipos de blogues: informativo de produtos; de reflexão de mercado; de reflexão de produtos; informativo de mercado; informativo de eventos, informativo organizacional e de reflexão do ramo de negócios. Comparativamente com a nossa análise, verificamos que no Brasil, os blogues também são predominantemente virados para os clientes.

Blog Custer	Público-alvo	Função	Foco do Conteúdo	% da amostra
Informativo de Produtos	Clientes	Informação	Produto	22
Insights de Mercado	Clientes	Correlação	Mercado	15
Insights de Produtos	Clientes	Correlação	Produto	13
Informativo de Mercado	Clientes	Informação	Mercado	12
Informativo de Eventos	Clientes	Informação	Eventos	5
Informativo Organizacional	Clientes	Informação	Organização	4
Insights de Ramo de Negócios	Profissionais do Ramo	Correlação	Mercado	4
Total				75%

Tabela 10 – Principais tipos de blogues na dimensão Finalidade (2008: 66).

No que respeita ao cruzamento das subdimensões de funcionamento, os resultados obtidos foram os seguintes:

Agrupamento de Blogues	Estrutura de Gestão	Acessibilidade	Direcionalidade	% da amostra
Bidirecional de Hierarquia	Hierarquia	Públicos	Bidirecional	74
Bidirecional de Mercado	Mercado	Públicos	Bidirecional	21
Bidirecional de Comunidade	Comunidade	Públicos	Bidirecional	6
Total				100%

Tabela 11 – Principais tipos de blogues na dimensão Funcionamento

De acordo com a análise, os tipos de blogues encontrados foram os bidirecionais de hierarquia (74%), bidirecionais de mercado (21%) e bidirecionais de comunidade (6%).

No estudo de Lockwood e Dennis (2008), os blogues encontrados foram os bidirecionais de comunidade, bidirecionais de mercado, bidirecionais de hierarquia e unidirecionais de hierarquia.

Blog Cluster	Management Structure	Acessibility	Directionality	% of sample
Bidirectional Community	Community	Public	Bidirectional	41,1
Bidirectional Market	Market	Public	Bidirectional	20,5
Bidirectional Hierarchy	Hierarchy	Public	Bidirectional	17,3
Unidirectional Hierarchy	Hierarchy	Public	Unidirectional	14,1
Total				93%

Tabela 12 – Principais tipos de blogues na dimensão Funcionamento (2008: 6)

Já na análise de Giordani (2008), foram assinalados blogues bidirecionais de comunidade, bidirecionais de hierarquia, bidirecionais de mercado, unidirecionais de hierarquia, unidirecionais de comunidade e bidirecionais de comunidade para membros.

Cluster / Blogs	Estrutura Gerencial	Acessibilidade	Direcionalidade	% da amostra
Bidirecional de Comunidade	Comunidade	Públicos	Bidirecional	41
Bidirecional de Hierarquia	Hierarquia	Públicos	Bidirecional	30
Bidirecional de Mercado	Mercado	Públicos	Bidirecional	25
Unidirecional de Hierarquia	Hierarquia	Públicos	Unidirecional	2
Unidirecional de Comunidade	Comunidade	Públicos	Unidirecional	1
Bidirecional de Comunidade para Membros	Comunidade	Membros	Bidirecional	1
Total				100%

Tabela 13 – Principais tipos de blogues na dimensão Funcionamento (2008: 67)

Comparativamente, os resultados de Giordani aproximam-se mais dos de Lockwood e Dennis, que os nossos. Tanto os blogues brasileiros como os norte-americanos são, maioritariamente, bidirecionais de comunidade, o que revela um menor controlo dos blogues por parte da administração das empresas. Tanto na blogosfera corporativa brasileira como na norte-americana foram encontrados blogues unidirecionais, o que não acontece com os blogues portugueses.

Após o cruzamento das subdimensões de cada uma das dimensões, procedemos à junção dos principais tipos de blogues encontrados, resultando na seguinte matriz:

		Funcionamento		
Agrupamentos de Blogues		Bidirecional Hierarquia	Bidirecional Mercado	Bidirecional Comunidade
Finalidade	Reflexão de Mercado	1	2	3
	Informativo Organizacional	4	5	6
	Informativo de Produtos	7	8	9
	Informativo de Mercado	10	11	12
	Informativo de Eventos	13	14	15

Tabela 14 – Matriz de cruzamento entre Finalidade e Funcionamento

Esta matriz resulta do cruzamento das duas dimensões dos blogues analisados separadamente e representa 15 tipos possíveis de blogues, que compõem 88% da amostra.

		Funcionamento			
Agrupamentos de Blogues		Bidirecional Hierarquia	Bidirecional Mercado	Bidirecional Comunidade	Total
Finalidade	Reflexão de Mercado	2	6	0	8
	Informativo Organizacional	7	0	1	8
	Informativo de Produtos	7	0	0	7
	Informativo de Mercado	5	1	0	6
	Informativo de Eventos	0	0	1	1
Total		21	7	2	30

Tabela 15 – Análise quantitativa dos blogues de acordo com a matriz

		Funcionamento			
Agrupamentos de Blogues		Bidirecional Hierarquia	Bidirecional Mercado	Bidirecional Comunidade	Total
Finalidade	Reflexão de Mercado	5,87%	17,60%	0%	23,47%
	Informativo Organizacional	20,53%	0%	2,93%	23,46%
	Informativo de Produtos	20,53%	0%	0%	20,53%
	Informativo de Mercado	14,67%	2,93%	0%	17,6%
	Informativo de Eventos	0%	0%	2,93%	2,93%
Total		61,6%	20,53%	5,86%	88%

Tabela 16 – Percentagem da análise quantitativa

Através da tabela 16, verificamos que os blogues com a função de informação têm, maioritariamente, uma estrutura de gestão de hierarquia (55,73%), ou seja, são blogues sujeitos a grande controlo por parte da gerência da empresa. Já os blogues com a função de correlação apresentam uma estrutura de gestão de mercado (17,60%), isto é, o conteúdo é menos regulado, existindo pouca ou nenhuma restrição nos tópicos abordados no blogue.

No que respeita ao foco do conteúdo do blogue, os que se centram no mercado distribuem-se entre a estrutura de gestão de hierarquia (14,67%) e a de mercado (17,60%). Já os que se focam na organização ou no produto têm uma estrutura de gestão de hierarquia, sendo mais suscetíveis a apresentar mensagens oficiais, sancionadas e dirigidas pela gerência da organização.

Os únicos blogues com a estrutura de gestão de comunidade são blogues cuja função é de informação.

Comparando com a realidade da blogosfera norte-americana apresentada no estudo de Lockwood e Dennis (2008), verificamos que não existe uma grande discrepância. Os mesmos autores constataram que os blogues cujo conteúdo se foca no mercado têm, maioritariamente, uma estrutura de gestão de hierarquia. Na nossa análise, verificamos que esse tipo de blogues se distribui entre a estrutura de gestão de hierarquia e a de mercado, pendendo até mais para esta última.

Operation						
	Blog Cluster	Bidirectional Community	Bidirectional Market	Bidirectional Hierarchy	Unidirectional Hierarchy	Total
Purpose	Market Insight	41,2%	21,6%	27,4%	9,8%	100%
	Product	39,5%	28,9%	0%	15,8%	84,2%
	Market News	50%	0%	18,2%	27,2%	95,5%
	Trade Insight	70%	20%	0%	5%	95%
	Trade News	33,3%	53,3%	6,7%	0%	93,3%

Tabela 17 – Cruzamento entre Finalidade e Funcionamento (2008:7)

Giordani (2008) constatou que os blogues cujo foco são os produtos tendem a ser geridos hierarquicamente. Já os blogues com foco no mercado apresentam uma estrutura de gestão de comunidade. Os resultados brasileiros aproximam-se dos nossos, na medida em que os blogues de produto são, maioritariamente, geridos de forma hierárquica. No que toca à função, os blogues informativos são, tendencialmente, geridos de forma hierárquica, o que aponta para um maior controlo nos blogues com este tipo de função. Já os blogues cuja função é de correlação tendem a apresentar uma estrutura de comunidade, revelando uma maior abertura. Também aqui, os resultados de Giordani se aproximam dos nossos.

		Funcionamento						
	Agrupamentos de Blogues	Bidirec. Mercado	Bidirec. Comunidade	Bidirec. Hierarquia	Unidirec. Hierarquia	Unidirec. Comunidade	Bidirec. Comunidade Membros	Total
Finalidade	Informativo de Produtos	1,33%	8%	17,33%	1,33%	1,33%	0%	29,33%
	Insights de Mercado	8%	12%	0%	0%	0%	0%	20%
	Insights de Produtos	8%	6,67%	1,33%	1,33%	0%	0%	17,33%
	Informativo de Mercado	2,67%	8%	5,33%	0%	0%	0%	16%
	Informativo de Eventos	0%	2,67%	4%	0%	0%	0%	6,67%
	Informativo Organizacional	0%	1,33%	2,67%	0%	0%	1,33%	5,33%
	Insights do Ramo de Negócios	0%	5,33%	0%	0%	0%	0%	5,33%
	Total	20%	44%	30,6%	2,67%	1,33	1,3	100%

Tabela 18 – Cruzamento entre Finalidade e Funcionamento (2008: 69).

3.4. A blogosfera organizacional portuguesa

Através dos resultados supra apresentados, é-nos mais fácil traçar o retrato da blogosfera organizacional em Portugal. Assim, verificamos a existência de blogues predominantemente dirigidos a clientes cuja função principal é informar e tendo o foco de conteúdo orientado para o mercado. São blogues de acesso público, bidirecionais e geridos através de uma estrutura de hierarquia. O objetivo desses mesmos blogues é o de informar, essencialmente, sobre a atividade em que a organização se insere.

Os blogues podem ser acedidos por qualquer pessoa e permitem o feedback por parte dos leitores, quer através de comentários, quer do envio de e-mails. A forma como os blogues são geridos é predominantemente através da estrutura de hierarquia, o que revela um grande controlo do blogue por parte da gerência, sendo os próprios responsáveis da empresa os autores dos blogues.

Os blogues corporativos portugueses cuja função principal é de informação têm, maioritariamente, uma estrutura de gestão de hierarquia, ou seja, são

blogues sujeitos a grande controlo por parte da gerência da empresa. Já os blogues com a função de correlação apresentam uma estrutura de gestão de mercado, isto é, o conteúdo é menos regulado, existindo pouca ou nenhuma restrição nos tópicos abordados no blogue.

No que respeita ao foco do conteúdo do blogue, os que se centram no mercado distribuem-se entre a estrutura de gestão de hierarquia e a de mercado. Por outro lado, os que se focam na organização ou no produto têm uma estrutura de gestão de hierarquia, sendo mais suscetíveis a apresentar mensagens oficiais, sancionadas e dirigidas pela gerência da organização.

3.5. Interesse do Estudo

Este trabalho adquire especial interesse quer para profissionais, já que estes podem retirar sugestões para a criação de blogues nas suas empresas ou mesmo para melhorar, caso já os utilizem, quer para académicos, uma vez que pode fornecer indicações para reflexões futuras para o tema da importância dos blogues na comunicação das empresas.

3.6. Críticas e Limitações do Estudo

As principais limitações do presente estudo prendem-se com o facto de a amostra ser de dimensão reduzida, relativamente ao universo total de empresas portuguesas, e alguns não estavam atualizados. Contudo, foi a amostra possível, pois só interessavam blogues corporativos e, cumulativamente, que estivessem atualizados.

A partir deste estudo, e para futuras investigações estudo das audiências, nomeadamente na tentativa de aferir a eficácia dos blogues, uma vez que estes se dirigem aos clientes e outros públicos das organizações. Deste modo, seria possível conhecer o impacto real dos blogues junto do seu público-alvo e daí retirar conclusões sobre qual a sua melhor utilização e como otimizar este instrumento de comunicação organizacional, ou seja, feito o retrato da blogosfera portuguesa, no que diz respeito aos blogues corporativos, afigurasse-nos interessante agora focar o estudo no recetor.

Conclusão

A comunicação organizacional define-se como todas as ações comunicativas de qualquer organização, quer com o seu público interno e externo. Essas ações comunicativas constroem e definem tanto a cultura como a imagem da instituição, que são transmitidas através de uma linguagem única e harmonizada aos públicos da mesma.

A imagem da empresa é o resultado de um conjunto de «imagens» que a empresa difunde para o exterior, tendo todas as técnicas e estratégias de comunicação organizacionais o propósito de construir uma boa imagem organizacional, legitimada pela sociedade.

É também importante para uma organização estar cada vez mais próxima de todos os seus *stakeholders*, nomeadamente dos clientes. Tal desiderato consegue-se através de uma política de comunicação organizacional devidamente estruturada e planeada. As organizações necessitam criar instrumentos que possam garantir uma comunicação mais eficiente, que as aproxime dos seus públicos. A estratégia de comunicação é, portanto, fundamental.

As Relações Públicas entendem-se como a gestão da comunicação entre a organização e os seus públicos, sendo mais do que uma técnica de comunicação, uma vez que pois incluem todo o planeamento, execução e avaliação da comunicação de uma organização.

A Internet vem-se configurando como o meio privilegiado de relação entre a organização e os seus *stakeholders*, pois as suas ferramentas e técnicas constituem uma forma muito direta de comunicar com o mercado.

As novas tecnologias têm transformado a sociedade, provocando mudanças de hábitos e de comportamento, e é neste contexto que surge a Internet como ferramenta de comunicação. Ter um *site* tornou-se crucial para uma organização, já que estes são autênticas montras virtuais de apresentação das empresas.

Durante muito tempo, a capacidade de criar e distribuir conteúdos para uma audiência estava limitada aos meios de comunicação, pois eram eles que possuíam as infraestruturas necessárias. Com o aparecimento da tecnologia digital e o desenvolvimento e crescimento da Internet, estas premissas alteraram-se. Atualmente, é mais fácil para as pessoas criarem os seus próprios conteúdos, quer através de texto, imagens, sons ou vídeos. Os blogues são uma das ferramentas que possibilitam essa criação sem a necessidade de grandes infraestruturas, nem conhecimentos informáticos muito especializados.

Os blogues corporativos podem tornar-se fundamentais para as organizações ao serem considerados e criados como espaços de partilha de informação, de interação entre as organizações e as empresas, complementando os meios de comunicação organizacional habituais, que são predominantemente unidirecionais. Desta forma, os blogues podem ser utilizados como um instrumento de mudança entre uma comunicação mais impessoal para uma mais pessoal, mais aberta e mais dirigida aos clientes.

Através dos blogues, a interação entre a empresa e os clientes torna-se mais real e a dinâmica que envolve as respostas simples e ágeis pode constituir-se como uma vantagem competitiva para as organizações que os utilizam como meio de comunicação organizacional.

Através da nossa pesquisa, identificámos os diferentes tipos de blogues segundo a sua finalidade e o seu funcionamento.

Apesar de só se ter selecionado as características mais salientes dos blogues, o que poderá ter deixado de lado alguns aspetos dos mesmos, o modelo de

análise utilizado possibilita o cruzamento entre as dimensões, o que permite um conhecimento alargado dos blogues corporativos portugueses.

A pesquisa permitiu identificar os principais tipos de blogues presentes na blogosfera organizacional, a comparação entre as semelhanças e as diferenças entre as dimensões e a comparação com os resultados de estudos anteriores, nomeadamente, norte-americanos e brasileiros.

O estudo demonstrou que, em Portugal, temos blogues predominantemente dirigidos a clientes, cuja função principal é informar e cujo foco de conteúdo é o mercado. São blogues de acesso público, bidirecionais e geridos através de uma estrutura de hierarquia.

Os principais tipos da blogosfera organizacional são voltados para os clientes e fornecendo reflexões sobre o mercado, informações organizacionais, sobre produtos, mercados e eventos.

Quanto ao seu funcionamento, blogues, são todos bidirecionais, com uma estrutura de gestão de hierarquia, de mercado ou comunidade.

Até à nossa investigação não tinha sido efetuado um retrato da blogosfera organizacional portuguesa, o que torna este estudo importante e pertinente. Os blogues são uma realidade ainda recente, mas não duvidamos da sua importância na comunicação entre as organizações e os seus públicos.

Referências bibliográficas

- Adler, P. S. (2001): "Market, hierarchy, and trust: The knowledge economy and the future of capitalism". In: *Organization Science*: 215-234.
- Amaral, I. A. (2007): "Ciberespaço: A Reinvenção do Conceito de Comunidade". In: Cardoso, P. & Cairrão, A. (orgs.): *Comunicação Online, Cadernos de Estudos Mediáticos 05*. Porto: Edições Fernando Pessoa, 13-21.
- Cardoso, O. (2006): "Comunicação Empresarial versus comunicação organizacional: novos desafios teóricos". In: *Revista de Administração Pública*, 23-44.
- Carvalho, C. *et al.* (2006): "Blogs como ferramentas de gerenciamento da imagem das organizações". In: *UNIREvista*, Vol. 1 (3).
- Decker, C. B. e Michel M. (2006): "A imagem nas organizações públicas: uma questão de política, poder, cultura e comunicação – Estudo de caso INSS em Pelotas" Internet. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/decker-cleiton-michel-margaret-imagem-nas-organizacoes.pdf> (Consultado em 29 de Outubro de 2007).
- Elias, H. (2007): "e-RP - As Relações Públicas na Era da Internet". Internet. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/elias-herlander-relacoes-publicas-era-internet.pdf> (Consultado em 02 de Março de 2009).
- Fisher, D. (1993): *Communication in Organizations*. Minneapolis: West Publishing Company.

- Freixo, M. J. V. (2006): *Teorias e Modelos de Comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Gaspar, A.F. (2005): “O blogue e a sua dimensão organizacional – Análise de um objecto empírico” Internet. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/gasparana-blogue-dimensao-organizacional.pdf> (Consultado em 02 de Fevereiro de 2008).
- Giordani, C. (2008): “Análise dos Usos do Blog na Comunicação Estratégica das Organizações”. Internet. Disponível em http://polimidia.blog.br/wp-content/uploads/2009/03/mono_final_camile.pdf (Consultado em 09 de Abril de 2009).
- Goldhaber, G. (1990): *Organizationnal Communication*. Nova Iorque: Wm C. Brown Publishers.
- Gonçalves, M. (2007): “Blogs corporativos: nova ferramenta de comunicação empresarial e/ou uma realidade ainda pouco brasileira”. Internet. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/goncalves-marcio-blogs-corporativos.pdf> (Consultado em 01 de Julho de 2008).
- Grunig, J. (1992): *Excellence in Public Relations and Communication Management*. Nova Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Hoffman, D. e Novak, T (1995): “Marketing in Computer Mediated Environments: Conceptual Foundations”. Internet. Disponível em [http://sloan.ucr.edu/blog/uploads/papers/Marketing%20in%20Hypermedia%20ComputerMediated%20EnvironmentsConceptual%20Foundations%20\[Hoffman,%20Novak%20-%20July%201995\].pdf](http://sloan.ucr.edu/blog/uploads/papers/Marketing%20in%20Hypermedia%20ComputerMediated%20EnvironmentsConceptual%20Foundations%20[Hoffman,%20Novak%20-%20July%201995].pdf) (Consultado em 17 de Maio de 2009).
- Horton, J. (2002): “PR and blogging – how to think about it”. Internet. Disponível em <http://www.online-pr.com/Holding/PRandBlogggingarticle.pdf> (Consultado em 06 de Abril de 2008).
- Huyse, K. (2007): “Top 10 Risks for Corporate Blogs”. Internet. Disponível em <http://overtonecomm.blogspot.com/2007/02/top-10-riks-for-corporate-blog.htm> (Consultado em 30 de Janeiro de 2009).
- Kunsch, M. (2003): *Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada*. São Paulo: Summus Editorial.
- Lockwood, N. e Dennis, A. (2008): “Exploring the Corporate Blogosphere: A Taxonomy for Research and Practice”. Internet. Disponível em <http://csdl.computer.org/comp/proceedings/hicss/2008/3075/00/30750149.pdf> (Consultado em 09 de Abril de 2009).
- Maria, R. S. S. (2003): “Internet com o Propósito de Relações Públicas” Internet. Disponível em <http://www.sinprorp.org.br/Clipping/2005/renatosantamaria.pdf> (Consultado em 11 de Março de 2009).
- Matos, G. (2004): *Comunicação sem Complicação*. São Paulo: Elsevier Editora.
- Meirinhos, G. S. (2002): “El tamaño y la posición de los web banner publicitarios y su recuperación de la memoria episódica. Un análisis desde el enfoque del procesamiento de la información”. Internet. Disponível em <http://cec.ufp.pt/tesisdoctoral.pdf> (Consultado em 17 de Maio de 2009).

- Moreira, A. (2002): “Comunicação empresarial e as novas tecnologias da informação”. Internet. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moreira-adriana-comunicacao-empresarial.pdf> (Consultado em 07 de Maio de 2008).
- Oliveira, T. (2004): “Apostar em comunicação é estratégico?”. Internet. Disponível em <http://www.comtexto.com.br/convicomartigotiagomainieri.htm>. (Consultado em 04 de Novembro de 2007).
- Paine, K. (2007): “How to Measure Social Media Relations: The More Things Change, the More They Remain the Same”. Internet. Disponível em http://www.instituteforpr.org/files/uploads/How_to_Measure_Blogs.pdf (Consultado em 29 de Julho de 2008).
- Pessoa, S. (2003): “Comunicação Empresarial, uma ferramenta estratégica”. Internet. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/pessoa-sonia-comunicacao-empresarial-estrategica.pdf> (Consultado em 29 de Outubro de 2009).
- Poupinha, L. e Espanha, R. (2005): “A Existência da Net: O Valor da Net para Relações Públicas/Comunicação Estratégica”. In: *Comunicação e Sociedade*, vol. 8, 209-217.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. V. (1992): *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramos, H. (1997): “A Comunicação Interna – Estudo de Caso no C.E.T.”. Internet. Disponível em <http://www.prof2000.pt/users/secjeste/heletes/Pg000010.htm> (Consultado em 18 de Novembro de 2009).
- Recuero, R. (2003): “Weblogs, webrings e comunidades virtuais”. Internet. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1055-1.pdf> (Consultado em 06 de Maio de 2009).
- Rei, J. E. (2002): *A comunicação estratégica*. V. N. Gaia: Estratégias Criativas.
- Schmidt, R. (2007): “As Relações Públicas como mediadora das interfaces de redes”. Internet. Disponível em <http://www.portal3.com.br/especiais/revistarp/artigos2/pdf/rodrigo.pdf> (Consultado em 11 de Março de 2009).
- Scott, D. M. (2008): *Marketing e Relações Públicas*. Porto: Ideias de Ler.
- Scroferneker, C. (2003): *Perspectivas Teóricas da Comunicação Organizacional*. s.l. Boletín Comunicación, 11.
- Scroferneker, C. (2007): “As relações públicas e os blogs organizacionais” Internet. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1055-1.pdf> (Consultado em 15 de Março de 2008).
- Silva, H. (2005): “O papel dos blogues na comunicação organizacional”. Internet. Disponível em <http://blog.lisbonlab.com/estudos/o-papel-dos-blogues-na-comunicacao-organizacional/> (Consultado em 06 de Maio de 2009).
- Sousa, J. P. (2003): “Planeamento da comunicação (na perspectiva das relações públicas)”. Internet. Disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-planeamento-comunicacao.pdf> (Consultado em 18 de Novembro de 2007).
- Teixeira, S. (1998): *Gestão das Organizações*. Alfragide: McGraw-Hill Portugal.

- Terra, C. (2005): “As relações públicas e as novas tecnologias de informação e de comunicação”. In: *Caligrama, Revista de Estudos e Pesquisa em Linguagem e Mídia*, Vol. 1 (2).
- Terra, C. (2008): “A rede como ferramenta de relacionamento organizacional”. Internet. Disponível em <http://www.comtexto.com.br/2convicomteoriacomemprecomunica redeCarolinaTerra.htm> (Consultado em 14 de Março de 2009).
- Vieira, F. (2002): “Procedimentos para uma gestão estratégica voltada para ambientes de empresas de pequeno porte”. Internet. Disponível em <http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/3817.pdf> (Consultado em 20 de Novembro de 2007).
- Villafañe, J. (1993): *Imagen Positiva – gestión estratégica de la imagen de las empresas*. Madrid: Ediciones Pirámide.
- Wackâ, F. (2006): *Beginner’s Guide to Corporate Blogging*. Internet. Disponível em <http://www.corporateblogging.info/basics/corporatebloggingprimer.pdf> (Consultado em 30 de Junho de 2008).
- Wolf, M. (1994): *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença.

Comunicação não verbal: a influência da indumentária e da gesticulação na credibilidade do comunicador

Maria de Fátima Ribeiro

Licenciada e Mestre em Ciências da Comunicação pela UTAD
fatimamouraribeiro@gmail.com

Galvão dos Santos Meirinhos

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
gsm@utad.pt

Abstract

This article has as its subject the non-verbal communication. The main objective is to check the credibility of the communicator with the receptor is influenced by the costumes and gestures. In this sense, we have developed a 2x2 factorial design of independent groups, where four independent groups to submit four different treatments in order to ascertain to what extent the independent variables influenced the dependent (credibility). After applying the statistical tools, we conclude that: a gesture accompanied by a slow casual attire creates a neutral effect on the credibility of the communicator, the sudden gestures coupled with an informal dress gives a negative effect, in turn, accompanied by a slow gesture a formal dress has a positive effect in terms of credibility, and finally the abrupt gestures coupled with a formal dress generates a neutral effect.

Keywords: Non-verbal communication, Clothes, Gestures, credibility of the communicator.

Introdução e revisão da literatura

A comunicação não verbal tem exercido um certo fascínio sobre a Humanidade desde os seus primórdios, uma vez que envolve todas as manifestações corporais como a gesticulação, as expressões faciais, as posturas, as distâncias entre as pessoas, o odor, o tato, os elementos paralinguísticos da voz, a indumentária, etc.. Para além de exercer uma função comunicativa, enriquecendo a linguagem verbal, também transmite informações acerca da personalidade, dos gostos, das emoções e das atitudes do indivíduo. Ainda que, as palavras possam ser um ingrediente essencial e central, não representam a mensagem total. Segundo Flora Davis “a palavra é aquilo que o homem usa quando tudo o resto falha” (Davis 1979: 22). De entre todos os instrumentos de comunicação não verbal, este estudo tem como objetivo estudar apenas dois ingredientes: a indumentária e a gesticulação. Segundo Knapp e Hall, a indumentária é qualquer coisa que se traja e que pode ser literalmente lida

(Lemos 2006: 4). Na nossa perspetiva, convém não confundir a indumentária com o vestuário, apesar de ambos os conceitos se interrelacionarem, porém não possuem o mesmo significado, dado que a indumentária é um conceito mais abrangente que incorpora o próprio vestuário. A indumentária é um veículo que comunica o indivíduo à sociedade e que traduz a sua maneira de viver no plano individual e social.

A gestualidade, para além de exercer um papel significativo na estruturação do discurso oral, também atua como um elemento constituinte da interação, podendo designar de modo simbólico a posição de cada um no sistema social – prestígio, *status*, ordem, privilégio, consideração, entre outros (Fávero). Assim sendo, tanto a indumentária como a gesticulação determinam, em grande medida, o grau de aprovação e aceitação do comunicador por parte do interlocutor, atuando assim, como dois componentes essenciais para a conquista e reconhecimento da tão ambicionada credibilidade.

Indumentária

Desde há milhares de anos que a primeira linguagem usada pelos seres humanos para comunicar tem sido a indumentária (Lurie 1994: 22). Para além de exercer uma função especificamente protetora, a indumentária carrega signos, significados e transporta informação. Muitas das vezes, as pessoas fazem leituras umas das outras mediante aquilo que elas vestem, sem sequer pronunciarem qualquer palavra. Como explica Camargo, “no acto da observação não são colocadas palavras, mas informações que se registam no inconsciente, criando assim um diálogo imagético” (Camargo 2009: 45). O vestuário das pessoas envia mensagens durante a interação social, e oferece indicações acerca do sexo, idade, atividade, situando até mesmo o indivíduo no tempo e no espaço. Umberto Eco enfatiza quando diz que “existe sempre no interior de cada grupo uma vestimenta mínima histórica e culturalmente determinada sem a qual a existência social, e mesmo biológica, do indivíduo se aniquilaria” (citado Nacif 2007: 46). Por outro lado, a indumentária revela a subjetividade do ser humano, nomeadamente os seus gostos, preferências, hábitos, humor, fantasias, desejos, bem como o seu grau de religiosidade, independência e originalidade. Podemos mesmo dizer que, a roupa é a verbalização subjetiva dos nossos pensamentos e atitudes. Como salienta Larissa Camargos, no texto *O potencial comunicativo da moda*, “a indumentária são significantes sociais e comunicacionais, através dela consumimos hábitos, valores e expressamos ideias, atitudes que, às vezes, palavras não conseguem descrever” (Camargos 2008: 19). O próprio vestuário também define os grupos profissionais como soldados, religiosos, académicos, advogados, agricultores, operários, etc. Cada grupo profissional possui um vestuário próprio e distinto, onde o dito “uniforme” marca a sua identidade laboral (Keith). Há indivíduos que procuram, inclusive, ganhar poder sobre os outros pelo vestuário que usam, uma vez que ele atua como um recordatório constante da posição social do sujeito. É por esta razão que o consumidor, ao

entrar numa loja de roupas, não procura apenas proteger o seu corpo, busca a diferenciação que essa roupa lhe poderá dar ou a mensagem que poderá eventualmente transmitir. Assim sendo, a indumentária constrói identidades visuais e imagens do indivíduo. Através de ações quotidianas como o modo de vestir, o homem busca criar e vender uma imagem de si próprio, criar uma forma de se ver e de se dar a ver aos outros. Neste sentido, a indumentária pode ser entendida como um veículo ideológico, através do qual se estabelece uma identidade individual, mas também como instrumento de integração e individualização (Hellmann 2011). Contudo, esta busca pela autenticidade desejada – de fazer coincidir o que se quer ser com o que se é – tem conduzido a uma sociedade intensamente narcisista e individualista onde a roupa “permite a camuflagem de desigualdades sociais através de uma aproximação estética dos indivíduos” (Mota 2006: 3). No fundo, o homem moderno brinca com o vestuário com o intuito de iludir a imagem que o outro poderá ter de nós. Como diz Michel Bihen, atualmente “faz-se batota”, joga-se, no que diz respeito ao vestir (Teófilo 2010: 8).

No entanto, e tendo em conta que a aparência é o primeiro estágio da interação, podemos facilmente depreender que a indumentária do indivíduo vai determinar a primeira impressão e avaliação que fazemos do outro. Na realidade, o vestuário gera influência e pressão. Estudos realizados por Forteberry, Maclean, Morris e O’Connell demonstraram que as pessoas que se vestem com elevado grau de formalidade e que, por sua vez, demonstram um *status* mais alto, são mais persuasivas do que aquelas que optam por uma indumentária informal (Adler 2003: 124). Deste modo, é essencial que os indivíduos tenham consciência de que o vestuário é um texto com vários significados no plano da relação e da interação humana.

Gesticulação

A gesticulação tem atraído a atenção de inúmeros académicos e profissionais. Segundo McNeil, os gestos são movimentos corporais, visíveis e voluntários, realizados pelo ser humano, através dos quais transmitem um determinado significado (McNeil 1992). Noutros termos, podemos dizer que os gestos são movimentos que, de forma consciente ou inconsciente, o falante realiza com uma ou mais partes do corpo, nomeadamente com a cabeça, o rosto ou as extremidades, tanto superiores como inferiores. Mancera divide os gestos em dois grandes grupos:

- gestos faciais – aqueles que se realizam com os olhos, as sobrancelhas, o queixo, o nariz, os lábios e a boca; e os
- gestos corporais – aqueles que se realizam principalmente com a cabeça, os braços, as pernas, os pés, as mãos e os dedos (Orellana 2006: 59).

Os gestos são uma forma de linguagem que na comunicação podem desempenhar diversas funções, chegando, por vezes, a serem mais eficazes que qualquer palavra. Eles podem ser usados para ilustrar ou reforçar a mensagem

verbal de forma silenciosa e ilustrativa. A título de exemplo, temos o recurso a gestos direcionais no sentido de complementar a expressão verbal. Segundo Adam Kendon, os gestos participam na construção de sentido do enunciado. Muitas das vezes, as palavras faladas são ambíguas e aquilo que o falante quer dizer só se torna claro quando elas são definidas num contexto mais amplo. Neste sentido, os gestos podem fornecer o contexto para a expressão oral através de uma representação visual, fazendo com que o enunciado oral seja mais preciso (Kendon: 51 e 56). Por outro lado, os gestos podem ser usados como marcadores da atitude do falante em relação ao que está a dizer, nomeadamente, para expressar as suas atitudes acerca de como se espera que aquilo que se está a dizer seja interpretado pelo interlocutor. Deste modo, os gestos acabam por expressar a natureza da intenção ilocucionária do enunciado, adicionando significado à mensagem falada (Kendon: 51 e 56). Assim sendo, podemos verificar que o gesto exerce funções comunicativas, visando acima de tudo tornar a expressão falada o mais clara e unívoca possível. “É o caso dos gestos que sublinham a palavra, a pontuam e lhe dão um relevo relativo como faz o dedo indicador apontando para aquele que eu acuso” (Bè). Alguns especialistas (Laguna 1927; Friedman 1972; Mead 1934, Moscovici 1967; Werner; Kaplan 1963) alegam ainda que, os gestos não só transmitem mensagens e complementam a mensagem verbal, como também possuem uma função de recuperação lexical (Correa 2007: 30). Dito de outra forma, os gestos ajudam a pensar, ajudam as pessoas a procurar na memória aquelas palavras que não ocorrem com tanta facilidade aos lábios. Por último, os gestos não são apenas fruto dos nossos sentimentos ou um instrumento de *feedback* face aos comportamentos não verbais nos nossos interlocutores, eles espelham as nossas emoções, pensamentos e intenções. Para Napier, “o gesto permite que se expressem coisas que nunca poderão ser faladas. Se a linguagem foi concedida aos homens para esconderem os seus pensamentos, então a finalidade dos gestos foi revelá-los” (Pereira 2010: 45). Um exemplo que demonstra este facto são as pessoas abatidas que, normalmente, andam com as mãos nos bolsos, com a cabeça para baixo e com os ombros curvados. Para além de transmitirem os nossos sentimentos, eles podem também ser causadores de sentimentos e emoções. Allan e Barbara Pease explicam que, quando as pessoas sorriem ou riem, mesmo não estando felizes, “acabam por animar a “zona feliz do hemisfério esquerdo com actividade eléctrica”, ficando mais felizes (Pease 2005: 174). De referir ainda que, os gestos podem exercer a função de redutores de tensão. Joe Navarro, Ex-agente do FBI e especialista na linguagem corporal, intitula estes gestos de comportamentos pacificadores, uma vez que são usados na tentativa de eliminar uma sensação desagradável ou nociva. Estes comportamentos assumem muitas formas e como explica Navarro “quando estamos stressados, podemos afagar o pescoço com uma massagem suave, passar as mãos na cara ou brincar com o cabelo” (Navarro 2008: 59). Ou seja,

estes gestos têm como especial objetivo reduzir estados de tensão, stress e nervosismo. Por outras palavras, procuram tranquilizar-nos.

Segundo McNeil, os gestos possuem determinadas propriedades que importa salientar:

- a) **É global.** O gesto não deve ser interpretado isoladamente dos restantes. Cada gesto isolado é como uma palavra numa frase, difícil e perigoso de se interpretar (Alessandra 2006)
- b) **É sintético.** Um simples encolher de ombros pode ser mais falante do que uma torrente de palavras. Como explica Sanvito, “em virtude de o homem não conseguir verbalizar todos os seus pensamentos e emoções ele complementa sua mensagem através de uma elaborada linguagem corporal” (Marques 2003: 55).
- c) **Não se combina.** Os gestos não se combinam para criar estruturas e formas largas e hierárquicas, pois carecem de uma sintaxe. A maioria deles são de uma cláusula oracional mas, quando há gestos sucessivos sem uma cláusula, cada um corresponde a uma ideia unida em e para si mesmo (McNeil 1992).
- d) **É sensível ao contexto.** Cada gesto é criado no momento da fala e salienta ou destaca o que é relevante naquilo que é dito, no entanto, a mesma ideia pode ser referida por um gesto que pode mudar o seu significado. O gesto de coçar a cabeça, ele pode significar muitas coisas diferentes tais como suor, incerteza, caspa, piolhos, esquecimento ou mentira, isto dependendo do contexto em que ele ocorre. Ou seja, o gesto é dependente do contexto, tal como o signo linguístico.
- e) **É rítmico.** Os gestos estão integrados no aparato linguístico. No entanto, antecipam o enunciado na sua fase preparatória e sincronizam-se na fase do “golpe”, no momento em que é pronunciada a sílaba tónica da palavra e nunca depois dela (Mc Neil 1992). Neste sentido, o gesto deve preceder à palavra ou acompanhá-la, nunca sucedê-la. Como explica Mário dos Santos “se anteceder, prepara o efeito da palavra; se acompanhar, reforça-a; se a suceder, perde a sua força” (Santos 1962: 8).
- f) Uma outra propriedade que não foi considerada por McNeil, mas que pode ser muito relevante, é a variação cultural, pois o gesto também é sensível à cultura. Por exemplo, como sabemos, o dedo indicador é usado vulgarmente para apontar para uma determinada direção, contudo, noutras culturas o gesto de apontar o dedo pode ser considerado inapropriado e invulgar (Calero 2005: 115).

Credibilidade do comunicador

A credibilidade do comunicador é considerada um fator determinante da maior ou menor eficácia comunicativa. Na sua ausência, um emissor dificilmente conseguirá obter a atenção que deseja por parte dos seus interlocutores. Definir credibilidade não é uma tarefa fácil e nem sempre nos podemos referir à credibilidade como um constructo único e direto. Como

explica Perloff, “(...) trata-se de um constructo psicológico ou interpessoal ao nível da comunicação, que parte tanto das características do comunicador como das percepções da audiência sobre este” (Ribeiro 2006: 9).

De acordo com Armand Balsebre, a credibilidade é definida como a confiança que um deposita no outro, a partir da qual se procede a um ato de fé: crê-se naquilo que o emissor diz, na sua palavra (Losada 2001: 3). Schtrumpf, numa recente enciclopédia de retórica, segue na mesma direção e refere que a credibilidade é a “impressão de fiabilidade que um orador, ou os argumentos que ele ou ela usa, deixa no auditório” (Serra e Ferreira 2008: 155-156). Independentemente das visões de cada autor, na generalidade todos eles definem a credibilidade de uma forma idêntica. O termo confiança, ora implícita ora explicitamente, é a palavra-chave das suas afirmações. Ela é muito importante para a credibilidade, não só para consegui-la, mas também para mantê-la. Segundo Simmel (1990) e, em certa medida, Luhmann (1979) “la confianza funciona principalmente como un atajo, como una heurística mental en el sentido de la racionalidad limitada, que le permite al individuo hacer frente a la incertidumbre suspendiendo su incredulidad y realizando un “acto de fe” en el otro” (Rosas 2011: 1084). Neste sentido, podemos depreender que a credibilidade é considerada como o maior ou menor crédito e confiabilidade que o comunicador projeta para os seus interlocutores. A credibilidade é, assim, um processo que se constrói progressivamente, não sendo possível a sua criação. É algo que o comunicador tem que conquistar, nunca é um dado estabelecido *a priori*. Deste modo, e tendo em linha de conta que a credibilidade é um constructo, antes de se instalar definitivamente, ela interage com outros fatores que compartilham a sua construção. Segundo Morera, são as manifestações não verbais – tipo de vestuário, movimentos do corpo, olhares, odores, tipologias da cara e do corpo – que geram a credibilidade necessária como emissor de uma mensagem. Elas atuam como uma pré-comunicação que vai predispor ou não a crer naquilo que se está a escutar (Morera 2004: 8). Na mesma linha de pensamento, Petty e Caccioppo (1984) explicam que quando os efeitos pessoais e os efeitos da mensagem são moderados ou pouco sedutores, as pessoas não estão certas se vale ou não a pena pensar naquilo que estão a ouvir. “Nestas circunstâncias, as características da fonte da mensagem podem ajudar uma pessoa a decidir se vale ou não a pena considerar a mensagem” (Serra). Yerena possui uma visão idêntica à dos autores citados anteriormente e, a título de exemplo, salienta que características como a aparência física e a personalidade são determinantes no processo de construção de credibilidade do comunicador. De facto, o atrativo físico da fonte pode incrementar a credibilidade do comunicador. Para além de condicionar a atenção, percepção e retenção do receptor pode também incentivar mecanismos de identificação com ela, o que por si só melhora a credibilidade do emissor, e em consequência a sua eficácia persuasiva. Foi demonstrado que as pessoas associam o atrativo físico da fonte a outras características positivas como, por exemplo, honestidade, sinceridade ou

credibilidade (Maté). O próprio tom de voz também é muito relevante na percepção de credibilidade por parte do receptor. Na visão de Myers e Lamarche (1992), uma fonte que fala rápido com intensidade sonora é mais credível. Um tom de voz elevado demonstra a experiência do comunicador, a sua autenticidade, a sua sinceridade e conforto (Prud'home 2004: 53-62). Já Prescott salienta a importância da ausência de tensões. Na sua percepção, as fontes que perdem a calma, ou estão demasiado nervosas, tendem a ser menos credíveis. A empatia também é responsável pelo processo de construção da credibilidade do comunicador, tendo em linha de conta que o público está mais inclinado a ouvir uma pessoa gentil e amigável (Prud'home 2004: 53-62). Os estudos de Chaiken (1980) e Petty et al (1981) constataram que o público gasta muito pouco tempo a pensar sobre os argumentos, sendo, simplesmente, mais influenciado pela sua simpatia para com a fonte (Prud'home 2004: 53-62). Ou seja, as fontes que são percebidas como simpáticas e amigáveis tornam-se mais credíveis. Segundo Morera, o carácter, a disponibilidade, o uso de signos que o receptor entenda, bem como a sinceridade também são determinantes na construção da credibilidade (Morera, 2004: 8). Como podemos constatar, são inúmeras as manifestações não verbais responsáveis pela construção da credibilidade do comunicador. Existem certos comportamentos não verbais que podem gerar uma atribuição de competência, confiança, dinamismo, seriedade, enquanto que outros podem gerar efeitos negativos e, em consequência, afetar de alguma maneira a credibilidade do comunicador. A título de exemplo, temos as manifestações não verbais que estão sistematicamente associadas à comunicação enganosa, portanto, à mentira. De acordo com Ekman (1989), as expressões faciais, os movimentos do corpo, as pausas, a evitação do olhar, os tropeços, os maneirismos e a conduta verbal (acelerar os movimentos das mãos enquanto se eleva o tom de voz) podem ser alguns indicadores precisos para detetar pessoas que mentem (López).

Procedimentos metodológicos

A comunicação não verbal tem sido um tema frequente desde sempre, mas não necessariamente para os cientistas. Somente a partir do século XX é que esta temática despertou o interesse da comunidade científica e psicólogos, antropólogos, linguistas, comunicólogos, começando então a pesquisar relativamente a tudo no que diz respeito ao conhecimento da expressividade corporal (Maciel 2002: 1).

De entre os inúmeros ingredientes de comunicação não verbal, a indumentária e a gesticulação são dois deles extremamente expressivos. No entanto, apesar dos estudos realizados nesta área de conhecimento ainda há muito por desvendar e validar. Neste estudo, tentamos verificar se a indumentária e a gesticulação influenciam a credibilidade do comunicador. Ou seja, se os estímulos – que envolvem indumentária e gesticulação – conferem, ou não, credibilidade ao comunicador na óptica dos interlocutores. As quatro

hipóteses que pretendemos verificar mediante uma metodologia experimental são:

- H1) A gestualidade lenta acompanhada de uma indumentária informal tem um efeito neutro na credibilidade do comunicador;
- H2) A gestualidade brusca acompanhada de uma indumentária informal tem um efeito negativo na credibilidade do comunicador;
- H3) A gestualidade lenta acompanhada de uma indumentária formal tem um efeito positivo na credibilidade do comunicador;
- H4) A gestualidade brusca acompanhada de uma indumentária formal tem um efeito neutro na credibilidade do comunicador.

No sentido de contrastar as hipóteses de investigação, desenvolvemos um desenho fatorial 2×2 ¹ de grupos independentes² e com aleatorização completa³. O experimento manipula duas variáveis independentes (a indumentária e a gesticulação) com dois níveis de tratamento cada uma. No âmbito do fator indumentária, consideramos a formalidade e a informalidade; e relativamente à gesticulação, a natureza do estímulo varia entre lento e brusco. Assim, para cada variável independente, manipulamos dois níveis experimentais dando origem a quatro tratamentos experimentais diferentes (duas variáveis independentes x dois níveis de variação). Para estudar a relação entre variáveis dependentes e independentes não é necessária uma amostra representativa do universo, mas sim garantir a homogeneidade dos indivíduos. Neste sentido, e de forma a garantir tal homogeneidade, consideramos variáveis de controlo relativamente ao sujeito (sexo, idade, instrução académica, estado das condições visuais e auditivas bem como a familiaridade com situações de apresentação pública), ao contexto (o mesmo ambiente em todas as situações experimentais) e ao procedimento (com a aleatorização completa de atribuição dos sujeitos aos grupos e dos grupos aos tratamentos experimentais). Este conjunto de variáveis de controlo, para além de assegurar a equivalência entre os grupos experimentais, também ajuda a controlar as variáveis estranhas⁴ que são desconhecidas pelo investigador.

Foram assim constituídos quatro grupos experimentais independentes formados por 10 sujeitos cada um, em que cada grupo experimental recebe um único tratamento, e em que cada sujeito participante realiza a experiência uma única vez. Os tratamentos experimentais considerados e aleatorizados são:

¹ Um desenho fatorial 2×2 supõe a existência de duas variáveis independentes, cada uma com dois níveis apriorísticos, o que permite obter quatro situações experimentais combinadas.

² Grupo independente é um conjunto de sujeitos submetidos a um dado e único tratamento experimental.

³ Esta prática refere-se à seleção aleatória nos grupos experimentais e de controlo, de forma a que cada sujeito do estudo possua a mesma probabilidade de fazer parte de um dos grupos constituídos.

⁴ Variável estranha é aquela que tem um impacto imprevisível sobre a variável dependente, e adúlteradora dos efeitos gerados pelas variáveis independentes.

- 10 sujeitos foram submetidos a uma gestualidade lenta acompanhada de uma indumentária informal (Grupo 1);
- 10 sujeitos foram submetidos a uma gestualidade brusca acompanhada de uma indumentária informal (Grupo 2);
- 10 sujeitos foram submetidos a uma gestualidade lenta acompanhada de uma indumentária formal (Grupo 3);
- 10 sujeitos foram submetidos a uma gestualidade brusca acompanhada de uma indumentária formal (Grupo 4);

A amostra do estudo foi formada por alunos do Curso de Ciências da Comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. O principal motivo da sua seleção foi a familiaridade com situações de apresentação em público, um aspeto importante a ter em conta, uma vez que o experimento é realizado num cenário idêntico. Neste sentido, foi selecionado um professor de teatro⁵ onde, na apresentação de um discurso, representou, de forma o mais rigorosa possível, os tratamentos experimentais obtidos a partir da combinatória dos níveis das variáveis independentes. Após a prova experimental, os alunos foram submetidos a um teste de verificação da credibilidade formada pela autonomia das variáveis independentes. Aqui, os sujeitos participantes foram apenas informados que iriam participar num estudo, desconhecendo por completo o seu objetivo – aprendizagem acidental⁶. Este teste foi efetuado mediante um instrumento de recolha de dados de respostas fechadas com escalas do tipo diferencial semântico. Este instrumento é formado por quatro questões, cujas respostas permitem a verificação das hipóteses de trabalho. As questões assentam na utilização de escalas bipolares, onde foi solicitado aos participantes que, do conjunto de adjetivos opostos, assinalassem um grau (entre 3 e -3) correspondente a um diferencial semântico de sete possibilidades de resposta, em que os valores 1, 2 e 3 representam atitudes favoráveis, 0 é o ponto neutro e as pontuações -1, -2, -3 indicam atitudes desfavoráveis. As questões iniciais são de carácter demográfico e visam apurar o género, idade, o curso e o ano que os alunos frequentam na UTAD. As restantes questões são do tipo diferencial semântico. A questão um é constituída por 10 pares de adjetivos opostos e visa aferir as atitudes dos sujeitos em relação à indumentária. A questão dois é constituída por 14 pares de adjetivos bipolares e tem como objetivo aferir as atitudes dos participantes em relação à gesticulação. Por sua vez, as questões três e quatro têm como objetivo aferir as atitudes dos participantes relativamente à imagem transmitida tanto pela indumentária (questão três, constituída por 13 pares de adjetivos), como pela gesticulação (questão quatro, constituída por 12 pares de adjetivos).

⁵ Gostaríamos de deixar um agradecimento público ao Prof. Doutor Carlos José Vieira Mendes Cardoso, professor associado na área do teatro da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pelas suas prestações públicas de representação no âmbito da investigação experimental.

⁶ Aprendizagem acidental é a aprendizagem “en la que el sujeto desconocía, durante la adquisición, que iba a ser sometido a una prueba de memoria posterior (...)”.

Através de uma análise individual e conjunta das variáveis, poderemos verificar em que medida estas influenciam e determinam a credibilidade do comunicador. O somatório das pontuações do sujeito experimental permite-nos averiguar o valor individual das suas apreciações entrando em linha de conta com os níveis apriorísticos da combinatória das variáveis independentes a que foi submetido em contexto experimental. Por sua vez, a banda de variação das pontuações coletivas permite conformar um valor holístico por grupo experimental, que nos vai permitir distinguir o valor da combinatória dos níveis das variáveis independentes (às quais foram submetidas os diferentes grupos experimentais).

Resultados

Uma vez recolhidos, os dados foram submetidos a tratamento estatístico com o intuito de dar respostas às hipóteses de investigação. Neste sentido, utilizamos a estatística descritiva, nomeadamente a distribuição de frequências absolutas e relativas, bem como medidas de tendência central.

Grupos independentes

No Grupo 1, os valores médios de atitudes mais elevados em relação à indumentária registaram-se nos pares de adjetivos Rígida *versus* Flexível e Perfeccionista *versus* Improvisada, com médias totais de -2.3 e -2.1 respetivamente. Isto significa que, a maioria dos sujeitos experimentais considera que a indumentária informal é, consideravelmente, improvisada e flexível. A seguir, aparecem os pares de adjetivos Profissional *versus* Amadora e Expressiva *versus* Irrelevante, com médias de -1.8 e -1.6. De constatar ainda que, de entre os 10 pares de adjetivos, nove deles obtiveram uma pontuação negativa, com exceção do par Moderna *versus* Tradicional, com uma pontuação média de 0.5. A gesticulação no Grupo 1 foi classificada por Discreta com uma média total de 2.3; Moderada com uma média de 2.2; e Compreensível e Segura com médias de 2. Na globalidade, as atitudes dos sujeitos em relação à gesticulação foram positivas, registando-se apenas quatro pares de adjetivos com uma média total neutra, nomeadamente os pares: Condescendente *versus* Intransigente; Informativa *versus* Objetiva; Explicativa *versus* Genérica e Enfática *versus* Não Enfática. Não obstante, a pontuação neutra nestes mesmos pares de adjetivos pode ser relevante, podendo indicar que, embora a gestualidade tenha sido lenta, ela não foi suficientemente enriquecedora e expressiva. Dito de outra forma, a combinatória dos níveis de variação das variáveis (indumentária informal acompanhada de gesticulação lenta) não gerou uma influência significativa. A imagem transmitida pela indumentária neste grupo foi visivelmente negativa, embora existam evidências ao nível da Descontração (obteve uma média total de -2.4) e da Jovialidade (apresentou uma média de -2.3). Numa 3ª posição, temos a Flexibilidade que evidenciou uma média de 2. Como podemos constatar, a indumentária informal é uma realidade

flexível e versátil. Ao contrário da indumentária, a gesticulação transmitiu uma imagem muito favorável na percepção dos sujeitos. Repare-se que, à exceção do par de adjetivos Autoridade/Submissão, todos os outros obtiveram uma pontuação média acima de um. Os atributos mais apreciados foram a Credibilidade e a Sinceridade (ambos com uma média de 2) seguidos do Profissionalismo, da Empatia e da Sabedoria. Os dados apurados permitem assim constatar que a gesticulação lenta é um forte indicador da credibilidade do comunicador.

De uma forma geral, como podemos observar na representação gráfica, a gesticulação lenta e a imagem transmitida pela mesma proporcionaram atitudes positivas aos sujeitos, o oposto do que se verificou nos diferenciais semânticos relativos à indumentária informal.

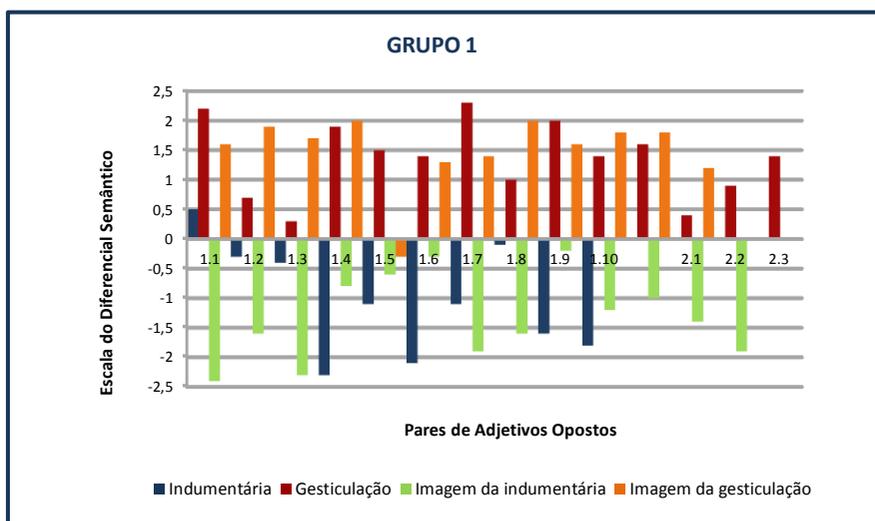


Gráfico 1. Atitudes no Grupo 1

À semelhança do grupo independente anterior, verificou-se nos sujeitos experimentais do Grupo 2 que a indumentária gerou uma atitude desfavorável, uma vez que todos os pares de adjetivos estão abaixo de zero. Tal como no Grupo 1, a indumentária foi, essencialmente, considerada como muito Flexível (com uma média total de -2.5), Improvisada (com uma média total de -2.2) e Amadora (com uma média total de -2). Para além destes adjetivos registarem a média de atitudes mais elevada, verificamos que ambos os grupos também ocupam as mesmas posições. Os pares de adjetivos menos pontuados foram os pares Atrativa *versus* Repelente e Ousada *versus* Discreta com uma média total de -0.6. As atitudes em relação à imagem transmitida pela indumentária foram todas negativas e com pontuações superiores ao Grupo 1. Os valores extremos situam-se nos pares de adjetivos Sieriedade *versus* Descontração com uma média total de -2.7 e Maturidade *versus* Jovialidade com média total de -2.6, tal como

se verificou no grupo anterior, embora neste ocupassem posições opostas. Seguiram-se atributos como a Diversão e a Irreverência com médias de -2.3 e -2 respectivamente. O valor mínimo foi registado no par de adjetivos Força *versus* Delicadeza, com uma pontuação neutra de -0.6. De realçar também que, o atributo Não credível apresenta uma média negativa em ambos os grupos. A indumentária informal é uma manifestação não verbal que condiciona negativamente a perceção de credibilidade por parte dos sujeitos, dado que passamos de -1 para -1.4.

No Grupo 2, a gesticulação foi globalmente classificada pelos sujeitos como Exagerada (média total de -2.5), Imperativa (média total de -2.4) e Objetiva (média total de -2.2). Note-se que, no grupo anterior uma das características mais apreciadas foi a moderação da gesticulação, enquanto que neste grupo esse atributo assumiu uma conotação muito negativa. A mudança de estímulo, de lento para brusco, influenciou todos os restantes itens, tendo estes sido todos pontuados abaixo de zero. A Ênfase e a Compreensibilidade foram os menos pontuados, com médias negativas de -0.1 e -0.2 respectivamente, o que significa que a gestualidade rápida e instantânea peca pela falta de expressividade e clareza (com uma média total de -0.7). A negatividade das atitudes também se verificou na Imagem transmitida pela indumentária, o que era de prever tendo em conta os dados discutidos anteriormente. Os atributos mais apreciados foram a Agressividade (média total de -2.3) e a Hipocrisia (média total de -2.1). A falta de sinceridade aqui evidenciada é reforçada pela carência de credibilidade que obteve um dos valores mais elevados com uma média total de -1.8. Neste sentido, podemos afirmar que, a gesticulação brusca transmite uma impressão de desonestidade e falta de confiança. São de realçar também os pares de adjetivos Preparo *versus* Despreparo e Proximidade *versus* Distanciamento, ambos com médias totais de -2, seguidos da Empatia e Imaturidade, com médias de 1.9, o que nos permite afirmar que a gesticulação efetuada com movimentos bruscos estimula fatores como a antipatia, indelicadeza, falta de profissionalismo e competência, pontuada com uma média total de -1.7.

O Grupo 2 foi aquele que evidenciou as atitudes mais desfavoráveis, com todos os diferenciais semânticos pontuados abaixo de zero. A indumentária informal acompanhada de uma gesticulação brusca proporcionou um efeito negativo importante nos sujeitos (Gráfico 2).

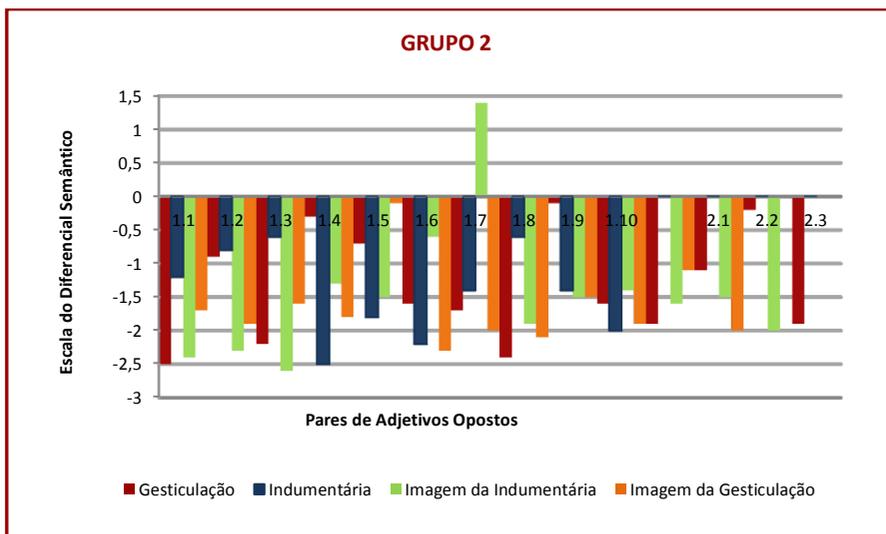


Gráfico 2. Atitudes no Grupo 2

Em relação à indumentária e no Grupo 3, os valores médios mais elevados posicionaram-se nos pares de adjetivos Elegante *versus* Ordinária, bem como o par Profissional *versus* Amadora com uma média de 2.2. De seguida, deparamo-nos com médias totais elevadas nos atributos Rígida (MT: 2.1), Perfeccionista e Idónea (MT: 2). Estes dados permitem-nos constatar que, a indumentária formal é uma fonte de seriedade, sofisticação e poder, algo que não se constatou na indumentária informal, sendo geralmente descrita como Amadora, Irrelevante e Flexível. De entre a totalidade de pares de adjetivos, apenas o par Ousada *versus* Discreta obteve uma pontuação negativa com o valor de -0.4. Não obstante, note-se que, o adjetivo pontuado negativamente tem uma conotação positiva perante o carácter formal da indumentária.

Na opinião dos sujeitos experimentais, a gesticulação no Grupo 3 foi largamente descrita como Segura, Clara e Racional (com médias totais de 2.1 e de 2 respetivamente). De seguida, destacaram-se os atributos como a gestualidade Moderada (MT: 1.9), Informativa, Compreensível e Enfática (com médias totais de 1.8), sendo o oposto daquilo que se verificou no grupo anterior. De realçar ainda que, todos os pares de adjetivos foram pontuados positivamente e acima do valor 1, o que nos permite afirmar que, de facto, a gesticulação lenta teve uma atitude bastante favorável por parte dos indivíduos submetidos ao estímulo.

O diferencial semântico relativo à Imagem transmitida pela indumentária também indicou atitudes bastante favoráveis, vindo apenas reforçar os dados apurados na avaliação individual da indumentária. É de destacar o valor extremo para a Credibilidade (MT: 2.6) seguido de uma imagem Cuidada, Profissional e Madura com médias de 2.5 e 2.3 respetivamente. Assim, os dados apurados

permitem-nos reconhecer que a indumentária formal é um grande indicador de Seriedade, Respeitabilidade, Profissionalismo, e conseqüentemente de credibilidade.

No que respeita à Imagem comunicada pela gesticulação, também esta obteve valores positivos muito elevados, ao contrário do que se verificou nos grupos anteriores. À semelhança dos conjuntos anteriores, os pares de adjetivos mais apreciados foram a Credibilidade e o Profissionalismo, juntando-se a Imagem de Coerência com médias totais de 2.2. A seguir, os atributos mais mencionados foram a Sabedoria, a Competência e a Sinceridade com médias iguais de 1.9. No extremo, o item menos pontuado foi a Delicadeza com o valor de 0.9. De entre os quatro, note-se que o Grupo 3 foi aquele pontuado mais favoravelmente, o que não deixa de ser conclusivo. No gráfico 3, podemos observar que, a gesticulação lenta acompanhada de uma indumentária formal gerou atitudes muito favoráveis nos sujeitos, sendo esta combinatória a conjugação mais expressiva em termos de credibilidade.

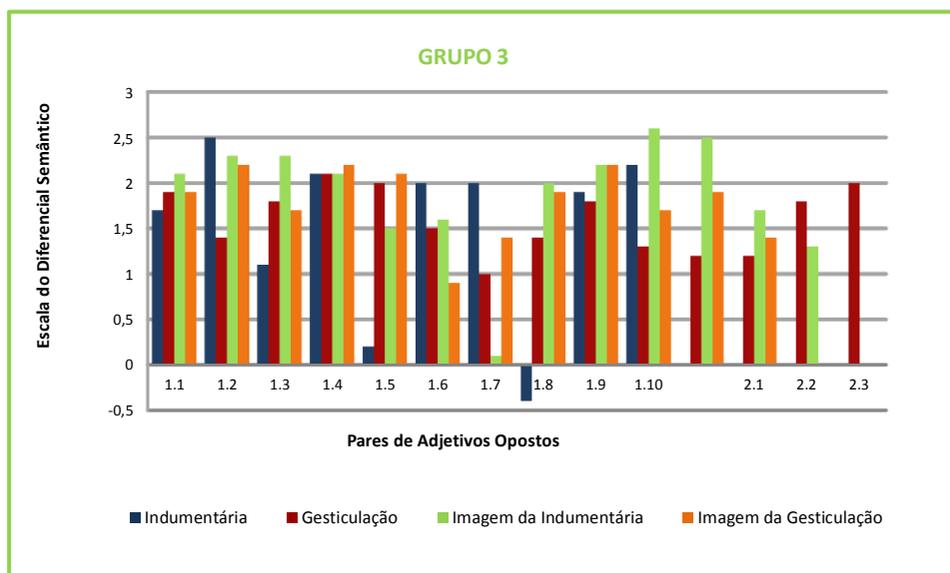


Gráfico 3. Atitudes do Grupo 3

Por último, e à semelhança do grupo anterior, a indumentária no Grupo 4 obteve atitudes globalmente favoráveis, com valores máximos nos pares de adjetivos Perfeccionista *versus* Improvisada e Profissional *versus* Amadora, com médias de 2.1 e 2 respetivamente. Tanto no Grupo 3 como no Grupo 4, constatámos que, o Profissionalismo, Perfeccionismo e Elegância são as características mais evidenciadas em termos de atitudes. Mais, é de salientar que, todos os itens foram pontuados acima de zero, com exceção do par de adjetivos Ousada *versus* Discreta com o valor de -0.5.

As atitudes acerca da Imagem transmitida pela indumentária também são bastante favoráveis, atingindo valores mais elevados relativamente ao diferencial semântico anterior. Os atributos mais pontuados pelos sujeitos foram a Credibilidade e o Profissionalismo, ambos com médias totais de 2.3. Tal como no Grupo 3, a credibilidade foi o item mais evidenciado, ocupando a 1ª posição em ambos os grupos, o que nos permite mais uma vez apontar a indumentária formal como um fator determinante de credibilidade do comunicador. Seguiram-se a Maturidade, a Responsabilidade e a Imagem Cuidada. Por contra, o item menos pontuado foi a Coerência com o valor de 1, num intervalo entre -3 e 3. Deparamo-nos ainda com uma pontuação negativa no par de adjetivos Flexibilidade *versus* Rigidez (MT: -1.1), cujo valor constitui um aspeto positivo, tendo em conta que a Rigidez é uma característica apontada da indumentária formal.

Relativamente à gesticulação no Grupo 4, e tal como se constatou no Grupo 2, apresenta o seu valor extremo no par de adjetivos Moderada *versus* Exagerada, cujos valores são muito idênticos. De seguida, os mais apreciados foram os atributos Racional (MT: -2.3), Irrisória e Imperativa (ambas com MT: -2.1). Note-se que, no Grupo 2, o item Imperativa também foi um dos mais pontuados com uma média um pouco superior.

O diferencial semântico relativo à Imagem transmitida pela gesticulação também indicou atitudes desfavoráveis por parte dos sujeitos. À semelhança do Grupo 2, os atributos mais evidenciados foram a Agressividade com uma média total de -2.5, seguida da Hipocrisia com uma média total de -2.1. Logo a seguir, apuramos o Despreparo e a Imaturidade com médias de -1.9 ocupando a 3ª posição. A credibilidade foi também pontuada negativamente (MT: -1.7) sendo muito idêntica à do Grupo 2, o que nos permite inferir que a gestualidade brusca gera uma perceção de pouca crença e fiabilidade por parte do recetor. A elevada pontuação da Hipocrisia, Imaturidade e da Incompetência (MT: -1.7) confirma este argumento. Por outro lado, devemos realçar ainda que, de entre os 12 itens apenas o par de adjetivos Autoridade *versus* Submissão foi pontuado positivamente com o valor neutro de 0.3. De uma forma global, o Grupo 4 registou atitudes positivas relativamente à indumentária formal, e mais uma vez, a gestualidade brusca foi pontuada desfavoravelmente como podemos verificar na próxima representação gráfica.

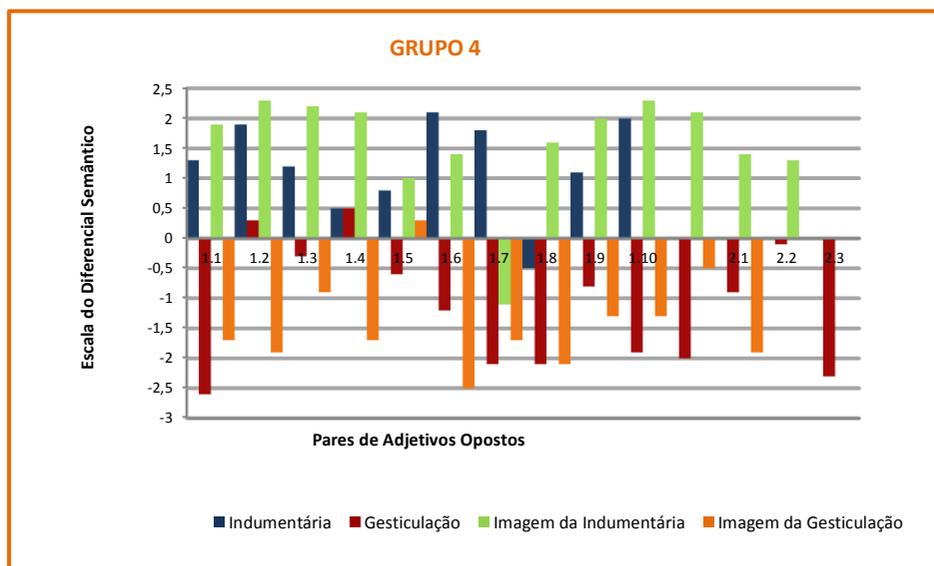


Gráfico 4. Atitudes no Grupo 4

Terminada a apresentação dos dados relativamente aos diversos grupos independentes, iremos agora proceder a uma análise dos dados no âmbito das variáveis independentes.

Variáveis independentes

As variáveis independentes são aquelas que o investigador manipula para medir o seu efeito na variável dependente. Neste caso concreto, as variáveis independentes são a indumentária e a gesticulação e a variável dependente é a credibilidade do comunicador. Para medirmos as atitudes da indumentária, construímos dois diferenciais semânticos: um para realizarmos uma avaliação individual do estímulo e outro para obtermos uma avaliação conjunta. O mesmo procedimento metodológico foi aplicado à gesticulação na qualidade de variável independente.

Neste sentido, e com o intuito de aprofundarmos a nossa análise dos dados, vamos abordar individualmente cada diferencial semântico numa perspetiva comparativa entre os vários grupos independentes. O objetivo é apurar as diferenças e semelhanças das atitudes relativamente às variáveis independentes em estudo.

Indumentária

Nos Grupos 1 e 2, onde os sujeitos foram submetidos a uma indumentária informal, as atitudes dos sujeitos foram desfavoráveis, registando-se na generalidade valores abaixo de zero. No entanto, embora o estímulo da indumentária tenha sido o mesmo nos dois grupos, registaram-se diferenças

significativas na pontuação de determinados pares de adjetivos opostos. Os exemplos mais relevantes são: Moderna *versus* Tradicional (MT: 0.5 no Grupo 1 e MT: -1.2 no Grupo 2); Elegante *versus* Ordinária (MT: -0.3 no Grupo 1 e MT: -0.8 no Grupo 2); Original *versus* Convencional (com MT: -1.1 no Grupo 1 e MT: -1.8 no Grupo 2) e Ousada *versus* Discreta (MT: -0.1 no Grupo 1 e MT: -0.6 no Grupo 2). Ou seja, os sujeitos classificaram a indumentária como mais Tradicional, Ordinária, Convencional e Ousada no Grupo 2 do que no Grupo 1. Porém, note-se que, ao contrário do Grupo 1, o Grupo 2 foi exposto ao estímulo da gestualidade brusca, o que poderá ter influenciado as atitudes dos sujeitos relativamente à indumentária. O aumento dos atributos Flexível, Ousada e Amadora vem também reforçar o nosso ponto de vista, uma vez que, o próprio movimento brusco também estimula estas características. Nos Grupos 3 e 4, as atitudes dos sujeitos relativamente à indumentária, foram bastante favoráveis. Tal como no nível de variação anterior – Indumentária Informal – também aqui nos deparamos com algumas diferenças consideráveis entre os grupos. Neste sentido, são de destacar os pares de adjetivos Moderna *versus* Tradicional (MT: 1.3 no Grupo 4 MT: 1.7 no Grupo 3); Elegante *versus* Ordinária (MT: 1.9 no Grupo 4 e MT: 2.5 no Grupo 3); Rígida *versus* Flexível (MT: 0.5 no Grupo 4 e 2.1 no Grupo 3) e Expressiva *versus* Irrelevante (MT: 1.1 no Grupo 4 e MT: 1.9 no Grupo 3). Os sujeitos consideraram a indumentária mais Moderna, Elegante, Rígida e Expressiva quando ela esteve acompanhada de uma gesticulação lenta, do que acompanhada com a gesticulação brusca. De certa forma, a moderação da gestualidade acabou por impulsionar favoravelmente as atitudes dos sujeitos em relação à indumentária formal. Ainda assim, deparemo-nos com o par de adjetivos Original *versus* Convencional que, ao contrário da maioria dos atributos obteve valores superiores no Grupo 4. A indumentária formal foi descrita como mais original acompanhada de movimentos bruscos, do que conjugada com movimentos lentos.

Gesticulação

Nos Grupos 1 e 3, os diferenciais semânticos relativos à gesticulação apresentaram atitudes favoráveis. Não obstante, note-se que os valores obtidos no Grupo 3 foram na generalidade superiores aos evidenciados no Grupo 1. Essa discrepância verificou-se acima de tudo nos atributos Explicativa (MT: 1.4 no Grupo 3 e MT: 0.7 no Grupo 1); Informativa (MT: 1.8 no Grupo 3 e MT: 0.3 no Grupo 1) e Discreta (MT: 2.3 no Grupo 1 e MT: 1 no Grupo 3). Ou seja, a Seriedade, o Profissionalismo e a Respeitabilidade comunicados pela indumentária formal impulsionaram, mesmo que indiretamente, os parâmetros avaliativos da gesticulação lenta. Nos Grupos 2 e 4, na generalidade também se apurou uma diferença bastante acentuada em alguns pares de adjetivos. A gesticulação brusca apresentou atitudes mais desfavoráveis quando acompanhada de uma indumentária informal (presente no Grupo 2) do que quando conjugada com uma formal (presente no Grupo 4). Os pares de

adjetivos opostos ou bipolares que melhor o comprovam são: Explicativa *versus* Genérica (MT: -0.9 no Grupo 2 e MT: 0.3 no Grupo 4), Segura *versus* Insegura (MT: -0.3 no Grupo 2 e MT: 0.5 no Grupo 4) e Informativa *versus* Objetiva (MT: -2.2 no Grupo 1 e MT: -0.3 no Grupo 4). Isto é, a gesticulação brusca foi pontuada como menos Genérica, Insegura e Objetiva no Grupo 4 do que no Grupo 2. Assim, verificámos que as atitudes dos sujeitos relativamente à gesticulação (lenta ou brusca) foram influenciadas pelo grau de formalidade da indumentária. Neste sentido, podemos afirmar que, quando a indumentária adoptou o nível formal, a gesticulação lenta obteve valores positivos muito expressivos (Grupo 3) e a gesticulação brusca apurou valores negativos, embora não tão significativos como no Grupo 4. Por sua vez, quando a indumentária foi de cariz informal, a gesticulação lenta obteve valores positivos não tão expressivos, comparativamente aos do Grupo 3. Já a gesticulação brusca apresentou valores negativos mais elevados como foi apanágio do Grupo 2.

Imagem transmitida pela indumentária

Globalmente, no que respeita à Imagem transmitida pela indumentária, as atitudes dos sujeitos foram desfavoráveis nos Grupos 1 e 2, e favoráveis nos Grupos 3 e 4. Tal como nos diferenciais semânticos anteriores, também aqui se evidenciaram algumas diferenças que importam salientar. No Grupo 2, as médias totais dos atributos aumentaram comparativamente ao Grupo 1. Os aumentos mais significativos ocorreram nos pares de adjetivos Segurança *versus* Insegurança (com MT: -0.2 no Grupo 1 e MT: -1.5 no Grupo 2), Coerência *versus* Incoerência (com MT: -0.6 no Grupo 1 e MT: -1.5 no Grupo 2) e Profissionalismo *versus* Diversão (com MT: -1.6 no Grupo 1 e MT: -2.3 no Grupo 2). Na opinião dos sujeitos experimentais, a Indumentária transmitiu uma Imagem de Segurança, de Incoerência e de Diversão muito superiores no Grupo 2. As Imagens de Descontração, Jovialidade, Não credibilidade e Descuido também aumentaram quando a indumentária informal foi acompanhada de uma gestualidade brusca. Os Grupos 3 e 4, ao contrário do que se tem verificado, não apresentaram valores muito divergentes. Para além de se constatar uma ligeira descida na maioria dos valores médios de atitudes no Grupo 4, estas diferenças não são muito consideráveis. Já os atributos Coerência (com MT: 1.5 no Grupo 3 e MT: 1 no Grupo 4) e Flexibilidade (com MT: 0.1 no Grupo 3 e MT: -1.1 no Grupo 4) foram os que apresentaram maior disparidade de valores. No entanto, repare-se que, a Imagem transmitida pela indumentária formal apresentou valores positivos mais elevados quando esteve acompanhada da gestualidade lenta, do que quando esteve conjugada com a gestualidade brusca. Por outro lado, a Imagem transmitida pela indumentária informal apurou valores negativos mais baixos quando acompanhada de uma gesticulação lenta, do que quando acompanhada com uma gesticulação brusca. Ou seja, também aqui é notória a influencia do nível de variação da gesticulação na análise conjunta da indumentária.

Imagem transmitida pela gesticulação

Por último, relativamente à Imagem transmitida pela gesticulação, podemos verificar que os valores médios de atitudes foram favoráveis nos Grupos 1 e 3, e desfavoráveis nos Grupos 2 e 4. O Grupo 1, submetido à indumentária informal e à gesticulação lenta, apresentou valores positivos mais baixos à semelhança do Grupo 3, que foi submetido ao mesmo tipo de gesticulação, mas com uma indumentária formal. Os atributos que melhor exemplificam esta disparidade de valores são a Autoridade (com MT: -0.3 no Grupo 1 e MT: 2.1 no Grupo 2) e a Coerência (com MT: 1.6 no Grupo 1 e MT: 2.2 no Grupo 3). Repare-se que, na opinião dos sujeitos do Grupo 3, a gesticulação lenta acompanhada de uma indumentária formal transmitiu uma Imagem de elevada autoridade, ao passo que os sujeitos do Grupo 1 consideraram ter sido uma Imagem de submissão ou neutra. À semelhança da autoridade, também a coerência apresentou valores relativamente superiores no terceiro grupo. Por contra, a Delicadeza foi o único item que registou uma ligeira descida, comparativamente ao Grupo 1. No que respeita à Imagem transmitida pela gesticulação brusca, podemos verificar que os valores médios de atitudes foram mais desfavoráveis no Grupo 2 do que no Grupo 4. As diferenças mais expressivas verificaram-se nos pares de adjetivos Segurança *versus* Insegurança (com MT: -1.6 no Grupo 2 e MT: -0.9 no Grupo 1), Empatia *versus* Apatia (com MT: -1.9 no Grupo 2 e MT: -1.3 no Grupo 4) e Sabedoria *versus* Ignorância (com MT: -1.1 no Grupo 1 e MT: -0.5 no Grupo 4). A gesticulação transmitiu uma Imagem de maior Insegurança, Apatia e Ignorância quando foi acompanhada pela indumentária informal, do que quando foi conjugada com a indumentária formal. Repare-se que, os valores da Insegurança e da Apatia apesar de negativos foram neutros no Grupo 4. O atributo Autoridade também registou uma ligeira diferença, tendo obtido um valor médio de -0.1 no Grupo 2 e 0.3 no Grupo 4. Neste sentido, podemos afirmar que a Sobriedade, Profissionalismo e Respeitabilidade, presentes na indumentária formal, influenciaram positivamente os parâmetros de avaliação conjunta da gesticulação e a indumentária informal ajudou na descida dos valores relativos à Imagem transmitida pela gesticulação.

Efeitos coletivos

A determinação dos efeitos foi realizada através da soma das pontuações de todos os diferenciais semânticos. O somatório das pontuações dos sujeitos permite-nos apurar o valor coletivo das suas apreciações por grupo experimental, tendo em linha de conta os níveis de variação da combinatória de variáveis independentes a que sujeito foi submetido. No âmbito desta investigação, consideramos como efeito positivo, negativo ou neutro, o somatório das pontuações coletivas que estejam compreendidas entre os valores da Tabela 1.

EFEITO POSITIVO	EFEITO NEUTRO	EFEITO NEGATIVO
Entre [490 e 1470] *[470 e 490]	Entre [450 e -450] *[451 e 489]	Entre [-490 e -1470] *[-470 e-489]

*Por se verificar um “buraco” na banda de variação, tivemos que alargar os intervalos definidores dos efeitos.

Tabela 1. Intervalos definidores dos efeitos por grupo experimental

Definidos os intervalos dos efeitos por grupo experimental, realizamos a soma das pontuações coletivas para cada diferencial semântico e para cada grupo independente. Os resultados obtidos estão apresentados na tabela seguinte:

DIFERENCIAIS SEMÂNTICOS	GRUPO 1 [II + GL]	GRUPO 2 [II + GB]	GRUPO 3 [IF + GL]	GRUPO 4 [IF + GB]
1. Avaliação individual: Indumentária	-103	-145	153	122
2. Avaliação individual: Gesticulação	190	-191	224	-161
3. Avaliação conjunta: Imagem transmitida pela indumentária	-134	-192	243	205
4. Avaliação conjunta: Imagem transmitida pela gesticulação	180	-200	215	-172
<i>Soma das pontuações dos diferenciais semânticos</i>	133	-728	835	-6
EFEITO OBTIDO	EFEITO NEUTRO	EFEITO NEGATIVO	EFEITO POSITIVO	EFEITO NEUTRO

Tabela 2. Efeitos obtidos por grupo experimental

Da observação da Tabela 2, podemos verificar que a indumentária informal acompanhada de uma gesticulação lenta (Grupo 1) obteve um efeito neutro na credibilidade do comunicador; a indumentária informal conjugada com uma gesticulação brusca (Grupo 2) apurou um efeito negativo na credibilidade do comunicador; por sua vez, a indumentária formal acompanhada de uma gesticulação lenta (Grupo 3) obteve um efeito positivo em termos de credibilidade e, por último, a indumentária formal conjugada com uma gesticulação brusca (Grupo 4) proporcionou um efeito neutro na credibilidade do comunicador.

Discussão dos resultados

Depois de apresentados e analisados os dados, podemos afirmar que a hipótese geral deste estudo se verifica, tendo sido possível verificar três das quatro hipóteses operativas.

Através da H1, foi possível verificar que a gestualidade lenta acompanhada de uma indumentária informal obteve um efeito neutro na credibilidade do comunicador. A amostra do Grupo 1 apresentou atitudes desfavoráveis

relativamente à indumentária informal, classificando-a como Amadora, Flexível e Improvisada. Segundo os sujeitos experimentais ela transmitiu uma imagem de Descontração, Jovialidade, Irreverência e Obediência. No entanto, o efeito negativo da indumentária informal foi atenuado pela gesticulação lenta, que foi descrita como Moderada, Discreta e Compreensível. Na opinião dos sujeitos ela transmitiu uma imagem de Credibilidade, Sinceridade, Profissionalismo, Empatia e Sabedoria. Ou seja, a moderação da gestualidade e os atributos por ela comunicados influenciaram as atitudes dos sujeitos relativamente à informalidade da indumentária.

A H2 permitiu-nos constatar que a indumentária informal (do tipo *jeans*, *sweat* e sapato desportivo) conjugada com uma gesticulação brusca proporcionou um efeito negativo em termos de credibilidade. Os sujeitos experimentais do Grupo 2 pontuaram negativamente quase todos os atributos relativos à gestualidade e à indumentária. Na perceção do Grupo 2, a indumentária informal foi tida consideravelmente como Flexível, Improvisada e Amadora, e transmitiu Imagens de Descontração, Jovialidade, Diversão, Irreverência e de Não Credibilidade. Estas verificações permitem-nos constatar que, de facto, a indumentária do indivíduo denota informação, podendo dar indicações acerca dos seus interesses, personalidade, *status*, etc.. Em geral, a aparência e atrativo da pessoa influenciam as relações interpessoais e atuam como fortes indicadores na construção de uma imagem de credibilidade. Neste caso, a indumentária informal em vez de colaborar com a formação de uma imagem de credibilidade acabou por depor contra a mesma. Este aspeto está bem saliente na elevada pontuação de atributos como a Diversão, Jovialidade, Descontração, Insucesso e Irreverência. O mesmo se apurou na gestualidade, onde as atitudes dos sujeitos foram notavelmente desfavoráveis. Neste trabalho, a gesticulação brusca foi considerada como Exagerada, Imperativa, Objetiva, Informe e Emocional e transmitiu Imagens de Agressividade, Hipocrisia, Despreparo, Imaturidade, entre outras, como o caso da Não Credibilidade. Tal como a indumentária, os gestos utilizados pelo comunicador também dão informações sobre o seu carácter e personalidade, chegando por vezes a por em causa as perceções de confiança e fiabilidade por parte do interlocutor. Isto acontece por vezes quando as nossas palavras dizem uma coisa e os nossos gestos dizem outra, denunciando-nos em mensagens implícitas que não queremos desvendar. Tal como salienta Caetano, “o que se dá a conhecer aos olhos é muito mais marcante que o que somente se dá a conhecer aos ouvidos” (Caetano 2009: 90). Note-se que, neste estudo, a gestualidade brusca transmitiu imagens de Hipocrisia e Incoerência bastante assinaláveis levando-nos a afirmar que os gestos executados com demasiada rapidez podem por em causa a perceção de sinceridade e, conseqüentemente, a credibilidade do comunicador na ótica do recetor. Tal como referem Dorna e Argentin, “(...) la gestualidade juega un rol importante en la credibilidad del emisor. En efecto, la utilización reiterada de gestos no relacionados com el discurso (registro adaptador) ejerce

una influencia perturbadora en la recepción del mensaje” (Dorna 1993: 67) Os movimentos corporais excessivos e incoerentes com a linguagem verbal podem atuar como fortes indicadores de ansiedade, reticência, *stress* e até mesmo mentira, sendo percebidos pela audiência com desconfiança. Ora, quando a confiança é posta em causa é impossível haver geração de credibilidade.

Por sua vez, a H3 permitiu-nos verificar que a gestualidade lenta acompanhada de uma indumentária formal obteve um efeito positivo na credibilidade do comunicador. A amostra do Grupo 3 foi aquela que evidenciou atitudes mais favoráveis relativamente às variáveis em estudo.

A indumentária formal (do tipo terno preto, camisa branca e gravata escura) foi descrita pelos sujeitos experimentais como sendo Elegante, Profissional, Perfeccionista e Idónea. Na perceção da amostra, a indumentária transmitiu Imagens de Profissionalismo, Maturidade, Segurança, Autoridade, Sucesso, entre outras. A Imagem de Credibilidade foi a mais pontuada, o que nos permite afirmar que o grau de formalidade da indumentária é um forte indicador na construção da credibilidade do comunicador. O carácter formal da indumentária confere ao seu portador grande visibilidade, potenciando o seu atractivo. Por outro lado, comunica respeitabilidade, competência e seriedade, características que, por si só, potenciam a perceção de fiabilidade por parte do recetor da mensagem. Segundo Bonásio, as roupas estão diretamente relacionadas com a imagem que o comunicador quer passar ao público. Se o emissor quiser ser levado a sério pela sua audiência, ele tem que ter noção de que a sua roupa deve complementar os próprios objetivos da comunicação (Aquino 2011: 4 e 52). Assim sendo, é importante que o comunicador adote uma indumentária conservadora e moderada, uma aparência séria e profissional para que possa ser considerado digno de confiança.

No Grupo 3, a gestualidade lenta foi apontada como Segura, Racional, Clara, Moderada, Enfática e Informativa. Perante a considerável pontuação destes atributos, rapidamente nos apercebemos que a gesticulação atuou como uma potencial forma de comunicação. Para além de ilustrar e reforçar o discurso verbal, também contribuiu para a transmissão de uma mensagem mais clara e unívoca. A gesticulação adotada também chamou a atenção do público, tendo em linha de conta que foi descrita como Persuasiva e Congruente. Ou seja, o uso de gestos moderados e adequados aumentou o impacto da comunicação, ajudando as pessoas a reter maior percentagem de informação. Os gestos são como uma arma de dois gumes: por um lado, valorizam a comunicação se forem bem feitos; por outro, podem comprometer a sua eficácia, se forem mal feitos, exagerados ou excessivos. Na visão de Esteves Rei, para que a gesticulação seja considerada eficaz ela tem que possuir alguns requisitos, nomeadamente: a naturalidade, sobriedade, harmonia, variedade e calma (Rei 2005: 17). A nível da Imagem transmitida pela gestualidade, os sujeitos experimentais evidenciaram atributos como o Profissionalismo, a Responsabilidade, Autoridade e Delicadeza. Note-se ainda que, a Sinceridade, Coerência e

Credibilidade foram consideravelmente assinaladas, ao contrário do que se verificou na gesticulação brusca. Aqui, os gestos demonstraram estar em harmonia com a mensagem falada, complementando-a e dando-lhe mais relevo. A existência de coerência é muito importante, uma vez que permite ao receptor compreender e validar aquilo que está a ouvir. Por sua vez, o emissor, ao obter aceitação por parte do público, está a conquistar a sua confiança.

Por último, na H4 tentámos verificar se a indumentária formal acompanhada de uma gesticulação brusca proporcionava um efeito negativo em termos de credibilidade do comunicador. No entanto, da análise dos dados podemos constatar que esta hipótese não se verificou e que obteve um efeito neutro. O facto de a indumentária formal não ter sido pontuada tão favoravelmente como foi no Grupo 3, e o facto de a gesticulação brusca não ter sido classificada tão desfavoravelmente como se evidenciou no Grupo 2, podem ter sido duas das razões para obtermos o efeito neutro. Este aspeto demonstra que as variáveis independentes estão associadas e que se influenciam de forma mútua, mesmo que indiretamente, o que é compreensível, uma vez que atuam em simultâneo. Isto significa que, o nível de variação da gestualidade influencia as percepções acerca da indumentária e, por sua vez, o grau de formalidade afeta as atitudes relativamente à gesticulação. Tendo em conta os resultados obtidos nas outras combinatórias, podemos afirmar que no Grupo 4 a indumentária formal amenizou os efeitos negativos da gestualidade brusca e esta afetou a percepção dos sujeitos relativamente à indumentária.

Conclusões

O corpo tem uma linguagem própria, uma linguagem é silenciosa. Através das expressões do rosto, olhares, gestos, posturas e vestuário, o ser humano transmite inúmeras informações acerca de si mesmo e da sua hipotética situação económica, cultural, preferências, ideologias, atitudes e estilos de vida. As manifestações não verbais são também determinantes no processo de construção da credibilidade do comunicador. É através do seu comportamento e da sua conduta que o recetor vai verificar se ele é, ou não, digno de crença e confiança. Como foi possível perceber através deste estudo, a indumentária e a gesticulação demonstraram ser dois poderosos canais de comunicação não verbal que influenciam e determinam a percepção da credibilidade por parte do recetor da mensagem. Demonstrou-se que, a gestualidade lenta acompanhada de uma indumentária formal tem um efeito positivo na credibilidade do comunicador, enquanto que, a gesticulação brusca conjugada com uma indumentária informal gerou um efeito negativo em termos de credibilidade.

A indumentária comunica através de atributos como as cores, formas, texturas, entre outros componentes que possam ser significativos (Aquino 2011: 4 e 52) O tipo de tecido, o corte, a cor podem dizer muito acerca de um indivíduo e do mundo em que vivem. Por outro lado, cerca de 95% da primeira impressão que causamos é proporcionada pelas roupas, uma vez que elas cobrem

95% do nosso corpo. Assim sendo, a indumentária é considerada crucial para a formação da primeira impressão do indivíduo e respetiva imagem. No presente estudo podemos verificar que o grau de formalidade é decisivo na percepção de fiabilidade e confiança por parte dos sujeitos experimentais. As amostras dos Grupos 1 e 2, ambas submetidas a uma indumentária informal, evidenciaram atitudes negativas em termos de credibilidade. Já as amostras dos Grupos 3 e 4, ambas submetidas a uma indumentária formal, demonstraram apreciações favoráveis. Estes resultados revelaram-se naturais, tendo em conta que a indumentária informal transmitiu Imagens de Jovialidade, Diversão, Descontração, Irreverência e Insucesso, enquanto que a indumentária formal comunicou Imagens de Seriedade, Profissionalismo, Maturidade, Sucesso e Reverência. Neste sentido, podemos afirmar que, o carácter formal da indumentária projetou ao comunicador um subtexto de inteligência, competência, respeitabilidade e confiança. Ou seja, a indumentária formal contribuiu para a construção de uma imagem de credibilidade, ao contrário da indumentária informal, que acabou por depor contra a mesma. Estar bem vestido é, assim, fundamental para inspirar confiança, prestígio e respeitabilidade.

À semelhança da indumentária, a gestualidade também demonstrou ser muito importante no processo de construção da credibilidade do comunicador. Os resultados obtidos demonstraram que a gesticulação lenta gerou percepções de Delicadeza, Profissionalismo, Segurança, Coerência, Empatia e Sabedoria. A realização de gestos moderados e coerentes enriqueceu a mensagem do sujeito falante e contribuiu para a percepção de uma imagem de competência e confiabilidade. Não obstante, confirmou-se que a gesticulação brusca gera uma percepção negativa em termos de credibilidade. Na opinião dos sujeitos experimentais ela transmitiu Imagens de Agressividade, Imaturidade, Insegurança, Hipocrisia, Incoerência e Distanciamento. Ou seja, gerou a percepção de não credibilidade e falta de confiança e sinceridade. O uso de gestos nervosos, atrapalhados e excessivos denuncia falta de concentração e rigor pessoais. Assim sendo, não é apenas na fala que o emissor deve dominar os seus impulsos e reflexos, mas também na gesticulação do sujeito (Rei 2005: 17).

Ainda, no presente estudo confirmou-se que a gestualidade lenta acompanhada de uma indumentária informal gera um efeito neutro na credibilidade do comunicador. Não obstante, não conseguimos validar a última hipótese de investigação. Verificamos que, a gesticulação brusca conjugada com a indumentária formal em vez de gerar um efeito positivo em termos de credibilidade gerou um efeito neutro.

Referências Bibliográficas

- Adler, Ronald e Rodman, George (2003): *Comunicação Humana*. LTC Editora
- Alessandra, Tony (2006): “Nonverbal communication – ereport”. Internet. Disponível em: <http://www.mytruecolors.com/Nonverbal.pdf> (consultado em 23 de março de 2011).
- Pease, Allan e Pease, Barbara (2005): *Desvendando os segredos da linguagem corporal*. Rio de Janeiro: Sextante.
- Aquino, Agda (2011): “Mulher macho, sim senhor: a negação do feminino no figurino do telejornalismo brasileiro”. Internet. Disponível em: <http://agdaaquino.files.wordpress.com/2011/10/artigo-mulher-macho-forum-audiovisual.pdf> (consultado em 19 de dezembro de 2011).
- Bergès, Jean (1967): *Os gestos e a personalidade*. Publicações Europa-América.
- Caetano, Sara (2009): “Contributos da comunicação não-verbal na integração social, cultural e educativa de imigrantes numa perspectiva de multiculturalidade”. Internet. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/295> (consultado em 21 de julho de 2011).
- Calero, Henry (2005): *The power of Nonverbal Communication*. Los Angeles: Aberdeen WA.
- Camargo, Scheila (2009): “A roupa-panfleto Daspu: um canal de comunicação”. In: *Revista Comunicação & Inovação* 10(18). Internet. Disponível em: <http://www.uscs.edu.br/revistasacademicas/revista/com18.pdf> (consultado em 10 de maio de 2011).
- Camargos, Larissa (2008): “O potencial comunicativo da moda: análise semiótica dos editoriais da moda da Revista Marie Claire”. Internet. Disponível em: http://www.com.ufv.br/pdfs/tccs/2008/2008_larissalacerda_editoriaisdemoda.pdf (consultado em 11 de maio de 2011).
- Cazau, Pablo (2006): *Introducción a la investigación en ciencias sociales*. Buenos Aires: Alianza Editorial.
- Correa, Rosemeri (2007): “A complementaridade entre língua e gestos nas narrativas de sujeitos surdos”. Internet. Disponível em: http://www.ronice.cce.prof.ufsc.br/index_arquivos/Documentos/Rosemericorrea.pdf (consultado em 9 de maio de 2011).
- Davis, Flora (1979): *A comunicação não-verbal*. São Paulo: Summus Editorial.
- Dorna, Alejandro e Argentin, Gabriel (1993): “Impacto persuasivo del gesto en el discurso político: una experiencia de consejo (asesoria) y de laboratorio”. In: *Revista Latinoamericana de Psicología* 25 (1). Internet. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/805/80525105.pdf> (consultado em 17 de novembro de 2011).
- Fávero, Leonor *et al*: “O jogo interacional e a gestualidade nas entrevistas de televisão”, Internet. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/maluv011.pdf> (consultado em 29 de março de 2011).

- Fortin, Marie – Fabienne (1999): *O processo de investigação – da concepção à realização*. Loures: Lusociência
- Hellmann, Géssica (2011): “Corporalidade e Arte: A moda como linguagem”. Internet. Disponível em: <http://corporalidade.gehspace.com/2011/03/26/corporalidade-arte-parte-1-moda-linguagem/> (consultado em 28 de abril de 2011).
- Keith, Jonathan: “Introduction: From costume history to dress studies”. Internet. Disponível em: <http://www.yorku.ca/uhistory/faculty/cv/Edmondson/Roman%20Dress%20Intro%20Edmondson%20&%20Keith.pdf> (consultado em 13 de abril de 2011).
- Kendon, Adam: “Language and Gesture: unity or duality?”. Internet. Disponível em: <http://cs.uwindsor.ca/~xyuan/references/LanguageGesture00.pdf> (consultado em 27 de maio de 2011).
- Lemos, Ilsa (2006): “A comunicação não-verbal: um estudo de caso”. Internet. Disponível em: http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Lemos.PDF (consultado em 5 de março de 2011).
- López, Josep: “La credibilidad de testimonio infantil ante supuestos de abuso sexual: indicadores psicosociales”. Internet. Disponível em: http://www.buentrato.cl/pdf/est_inv/maltra/mi_juarez.pdf (consultado em 18 de maio de 2011).
- Losada, Alejandro (2007): “La credibilidad del presentador de programas informativos en televisión. Definición y cualidades constitutivas”. Internet. Disponível em: http://www.unav.es/fcom/comunicacionysociedad/es/articulo.php?art_id=53 (consultado em 16 de maio de 2011).
- Lurie, Alison (1994): *El language de la moda: una interpretación de las formas de vestir*. Barcelona: Paidós Contextos.
- Maciel, Betania (2002): “Outros sistemas de comunicação não-verbal”. Internet. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/congresso2002_anais/2002_NP17MACIEL.pdf (consultado em 23 de fevereiro de 2011).
- Marques, Mário (2003): *A escola no computador: linguagens rearticuladas, educação outra*. Ljuí: Ed.Unijui.
- Maté, Maria et al., “Tema 4: Las actitudes”. Internet. Disponível em: http://ocw.unican.es/ciencias-de-la-salud/ciencias-psicosociales-i/pdf-reunidos/tema_04.pdf (consultado em 7 de setembro de 2011).
- McNeil (1992): *Hand and Mind*. Chicago: The University of Chicago.
- Meirinhos, Galvão: “El periódico electrónico como soporte publicitario. Análisis experimental de la eficacia de los web banners publicitarios”. Internet. Disponível em: <http://gsm.delaube.com/aijic/Galvao-Meirinhos.pdf> (consultado em 11 de outubro de 2011).
- Morera, Jaime (2004). “Comunicación interpersonal: el efecto Palo Alto”. Internet. Disponível em: http://www.mapfre.com/documentacion/publico/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1031200 (consultado em 2 de Maio de 2011).
- Mota, Dolores (2006): “Moda e identidade: aspectos psicossociais da roupa na contemporaneidade”. Disponível em: <http://www.adital.org.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=23905> (consultado em 4 de abril de 2011).

- Nacif, Maria (2007): “O vestuário como princípio de leitura do mundo”. Internet. Disponível (consultado em 20 de maio de 2011).
- Neil, Salkind (1999): *Métodos de investigación*. México: Prentice Hall.
- Navarro, Joe (2008): *Verdade ou Mentira: o guia de um investigador criminal para dominar a linguagem corporal*. Lisboa: Academia do Livro.
- Orellana, Litza (2006): “Incorporación de la comunicación no verbal en los cursos de L/LE: Una propuesta didáctica”. Internet. Disponível em: <http://www.educacion.gob.es/redele/Biblioteca2008/Litza%20Solis/MemoriaLitza.pdf> (consultado em 6 de junho de 2011).
- Pereira, Ana (2010): “Os gestos das mãos e a referenciação: investigação de processos cognitivos na produção oral”. Internet. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/poslin/defesas/1286D.pdf> (consultado em 6 de junho de 2011).
- Prud’Home, Stéphane (2004): “Étude sur les facteurs de crédibilité des porte-parole: une compréhension de la crédibilité par la théorie générale des systèmes”. Internet. Disponível em: http://www.gestiondecrise.ca/wp-content/themes/wpemix2/dossiers/memoire-credibilite_porte-parole.pdf (consultado em 9 de julho de 2011).
- Rei, Esteves (2005): “Curso de comunicação oral”. Internet. Disponível em: http://side.utad.pt/cursos/storage/EZOO/3166/1321834473_11.curso_comunicacao_or_al_jer.pdf (consultado em 11 de dezembro de 2011).
- Ribeiro, Bruno (2006): “Bloggers: fonte de influência on-line”. Internet. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/17113534/Bloggers-Fontes-de-Influencia-Online> (consultado em 10 de setembro de 2011).
- Rosas, Omar (2011): “La ética de la confianza en el periodismo digital”. In *La ética de la comunicación a comienzos del siglo XXI*. Internet. Disponível em: http://perso.fundp.ac.be/~ovrosasm/La_etica_de_la_confianza_en_el_periodismo_digital_final_-_Copie.pdf (consultado em 26 de fevereiro de 2011).
- Santos, Mário (1962): *Curso de Retórica e Oratória*. São Paulo: Editora Logos.
- Serra, Paulo e Ferreira, Ivone (2008): *Retórica e mediatização*. Livros LabCom.
- Serra, Paulo: “A relação entre ethos e logos no processo de persuasão”. Internet. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/serra-paulo-relacao-ethos-logos.pdf> (consultado em 13 de maio de 2011).
- Teófilo, Ana (2010): “Com que linhas se cose o género – a importância do vestuário infantil na construção do género”. Internet. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/4808> (consultado em 2 de junho de 2011)

DIDÁTICA

Leituras com Arte: Da literacia crítica ou da arte de ler o mundo

Maria da Graça Sardinha
Universidade da Beira Interior
mggds@ubi.pt

Resumo

A aquisição de multicompetências que forneçam aos sujeitos conhecimentos sobre o mundo que os rodeia e capacidade de atuar nesse mesmo mundo, numa perspetiva integrante e integradora, é hoje considerada não só necessária, como igualmente urgente e fundamental, exigindo-se-lhes para isso uma atitude enquadrada no uso e na crítica da linguagem escrita e oral, domínio exclusivo do ser humano. Nesse sentir, a literacia crítica, entendida à luz do desenvolvimento da capacidade leitora dos sujeitos, numa ótica de compreensão e intervenção, é o eixo de onde e para onde converge a reflexão aqui apresentada, perspetivando-se a leitura e as práticas a esta associadas num contínuo e profícuo devir, personificada numa postura inequívoca de aprendizagem, que, ao ir muito para além das meras experiências do quotidiano, pode, ainda assim, englobar a sensibilidade e a arte.

Palavras-chave: Leitura, literacia, literacia crítica, arte, aprendizagem.

*Pergunto... mas quem me poderia responder?!
Tu, não, rio sem asas,
Que permaneces a passar...
Nem tu, planeta alado, que pareces
Parado
A caminhar... humano, só de humanos meus iguais
Entendo a fala,
Os gestos
E o destino,
E esses, como eu,
Olham a terra e o céu, os rios e os planetas,
E perguntam também...
Perguntam, mas a quem?
In: Miguel Torga, Poema Diálogos.*

1. Experiência, leitura e aprendizagem

Numa sociedade que se (re)inventa a cada minuto que passa, o Homem continua a interrogar-se, sistematicamente, procurando respostas, que, entranhadas na memória do passado e entrelaçadas com a visão profunda do presente, possam dar azo a escolhas de percursos de um futuro que se pretende o melhor para todos nós.

Desta esclarecida tomada de consciência, e à luz do poema de Torga, com que iniciamos esta reflexão, invocamos Habermas, (cit. por Baptista 2003: 62) que, na sua obra intitulada *Teoria do Agir Comunicacional* (1987), defende que é na linguagem verbal que se funda pragmaticamente a sociedade humana, uma linguagem só comum ao Homem “humanos só de humanos meus iguais entendo a fala, os gestos e o destino”, humanos que, constantemente, procuram respostas, para que na sociedade onde se encontram inseridos possam intervir de forma ativa, coerente e participativa.

E são, obviamente, as experiências com que construímos o nosso quotidiano que dão voz e eco a um saber “geral”, “teórico” ou “técnico”, mas, sobretudo, a um saber que necessita de outro saber, a que as sucessivas leituras do mundo fornecem a capacidade de nos continuarmos a interrogar não dentro de um “saber concludente”, mas em permanente abertura e diálogo como, aliás, sugere Gadamer (2007). Vejamos o que diz o autor:

A própria experiência jamais pode ser ciência. Ela detém uma oposição insuperável frente ao saber e frente àquele ensinamento que provém de um saber geral teórico ou técnico. A verdade da experiência contém sempre a referência a novas experiências. Nesse sentido, a pessoa a quem chamamos experimentada não é somente alguém que se tornou o que é através das experiências, mas alguém que está aberto a experiências [...]. A dialética da experiência tem sua própria consumação não num saber concludente, mas nessa abertura à experiência que é posta em funcionamento pela própria experiência. (Gadamer 2007: 465, cit. por Rajobac 2012)

Mediante tal asserção, cabe-nos reconhecer que a formação de qualquer cidadão, alicerçando-se na(s) leitura(s) do mundo deve, ainda assim, dar sustento e continuidade a tudo o que habita nos campos da experiência. Ambas – leitura e experiência – são imprescindíveis naquilo que é hoje entendível como aprendizagens consideradas indispensáveis a qualquer sujeito, ao longo de toda a sua existência.

2. Da arte de ser leitor à construção da literacia

O processo de abordagem ao texto escrito exige do leitor competências do foro linguístico, cognitivo, afetivo e cultural integradas, por sua vez, em competências várias sobre a língua e sobre o mundo (Giasson 2000, cit. por Sardinha 2006). De facto, na interação do leitor com o texto, processos vários têm lugar, que, pela sua celeridade ou ausência desta, distinguem os chamados *bons leitores* dos *maus leitores* (Sardinha 2005). Neste âmbito, Irwin (1986,

cit. por Sardinha 2005) distinguiu cinco categorias de processos: micro-processos; processos de integração; macroprocessos; processos de elaboração; processos metacognitivos. Neste cenário, Giasson (2000) oferece-nos um modelo de ensino explícito que permite trabalhar, em contexto de ensino aprendizagem, cada subprocesso, em separado, visando a formação de *bons leitores*.

Ora, a literacia, mais especificamente a *literacia leitora*, fundamenta-se, como diz Pinto (2002), em caminhos de linhas paralelas, uma vez que os conceitos literacia e leitura se tornam indissolúveis, não podendo existir um sem o outro, evidenciando-se, no entanto, a leitura enquanto compreensão, não podendo ficar apenas na decodificação de qualquer texto. Neste âmbito, a literacia será entendida e avaliada consoante os níveis de expressão escrita e oral das populações, constituindo-se estes como os indicadores do desenvolvimento económico e social dos países¹. E é nesta linha condutora de pensamento que se anuncia, por sua vez, a literacia crítica, uma literacia exercida com arte (entendendo-se a arte como o desenvolvimento da sensibilidade, como referia Fernando Pessoa em *Cartas a Miguel Torga*, 1930), uma literacia anunciada de forma compreensiva e dialogante, integradora e plural: de forma compreensiva – ao permitir um entendimento profundo do mundo e de todas as mudanças que nele se vão operando, através não só da construção de significados desse mesmo mundo, mas também da possível visão existente para além destes; dialogante – ao perspetivar uma abertura ao *outro*, enquanto processo contínuo de sucessivas aprendizagens na linguagem, pela linguagem, através e acerca dela (Harste 2001); integradora – ao facilitar um novo paradigma de vivência na sociedade, proporcionando aos sujeitos não somente um posicionamento entendido como socialmente correto, mas também conhecedor quer do conjunto de instâncias que lhe dão voz, quer de outros modelos culturais, outros pontos de vista, outras perspetivas, tal como encontramos em Gee (1996, cit. por Pereira 2006). Entretanto, como podem, ainda assim, a leitura e a literacia evidenciar-se enquanto formas de arte?

Desde sempre, a ligação da música aos textos foi uma constante na história da cultura portuguesa. Recentemente, lembramos que foi a própria Orquestra Metropolitana de Lisboa que, conjuntamente com Alice Vieira e com o compositor Eurico Carrapatoso elaboraram um pequeno conto musical: *A Arca do Tesouro*, obra em estreia para narrador (Luís Miguel Cintra e Orquestra).

Mas, se a literacia se pode construir pela música e com a música, de igual modo a literacia crítica, ao assentar em contextos de construção situada e plena de significados, recorrendo-se, neste âmbito, à explicitação dos modos como a linguagem é usada nesses cenários, investindo-se até nas identidades embutidas na própria ideologia frequentemente ali camuflada, muitas outras canções

¹ A organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Banco Mundial e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

poderão ser aqui invocadas. A título de exemplo lembramos (entre muitos outros) o cantor de intervenção Zeca Afonso, conhecido pela sua forte ligação à Revolução dos Cravos de abril de 1974 e cujas canções ainda hoje nos oferecem uma panóplia imensa de significados.

Quando falamos ou cantamos validamos modelos culturais dos quais, frequentemente, não detemos a consciência necessária para “controlar” todo o processo inerente e decorrente da construção de significados.

Indiscutivelmente, é na frequência da leitura e pelas mais diversas leituras em suportes variados que nos formamos e que, simultaneamente, podemos ser senhores da nossa linguagem. Quem é senhor da linguagem domina o mundo, escreveu Gadamer já citado.

Que modelos, então, valorizar, embutidos na chamada literacia crítica? Modelos que ensinem a usar a linguagem numa perspetiva crítica; modelos assentes na desocultação; modelos que permitam ao leitor o acesso aos não ditos (Umberto Eco 1984) dando-lhe a possibilidade de os preencher; modelos inseridos em práticas situadas e transformadas (Vasquez 2003, cit. por Pereira 2009); modelos que permitam ver para além da “cortina linguística (Pereira 2009); modelos que formem leitores não ingénuos (Azevedo 2006).

Em jeito de conclusão ...

Como tenho vindo a afirmar a leitura é hoje uma ferramenta ao serviço da literacia crítica, potenciadora de ambientes cognitivos substancialmente modificados, ao oferecerem ao sujeito leitor significativos efeitos perlocutivos como refere Azevedo (2006: 40). De facto, como nos diz Pereira (2009: 17), já citada, existem modelos culturais que, ao não serem desmistificados, têm vindo a contribuir para o atraso das populações, fruto de olhares condicionados sobre a realidade circundante: “exemplos desses modelos culturais são o machismo, a homofobia, o racismo, o chauvinismo, os diversos fundamentalismos religiosos [...] a intolerância à homossexualidade [...] ao controlo da informação [...]”

Neste enquadramento, quanto mais assiduidade houver na leitura, maior capacidade terá o leitor de estabelecer relações profundas de interpretação e crítica não só das identidades, como até das alteridades.

Neste cenário, convocamos novamente Azevedo (2006: 40), ao alertar que quanto mais o sujeito lê, maior será a sua capacidade de descoberta de novas ideias e de novos rostos “revolucionariamente inovadores, relativamente aos padrões de referência que fazem parte do conhecimento que o homem tem do mundo.”

Com arte, com sensibilidade acrescida, com sentido crítico, assim os sujeitos leitores assíduos, leitores da vida e do mundo têm a possibilidade de refletir sobre ele e de nele poderem intervir, enquanto verdadeiros cidadãos, ativos e interventivos, capazes de escolhas próprias, libertos de “encomendas” que outros para eles fizeram.

Termino, como iniciei, recorrendo a Torga que, num excerto do poema *Doutrina*, oferece ao Homem a possibilidade de duvidar e consequentemente escolher.

[...]
Deixar o certo pelo duvidoso!
Trocar a amada por um querubim!
E este corpo terroso
E este viril amor que existe em mim?

Perguntas e respostas que eu entenda!
E nada de mistérios de encomendas!
[...]

Que cada um de nós se faça leitor! Que cada um de nós saiba ser leitor espontâneo, leitor com arte, sem imperativos, pois como diz Pennac (1993: 11) o verbo ler não suporta o imperativo! “*É uma aversão que compartilha com outras: o verbo amar ... o verbo sonhar ... É evidente que se pode sempre tentar. Vejamos: Ama-me! Sonha! Lê! Lê já te disse, ordeno-te que leias [...]* Resultado: nada!”

Que cada um de nós saiba fazer da leitura um ato de amor, porque como diz o autor supracitado, nestas coisas da leitura é fundamental estar-se apaixonado.

Que cada um de nós saiba extrair da(s) leitura(s) a força para, em liberdade, escolher.

Referências Bibliográficas

- Azevedo, F. (2006): “Literatura infantil e juvenil, leitores e competência literária”. In: Azevedo, F.: *Literatura infantil e leitores. Da teoria às práticas*. Braga: Universidade do Minho.
- Baptista, F. (2003): “Cultura e horizontes, aberturas e fechamentos do alfabeto”. In: *Tributo à madre língua*. Pé de página editores.
- Eco, U. (1984): *Conceito de texto*. S. Paulo: T.A. Queiroz; Ed. Universidade de S. Paulo.
- Gadamer, H. G. (1977): *Verdad y métodos. Fundamentación de una hermenêutica filosófica*. Salamanca: Ediciones Sígueme.
- Harste, J. (2001): “What do we mean when we say we want our children to be literate. In: Egawa, K. Harste, J. (eds.): *School talk*, vol. 7(1). National Council of Teachers of English, s/p.
- Pennac, D. (1993): *Como um romance*. Porto: Asa Editores.

- Pereira, I. (2009): “Literacia crítica: conceções teóricas e práticas pedagógicas nos níveis iniciais de escolaridade”. In: Azevedo, F. e Sardinha, M. G. (coord.): *Modelos e práticas em literacia*. Lisboa: Lidel.
- Pinto, M. G. (2002): “Da literacia de uma narrativa sempre imperfeita ou de outra identidade pessoal”. In: *Revista Portuguesa de Educação*. Braga: Universidade do Minho.
- Sardinha, M. G. (2005): *As estruturas linguísticas, cognitivas e culturais e a compreensão em leitura*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade da Beira Interior, Covilhã (não publicada).
- (2006): “As estruturas linguísticas e a compreensão em leitura”. In: *Atas do 6.º Encontro de Investigação em Leitura, Literatura Infantil e Ilustração*. Braga: Universidade do Minho.

Webgrafia

- Rajobac (2012): Experiência hermenêutica e formação para o reconhecimento em Gadamer. In: *Revista Espaço Académico* – n. 134 – julho. Dossiê Filosofia e Educação Rajobac e Wendt (orgs.).

www.Periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewfile/17683/9440.
Acedido em 2/11/2012.

Leitura, literacia e escola: Construções (im)perfeitas

Maria da Graça Sardinha
Universidade da Beira Interior
mggds@ubi.pt

João Machado
Instituto Politécnico de Castelo Branco
joao.machado@ipcb.pt

Resumo

Neste trabalho, propomo-nos abordar o tema da leitura, conceito constantemente recontextualizado, fruto de dinâmicas modernas, consideradas mais integradoras. Com efeito, neste mundo da globalização e da informação, parece nunca terem existido tantos livros e tantos leitores, reiterando-se, continuamente, o lugar imprescindível da prática da leitura. Haverá, certamente, razões justificativas do tipo de leitor e das diversas situações de leitura, mas será que as leituras e o modo como elas são feitas configuram o estilo de leitor que esta sociedade em mudança exige? Nesta perspetiva, à escola, enquanto cenário de aprendizagens mais formais, impõe-se um grande desafio, esperando-se que saiba adequar os currículos às exigências da complexidade crescente do mundo contemporâneo, operando transferências de vida, para ela própria se transformar em *escola-vida*.

Palavras-chave: leitura, literacia(s), escola.

Portugal propôs-se, desde a sua entrada na então nomeada Comunidade Económica Europeia, a aumentar os indicadores de desenvolvimento integrado, de modo a convergir com a média dos restantes parceiros da atual União e dos países ditos desenvolvidos¹. Pensamos poder afirmar que se observaram realizações notáveis², sendo que a nossa sociedade está hoje mais aberta, flexível, cosmopolita e culturalmente diversificada³. No entanto, problemas de

¹ Quadros Comunitários de Apoio I, II e III.

² A rede de autoestradas, construída desde então, permite uma mobilidade outrora inimaginável.

³ De um país de emigrantes, Portugal passou a integrar na sua escola crianças de diversas proveniências e etnias. A título de exemplo citamos o documento da presidência do Conselho de Ministros, “Imigração em Portugal”, de 2009, onde se mostra a importância e a preocupação de elaboração de currículos específicos. Aliás, o artigo 8.º do Decreto-Lei 6/201 de 18 de Janeiro, instituiu a possibilidade de ser lecionado nas escolas o Português como língua segunda.

vária ordem continuam a persistir, gerando-se contradições e interrogações sobre os caminhos a seguir, particularmente no que se refere ao surgimento de um novo paradigma, emergente da mudança do ensino mais tradicional da leitura/escrita, para um mais dinâmico, porque baseado em suportes virtuais.

Como professores da área do conhecimento das Letras/Humanidades, mais concretamente de Língua Portuguesa, sentimos uma preocupação acrescida em relação aos domínios da linguagem, da sua especificidade e da importância evidente de que ela se reveste no mundo atual. Sabemos que todas as atividades humanas dependem, em grande parte, da capacidade que temos de comunicar e que, tanto mais eficazmente o fizermos, tanto melhor conseguiremos alcançar os nossos intentos como cidadãos ativos e interventivos.

1. Da leitura e dos processos a esta associados

Para que ganhe sentido a ação interventiva de qualquer sujeito na sociedade, saber ler é, hoje, um processo considerado fundamental, na perspetiva da compreensão. cremos, no entanto, que as práticas de leitura no nosso país, quando equacionadas à luz das necessidades reais da população, parecem padecer ainda de muitas limitações, algumas delas aprofundadas ao longo deste estudo. Neste sentido, entendemos que, desde muito cedo, a escola e a sociedade devem reconhecer na leitura (e nas práticas a esta associadas) a urgência de um movimento de renovação e recontextualização, uma vez que, pela sua transversalidade, ela é pedra basilar de todas as aprendizagens, abrangendo as distintas áreas do conhecimento, pois, sem a capacidade de compreender os escritos, não é possível aos sujeitos desenvolverem competências no âmbito da literacia, seja qual for o domínio.

Lembramos o Relatório elaborado pela UNESCO (1996), coordenado por Jacques Delors, onde se colocava em evidência um conjunto de saberes exigidos a uma sociedade que constantemente se altera e se renova. No mesmo fluir, tendo em conta esta desejável renovação, na Cimeira de Lisboa de 2000, estabeleceram-se objetivos referenciais a atingir, por forma a que a União Europeia (grande comunidade de 500 milhões de habitantes) pudesse apresentar-se como uma referência mundial, a partir de 2010, onde, alguns desses objetivos passavam pela redução do número de *maus leitores* em 20%, tendo como referência os valores do início do século.

Porém, igualmente fruto da própria atualidade, entrosada nos meandros da(s) literacia(s), torna-se difícil definir, de forma inequívoca, o que é ler, que competências são exigidas ao leitor capaz (bom leitor) e, em consequência, como se forma um leitor-modelo *crítico* que, no dizer de Eco (2004), vai muito além do leitor-modelo *ingenuo*. De facto, segundo o autor, o texto, ao ser lido,

Posteriormente, o Despacho Normativo 7/2006, de 6 de fevereiro, trouxe princípios de atuação e normas orientadoras para a implementação, acompanhamento e avaliação de atividade curriculares e extracurriculares a desenvolver na escola, no domínio do ensino da língua portuguesa como língua não materna.

produz o seu próprio leitor-modelo, significando que se preveem, no mínimo, dois tipos: um *leitor ingénuo*, que dá conta de uma interpretação semântica e um *leitor crítico*, que se envolve em percursos de construção de sentido. Neste âmbito, entendemos a literacia e a leitura como conceitos e/ou práticas associadas, não sobrevivendo uma sem a outra, pois ambas são indispensáveis à construção do conhecimento do sujeito, ou seja, da sua *narrativa pessoal*. (Castro Pinto 2002)

Ora, têm sido vários os estudos, sejam nacionais ou internacionais, que se referem a um número significativo de alunos com lacunas na aprendizagem e desempenho na leitura, sendo que, à medida que a escolaridade avança, mais parecem crescer as dificuldades na compreensão do sentido dos textos que, por sua vez, se vão tornando cada vez mais densos, abstratos, técnicos e gramaticalmente complexos. (Scott 1993) Tal problemática surge muito cedo, merecendo a atenção de vários investigadores.

Em Barbeiro (1999), encontramos a importância da consciência metalinguística na aprendizagem da leitura, merecendo ser treinada na escola; para Sim-Sim e Viana (2008), a consciência fonológica, ou a falta dela, são pré-requisitos a ter em conta no início da aprendizagem; Sequeira (1988) problematizou, baseando-se nas teorias de processamento da informação, a falta de treino da(s) memória(s); em Bradshaw *et al.* (1977), focaram-se as dificuldades associadas às diferentes especializações dos hemisférios cerebrais; os fatores constitucionais, intelectuais, ambientais, emocionais foram enfatizados por Swaby (1989); Palincsar e Brown (1987) deram conta da confusão cognitiva como fator impeditivo na aprendizagem da leitura; Sardinha (2005) demonstrou que o desenvolvimento das estruturas cognitivas linguísticas e culturais estabelece uma relação de causa/efeito na compreensão em leitura.

2. Suportes de leitura

Não merece qualquer contestação que os finais do século passado e o início do presente século trouxeram a imersão numa *nova cultura*, a cultura mediática que, a par da tecnológica, tornou o homem protagonista de novos paradigmas do conhecimento. Com efeito, as alterações observadas no plano das estruturas sociais, e muito particularmente na escola, fazem com que relações de natureza e âmbitos distintos se vão estabelecendo, rompendo com algumas perspetivas antigas. De facto, no contexto educativo, entendido como o espaço e o tempo onde se (re)formulam expectativas diversas, de onde emergem sucessivas gerações, a leitura continua a deter um lugar de privilégio, enquanto processo responsável por uma nova forma de identidade (associada à entrada formal no universo da literacia), sendo que esta nem é definitiva – ao apresentar carácter de intemporalidade –, nem pode ser assumida sem uma participação na sociedade a que se pertence, como, aliás, refere Castro Pinto (2002). Assim, em cada sujeito leitor, reitera-se a esperança de que faça da leitura um projeto de vida, exigindo-se à escola uma atualização ao nível das práticas que a renovação do conceito

vem impondo, para que a narrativa de cada sujeito se vá enriquecendo pessoal, cultural e socialmente.

Por conseguinte, sendo a escola o cenário por excelência da aprendizagem mais formal da leitura, e conscientes dos limites e inovações desta nova sociedade do conhecimento, estamos convictos de que a aquisição e desenvolvimento de competências nesta área estão, igualmente, condicionados por certas características inerentes aos contextos escolares, tais como a ausência de práticas efetivas de leitura, ausência de suportes diversificados, a par do surgimento de outras áreas emergentes, que, assumindo uma atitude considerada mais pragmática, em nada, ou em quase nada, valorizam as práticas de leitura. É claro que, a somar a estes aspetos, apresenta-se ainda a cultura assente no primado do livro, atualmente colocada em questão, que autores como Martins (2010) e Pires (2001: 26) têm vindo a evidenciar ao referir-se a este artefacto como algo indispensável na cultura dos sujeitos: “O acesso à herança cultural através do livro permite um autoconhecimento que funciona como construção de personalidade e como via de socialização [...]” Em suma, o fim da galáxia Gutenberg, princípio da era Marconi, ou a coexistência de ambas em simultâneo, tem alimentado várias querelas.

Nesta realidade, o mundo dos novos *media* está imparável, parecendo não deixar espaço para os valores da tradição e do passado, da história e da memória, aparentemente rendidos a uma espécie de letargia, que a poucos parece afetar e cujos conhecimentos, tal como a aprendizagem da leitura, exigem calma e ponderação, perspectiva contrária à velocidade do momento que vivemos. (Martins 2010)

Apesar desta constante mutação, lembramos a perspectiva de Aguiar e Silva (1987), segundo a qual, e cada vez mais, para todo e qualquer povo/país, a educação linguística e literária constitui o fator incontornável e nuclear da construção da identidade histórico-política, social e cultural dos seus cidadãos, trazendo consigo, ou em si, a sinergia de todas as suas aprendizagens sapienciais e do seu desenvolvimento ontogenético.

3. Seleção de leituras

Aproveitando esta pluralidade de pontos de vista, então que leitura ou leituras do mundo se devem levar a cabo, na escola, no âmbito da literacia, suscetíveis de potenciar a qualidade de vida dos sujeitos, nesta sociedade crescentemente globalizada? Como levar os sujeitos, através deste instrumento fundamental, a descobrirem-se a si próprios, a descobrirem outras experiências, outros valores e outros mundos, a gerirem eficazmente o presente e a antecipar o futuro? Que tipos de leituras fazer, em detrimento de outras? Que modos e formas de ler?

No âmbito do estudo da língua e divulgação do Português, Baptista (2003) preconiza a constituição de um *cânone de autores*, referência antológica, englobando géneros e subgéneros, representativo dos diversos nomes que, pela

sua relevância, se tenham destacado no drama, na lírica e na narrativa, podendo mesmo fugir-se do campo estritamente literário. Assim, poder-se-ia promover um ‘diálogo’ profícuo, capaz de mostrar cabalmente todas as criações, quer através de obras reconhecidas, quer por meio de textos tradicionais, ou ainda por contacto mais direto com o que se vai produzindo em debates, congressos e conferências. Nesta perspetiva, existe toda uma panóplia de textos que deve ser levada à escola (independentemente da sua classificação em tipologia ou modelo), pois, na opinião de Esteves Rei (1999), todos eles servirão sempre, embora com objetivos diferenciados. A mesma opinião tem Fonseca (1994: 152), quando refere:

A atribuição de uma maior ou menor importância no ensino aos diferentes tipos de discurso pode reger-se por critérios vários, mas é fundamental privilegiar os que apresentam um maior grau de complexidade e dificuldade aliado a uma maior representatividade cultural.

Enquanto docentes, concordamos com os autores supracitados, lembrando, no entanto, a adequação ao público visado, mas destacando que o texto literário, aliado às distintas formas de se interrogar, pode constituir modos de leitura, potenciadores do desenvolvimento do pensamento atuante, capaz de reconhecer, alinhar e fixar factos numa ordem necessária às aprendizagens significativas, preconizadas por Ausubel (2000, cit. Azevedo 2009). A leitura daqueles textos, aliada a práticas de compreensão, forma sujeitos pensadores, livres e interventivos, responsáveis pelas suas escolhas, como defende Eco (2004: 148), ao dizer-nos: “[...] se o fenómeno da pluralidade das interpretações é um facto, o conteúdo de uma, duas ou mais interpretações não é um facto: é uma opinião, um comportamento proposicional, uma crença, uma esperança, um auspício, um desejo.”

Neste sentido, acreditamos que o texto literário comporta universos que levam a leituras que não se reduzem a comportamentos de tipo “ingénuo ou gastronómico, ausentes dos bosques da ficção” (Azevedo, 2007: 151), ao criar gradualmente uma consciência e uma destreza metalinguística e metatextual que outras tipologias textuais não conferem, questionando a possibilidade de compreensão da pessoa humana como um ser unidimensional, proporcionando-lhe, assim, nas sucessivas interações, o grau de cooperação interpretativa presente em Eco (1986, 2004). Com efeito, na ótica deste autor, assim se devem formar sujeitos pensantes e atuantes, capazes de leituras plurívocas, experimentando a língua na sua pluralidade de contextos e funções. Todavia, cremos que, numa sociedade agitada e voraz, com gerações presas a modalidades várias, como as redes sociais, os jogos eletrónicos ou o *zapping* televisivo, não se afigura tarefa fácil formar o tipo de leitor encontrado em Eco (2004). Cabe, em nossa opinião, à escola, como verdadeira agência de literacia, a árdua missão de contrariar tais tendências, formando leitores com

“comportamentos interpretativos diversos, em função dos objetivos da leitura, tipo de textos e contextos em que ela tem lugar.” (Azevedo 2007: 151)

O processo de aprendizagem e desenvolvimento da leitura deve iniciar-se desde muito cedo, mais especificamente nos primeiros anos do ensino básico, incluindo mesmo o pré-primário, ganhando complexidade e profundidade ao longo de todo o percurso escolar do aluno. Para Barbeiro (1994), no início da escolaridade, seria desejável que a criança possuísse alguns mecanismos facilitadores da aprendizagem da leitura: conhecimento geral acerca da linguagem escrita, nomeadamente as funções específicas relativas à linguagem oral na comunicação, consciência de unidades fonológicas, como a sílaba ou os fonemas, consciência da unidade palavra, consciência da estrutura palavra, consciência da ordem das palavras e de outros aspetos sintático-semânticos, consciência de aspetos pragmáticos.

Também no dizer de Sim-Sim (2009), a aprendizagem da leitura depende de práticas pedagógicas que impliquem, no início, aspetos conducentes a um ensino integrado de *facilitação de procedimentos*, tendo o professor a consciência de que há etapas fundamentais a serem trabalhadas: juntar fonemas para decifrar palavras, tornando-as mais fáceis de identificar; segmentar e juntar unidades de som maiores (palavras e sílabas), contrariamente a unidades mais pequenas (unidades intrassilábicas e fonemas); trabalhar a segmentação fonética e a reconstrução de palavras por agregação de fonemas, que são determinantes para o desenvolvimento da consciência fonética; exercitar a capacidade para soletrar as letras de uma palavra, o que depende da capacidade para segmentar oralmente palavras e sílabas; exercitar a decifração, pois a sua eficácia aumenta quando as atividades de consciência fonémica integram a representação gráfica (grafemas) dos sons da fala.

Após a passagem por várias etapas de aprendizagem e evolução leitora, ao chegar ao final do ensino secundário, espera-se que o sujeito leitor tenha atingido um patamar elevado em relação a todas as componentes dos programas, em geral, e ao da capacidade leitora, em particular, pois esta, graças à sua transversalidade, vai sendo desenvolvida, ano após ano, em todas as áreas do conhecimento, nomeadamente para compreender os temas, estudar as matérias e responder a testes de tipologia diversa. Tal princípio é preconizado no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei 268/89, de 29 de Agosto, do Ministério da Educação⁴, que define os Planos Curriculares dos ensinos Básico e Secundário, enfatizando que todas as componentes curriculares dos ensinos Básico e Secundário intervêm no ensino-aprendizagem da língua materna, no sentido de contribuírem para o desenvolvimento das competências do aluno, no âmbito da compreensão e produção de enunciados orais e escritos em português.

⁴ http://sitio.dgicd.minedu.pt/recursos/Lists/Repositio%20Recursos2/Attachments/622/Guia_Ensino-Secundario_PMF.pdf, acedido em 14 de outubro de 2010.

Porém, ao longo dos anos em que temos lecionado no ensino superior, vimos observando nos alunos alguns problemas de compreensão no âmbito dos textos apresentados, desconhecimento de temas, factos e ideias que deveriam estar já consolidados e que, em consequência, nos têm dificultado o avanço na leção das matérias previstas nas respetivas unidades curriculares. Despertos para esta realidade e conscientes de que leitura e cultura vão a par, como atrás referimos, reiteramos a ideia de uma verdadeira escola, já que esta deve ser a principal agência de literacia, promotora da formação do modelo de leitor proposto por Umberto Eco (2004).

4. Dos estudos e das agências de literacia

Perante as dificuldades reveladas pelos alunos no campo da leitura, vários responsáveis pela área da educação em Portugal têm promovido a participação do nosso país em estudos nacionais e internacionais sobre a proficiência leitora. Como exemplo, damos os conhecidos Relatórios PISA (*Programme for International Student Assessment*)⁵, da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – considerado o mais prestigiado estudo internacional sobre literacia, cujos resultados demonstraram que a realidade portuguesa é pouco confortável, afastando-se das percentagens apresentadas pelos restantes países daquela organização, longe de corresponderem aos anseios de todos os intervenientes no processo educativo. Ainda assim, o PISA 2009 trouxe-nos alguns indicadores de que aquela realidade tem vindo a mudar, encontrando-se agora numa fase mais positiva.⁶

⁵ O PISA de 2000 incidiu sobre uma nova forma de avaliação do desempenho dos alunos:

- a capacidade de os jovens usarem os seus conhecimentos e as suas competências na resolução de problemas da vida real e não especificamente de acordo com um currículo escolar;
- a literacia em leitura, matemática e ciências;
- a compreensão de conceitos fundamentais, o domínio de certos processos e a aplicação dos seus conhecimentos e das suas competências em diferentes situações.

Foi, no entanto, a capacidade leitora de cerca de 265 000 alunos, de 15 anos de idade, que mereceu maior destaque. Assim, “a ênfase foi posta no domínio da leitura a que corresponderam mais itens do que nos outros domínios” (Relatório PISA, 2000: 1). Nos resultados globais, verificou-se que, ao nível da proficiência leitora, Portugal aparece no 26.º lugar, entre os 32 países participantes, resultado que ilustra as lacunas dos nossos alunos em matéria de compreensão leitora. Igualmente, o PISA de 2003 não trouxe grandes novidades porque os alunos “evidenciam na globalidade um desempenho mediano, quando será desejável atingir um nível de proficiência superior em língua portuguesa”.

⁶ Os resultados dos alunos portugueses no PISA 2009 revelam a mais expressiva melhoria nas três áreas avaliadas - leitura, matemática e ciências -, desde que Portugal participa no PISA. Entre 2006, data da última avaliação do PISA, e 2009 verificaram-se progressos consideráveis nos resultados de Portugal. Portugal é o segundo país que mais progrediu em ciências e o quarto país que mais progrediu em leitura e em matemática.

Pela primeira vez, os alunos portugueses atingem pontuações que se situam na média da OCDE, em literacia de leitura, domínio principal no estudo de 2009. (Fonte: Organização dos estados Ibero-americanos - <http://www.oei.es/noticias/spip.php?article8005>, acessido em 7 de fevereiro de 2011).

Se recuarmos um pouco no tempo, observamos que a situação relativa à literacia leitora tem sido, desde há algum tempo a esta parte, motivo de preocupação. De facto, Portugal participou em outros estudos internacionais sobre literacia em leitura a partir dos anos 90, tais como o IEA (International Association for the Evolution of Educational Achievement), em 1991, e o IALS (International Adult Literacy Survey), em 2000 e 2003, tendo os alunos portugueses obtido resultados considerados fracos, em comparação com os dos restantes países.

Veja-se ainda o estudo coordenado por Maria de Lurdes Lima dos Santos, intitulado “A Leitura em Portugal”, de 2007.⁷ Os resultados ali apresentados levam-nos a inferir que a situação é análoga àquela que temos vindo a apresentar, ou seja, que os alunos portugueses apresentam um grave défice de compreensão leitora, sendo este comprometedor da aquisição das informações contidas nos textos. Igualmente, Neves, Lima e Borges (2008) têm desenvolvido trabalhos enquadrados na promoção da leitura, potenciando as parcerias com o PNL (Plano Nacional de Leitura),⁸ no sentido de melhorar a compreensão leitora dos sujeitos.

É hoje ponto assente que o PNL se apresentou com carácter de urgência em 2006, quase como um desígnio nacional, com o programa *Ler Mais*, tentando desenvolver práticas de leitura no nosso país. Fundamentalmente, procurou implementar políticas de leitura que levassem o livro à escola, mais particularmente a literatura infanto-juvenil. Posteriormente, o projeto alargou-se a outras vertentes da sociedade, facilitando o acesso a obras de natureza variada. Os resultados alcançados (e que anualmente são apresentados em relatório)⁹ permitem verificar que, tanto as escolas, como as famílias e a sociedade em geral se têm mostrado sensíveis aos projetos, que sistematicamente vêm promovendo práticas de leitura, tentando dar-se início a uma substancial mudança nas mentalidades, ao facilitar-se o acesso aos livros a sujeitos oriundos de camadas menos favorecidas que, de outro modo, estariam arredados deste contacto privilegiado com a leitura.¹⁰

⁷ PDF – Portal do governo sobre o Plano Nacional de Leitura.

⁸ Iniciativa do Governo, da responsabilidade do Ministério da Educação, em articulação com o Ministério da Cultura e o Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, sendo assumido como uma prioridade política. Criado em 2006, destina-se a criar condições para que os portugueses possam alcançar níveis de leitura em que se sintam plenamente aptos a lidar com a palavra escrita, em qualquer circunstância da vida, possam interpretar a informação disponibilizada pela comunicação social, aceder aos conhecimentos da Ciência e desfrutar as grandes obras da Literatura. Fonte: <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/pnlvtv/uploads/relatoriosintese.pdf>, acedido em 2 de setembro de 2010.

⁹ Como exemplos, damos os relatórios do GEPE: “Os estudantes e a leitura”, de 2007, de Lages, Liz, António e Correia; “Relatório de avaliação do 4.º ano do Plano Nacional de Leitura”, de 2010, de Costa, Pegado, Ávila e Coelho.

¹⁰ Retomamos o PISA 2009 que revela que alunos de famílias menos favorecidas têm melhorado os níveis de leitura, não se devendo assumir que “alguém oriundo de meios desfavorecidos é

Também na promoção da leitura e formação de leitores, as BE/CREs (Bibliotecas Escolares/Centros de Recursos Educativos) têm tido um papel de relevo nas escolas, ao estabelecerem pontes com os currículos e ao instituírem parcerias com as restantes bibliotecas, quer públicas (municipais), quer universitárias.

Em suma...

Este dilema que envolve o campo da leitura e todo o seu ensino/aprendizagem na escola, e para além desta, esteve na origem da criação dos novos programas (Programas de Português do Ensino Básico – 1.º, 2.º e 3.º ciclos),¹¹ na tentativa de se alterar o paradigma de documentos sustentados nos princípios de há 20 anos e que já não respondem às exigências do mundo atual. Vejamos, em linhas gerais, os parâmetros considerados mais vinculativos que, de um modo ou outro, enquadram a mudança:

- Análise das práticas pedagógicas;
- Avanços metodológicos na didática da língua;
- Reflexão sobre a organização curricular;
- Mudanças sociais e culturais.

Eis ainda alguns Referenciais de sustentação e enquadramento do Novos Programas de Português:

- Currículo Nacional do Ensino Básico - Competências Essenciais (2001)
- Programa Nacional de Ensino do Português (2006)
- Plano Nacional de Leitura (já por nós mencionado) (2007)
- Conferência Internacional sobre o Ensino do Português (2007)¹²
- Dicionário Terminológico (citado mais adiante) (2008)

Enquanto agentes de literacia e cientes desta problemática que, em nosso entender, vem exigindo novos paradigmas de ensino/aprendizagem, tentaremos, sempre que possível, continuar a investigar acerca dos hábitos de leitura dos sujeitos (alunos), bem como a sua influência nos desempenhos cultural e linguístico que, por sua vez, se refletem na compreensão em leitura e são, concomitantemente, influenciados por esta.

incapaz de grandes realizações”. (Pinto Ferreira, representante português ao comité do PISA, in: *Jornal de Negócios – Educação*, de 29 de março de 2011, pág. 31).

¹¹ Ministério da Educação – NPP, <http://www.dgicd.min-edu.pt/linguaportuguesa/Paginas/default.aspx>, acedido em 12 de setembro de 2010.

¹² “[...] importa sensibilizar e mesmo responsabilizar todos os professores, sem exceção e seja qual a sua área disciplinar, no sentido de cultivarem uma relação com a língua que seja norteada pelo rigor e pela exigência de correção linguística, em todo o momento e em qualquer circunstância do processo de ensino e de aprendizagem.” In: 1.ª Conferência Internacional sobre o Ensino do Português, 2007, p. 238), <http://www.dgicd.min-edu.pt/linguaportuguesa/Documents/RecomendacoesCIEP.pdf>, acedido em 24 de novembro de 2010.

Referências Bibliográficas

- Aguiar e Silva, Vítor (1987): “Língua materna e sucesso educativo”. In: *Revista diacrítica*, n.º 3-4, 1988-1989. Braga: Universidade do Minho, pp. 17-24.
- Ausubel, David (2000): *The acquisition and retention of knowledge: a cognitive view*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- Azevedo, Fernando (2007): “Nota de abertura”. In: *Formar Leitores – Das teorias às práticas*. Fernando Azevedo (coord.). Lisboa: Lidel.
- (2007): “Construir e consolidar comunidades leitoras em contexto não escolar”. In: Fernando Azevedo (coord.): *Formar Leitores – Das teorias às práticas*. Lisboa: Lidel, pp. 149-164.
- Baptista, Fernando (2003): *Tributo à Madre Língua*. Coimbra: Pé de Página Editores.
- Barbeiro, Luís (1999): *Os alunos e a expressão escrita. Consciência metalinguística e expressão escrita*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bradshaw, John; Bradley, Dianne; Gates, Anne e Patterson, Kay (1977): “Serial, parallel or holistic identification of single words into visual fields?”. In: *Perception and psychophysics* 21 (5), pp. 431-438.
- Castro Pinto, M.^a da Graça (2002): “Da literacia ou de uma narrativa sempre imperfeita de outra identidade pessoal”. In: Rui V. de Castro (dir.): *Revista portuguesa de educação* 15 (2). Braga: Universidade do Minho, pp. 95-123.
- Delors, Jacques *et al.* (1996): *Educação um tesouro a descobrir (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI)*. 3.^a edição. Porto: Edições ASA.
- Eco, Umberto (1986): *Lector in Fabula: a compreensão interpretativa nos textos narrativos*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- (2004): *Os Limites da Interpretação*. 2.^a Ed. Algés: Difel.
- Esteves Rei, José (1999): “A escrita escolar ontem e hoje: da composição retórica à composição literária e desta à tipologia textual solicitada à escola pela sociedade do nosso tempo”, in *Actas do II Encontro Nacional da APP: Aprendendo a Ensinar Português*. Lisboa, pp. 229-240.
- Fonseca, Fernanda (1994): *Gramática e Pragmática - Estudos de Linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*. Porto: Porto Editora.
- Gabinete de Avaliação Educacional (2001): *Resultados do Estudo Internacional PISA 2000*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Gabinete de Avaliação Educacional (2003): *Resultados do Estudo Internacional PISA 2002*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Gabinete de Avaliação Educacional (2007): *PISA 2006 - Competências científicas dos alunos portugueses*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Gabinete de Avaliação Educacional (2010): *PISA 2009 - Competências dos alunos portugueses*. Lisboa: Ministério da Educação.

- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação - GEPE (2007): *A leitura em Portugal*. M^a. de Lourdes Santos (coord.), José Neves, M^a. João Lima e Margarida Carvalho. Lisboa: Ministério da Educação.
- Martins, Ernesto Candeias (2010): *Luzes e sombras em tempos de rupturas. Educação e Ética nos laços da (Pós)modernidade*. Coimbra: Palimage.
- Mendonza Fillola, Antonio (1999): “Función de la Literatura Infantil y Juvenil en la formación de la competencia literaria”. In: Pedro Cerrillo e Jaime Padrino (coord.): *Literatura Infantil y su Didáctica*. Cuenca: Ediciones de la Universidad de Castilla - la Mancha, pp. 11-53.
- Neves, José; Lima, M.^a João e Borges, Vera (2008): *Práticas de promoção da leitura nos países da OCDE*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE).
- Palincsar, Annemarie e Brown, Ann (1987): “Interactive Teaching to Promote Independent Learning from Text”. In: *Reading Teacher* 39. International Reading Association, pp. 771-777.
- Pires, M^a. da Natividade (2001): *Da literatura tradicional à literatura contemporânea – Pontes e Fronteiras* (Tese de Doutoramento). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Sardinha, M.^a da Graça (2005): *As estruturas linguísticas cognitivas e culturais e a compreensão em leitura*. Tese de doutoramento (não publicada). Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Scott, Johanna (1993): *Science and language links*. US: Heinemann.
- Sequeira, Fátima (1988): “Os modelos de atenção e memória no processo de construção da leitura”. In: *Revista Portuguesa de Educação* 1 (2). Braga: Universidade do Minho, pp. 73-79.
- Sim-Sim, Inês e Viana, Fernanda (2008): “Para a avaliação do desempenho da leitura”, in *Estudos do Plano Nacional de Leitura*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE) – Ministério da Educação.
- Sim-Sim, Inês (2009): *O ensino da leitura: a decifração*. Lisboa: Ministério da Educação - Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.
- Swaby, Barbara (1989): *Diagnosis and correction of reading difficulties*. Boston: Allyn and Bacon.

Outros documentos

- Cadernos PEPT 2000 (1996): *Educação para todos. Uma pedagogia diferenciada*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Departamento do Ensino Secundário (Des) (1997), *Português A e B. Programas. 10^o, 11^o e 12^o Anos*, Lisboa: Ministério da Educação.
- GAVE (2001): *Resultados do Estudo Internacional – PISA 2000*. Lisboa: ME, Gabinete de Avaliação Educacional.
- GAVE (2003): *Resultados do Estudo Internacional – PISA 2003*. Lisboa: ME, Gabinete de Avaliação Educacional.

- Jornal Oficial da União Europeia. *Educação e Formação para 2010 – A urgência das reformas necessárias para o sucesso da estratégia de Lisboa*. (2004/C104/01).
- Língua Portuguesa (1991): Programa do 3º Ciclo, vol. II. Lisboa: DGBS.
- Ministério da Educação – DEB. *Currículo Nacional do Ensino Básico. Competências Essenciais*. Ministério da Educação – DEB, 2001.
- OCDE (2004): *Education at a Glance*. Paris: OCDE.
- OCDE (2004): *Learning for tomorrow's World, First Results from PISA 2003*. Paris: OCDE
- Presidência do Conselho de Ministros /Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural, I.P. (2009). *Imigração Em Portugal*.
- Programa de Português - 10.º, 11.º e 12.º anos: Cursos Científico-Humanísticos e Cursos Tecnológicos. João Seixas, José Pascoal, Maria da Conceição Coelho (Coord.), Maria Joana Campos, Maria José Grosso, Maria de La Salette Loureiro. Homologação 23/05/2001 (10º Ano), 25/03/2002 (11º e 12º Ano).
- Programa da Língua Portuguesa – 3º Ciclo (2000) *Plano de Organização e Ensino-Aprendizagem*. Departamento de Educação Básica. Ministério da Educação.
- Programa de Literatura Portuguesa 10.º e 11.º ou 11.º e 12.º anos: Curso Científico-Humanístico de Línguas e Literaturas – Maria da Conceição Coelho (Coordenadora), Maria Cristina Serôdio, Maria Joana Campos. Homologação 26/03/2001.

Webgrafia

- Ministério da Educação – Currículo Nacional do Ensino Básico - Competências Essenciais (2001) http://www.dgicd.min-edu.pt/basico/Paginas/CNacional_Comp_Essenciais.aspx, acessido em 3 de setembro de 2010.
- Ministério da Educação – TLEBS, in <http://tlebs.dgicd.min-edu-pt/>, acessido em 27 de outubro de 2010.
- Ministério da Educação – NPP, <http://www.dgicd.min-edu.pt/linguaportuguesa/Paginas/default.aspx>, acessido em 12 de setembro de 2010.
- Ministério da Educação, CNEB: Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais <http://www.slideshare.net/portefolio1ceb/cneb-competncias-essenciais>, acessido em 12 de setembro de 2010.
- Ministério da Educação – 1.ª Conferência Internacional sobre o Ensino do Português, 2007 http://www.dgicd.min-edu.pt/linguaportuguesa/Documents/Recomendacoes_CIEP.pdf, acessido em 24 de novembro de 2010.
- Ministério da Educação – Resultados do PISA 2009 http://www.min-edu.pt/data/docs_destaquas/Sintese_Resultados_PISA2009.pdf, acessido em 31 de janeiro de 2011.
- OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos <http://www.oei.es/noticias/spip.php?article8005>, acessido em 7 de fevereiro de 2011.

Plano Nacional de Leitura: <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/pnlvt/apresentacao.php?idDoc=1>, acedido em 27 de outubro de 2010.

Plano Nacional de Leitura: <http://www.planonacionaldeleitura.gov.pt/PNLEstudos/>, acedido em 3 de fevereiro de 2011.

Programas de Português do Ensino Básico (2009: 15), in http://www.portugal.gov.pt/pt/Documentos/Governo/MEd/Programa_LPortuguesa_Basico.pdf, acedido em 18 de dezembro de 2010.

Site do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural: www.acidi.gov.pt, acedido em 17 de dezembro de 2010.

Site do Instituto Nacional de Estatística: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=67053424&PUBLICACOESmodo=2, acedido em 26 de janeiro de 2011.

VÁRIA

RECENSÃO

Alexandre Parafita:
Antropologia da Comunicação. Ritos, Mitos, Mitologias.
Lisboa: Âncora Editora, 2012.

Carlos Nogueira
IELT / FCSH / Universidade Nova de Lisboa / CEL-UTAD
carlosnogueira1@sapo.pt

Este livro, sugestivamente intitulado *Antropologia da Comunicação. Ritos, Mitos, Mitologias*, coloca-nos, como qualquer livro, um desafio: o de saber o que podemos beneficiar com a sua leitura integral ou parcial. O próprio autor responde a esta questão na breve nota de apresentação que acompanha o livro.

Nesta nota clara e metódica, Alexandre Parafita situa o seu estudo no âmbito da Antropologia da Comunicação, que se ocupa das “formas como as sociedades humanas comunicam entre os seus pares e com os outros, incluindo aqueles que interpela nas megadimensões do sobrenatural”. Este não é, portanto, num tempo em que as Ciências da Comunicação enquanto disciplina estão na moda, mais um manual de comunicação; é um livro que nos fala de comunicação social, de *mass media*, mas também, e sobretudo, daquela comunicação em que entram não só os textos da chamada literatura oral, popular e/ou tradicional, mas também outras dimensões das culturas populares como ícones, símbolos, rituais e festividades de diverso tipo.

A nota de Alexandre Parafita é ainda preciosa por nos indicar o público a que se destina este livro: “Concebida para um público curioso e culto, esta obra pode ser igualmente valiosa como manual de consulta para alunos e professores em domínios como as Ciências da Comunicação, Antropologia Cultural, Etnografia, História e Literaturas”. Quer isto dizer que o autor não é pretensioso no modo como vê e apresenta este estudo, nem cai na falsa modéstia. Se se destinasse apenas ao leitor que procura cultivar-se acima do apontamento cultural generalista ou sensacionalista, já não seria pequeno o mérito deste trabalho; mas este livro está escrito e organizado de modo a servir de “manual de consulta”, como diz o autor, e a inspirar outros estudos e outras abordagens.

A estruturação deste livro em três partes permite que o leitor não especializado se aperceba da importância da comunicação em geral e da comunicação dita popular em particular; e convida o estudioso e o aluno universitário a envolverem-se numa área em que há muito por descobrir,

compreender e divulgar, sobretudo no que tem a ver com os géneros da literatura de transmissão oral. Na primeira parte, o autor apresenta-nos uma descrição dos aspetos essenciais da comunicação e da comunicação social; na segunda e na terceira partes, fala-nos do lugar da memória nas Ciências da Educação e do valor estético e pragmático dos textos da tradição oral e de algumas das manifestações da cultura popular do Alto Douro e de Trás-os-Montes.

Tal como acontece num outro livro de Alexandre Parafita, *A Comunicação e a Literatura Popular* (1999), esta obra revela uma sensibilidade muito acentuada em relação ao universo da literatura de transmissão oral; sensibilidade e rigor científico, uma vez que o autor sabe cruzar, na sua análise, diversos saberes disciplinares, que vão das Ciências da Comunicação à Cultura, à História, à Etnografia e à Literatura.

Não é com paternalismos nem com sentimentos de superioridade e de gosto pelo pitoresco que o autor trata a literatura oral e outras manifestações populares como o Menino Jesus e o Entrudo transmontano (em que se inscrevem textos ao mesmo tempo escritos e orais: as “pulhas casamenteiras” e os “testamentos”). Alexandre Parafita sabe que esta literatura encerra uma ética e uma estética, e por isso refere-se-lhe nestes termos: “Neste quadro, impõe-se uma reflexão sobre um campo geralmente não contemplado pelos estudos do fenómeno comunicacional e que se prende com a vocação didático-comunicativa da arte da memória, assumida como um veículo de transmissão intergeracional de valores e saberes que definem a estética da vida e a prática de um povo” (pp. 65-66).

Alexandre Parafita organiza, descreve e analisa textos que ele próprio recolheu. Significa isto que o autor não usa materiais em segunda mão, de origem duvidosa ou de registo imperfeito; e que conhece os informantes, a sua história, os contextos em que os textos surgiam ou surgem. Alexandre Parafita é, aliás, hoje, em Portugal, quem mais sistematicamente se dedica à recolha de literatura oral, principalmente de contos, lendas e mitos; e fá-lo, há mais de vinte anos, como ninguém o fez antes dele numa área que é específica mas extensa: o Alto Douro e Trás-os-Montes. José Leite de Vasconcelos deixou-nos uma recolha importante que abrange todo o território nacional; mas talvez possamos dizer que Alexandre Parafita está mais no terreno do que alguma vez esteve José Leite de Vasconcelos, que recorreu a inúmeros colaboradores. Isto para não falarmos de outros colectores de finais do século XIX e princípios do século XX como Adolfo Coelho e Teófilo Braga, que não fizeram recolhas sistemáticas.

Devemos, assim, valorizar este livro de Alexandre Parafita também neste aspeto da recolha e disponibilização de textos, como rimas infantis, quadras, pragas, provérbios ou adivinhas, que o autor reúne sob a designação de “Folclore obscuro”. Só por aqui já se percebe como se confirma o que dizíamos e sugeríamos acima: Alexandre Parafita usa materiais que ele próprio recolhe e não estabelece censuras morais nem estéticas; e considera os textos a que se

convencionou chamar obscenos, que não encontramos com facilidade registados em livro, tão dignos de atenção como quaisquer outros.

O desconhecimento destes textos obscenos, entre nós, e os preconceitos em relação à sua importância na formação da personalidade individual e na regulação social fazem com que Alexandre Parafita nos forneça uma amostra muito significativa em termos de géneros e um comentário objetivo. O autor defende que a obscenidade de rimas infantis, pragas, paródias de orações ou de contos, por estranho que pareça, é essencial para o equilíbrio psicológico e físico do enunciador, e não menos relevante para o equilíbrio da comunidade. O texto literário oral obsceno resolve ou atenua tensões individuais e coletivas, e permite a socialização e a exploração do mundo, inclusivamente por parte das crianças e adolescentes. Esta pragmática só é possível porque nestes textos há uma poética e uma estética que o enunciador frui, e que pode ser ou não extensível a quem eventualmente os ouve ou lê.

Este é, em síntese, um livro que nos fala de comunicação, das suas leis e formas, dos seus problemas e agentes, e, em especial, de um tipo de comunicação: a comunicação que se faz através de textos da literatura oral. Um livro que pode inspirar trabalhos nas áreas a que já nos referimos, mas também numa área que deve ser cada vez mais uma prioridade das sociedades cultas e evoluídas: a das Ciências da Educação, que podem e devem chamar a atenção para a importância das culturas e das literaturas populares enquanto universos construtores de um relacionamento saudável e pacífico entre povos, comunidades, etnias e gerações¹.

Obras citadas

- Mateus, Maria Helena Mira (2011): “Diversidade linguística na escola portuguesa”. In: *Revista Lusófona de Educação*, n.º 18, 2.º trimestre de 2011, pp. 13-24.
- Nogueira, Carlos (2011): “Os textos da tradição oral portuguesa no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário”. In: *Revista Lusófona de Educação*, n.º 17, 1.º trimestre de 2011, pp. 91-101.

¹ Convém destacar a *Revista Lusófona de Educação*, editada pelo CEIEF – Centro de Estudos e Intervenção em Educação e Formação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, que, ao longo dos seus já dez anos de publicação, se constituiu em publicação de referência, a nível nacional e internacional, não só no campo específico das Ciências da Educação mas também nas áreas que dialogam com a Educação, nomeadamente nas da literatura (Nogueira 2011: 91-101) e da linguística (Mateus 2011: 13-24).

